

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME

O JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* NO *IMPEACHMENT* DE 2016:
FORJANDO O CONSENSO CONTRA O LULISMO (2011-2016)

MARINGÁ, JULHO DE 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME

O JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* NO *IMPEACHMENT* DE 2016:
FORJANDO O CONSENSO CONTRA O LULISMO (2011-2016)

Tese apresentada à Universidade Estadual
de Maringá (UEM), como requisito parcial
para a obtenção do título de doutor.

Orientador: João Fábio Bertonha.

MARINGÁ, JULHO DE 2021.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G956j

Guilherme, Cássio Augusto Samogin Almeida

O jornal O Estado de S. Paulo no *impeachment* de 2016 : forjando o consenso contra o lulismo (2011-2016) / Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme. -- Maringá, PR, 2021. 347 f.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. Dilma Rousseff. 2. Lulismo. 3. Imprensa. 4. Pemedebismo. 5. Impeachment. I. Bertonha, João Fábio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências

CDD 23.ed. 981

Marinalva Aparecida Spolon Almeida - 9/1094

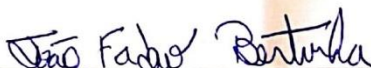
CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME

O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO NO IMPEACHMENT DE 2016:
FORJANDO O CONSENSO CONTRA O LULISMO (2011-2016)

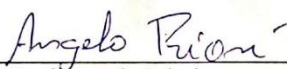
Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá
(UEM), como requisito parcial para a obtenção do
título de doutor.

Aprovado em: 23/07/2021

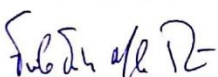
BANCA EXAMINADORA



Prof. João Fábio Bertonha
Universidade Estadual de Maringá



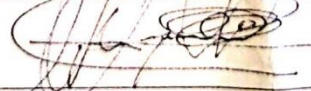
Prof. Angelo Piori
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Fábio Tadeu de Melo Pessoa
Universidade Federal do Pará



Prof. Maurílio Rompatto
Universidade Estadual do Paraná



Prof. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

A todos os servidores públicos. Fiz toda a minha vida estudantil de ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação em escolas e universidades públicas. Agradeço a todos os que, ao longo destes anos, contribuíram direta ou indiretamente com minha formação estudantil, acadêmica e, principalmente humanista e social. Assim, todos os funcionários administrativos, técnicos, limpeza, cantina e professores da Escola Estadual Arthur Bernardes, Escola Estadual Vale do Tigre, Colégio Ary João Dresch, Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Universidade Estadual de Maringá (UEM) merecem este agradecimento inicial. Resistam!

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e aos colegas do Instituto de Ciências Humanas (ICH), pela possibilidade de fazer este trabalho com afastamento e bolsa de estudos.

Aos colegas historiadores da Faculdade de História (Fahist) da UNIFESSPA. Amigos cujo apoio e compreensão foram fundamentais para o afastamento que possibilitou a conclusão desta pesquisa.

Aos amigos especiais de todos os dias, em especial Matheus Guiné, José Darci e Mateus Brandão, pelos diálogos étlicos e políticos.

À Ana Carolina Favorin, companheira mais que especial nestes anos. Sem seu apoio, eu não teria conseguido.

À minha mãe querida, Rosa Marlete Augusto, por todo amor de todos os dias.

À Inca, a gata mais parceira. Companheira de tantos anos. É quem salva meus dias neste tempo de isolamento, perigo de vírus e muito trabalho.

Ao professor e orientador João Fábio Bertonha, pela paciência e leituras deste trabalho.

A todos os amigos e colegas que, em algum momento desta jornada, contribuíram com indicações, conversas, positivities e cobranças.

“Passou uma rápida vista de olhos pelos quatro jornais grandes. Grosseiramente elementar, mas eficaz, o trabalho de intoxicação do público prosseguia, dois e dois são quatro e sempre serão quatro, se ontem fizeste aquilo, hoje fizeste isto, e quem tiver o atrevimento de duvidar que uma coisa tenha forçosamente de levar a outra está contra a legalidade e a ordem”.

JOSÉ SARAMAGO (Ensaio sobre a lucidez)

RESUMO

Esta tese se propôs um duplo objetivo: perceber como o jornal *O Estado de S. Paulo* se posicionou editorialmente ao longo do governo da presidenta Dilma Rousseff, tanto nos assuntos políticos como no plano econômico; a partir das reportagens publicadas pelo periódico, narrar e analisar a conturbada relação entre a presidenta e o Poder Legislativo, em especial o PMDB e os partidos da base governista. Para tanto, utilizou como fonte o jornal entre os anos de 2011 e 2016 em diálogo com a bibliografia pertinente aos objetivos. Quanto ao primeiro objetivo, os resultados alcançados indicam que: o jornal *O Estado de S. Paulo* manteve seu histórico posicionamento antipetista na política e pró-neoliberal na economia; fez indisfarçável oposição ao lulismo; contribuiu para acentuar o desgaste político e social do governo; sua atuação, aliada a de outros periódicos, foi essencial na consolidação da narrativa a favor do *impeachment* entre seus leitores. Sobre segundo objetivo, foi possível concluir que: a relação entre Dilma com o Parlamento foi de constante estranhamento; insatisfeito com o quinhão estatal que lhe foi oferecido, o pemedebismo congressional gestou um pacto de caciques políticos para emparedar Dilma; havia um contexto social complexo que reuniu crise de representatividade política aberta pelas manifestações de junho de 2013, insatisfação das frações burguesas ante a Nova Matriz Econômica, estagnação econômica a partir de 2014 e efeitos jurídicos, políticos e sociais da Operação Lava Jato. Diante destas insatisfações múltiplas e difusas, este pacto do pemedebismo aproveitou a oportunidade para promover um golpe parlamentar travestido de *impeachment*, que colocou na presidência um histórico líder do modo pemedebista de fazer política.

Palavras Chave: Dilma Rousseff, lulismo, imprensa, pemedebismo, impeachment.

ABSTRACT

This thesis had two objectives: to understand how the newspaper O Estado de S. Paulo took a stand editorially during the government of President Dilma Rousseff, both in political matters and in the economic sphere; from the articles published by the periodical, to narrate and analyze the troubled relationship between the president and the Legislative Power, in particular the PMDB and the governing parties. For this purpose, the newspaper was used as a source between the years 2011 and 2016 in dialogue with the relevant bibliography to the objectives. As for the first objective, the results indicate that: the newspaper O Estado de S. Paulo maintained its historic anti-PT position in politics and pro-neoliberal in the economy; made undisguised opposition to Lulismo; contributed to accentuate the weakening of political and social features of the government; its performance, associated with other periodicals, was essential in legitimizing the narrative in favor of impeachment among the readers. Regarding the second objective, it was possible to conclude that: in the relationship between Dilma and Parliament, there was constant estrangement; dissatisfied with the state share that was offered, the congressional Pemedebismo managed a pact with political chiefs to corner Dilma; there was a complex social context that brought together a crisis of political representation opened by the demonstrations in June 2013, dissatisfaction of the bourgeois fractions in the face of the New Economic Matrix, economic stagnation as of 2014 and the legal, political and social effects of Operation Lava Jato. Faced with these multiple and diffuse dissatisfactions, this pact of Pemedebismo seized the opportunity to promote a parliamentary coup, as if it was a impeachment, which placed in the presidency a historical leader of the Pemedebist way of doing politics.

Keywords: Dilma Rousseff, Lulismo, press, Pemedebismo, impeachment.

RESUMÉN

Esta tesis tiene un doble objetivo: comprender cómo se posicionó editorialmente el diario O Estado de S. Paulo durante el gobierno de la presidenta Dilma Rousseff, tanto en materia política como económica; a partir de los artículos publicados por el periódico, se narra la convulsa relación entre la presidenta y el Poder Legislativo, especialmente el PMDB y los partidos de gobierno. Para hacerlo, el diario fue utilizado como fuente entre los años 2011 y 2016 en diálogo con la bibliografía relevante a los objetivos. En cuanto al primer objetivo, los resultados alcanzados indican que: el diario O Estado de S. Paulo mantuvo su posición histórica anti-PT en la política y pro-neoliberal en la economía; se opuso abiertamente al lulismo; contribuyó a acentuar el desgaste político y social del gobierno; su actuación, junto con la de otras publicaciones periódicas, fue fundamental para legitimar la narrativa a favor del juicio político. En cuanto al segundo objetivo, se pudo concluir que: la relación entre Dilma y el Parlamento era de constante distanciamiento; insatisfecho con la participación estatal que se le ofreció, el congresista Pemedebismo logró un pacto de jefes políticos para acorralar a Dilma; hubo un contexto social complejo que aglutinó una crisis de representación política abierta por las manifestaciones de junio de 2013, el descontento de las fracciones burguesas ante la Nueva Matriz Económica, el estancamiento económico a partir de 2014 y los efectos legales, políticos y sociales de Operación Lava Jato. Ante estas múltiples y difusas insatisfacciones, este pacto del pemedebismo aprovechó la oportunidad para impulsar un golpe parlamentario, que colocó en la presidencia a un líder histórico de la forma pemedebista de hacer política.

Palabras clave: Dilma Rousseff, lulismo, prensa, pemedebismo, destitución.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
AI – Ato Institucional;
AIB – Ação Integralista Brasileira;
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;
ANL – Aliança Nacional Libertadora;
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres;
AP 470 – Ação Penal 470;
BC – Banco Central;
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
BNDESPAR – BNDES Participações S. A.
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça;
CF – Constituição Federal;
CFM – Conselho Federal de Medicina;
CGU – Controladoria Geral da União;
CLT – Consolidação das Leis Trabalhista;
CNA – Confederação Nacional da Agricultura;
CNI – Confederação Nacional da Indústria;
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito;
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira;
CUT – Central Única dos Trabalhadores;
DEM – Partido Democratas;
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar;
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda;
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas;
DRU – Desvinculação de Receitas da União;
EUA – Estados Unidos da América;
FGV – Fundação Getúlio Vargas;
FHC – Fernando Henrique Cardoso;
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
FIFA – Federação Internacional de Futebol;
HTP – História do Tempo Presente;
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática;
IFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso;
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais;
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;
JK – Juscelino Kubitschek;
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero;
LJ – Operação Lava Jato;
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;
LSN – Lei de Segurança Nacional;
MBL – Movimento Brasil Livre;
MCMV – Micha Casa Minha Vida;
MDB – Movimento Democrático Brasileiro;

MEI – Microempreendedor Individual;
MG – Minas Gerais;
MP – Medida Provisória;
MPL – Movimento Passe Livre;
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra;
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;
NOVO – Partido Novo;
OESP – O Estado de S. Paulo;
ONG – Organização Não Governamental;
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;
PCB – Partido Comunista Brasileiro;
PCdoB – Partido Comunista do Brasil;
PCO – Partido da Causa Operária;
PD – Partido Democrático;
PDT – Partido Democrático Trabalhista;
PE – Pernambuco;
PEC – Proposta de Emenda Constitucional;
PEN – Partido Ecológico Nacional;
PF – Polícia Federal;
PFL – Partido da Frente Liberal;
PGR – Procuradoria Geral da República;
PHS – Partido Humanista da Solidariedade;
PI – Piauí;
PIB – Produto Interno Bruto;
PIL – Programa de Investimento em Logística;
PIS – Programa de Integração Social;
PL – Partido Liberal;
PM – Polícia Militar;
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
PME -
PMN – Partido da Mobilização Nacional;
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios;
PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos – 3;
PP – Partido Progressista;
PPL – Partido Pátria Livre;
PPP – Parceria Público-Privada;
PPS – Partido Popular Socialista;
PR – Partido da República;
PRB – Partido Republicano Brasileiro;
PRN – Partido da Reconstrução Nacional;
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;
PROS – Partido Republicano da Ordem Social;
PROUNI – Programa Universidade para Todos;
PRP – Partido Republicano Paulista;
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro;
PSB – Partido Socialista Brasileiro;
PSC – Partido Social Cristão;
PSD – Partido Social Democrático;
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira;

PSDC – Partido Social Democrata Cristão;
PSL – Partido Social Liberal;
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade;
PSP – Partido Social Progressista;
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado;
PT – Partido dos Trabalhadores;
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro;
PTC – Partido Trabalhista Cristão;
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil;
PTN – Partido Trabalhista Nacional;
PV – Partido Verde;
REDE – Partido Rede Sustentabilidade;
RJ – Rio de Janeiro;
RS – Rio Grande do Sul;
SDD – Partido Solidariedade;
SECOM – Secretaria Especial de Comunicação Social;
SNI – Serviço Nacional de Informações;
SP – São Paulo;
STF – Supremo Tribunal Federal;
TCU – Tribunal de Contas da União;
TSE – Tribunal Superior Eleitoral;
TV – Televisão;
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;
UDN – União Democrática Nacional;
UFPR – Universidade Federal do Paraná;
UNE – União Nacional dos Estudantes;
USP – Universidade de São Paulo;
VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
A IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA	20
Do Marco Teórico e Metodológico	24
HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, HISTÓRIA POLÍTICA, “CAMPO POLÍTICO”, PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO, LULISMO E PEMEDEBISMO	25
CAPÍTULOS E ESTRUTURA DA TESE.....	32
1 AS POSIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DO JORNAL <i>O ESTADO DE S. PAULO</i> AO LONGO DE SUA HISTÓRIA.....	35
1.1 UM JORNAL REPUBLICANO EM OPOSIÇÃO À PRIMEIRA REPÚBLICA	35
1.2 O <i>ESTADÃO</i> E O VARGUISMO: ENTRE APOIO E INTERVENÇÃO FEDERAL ..	40
1.3 CAFÉ, RACISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E PAULISTOCENTRISMO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	46
1.4 O <i>ESTADÃO</i> NO PÓS-ESTADO NOVO: APOIO À UDN, OPOSIÇÃO AO TRABALHISMO VARGUISTA E PEDIDOS DE INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	49
1.5 O <i>ESTADÃO</i> NO APOIO AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E DE TODOS OS ATOS MILITARES ATÉ 1968.....	58
1.6 O <i>ESTADÃO</i> DOS ANOS 1980: PRODUZINDO O CONSENSO NEOLIBERAL.....	68
1.7 O <i>ESTADÃO</i> E O PLANO REAL: APOIO AO PSDB E OPOSIÇÃO AO PT	73
2 OPOSIÇÃO ELEITORAL, COBRANÇA DE “FAXINA REPUBLICANA” E TENTATIVA DE IMPRIMIR UM RUMO NEOLIBERAL AO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2010-2011)	77
2.1 A ELEIÇÃO DE 2010 NOS EDITORIAIS DO <i>ESTADÃO</i> E A MONTAGEM DO GOVERNO DILMA	78
2.1.1 O primeiro semestre de 2010: uma pré-campanha já polarizada.....	78
2.1.2 O primeiro turno: a operação segundo turno	83

2.1.3 O segundo turno: um fio de esperança ao jornal oposicionista	85
2.1.4 Dilma vence e forma o novo governo	87
2.2 O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: O <i>ESTADÃO</i> COBROU UMA “FAXINA REPUBLICANA” NA POLÍTICA E EXIGIU A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL NA ECONOMIA	90
2.2.1 Créditos iniciais desde que a agenda seja neoliberal	91
2.2.2 Os embates políticos no Congresso e a cobrança por uma “faxina republicana”....	93
2.2.3 Oposição em frangalhos e a ameaça Lula	108
2.3 O JORNAL COBRA ADOÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL	111
2.4 O <i>ESTADÃO</i> TENTA INFLAR MARCHAS CONTRA A CORRUPÇÃO, MAS DILMA SEGUE POPULAR	116
3 OPOSIÇÃO À NOVA MATRIZ ECONÔMICA, PRESSÃO POR CONDENAÇÕES NO MENSALÃO E AÇÃO ANTIPETISTA NA ELEIÇÃO MUNICIPAL (2012-2013)	120
3.1 OS EMBATES POLÍTICOS NO ANO ELEITORAL DE 2012	121
3.1.1 Os embates políticos no Congresso e a dificuldade de manter uma base coesa em ano eleitoral	121
3.1.2 Ação antipetista na eleição municipal de São Paulo	128
3.1.3 A CPI do Cachoeira mostrou a articulação política inadequada do governo	134
3.2 PRESSÃO MUDIÁTICA AO STF PARA CONDENAR OS PETISTAS E CHEGAR ATÉ LULA.....	139
3.3 O ANO É 2013, MAS TODOS JÁ OLHAM PARA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2014	147
3.3.1 A base congressional mais arredia e pemedebizada em 2013	148
3.3.2 A eleição de 2014 já começou e o Estadão escolheu o seu candidato: Aécio Neves	155
3.3.3 A presidenta Dilma e seu governo são incompetentes	163

3.4 ALARMISMO ECONÔMICO E OPOSIÇÃO À NOVA MATRIZ ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA	165
4 A NOVA CONJUNTURA POLÍTICA PÓS-JUNHO 2013, CUNHA LIDERA O PMDB OPOSICIONISTA, A LAVA JATO CERCA O GOVERNO, A ELEIÇÃO RADICALIZADA E O ALARMISMO ECONÔMICO (2013-2014)	172
4.1 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 ABREM NOVA CONJUNTURA POLÍTICA	173
4.2 AS OPOSIÇÕES SE ARTICULAM E TEM DOIS NOMES COMPETITIVOS PARA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL.....	181
4.3 CUNHA LIDERA O PMDB E LEVA A BASE OPOSICIONISTA À BEIRA DO ROMPIMENTO COM O GOVERNO.....	187
4.4 DILMA PRESIDENTA E CANDIDATA	197
4.5 PRISÕES NO MENSALÃO, A LAVA JATO AUMENTA O CERCO JUDICIAL AO GOVERNO E A CPI DA PETROBRÁS AMPLIFICA O FATO POLÍTICO.....	207
4.6 O ANO ELEITORAL DE 2014	214
4.6.1 Precedentes da eleição	214
4.6.2 Eleições 2014: mais uma vez, o Estadão em campanha pelo PSDB e sua política econômica.....	222
4.7 INTENSIFICAÇÃO DA OPOSIÇÃO À AGENDA ECONÔMICA DO GOVERNO: ALARMISMO INFLACIONÁRIO E DAS CONTAS PÚBLICAS.....	229
5 UM JORNAL ANTIPETISTA NA LEGITIMAÇÃO DO <i>IMPEACHMENT</i> E DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL (2015-2016)	235
5.1 O GOVERNO QUE NÃO TEM BASE CONGRESSUAL: O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.....	236
5.1.1 Vitória contestada nas ruas, nos tribunais, a formação do governo e os primeiros embates com Eduardo Cunha	237
5.1.2 Dilma nas mãos do PMDB, Cunha e Temer	246
5.2 ECONOMIA: SELIC, DÓLAR, INFLAÇÃO, RECESSÃO, DESEMPREGO E O AJUSTE FISCAL SEM CPMF	254

5.3 O CERCO CONTÍNUO DA LAVA JATO SOBRE O GOVERNO E O CAMPO POLÍTICO EM 2015	259
5.4 AS VÁRIAS FRENTES DO GOLPISMO CONTRA DILMA: AS MANIFESTAÇÕES DE RUA, A AMEAÇA DE <i>IMPEACHMENT</i> NO CONGRESSO, AÇÃO ELEITORAL NO TSE E AS PEDALADAS NO TCU	264
5.4.1 Atos da direita pró-impeachment nas ruas	265
5.4.2 Queda de popularidade	270
5.4.3 Processo no TSE.....	272
5.4.4 TCU e as pedaladas fiscais	273
5.4.5 O <i>impeachment</i> especulado no Congresso	277
5.5 A HISTÓRIA POLÍTICA SE ACELERA: CERCO A CUNHA, AFASTAMENTO DO PMDB, PRISÃO DE DELCÍDIO E A ABERTURA DO <i>IMPEACHMENT</i>	283
5.5.1 O cerco da Lava Jato sobre Eduardo Cunha.....	284
5.5.2 O PMDB e Michel Temer se afastam da presidenta e articulam pelo impeachment	289
5.5.3 O turbulento mês de novembro e a abertura do processo de impeachment	295
5.6 O <i>ESTADÃO</i> EM CAMPANHA EDITORIAL PERMANENTE PELO <i>IMPEACHMENT</i> , A DESTRUIÇÃO POLÍTICA DE LULA E DO PT E A ADESÃO DO GOVERNO TEMER À AGENDA NEOLIBERAL	304
5.6.1 Todo apoio editorial ao impeachment, legitimação das “pedaladas fiscais” e dos atos de rua.....	307
5.6.2 Ações do STF na crise e todo apoio à Lava Jato	312
5.6.3 Comentários sobre a luta política	314
5.6.4 Não basta o impeachment: é preciso destruir Dilma, Lula e o PT	318
5.6.5 Temer competente	323
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	326
O <i>ESTADÃO</i> NA OPOSIÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA A DILMA ROUSSEFF, LULA DA SILVA, AO LULISMO E AO PT	326

O CAMPO POLÍTICO CONTRA DILMA OU O GOLPE PARLAMENTAR TRAVESTIDO DE IMPEACHMENT	330
CONCLUSÃO.....	334
EPÍLOGO: O <i>ESTADÃO</i> NO PÓS-DILMA EM APOIO IRRESTRITO AO GOVERNO MICHEL TEMER.....	335
FONTE	344
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	344

INTRODUÇÃO

Há uma série de elementos que, somados, explicam a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, por meio de *impeachment* que mais se pareceu com golpe parlamentar. A crise que resultou na deposição de Dilma não pode ser compreendida levando-se em conta apenas um fator. Há uma considerável bibliografia que analisa e discute os fatos do Brasil recente a partir de várias perspectivas: a decisiva influência da imprensa na legitimação da narrativa pró-*impeachment* (GONÇALVES, 2018); o cerco neoliberal e rentista acelerado pelo ajuste fiscal de Dilma (CARVALHO, 2018); a crescente hostilidade das classes médias e altas às políticas de inclusão social promovidas pelos governos do PT, a atuação partidarizada do Judiciário (SOUZA, 2016) e, principalmente, o jogo político congressional liderado pelo PMDB (SANTOS, 2017) (SINGER, 2018).

Esta tese dialoga com as pesquisas que analisam a influência da imprensa na oposição ao lulismo e na legitimação do *impeachment*. Também dialoga com as pesquisas que buscam a compreensão e avaliação do jogo político entre Dilma/PT e o Congresso/PMDB. Para isso, este trabalho tem como fonte e objeto o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) em duplo objetivo: 01) perceber e analisar como o periódico se posicionou editorialmente ao longo do governo da presidenta Dilma Rousseff, tanto nos embates políticos, como na economia e diante do cerco judicial ao governo e ao PT; 02) narrar, a partir do que foi publicado nas páginas do jornal, a conturbada relação da presidenta Dilma Rousseff com o campo político, em especial, o PMDB. Para o primeiro objetivo, partimos da hipótese de que o *Estadão* foi condizente com seu histórico neoliberal na economia e antipetista na política, atuando sem receio como um jornal oposicionista. Para o segundo objetivo, a justificativa é que o encadear de fatos e as posições editoriais do jornal, permitem a melhor compreensão da complexa relação entre Dilma e o campo político pemedebista, relação esta fundamental para o entendimento do golpe parlamentar travestido de *impeachment* em 2016.

Assim, para esta pesquisa, é utilizado como fonte o jornal *OESP* entre os anos de 2011 e abril de 2016. O foco principal da análise recai sobre os três editoriais diariamente publicados na página A3 do periódico. Por conta do grande recorte temporal e quantidade de fontes (5.595 editoriais publicados no período), opta-se aqui por focar em detalhes os editoriais que tenham como tema principal o embate político, partidário, parlamentar e ideológico. Em segundo plano, em cada capítulo, há uma amostra da oposição do *Estadão* à agenda econômica do governo.

Ao mesmo tempo, para o encadear dos fatos políticos, utiliza-se o caderno “Nacional” do *Estadão*, publicado diariamente a partir da página A4, em que o jornal recorta os fatos políticos que julga importante ao seu leitor e que acabam por “reproduzir uma história que carrega prioritariamente os sentidos, desejos e interesse da linha editorial do jornal” (DIAS e SOUZA, 2018, p. 37). Também será dado destaque para os textos assinados por jornalistas/articulista do periódico sobre os bastidores da política em Brasília, em especial os das jornalistas Dora Kramer e Eliane Cantanhêde, uma vez que suas informações de bastidores e interpretações feitas ao calor do momento, permitem maior debate dos fatos e da posição editorial do jornal. Assim, os demais cadernos, sobretudo os mais relevantes deles, como os de “Economia e Negócios” e “Internacional” não são objetos/fontes deste trabalho. Toda esta fonte é intercalada com parte da bibliografia já publicada sobre o período em análise.

O fundamento pela opção por um jornal de circulação diária se dá por este ainda manter, como argumenta Fernando Azevedo (2018), umas das principais fontes primárias de informação política e com grande capacidade para pautar as demais mídias e o debate público. Ainda conforme o autor, no caso do impedimento da presidenta Dilma, os grandes jornais diários “desempenharam um papel estratégico na engrenagem política” por conta de sua “assimetria informacional” (AZEVEDO, 2018, p. 45 e 46). Azevedo ainda afirma que, em geral, o público leitor deste tipo de imprensa é formado pelos extratos de renda mais altos e eleitores de centro-direita. Assim, os jornais agiram editorialmente para desestabilizar o governo Dilma e dar ao processo “uma legitimidade democrática”, sendo que o *Estadão* foi o jornal “mais direto e agressivo em sua posição” (AZEVEDO, 2018, p. 46 e 51) a favor do *impeachment*.

A justificativa para a escolha do *Estadão* como objeto de pesquisa está na possibilidade de contribuir com uma já longa bibliografia que avalia a centenária posição ideológica do periódico, como mostrado primeiro capítulo deste trabalho. Trata-se do jornal mais antigo em circulação ininterrupta no país, de grande capilaridade no maior estado da federação e indiscutível repercussão política e econômica de seus editoriais e textos de articulistas. A justificativa do recorte sobre o governo Dilma e não sobre todo o período de governo petista, se deve pela inviabilidade temporal de uma pesquisa desta envergadura tendo um jornal diário como fonte/objeto. A justificativa pela análise apenas dos editoriais e do caderno “Nacional” do jornal é por se tratar de uma pesquisa que tem a política como tema central.

Sobre a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo*, a hipótese inicial, e confirmada nos resultados obtidos, é que o periódico agiu politicamente na oposição ao governo Dilma

Rousseff, com objetivo de forjar um consenso contra o lulismo e a favor do *impeachment* da presidenta. Esta atuação foi condizente com seu histórico de radical oposição ao petismo no plano político e às políticas minimamente intervencionistas/estatistas no plano econômico. O jornal sempre pediu votos aos candidatos de oposição, e quando Michel Temer acenou com uma política econômica de ajuste fiscal, não hesitou em aderir plenamente ao *impeachment*.

Sobre as disputas políticas, buscou-se confirmar ou descartar as hipóteses levantadas por políticos e acadêmicos (ver item abaixo) no calor dos acontecimentos de 2015 e 2016: o *impeachment* foi uma reação conspiratória do campo político pemedebista? Ao que e por que eles reagiram com um *impeachment*? Houve fatores externos ao campo político que impulsionaram esta reação? Quais os principais erros políticos cometidos por Dilma que precipitaram esta reação? As respostas às questões aqui levantadas permitem concluir que houve um golpe parlamentar travestido de *impeachment*?

Diante disso, a motivação para esta pesquisa está em contribuir com a cada dia mais volumosa bibliografia acadêmica que se dedica a apresentar as primeiras e provisórias análises e respostas sobre os acontecimentos políticos recentes no Brasil. Há a esperança de que esta pesquisa sirva de apoio a outros pesquisadores que, a partir das respostas aqui apresentadas, promovam novas reflexões, a fim de lapidar as respostas.

A IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

Este trabalho se insere no campo da “história política” e da “história do tempo presente”. O uso de fontes jornalísticas para pesquisas em História do Tempo Presente (HTP) dialoga com as renovações nos estudos da História Política que visam ampliar o rol de documentos e os métodos de análise sobre o campo político. Sabe-se que a independência e a exatidão nem sempre estão presentes nos conteúdos dos periódicos e em seus editoriais. Porém, é necessário reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, como aponta Jean-Jacques Becker, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003, p. 196-197) dentre outros.

A historiadora especializada em estudos com e sobre a imprensa, Tania Regina de Luca, defende o uso da imprensa nas pesquisas sobre a História Política: “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra

cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011, p. 128). O jornalista Carlos Chagas que por décadas cobriu a cena política brasileira para diversos periódicos e publicou livros sobre o tema, também se manifesta no mesmo sentido, reforçando que a imprensa “registra os fatos sem que seus personagens tenham ainda oportunidade de retoca-los conforme seus interesses, nos livros de memórias, ou na voz de seus simpatizantes, nas biografias” (CHAGAS, 2014, p. 270). Também a historiadora Maria Helena Capelato, estudiosa da imprensa como fonte e objeto, defende o uso das fontes jornalísticas nas pesquisas de HTP por permitir “constituir, de forma pormenorizada, os acontecimentos que ela registrou, comentou e nos quais participou na condição de agente do processo” (CAPELATO, 2014, p. 300).

No mesmo sentido, Luiz Dias e Rafael Souza defendem o uso da imprensa em pesquisas de história do tempo presente. Reforçando que a imprensa não é neutra, mas carrega os interesses e expectativas dos grupos econômicos que a financiam, ainda assim, o estudo da imprensa é importante para avaliar a opinião do periódico, sendo uma das “mais importantes fontes de investigação da realidade sociocultural de uma época” (DIAS e SOUZA, 2018, p. 9). Os mesmos autores indicam que a imprensa brasileira, teve papel de destaque para desgastar a popularidade de Dilma, desconstruir os programas sociais do lulismo e justificar pela legitimidade de um *impeachment*, com base em “pedaladas fiscais”, como responsáveis pelo “pior momento da história do Brasil” (DIAS e SOUZA, 2018, p. 33). Neste contexto, o *Estadão* foi o jornal que agiu de “forma mais aberta” (DIAS e SOUZA, 2018, p. 38) no alarmismo antipetista.

Consideramos também o alerta de Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas, de que todo “documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado não pode ser visto como algo transparente” (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 377) e, por isso, o historiador deve se atentar para o modo pelo qual este documento apresenta o conteúdo histórico que se pretende examinar. Assim, o objetivo central deste trabalho é observar e analisar de que forma o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou, narrou, comentou e atuou nos embates políticos do governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

O objeto deste trabalho é um dos maiores periódicos da história do Brasil e com centenária posição à direita na política e liberal/neoliberal na economia. A grande imprensa define-se como filiada aos ideais liberais e republicanos, que, com base na liberdade de expressão, teria a responsabilidade social de atuar na fiscalização dos poderes como um “quarto poder”. Para isso, a imprensa se reivindica como alheia aos conflitos sociais, políticos e

econômicos e de trabalhar com imparcialidade na observação e denúncia de irregularidades em nome dos interesses de toda a coletividade.

Entretanto, pesquisas que tem a imprensa como objeto de análise, apontam para as contradições e limites desses ideais propagados pela grande mídia. Na prática, os grandes periódicos atuam como máquinas de produção do consenso do pensamento único às ideias neoliberais e bloqueio de outras formas de pensamento contrárias a teoria liberal; a liberdade de expressão é, na verdade, a liberdade do proprietário do veículo de imprensa que define o que publicar; a fiscalização aos poderes é seletiva; como uma empresa privada que visa ao lucro, depende da venda do produto e do patrocínio de anunciantes, sua ação jornalística não está alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos; a alegada imparcialidade em nome dos interesses de toda a coletividade se constitui em disfarce para o caráter ideológico nas narrativas publicadas pela imprensa.

Embora a imprensa não tenha vínculos com partidos políticos, as pesquisas apontam para a manutenção de vínculos de classe. Desde os anos 1980, a grande imprensa brasileira agiu partidariamente na produção de um consenso ideológico neoliberal, enquanto se apresentou como neutra, objetiva e independente aos olhos do leitor menos atento (FONSECA, 2005). Assim, as mídias de informação atuam em dois campos que se complementam: o econômico, pois se trata de uma empresa que fabrica um produto a ser comercializado e que visa ao lucro; e o simbólico, vez que seu produto busca participar da construção da opinião pública (CHARAUDEU, 2013). Portanto, o jornal é um mediador, que faz a triagem dos acontecimentos antes de publicá-lo na forma de notícia ou opinião, tendo a dupla função de formar e informar.

Conforme a historiadora Tania de Luca, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2011, p. 139). No caso dos jornais, seu público leitor é mais elitizado, os chamados formadores de opinião que a partir da leitura do periódico, atuarão socialmente na propagação da narrativa por eles consumida diariamente (HERNANDES, 2012). Por isso a importância deste trabalho em mostrar como o *Estadão* narrou e comentou os embates políticos ao longo do governo Dilma Rousseff e, assim, contribuiu para formar um público leitor/eleitor antipetista, em especial na capital paulista, palco dos maiores protestos de rua contra Dilma e a favor do *impeachment*.

Francisco Fonseca (2005) tem um dos trabalhos de referência para os estudos da grande imprensa no Brasil. Ao desnudar a fabricação do consenso forjado em torno da agenda

ultraliberal entre 1985-1992 nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, o autor discute importantes metodologias para pesquisas que tenham a imprensa diária como objeto: a imprensa usa uma linguagem simples, vulgar, dicotômica, em nome de valores supostamente universais e naturais; não há vozes alternativas; os adversários são desqualificados, estigmatizados e hostilizados como atrasados inimigos; e pratica a omissão ou pouca repercussão sobre os fatos que desabonam sua narrativa.

É nos editoriais que os jornais apresentam a posição oficial de seus proprietários e/ou financiadores. Neles, podemos perceber a defesa ou crítica a determinadas ideias, políticos e partidos, o que serve de baliza para o trabalho dos demais jornalistas da empresa. Como aponta Fonseca (2005), comumente os editoriais usam o fugidio conceito de “opinião pública” para legitimar a própria opinião da empresa jornalística, dos seus financiadores ou, no máximo, da classe média/alta que busca representar e dirigir.

Embora justifique suas posições em nome de uma democracia liberal, na prática, não há pluralismo de ideias e debates na grande imprensa brasileira. Arraigados ao conservadorismo e à reação, em nome de uma suposta liberdade de expressão, atuam de forma antiliberal e antidemocrática na defesa da sociedade capitalista, na qual a iniciativa privada é vista de forma positiva e os culpados pela crise sempre são o intervencionismo estatal, os movimentos sociais de trabalhadores, as greves e os partidos de esquerda. De tempos em tempos, revivem o “perigo comunista” ou o moralismo “anticorrupção” como arma política contra adversários.

Em trabalho recente, Fernando Azevedo (2017) reforçou que a questão central das pesquisas que têm a imprensa como objeto, deve ser a relação dela com o sistema político e econômico. É preciso atentar-se à maneira que a imprensa se posiciona, se ela atua de forma equilibrada, se é diversificada, se há pluralidade de opiniões nas páginas dos jornais, se tomam posição ou atuam com imparcialidade, dentre outras questões. É consenso que a mídia possui grande poder de agenda, ou seja, ela seleciona, hierarquiza, estabelece enquadramentos, narrativas e opiniões sobre os fatos. A imprensa pode não determinar como as pessoas vão pensar, mas é capaz de determinar sobre qual tema e a partir de qual perspectiva seus leitores pensarão sobre um determinado fato ou conjuntura.

Ainda conforme os argumentos de Fernando Azevedo (2017), a imprensa é fundamental na construção da agenda e na mediação do debate político. Ao fornecer, diariamente, análises interpretativas, ela constrói ou destrói imagens e reputações de pessoas e ideias e, assim, atua para formar preferências políticas, ideológicas e eleitorais em seus leitores. O autor mostra que “a imprensa brasileira age como um ator que intervém e participa historicamente do debate

nacional, assumindo posições políticas e ideológicas, mas com um autoatribuído papel moderador” (AZEVEDO, 2017, p. 45-46). Ou seja, a mídia participa de forma militante no debate político que ela narra de maneira enviesada. Embora se coloque como fiadora do pluralismo político, imparcial e aberta ao debate, as pesquisas acadêmicas têm desmontado esta autopropaganda e comprovado que, na verdade, a imprensa define, a partir de seus próprios critérios políticos, ideológicos e econômicos, quem pode participar do debate e censura as vozes dissonantes.

Por fim, esta tese ainda se junta aos trabalhos de Francisco Fonseca (2005) e Carla Silva (2009) que têm nos conceitos explicativos elaborados por Antonio Gramsci o referencial teórico para pensar a imprensa, como meio eficiente para “organizar e difundir determinado tipo de cultura” (2001, p. 32). Posto que Gramsci entendia a cultura e a ideologia como permeadas por relações de poder, a dominação de uma classe sobre a outra necessita de uma liderança ideológica e cultural, que construa a hegemonia via consenso na sociedade civil em disputa.

Do Marco Teórico e Metodológico

O principal aporte teórico desta tese está nos conceitos de Antônio Gramsci (2001). Assim, a imprensa é trabalhada aqui como instrumento da luta de classes no embate ideológico, pois busca influenciar na grande e na pequena política, apontar o rumo, organizar seus leitores de classe média numa educação continuada, visto que a reprodução do capital necessita de defensores. Por isso, parte-se da hipótese de que a imprensa age como “aparelho privado de hegemonia” ou um “partido”, uma “trincheira” ideológica na “guerra de posições” cujos jornalistas/editores atuam como “intelectuais orgânicos” a serviço dos seus padrões/financiadores na busca pelo “consenso” da narrativa pretendida pela empresa jornalística para consolidar-se como “hegemônica”.

Gramsci percebe que, na complexa sociedade ocidental do século XX, a sociedade civil desempenha papel fundamental no jogo político. Cabe às organizações da sociedade civil, como a imprensa, a Igreja e os clubes de serviço, o trabalho de direção moral e intelectual da comunidade. Gramsci dedicou grande atenção ao papel da imprensa que tem por objetivo explícito o de vincular ao grande público uma determinada corrente ideológica (PORTELLI, 1977). Portanto, a imprensa é considerada um “aparelho privado de hegemonia”, isto é, um ator político-ideológico cujo objetivo primordial é, diariamente, atuar para “inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias” (SIMIONATTO,

2004, p. 44) e assim conquistar ou manter a hegemonia/dominação da classe burguesa e de suas ideologias.

Como mostrou Carla Silva (2009), nesta ação quase pedagógica de formular, organizar, gerenciar e cobrar uma agenda neoliberal, a imprensa age como um “partido”. Seus jornalistas e editorialistas são os “intelectuais orgânicos” que cumprem a tarefa de construir e transmitir ao público leitor uma narrativa ideológica travestida de única alternativa possível. Cada editorial ou reportagem do jornal pode ser entendido como uma “trincheira” a mais na guerra pela conquista ou manutenção da direção ideológica da sociedade – ou hegemonia. No caso deste trabalho, investiga-se se e como o *Estadão* atuou ideologicamente para forjar o consenso em torno da ideologia neoliberal, reforçar o antipetismo e legitimar o *impeachment*.

Para responder a estes objetivos de análise, esta pesquisa tem enfoque qualitativo (GOLDSTEIN, 2017), ou seja, nas especificidades discursivas e ideológicas, nos conceitos e argumentos presentes nos editoriais do jornal para consolidar o consenso hegemônico contra o lulismo (FONSECA, 2005). Não há, portanto, grandes preocupações quantitativas nas análises editoriais (AZEVEDO, 2017), por considerar que este tipo de enfoque não atende aos objetivos propostos.

Uma última explicação metodológica se faz necessária. Esta tese trabalhou com enorme quantidade de edições do jornal *O Estado de S. Paulo* (foram quase 2 mil edições de jornal lidas, fichadas e analisadas) e, ao longo do texto, foi necessária uma proporcional quantidade de citações diretas ou indiretas (foram mais de 900 notas de rodapé ao longo desta tese). Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título da reportagem/editorial, a escolha foi de não fazê-las como o indicado. Foi criado um caminho alternativo para contornar a inviabilidade desta recomendação técnica diante de um trabalho de tamanha envergadura. Por isso, as referências a cada citação direta ou indireta constam em notas de rodapé com a data da edição e página do periódico no qual aquela informação está disponível. Assim, garanto a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo em que preservo aos demais pesquisadores a indicação correta da fonte, objetivo este primordial das recomendações de normas técnicas.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, HISTÓRIA POLÍTICA, “CAMPO POLÍTICO”, PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO, LULISMO E PEMEDEBISMO

Este trabalho se insere no recorte temporal e metodológico atinentes à chamada História do Tempo Presente (HTP). Até meados do século XX, poucos foram os historiadores profissionais que promoveram pesquisas sobre temáticas do presente. Havia uma equivocada ideia de que somente a distância temporal propiciaria ao historiador, a necessária isenção para seu trabalho de análise documental. Porém, as rupturas promovidas no mundo ao longo da primeira metade do século XX, alteraram a percepção sobre o tempo histórico, fazendo o público leitor requisitar maiores explicações sobre o presente. O marco mais visível desta alteração foi a criação do Instituto de História do Tempo Presente em 1978 na França.

A busca pelo sentido do acontecimento no presente exige do historiador um complexo trabalho sobre a influência do passado nos acontecimentos recentes. A ruptura política de 2016 gerou uma demanda social por estudos que expliquem a conjuntura política atual, que não pode ser entendida apenas pelos fatos daquele ano. O *impeachment* foi o resultado de um complexo jogo de poder no campo político brasileiro caracterizado pelo presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018) em sua forma pemedebista (NOBRE, 2013) desde o governo José Sarney, mas que, a partir da eleição presidencial de 2010, passou a ter nova conjuntura com o PMDB ocupando a vice-presidência. Por isso, a justificativa de recorte deste trabalho.

François Bédarida (2006) e João Fábio Bertonha (2012) apontam as dificuldades e desafios para um trabalho em HTP: a complexidade do mundo contemporâneo; o domínio da bibliografia recém produzida sobre o recorte analisado; o excesso de fontes; a subjetividade do historiador e a mudança de perspectivas sobre o acontecimento, uma vez que, ao longo da pesquisa, o próprio acontecimento ainda está se desenrolando. Some-se a isso a disputa para consolidar uma narrativa explicativa por parte dos agentes públicos ou privados que se enfrentam no campo político ou social do presente. Todos estes desafios são perceptíveis ao longo deste trabalho.

A pesquisa historiográfica objetiva estabelecer uma linha de raciocínio inteligível sobre um determinado acontecimento, as relações de causa e efeito (LACOUTURE, 1998). Por isso, a insistência deste trabalho em narrar factualmente parte dos embates políticos do governo Dilma, pois cabe ao historiador do Tempo Presente apresentar os primeiros esboços narrativos e interpretativos do acontecimento. Como apontou René Rémond (2006), por conta destas suas particularidades, a pesquisa em HTP deve ater-se mais aos detalhes e fatos do episódio estudado. No caso desta pesquisa, os detalhes do jogo político, das aproximações e rupturas nas alianças, das entrelinhas das entrevistas e falas dos atores envolvidos dadas ao periódico, das interpretações e intervenções promovidas pela imprensa. É preciso ter a consciência de que as

análises e interpretações feitas pela HTP são sempre provisórias e sujeitas a aprofundamentos e revisões posteriores, quando a distância temporal do fato e o surgimento de novos documentos a permitirem.

Esta tese também dialoga com a perspectiva que vê, no jogo político congressional, o fator determinante para o desenrolar da crise que culminou no golpe parlamentar travestido de *impeachment* em 2016. Como defende Wanderley dos Santos, tratou-se de “um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares [...] o comando de todo o processo permaneceu em mãos de parlamentares profissionais” (SANTOS, 2017, p. 132). Foi nos bastidores do Congresso que líderes partidários conspiraram e atuaram pela deposição de Dilma Rousseff. Por isso a necessidade de encadear os fatos e os embates, a partir da narrativa do *Estadão*.

O PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer, é que liderou, estimulado pela imprensa, classe média, empresariado e protegidos pelo Judiciário, o movimento que reuniu os partidos de centro-direita então aliados ao lulismo, mas que estavam insatisfeitos com o quinhão governista ou ressentidos pelo “ensaio republicano” de Dilma. Os peemedebistas receberam apoio dos partidos da oposição neoliberal e burguesa, dispostos a voltar ao poder, independente do resultado das urnas. Em outras palavras, pressões das ruas, oposição da imprensa e cerco burguês não teriam sucesso na deposição de Dilma, como não tiveram na quase deposição de Michel Temer em 2017, sem a efetiva ação do campo político, então liderado pelo PMDB.

Uma vez partindo do entendimento de que a liderança golpista coube ao parlamento, o tema central a ser analisado pelas páginas e editoriais do *Estadão* é a complexa convivência entre petistas e peemedebistas, entre o Executivo e base aliada no Legislativo e entre a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer. Esta relação é feita de idas e vindas, aproximações e afastamentos, mútua desconfiança e declarações públicas elogiosas e críticas. Assim, esta tese se insere no campo da História Política e, ao longo de suas páginas, será comum o uso de conceitos como “campo político”, “presidencialismo de coalizão”, “lulismo” e “pemedebismo”.

Estimulada pelas renovações na historiografia, em especial pela maior aproximação com outras áreas das ciências humanas, desde a década de 1970 a História Política entrou em uma nova etapa, contudo, sem renegar seu passado ou mesmo excluir a necessidade de narrar e descrever os acontecimentos políticos. A progressiva expansão da democracia eleitoral e também dos meios de comunicação de massa, colocou novos personagens na cena política. A população em geral e a imprensa, que eram relegados nos trabalhos tradicionais, passaram a ter

gradativo protagonismo nas pesquisas da “nova história política” o que também desempenhou “um papel essencial na afirmação da história do presente” (CHAUVEAU e TÁTART, 1999, p. 15).

Como explica René Rémond, em essência, a política “é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder” (RÉMOND, 2003, p. 444). As instituições políticas não são neutras, mas servem de instrumento à classe no poder, logo o Estado/governo deve ser pensado como expressão das disputas de poder entre as classes. Embora afirme que não se deve reivindicar hegemonia para a política, Rémond reforça que é a política quem dirige a sociedade, faz leis que autorizam ou proíbem algo, altera legislações trabalhistas ou econômicas, cria, cobra e arrecada impostos que são direcionados conforme as leis e os interesses do governo da vez.

Assim, a política não deve ser apenas pensada como permeada ou impermeada de intervenções externas, mas como ponto de condensação. Atualmente, o Estado tem cada vez mais atribuições e suas decisões incidem de forma concreta na vida diária de todos os cidadãos. É importante salientar que a política não segue um desenvolvimento linear, mas é feita de constantes acidentes e rupturas, às vezes inesperadas. Para Rémond, as crises “modificam irremediavelmente o curso das coisas” (2003, p. 449) e a crise política do lulismo que resultou no golpe parlamentar de 2016 mudou o curso político no Brasil.

Outra reflexão importante sobre o político é encontrada em Pierre Rosanvallon (2010), para quem não é a democracia que está em crise, mas sim a teoria política tradicional que tem dificuldade em perceber o político como um espaço de disputa permanentemente aberto. O trabalho do historiador, então, deve ser o de “apreender o movimento da democracia em sua definição problemática” e não idealizada (2010, p. 92). Ao longo deste trabalho, veremos o quanto a disputa política esteve aberta e cujas disputas entre classes e interesses geram resultados incertos.

Pierre Bourdieu reconhece que toda análise sobre a luta política deve considerar as determinantes econômicas e sociais. Porém, ele argumenta que “seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político” (2011b, p. 175) e reduzi-lo a mera ressonância acessória das forças econômicas e sociais. Para esta tese, o conceito de “campo” em Bourdieu acrescenta na compreensão sobre as ações de grande parte dos parlamentares insatisfeitos com a postura da presidenta Dilma Rousseff. “Campo” é um microcosmo relativamente autônomo no interior do grande corpo social. Por ser autônomo, o campo possui leis, princípios, regras de funcionamento e avaliações internas próprias. Dentro

de um campo, há regras singulares, disputas entre os agentes por melhores posições dentro do campo e, a depender do capital simbólico que cada agente dispõe, mais força para comandar maiores blocos e assim controlar ou conquistar a hegemonia dentro do campo. É um espaço para profissionais que atuam há anos dentro do campo. Veremos que a presidenta Dilma confrontou grande parte do “campo político” ao longo de seu mandato e que o processo de *impeachment* contra ela foi, em parte, uma reação do “campo” político liderado pelo PMDB.

O conceito de campo nos ajuda a pensar a luta política como separada da sociedade e da maioria da população, cujas opiniões e necessidades não importam ou importam pouco para os agentes do campo político. Os políticos profissionais têm força própria e são, até certo ponto, impermeáveis à opinião pública. Entre os agentes profissionais do campo, tende a haver uma autodefesa cúmplice contra as críticas e ameaças vindas de fora do campo ou mesmo das pressões advindas de frações do próprio campo político. O objetivo do campo é defender os interesses profissionais dos agentes e a perpetuação do campo e de seus herdeiros. Embora o acesso ao campo político se dê pelo voto popular, são os agentes do campo, isto é, os políticos profissionais, que detêm o monopólio de promover a oferta de candidatos aptos a serem votados e distribuir o butim entre os eleitos. As regras de financiamento de campanha, cláusulas de barreiras, janelas para mudança de partidos, proibição de coligações proporcionais etc, feitas pelos políticos têm como objetivo limitar a renovação do campo político e perpetuar as posições familiares hereditárias.

Bourdieu possui um argumento importante para auxiliar na compreensão do que se passou na política brasileira entre 2011-2016. Diz ele que “uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não têm outra função que a de reproduzir o aparelho e reproduzir os políticos” (2011a, p. 205) e, para isso, o campo político possui suas regras específicas de funcionamento interno. O campo político exige dos que adentram nele, a adesão absoluta às regras do jogo interno, como a submissão aos valores, hierarquias e censuras específicas do campo, sob pena de fracasso e exclusão. É na adesão tácita às regras do campo que está a origem do conluio solidário entre seus membros com vista a assegurar a manutenção dos seus interesses. Para a manutenção do conluio, a discrição e os segredos são fundamentais. Os que rompem a regra são censurados. A atuação no campo político exige dedicação exclusiva, o que dificulta a entrada/permanência de *outsiders*, pobres, mulheres ou militantes sociais e facilita a de filhos ou netos de políticos. A eleita Dilma Rousseff não possuía histórico dentro do campo político e, ao longo de seu governo, promoveu ações para romper o fisiologismo do campo.

As estratégias de atuação dos agentes políticos dependem da posição que eles ocupam dentro do campo. Bourdieu (2011a) aponta para a tendência de se concentrar poder nas mãos de uma oligarquia de políticos que comandam o jogo dentro do campo, conduzem a maioria dos deputados que dispõe de pouco capital político/simbólico e, portanto, os deixa a reboque das grandes decisões. Os políticos de grande capital simbólico dominam os partidos ou blocos de partidos/políticos e assim conseguem impor seus interesses pessoais ou de classe, na condução de grande quantidade de políticos. Ao longo de nosso recorte, ficou evidente que Eduardo Cunha e Michel Temer foram estes líderes a conduzirem o campo político.

Não se quer aqui insinuar que o campo político seja um local homogêneo. Há frações internas e acirrada concorrência entre os profissionais do campo com o objetivo de disputar eleitores, espaços e poder externo e interno. Bourdieu (2011b) enfatiza que as possibilidades e estratégias de cada agente no interior do campo são determinadas pela posição que ocupam dentro dele. Por fim, importante mencionar que na perspectiva do autor, o campo político não é um império totalmente alheio ao que se passa fora do campo. Necessidades e críticas externas ao campo, de alguma forma, repercutem dentro dele. A rivalidade com outro campo, idem, como os embates entre o campo político e o judicial. Além disso, e muito importante para esta tese, o campo da imprensa e o do Judiciário são capazes de gerar crises/fissuras/consolidações dentro do campo político.

A estrutura organizacional do campo político no Brasil é resultado de um longo processo histórico. Para o filósofo Marcos Nobre (2013), este processo resultou numa forma de atuação no parlamento que ele conceitua como “pemedebismo”, que emergiu após a Constituição de 1988 e se consolidou ao longo dos anos 1990-2000. O pemedebismo é a prática comum de atuação parlamentar cujo objetivo primordial é blindar o campo político, em especial o Legislativo, frente ao campo Jurídico, ao Poder Executivo ou às pressões da sociedade, neutralizar o governo de plantão e o avanço das demandas sociais. A histórica atuação do PMDB é o fio condutor mais adequado para compreender a atuação parlamentar que caracteriza a redemocratização brasileira, cujo emblema primeiro foi a figura do “Centrão” durante a constituinte.

Embora gestado pelo PMDB e tendo este partido como o principal fio condutor para entender o pemedebismo, este não se restringe ao partido, mas sim, abarca uma prática comum no parlamento, agrega diversos partidos do centro fisiológico que possuem a característica comum de estar no governo, independentemente de quem seja o governante. O pemedebismo atua no objetivo da chantagem política ao presidente: troca-se votos no parlamento por verbas,

cargos, ou vale-se da corrupção direta. Qualquer parlamentar pode aderir ao bloco pemedebista no parlamento, e a depender do espaço conquistado nele, ganhar a prerrogativa de liderá-lo ou de vetar outras iniciativas. Conforme se desenrola a disputa interna no bloco pemedebista, é vantajosa a troca de partidos, a fundação de um novo partido ou a formação de blocos suprapartidários em busca de maior quinhão e poder de veto parlamentar, como as conhecidas “bancada ruralista”, “bancada da bala” ou “bancada evangélica”.

Nobre (2013) aponta para numerosos casos de vetos pemedebistas a iniciativas do poder Executivo que sequer chegam ao conhecimento da população em geral e permanecem nos bastidos dos corredores do Congresso. Caso o presidente da vez almeje promover grandes transformações políticas, econômicas ou sociais, ele necessita ter grande capacidade política de contornar ou enfrentar os vetos pemedebistas. Por conta de uma pauta comum, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) não teve grande dificuldade em administrar o pemedebismo. O ex-presidente Lula da Silva (PT) passou de um primeiro momento de desdém para um pacto com o pemedebismo no qual, por conta de sua política econômica bem sucedida e seu estilo político conciliador, pôde superar alguns vetos e dirigir o pemedebismo pela centro-esquerda (GUILHERME, 2017).

Embora Marcos Nobre defenda o uso do conceito de “condomínio pemedebista” em substituição ao de “presidencialismo de coalizão”, esta tese entende que são coisas diferentes. O pemedebismo é a prática de autoblindagem do campo político, cujas práticas distorcidas de clientelismo, fisiologismo e de cooptação, não são inerentes ao presidencialismo de coalizão. Como defende Sérgio Abranches, “as coalizões podem ser formadas por métodos legítimos de negociação de programas e valores, livrando o presidencialismo de coalizão de tais vícios” (2018, p. 9) que Nobre bem aponta sobre a prática diária caracterizada pelo pemedebismo.

Como mostra Abranches (2018), a queda de braço entre os poderes Legislativo e Executivo é a principal característica política do Brasil desde a Proclamação da República em 1889. No período republicano, entre 1945-1964, já havia uma forma de presidencialismo de coalizão que foi suspenso no período Ditatorial (1964-1985) e recentemente atualizado a partir de 1985. A fragmentação partidária e a heterogeneidade eleitoral da população, tornam praticamente impossível que um presidente eleito tenha maioria no Congresso apenas com o seu partido. Daí a necessidade de formar coalizões governistas com outros partidos políticos. A coalizão é este acordo que, em teoria, permite ao chefe do Executivo imprimir uma agenda pública apoiada e negociada com os partidos que formem a base aliada no Legislativo. Na explicação metafórica do autor:

O presidente é, ao mesmo tempo, meio de campo e atacante. Ele precisa organizar as jogadas, a partir do meio de campo. Isso, no jogo político, significa organizar a coalizão majoritária pelo centro para poder governar. Ele forma e articula a coalizão. Mas, uma vez obtido esse apoio político, precisa manter a ofensiva e mostrar quem é o capitão do time. Comando e iniciativa. Isso é coisa de presidente. É o que requer o presidencialismo. Ao mesmo tempo, precisa ter flexibilidade e habilidade para negociar com o Congresso, encontrar o ponto de entendimento comum em cada matéria. Coisa de político. É o que requer a coalizão (2018, p. 14).

Por fim, André Singer (2012) (2018) conceitua como lulismo a orientação política adotada pelos governos Lula da Silva que, ao manter o tripé macroeconômico herdado do governo FHC e diante de conjuntura econômica internacional favorável até 2008, permitiu a adoção de medidas que reduziram a pobreza e ativaram o mercado interno sem confronto com o capital financeiro ou industrial. Tendo partido de grau histórico de elevado desprezo público pelos miseráveis, as políticas lulistas tiveram o poderoso efeito de reduzir a pobreza, ativar o mercado interno e reduzir o desemprego. Como resultado, alterou a base eleitoral do lulismo, garantindo-lhe certa fidelidade nas urnas dos que ascenderam socialmente, o que lhe permitiu seguidas vitórias presidenciais, crescimento da bancada do PT e dos partidos aliados no Congresso. Para a relação entre Executivo e Legislativo, a conjuntura favorável permitiu ao lulismo conduzir pela centro-esquerda o campo político pemedebizado, contornando seus vetos.

Ao apostar em uma política de reformismo suficientemente fraco, o lulismo apoiou-se na arbitragem das classes beneficiadas pela política do “ganha-ganha”: ganha o trabalhador que ingressa no mercado de trabalho, consome e melhora sua qualidade de vida; ganha a burguesia que lucra comercialmente e vê o arrefecimento das lutas de classe; ganha o capital financeiro, que mantém o seu quinhão no orçamento para receber os juros da dívida pública; ganha o campo político pemedebista que adere a um governo extremamente popular, bem-avaliado e com recursos em caixa para distribuir emendas parlamentares entre a base aliada. A presidenta Dilma Rousseff (PT) foi eleita para manter este pacto político, econômico e social, mas o contexto econômico era de recessão, ela não possuía histórico dentro do campo político, sua personalidade era avessa a tais tipos de pactos e no arranjo político eleitoral de 2010 o PMDB passou a ocupar o posto de vice-presidente. O resultado foi que seu governo sofreu grande desgaste frente ao campo político pemedebizado, resultando no imobilismo do governo e no golpe parlamentar travestido de *impeachment*.

Este trabalho está dividido em 05 capítulos.

O primeiro capítulo é feito de contextualizações e uma ampla revisão bibliográfica sobre as posições tomadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* ao longo de sua centenária história. Nascido como braço do Partido Republicano ainda no tempo do Império, os proprietários do jornal, a família Mesquita, logo passaram à oposição político-econômica da Primeira República. Apoiadora da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas, se tornou radicalmente antivarguista e antitrabalhista nas décadas seguintes. Ofereceu apoio à UDN e participou ativamente da conspiração golpista de 1964. Emprestou apoio à Ditadura nos primeiros anos, mas foi vítima de intervenção e censura. A partir dos anos 1980, atuou para forjar o consenso em torno da agenda neoliberal, apoiou o Plano Real e se tornou radicalmente antipetista, sempre apoiando os presidenciáveis do PSDB e em atitude fortemente hostil ao PT e ao seu líder Lula da Silva.

O segundo capítulo tem como recorte temporal os anos de 2010 e 2011. Trata da manutenção do histórico antipetismo eleitoral em 2010 e dos comentários do jornal sobre a formação do governo Dilma e seus primeiros atos. O primeiro ano de governo Dilma foi marcado pela “faxina republicana”, quando a presidenta demitiu inúmeros ministros e servidores acusados de improbidade, o que gerou enormes rugas dela com o campo político. O *Estadão* se portou cobrando mais demissões sumárias. No plano econômico, o periódico exigiu que Dilma aderisse a agenda neoliberal e promovesse um ajuste fiscal com grandes cortes no Orçamento.

O terceiro capítulo trata de todo o ano de 2012, de relativa estabilidade política no governo Federal no trato com o campo político e de avanço do PT nas eleições municipais até o mês de maio de 2013. Mais uma vez o *OESP* fez oposição eleitoral ao petismo nas municipais. Logo no início de 2013, governistas e opositores já passaram a articular a eleição presidencial do ano seguinte. A base congressual do governo se tornou mais arredia e pemedebizada e o jornal aderiu à candidatura opositora de Aécio Neves. O *Estadão* insistia que o governo e a presidenta eram incompetentes. O recorte também marcou o julgamento da AP 470 no STF, quando o jornal exerceu enorme pressão pela condenação dos petistas. No plano econômico, o jornal agiu em alarmismo inflacionário e em forte oposição à desenvolvimentista Nova Matriz Econômica.

O quarto capítulo inicia com a posição do *OESP* ante os conturbados acontecimentos de junho de 2013 até a eleição presidencial de 2014. Trata da repercussão das manifestações de

rua sobre o governo e o campo político, que serviram para abrir uma nova conjuntura política: governo da defensiva e o pemedebismo do campo político mais radicalizado sob liderança do deputado Eduardo Cunha. No plano jurídico, o *Estadão* comemorou as prisões de petistas condenados na AP 470 e apoiou os primeiros passos da Operação Lava Jato. No plano econômico, manteve a oposição à agenda econômica. Na eleição presidencial de 2014, mais uma vez o jornal foi radical apoiador do candidato do PSDB e lamentou mais uma vitória petistas nas urnas.

O quinto e último capítulo vai da vitória eleitoral governista em 2014 até a concretização do golpe parlamentar travestido de *impeachment* em abril de 2016. Politicamente, Dilma ficou nas mãos do PMDB. A Operação Lava Jato promoveu intenso cerco ao campo político, sob aplausos irrestritos do *Estadão*. O ano de 2015 foi marcado por várias frentes golpistas contra a presidenta. O jornal se solidarizou com todas elas, mas devido à falta de um concreto crime de responsabilidade, viu com cautela as investidas. Apenas no final do ano, quando o PMDB lançou sua plataforma econômica neoliberal e o tema das “pedaladas fiscais” ganharam força, é que o jornal aderiu completamente à qualquer perspectiva que apeasse o petismo do poder e reintroduzisse a agenda econômica neoliberal. Ao mesmo tempo, publicou raivosos editoriais contra o ex-presidente Lula, a quem o jornal queria ver preso e eliminado da vida pública.

Após as considerações finais, há um breve epílogo sobre as posições do jornal *O Estado de S. Paulo* diante do governo de Michel Temer.

1 AS POSIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* AO LONGO DE SUA HISTÓRIA

Este capítulo contextualiza a fonte e a temática trabalhadas nos demais capítulos da tese. Primeiro, há uma revisão bibliográfica de outras pesquisas que tiveram a imprensa e o *Estadão* como objetos de análise. Demonstro como, em outros momentos da história política do Brasil, o jornal teve atuação militante, a favor dos partidos à direita e das alternativas econômicas liberais e neoliberais. Quanto à organização da sociedade, o jornal é conservador, tradicionalista e próximo ao positivismo, ou seja, defende uma democracia restritiva com vigorosa defesa da “ordem” aos trabalhadores que questionam a liberdade irrestrita ao capital.

1.1 UM JORNAL REPUBLICANO EM OPOSIÇÃO À PRIMEIRA REPÚBLICA

A fundação do jornal se confunde com a luta republicana e federalista na então província de São Paulo do Império do Brasil. Em 1873, na Convenção de Itu, é fundado o Partido Republicano Paulista (PRP) que organizou fazendeiros e profissionais liberais da província no primeiro movimento político em prol do republicanismo. As lideranças do PRP logo decidiram pela necessidade de um órgão de imprensa. Segundo Nelson Werneck Sodré (2011), o já consolidado diário *Correio Paulistano*, que nasceu liberal e depois pertenceu ao Partido Conservador, se tornou o órgão oficial do PRP pelas próximas décadas.

Não satisfeitos com esta solução, outro grupo ligado ao PRP formou uma sociedade pela necessidade de um jornal que “não sendo republicano extremado, viesse discutir com serenidade os absorventes problemas do momento” (SODRÉ, 2011, p. 335). Ao todo, 21 pessoas, incluindo fazendeiros, advogados e capitalistas, lançaram o jornal em 04 de janeiro de 1875, sob a direção dos redatores Américo de Campos e Rangel Pestana: “não sendo orgam de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer d’elles [...] conta *A Província de São Paulo* fazer da sua independência o apanágio de sua força”¹.

Com quatro páginas e tiragem diária de dois mil exemplares, a bibliografia aponta que o nascente jornal “resultava de uma aliança entre elites rurais e burguesia ascendente. Amparado em sólidos capitais, conjugou ideologia elitista das classes dirigentes com um veio

¹ *A Província de São Paulo*, 04/01/1875, p.01.

de defesa do cidadão” (ELEUTÉRIO, 2015, p. 88). Como os demais jornais, em seus primeiros anos, *A Província* se sustentou financeiramente nos capitais de seus sócios, nos anúncios de casas comerciais de amigos, falecimentos, chegadas e partidas de navios e escravos fugidos. Porém, logo no seu primeiro número, já havia uma novidade: o sorteio de prêmios em dinheiro entre os seus assinantes². Em 1876, a grande inovação: um imigrante francês montado em um burro percorria a capital paulista tocando uma corneta e vendendo avulsamente os exemplares do jornal – imagem eternizada até hoje no logotipo do *Estadão* – o que foi acompanhado por outros jornais. “A população achou aquilo um despautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à ‘mercantilização da imprensa’. Não se sabia que tal *mercantilização* já havia sido inaugurada” (SODRÉ, 2011, p. 337).

As dificuldades financeiras dos primeiros anos foram agravadas pela atuação de Alberto Salles. Segundo Oscar Pilagallo (2012), o antilusitanismo do novo diretor-gerente afastou anunciantes portugueses e editores saíram do jornal. Em 1885, o jovem Júlio Mesquita, bacharel em Direito, campinense de ascendência portuguesa, que havia ingressado na redação um ano antes, recupera anunciantes e evita a falência. Em 1888, nova mudança societária faz o jornal pertencer apenas a Rangel Pestana e Júlio Mesquita, com tiragem de oito mil exemplares. Quando o primeiro se afastou do periódico em 1901 para assumir uma vaga no Senado da República, Mesquita passou a dirigir a seção de política e, no ano seguinte, se tornou o proprietário único.

Embora em sua memória oficial o jornal diga ter sido sempre republicano e abolicionista, a bibliografia aponta objeções. Werneck Sodré (2011) sustenta que foi a saída de Alberto Salles que fez o jornal abolicionista e republicano. Oscar Pilagallo (2012) problematiza que à medida que a Proclamação parecia inevitável, a imprensa como um todo aderiu à causa e se dizia mais republicana. Juremir Machado da Silva mostra que até 1880 o jornal menosprezava os líderes abolicionistas, publicou anúncios de vendas de escravos até 1884 e artigos contra a abolição até 1887. “*A Província de São Paulo* foi muito mais um jornal na abolição do que um jornal abolicionista” (2017, p. 309) A Proclamação de 15 de novembro de 1889 é saudada com entusiasmo e vivas à República³. A partir de janeiro de 1889, o jornal muda de nome para *O Estado de S. Paulo*.

Logo nos primeiros anos da República, a imprensa alinhada interpretou a formação do Arraial de Canudos como uma fanática e perigosa conjuração pela volta da monarquia. O

² *A Província de São Paulo*, 04/01/1875, p.03.

³ *A Província de São Paulo*, 16/11/1889, p.01.

Estadão envia o engenheiro Euclides da Cunha, que desde 1888 colaborava com o periódico. Oscar Pilagallo (2012) diz que mais de doze jornais fizeram o mesmo e problematiza as reportagens publicadas por Euclides da Cunha no jornal que, em sua avaliação, deixou a desejar porque silenciou sobre as atrocidades da guerra, não saiu do lado dos oficiais, o que comprometeu o equilíbrio dos relatos sempre favoráveis ao exército em exaltação à bravura dos soldados, além de superestimar o messianismo de Antônio Conselheiro. O mesmo autor diz que Canudos abalou a convicção republicana de Cunha e o levou a aderir ao socialismo. Foi apenas no livro *Os Sertões* (1902), que o autor mudou o tom sobre o massacre de Canudos. De qualquer forma, a série de reportagens foi sucesso no *Estadão*, chegando à tiragem de 18 mil exemplares, quase o dobro do que publicava antes.

Os laços entre jornalismo e literatura, sempre foram grandes. No início do século XX, literatos combinavam a atividade com o emprego em redações de jornais e revistas. Ilka Cohen escreve que a intelectualidade reunida no *Estadão* “elaborou diagnósticos e apresentou soluções para corrigir rumos da nação, aliando a prática da reflexão à proposição de fórmulas de reordenamento social” (2015, p. 109) no que acreditava ser a sua missão suprema como elite ilustrada: a de conduzir a nação. Para Werneck Sodré (2011), exemplo disso são os textos do fazendeiro Monteiro Lobato que ajudaram a estigmatizar o pequeno homem do campo. Argumenta o autor que, ao retratar com fidelidade seus detalhes exteriores da preguiça, ignorância, desmazelo e pouca produtividade, falseava as mazelas do “Jeca” sem indagar as suas causas, ou seja, o latifúndio oligarca.

Nas primeiras décadas do século XX, o jornal *O Estado de S. Paulo* se consolidou como grande periódico paulistano em tiragem e influência. Contando com parceria de agências internacionais de notícias, uma sucursal em Lisboa e outra em Roma. Ao longo da Primeira Guerra Mundial, o jornal publicava uma edição-extra diária no início da noite. O *Estadinho* trazia notícias direto do front de batalha recebidas via telégrafo.

O rápido crescimento industrial e populacional da cidade de São Paulo, estimulou o surgimento de novos jornais com novos enfoques para fazer concorrência aos tradicionais *Correio* e *Estadão*. A partir de 1918, sob a direção de Cásper Líbero, *A Gazeta* ganha popularidade ao focar na vida da metrópole e eventos esportivos. Em 1921, a *Folha da Noite* apoia campanhas por moradias populares, transporte urbano, rede escolar e hospitalar, funcionando como fiscal dos governos municipal e estadual, até mesmo apoiando greves e cobrando os industriais por melhorias nas condições de trabalho do operariado.

Oscar Pilagallo (2012) argumenta que esses jornais, escritos em linguagem coloquial e focado em assuntos urbanos, tinham como público leitor os pequenos comerciantes e o funcionalismo público, enquanto os leitores do *OESP* eram associados aos profissionais liberais que simpatizavam com a oligarquia dissidente. Porém, o mesmo autor sustenta que tanto a *Folha* como *Estadão* valorizavam a ciência e propagavam a ideologia positivista que marcava o pensamento intelectual da elite brasileira. Desde a campanha de Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório, a qual o jornal apoiou, estimular o patriotismo e propagar a instrução cívica por meio da disciplina no trabalho é o seu norte ideológico.

O mesmo autor ainda defende que o jornal *O Estado de S. Paulo*, além de íntimo da elite cafeeira paulista, se pautou pelo estímulo à industrialização. Barbara Weinstein (1980) discute o crescente interesse do jornal pelo movimento operário nas primeiras décadas do século XX. Embora não tenha editoriais sobre as greves, ao mesmo tempo que as reportagens mostraram certa simpatia em relação a algumas reivindicações operárias, como melhores salários e condições de moradia, o matutino condenou o recurso à greve e elogiou a atuação da polícia. Na greve de 1917, o *OESP* reconheceu que o aumento salarial não causaria prejuízo à indústria e ridicularizou aqueles que caracterizavam o movimento como anarquista, ao contrário do tom sempre alarmista e negativo de seu concorrente *Correio Paulistano*. Quando a greve de 1917 entrou na fase mais radical é que o jornal condenou o que considerava excesso dos grevistas. A sede do *Estadão* foi o local onde os grevistas, empresários e governo se reuniram para fechar o acordo que pôs fim à greve e garantiu direitos aos trabalhadores (DEL ROIO, 2017). Na interpretação de Bárbara Weinstein, no posicionamento, “o fator determinante da natureza da cobertura da greve feita pelo *O ESP* não era ideológico. [...] O jornal era abertamente a favor da industrialização [...] e se opunha firmemente a qualquer medida que pudesse colocar em perigo o bem-estar da indústria paulista” (1980, p. 156).

Ao longo da Primeira República, o jornal, sob a liderança de Júlio de Mesquita, não assistiu passivamente o desenrolar político. Mesquita foi membro do PRP, deputado estadual, deputado federal e senador. Ele e seu jornal, conforme pesquisa pioneira de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, exerceram:

papel atuante, participando ativamente do debate que se instaurou, colocando-se numa posição de crítica ao estado de coisas vigente, tentando “despertar as consciências” e “molda-las” conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor. (1980, p. 23).

Embora político atuante do PRP, Mesquita compôs as dissidências internas do partido. Desde o início do século, o jornal colocou-se na oposição aos governos da Primeira República. O *Estadão* é contra a centralização do Estado, defendia mais autonomia para as federações e o ideal liberal. As autoras demonstram que o periódico via os governos centrais como obstáculos ao progresso das unidades da federação mais evoluídas economicamente, por isso, seria um erro atribuir as mesmas prerrogativas constitucionais a estados como Ceará e São Paulo, por exemplo. A “locomotiva” paulista era impedida de avançar com mais rapidez por ter que puxar os outros estados, o que impedia o Brasil de ser tão evoluído como os Estados Unidos da América (EUA), o grande modelo de federalismo democrático na cosmovisão⁴ do periódico.

Assim, a bibliografia aponta o apoio do *Estadão* a importantes movimentos de contestação à Primeira República: a candidatura de Rui Barbosa à presidência em 1910; a Revolta do Forte de Copacabana em 1922; a fundação do Partido Democrático (PD) em 1926 e a campanha pelo voto secreto. Pilagallo (2012) escreve que, embora o jornal apoiasse as críticas dos tenentes ao governo federal, este apoio não se estendia à sublevação militar. Apesar disso, Mesquita foi preso e o jornal não circulou por duas semanas. Os oligarcas do PRP eram vistos pelo *OESP* como falsos republicanos que impediriam a participação política das elites intelectuais, nas quais o jornal se inseria. O “voto de cabresto” impediria a oposição de chegar ao poder pela via eleitoral, caminho pacífico para a mudança do quadro político.

Os anos 1920 foram de forte agitação política, decretação de estados de sítio e promulgação da Lei de Imprensa (1922) que facilitou a censura federal. Júlio de Mesquita se aproximou das oligarquias dissidentes: mandou armas para Assis Brasil no Rio Grande do Sul em 1923; elogiou os governadores Getúlio Vargas (RS) e Antonio Carlos (MG) por suas supostas feições liberais em combate às fraudes eleitorais e o direito de participação das oposições. Ao mesmo tempo, o *Estadão* critica os políticos paulistas “expressão do ‘atraso intelectual’ e da ‘mediocridade moral’, negando as suas tradições liberais” e os últimos presidentes do período são fortemente adjetivados pelo jornal como autoritários, tiranos, ditadores e déspotas (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 32). Júlio de Mesquita faleceu em 1927 e o jornal passou a ser dirigido pelo herdeiro Júlio de Mesquita Filho, com colaboração de Nestor Pestana e Francisco Mesquita.

⁴ O termo “cosmovisão” é aqui utilizado para se referir à “concepção de mundo” do jornal.

1.2 O *ESTADÃO* E O VARGUISMO: ENTRE APOIO E INTERVENÇÃO FEDERAL

A grande imprensa burguesa de São Paulo e Rio de Janeiro não ficou alheia à eleição de 1930. Jornais como *Correio Paulistano* e *Jornal do Brasil* apoiaram o candidato governista Julio Prestes, enquanto o *Estadão* e o *Correio da Manhã* emprestaram entusiasta apoio a Getúlio Vargas, o candidato da oligarquia dissidente. Capelato e Prado mostram, a partir dos editoriais do jornal da família Mesquita, que estes viam a eleição como o meio pacífico de atingir seu objetivo político de tirar aquela fração oligárquica do poder, porém, nos bastidores, já atuavam na organização de núcleos revolucionários: “diziam-se contrários à luta armada, mas, na realidade, a admitiam como forma alternativa de atuação, caso a via pacífica de mudanças políticas não se mostrasse eficiente” (1980, p. 36).

Com a derrota eleitoral, os Mesquita não abdicaram da luta e permaneceram articulando os oligarcas dissidentes e membros do tenentismo. Capelato e Prado argumentam que o apoio do jornal à Aliança Liberal não se justificava em termos econômicos ou como resposta aos problemas sociais urbanos. Os donos do *Estadão* acreditavam que os males eram políticos e que uma remodelação política que desse fim aos abusos da oligarquia dominante e possibilitasse a chegada das elites intelectuais ao poder seria suficiente para a virada democrática e liberal que almejavam para o país. Embora acreditassem em uma concepção evolucionista para atingir a etapa desejada, mais uma derrota eleitoral os fez admitir a hipótese de uma revolução que, ressalte-se, “não poderia interferir na estrutura econômica e social vigentes” (1980, p. 39).

A bibliografia aqui analisada afirma que, na esperança pela remodelação política, o jornal aplaudiu entusiasticamente a vitória da Revolução de 1930, a qual apoiou e participou diretamente, bem como a posse de Getúlio Vargas a frente do governo provisório. Porém, as nomeações de interventores não paulistas para o estado de São Paulo logo causaram as primeiras críticas do *Estadão*. Capelato e Prado escrevem que, em 1931, já era visível a decepção do matutino com o governo provisório que mantinha a prática de centralizar o poder, herdada do período anterior. As contradições de um jornal que batalhou pela supremacia civil na política, mas que se aliou ao tenentismo, logo vieram à tona. As autoras apontam duas causas pelas quais o jornal lutaria desde então e que marcam a atuação do jornal pelos anos seguintes: a defesa irrestrita dos interesses da elite econômica paulista e a tarefa de debelar o suposto perigo comunista.

Os donos do jornal viam na atuação do governo provisório, em especial da ala tenentista, uma ameaça de mudança pró-fascista ou pró-comunista, ideologias políticas que, na Europa, disputavam a hegemonia com o liberalismo. Desde então:

O comunismo passou a ser apontado como uma grande ameaça às estruturas do país [...] os liberais de “O ESP” impuseram-se a tarefa de debelar o novo perigo que, mais seriamente, punha em risco a concretização de seu projeto político [...] na referência àqueles que se transviaram para a “loucura bolchevista”, estava implícita uma clara alusão aos tenentes. Por defenderem medidas de caráter social tais como o direito de greve, salário mínimo, salário família, seguro social, participação dos operários no lucro das empresas, receberam de “O ESP” a alcunha de “revolucionários extremistas”. Por esses motivos, o jornal identificou-os como seus adversários mais temíveis, responsabilizando-os pela ameaça de subversão à ordem constituída e pela situação em que se encontrava São Paulo após a Revolução de 1930 (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 45-46)

A soma do receio de mudanças sociais e o sentimento regionalista, fez da família Mesquita e seu jornal um dos principais articuladores do movimento de 1932 em aliança com os antigos adversários do PRP. Oscar Pilagallo detalha a liderança que a família teve naquela rebelião armada. No aniversário da cidade, em janeiro, uma reunião da elite paulistana na praça da Sé foi até a sede do *OESP*, de onde Mesquita discursou: “o império da lei e da justiça só poderá ser restabelecido no dia em, tomado o fio de nossa evolução, São Paulo voltar ao seu lugar de líder insubstituível da nação” (2012, p.97). A sede do jornal se transformou em base revolucionária. Mesquita redigiu um manifesto à população da cidade, no qual a exortava a repudiar Vargas. No dia seguinte, uma multidão tomou as ruas do centro paulistano e jornais considerados governistas foram invadidos.

No dia que eclodiu o movimento armado com o qual a família Mesquita tanto colaborou, inclusive distribuindo armas em sua sede no centro da cidade, uma edição extra do *Estadão* comemora: “Está victorioso, em todo o estado, o movimento revolucionário de caráter constitucionalista”⁵, e, equivocadamente, escreve que os outros estados da federação já marcham em apoio aos paulistas. Interessante é observar como os editoriais daquele período abusam da terminologia valorativa e maniqueísta, típica do jornalismo de guerra que praticou: Vargas é chamado de ditador; o governo federal estava fora da lei enquanto São Paulo luta pela lei e pela unidade nacional; o exército defendia um grupo de oligarcas, enquanto São Paulo defendia o Brasil; acusava Vargas de incitar os trabalhadores para que tomassem as fábricas e armava os pobres contra os ricos, os operários contra os patrões, o norte contra o sul, o Brasil contra São

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 10/07/1932, segunda edição, p.01.

Paulo. “‘Liberdade, constituição, democracia, ordem, hierarquia, civismo, patriotismo, tradições liberais’ definem o pólo paulista, ao passo que ‘tirania, despotismo, ruína, subversão da ordem social’ conotam a ditadura” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 50).

A revolta de 1932 contou com apoio de quase toda a imprensa paulista. Com a derrota do movimento, dezenas de líderes civis foram presos, entre eles os donos de jornais Assis Chateaubriand, Cásper Líbero, os irmãos Mesquita e todos os demais dirigentes do *Estadão*. Pilagallo sustenta que os Mesquita chegaram a participar dos combates: “Júlio servira em Cruzeiro, no Estado-Maior da Frete Norte. Francisco e Alfredo se incorporaram ao grupo de voluntários que havia combatido na Vila Queimada, no vale do Paraíba, onde foram presos ainda durante a guerra” (2012, p. 101). A família seguiu para o exílio em Portugal e o jornal ficou sob responsabilidade de Armando Salles Oliveira, cunhado de Júlio. Importante frisar que a bibliografia é unânime em afirmar que o *OESP* não apoiava a fração separatista do movimento de 1932.

Político hábil, Vargas convocou a Assembleia Constituinte, nomeou Armando Salles Oliveira – dirigente do *Estadão* e cunhado de Júlio de Mesquita Filho – como interventor no estado de São Paulo e anistiou os revoltosos. Os Mesquita retornam ao país e tiveram atuação importante na fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Nas páginas do periódico, Vargas não é mais chamado de ditador, mas de presidente provisório. Embora a Constituição de 1934 tenha ficado aquém do esperado pelos proprietários do jornal, o princípio da autonomia dos estados estava garantido.

Até 1935, a retórica do jornal era a defesa da Constituição. Porém, a partir de então, mais uma característica passaria a ser encontrada nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*: sempre que o Brasil esteve em momento de aguda polarização devido ao fortalecimento político das classes populares, o *OESP* não hesitou em sacrificar seus princípios liberais e apoiar medidas de exceção que levaram a rasgos na Constituição e que abriram as portas para governos ditatoriais.

Capelato e Prado mostram que o nazi-fascismo recebeu críticas amenas nas páginas do *Estadão*. Havia atenção à propaganda fascista na colônia italiana paulista e pedidos para que o governo fechasse os centros da Ação Integralista Brasileira (AIB). Porém, livros dos integralistas Miguel Reale e Plínio Salgado foram resenhados pelo jornal em 1934. No ano seguinte, o redator Leo Vaz viajou à Alemanha nazista e publicou entre outubro e novembro, uma série de artigos “em que se destacavam a prosperidade daquele país, seu ritmo de trabalho e a alegria de seu povo, sem esboçar a mais ligeira crítica ao regime constituído” (1980, p.103).

As omissões do jornal sobre a perseguição aos judeus e o silêncio sobre o avanço nazista pela Europa, na avaliação das autoras, se deu porque o *OESP* via na economia nazista “um instrumento extremamente eficaz de combate ao comunismo” (1980, p. 104).

Após 1930, temendo que Getúlio Vargas e os tenentes tivessem inclinação comunista, os editoriais do jornal evidenciam um “temor pânico pelo comunismo [...] passaram a clamar pela *repressão ao comunismo*, lançando-se a uma intensa campanha de contrapropaganda” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 105). O jornal justificava sua campanha em nome da conservação da sociedade brasileira e da civilização cristã ocidental, além disso pedia ajuda da Igreja e do governo. Em texto do colaborador Plínio Barreto, chega-se a comparar Marx com Jesus a quem “não hesitemos; fiquemos com este”⁶. Segundo o jornal, o povo e o governo deveriam se convencer dos perigos da propaganda comunista que “mediante a deturpação sistemática da verdade visava dar às classes trabalhadoras uma impressão falsa de vida, despertando-lhes aspirações que jamais poderiam concretizar e fomentando o ódio injusto contra as outras classes”, então, caberia ao *Estadão* “esclarecer os operários sobre a realidade das coisas e a desfazer neles as prevenções contra as outras classes” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 107-108). Típico do medo que a luta de classes suscita na elite paulista da qual é porta-voz, escreveu em editorial *OESP*, em julho de 1935, endereçado aos sindicatos e operários que ingenuamente – na visão do jornal – flertavam com os ideais comunistas:

o communismo é uma doutrina assentada na violência e esta não conhece escrúpulos nem compromissos [...] No seu próprio interesse, a maioria [dos trabalhadores] precisa reagir e neutralizar a atividade desses companheiros tresloucados. O momento não comporta hesitações nem complacências. Também não admite atitudes equivocadas. Ou somos pelo comunismo ou somos contra elle. Se somos contra elle, devemos combater-lo de todas as formas, em todos os logares em que nos acharmos, em todos os postos que ocuparmos e em todos os agrupamentos a que estamos filiados. [...] Os que são pela organização actual da sociedade e pelas instituições democráticas devem reunir-se, sejam quaes forem as correntes políticas que sigam, para a obra commum de defesa dessas instituições e daquela organização. Se persistirem na política pessoal, em que se acham atolados, tudo que ahí se vê, irá por água abaixo. Um bello dia, quando menos o esperarmos, o chicote de qualquer das dictaduras, ou o da direita ou o da esquerda, nos virá arrancar do leito a que, na véspera, nos recolhemos⁷.

Uma vez que para o jornal o comunismo representava o contrário do liberalismo, incitava o governo a negar a liberdade de organização, de expressão e de participação política aos comunistas. “Se os representantes do jornal sempre se preocuparam em mostrar ao público

⁶ *O Estado de S. Paulo*, 25/03/1932, p.03.

⁷ *O Estado de S. Paulo*, 06/07/1935, p.03.

leitor ‘o que é ser liberal’, preocuparam-se também em alertá-los de que, em determinados momentos, ‘é preciso deixar de ser liberal’”, e sempre que acreditavam “que o comunismo assumia proporções alarmantes, solicitavam a todos que defendessem intransigentemente a ordem constituída” (CAPELADO e PRADO, 1980, p. 108).

Em 1935, o *Estadão* aplaudiu o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a aprovação pelo Congresso da Lei de Segurança Nacional (LSN). Em editorial crítico aos deputados e juristas contrários ao ainda projeto de LSN, escreveu: “guardemo-nos, pois, de escrúpulos doentios. Não queiramos ser mais constitucionalistas que a própria Constituição”⁸. E, dias depois, emendou que “dir-se-á que a classificação desses factos entre os crimes ofende a liberdade de pensamento e de reunião, coisas que a Constituição protege. Poder-se-á replicar que não há liberdades absolutas. Todas estão sujeitas a restrições ditadas pela utilidade geral e pelas conveniências do Estado”⁹. Após o levante comunista de reduzidas proporções em novembro, o jornal apoiou a decretação do estado de sitio e não levantou a voz sobre a extrema violência, repressão, prisões e torturas, “muito pelo contrário, considerava a lei de segurança insuficiente” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 58).

No final do ano, um novo projeto de lei previa o afastamento pelo Executivo de funcionários civis e vedava à imprensa a veiculação de doutrinas consideradas subversivas. O *OESP* não hesitou:

Tão grandes são os entraves que o liberalismo da Constituição oppõe à votação de uma lei, realmente, asseguradora das instituições e da ordem social, que se o comunismo não fôr, agora, definitivamente aniquilado, haverá necessidade, talvez, de se provocar a emenda de vários textos constitucionaes. Se fôr preciso ir até lá, vamos sem hesitação. A salvação pública a tudo sobreleva. Se ella impuzer além de outros, o sacrifício de princípios doutrinários, que a tornam incerta e precária, façamos esse sacrifício.

O jornal da família Mesquita não hesita em rasgar seu pretenso princípio liberal se o objetivo for a aniquilação da ideologia e da prática comunista que organiza os trabalhadores e coloca em perigo a propriedade privada da burguesia paulista. A inviolabilidade da Constituição, pretenso princípio fundamental do liberalismo, é relativizado pelo *Estadão* ao sabor das circunstâncias e interesses da classe na qual se insere e é porta-voz. Diz Capelato e Prado que “no momento em que se admite que a Constituição é passível de modificações, admitiu-se tudo” (1980, p. 59). Quatro deputados e um senador foram presos em 1936, mas o

⁸ *O Estado de S. Paulo*, 20/02/1935, p.03.

⁹ *O Estado de S. Paulo*, 26/03/1935, p.03.

jornal absteve-se de comentar. A escalada autoritária de Vargas foi apoiada pelo jornal. Em nome dos direitos fundamentais, do estado de direito, da ordem jurídica e da estabilidade em que se vivia – na visão do jornal – e das instituições:

Se não há outro meio senão sacrificarmos algumas das conquistas liberais da nossa Constituição para que nem todas pereçam, sacrificuemo-as sem hesitar [...] a realidade, no seu desdém pela theorias e pelos systemas, impõe-nos, friamente, o sacrifício de muita ideologia risonha e de muitos sonhos cor-de-rosa¹⁰

O “estado de guerra” decretado desde a frustrada sublevação comunista foi prorrogado ininterruptamente até junho de 1937, sempre com apoio de *OESP*. Ao mesmo tempo, o jornal apoiou integralmente a pré-candidatura do governador paulista Armando Salles à presidência na eleição prevista para 1938 contra o pré-candidato governista, o paraibano José Américo de Almeida. Ao ver seu candidato rotulado como o representante dos interesses regionalistas da elite paulista contra um candidato que pretensamente representaria os interesses dos pobres e da nação como um todo, o *Estadão* protestou contra os que – na visão do jornal – lançavam “os pobres contra os ricos numa terra onde não há luta de classes nem preconceitos de raça, de cor e religião”¹¹. Entre os correligionários do governista, seria possível notar “a preocupação de menoscar a importância histórica de S. Paulo e de reduzir a ínfimas proporções o papel que ele representou no passado e está representando no presente. As velhas malquerenças, os velhos rancores a S. Paulo estão vindo à tona”¹².

O forjado Plano Cohen foi a desculpa para que Vargas solicitasse ao Congresso um novo “estado de guerra”. Desta vez, *OESP* mostrou apreensão e reserva sobre o pedido, mas acreditando na campanha presidencial, na qual seu candidato possibilitava vencer, escreveu que “para combater o comunismo não recusaremos ao governo todas as providências que a Constituição permite”¹³. Dias depois, foi dado o golpe que dissolveu o Congresso, outorgou a nova Constituição e lançou o Brasil na Ditadura do Estado Novo. Evidentemente, a censura proibia qualquer manifestação contrária ao regime. Afirma Pilagallo que, em São Paulo, “o único veículo da grande imprensa que não vergou sob a pressão do Estado Novo foi *O Estado*” (2012, p. 114). Nos primeiros meses, Julio de Mesquita Filho foi preso diversas vezes e mandado para o exílio. O jornal é dirigido por Leo Vaz e Francisco Mesquita que, apesar de estarem sob censura prévia, seguem tentando driblar as proibições até que, em março de 1940,

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1936, p.03.

¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 24/07/1937, p.03.

¹² *O Estado de S. Paulo*, 01/09/1937, p.03.

¹³ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/1937, p.03.

em ação coordenada pelo interventor federal Adhemar de Barros, a polícia invadiu a sede do jornal que foi expropriado e permaneceu sob direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo até dezembro de 1945. O jornal “foi vítima de suas próprias contradições liberais ante o temor comunista [...] a intervenção de Vargas no *Estadão* deixou marcas profundas no jornal que, nos anos seguintes, se opõe a tudo que lembre as políticas ‘populistas’ de Vargas, os políticos do PTB e aliados” (GUILHERME, 2018a, p. 206-207).

1.3 CAFÉ, RACISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E PAULISTOCENTRISMO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A pioneira pesquisa de Capelato e Prado ainda mostra que o debate econômico também recebeu a devida atenção do jornal. Sendo a família Mesquita proprietária de cafezais na região de Campinas, o café o principal produto da balança comercial da Primeira República e a monocultura que garantia a riqueza do estado de São Paulo, “a preocupação do jornal se concentrava na busca de soluções para os problemas do café” (1980, p. 68). Nos períodos de maior crise de superprodução ou de preço do produto, os editoriais apontaram soluções para assegurar estabilidade no preço e a prosperidade de São Paulo: no curto prazo, a manutenção da política federal de defesa do café paulista, “que não é, apenas, um plano paulista, de interesse exclusivo do Estado de S. Paulo, mas um plano nacional, do interesse colectivo do paiz” e caberia ao governo federal impor a defesa do café aos estados “incapazes de compreender esta verdade”¹⁴; no longo prazo, o governo federal deveria buscar novos mercados consumidores.

Ao mesmo tempo que o *Estadão* se colocou na oposição aos governos da primeira república por conta da forma pouco republicana e liberal – no entender do jornal – de governar, o periódico não hesitou em reproduzir o paulistocentrismo pouco republicano e liberal: os demais estados na nação deveriam curvar-se às necessidades econômicas de São Paulo, afinal, “os outros Estados é que, mais ou menos, têm vivido à custa de S. Paulo” que fornece “50 por cento” de “toda a receita nacional. O Estado que mais contribui para as rendas geraes”¹⁵. Capelato e Prado mostram que “embora o jornal apontasse para a nação como valor mais elevado e não admitisse a presença do regionalismo” (1980, p.127), na prática, as posições assumidas pelo *OESP* mostram que o regionalismo é o seu traço característico. Quando

¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 24/05/1927, p.03.

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 08/01/1931, p.03.

Washington Luis se recusou a colocar recursos federais para salvar os cafeicultores, o jornal radicalizou sua oposição, desvinculou a crise interna do contexto internacional e procurou capitalizar politicamente a crise, incitando os cafeicultores paulistas a aderirem à Aliança Liberal. Após 1930, o jornal apoiou as iniciativas de Vargas sobre o café (CAPELATO e PRADO, 1980).

Para o *Estadão*, o estímulo à industrialização deveria vir a partir da entrada de capitais estrangeiros, pois o Brasil não contaria com capital suficiente para investir na indústria. A agricultura seria a verdadeira vocação brasileira, na qual o Estado deveria sempre intervir em apoio ao café. Não caberia ao Estado atuar em medidas protecionistas à indústria, porque isso impediria a concorrência e seria prejudicial aos consumidores. Após 1930, o jornal deu maior apoio à industrialização por conta da expansão econômica que ela levou ao estado de São Paulo. Capelato e Prado (1980) apontam ainda a defesa pelo jornal dos interesses do capital financeiro londrino: pedia cautela ao Estado para o devido cumprimento dos pagamentos aos banqueiros, pois eles precisavam do lucro para investir seus capitais no país. Esta dupla defesa: intervenção do Estado apenas em algumas áreas de interesse dos proprietários e dos interesses do capital financeiro também seriam características essenciais do jornal nos anos seguintes.

Ideologicamente, o jornal se filia ao liberalismo de John Locke e ao iluminismo francês, amalgamado ao positivismo em que a “ordem” é a condição básica para o progresso. No entanto, como mostrado acima, “as contingências históricas, porém, forçaram os representantes do periódico a assumir posições bastante divergentes desses compromissos teóricos” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 98). A liberdade de expressão é relativa para o *OESP*, não vale para os comunistas, e o Estado deve intervir na economia em defesa do café. O direito de propriedade é o conceito maior pelo qual se debate o *Estadão*. Caberia ao Estado apenas promover as garantias individuais: a liberdade, igualdade, justiça, segurança e gozo da propriedade privada. Nos primeiros anos da revolução de 1930, estava posto o debate sobre as mudanças que o país necessitava. O jornal escreveu que o Estado deve servir a uma dupla finalidade: “proteger a estrutura social e apressar a restauração das normas republicanas”. Que se façam as reformas necessárias “mas nada se faça que abale a solidez das instituições familiares ou que torne incerto e vacillante o direito de propriedade”¹⁶.

As mesmas autoras sustentam que, durante a Primeira República, o jornal se colocou contra todas as propostas de legislação trabalhista. Usando a retórica do liberalismo, o jornal

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 09/08/1931, p.03.

interpretou a “interferência do Estado nas relações patrão/operário como violação à liberdade de contrato firmado entre trabalhador e empregado” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 112). As leis trabalhistas – na visão do jornal – trariam grandes despesas aos patrões. Quando se discutia projeto de lei para criar caixas de assistência e seguro social, uma espécie de precursora da previdência social, seguro desemprego, saúde e aposentadorias, escreveu o matutino da família Mesquita

Uma das coisas mais temerosas que há no Brasil é a mania, que tem o Congresso Nacional, de transplantar para a nossa legislação, institutos e sistemas de outros países [...] Essa mania exercita-se de preferência no terreno da legislação social [...] Pouco se lhes dá que sejam outras as condições sociais do Brasil [...] O proletariado, que já conta com a assistência efectiva do patrão nos casos de moléstia, sem despesas do seu bolso, preferirá continuar na situação em que se encontra. O patrão, por seu turno, sobrecarregado de ônus, como já vive, não poderá acolher com sympathia uma lei que lhe traz outros, pesadíssimos. [...] Leis dessa natureza nunca deve o Congresso votá-las¹⁷.

Há, na visão elitista do jornal, a ideia de que a sociedade é um todo harmônico, sem lutas e divisões de classes. O capital e o trabalho devem se harmonizar porque os conflitos devem encontrar soluções mediante mudanças lentas. A sociedade seria aberta a todos os que trabalham e se dedicam, afinal, segundo o periódico: “não há classes privilegiadas, as profissões estão abertas a todos os homens capazes e não se conhece a opressão systematica de qualquer grupo de cidadãos contra outros”¹⁸. No avançar da década de 1930, o crescente medo de agitações operárias fez o jornal alterar levemente a perspectiva e aplaudir a criação do Ministério do Trabalho.

Mais que isso. Em conformidade com a elite proprietária intelectual de início do século XX, há explícito racismo nas páginas do *Estadão*. Capelato e Prado abrem aspas para um texto assinado por Júlio de Mesquita em 1925 e que aqui reproduzimos:

Com a abolição, entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais... A esse influxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral... Depois que a lei de abolição do elemento servil foi assinada e que os beneficiários haviam transposto definitivamente os portões da senzala, desceu o nível moral da nacionalidade, na proporção da mescla operada. O contato do africano oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico,

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1927, p.03.

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/1/1931, p.03.

além de quebrar a unidade física indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos.

No elitismo da tradicional família Mesquita, percebe-se uma narrativa que culpava os ex-escravizados pela falta de “sentimento cívico” e também pela decadência política do país, como se fossem eles, os ex-escravizados, recém-libertos e ainda sem direito a voto, os governantes do país e não os senhores que os escravizaram nas senzalas. Ainda mais característico do brasileiríssimo elitismo racista, um editorial afirmou que: “não temos preconceitos de cor, mas somos obrigados a confessar que os pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça typos aperfeiçoados physica, mental e moralmente”¹⁹. O elitismo do jornal também se manifestou na visão civilizacional a que as elites intelectuais e proprietárias, na qual se auto incluem, teriam para “formar e dirigir a massa inculta, forjando a ‘opinião pública’, esteio sobre o qual se assentava, na concepção do jornal, o destino político da nação” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 122-123). O termo “opinião pública” é comumente usado pela imprensa para justificar e reforçar a opinião classista da própria imprensa.

1.4 O *ESTADÃO* NO PÓS-ESTADO NOVO: APOIO À UDN, OPOSIÇÃO AO TRABALHISMO VARGUISTA E PEDIDOS DE INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Mesmo tendo recuperado o controle do jornal quatro dias após a votação da eleição presidencial de 1945, a família Mesquita não deixou de manifestar a sua preferência pelo candidato brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN) contra o general Eurico Gaspar Dutra do Partido Social Democrático (PSD) em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): “se o escolhido for o Brigadeiro Eduardo Gomes o Brasil poderá sentir-se tranquilo”²⁰. Júlio de Mesquita Filho vinculou-se à UDN, participou ativamente da vida política nacional e, com a escolha das urnas por Eurico Dutra, colocou o *Estadão* na oposição por interpretar o governo como continuação do Estado Novo varguista.

Desde a intervenção no jornal em 1940, a família Mesquita empreendeu inabalável luta contra Getúlio Vargas e seus partidários. Entre 1945-1964, pode-se dizer que o Brasil

¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 08/06/1929, p.03.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 08/12/1946, p.03.

gradativamente se tornou uma democracia eleitoral de massa, na qual o voto do trabalhador é decisivo para os resultados das urnas e, por isso, o trabalhador passou a ser parte fundamental do jogo político, que, até então, era jogado apenas pelas oligarquias agrárias e pela parca burguesia industrial. Neste período da República, como mostra Maria Victória Benevides, o *Estadão* se tornou o braço paulista da UDN:

além da tradição antigetulista, expressava aquilo que poderia significar o ‘liberalismo restrito’ dos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda frequência, algumas posições constantes na retórica udenista: a denúncia da ‘irresistível’ tendência das massas para o ‘pulha’ [...]; a defesa dos proprietários rurais, especialmente dos cafeicultores [...]; a condenação da ‘hegemonia’ estatal na economia; a defesa da intervenção ‘salvadora’ das Forças Armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas, dos ‘estados de exceção’; e a ambígua representação das aspirações das ‘classes médias’, na mitificação de seus temores de ‘proletarização’ (1981, p. 237)

A eleição presidencial de 1950 foi vista pelo jornal como uma luta do “ex-ditador” Getúlio Vargas (PTB) contra os “democratas” que perfilavam novamente ao lado do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN). O possível retorno de Vargas assuntava: “que Deus nos livre de sair eleito o ex-ditador”²¹, cuja possibilidade de vitória seria uma tragédia para a democracia, segundo o apelo jornal. A decepção ante o resultado eleitoral e o preconceito de classe na desqualificação do eleitorado são visíveis no *OESP*:

Se a vitória couber aos candidatos que, até este momento, se acham na vanguarda, poderemos concluir que, para o eleitor brasileiro, é indiferente o passado do candidato [...] o seu voto foi para aquele que mais promessas demagógicas lhe fez, isto é, para aquele que lhe acena com um futuro de pouco trabalho e de farta remuneração. O chefe de Estado ideal é, para ele, o que favorece a vadiagem geral e trabalha para a ruína do empregador. [...] Ou o eleitor não raciocina e vota [ilegível], por impulsos que ele mesmo não é capaz de explicar, ou, então, deseja ele um governo do mais baixo nível intelectual e moral. [...] O que também se conclui do pleito, pelo que até agora tem revelado as urnas, é que, sob o rótulo de populismo, o que, realmente saiu vencedor foi o comunismo. A vitória que, até este momento, se esboça seria [...] a vitória de Moscou. O terreno está preparado para o avanço dos soviets²².

O jornal usou a retórica distinção entre “caudilhismo-barbárie-ditadura” contra a “instrução-civilismo-democracia” para desqualificar o eleitor que não votou como os donos do jornal e parte do empresariado gostaria. Na visão classista do periódico, os eleitores de Vargas seriam irracionais, demagogos e iludidos pela retórica “populista”. No contexto de Guerra Fria,

²¹ *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1950, p.03.

²² *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1950, p.03.

superestimar o trabalhismo de Vargas e associá-lo ao comunismo ou, como em muitas vezes depois, ao peronismo, tinha o intuito de gerar temor nas classes médias e empresariais. Por não ver a vitória de Vargas como legítima, o jornal apoiou o pedido da UDN para impugnar o resultado das urnas e repreendeu as Forças Armadas por não impedirem sua posse. Como bem mostra a recente publicação do argentino Ariel Goldstein, o jornal se arrogou de “uma moral superior que estaria acima dos vereditos das urnas”. Tais fatos revelariam, segundo o mesmo autor, que o liberalismo do jornal é apenas teórico. Na prática, o *Estadão* “desconsidera a vontade popular em nome de sua visão ilustrada” e deprecia a massa da população, acusada de votar “de forma ‘inconsciente’ e com o ‘estômago’, o que estaria em contraposição com as motivações que teriam as classes ilustradas, que se colocavam como defensoras da moralidade e da democracia”²³ (2017, p. 89-90).

Goldstein (2017) escreve que o desenvolvimentismo do segundo governo Vargas, no qual o Estado teve importante papel e o trabalhador era estimulado a participar das discussões políticas, causou forte inquietação e polarização política e social. A bibliografia sobre o período mostra que toda a grande imprensa ficou na oposição ao governo, com exceção do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. O *Estadão* ficou contra a criação da Petrobrás e repreendeu a UDN pelo apoio prestado ao projeto, o que seria uma traição às classes médias e ao ideal liberal:

Com a promulgação da lei do ‘petróleo é nosso’, elaborada pelo Poder Executivo, o governo e congresso haviam demonstrado até que ponto os ‘slogans’ vermelhos presidem ao raciocínio dos nossos homens públicos [...] Ainda ontem, vimos a UDN formar ao lado dos ultranacionalistas, dos comunistas e de todos os inocentes úteis na votação do projeto da Petrobrás²⁴.

Desde o início do governo, o *OESP* abusou da retórica do “caudilhismo”, mostrou desconfiança às credenciais democráticas do presidente e preocupação com as mobilizações populares vistas como passos rumo a outra ditadura. A UDN, as Forças Armadas e o próprio jornal eram mostrados como a reserva moral do país, a última trincheira ante o totalitarismo iminente.

Na densa análise que faz dos editoriais do *Estadão* ao longo do segundo governo Vargas, Ariel Goldstein (2017) afirma que predominava no jornal um olhar elitista sobre a classe trabalhadora: “as massas proletárias brasileiras [...] não possuem nível cultural suficiente para o conhecimento dos problemas políticos, econômicos e sociais [...] é difícil, se não impossível, levar a verdade às camadas populares [...] O ‘queremismo’ continua impermeável à luz da

²³ As citações diretas do livro de Ariel Goldstein foram traduzidas livremente do espanhol por este doutorando.

²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 19/11/1953, p.03.

razão”²⁵. Por isso, na visão do autor, o jornal demonstrou insatisfação ao que considerava ser uma acomodação das entidades patronais. Por isso, reclamou maior protagonismo das classes produtoras frente ao governo e para a educação dos trabalhadores sempre dispostos a – na visão do jornal – adulação demagógica de líderes “populistas” e da ideologia comunista.

Na visão elitista do jornal, uma vez que as classes populares não leem os jornais da grande imprensa burguesa – que se imagina portadora de uma ideologia universal –, não sabem quais são as “questões fundamentais” para a política, a economia e o social. O jornal “refletia o desejo das elites paulistas de preservar uma ordem gradualista de cima, por parte de setores que se reconheciam como os que deveriam governar o país, e esperavam ser reconhecidos pelos outros como os únicos que poderiam desempenhar esta função” (GOLDSTEIN, 2017, p. 118-119). O periódico mostrou uma visão negativa sobre a participação popular na política, desprezo pelos resultados eleitorais por conta dos votos das classes populares e desconfiança sobre as eleições democráticas.

Assim, conforme avançavam os dias no governo, a imprensa oposicionista a Vargas acentuava a promoção de uma “cruzada moral” em que o tema da suposta corrupção estatal era colocado no centro da agenda pública. Para Ariel Goldstein, a ênfase da imprensa no tema da corrupção serviu de engodo para excluir as políticas públicas de enquadres social e trabalhista promovidas pelo governo da agenda pública de debates. Para o autor, o *Estadão*, próximo à UDN, teria vocação para situar a questão moral como a principal problemática brasileira e não a desigualdade social, subordinando a política na dicotomia “honestos x corruptos”. Nos seus editoriais, o jornal propunha uma mobilização cidadã – leia-se da classe média e empresarial – nas ruas contra a imoralidade dos políticos governistas.

Na polêmica levantada por Carlos Lacerda contra Samuel Wainer sobre o financiamento do jornal *Última Hora* (LAURENZA, 1998), *OESP* repercutiu as acusações feitas por Lacerda, assim como outros jornais, que seriam a prova da corrupção no governo e aproveitou o escândalo para tentar colocar o presidente Vargas como o principal responsável pela imoralidade pública. O jornal insinuou que Vargas inventou a corrupção no Brasil e por isso seria preciso “fechar a porta dos cargos públicos de uma vez para sempre aos demagogos que abriram um parêntesis na linha de honestidade e compostura característica da vida política

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1951, p.03.

brasileira”²⁶. O jornal incitou as Forças Armadas e o Congresso a “apressar a liquidação desses casos escandalosos, a fim de que a Nação possa respirar tranquila”²⁷.

Goldstein (2017) mostra que, a cada mês, o jornal radicalizou mais o seu discurso alarmista contra Vargas: vinculou a corrupção à subversão; disse que o Brasil estaria oprimido pela corrupção governista; que seria preciso alcançar a união dos homens capazes e limpos no triunfo do civilismo; incitava a prisão do presidente; desde o início de 1954 já pedia claramente seu impedimento pela suposta quantidade de delitos cometidos e quem fosse contra sua saída da presidência, seria cúmplice da corrupção. Na avaliação do autor, o discurso moralista do jornal pode ser visto como expressão dos temores da classe média ante uma sociedade em transformação e o tom alarmista serve para produzir a justificação de futuras consequências catastróficas.

Além do discurso moralista, a pesquisa de Ariel Goldstein (2017) mostra que a grande imprensa brasileira, e o *OESP* em particular, abusaram da retórica da ameaça comunista, da subversão, do peronismo e da república sindicalista para fomentar o consenso contra Vargas e o então Ministro do Trabalho João Goulart (Jango). Para invalidar as questões sociais levantadas pelo governo, o jornal des-historicizou o conflito social, negou e/ou naturalizou a existência de classes sociais. Assim, os discursos e ações de Vargas e Jango podiam ser rotuladas como demagógicas e subversivas incitações à luta de classes, desordem e violência social. Goldstein mostra que o jornal difundiu uma série de fantasias no intuito de provocar a reação contra Vargas. A proposta de aumento do salário mínimo em 100% acirrou mais os ânimos. O jornal chegou a dizer que o peronismo estaria invadindo o Brasil e que haveria comunistas alemães trabalhando secretamente no Ministério do Trabalho²⁸.

Na cosmovisão do periódico, assim como em 1945, havia um “conluio estabelecido entre São Borja e Moscou” e as Forças Armadas evitaram a instalação da “República Socialista Soviética Brasileira de que Vargas seria Stalin”²⁹. Neste segundo governo Vargas, “a Nação alarmada, só confia hoje nas Forças Armadas, das quais se espera a defesa das instituições”³⁰ contra os inimigos externos e internos. A fábula de que Jango liderava a bolchevização para a perpetuação de Vargas no poder tinha o objetivo de estimular o pânico nas classes médias e empresariais e, principalmente, incitar as Forças Armadas a promoverem um golpe contra o

²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 02/06/1953, p.03.

²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/09/1953, p.03.

²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 19/11/1953, p.03.

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 23/06/1953, p.03.

³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 25/06/1953, p.03.

governo eleito. O jornal abusou da retórica dicotômica de “ordem x desordem” na qual as Forças Armadas representavam a “ordem, a hierarquia” e o governo seria o responsável pelo “caos e a subversão”. São constantes os pedidos de intervenção militar para livrar o Brasil da “família ditatorial”³¹, na qual o jornal incluía o peronismo e o comunismo.

Para Goldstein (2017), estas posições do jornal buscam: conservar/naturalizar as diferenças sociais; enfatizam que o Brasil tem uma tradição política de busca do consenso e não da luta; a elite intelectual – na qual se inclui o jornal – e o empresariado são os únicos autorizados a fazerem modificações na ordem social, ainda assim lentas e dirigidas por cima. O uso, de forma entrelaçada e com pouca base na realidade, da retórica de ameaça “comunista”, “peronista” e da “subversiva república sindicalista”, tinha o objetivo de rechaçar as políticas sociais do governo. O jornal divulgou o conservadorismo hierárquico que caracterizava a sociedade e o imaginário político e social das classes médias e altas das quais faz parte.

No atentado da Rua Tonelero, em agosto de 1954, a cruzada moral da imprensa fechou o cerco contra Getúlio Vargas. Desde o primeiro editorial, o *Estadão* acusou o governo de ser responsável por introduzir “costumes sertanejos” e o “cangaceirismo político” na capital do país³². O jornal estabelecia vínculos entre a corrupção e o atentado. Passou então a exigir a renúncia de Vargas e referiu-se a ele nos editoriais como “sem autoridade moral”, “presidente nominal” e “presidente deposto pela opinião pública”, estando “acéfalo o governo da República”³³. Ao mesmo tempo que tecia elogios às Forças Armadas, em especial ao brigadeiro Eduardo Gomes, o jornal criticava os militares que não apoiavam a deposição de Vargas, que seria o desejo das “corporações mais respeitadas, as vozes mas autorizadas, a opinião pública do país. Tudo que há de sadio e desinteressado nesse País”³⁴. Para Goldstein (2017), o jornal assumiu posição de autoridade julgadora qualificada e se arrogou como representante da “opinião pública” e da moralidade.

Na edição do dia posterior ao suicídio de Vargas, as manchetes do jornal *O Estado de S. Paulo* não estampavam comoção: “Serão transladados hoje para São Borja os restos mortais do presidente da República”; “Manifestações de rua na Capital do País”; “Organiza-se o novo Governo”³⁵. A densa pesquisa de Ariel Goldstein captou que o temor do humor social ante o suicídio do presidente, levou a uma mudança da imprensa em relação ao personagem. Já no

³¹ *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1953, p.03.

³² *O Estado de S. Paulo*, 06/08/1954, p.03.

³³ *O Estado de S. Paulo*, 13/08/1954, p.03.

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 22/08/1954, p.03.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1954, p.24.

primeiro editorial, o *Estadão* adotou discurso conciliador de classe, apresentou Café Filho como estadista, elogiou as Forças Armadas e relativizou a participação ativa da imprensa em toda a crise como mero ato de liberdade de expressão.

Não estava na previsão de quem quer que seja, nem seria desejado pelos homens de sentimentos cristãos o trágico desfecho que teve a crise político-militar [...] Quando s. exa. vivia não poupamos críticas severas aos seus atos e as suas palavras que nos pareciam condenáveis. Agora que está morto só nos resta descobrir-nos diante da sepultura em que jaz o seu corpo [...] Todos os partidos políticos acham-se na obrigação de prestigiar o novo chefe da Nação [...] Acalmemos as paixões e ponhamo-nos a trabalhar com afinco e patriotismo [...] Tudo façamos por que a luta de classes não se desenvolva e por que as massas trabalhadoras encontrem nas leis, nos poderes públicos e entre os patrões, o amparo e a compreensão de que são merecedoras [...] Para essa renovação política, para o amparo das massas trabalhadoras e para o aniquilamento das lutas de classes, estamos certos de que não faltará ao sr. Café Filho o apoio de todos os brasileiros que raciocinam, que amam a sua terra e que detestam a exploração do homem pelo homem³⁶.

Na interpretação de Goldstein (2017), era evidente a tentativa do jornal em acalmar os ânimos diante das manifestações populares que se seguiriam ao suicídio de Vargas. Como “intelectual orgânico” da classe empresarial, o jornal falava aos empresários sobre a necessidade de reformas sociais para estabilizar a situação a favor deles e evitar que outro político “populista” reivindicasse o legado varguista e voltasse ao poder amparado pelas classes trabalhadoras. Assim como a pesquisa de Capelato e Prado (1980), o Goldstein mostra que, no jornal *O Estado de S. Paulo*, a defesa dos princípios liberais coexistia com o questionamento às urnas e a soberania popular, pois a suposta ignorância eleitoral das massas trabalhadoras justificaria a intervenção das elites na política. O jornal considerava-se porta-voz da razão ilustrada.

Na eleição presidencial de 1955, o jornal manteve sua tradição de posicionamento político-partidário e de retórica dicotômica “honestos x desonestos”. A chapa do general Juarez Távora e Milton Campos (UDN) é que teria os atributos cívicos e morais para evitar o retorno dos demagogos caudilhos da chapa Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (PSD-PTB): “De todos o único que inspira confiança pelo caráter, pela elevação do espírito e pelo amor ao trabalho [...] É homem em que se pode confiar e que nunca nos poderá surpreender com alianças inqualificáveis como a que alguns candidatos celebraram com os comunistas”. Já a chapa JK-Jango não “oferece garantias de fidelidade à democracia e de amor à Pátria”, pois estariam “mancomunados com os comunistas para obter votos em troca de tolerância para a propaganda

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1954, p.03.

soviética” e, uma vez no governo, “é preparar futura guerra civil por ódios de classe para cuja difusão tem vocação especial o ex-ministro do Trabalho”. Assim, para “votar certo” e de “acordo com as necessidades do Brasil”, o eleitor “precisa votar no general Juarez Távora”³⁷.

Ressentido pela derrota eleitoral, o jornal se dispôs a comentar o “golpe preventivo” liderado pelo marechal Henrique Teixeira Lott que assegurou, meses depois, a posse dos eleitos JK e Jango. O editorial disse que, “orientado em nossas tradições de lisura e independência”, seria o ato do marechal “indiscutível atentado à Constituição” e que faltou ao Parlamento a “necessária coragem”³⁸ para resistir. Para Oscar Pilagallo, os grandes jornais tinham em comum o “moralismo denunciante, o temor ao comunismo, o antiestatismo, o antipopulismo”³⁹ e visão favorável ao capital estrangeiro”, mas o que os diferenciava era a opção golpista, e nesta “o *Estado* até a estimulava, desde que, em sua perspectiva, fosse para o bem da nação” (2012, p. 144). Alinhada politicamente à UDN, a grande imprensa brasileira, e o *OESP* em particular, não deram trégua a Juscelino e atuaram diariamente como opositores do governo, em especial à construção de Brasília.

Na campanha eleitoral de 1960, o jornal viu no candidato Jânio Quadros (PTN) apoiado pela UDN, a grande chance de que o partido liberal finalmente chegasse ao poder pelo voto. Embora quando prefeito de São Paulo Jânio Quadros tenha recebido críticas do jornal pelo seu “populismo”, a necessidade de derrotar os candidatos inimigos do jornal, o fez mudar de opinião. Assim, nos editoriais, há explícito apoio à candidatura Jânio cuja campanha transcorreria de forma “harmoniosa e ascendente”, pois “abandonou paulatinamente a retórica vazia dos demagogos e passou a ocupar-se, em termos dignos de sua inteligência e da cultura nacional”, mostrando o “homem perfeitamente cômico da terrível herança que lhe legam a leviandade, a inconsciência e a falta de senso moral que caracterizaram” os anos de governo JK⁴⁰.

Após três derrotas seguidas para candidaturas que contaram com apoio do varguismo, os editoriais do jornal mostraram atuação discursiva para evitar que seus inimigos políticos permanecessem no poder federal. O candidato Adhemar de Barros (PSP) seguia imperdoável por liderar a invasão à sede do jornal em 1940. O candidato governista, marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) contava com apoio do PTB e foi quem liderou o “golpe preventivo” que

³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/10/1955, p.03.

³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13/11/1955, p.04.

³⁹ Na cosmovisão do periódico, o termo “populismo” é utilizado em sua vertente liberal, ou seja, um líder inescrupuloso que engana a ingênua massa popular, longe das concepções weberiana (liderança carismática) e marxista (liderança apoiada em base popular).

⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1960, p.03.

garantiu a posse de JK, contra as pretensões do jornal que questionava a legitimidade de sua vitória na eleição de 1955. A chapa PSD-PTB representaria uma “ínglória propaganda comunonacionalista”⁴¹ que – na visão do jornal – deveria ser rechaçada nas urnas.

Mas, pela leitura dos editoriais do período eleitoral, percebe-se que o grande inimigo político do jornal é João Goulart (PTB), o candidato à reeleição como vice-presidente. A família Mesquita não perdoava o varguismo e o combatia incessantemente. Abertas as primeiras urnas, o jornal se precipitou em comemorar os resultados parciais que apontariam o repúdio do proletariado a Jango, “numa demonstração inequívoca de haver finalmente compreendido o que na realidade representa o estancieiro de São Borja”. O jornal, claro, esperava pela vitória de Milton Campos (UDN), que teria o “significado simbólico de uma inapelável condenação: a de Jango Goulart como herdeiro do ideário estadonovista”⁴². Como se percebe, o jornal via na eleição de 1960 a oportunidade definitiva para enterrar o trabalhismo varguista e, a partir de então, promover a ideologia liberal sob a direção da UDN, seu parceiro partidário e ideológico no período:

A vitória da Democracia vai-se tornando uma derrota de proporções inéditas na história política do País para os remanescentes do getulismo. Estes, simbolizados na figura do sr. Jango Goulart, acabaram de sofrer o repúdio da maioria daqueles que de 45 para cá ainda acreditaram na sinceridade dos que se apresentavam nos pleitos eleitorais como lídimos campeões da causa proletária. O operariado brasileiro acabou por aprender a lição⁴³.

Porém, quando ficou certa a vitória de Jango à vice-presidência, derrotando as esperanças políticas do jornal na vitória do udenista Milton Campos, e muito devido à grande votação nos estados do norte e nordeste do país, o *Estadão* manifestou em editorial o seu paulistocentrismo contra as populações de outras regiões que têm visão política diferente da sua. Os votos em Jango foram desqualificados em editorial pelo “caráter social das populações que lhe conferiam” a vitória serem “os menos indicados para refletirem o seu prestígio político”⁴⁴.

Como explica Pilagallo (2012), a grande imprensa, em consonância às posições da UDN, “reagiu com euforia” à eleição de Jânio Quadros. Para o *Estadão*, em resumo, a população que votou em Jânio teria demonstrado clara opção contra “o nacionalismo extremado” e os “exageros do intervencionismo estatal na economia”⁴⁵. Porém, a grande

⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1960, p.03.

⁴² *O Estado de S. Paulo*, 05/10/1960, p.03.

⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1960, p.03.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 11/10/1960, p.03.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1960, p.03.

imprensa e a própria UDN passaram a ver com reservas as políticas do novo presidente, em especial a “Política Externa Independente” considerada uma guinada à esquerda. Em março de 1961, um episódio inusitado colocou de vez o *Estadão* na oposição.

A Instrução/Resolução n. 204 alterou o sistema cambial brasileiro, extinguiu o câmbio subsidiado, unificou as taxas cambiais⁴⁶. *OESP* comemorou em editoriais a Instrução como a “mais corajosa e a mais inteligente medida”⁴⁷. Entretanto, na opinião de Oscar Pilagallo, “fiando-se na comunicação direta que estabelecia com as massas, o presidente desprezou o apoio dos jornais” e como se não bastasse o fim dos subsídios cambiais aos jornais, “aproveitou o anúncio, em cadeia de televisão, para fazer uma provocação ao Estado” (2012, p. 145). Escreveu o jornalista Carlos Chagas que:

Criticando os subsídios ao papel de imprensa, mostrou aos milhões de telespectadores um exemplar de domingo do jornal *O Estado de S. Paulo*, como 140 folhas. Era sinal da pujança financeira do velho matutino, pleno de pequenos anúncios, mas o espanto, transformado em crítica, desagradou profundamente Júlio de Mesquita Filho (2001, p. 828)

A oposição do *Estadão* a Jânio ganhou força em meados de agosto de 1961 no contexto de crise entre o presidente e o governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN) e da condecoração presidencial a Ernesto Che Guevara no dia 19. Escreveu o jornal que “a continuarem as coisas como vão, não há dúvida absolutamente nenhuma de que o terreno se tornará propício a um golpe”⁴⁸, pois Jânio “cada vez mais procura afirmar as suas simpatias pelo mundo bolchevista” e assim “persevera nos seus propósitos subversivos”⁴⁹. A semana que antecedeu a renúncia é de intensa pressão midiática ao presidente com o jornal repercutindo em tom alarmista todas as críticas feitas por Carlos Lacerda.

1.5 O ESTADÃO NO APOIO AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E DE TODOS OS ATOS MILITARES ATÉ 1968

Imediatamente após a renúncia de Jânio, o jornal *O Estado de S. Paulo* se colocou radicalmente contra a posse de João Goulart, vice-presidente eleito e desafeto de décadas dos

⁴⁶ Havia quatro cotações diferentes, sendo três subsidiadas, inclusive a de importação do papel-jornal.

⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/1961, p.03.

⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 20/08/1961, p.03.

⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 22/08/1961, p.03.

proprietários do jornal. No primeiro editorial sobre assunto, o jornal já incitava as Forças Armadas a intervirem na crise política, a fim de impedir a posse de Jango por trinta dias e, assim, convocar novas eleições:

E confiamos em que, mais uma vez, eles saibam desempenhar o papel de garantidoras da vontade popular que novamente lhes comete o destino. Está em suas mãos o futuro da nacionalidade. Alheios às paixões despertadas pela transitoriedade dos fenômenos da hora que passa, e olhando de cima o entrecchoque de ambições que nos levou à situação em que nos debatemos, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas, atentas à dramática evolução da crise, se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional⁵⁰.

Na cosmovisão do jornal, desde o “golpe preventivo” de 11 de novembro de 1955 que garantiu a constitucional posse do presidente eleito JK, no Brasil “deixara de existir um verdadeiro regime constitucional”⁵¹ e, por isso, exagerava o tom alarmista para insinuar rasgos na Constituição e clamar por intervenção militar na política a fim de impedir que as “forças subversivas” destruíssem – na visão do jornal – a democracia brasileira:

O gesto irrefletido do presidente resignatário vem agora colocar o País na eventualidade de se ver governado, caso prevaleça a solução imposta pela Carta mortalmente ferida em 11 de novembro, por quem representa exatamente, na sua máxima expressão, tudo aquilo que a comunidade brasileira repeliu e condenou em todas as eleições que desde então para cá se realizaram no País⁵².

Na particular visão ideológica do jornal, as vitórias eleitorais de João Goulart em 1955 e 1960 são deslegitimadas e a garantia de posse a JK em 1955 são um rasgo na Constituição. Nesta perspectiva de uma Constituição já rasgada, seria válido impedir a constitucional posse do vice-presidente por seu passado varguista.

Estamos, portanto, diante de um problema para o qual haveria uma única solução moral: a desistência espontânea do sr. Jango Goulart. Caso entretanto, s. exa. persista no propósito de fazer valer a letra expressa da Constituição, não restaria senão lançar mão do recurso constitucional de uma reforma imediata da nossa Carta Magna previsto pelo art. 217 daquele diploma. Por uma votação de dois terços dos membros da Câmara Federal referendada por dois terços do Senado, seria então mister aprovar uma emenda que retirasse ao vice-presidente da República o direito de suceder ao presidente em caso de resignação ou morte deste [...] Ficaria assim a salvo a Constituição e o regime⁵³.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 26/08/1961, p.03.

⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 27/08/1961, p.03.

⁵² *O Estado de S. Paulo*, 27/08/1961, p.03.

⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 29/08/1961, p.03.

No malabarismo argumentativo do *Estadão*, para impedir a constitucional posse de Jango, seria dever dos deputados e senadores mudar o dispositivo constitucional que assegurava a posse ao vice-presidente e assim, deixar “a salvo a Constituição e o regime”. Ao apontar o caminho, o jornal se colocou como intelectual dirigente das frações da classe política e empresarial que não admitiam a posse do ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. Mesmo a solução parlamentarista encontrada pelo campo político foi criticada pelo jornal que defendia o veto militar à posse de Jango⁵⁴.

Oscar Pilagallo (2012) afirma que, no início da década de 1960, o jornal *O Estado de S. Paulo* esbanjava saúde financeira e prestígio editorial e vivia o auge na influência da opinião pública paulista. Ao longo de todo o período de governo Jango, o jornal conspirou e manipulou o noticiário no objetivo diário de desestabilizar o governo. Toda a grande imprensa – com exceção do *Última Hora* – contribuiu no processo que desaguaria no golpe civil-militar de 1964. O *Estadão* “despontou como o grande protagonista” (PILAGALLO, 2012, p. 156).

Juremir Machado da Silva (2014) mostra que o golpe de 1964 foi “midiático-civil-militar. Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros” (2014, p. 32), com destaque para o carioca *Correio da Manhã* e o paulista *OESP*. Segundo o estudo do autor, em 1964 a imprensa fez diariamente o trabalho de rotular e desqualificar o governo.

Uma vez que a imprensa serve como divulgadora das ideologias e interesses do empresariado, ela atuou como o “intelectual orgânico” do golpe. Nas críticas constantes às “reformas de base” que desagradavam a elite industrial e agrária, “valia tudo: mentira, calúnia, difamação, engajamento explícito e ideológico, deturpação aberta, manipulação escancarada e até brigar com os fatos [...] Os jornais comportaram-se como uma Bastilha inviolável” (SILVA, 2014, p. 27). Para o autor, os jornais cumpriram rigorosamente o papel a eles destinado na conspiração golpista: convencer a população, em especial seus leitores de classe média, de que havia um perigo comunista à espreita no governo Goulart.

O jornalista Carlos Chagas aponta Júlio de Mesquita Filho como um dos artificios do golpe de 1964, “metido até o pescoço na conspiração” (2014, p. 43). Cláudio Abramo (1988), então jornalista do *Estadão*, conta que a radicalização política levou ao afastamento do grupo mais à esquerda na redação do periódico, cuja sede se tornou ponto de encontro de civis e militares conspiradores. Carlos Chagas (2001) conta que, logo no início de 1962, Mesquita

⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/1961, p.03.

recebeu Orlando Geisel para discutir as diretrizes de um governo militar pós-derrubada de Jango, pois “o veterano jornalista era uma espécie de patriarca de São Paulo, respeitado pelas elites dirigentes” (CHAGAS, 2001, p. 1037). Como resposta, o proprietário do *Estadão* escreveu uma longa carta com o “roteiro da revolução” da qual separamos alguns trechos:

O aconselhável, segundo me parece, é não fixar prazo algum, confiando-se ao tempo e aos resultados da ação do novo governo o amadurecimento do critério pelo qual se decidirá a limitação ou o prolongamento do governo discricionário [...] É indispensável, e considero-a, mesmo, uma das principais obrigações da Junta Militar, uma limpeza radical nos quadros da Justiça [...] O expurgo nos quadros do Judiciário é absolutamente necessário mas deverá ser feito por etapas [...] Assim também em relação ao Legislativo [...] a decretação de um Estado de Sítio [...] Ficariam suspensas, com essas providências, as imunidades parlamentares, e só um pouco mais tarde, quando se tornasse um fato a confiança da opinião pública nos propósitos e nos atos do governo revolucionário, se trataria da dissolução das Câmaras (CHAGAS, 2001, p. 1038-40).

Na mesma carta, o jornal indica nomes de políticos liberais, ligados à UDN, para compor o primeiro ministério pós-derrubada de Jango. Nomes como Milton Campos e Roberto Campos estão na lista dos sugeridos por terem “envergadura moral” para que a “opinião pública cerrasse fileiras em torno do governo revolucionário” (CHAGAS, 2001, p. 1040). O jornalista José Stacchini (1965), que cobriu o golpe para o jornal, afirma que no final de 1962, Mesquita Filho procurou o jurista Vicente Rao para juntos esboçarem um “Ato Institucional do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil”, que segundo Chagas “guarda profunda semelhança” (2001, p. 1042) com o Ato Institucional n.1 (AI-1) baixado dias depois do golpe em abril de 1964.

Aloysio Castelo de Carvalho (2010) demonstra a aproximação das linhas editoriais da grande imprensa a partir da atuação da “Rede da Democracia”, criada em 1963 pelo IPES e IBAD para distribuir aos jornais, rádios e televisões, conteúdo de propaganda ideológica. O discurso espalhado pela “Rede” criticava o nacionalismo, as reformas de base e a participação popular na política, diagnosticados como passos da subversão comunista liderada por Jango. Os movimentos sociais ganharam conotações negativas e as greves eram associadas à desordem e à violência. Os trabalhadores que apoiavam Jango eram vistos como corrompidos por políticos demagogos que faziam leis trabalhistas apenas para obter o voto dos incautos. Essa doutrinação era dirigida à formação do temor comunista nas classes médias e proprietárias.

Ainda segundo o mesmo autor, o material da “Rede” publicado pelos jornais de todo o país defendia a narrativa de que o controle do governo caberia às elites intelectuais e

proprietárias, e o modelo econômico liberal seria o único desejável. A luta política deveria ser travada apenas no Parlamento e não nas ruas. Uma vez que Jango estaria estimulando os movimentos sociais, isso seria grave ameaça comunista à “ordem social”, o que então justificaria a deposição do presidente. Essa atuação da imprensa, segundo a visão gramsciana do autor, desnuda seu caráter de classe, uma estratégia discursiva pela qual “os interesses da nação ganham unidade ao serem identificados aos da classe burguesa, de modo que seu domínio possa se realizar através do consentimento das classes subalternas” (CARVALHO, 2010, p. 46).

No plebiscito de janeiro de 1963, a população rechaçou nas urnas o parlamentarismo – e com ele o arremedo de golpe feito em 1961 – e devolveu a Jango os poderes presidenciais para enfim poder governar o país. Este fato levou a grande imprensa, civis e militares, que há décadas conspiravam, a perderem a convicção no regime eleitoral representativo. A perspectiva de que a eleição presidencial de 1965 levaria a mais uma derrota nas urnas do grupo ligado à UDN acelerou o golpismo. Como as pesquisas apontavam a esmagadora vitória do presidencialismo no plebiscito, o jornal *OESP* insinuou a existência de fraudes e tentou deslegitimar a vontade popular. Mais uma vez, quando o eleitor não concorda com a posição política defendida pelo jornal, este a desqualifica pelo “deficiente grau de instrução e politização das populações do interior do Brasil”⁵⁵ cujos votos fariam – na perspectiva exagerada do jornal – o Brasil viver “dentro de uma ditadura [...] estamos em pleno regime do ‘Estado Novo’”⁵⁶.

Como bem mostra a pesquisa de Maria Aparecida de Aquino (1999), nos dias que antecedem o golpe de 1964, os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* exageraram no tom alarmista de críticas ao presidente Jango. Além disso, conclamaram a “sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens” (1999, p. 42). O jornal: fez referências pejorativas ao presidente, chamou-o de “caudilho”, “populista”, “presidente bossa nova”; manifestou medo das “reformas de base”; localizou a presença ostensiva de “elementos comunistas” no Comício da Central do Brasil e afirmou a existência de um golpe continuísta patrocinado pelo governo. Nos primeiros dias de março de 1964, ante uma greve desencadeada em Pernambuco e a suposta existência de “provocadores comuno-nacionalistas”, o *Estadão* pediu a imediata intervenção das Forças Armadas:

⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 05/01/1963, p.03.

⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 08/01/1963, p.03.

Assim, perguntamos, até onde irão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? Não poderemos admitir que os seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes, se as Forças Armadas continuarem a confundir o que aí está com um regime legal. Do Congresso Nacional não é de se esperar a solução que no caso seria o *impeachment*. E a conclusão a tirar de tudo isso é que ambas as instituições – Forças Armadas e Parlamento – se resignaram a colocar acima dos direitos do povo brasileiro o seu temor em assumir a responsabilidade que o momento histórico lhes dita⁵⁷.

Há evidente contradição entre a teoria liberal democrática professada pelo jornal e a defesa que faz pela intervenção militar na política para a derrubada de um governo democraticamente eleito e constituído. A mesma contradição vista por Capelato e Prado no contexto dos anos 1930 e que Ariel Goldstein apontou sobre os anos 1950 e que este capítulo busca reconstruir resumidamente. Na tese de Maria de Aquino, “as idéias do jornal *OESP* aproximam-se mais do modelo de liberalismo do que dos ideais puramente democráticos [...] conspirando abertamente contra o governo constitucional de João Goulart, é teoricamente justificável nos modelos do liberalismo *lockeano*” (1999, p. 39).

Explica a autora que, na restrita interpretação do ideal liberal feita pelos proprietários do jornal, o governante deve apenas executar as “leis naturais”, ou seja, preservar a vida, a liberdade e a propriedade privada dos meios de produção. Uma vez que o governante tem o poder por outorga dos governados, estes podem revogá-lo caso entendam que as autoridades tenham cometido algum abuso no poder. Assim, “*OESP* entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos” (AQUINO, 1999, p. 39) que então poderiam se sublevar e derrubar o presidente.

Porém, conforme o pensamento lockeano explicado pela autora, não é todo indivíduo que tem o direito a esta sublevação, pois há limite na igualdade de direitos entre os proprietários e os não-proprietário/trabalhadores:

Os não-proprietários não têm capacidade de uma ação política racional, não têm também direito à revolução, reservada somente àqueles que têm possibilidade de uma ‘decisão racional’ [os proprietários]. Deste modo, encontram-se plenamente justificados os proprietários de *OESP* na proposição da rebelião armada contra um governo democraticamente instituído, uma vez que acreditam estar defendendo os direitos naturais dos homens contra o abuso do poder do governante; enquanto proprietários, acham-se no direito, pois dotados da capacidade de ação política racional, de propor a revolução (AQUINO, 1999, p. 40)

⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/1964, p.03.

Assim, Aquino (1999) afirma que é possível notar, nos dias seguintes ao golpe de 1964, que o *Estado* não apenas apoiou golpe, como também o interpretou como aspiração nacional. Além disso, aprovou a escolha do marechal Humberto Castelo Branco para a presidência e defendeu a necessidade das arbitrariedades cometidas já a partir do AI-1. Para além da tese da autora, na leitura dos editoriais do jornal pré-golpe de 1964, chama atenção a constante tentativa em associar Jango ao seu passado varguista. A retórica liberal lockeana pode ser entendida aqui como mero pretexto ideológico para esconder a real intenção na deposição de Jango: dar fim definitivo aos adversários políticos do jornal; garantir que a UDN chegue ao poder sem o estorvo das urnas populares que insistem em votar nos herdeiros do trabalhismo varguista; implementar uma agenda econômica não intervencionista e nacionalista.

o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava. Só os espíritos ingênuos ou apressados podem admitir que o 29 de outubro de 1945 assinalou a queda real da ditadura implantada no país por Getúlio Vargas. Esse ocaso do totalitarismo estadonovista foi apenas aparente [...] Tão lamentável estado de coisas veio a prolongar-se até 1961. Nessa data, regia, porém, a democracia brasileira, num movimento empolgante de toda a nacionalidade infelizmente sustado em plena ascensão pela covarde renúncia do sr. Jânio Quadros [...] o poder caiu nas mãos do discípulo dileto do ditador morto [...] [agora] sorriu a democracia, terminando o embate com o esmagamento completo, e desta vez definitivo do Estado Novo⁵⁸.

Na cosmovisão do jornal, as vitórias eleitorais dos candidatos ligados ao varguismo eram desqualificadas como populistas/autoritárias, enquanto o golpe civil-militar de 1964 que depôs o governo eleito é entendido como democrático. Essa linha editorial também pode ser observada nas manchetes das reportagens publicadas pelo jornal do dia 02 de abril: “Vitorioso o movimento democrático”; “Indescritível entusiasmo galvanizou a população paulistana” e “Magalhães Pinto assegura que a vitória será da Democracia”⁵⁹. No dia 03 de abril, o mesmo tom ufanista: “Democratas dominam toda a Nação”; “Ignorado o destino do ex-presidente Goulart”; “Une-se todo o povo de São Paulo na grande tarefa de reconstrução”; “Objetivo-geral: total consolidação da vitória democrática”⁶⁰.

Como demonstrado em outro trabalho (GUILHERME, 2018a), há dois temas que são recorrentes nos editoriais dos dias imediatos ao pós-golpe. Primeiro, de forma subliminar ou explícita, o jornal propaga a narrativa de que toda a população brasileira e a opinião pública aplaudem o movimento que depôs Jango. Segundo, incita “que o futuro governo leve às últimas

⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 02/04/1964, p.03.

⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/04/1964, p.38, 07 e 05.

⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03/04/1964, p.01, 06 e 07.

consequências a operação de limpeza reclamada pela opinião pública brasileira em todos os setores do Estado, sobretudo nas duas Casas do Congresso”⁶¹. Em constante linguagem beligerante, o jornal incita a “necessidade de erradicação total” dos “soviets da Petrobrás”, da “UNE com dinheiro de Praga” e a “decapitação da hidra vermelha”⁶². O jornal comemorou a decretação do Ato Institucional nº1, “que o povo brasileiro na sua totalidade aplaude e subscreve, tal o espírito da medida e juridicidade que dele emana”⁶³.

No vácuo de poder estabelecido após a derrubada de João Goulart, enquanto as forças civis no Congresso e militares disputavam quem comandaria o país, os editoriais do *OESP* mostravam preocupação sobre os “rumos da Revolução”. Na visão do jornal, caso as “velhas raposas” do Congresso conseguissem o controle do novo governo a se formar, este seria posto, em 1965, “a serviço da candidatura de quem? Do sr. Juscelino Kubistchek. Voltaríamos assim à estaca zero”⁶⁴. Esse argumento reforçava a hipótese de que a adesão do jornal ao golpe era muito mais política do que ideológica. Logo o jornal comemoraria o fato de os setores militares terem lançado a “candidatura” do general Castelo Branco, cuja votação no Congresso, que “escolheu” o general como “presidente”, foi avaliada como “legítima”, “admirável”, “uma conquista nacional”⁶⁵.

Nos primeiros meses do governo Castelo Branco, o *Estadão* se portou como jornal governista: apoiou as políticas econômicas liberais; pediu a ampliação das cassações de políticos considerados – pelo jornal – subversivos e corruptos; pressionou pela cassação dos direitos políticos do ex-presidente JK e exaltou a efetivação quando ela ocorreu; teve participação ativa nas reuniões que tentavam evitar a ruptura política entre Carlos Lacerda e Castelo Branco. Ou seja, “o proprietário do *Estadão* não apenas apoiou o golpe, como atuou no sentido de manter a estabilidade política do regime” (GUILHERME, 2018a, p. 213).

Como ironiza Juremir Machado da Silva, “em 1965, Júlio de Mesquita ainda achava estar numa democracia” (2014, p. 84) ou pelo menos em pleno processo “revolucionário”. Em outubro daquele ano, o jornal clama por mais cassações políticas e pede, literalmente, a decretação de um novo Ato Institucional ao acusar o governo Castelo Branco de:

conservar em banho-maria esta Revolução meio anêmica [...] o País está cansado de tibiezas, de hesitações e subterfúgios. Ele apelou para as suas Forças Armadas no momento em que um bando de energúmenos se propunha mergulhá-lo numa aventura de imprevisíveis consequências [...] O

⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1964, p.03.

⁶² *O Estado de S. Paulo*, 04/04/1964 e 11/04/1964, p.03.

⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 11/04/1964, p.03.

⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 04/04/1964, p.03.

⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 12/04/1964, p.03.

Movimento de 31 de Março, depois de expulsos do poder os comunistas ‘nacionalistas’ que dele se apoderaram, tinha a estrita obrigação de limpar devidamente o terreno para uma obra séria e duradoura [...] Se o governo tem efetivamente necessidade de um instrumento legal para levar adiante certos objetivos revolucionários, não vemos outro mais consentâneo com o momento e as suas intenções que um segundo Ato Institucional. ‘Emendinhas’ e ‘leizinhas’, não. [...] O governo não tem o direito de comprometer com as suas inabilidades políticas o que já efetivamente realizou no setor econômico e financeiro⁶⁶.

Na cosmovisão do jornal, lhe escapa as contradições de se portar como liberal-democrata e ao mesmo tempo: preferir leis decretadas pelo Executivo; diminuir o trabalho Legislativo a “leizinhas”; propagar a defesa da cassação de políticos por motivos meramente ideológicos. Decretado o AI-2, o *Estadão* o aplaude, pois: “revolucionários que somos, admitimos o recurso a medidas de exceção”, ante a “impossibilidade de atingir pela via ‘legalista’ os objetivos que haviam sido a própria razão de ser do Movimento”⁶⁷. Para Juremir Machado da Silva (2014), apenas no contexto do AI-5 é que o *OESP* percebeu que a censura e os expurgos caracterizariam uma ditadura.

No dia 13 de dezembro de 1968, *O Estado de S. Paulo* chegou às bancas e aos assinantes com o editorial “Instituições em Frangalhos”, no qual comentava a derrota do governo na votação da Câmara dos Deputados que não autorizou abertura do processo de cassação contra o deputado Márcio Moreira Alves (MDB) pelas críticas feitas aos militares. Nele, o jornal ironiza as dificuldades do general Costa e Silva em presidir o país, por serem “coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército”. No mais, embora este editorial costuma ser lembrado como símbolo de resistência jornalística à Ditadura, há apenas uma curta, mas importante frase, em que o jornal finalmente reconhece a existência da “ditadura militar em que vivemos desde 1964”⁶⁸. Fato é que a edição dos dias 13 e 14 de dezembro foram apreendidas nas bancas e gráfica da empresa. Foi o último editorial escrito por Júlio de Mesquita Filho, que faleceu em 12 de julho de 1969. A direção do jornal passou ao seu filho Júlio de Mesquita Neto, enquanto o irmão Ruy Mesquita dirigia o *Jornal da Tarde*, também de propriedade do mesmo grupo empresarial familiar.

Oscar Pilagallo mostra que, desde o golpe de 1964, havia cerco institucional à liberdade de imprensa. A Lei de Imprensa de 1967 permitia ao ministro da Justiça determinar a apreensão de qualquer impresso que incitasse “à subversão da ordem política e social. Depois do AI-5, as

⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27/10/1964, p.03.

⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 28/10/1964, p.03.

⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13/12/1968, p.03.

restrições seriam cada vez maiores” (2012, p. 178). Em 1969, a Lei de Segurança Nacional aumentou o rol de processáveis e um decreto de janeiro de 1970 institucionalizou a censura prévia. Porém, é importante frisar que a bibliografia sobre o tema aponta que desde 1964 a grande imprensa apoiadora do golpe atuou no campo na autocensura, isto é, a direção e os proprietários dos jornais determinavam que os temas desagradáveis ao governo não deveriam ser publicados ou então o seriam com viés pró-governo. Ao mesmo tempo, os grandes jornais recebiam bilhetes e telefonemas diários do Ministério da Justiça, com os assuntos que não poderiam ser comentados nas publicações.

Da apreensão em dezembro de 1968 até setembro de 1972, o *Estadão* atuou na autocensura e acatando os telefonemas e bilhetes chegados de Brasília. Maria de Aquino reuniu e apresentou as versões de ex-jornalistas do periódico, para a invasão da sede do *O Estado de S. Paulo* pelos censores do exército em 03 de setembro de 1972. Para Oliveiros S. Ferreira e Carlos Chagas, o fato se relaciona com a “luta surda da sucessão presidencial” que “traz à tona a problemática das cisões internas dos militares” (1999, p. 59) e o jornal estaria preparando editorial em apoio a Ernesto Geisel. Já Hélio Fernandes explica que o *Estadão* e o *Jornal do Brasil (JB)* preparavam em conjunto uma reportagem especial sobre anistia, com falas dos ex-presidentes. O SNI procurou a direção dos dois jornais para impedir a publicação da reportagem. O *JB* capitulou, mas *OESP* se recusou a suspender a publicação.

Entre 03 de setembro de 1972 e 04 de janeiro de 1975, o jornal ficou sob censura prévia da Ditadura – assim como o *Jornal da Tarde*. Conforme levantamento de Aquino (1999), ao todo foram 1136 matérias censuradas no todo ou em parte, sobre questões políticas, sociais, econômicas, educacionais e internacionais. Mais uma vez a história se repetiu para *O Estado de S. Paulo*. O liberalismo de conveniência lhe cobrou o preço da censura. O jornal que tanto conspirou e incentivou rasgos à Constituição para abater seus adversários políticos, acabou sendo abatido pelos ditadores que ajudou a colocar no poder. Como assevera Juremir Machado da Silva:

O conservadorismo e o golpismo estão no DNA da mídia brasileira. Sempre disfarçados de radical defesa da Constituição, da legalidade e da democracia. Depois do estrago feito, os jornalistas sempre encontram um jeito de saltar do barco, de inverter o jogo e de reassumir os bons papéis. Na hora do aperto, a leviandade serve de alibi e de provocação (2014, p. 54-55).

No caso do *Estadão*, como escreveu Oscar Pilagallo, a estratégia usada pelo jornal durante os anos de censura prévia o promoveu internacionalmente. Ruy Mesquita admitiu que: “eu, que era pichado de reacionário, virei herói de estudante, como exemplo de luta pela

democracia” (2012, p.182). Maria de Aquino explica em detalhes o processo de censura ao *OESP* e a estratégia do periódico. Como os censores não queriam que ficassem espaços em branco no lugar das reportagens censuradas, o jornal passou a publicar, no lugar delas, receitas de bolos e poesias, em especial *Os Lusíadas* do português Luís de Camões. Para a pesquisadora, a presença inusitada destes elementos em meio ao noticiário político e econômico tinha objetivo de chamar atenção para que o leitor percebesse que algo estranho estaria acontecendo com o jornal.

1.6 O *ESTADÃO* DOS ANOS 1980: PRODUZINDO O CONSENSO NEOLIBERAL

O jornalista Carlos Chagas, que trabalhou no *Estadão* na quase totalidade dos anos da Ditadura, diz que o jornal da família Mesquita “é o melhor lugar para se trabalhar quando há ditadura, mas fica apenas conservador quando vem a democracia” (CHAGAS, 2015, p. 11), recolhendo-se às suas contradições ideológicas e políticas. Estas contradições são percebidas no processo de redemocratização dos anos 1980 e perfeitamente analisados por Francisco Fonseca (2005).

Na campanha pelas Diretas Já, enquanto seu concorrente *Folha de S. Paulo* apoiava o movimento e saiu dele com grande capital simbólico de defensor da pluralidade ideológica, o jornal *O Estado de S. Paulo* demonstrou ceticismo quanto à capacidade da democracia, naquele momento de efervescência popular, de resolver a crise econômica e social deixada pela Ditadura no início dos anos 1980. Na iminência de uma imediata eleição direta pra presidente, havia, na perspectiva do jornal, a preocupação com o favoritismo de Leonel Brizola, último herdeiro da tradição trabalhista varguista tão odiada e combatida pela família Mesquita⁶⁹. Além disso, ao comentar o comício da Praça da Sé, outro medo já despontava no horizonte do *Estadão*: “quer dizer, pois, que Lula assume o comando da campanha e sua palavra de ordem a respeito da organização de comitês será seguida obedientemente? Com que consequências sobre a economia, a atividade empresarial e a ordem social?”⁷⁰.

Os anos 1980 foram de forte mobilização grevista, social e popular, muitas delas lideradas por Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Francisco Fonseca mostra que havia nos editoriais do jornal uma forte

⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 26/01/1984, p.03.

⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 27/01/1984, p.03.

ênfase em ideias como “ordem, autoridade, harmonia, nação, pátria, moral, dentre outras, provindas tipicamente do ideário positivista (no caso) e reapropriadas pelo jornal” (2005, p. 175). Para o autor, *OESP* demonstra verdadeiro temor pela subversão da ordem econômica capitalista e da propriedade privada. É neste contexto que Lula, o PT e a CUT se transformarão nos “inimigos mortais do jornal” (FONSECA, 2005, p. 180), posição antes ocupada por Vargas e Jango.

O mesmo autor mostra que no processo de redemocratização, o jornal: pressionou para que não houvesse “revanchismo” político e jurídico aos líderes da Ditadura Militar; defendeu a incolumidade dos militares; considerou seletivamente o que era “entulho autoritário” a ser desativado na Nova República, e, principalmente, os militares nunca foram culpabilizados pela inflação, desemprego e crise econômica que deixaram ao governo civil. Estes posicionamentos político-ideológicos do *Estadão* mostram que o jornal é um “agente político-ideológico de extrema complexidade” pois a “organicidade liberal convive, contudo, com os referidos valores tradicionais, positivistas e autoritários” (2005, p. 187). Um liberalismo cada vez mais longe da democracia e próximo à plutocracia.

Este amálgama de teorias e práticas seletivamente escolhidos a partir das conveniências e necessidade de classe se explica porque o jornal via a transição não apenas pelo viés político, mas essencialmente como a possibilidade de alterar o modelo de desenvolvimento econômico. Sobram nos editoriais críticas à intervenção do Estado na economia – embora sem referências diretas ao estatismo da Ditadura – e vigorosa defesa de abertura irrestrita ao capital estrangeiro. Na visão do *OESP*, caberia somente à iniciativa privada a produção de riquezas e nunca ao Estado. O “mercado” é sempre visto de forma positiva, verdadeira essência da atividade humana. Ao Estado, caberia apenas o papel suplementar de incentivos fiscais e investimento na infraestrutura, mas principalmente, como garantidor da “ordem” ante as agitações populares e trabalhistas. Fonseca mostra que o jornal atua diariamente na construção de um consenso na opinião pública em favor da agenda econômica liberal. Uma vez que no periódico não há pluralismo de ideias ou debate sobre o tema, sua “luta ideológica desnuda-se ao procurar provar a superioridade do liberalismo em relação ao socialismo” (2005, p. 188).

O jornal emprestou apoio crítico ao Plano Cruzado de José Sarney (PMDB). Os motivos vão da inicial popularidade do Plano, ao combate às esquerdas que o criticavam e, por isso, poderiam se fortalecer eleitoralmente. Os editoriais tentavam “dirigir” o governo: considerou que é a intervenção do Estado na economia o fulcro para a crise política; propôs corte de gastos

públicos, do salário do funcionalismo, o ajuste fiscal e o retorno ao FMI. O jornal atuou diariamente na promoção do consenso em torno da agenda neoliberal como a única possível.

A fiscalização popular aos preços e o confisco de gado nas fazendas desagradou o liberalismo do jornal. Temendo que a fiscalização popular descambasse para a subversão da ordem capitalista, o jornal recorre, mais uma vez, ao exagero retórico tão característico de outros momentos:

Vivemos sob uma ditadura econômica coercitiva, onde a delação leva a um sistema autoritário e socializante. A condenação do regime de mercado prepara o fim do sistema capitalista e a instauração do socialismo entre nós [...] um objetivo muito claro: criar condições para que se estabeleça [...] após o malogro (cuidadosamente urdido) do Plano Cruzado, o regime socialista com que tanto sonharam⁷¹.

Fonseca aponta que o *Estadão*, ao buscar dirigir também o empresariado, atua como “Partido do Capital”. O jornal criticava os empresários que apoiam o Plano e os que procuravam o Estado em busca de juros subsidiados ou políticas de proteção aos produtos nacionais. Assim, procurava inculcar neles a “consciência de classe” para que atuem como “classe dirigente”. Além disso, *OESP* enxergava na classe média o elemento chave de sua narrativa pelo consenso à agenda neoliberal. “Na ‘guerra de trincheiras’, em que o jornal se encontra envolvido, a classe média seria um posto avançado” (2005, p. 192), o celeiro de “líderes” com objetivo de espalhar o consenso em torno da ideologia neoliberal.

Para o *Estadão*, a intervenção do Estado na economia é a causadora da crise econômica, pois gera déficit e inflação. Mostra Fonseca (2005) que é a narrativa de que o país precisa aderir à tendência mundial de reformas liberalizantes era recorrente nos editoriais. Os liberais eram associados à modernidade e os intervencionistas rotulados como atrasados e antimodernos. O mesmo autor aponta que, para defender a ideologia neoliberal, o jornal generalizava os argumentos e ocultava informações que não interessariam ao objetivo de conquista da hegemonia ideológica, como, o fato de que, por muito tempo, as economias que se liberalizavam nos anos 1980 dependeram do intervencionismo estatal para sair da crise econômica do pós-II Guerra. Na retórica do jornal, o liberalismo estava associado à existência de democracias, porém, os constantes elogios ao modelo chileno mostram que, no limite, é preferível ser autoritário se isso significar liberalismo.

No trabalho de propaganda ideológica, a grande imprensa costuma simplificar o debate de forma maniqueísta. Para o *OESP*, os adversários do neoliberalismo veem o mundo por uma

⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 29/08/1986, p.03.

lente ideológica, enquanto o jornal pretende-se portar como observador imparcial na defesa da agenda neoliberal. Assim, apontou diversas vezes o neoliberalismo e as privatizações como a única agenda possível. Fonseca (2005) argumenta que para a efetivação da estratégia retórica, os editoriais apresentam baixa densidade analítica, argumentos frágeis e pouco fundamentados, retórica catastrofista, descontextualização histórica, complexo de imagens e fraseologias exageradas e sofismáticas. Inexistia, em suas páginas, toda a complexidade do funcionamento da economia. Na cosmovisão do *Estadão*, não há males na iniciativa privada e é dever dos meios de comunicação denunciar os males da estatização.

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, o jornal reiterou suas posições neoliberais e atuou para influenciar no resultado. Além de instigar o empresariado ao protagonismo, para defender os valores que considera essenciais na sociedade capitalista – a livre concorrência e a meritocracia –, o jornal estimulou a formação do “Centrão” – conjunto de deputados de centro-direita – para frear o avanço dos direitos sociais na Constituição. Na avaliação do jornal, o resultado foi uma Carta Magna muito nacionalista, de esquerda e cujas obrigações sociais causariam déficit no orçamento público (FONSECA, 2005).

A excelente pesquisa de Francisco Fonseca mostra que, ao longo da Assembleia Constituinte, o jornal *O Estado de S. Paulo* se colocou contra diversos direitos trabalhistas como: diminuição da jornada de trabalho; ampliação da licença maternidade; a criação da licença paternidade e o aumento no valor da hora-extra de trabalho. Na retórica do periódico, os direitos sociais e trabalhistas foram vistos como prejudiciais para o trabalhador, pois desestimularia o empresariado a contratar e assim, geraria mais desemprego. Não caberia ao Estado intervir na relação entre patrão e empregado, por isso *OESP* defendeu a livre negociação salarial entre as partes e tenta convencer os sindicatos sobre os supostos benefícios desta liberdade. Essencialmente o jornal “pretende estimular a competição entre os trabalhadores [...] impingir a imagem de que basta ao trabalhador esforçar-se para melhorar sua condição de vida” (FONSECA, 2005, p. 402).

No Brasil dos anos 1980, sacodido por centenas de greves anuais, Fonseca (2005) mostra também que o *Estadão* se porta radicalmente contra o direito de greve e à organização sindical dos trabalhadores. Na visão do jornal, todo trabalhador é um revolucionário em potencial. No conflito capital x trabalho, a grande imprensa atua como indispensável aparelho privado de hegemonia capitalista. Em teoria, *OESP* admite que a greve é direito democrático, porém, na prática, todas as greves são invariavelmente condenadas inoportunas, político-ideológicas, ilegais, causadoras de prejuízos à economia e atentatórias à ordem pública. As

greves deveriam se ater apenas a questões salariais e de condições de trabalho, pois não caberia aos sindicatos e trabalhadores pressionar em assuntos políticos e econômicos. Os grevistas eram sempre rotulados como fascistas, subversivos e “dinossauros ideológicos”. Para um jornal historicamente apegado à ideia positivista de “ordem”, os movimentos grevistas deveriam ser reprimidos pela polícia, pois todos os movimentos sociais e sindicais são vistos como desordeiros, baderneiros, arruaceiros, provocadores e desestabilizadores da economia.

No segundo turno da eleição presidencial de 1989, os editoriais do *Estadão* mostraram firme atuação contra o candidato Lula da Silva (PT) e a favor de Fernando Collor (PRN). O PT e Lula eram sempre apresentados como radicais, violentos, fanáticos, ressentidos, vingativos, mesquinhos, truculentos e próximos até ao nazi-fascismo, incompetentes, imaturos, bárbaros, atrasados, comunistas e antidemocráticos⁷². Por considerar que os petistas são adeptos de uma ideologia estatizante que estaria supostamente ultrapassada, o *OESP* abusa do tom alarmista e faz previsões catastróficas – próximas ao realismo fantástico – caso o partido vença as eleições. Publicação recente de Fernando Azevedo (2017) demonstrou quantitativamente que a grande imprensa brasileira usa representações negativas ao PT em seus editoriais e em suas manchetes de capa. Dos três grandes jornais do país, o *Estadão* é o que propaga ideologicamente mais valências negativas ao partido.

No contexto da eleição de 1989, por exemplo, foram 59 editoriais negativos, 07 neutros e nenhum positivo⁷³. Como apontado em trabalho anterior (GUILHERME, 2019), Fernando Collor teve suas propostas de governo sempre avaliadas positivamente pelos editoriais do jornal: sobre a dívida externa, Collor indicaria o caminho e Lula faria o Brasil parecer a Albânia; Collor teve atitude realista sobre a política fiscal e sobre as privatizações; Lula teria uma visão simplista sobre a política industrial; Collor teria visão pragmática do sistema financeiro e o jornal cobra dele a autonomia do Banco Central; o programa de Collor seria mais coerente e claro; o PT teria graves erros na análise sobre o comércio exterior; Lula teria errado ao propor aumento salarial por decreto, e Collor acertado ao propor aumentos graduais; Lula teria errado também ao propor que a Petrobrás investisse em pesquisa em águas profundas, mas Collor acertou ao defender a entrada de capital estrangeiro na política energética; a campanha de Collor teria norte e Lula navegaria conforme as circunstâncias; o PT faria controle de preços e Collor

⁷² *O Estado de S. Paulo*, 19/10/1989, 15/11/1989, 16/11/1989, 08/12/1989 p.03.

⁷³ Segundo a mesma pesquisa, no contexto da eleição de 1989, a *Folha de S. Paulo* publicou 30 editoriais negativos, 17 neutros e nenhum positivo ao PT; o jornal *O Globo*, por sua vez, publicou 08 editoriais negativos e nenhum neutro ou positivo (AZEVEDO, 2017).

defenderia o livre-comércio⁷⁴. Tudo isso para, no dia da votação do segundo turno, o jornal sacramentar que “a escolha não será difícil”: é preciso votar na “revolução liberal” representada por Fernando Collor⁷⁵.

Pós-vitória de Collor, o jornal se mostrou bastante empolgado com a chance de deixar um “Estado moralizado” aos netos, uma vez que Collor representava a resistência ao “populismo-estatizante, à demagogia esquerdista”⁷⁶. Como mostrou Francisco Fonseca (2005), até a posse, o jornal ficou em lua-de-mel com o presidente eleito, pois considerava que ele colocaria o Brasil nos trilhos, em sintonia com o mundo contemporâneo. A vitória de Collor foi vista pela grande imprensa como a oportunidade para implementar a agenda neoliberal: abertura ao capital estrangeiro, privatizações e revisão das garantias sociais na Constituição recém promulgada.

Diante do Plano Collor, *OESP* reclamou do intervencionismo do Estado nas poupanças e da política de preços, mas apoiou a parte privatizante. Fonseca (2005) mostra que o jornal teve relação ambígua com o governo Collor: oposição às intervenções na economia e radical apoio às privatizações, desregulamentação da economia, demissão de funcionários públicos e diminuição do Estado. Ao longo de todo o governo, o periódico pressionou pela rápida implementação da agenda neoliberal. Quanto à crise política que resultaria no *impeachment* do presidente, o *Estadão* manteve cautela, enfatizou a necessidade de manutenção da ordem jurídica, e, somente quando as denúncias de corrupção se avolumavam e a população saía às ruas, o jornal aderiu à tese do impedimento. Porém, perfilou-se ao lado dos demais jornais na tentativa de separar a crise política da agenda neoliberal que deveria ser seguida e efetivada pelo sucessor Itamar Franco.

1.7 O ESTADÃO E O PLANO REAL: APOIO AO PSDB E OPOSIÇÃO AO PT

Uma vez que Itamar Franco se portou contra as privatizações, o *OESP* se colocou como o mais crítico opositor ao refluxo da agenda neoliberal. Para o jornal, o Brasil caminharia de volta ao terceiro mundo com um governo interpretado como de “populismo ultrapassado e

⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 23/11/1989, 24/11/1989, 25/11/1989, 26/11/1989, 28/11/1989, 29/11/1989, 30/11/1989, 01/12/1989, 02/12/1989, 06/12/1989 p.03

⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 17/12/1989, p.03.

⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/12/1989, p.03.

sentimentalóide”⁷⁷. Francisco Fonseca então argumenta que a tentativa do periódico em querer influenciar os rumos do novo governo, reafirmou a postura do jornal como ator político-ideológico: “como se observa, a luta pela hegemonia é longa, complexa e marcada pelo desenvolvimento de táticas e estratégias, numa espécie de ‘vale-tudo’ ideológico, em que a grande imprensa se utilizou de todos os expedientes possíveis, exceto a discussão de ideias” (2005, p. 392). Em abril de 1993, um novo plebiscito deu novamente à população a opção entre presidencialismo e parlamentarismo. Como há 30 anos, o tom de desalento pela derrota do modelo parlamentarista levou o *Estadão* a, mais uma vez, creditar a vitória do presidencialismo à “ignorância das questões fundamentais e mesmo das secundárias” de “enorme porcentagem de brasileiros que comparecerá amanhã às urnas”⁷⁸.

Forjado o consenso à agenda neoliberal, a grande imprensa uníssona apoiou o Plano Real lançado pelo presidente Itamar Franco. Desde então, *OESP* estendeu seu apoio a todos os governos e candidatos do PSDB por representarem a agenda neoliberal contra o que considera populismo intervencionista dos governos e candidaturas do PT. Animado pela mudança de postura do, antes “esquerdista”, Fernando Henrique Cardoso (FHC), para o candidato que representava “a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência”, o *Estadão* foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: “nossa opção!”⁷⁹.

Ao longo dos governos FHC, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. Apenas dois dias após a eleição de 1994, o editorial “urgência em privatizar” daria o tom dos próximos anos: “seguir por este caminho é fundamental”⁸⁰. Em 1996, faleceu Julio de Mesquita Neto e a direção do jornal ficou sob responsabilidade de seu irmão Ruy Mesquita. Outro exemplo é em 1997, quando o *OESP* cobrou o governo para “agilizar as grandes privatizações” das telecomunicações, do setor elétrico e da Vale do Rio Doce⁸¹. Uma vez que o governo FHC demonstrava compromisso com a agenda neoliberal, o *Estadão* não fez críticas à Emenda Constitucional da reeleição. Na eleição de 1998, comemorou a vitória do presidente neoliberal como “um voto racional” do eleitor que “aprendeu o suficiente para votar com a cabeça [...] e sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura dos rumos”⁸². Fora da presidência,

⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 10/12/1992, p.03.

⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 20/04/1993, p.03.

⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1994, p.03.

⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1994, p.03.

⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 27/02/1997, p.03.

⁸² *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1998, p.03.

FHC se tornaria figura constante em entrevistas e publicação de artigos de opinião política no jornal.

Em 2002, ante a possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o *OESP* escrevia em tom de alento e esperança: “a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora”⁸³. Goldstein (2017) mostra que, de início, o jornal foi pragmático com a vitória eleitoral de Lula. Nos editoriais, o *Estadão* recomendava a Lula manter a política econômica neoliberal, fazer a reforma da Previdência, se afastar dos “radicais” do PT e tentou solidificar a narrativa de que qualquer alteração no modelo econômico poderia significar o caos. A partir da crise do “mensalão” e da mudança na política econômica que se tornou mais intervencionista, o *OESP* se portou como radical opositor ao governo e abusou de dois pacotes interpretativos para produzir uma versão negativa de Lula e do PT: populismo e corrupção.

A proximidade de Lula com os movimentos sociais e sindicais a ponto de recebê-los no Palácio do Planalto e posar com o boné do movimento por reforma agrária, somado à ascensão social via políticas públicas estatais, fez o *Estadão* reavivar a antiga retórica do “perigo populista” tão bem usado contra Vargas e Jango. Ariel Goldstein (2017) mostra que o jornal vê o governo como fomentador da luta de classes num país em que inexiste divisão social. As políticas sociais são desqualificadas como populismo eleitoreiro. Típico da visão elitista que conserva há séculos, o jornal nega autonomia de pensamento aos eleitores do PT, desqualifica-os como ignorantes, cúmplices, atrasados e enganados pelo carisma do presidente.

É constante a comparação que o jornal faz de FHC e Lula. Goldstein (2017) aponta que, devido à coincidência de visões ideológicas e hierárquicas para a sociedade brasileira entre o jornal e o ex-presidente do PSDB, este é sempre retratado de forma positiva no periódico. Em muitas oportunidades, o jornal publicou textos de Fernando Henrique Cardoso, exatamente no mesmo tom das críticas feitas pelo jornal: do “perigo populista”; da incompetência de Lula; da destruição dos valores republicanos; da ética nos governos do PSDB.

Desde o escândalo do “mensalão”, o *Estadão* empreendeu uma cruzada moral para colar no PT a pecha de “partido corrupto” por natureza. Segundo Goldstein (2017), o jornal é o que deu mais importância às denúncias de corrupção contra o PT e atuou para: estigmatizar o partido como o único responsável pela corrupção na política; consolidar a narrativa de ser o governo mais corrupto da história do Brasil; pré-julgar Lula como culpado. O autor fala que o cerco de

⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2002, p.03.

exposição permanente do tema da corrupção na grande imprensa objetiva condicionar a agenda pública de debates, ou seja, manter o governo na defensiva e silenciar a agenda governamental de redução das desigualdades e geração de empregos, por exemplo.

O enquadre eleitoral moralista, “honestos x corruptos”, foi a tônica da cobertura do jornal na eleição de 2006. O *Estadão* demonstrou seu apego ao neoliberalismo do PSDB e ao republicanismo tucano: “hoje é dia de o eleitor consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração”⁸⁴. Quantitativamente, os editoriais do jornal em 2006 tiveram 93,1% de valências negativas à Lula e ao PT⁸⁵ (AZEVEDO, 2017). Coincidentemente, a agenda econômica defendida pelo jornal é exatamente a mesma do candidato Geraldo Alckmin (PSDB): privatizações; redução dos gastos públicos; e não intervenção do Estado.

⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 01/10/2006, p.03.

⁸⁵ Na mesma eleição, a Folha de S. Paulo deu 79% e O Globo 83,9% de valência negativas à Lula e ao PT nos editoriais (AZEVEDO, 2017).

2 OPOSIÇÃO ELEITORAL, COBRANÇA DE “FAXINA REPUBLICANA” E TENTATIVA DE IMPRIMIR UM RUMO NEOLIBERAL AO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2010-2011)

Este capítulo trata das posições assumidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010 e no primeiro ano do governo da presidenta Dilma Rousseff (PT).

Na eleição de 2010, o jornal prestou explícito apoio ao candidato opositor José Serra (PSDB), posição esta condizente com o recente histórico neoliberal, pró-PSDB e antipetista do periódico. Havia nos editoriais a esperança de que a estreante candidata Dilma se saísse mal contra o experiente candidato José Serra, em especial no segundo turno. Em vários momentos da campanha, o *Estadão* insistiu no suposto “perigo autoritário” representado pelo PT, inflamou denúncias de improbidade para atingir a candidata governista e criticou o programa de governo petista. Ao mesmo tempo, defendeu o programa econômico neoliberal do candidato de oposição.

O jornal comemorou a ida de José Serra para o segundo turno. Frustradas suas expectativas de derrotar o lulismo, não poupou de críticas o PSDB, seu candidato e a condução dada à campanha opositora. É comum, nos editoriais, o lamento pela falta de defesa enfática da pauta neoliberal por parte da oposição. Derrotado, o *Estadão* tentou apontar caminhos para que a oposição seja mais atuante contra Dilma do que foi contra o popular ex-presidente Lula.

Apesar das críticas contundentes que fez à pessoa da candidata Dilma, sempre caracterizada como mero “poste” ou “preposto” de Lula, os primeiros editoriais apontaram para um crédito inicial de confiança à nova presidenta. Ao mesmo tempo, o jornal já indicou como seria a sua posição ao longo do ano e do governo Dilma como um todo: no plano político, críticas a toda e qualquer movimentação do ex-presidente Lula; no plano econômico, pressão pela adesão à pauta neoliberal, privatizações, reforma da previdência, ajuste fiscal e cortes no orçamento da União.

Dois grandes assuntos políticos dominaram o noticiário e os editoriais do *Estadão* em 2011: a conflituosa relação da presidenta Dilma com a base aliada, em especial o PMDB; e a “faxina republicana” promovida por Dilma em vários ministérios. O jornal elogiou a disposição da presidenta em enfrentar o fisiologismo congressual e cobrou-a para que promovesse demissões sumárias nos altos escalões do governo tão logo surgissem as primeiras denúncias de improbidade nos ministérios. Nesta cobertura, foi constante a tentativa de indispor Dilma

com o ex-presidente Lula. A oposição era criticada por não conseguir se entender na forma e no conteúdo de suas ações.

No plano econômico, o jornal se opôs à redução da taxa de juros Selic e exigiu vultuosos cortes no Orçamento da União como únicas alternativas ao combate de uma inflação que o jornal insistiu estar descontrolada. No mesmo sentido, cobrou do governo adesão às pautas neoliberais, como privatizações, reforma da previdência e redução da ação do Estado na promoção econômica.

2.1 A ELEIÇÃO DE 2010 NOS EDITORIAIS DO *ESTADÃO* E A MONTAGEM DO GOVERNO DILMA

2.1.1 O primeiro semestre de 2010: uma pré-campanha já polarizada

Desde a eleição presidencial de 1994, o PSDB e o PT polarizaram as disputas. Em todas elas, havia a presença de Luís Inácio Lula da Silva como o candidato petista. Em 2010, foi a primeira eleição em que Lula não seria o candidato a presidente pelo PT, mas atuaria como cabo eleitoral para outro presidenciável petista. As pesquisas e discussões na imprensa apostaram na repetição da polarização partidária, porém, especularam sobre a real capacidade do presidente Lula da Silva de transferir o capital eleitoral e popular conquistado nos últimos, e bem avaliados anos de governo, à sua candidata Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e que disputaria uma eleição pela primeira vez na vida.

Embora José Serra (PSDB) ainda fosse oficialmente governador de São Paulo e Dilma Rousseff (PT) estivesse à frente da Casa Civil do governo federal, não era segredo que ambos já estavam ativamente em campanha por votos e aliados. Logo no começo de janeiro, o *Estadão* noticiou que: “Serra e Dilma já exibem suas táticas para corrida presidencial”. A petista anunciava que a tônica de sua campanha seria a comparação entre os governos Lula/PT contra FHC/PSDB. Os tucanos insistiriam em lembrar a longa biografia política de José Serra e insinuavam que a adversária seria mera “sombra” inexperiente do presidente Lula⁸⁶. Alguns dias depois desta fala de líderes do PSDB, o *Estadão* reforçou o argumento da oposição – fato que ocorreria várias vezes ao longo da campanha, visto que o jornal atuou como amplificador

⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2010, p. A4 e 16/01/2010, p. A4.

das mensagens peessedebistas. O jornal ironizou que a neófito candidata Dilma precisaria “tomar aulas de comunicação com o povo”, por possuir “completa falta de apelo” popular⁸⁷.

O candidato da oposição, José Serra/PSDB, iniciou o ano eleitoral à frente nas pesquisas de intenção de votos. Alguns fatores explicam estes números iniciais. Primeiro, José Serra já era político de vasto capital eleitoral, ex-presidenciável em 2002 e governador de São Paulo, o maior e mais populoso estado do país. Segundo, Dilma Rousseff, embora ocupante do principal ministério, nunca havia disputado uma eleição e era desconhecida do grande público. À medida que o presidente Lula, gozando de altos índices de aprovação e popularidade, apresentava ao grande eleitorado a ministra como a sua candidata, Dilma cresceu nas pesquisas e, antes mesmo do início oficial da campanha, tomou a dianteira nas simulações do mês de junho em todos os institutos.

Em editorial no começo do ano, o *Estadão* comentou o crescimento de Dilma nas pesquisas. Em tom de reclamação, atribuiu a subida da governista não aos “seus atributos administrativos, políticos ou pessoais”, que eram inexistentes segundo o periódico, ou então a uma “eventual comparação favorável com outros presidenciais”, mas sim, ao fato de Dilma ser a única a já estar em campanha – mesmo no período pré-eleitoral, o que não é permitido por lei – ao lado do presidente Lula. O jornal acusa o presidente Lula de usar a máquina pública para impulsionar sua candidata, “fabricando eventos públicos para exibi-la aos eleitores”⁸⁸. Porém, o jornal não tem o senso crítico para ver uso da máquina pública nas obras inauguradas pelo então governador e pré-candidato José Serra no estado de São Paulo.

Em vários momentos da pré-campanha, o jornal comparou as biografias e os perfis dos dois candidatos. José Serra foi sempre elogiado, enquanto Dilma Rousseff foi sempre desacreditada. A petista foi rotulada como “uma sombra de seu criador” e apenas a ênfase petista numa campanha plebiscitária Lula/PT x FHC/PSDB seria capaz de impedir, na visão do jornal, que todos os eleitores percebessem “uma indigesta realidade: a esqualidez aparentemente irremediável do desempenho da candidata [...] À falta de uma Dilma pessoa física, só resta a seus mentores fazer dela uma pessoa jurídica – a representação da era Lula”. Isto levou os editorialistas a chamarem a candidata petista de “Lulilma”, insinuando que, uma vez eleita, Dilma seria tutelada por Lula, o candidato de fato, “que concorre por interposta

⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2010, p. A3.

⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/04/2010, p. A3.

pessoa ao terceiro mandato”⁸⁹. Próximo ao início oficial da campanha, um editorial ironizou as “promessas da criatura”, ou seja, sequer chama a candidata Dilma pelo nome⁹⁰.

Em contraste, o candidato da oposição, José Serra, foi mostrado pelo jornal como experiente, qualificado, honesto e competente. Em consonância com sua frase “não comecei ontem e não caí de paraquedas”, o *Estadão* argumentou que o candidato da oposição não era fabricado, teria vida própria e sua candidatura foi o “momento natural de uma longa trajetória política”⁹¹. Outro editorial anunciou com pompa, elogios e expectativas o lançamento oficial do candidato de oposição: elogiou suas propostas para educação e saúde; comemorou o discurso no “tom certo para se dirigir ao eleitor” na defesa do governo FHC e suas privatizações; reforçou as críticas feitas por ele às “falanges do ódio” petistas que “dividem os brasileiros em ricos e pobres, nordestinos e sulistas [...] a construção populista que se condensa no ‘nós contra eles’ de Lula”. A expectativa do jornal era de que a fala de José Serra logo desse resultado positivo para ele nas pesquisas de intenção de votos⁹².

Porém, os partidos de oposição não se entendiam quanto à formação da chapa eleitoral e ao *slogan* que daria rumo para a campanha. A escolha do candidato a vice é a síntese desta disputa. O governador mineiro Aécio Neves tentou ser o nome da oposição na disputa, mas, segundo o próprio *Estadão* reconheceu, “Serra manobrou para afirmar a sua primazia sobre o rival”. Tal “manobra” irritou os tucanos mineiros e o jornal *Estado de Minas* fez duro editorial para criticá-la. O *OESP*, então, respondeu em outro editorial no qual defendeu a ala paulista do PSDB e o candidato José Serra. Além disso, clamou para que a oposição se unisse em torno do governador de São Paulo. Desgostoso, Aécio passou a desdenhar da tentativa defendida pelo jornal de fazê-lo candidato a vice e preferiu garantir-se no Senado. Às vésperas do início oficial da campanha, dois motivos fizeram o jornal avaliar como “a missão quase impossível do candidato Serra” a escolha do desconhecido deputado Índio da Costa (DEM-RJ) como vice na chapa oposicionista que não agradou ao jornal, e o *slogan* “o Brasil pode mais”, que não ofereceria “ao eleitorado alternativas às diretrizes econômicas e sociais”⁹³. Para desânimo ainda maior aos editorialistas a serviço da família Mesquita, na primeira semana de julho, Dilma Rousseff estava empatada ou à frente de Serra em todos os institutos de pesquisas.

⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/04/2010 e 08/04/2010, 02/07/2010, p. A3.

⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 30/06/2010, p. A3.

⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 02/04/2010, p. A3.

⁹² *O Estado de S. Paulo*, 13/04/2010, p. A3.

⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2010, 02/04/2010 e 02/07/2010, p. A3.

Enquanto isso no governo, o então presidente Lula da Silva (PT) foi o artífice de uma controversa aliança política com o PMDB que, ao longo da campanha, passou por vários momentos de conflito (GUILHERME, 2020a). Em caso de vitória eleitoral, a expectativa era que o governo Dilma tivesse sólida base aliada no Parlamento. Porém, havia o receio de que Dilma se tornasse refém do apetite fisiológico do PMDB. A negociação entre Lula/PT e o PMDB para a definição do nome a integrar a chapa como vice-presidente foi tensa e se arrastou por meses. Lula tentava um nome menos forte no partido, como o do então ministro Hélio Costa. A cúpula peemedebista liderada por Michel Temer não admitia outro nome senão o dele, presidente do partido e ex-presidente da Câmara. Segundo noticiou o *Estadão*, o partido se convenceu de que estava “em curso a fritura” de seu presidente partidário e passou a se movimentar para mostrar insatisfação e “criar um fato consumado e impor ao Planalto o nome do presidente da Câmara”⁹⁴.

Na avaliação do jornal, o esforço do PMDB para emplacar Michel Temer como vice na chapa “vai além do posto” e faria parte de “um projeto de poder” do partido. Para a cúpula peemedebista, Temer seria o único com experiência congressional e força política nos bastidores para “proteger” o partido nas disputas com o PT” e “garantir um quinhão privilegiado de poder no núcleo palaciano do futuro governo”. Segundo o *Estadão*, “o que mais preocupava o PT” era justamente a perspectiva de que Temer ocupasse o espaço de principal interlocutor congressional⁹⁵. Confirmada a indicação do PMDB, Temer prometeu: “é claro que serei um vice nos limites da Constituição, porque sou legalista. E serei extremamente discreto, como convém ao vice”. Aliados do indicado, porém, já foram mais explícitos em seus objetivos, como Geddel Vieira Lima: “não vai haver um eventual governo Dilma. Vai haver um eventual governo Dilma e Temer. Vamos ganhar juntos e governar juntos”. O *Estadão* foi enfático ao afirmar que o PMDB estava “cheio de apetite” por mais cargos e espaço no Poder Executivo⁹⁶.

Ainda em 2009, quando o nome de Michel Temer na vice-presidência era uma especulação muito verossímil, o historiador Luiz Felipe de Alencastro externou uma preocupação comum a muitos observadores da época e que, devido ao desenrolar dos acontecimentos futuros, se tornou profética:

Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista. Deputado federal há 22 anos seguidos, constituinte, presidente da Câmara por duas vezes

⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, dias 21/01/2010, p. A6; 22/01/2010, p. A6 e 26/01/2010, p. A4.

⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, dia 31/01/2010, p. A8.

⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, dias 19/05/2010, p. A4, 27/05/2010, p. A7, 13/06/2010, p. A12 e 15/06/2010, p. A7.

(1997-2000 e 2009-2010), presidente do PMDB há oito anos [...] o impasse poderá transformar a ocupante do Alvorada em refém do morador do Palácio do Jaburu [...] a aliança PT-PMDB pode se tornar desastrosa num governo Dilma em que Michel Temer venha a ocupar o cargo de vice-presidente (2016: 20-21).

Além do apetite por cargos no Poder Executivo, o PMDB também apresentou uma proposta econômica de governo. Na avaliação do *Estadão*, o objetivo da proposta foi “se contrapor” ao programa já elaborado pelo PT⁹⁷. Sobre este tema, André Singer aponta que, enquanto o PT apresentou um programa de governo para intensificar o reformismo lulista com mais presença do Estado na economia via o fortalecimento dos bancos públicos e das empresas estatais, o PMDB apresentou um programa oposto: contenção de gastos públicos, reforma trabalhista e da previdência:

Ao fazer-se portador das preocupações do capital, o PMDB bloqueou, dentro da coligação que acabou vitoriosa em 2010, o avanço das correntes que procuravam intensificar o reformismo lulista [...] A incompatibilidade entre os programas apresentados pelo PMDB e pelo PT parece ter tornado impossível a síntese [...] O PMDB lidera um bloco de partidos de direita que busca, no interior do lulismo, anular a influência de correntes de esquerda ainda existentes no PT (2012: 217)

Condizente com seu histórico, no primeiro semestre do ano, foram vários os editoriais do *OESP* que insistiram na tese do suposto “perigo autoritário” para o país caso a candidata petista fosse eleita. No mês de janeiro, foram cinco editoriais para comentar o PNDH-3. Todos com críticas e alarmismos sobre o Programa. Na cosmovisão dos editorialistas, as propostas apresentadas para debate seriam, na verdade, o “roteiro para a implantação de um regime autoritário”, a verdadeira face do “populismo autoritário” existente, segundo o jornal, desde a fundação do PT. Além disso, a publicação do Programa comprovaria “de forma irrefutável” o despreparo de Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil⁹⁸.

Mas no PNDH-3, o que mais incomodou o *Estadão* foram as diretrizes para a democratização da imprensa. O jornal qualificou como “parte de um amplo esforço de liquidação do Estado de Direito e de instalação, no Brasil, de um regime autoritário”. Como resposta, os veículos da grande imprensa e o Instituto Millenium, *think tank* ultraliberal, promoveram evento para criticar o que o jornal chamou de “ameaça à liberdade de imprensa”, comparáveis à Venezuela, Cuba e Argentina e endossou a crítica do sociólogo antipetista

⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, dias 09/02/2010, p. A7; 02/03/2010, p. A7 e 19/03/2010, p. A4.

⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2010, 12/01/2010, 14/01/2010 e 17/01/2010, p. A3.

Demétrio Magnoli: o PNDH-3 se compararia a uma “restauração stalinista”. Quando o presidente Lula reagiu às críticas da mídia e apontou sua parcialidade, o *OESP* desqualificou-as como mera “obsessão de Lula” em criticar a imprensa⁹⁹.

O PT ainda discutia e apenas esboçava um programa de governo na fase de pré-campanha, mas o *Estadão* já alardeava a existência de uma suposta radicalidade nos planos do PT e da candidata Dilma. Foram três editoriais em fevereiro para reclamar de “um Estado ainda mais atuante, mediante o fortalecimento das empresas públicas e a ampliação dos financiamentos do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal” e do “silêncio do texto em relação aos princípios macroeconômicos” neoliberais “formado pelo ajuste fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação”. Como se percebe, a crítica é ideológica. O jornal disse que Dilma e seu grupo político no PT se parecem com a origem “retórica incendiária” do partido, que pretendia “liderar uma revolução que desembocaria numa forma de socialismo”. Então, os editorialistas clamam para que o presidente Lula, “o mais lúcido” e “pragmático” entre os petistas, mantivesse o partido no “centro” do espectro político¹⁰⁰.

2.1.2 O primeiro turno: a operação segundo turno

Ao longo de todo o primeiro turno, raramente os editoriais do *Estadão* trataram da campanha eleitoral, dos candidatos, suas agendas, alianças ou propostas de governo. As pesquisas de intenção de votos mostravam que Dilma Rousseff subia e se consolidava na liderança isolada, com ampla chance de vitória ainda no primeiro turno. Em tom de lamento, três editoriais do jornal reconheceram este fato e deram dicas ao candidato José Serra para reverter o cenário.

O jornal admitiu que “nem o mais fervoroso” adepto da oposição acreditava que até o dia da votação, Serra voltaria à condição de líder nas pesquisas. O máximo que caberia ao candidato seria ir bem nos debates e nas mídias eletrônicas, na esperança de levar o embate ao segundo turno. O editorial ainda debateu que o grande problema da retórica oposicionista era dosar o discurso diante de um governo com 80% de aprovação. Em outro texto, o futuro do PSDB foi discutido e a perspectiva de uma terceira derrota seguida do partido, que “nunca teve jeito para ser oposição” e “se furtou” de fazê-la diante da popularidade de Lula, apontava para perspectivas nada alvissareiras: “as colunas do edifício político desabarão sobre os tucanos com

⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2010, 03/03/2010 e 26/03/2010 p. A3.

¹⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 06/02/2010, 11/02/2010 e 12/02/2010, p. A3.

a uma força destrutiva”, confinando-os aos redutos paulista e mineiro. A onipresença de Lula na propaganda da candidata petista incomodou o jornal, que ironizou se o presidente não estaria se portando como um candidato em luta “pelo terceiro mandato”¹⁰¹.

Assim como mostrou Jakson Alencar (2012) sobre o concorrente *Folha de S. Paulo*, diante deste cenário nas pesquisas de intenção de voto, o *Estadão* também centrou sua cobertura jornalística em desgastar a imagem do governo e sua candidata, diante do leitor/eleitor. O objetivo era levar a eleição para o segundo turno, quando supunham aumentar as chances do candidato de oposição.

No mês de agosto, o tema principal das capas, noticiários e editoriais foram os vazamentos de declarações de imposto de renda de políticos e familiares do PSDB. A grande imprensa fez grande estardalhaço na tentativa de associá-los diretamente ao governo petista e à candidata Dilma Rousseff. Para o *Estadão*, os auditores fiscais envolvidos eram “o exército secreto de Dilma” incumbidos do “trabalho sujo contra o inimigo”. O jornal afirmou que haveria uma estrutura montada pelo PT para vigiar e chantagear adversários políticos, que se tornaria permanente caso Dilma fosse reeleita¹⁰². Tempos depois, soube-se que o responsável pelos documentos levantados foi o jornalista Amaury Ribeiro Jr (2011), que publicou livro sobre as privatizações conduzidas pelos governos do PSDB.

Dias depois, uma denúncia feita pela revista *Veja* foi repercutida pelo jornal como se fossem certezas absolutas e irrefutáveis. A então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, foi acusada de promover tráfico de influência na pasta. O tema também se tornou ininterrupto nas capas e reportagens do *Estadão*. A ministra era sempre mostrada como aliada direta da candidata Dilma Rousseff. Ambos os casos, segundo o jornal, seriam o “modus operandi do lulismo, que ameaça deitar raiz no terreno baldio da política nacional”¹⁰³.

O jornal acusou o presidente Lula da Silva de estar embriagado pela popularidade e bons índices econômicos do país. Por isso, Lula seria o principal artífice na montagem de uma “fábrica de dossiês”, que estaria desmoralizando as instituições públicas “como nunca antes neste país”. Um editorial todo foi dedicado a comemorar as multas aplicadas pelo TSE ao presidente por fazer campanha antecipada pela candidata governista, mas nenhum editorial foi escrito para comentar as mesmas multas que o candidato do PSDB recebeu¹⁰⁴.

¹⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 17/08/2010, 19/08/2010 e 24/08/2010, p. A3.

¹⁰² *O Estado de S. Paulo*, 16/07/2010, 10/08/2010, 14/08/2010, 31/08/2010, 03/09/2010, 07/09/2010, p. A3.

¹⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 15/09/2010 e 16/09/2010, p. A3.

¹⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 15/07/2010, 03/09/2010, 07/09/2010, 09/09/2010 e 14/09/2010, p. A3.

O presidente Lula reagiu às críticas feitas pela imprensa. No final de setembro, em quatro editoriais dedicados a rebater as críticas do presidente, o *Estadão* aproveitou para assumir-se como um jornal de oposição e pedir votos para o candidato José Serra/PSDB. Primeiro, o jornal acusou Lula de “retórica maniqueísta sem o menor pudor” quando o presidente falava ao “eleitorado de baixa renda e pouca instrução”. Depois, reverberou as críticas feitas por FHC – que o jornal considerava “um dos mais notórios fantasmas de Lula” – em entrevista ao próprio periódico. O *OESP* temia que, caso Dilma fosse eleita – o “que esperamos que não aconteça”, como admitiu em editorial – a petista e os movimentos sociais pressionassem o Congresso contra a “autonomia da produção jornalística”. Por fim, ao comentar a acusação de Lula de que a imprensa se comportava como partido político, o *Estadão* admitiu que “apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República”¹⁰⁵.

Como se vê, o jornal não discutiu as perspectivas de governo dos candidatos. Porém, em um único editorial no qual pinçou uma frase candidata Dilma, pode-se observar a perspectiva ideológica que move o *Estadão*. A candidata se mostrou refratária à necessidade urgente de promover um ajuste fiscal que corte gastos de custeio do governo. Condizente com seu histórico neoliberal, o *OESP* então dedicou todo o espaço editorial para argumentar no sentido contrário¹⁰⁶.

2.1.3 O segundo turno: um fio de esperança ao jornal oposicionista

Abertas as urnas do primeiro turno, a candidata governista obteve 46,91% dos votos, enquanto José Serra ficou com 32,61% e Marina Silva/PV surpreendeu com expressivos 19,33%. O *Estadão* comemorou o resultado que garantiu o segundo turno com provocações ao presidente Lula. Numa avaliação otimista, as urnas deram uma resposta negativa ao modo lulista de governar a política e a economia, aos supostos ataques à liberdade de imprensa, bem como aos casos de “corrupção” reverberados pela imprensa ao longo da campanha. Para o jornal, Marina Silva foi a grande “vencedora política do pleito” e a responsável por garantir uma nova rodada eleitoral de segundo turno. O candidato José Serra sequer foi citado no editorial¹⁰⁷.

¹⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 21/09/2010, 23/09/2010, 25/09/2010 e 26/09/2010, p. A3.

¹⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2010, p. A3.

¹⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 05/10/2010, p. A3.

No Congresso, o PT fez a maior bancada na Câmara, enquanto a oposição perdeu 45 cadeiras. A base dilmista na casa partiria de 311 deputados, enquanto os serristas saíram com 136 deputados. No Senado, o PT dobrou sua bancada, enquanto a oposição perdeu 11 lugares. Sobre este novo Congresso saído das urnas, o jornal mostrou-se preocupado. Caso José Serra vencesse no segundo turno, teria “que comer pelas bordas esse contingente”, enquanto o PT tentaria “impedi-lo de governar”. Caso Dilma Rousseff fosse eleita, usaria “de sua maioria para aplastar a oposição”. O periódico lamentou as derrotas de caciques opositores como Tasso Jereissati/PSDB, Arthur Virgílio/PSDB, Heráclito Fortes/DEM e Marcos Maciel/DEM, mas comemorou a ascensão de outros nomes opositores, como Aécio Neves/PSDB e Aloysio Nunes Ferreira/PSDB¹⁰⁸.

Começado o horário eleitoral do segundo turno, o *Estadão* reforçou seu apoio ao candidato da oposição. Admitiu que “recebeu com satisfação o resultado” e reiterou “a sua esperança no êxito do candidato” José Serra, apesar dele pouco ter contribuído para este resultado. Mais que isso, um editorial inteiro foi dedicado a convencer o opositor a fazer, nesta segunda etapa, o que não fez na primeira: assumir o legado do governo FHC e a defesa ideológica das privatizações e do modelo neoliberal de Estado¹⁰⁹.

A primeira pesquisa de intenção de votos fez o *Estadão* comemorar e especular que ela “foi o suficiente para disseminar o pânico nas hostes petistas”, tornando a candidata Dilma mais agressiva contra o adversário. Nos últimos dias da campanha, o jornal voltou à retórica de ameaça autoritária caso a candidata governista fosse eleita: assédio à liberdade de imprensa, corrupção no caso Erenice Guerra e um programa de governo que serviria apenas para o “nível de instrução da massa de seus eleitores, conforme demonstram os mapas eleitorais”¹¹⁰.

O segundo turno da eleição foi dominado pela pauta religiosa, conservadora, sobre temas ligados ao aborto e aos homossexuais. Além disso, na internet, em especial via Twitter, disseminou-se muitas mentiras contra todos os candidatos. O *Estadão* lamentou tais fatos: “A sucessão foi sequestrada pelo ativismo dos grupos mais conservadores de diferentes denominações cristãs”. O jornal reconheceu que Dilma Rousseff teve que enfrentar oposição de “padres e pastores” que “exortam os fiéis a não votarem na petista” alegando que ela “patrocinaria a liberação total do aborto”. O jornal admitiu que este tema, em especial entre os cristãos evangélicos, é o que mais explica a queda da governista nas pesquisas e a ida para o

¹⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2010, p. A3.

¹⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 08/10/2010 e 11/10/2010, p. A3.

¹¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13/10/2010, 16/10/2010, 24/10/2010, 27/10/2010 e 28/10/2010, p. A3.

segundo turno. Quanto à internet, o jornal observou que Dilma foi a mais prejudicada pelas mentiras espalhadas. Porém, típico de seu antipetismo, o jornal culpou o presidente Lula pelo tom agressivo que significaria a “fragilidade dos valores democráticos da sociedade brasileira”¹¹¹.

No dia da votação, aparentemente sem entender o funcionamento do voto livre e democrático, o *Estadão* acusou o presidente Lula de perseguir “um projeto de poder populista assentado sobre o carisma e a popularidade”. Embora a candidata governista tenha feito campanha sob as leis da Justiça Eleitoral, o jornal escreveu que o PT era “desprovido de valores democráticos sólidos” e que, ao vencer mais uma eleição, promoveria a erosão dos fundamentos institucionais republicanos”. O editorial ainda clamou para que o eleitor refletisse antes do voto¹¹².

2.1.4 Dilma vence e forma o novo governo

Dilma Rousseff/PT venceu com folga de 12 milhões de votos a eleição no segundo turno. O *Estadão* desqualificou a eleita como “um poste” do presidente Lula com “problemáticos traços de personalidade e o fato de não ser diferente do patrono”, a quem Dilma estaria subordinada, pois, na perspectiva do jornal, ela viveria na dependência “em relação ao criador”. Em contrapartida, o jornal elogiou a escolha de Antônio Palocci – o mais neoliberal dos petistas – para comandar a transição de governo, mas especulou que o presidente Lula é quem escolheria o ministério da futura presidenta¹¹³.

O jornal fez críticas à oposição, e julgou que “o comportamento errático, quando não pura e simplesmente omissa” ao longo dos governos Lula e desta campanha foram responsáveis pela terceira derrota seguida. Em editorial, reclamou do fato de Lula ter conseguido colar a pecha de elitista no PSDB, o qual, “sofrendo de grave crise de identidade, assistiu inerte a essa mistificação”. O jornal pareceu não perdoar a estratégia oposicionista de não pautar o *impeachment* de Lula em 2005. Em discurso, o derrotado José Serra prometeu estar “apenas começando uma luta de verdade”. Apesar de cético quanto à disposição da oposição, o *Estadão* aproveitou para apontar alguns caminhos para os oposicionistas atrapalharem o futuro governo: Dilma não teria o mesmo controle sobre a base governista que o carismático ex-presidente Lula;

¹¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2010, 13/10/2010, 15/10/2010 e 22/10/2010, p. A3.

¹¹² *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2010, p. A3.

¹¹³ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010 e 04/11/2010, p. A3.

o bloco governista seria muito grande e fragmentado ideologicamente, por isso, tenderia a “bater cabeça” no decorrer dos meses de governo; o PSB, aliado do governo, saiu fortalecido e poderia querer alçar voos maiores em 2014; o sempre fisiológico PMDB, estaria na vice-presidência com Michel Temer, já reivindicava maior participação no futuro governo. Ao final, o jornal clamou para que a oposição tivesse “sincera disposição de banir da vida política” as “práticas nefastas” do que chama de “lulo-petismo”¹¹⁴.

Ainda, outros três editoriais apontaram o que deveria ser, na cosmovisão ideológica do periódico, a encruzilhada econômica da presidenta Dilma: manter a equivocada política econômica “de gastos e aumento da carga tributária” ou optar pelo correto “caminho da seriedade e do equilíbrio fiscal”, promovendo cortes orçamentários. Condizente com seu histórico neoliberal, o jornal defendeu o plano dos petistas Antônio Palocci e Paulo Bernardo: fazer um ajuste fiscal nas contas públicas, reduzir as despesas de custeio, corte de pessoal e os investimentos. Neste sentido, a escolha de Alexandre Tombini para o Banco Central foi comemorada como indício de autonomia, manutenção da política de juros e do câmbio flutuante¹¹⁵.

Em contraste com a economista Laura Carvalho que apontou o investimento público como “o principal motor de crescimento de nosso mercado interno” (2018, p. 27) e fundamental para o período de ótimos resultados econômicos na primeira década do século XXI, o jornal reclamou do crescimento de “9% ao ano” nas despesas do governo federal desde 2004, além de contestar o efeito anticíclico que isso desempenhou na manutenção do crescimento econômico ante a crise global. Quando Dilma anunciou a manutenção do ministro Guido Mantega na condução da economia, o *Estadão* lamentou e ironizou o que, na visão do jornal, seriam os seus atributos para o cargo: “acomodar a política fiscal às conveniências político-eleitorais”, a “sua vocação para a ‘contabilidade criativa’”, “um programa de estímulo ao investimento” que “deveria ser interrompido” e agora, o plano de “baixar os juros mais velozmente”. O jornal já acusava o governo de maquiagem das contas públicas e, por isso, exigia um ajuste fiscal que gerasse superávits primários para o pagamento dos juros da dívida pública como a única alternativa possível¹¹⁶.

O *Estadão* criticou a formação do primeiro ministério da presidenta Dilma. Acusou-a de subserviência ao presidente Lula que, segundo o jornal, era quem de fato decidia os nomes.

¹¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 03/11/2010 e 06/11/2010, p. A3.

¹¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2010, 25/11/2010, p. A3.

¹¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2010, 20/11/2010, 26/11/2010, 28/11/2010 e 07/12/2010, p. A3.

A natural manutenção dos principais nomes do governo Lula/PT para o governo Dilma/PT, na primeira sucessão da história em que o governo venceu, foi motivo de críticas. Apenas o nome da jornalista Helena Chagas para a Comunicação é que recebeu um singelo elogio¹¹⁷. Mas foi a relação de Dilma com o PMDB e seus caciques o assunto que mais rendeu editoriais após a vitória nas urnas.

O jornal apontou que o PMDB se mostrava “insatisfeito” e que Michel Temer já demonstrava disposição para “jogar pesado” na partilha dos ministérios, cargos e no controle do Congresso. Na avaliação editorial, os “calejados profissionais da sigla” apostavam no fato de que, sem Lula no Planalto, “o jogo desde logo é outro” com a inexperiente Dilma Rousseff. O jornal comentou uma entrevista em que Temer negou que o partido daria trabalho à presidenta: “Pilatos não diria melhor. Nem Pinóquio [...] Será com isso [com este PMDB fisiológico] que Dilma governará”. O PMDB chegou a anunciar a formação de um “bloco” com outros partidos de centro no intuito de assumir sozinho o comando do Congresso. Este “bote ou ensaio de bote do PMDB” foi enfatizado pelo *Estadão* como o primeiro desafio para a nova presidenta¹¹⁸.

O jornal chamou de “apetites imoderados” as pretensões do PMDB na partilha ministerial. Temer reconheceu que, embora o partido ficasse com o mesmo número que tinha no governo Lula, “caiu a densidade dos Ministérios atribuídos ao partido”, mas publicamente dizia que isso não incomodava os peemedebistas. Sobre este apetite não satisfeito, o *OESP* alertou: “os políticos apreciam guardar as suas frustrações no congelador – à espera do melhor momento para dar o troco ao governante que lhes deu menos do que se achavam no direito de receber”¹¹⁹. O jornal avaliou que Dilma estaria, desde já, com dificuldades para gerir o arranjo político herdado do governo Lula/PT – que o jornal admitiu não ter sido inventado por Lula, mas sustentou, em tom irônico, que foi por ele aprimorado – com grande quantidade de partidos fisiológicos em busca de quinhões de poder e que indicavam nomes de fiéis aliados sem grandes qualificações para os cargos na máquina pública¹²⁰.

Nos dois últimos dias de 2010, os editoriais do *Estadão* fizeram um balanço dos governos Lula. Reconheceram que o país “viveu uma longa fase de prosperidade”, com crescimento da economia, aumento do mercado de consumo, elevação dos salários, transferência de renda – todos com bons números – e a política de conciliação de classes que

¹¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2010, 06/12/2010 e 11/12/2010, p. A3.

¹¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2010 e 16/12/2010, p. A3.

¹¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2010 e 24/12/2010, p. A3.

¹²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 16/12/2010 e 24/12/2010, p. A3.

beneficiou ricos e pobres. Porém, na cosmovisão político-ideológica do jornal, tudo isso só foi possível pela manutenção do tripé-macroeconômico neoliberal e, principalmente, graças às reformas econômicas – abertura ao mercado internacional, privatizações, Lei de Responsabilidade Fiscal e Plano Real – herdadas do governo FHC/PSDB. O jornal criticou a política desenvolvimentista do segundo mandato de Lula, a diminuição no superávit primário, o não aprofundamento de reformas neoliberais – tributária e previdenciária –, a diplomacia “terceiro-mundista”, a “exploração deslavada do carisma” de Lula e as críticas feitas por ele à imprensa¹²¹.

2.2 O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: O *ESTADÃO* COBROU UMA “FAXINA REPUBLICANA” NA POLÍTICA E EXIGIU A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL NA ECONOMIA

Conforme infográfico publicado pelo *Estadão*¹²², a base aliada ao governo Dilma Rousseff era a mais ampla de toda a Terceira República no início de 2011. Na Câmara dos Deputados, oficialmente, havia 17 partidos na bancada governista¹²³, somando 388 cadeiras. A oposição era formada por apenas 3 partidos e era composta por 108 deputados¹²⁴. Por fim, uma “bancada neutra” de 2 partidos e 17 deputados¹²⁵. No Senado, 11 partidos e 63 cadeiras na bancada governista¹²⁶; os mesmos 3 partidos de oposição com 16 cadeiras¹²⁷ e os mesmos 2 partidos da “bancada neutra” com 2 cadeiras¹²⁸. Teoricamente, esta composição do Congresso indicava que o governo não teria grandes dificuldades para eleger aliados para a presidência das duas Casas Legislativas, bem como conduzir a pauta de votações e aprovações de matérias de seu interesse. Apesar de tensa, uma costura entre PT e PMDB, no final de 2010, acertou que caberia aos petistas o comando da Câmara e aos peemedebistas a direção do Senado. Mantinha-se, assim, a tradição da maior bancada presidir a Casa. Para a segunda metade da legislatura, entretanto, o PMDB assumiria a presidência da Câmara e manteria a do Senado.

¹²¹ *O Estado de S. Paulo*, 30/12/2010 e 31/12/2010, p. A3.

¹²² *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2011, p. A4.

¹²³ PT (88), PMDB (78), PP (44), PR (40), PSB (34), PDT (26), PTB (22), PSC (17), PCdoB (15), PRB (8), PMN (4), PTdoB (4), PHS (2), PRP (2), PRTB (2), PSL (1) e PTC (1).

¹²⁴ PSDB (53), DEM (43) e PPS (12).

¹²⁵ PV (14) e PSOL (3).

¹²⁶ PMDB (20), PT (15), PTB (6), PP (5), PR (5), PDT (4), PSB (3), PCdoB (2), PRB (1), PMN (1) e PSC (1).

¹²⁷ PSDB (10), DEM (5) e PPS (1).

¹²⁸ PV (1) e PSOL (1).

A formação ministerial privilegiou o PT em detrimento dos demais partidos da base aliada. Ao todo, o partido da presidenta ficou com 17 ministérios¹²⁹, o PMDB¹³⁰ com 06, o PSB¹³¹ com 02, PR, PP, PCdoB e PDT¹³² com 01 ministério cada e outros 08¹³³ ministros não possuíam filiação partidária. Destes, 78% (28) eram homens e 24% (09) mulheres. Do total de 37 ministros, 14¹³⁴ (ou 40%) deles foram mantidos do governo Lula, fato ironizado pelo *Estadão* que chamou o ministério de mero “Ctrl-C Ctrl-V” do governo anterior e formado por “personagens que só carregados de maquiagem possuem os requisitos profissionais e pessoais exigidos” para ocupar os cargos¹³⁵.

O filósofo Marcos Nobre aponta que a presidenta Dilma manteve uma estratégia governamental iniciada pelos seus antecessores FHC e Lula: “manter um conjunto de ministérios que é preservado do pemedebismo” (2013, p. 140). Uma espécie de “cordão sanitário” que livrou a área econômica e os principais ministérios da área social. Porém, na tese de Nobre, Dilma foi ainda mais ousada na formação de seu ministério e continuaria sendo na “faxina republicana” de 2011, ao esticar ainda mais este “cordão” para outras pastas da Esplanada. Fato é que os partidos aliados, em especial o PMDB, assumiram ministérios de menor relevância, perderam espaço dentro do governo e ficaram insatisfeitos.

2.2.1 Créditos iniciais desde que a agenda seja neoliberal

O primeiro mês de um novo governo não costuma ter grandes sobressaltos e assuntos para um jornal noticiar e comentar. O novo Congresso ainda não tomou posse, a equipe ministerial apenas começa a se familiarizar com as pastas, a equipe econômica tem pouca margem de atuação e a presidenta se adapta à função. Se no geral é assim, o mês de janeiro de 2011 foi ainda mais calmo por se tratar de um novo governo de continuidade e que manteve boa parte dos ministros do governo anterior, bem como suas políticas econômicas.

¹²⁹ Pesca, Secretaria Geral da Presidência, Relações Institucionais, Ciência e Tecnologia, Casa Civil, Educação, Secretaria das Mulheres, Planejamento, Fazenda, Igualdade Social, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Justiça, Comunicações, Saúde, Direitos Humanos e Desenvolvimento Agrário.

¹³⁰ Agricultura, Previdência, Defesa, Assuntos Estratégicos, Minas e Energia e Turismo.

¹³¹ Portos e Integração Nacional.

¹³² Em ordem: Transportes, Cidades, Esporte e Trabalho.

¹³³ Cultura, Secretaria de Comunicação, Relações Exteriores, Meio Ambiente, Banco Central, Gabinete de Segurança Institucional, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União.

¹³⁴ Pertencentes à base aliada: Agricultura, Transportes, Defesa, Minas e Energia, Trabalho e Esporte. Sem filiação partidária: Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União. Filiados ao PT: Saúde, Comunicações, Fazenda, Educação, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência.

¹³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. H13.

Apesar de ter feito histórica oposição ao PT, aos governos Lula da Silva e pedido voto contra a candidata/presidenta Dilma Rousseff, os primeiros editoriais do *Estadão* apontavam para uma trégua inicial à nova mandatária. O jornal chamou Dilma de “a presidente de todos os brasileiros” e insinuou que a população e a imprensa deveriam “conceder-lhe um crédito inicial de confiança”, pois é assim em países democráticos. Porém, no mesmo dia, outro editorial apresentou quais seriam os “desafios de Dilma” na visão do periódico: inflação, excesso de gasto público, déficit nas contas externas, carência de investimentos governamentais e, principalmente, a necessidade de “neutralizar a influência e o apego ao poder de seu antecessor”¹³⁶.

Foi comum nos primeiros editoriais, e isso se repetirá ao longo de todo o período analisado nesta tese, a insistência do *Estadão* em criticar toda e qualquer movimentação política ou falas do ex-presidente Lula da Silva. Há casos até em que o jornal tentou, explicitamente, jogar Dilma contra ele. *OESP* reconheceu que o governo Lula serviu para “mudar o País para melhor”, mas em sua cosmovisão, esta mudança foi feita sob “estilo populista” e “preocupação obsessiva” de ser reconhecido com um líder de origem popular. Lula é mostrado como “boquirroto, megalômano e narcisista” e que passaria os próximos anos cultivando esta mesma imagem¹³⁷.

O discurso de posse de Dilma foi elogiado pelo jornal que viu nela promessas de retomada da “pauta de reformas” política e tributária, compromisso com a estabilidade econômica e a liberdade de imprensa. Dias depois, outro texto apontou para uma “virada de página” em relação ao governo anterior. O jornal repercutiu a primeira reunião ministerial em que o governo reconheceu a necessidade de promover cortes no Orçamento. O *Estadão* elogiou e cobrou: “o zelo administrativo evidenciado por Dilma não a exime da coragem de ousar. É o que transforma gestores em estadistas”¹³⁸.

A ousadia que o *Estadão* cobraria insistentemente da presidenta Dilma pelos anos seguintes já foi publicada no quarto dia de seu mandato. Em janeiro, foram quatro editoriais a cobrar ajuste fiscal e grandes cortes no Orçamento da União. Segundo o periódico, era preciso fazer um “freio na gastança” e dar uma grande “tesoura para Dilma”. O governo sinalizava com cortes na casa dos R\$ 30 bilhões, mas para os “analistas independentes” ouvidos pelo jornal, o

¹³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. A3.

¹³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. A3.

¹³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 02 e 18/01/2011 p. A3.

país precisaria de um corte de R\$ 64 bilhões no Orçamento. Era comum o jornal usar a expressão “herança maldita” para se referir ao Orçamento herdado por Dilma¹³⁹.

Para justificar os pedidos de ajuste fiscal e cortes no Orçamento, *OESP* se baseou em uma teoria econômica questionável: “o gasto público é um componente importante na formação dos preços”¹⁴⁰. Ou seja, na visão ideológica do periódico, o Estado e seus investimentos público eram os principais culpados pela alta da inflação. O aquecimento da economia interna, a expansão do emprego e os fatores internacionais eram apenas secundários, segundo o jornal. Assim, a elevação na taxa Selic feita pelo Banco Central em janeiro de 2011 (os juros básicos passaram de 10,75% para 11,25%) seria o “remédio amargo”, mas necessário, para conter a inflação. A Selic só poderia ser reduzida quando o governo cortasse “as despesas públicas”¹⁴¹.

2.2.2 Os embates políticos no Congresso e a cobrança por uma “faxina republicana”

Na tese do cientista político André Singer (2018), um dos itens fundamentais para a compreensão do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff é a relação que ela e seu governo mantiveram com o PMDB do vice-presidente Michel Temer. Singer (2018) defende a tese de que a presidenta Dilma tentou fazer uma espécie de “ensaio republicano”, isto é, buscou ao longo de seu governo limitar os esquemas fisiológicos em ministérios, estatais e agências reguladoras. Com isso, Dilma acabou por “cutucar onças com varas curtas”, irritando não só os políticos peemedebistas, como também de outros partidos de centro na base governista.

Com seu carisma e experiência política, o presidente Lula operou dentro do pemedebismo, sempre contornando seus vetos, distribuindo cargos e colhendo aliados. Dilma Rousseff foi eleita para continuar dirigindo, pela esquerda, este pemedebismo. Porém, desta vez, o pemedebismo não era apenas um aliado/convidado a integrar o governo numa relação hierárquica, como foi com Lula, mas estava sentado ao lado da presidenta e sentia-se como um dos donos do governo, uma vez que este seria fruto de uma aliança político-eleitoral que tinha o presidente nacional do PMDB como vice-presidente na chapa vencedora.

Ainda na tese de Singer (2012), a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2010 deu sobrevida ao pacto conservador do lulismo que permitia os avanços sociais sem luta de classes. Porém, segundo o mesmo autor em tese mais recente (2018), Dilma atuou em duas frentes para acelerar o reformismo lulista, o que significou o rompimento do pacto entre lulismo e

¹³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04, 09, 13 e 27/01/2011, p. A3.

¹⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2011, p. A3.

¹⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2011, p. A3.

pemedebismo por ela herdado. No plano econômico, a “nova matriz” prometia ser mais desenvolvimentista. No plano político, Dilma promoveu um “ensaio republicano”, afastando peemedebistas – e políticos de outros partidos do centro aliado – e seus apadrinhados, a maior parte deles acusados de improbidades na máquina pública, de muitos cargos nos vários escalões do governo federal.

Minha hipótese é de que Dilma decidira fazer, em seu mandato, o que se poderia chamar de um ‘ensaio republicano’: a limitação do esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro. Ao diminuir os setores controlados pelo PMDB, procurou [...] um esforço sistêmico para diminuir o furto do patrimônio público (2018, p. 185).

Singer argumenta que este movimento de Dilma causou profunda irritação no pemedebismo, “a cada espanada da faxina dilmista, [Eduardo] Cunha recolhia no Congresso adeptos para a vingança que preparava lentamente” (SINGER, 2018, p. 189). A presidenta passaria então a ser derrotada nas diversas votações no Congresso, sempre sob a liderança do PMDB, partido do vice-presidente. Em outra passagem, o autor reafirma: “à medida que Dilma cutucava as onças clientelistas, formava-se no Congresso uma sólida frente antirrepublicana” (SINGER, 2018, p. 192). No mesmo sentido, Marcos Nobre escreve que, nos primeiros anos de seu mandato, Dilma Rousseff se portou como uma legítima:

representante do ‘povão’ dentro do sistema político pemedebista [...] como representante do antipemedebismo no coração do sistema político pemedebizado [...] Dilma mobilizou e canalizou a seu favor a ojeriza da sociedade à desfaçatez do sistema político [...] com isso projetou primeiramente uma imagem de uma presidente que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’. De acordo com a primeira imagem pública que estabeleceu, Dilma não negociava: perdia ou ganhava, vencia ou capitulava. [...] [mas] o pemedebismo pode aceitar certo atraso ou mesmo um parcelamento no pagamento de sua parte do butim. Mas nunca perdoa uma dívida (2013, p. 139-140).

A relação entre Dilma e o PMDB já era ruim desde a formação do governo. Na primeira reunião pós-vitória, nenhum peemedebista foi convidado. O deputado Eduardo Cunha reclamou em tom de ameaça: “eles não vão governar sozinhos”. Dilma então nomeou Temer para a coordenação da transição de governo, na esperança de que ele pudesse acalmar os apetites do partido que presidia. Porém, em fala publicada pelo *Estadão*, Temer enfatizou que o novo governo é de coalizão e seria “irracional” o PT achar que governaria sozinho¹⁴². Apesar de isolado do núcleo que definia os futuros ministros, o PMDB esperava manter o número de seis

¹⁴² *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010, p. H2 e 03/11/2010, p. A4.

ministérios que tinha no governo Lula e reivindicou indicar os nomes com total autonomia, por critérios políticos, além do controle total sobre todos os escalões destes ministérios¹⁴³. Segundo o *OESP*, se não fosse assim, estaria “em jogo a governabilidade no mandato de Dilma”¹⁴⁴. Em dezembro, era grande a insatisfação no PMDB com a distribuição de cargos no segundo escalão federal: Dilma insistiu em nomes técnicos, enquanto os peemedebistas, liderados por Eduardo Cunha, cobraram a presidência e todas as diretorias da Petrobrás e o controle total do setor elétrico. O jornal abriu aspas para a reclamação de uma fonte anônima do partido: “Querem tirar nosso oxigênio na política”¹⁴⁵.

Já em janeiro de 2011, no começo do mandato, *OESP* deu grande destaque de capa para o que chamou de “crise entre PT e PMDB”. Segundo o jornal, o partido do vice-presidente queria cargos de segundo escalão, “maior influência no Planalto” e usava a sua principal força para “retaliar Dilma”: as votações no Congresso¹⁴⁶. A “guerra” envolvia cerca de 600 cargos de segundo escalão na esfera federal¹⁴⁷. Após uma reunião de emergência entre todos os parlamentares da sigla, todos os ministros e o vice-presidente Michel Temer, o *Estadão* publicou que o partido decidira “se unir para cobrar da presidente Dilma Rousseff o que, afirmaram, lhes é devido na condição de ‘sócios da vitória’”¹⁴⁸.

O jornal publicou que a presidenta Dilma recebeu a investida peemedebista com “estupefação” diante da “iminência da primeira crise política de seu governo”, mas “agiu rápido para conter a revolta do PMDB”. Dilma suspendeu a definição dos cargos de segundo escalão até a eleição para presidência da Câmara e do Senado. Apesar de a articulação política ser função da Secretaria de Relações Institucionais comandada por Luiz Sérgio Oliveira, Dilma determinou que o ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, administrasse o conflito entre PT e PMDB. Palocci era caracterizado pelo *Estadão* como “homem forte do governo” e reconhecido no meio político pela “habilidade em negociações complicadas”. No fim, os peemedebistas conseguiram um assento nas reuniões da cúpula política do Planalto para o ministro Edison Lobão, além de Michel Temer que então contemporizou: “tudo se resolverá no seu tempo e à sua maneira”, teria dito o vice-presidente¹⁴⁹.

¹⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010, p. H2; 04/11/2010, p. A15; 09/11/2010, p. A6 e 14/11/2010, p. A9 e A10.

¹⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2010, p. A4 e 02/12/2010, p. A10.

¹⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 10/12/2010, p. A10 e 30/12/2010, p. A4.

¹⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2011, p. A1; 04/01/2011, p. A1; 05/01/2011, p. A1 e 06/01/2011, p. A1.

¹⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 09/01/2011, p. A4.

¹⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/01/2011, p. A4.

¹⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2011, p. A4; 04/01/2011, p. A4; 06/01/2011, p. A4 e 07/01/2011, p. A4.

Em dois editoriais, o *Estadão* comentou este primeiro embate público entre os dois partidos que dividiam o governo. O jornal elogiou a postura da presidenta Dilma que “enfrenta a tigrada” do PMDB e suas investidas fisiológicas. Para o periódico, Dilma deveria resistir à voracidade dos parlamentares, que estão na base aliada não para assumir responsabilidades governamentais, mas apenas para “controlar instrumentos de poder” e conquistar “vantagens de todo tipo”. O protagonista deste “deplorável espetáculo, como não poderia deixar de ser, é o PMDB”, frustrados com a parte que lhe coube na partilha ministerial e, por isso, mostravam o seu “absoluto desinteresse em relação aos objetivos do governo”. O jornal alertou a presidenta que este seria apenas o primeiro de muitos embates que se repetiriam, uma vez que inexistia entre petistas e peemedebistas uma proposta comum de governo¹⁵⁰.

O governo saiu vitorioso na eleição para as presidências da Câmara e do Senado. O acordo entre PT e PMDB deu, ao primeiro partido, o comando da Câmara com o deputado Marco Maia e, ao segundo, o controle do Senado com José Sarney, além da previsão de que, em 2013, a direção da Câmara passasse a um deputado peemedebista. Este acordo, que reconduziu Sarney ao posto, foi criticado pelo *Estadão* como a “marca do atraso político” da democracia brasileira que, em nome da “governabilidade”, prestou um tributo ao “mais legítimo representante das oligarquias retrógradas” que dominavam a política no país: o ex-presidente José Sarney e o pemedebismo¹⁵¹.

A votação do valor do novo salário mínimo foi o primeiro grande teste político de Dilma com o Congresso. Com base na fórmula usada desde 2007, o governo propôs o valor de R\$ 545,00. Aparentemente para testar a capacidade política e a postura da presidenta, parlamentares do PMDB, do PDT e do PSDB apresentaram emendas com valores substancialmente maiores. O deputado Paulinho da Força (PDT) foi o mais eloquente na pressão e nas ameaças públicas à presidenta. Em editoriais, o jornal caracterizou a pressão sindical como “truculência” e a proposta do PSDB como “demagógica”, uma vez que causaria déficits no Orçamento da União que o jornal tanto queria ver cortado. Dilma bateu o pé no valor proposto e venceu com folga a votação. O *Estadão* elogiou a sua “demonstração de autoridade e coerência política”, passo “essencial para o ajuste fiscal” tão exigido pelo periódico¹⁵².

No primeiro semestre, o governo já travou e venceu importantes quedas de braço com o pemedebismo. O “ensaio republicano” atingiu cargos de segundo e terceiro escalão na Anvisa,

¹⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 05 e 06/01/2011, p. A3.

¹⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 03/02/2011, p. A3.

¹⁵² *O Estado de S. Paulo*, 20/01, 10, 16 e 18/02/2011, p. A3.

ANS, Ibama e Inbra.¹⁵³ A maior polêmica aconteceu no setor elétrico. Dilma trocou apadrinhados políticos por nomes técnicos para as diretorias do setor. Em Furnas, foi demitido o então presidente, que era uma indicação política do deputado Eduardo Cunha (PMDB). Ele era suspeito de uma série de irregularidades que beneficiariam o deputado. O jornal apontou que as mudanças significavam “mexer na turma do PMDB” que estava “encastelada há anos em postos-chave” da máquina federal¹⁵⁴. Eduardo Cunha deu uma entrevista exclusiva ao *Estadão*, na qual negou as suspeitas e atacou o governo. Segundo o jornal, Dilma reagiu irritada às falas do deputado¹⁵⁵. A avaliação do *OESP* foi que Dilma deu “mais uma demonstração pública de afirmação de sua autoridade”. O periódico ainda publicou que o PMDB dava “sinais de estar incomodado” com as mudanças e o deputado Henrique Alves, líder do partido na Câmara, teria, ao berros, reclamado pelos corredores: “a Câmara não aceita perder Furnas”¹⁵⁶.

Segundo Marcos Nobre, “do ponto de vista da imagem pública, Dilma ia para o confronto, enquanto Palocci procurava traduzir da maneira mais pemedebista possível para o sistema político o estilo impositivo da presidente” (2013, p. 138). Era o ministro da Casa Civil, o principal elo da conflituosa relação entre presidenta – inexperiente no trato diário com o fisiologismo congressual – e a base política acostumada com o presidencialismo de coalizão de modo pemedebista. A principal atribuição política do ministro consistia em manter o arranjo herdado, ou seja, dirigir pela esquerda os vetos do pemedebismo, manter calmos os partidos da base aliada, em especial o PMDB, e providenciar a aprovação dos projetos de interesse do governo.

Porém, em maio, o governo passou pela primeira grande crise política que resultou na demissão do principal articular político do governo. Durante 23 dias, o governo e o ministro Palocci sangraram em praça pública e nas capas de todos os veículos de imprensa do país. O estopim foi uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a multiplicação em vinte vezes do patrimônio de Palocci nos quatro anos anteriores. Palocci se justificou dizendo que, no período que fora deputado federal, prestara consultorias a empresas, fato comum no meio político. Sobre ele, porém, recaía a acusação de tráfico de influência¹⁵⁷. Nesses dias, foi o assunto principal de capa em 18 edições e em 10 editoriais do *Estadão*.

¹⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011, p. A6 e 09/03/2011, p. A4.

¹⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2011, p. A4.

¹⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2011, p. A8 e 04/02/2011, p. A4.

¹⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2011, p. A4 e 04/02/2011, p. A4.

¹⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 16/05/2011, p. A9, 18/05/2011, p. A4 e A7.

De início, tanto o governo quanto Palocci tentaram amenizar a denúncia. Em quatro editoriais, o *OESP* exigiu que o ministro prestasse explicações públicas sobre as acusações, o que oferecia aos seus clientes e quem eram eles. O jornal rechaçou o argumento do petista de que se tratava de uma prática comum a ex-ministros, procurados por empresários e investidores, para prestarem consultorias e opiniões sobre o cenário político-econômico. O argumento do jornal era correto: enquanto prestava consultorias, o então deputado “continuava ser interlocutor privilegiado” do governo Lula e homem forte na campanha da candidata Dilma¹⁵⁸.

Na crise Palocci, o ex-presidente Lula atuou firmemente na defesa do ministro. Até então, sua ação pró-governo se dava mais discretamente nos bastidores com vistas às eleições municipais do ano seguinte. O *Estadão* dedicou um editorial para criticar a ação pública do “primeiro-companheiro”, em reuniões com parlamentares e declarações públicas. Em outro editorial, o jornal avaliou que a presença de Lula no caso fazia a presidenta Dilma perder o comando do governo¹⁵⁹.

A insistência da crise Palocci no noticiário, as poucas explicações que o ministro deu sobre seu enriquecimento, o pequeno interesse da base aliada em defendê-lo e o apoio em tom de cobrança que Dilma lhes prestava, resultou no pedido de demissão do ministro. Três editoriais nos primeiros dias de junho cobraram explicitamente a sua demissão¹⁶⁰. *OESP* então insinuou que o caso serviu à Dilma como um “curso intensivo sobre as vicissitudes do poder” e cobrou que a presidenta entregasse a articulação política a “um político de longa trajetória, familiarizado com o dialeto dos colegas” políticos¹⁶¹.

A relação PT e PMDB, que já não era amistosa, se tornou ainda mais complexa ante a fragilidade do ministro responsável por articulá-la, em especial no contexto de votação do novo Código Florestal, quando o PMDB votou em peso contra a indicação do governo, o que rendeu forte bate-boca entre Palocci e Temer. Em editorial, o *Estadão* bem avaliou:

A tormenta ilhou o Palácio do Planalto, expôs a fragilidade congênita da base parlamentar do governo, cuja amplitude é inversamente proporcional à sua consistência programática [...] A crise em dose dupla levou à beira da desagregação o enlace de conveniência entre PT e PMDB, já combalido pelo ressentimento da legenda do vice-presidente Michel Temer com a expansão da presença petista no governo e a preferência de sua titular por quadros técnicos pinçados por ela mesma, em detrimento de apadrinhados políticos. Para a presidente, ficou difícil escolher o pior dos males, entre a má vontade do PMDB em assumir a defesa de Palocci – e o flerte de uma parcela de seus congressistas com a iniciativa da oposição de criar uma CPI sobre o escândalo – e a obstinação do líder do partido na Câmara, Henrique

¹⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 19, 20, 21 e 25/05/2011, p. A3.

¹⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 20 e 21/05/2011, p. A3.

¹⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03, 06 e 08/06/2011, p. A3.

¹⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2011, p. A3.

Alves, em fazer aprovar a emenda ao projeto do código que anistia plantações em áreas de proteção permanente e que Dilma considerou ‘vergonhosa’. A seu mando, Palocci ligou no dia da votação para Temer para informá-lo de que os cinco ministros do PMDB, a começar do titular da Agricultura, Wagner Rossi – indicado pessoalmente pelo interlocutor – seriam exonerados caso o partido seguisse na contramão das posições da presidente. Abespinhado, o vice retrucou que a demissão seria desnecessária ‘porque amanhã cedo mesmo todos entregarão seus cargos’ [...] Mais tarde, Palocci telefonou para se desculpar, mas o estrago já estava feito¹⁶².

Após reunião da bancada do PMDB no Senado com o vice-presidente Michel Temer, no Palácio do Jaburu, o partido exigiu da presidenta Dilma uma mudança na articulação política do governo. Além de Palocci, os peemedebistas reclamavam do desempenho do ministro Luiz Sérgio, teoricamente responsável pelas Relações Institucionais, mas que, na prática, possuía pouquíssimo trânsito entre os parlamentares¹⁶³. Para a Casa Civil, foi nomeada a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e, para as Relações Institucionais, a também senadora Ideli Salvatti (PT).

A crise Palocci repercutiu mal na relação do governo com a base aliada. A presidenta Dilma seguia resistindo ao tradicional fisiologismo na distribuição de cargos na máquina estatal. A rebelião na base aliada ficava escancarada a cada nova etapa de discussão e votação do novo Código Florestal. Em meados de maio, poucos dias antes do início da crise com o ministro Antonio Palocci, outro motim da base aliada, liderada pelo PMDB, quase derrotou o governo na votação do Florestal. Segundo as fontes, a insatisfação parlamentar com a demora nas nomeações somou-se a contrariedade quanto ao conteúdo do projeto de lei, unindo o fisiologismo do PMDB à banca ruralista, comumente próxima ao partido.

O *Estado* comentou em editorial o que chamou de “a frágil lealdade da base” que “se assenta em solo movediço”. Na avaliação do jornal, é parte da explicação o descontentamento pela não nomeação de apadrinhados ou no caso do Florestal, a ligação de muitos parlamentares com os interesses do agronegócio. Porém, segundo o periódico, “a verdade” seria que a base era “intrinsecamente frágil por ser artificial, um aglomerado unido pelos costumeiros cálculos de conveniência do estamento político, mas de todo destituído de consistência programática, para não dizer ideológica”¹⁶⁴.

A insatisfação da base aliada tomou outra dimensão conforme o avanço a crise Palocci. O jornal estampou: “Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base”. Na narrativa do periódico, foi a “frágil derrota” do governo na votação de uma emenda do Código

¹⁶² *O Estado de S. Paulo*, 28/05/2011, p. A3.

¹⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 31/05/2011, p. A4 e 01/06/2011, p. A8.

¹⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16/05/2011, p. A3.

Florestal que evidenciou o que a reportagem chamou de “desastrada articulação” e “inapetência da presidente” para lidar com a base no Congresso. Uma proposta de anistia para os fazendeiros desmatadores foi apresentada pelo PMDB e apoiada pela maioria dos parlamentares da base. Na avaliação do *Estadão*, a votação mostrou “o poder de fogo do PMDB no Congresso” e o recado do partido para Dilma: “o PMDB tem seus próprios interesses, é parceiro e não aceita ser tratado como ‘empregado’ do Palácio do Planalto”¹⁶⁵.

A articulista Dora Kramer garantiu que esta votação gerou imenso bate-boca e ameaças que ultrapassaram “o limite do habitual” entre Dilma, Palocci, Temer e o PMDB. Segundo ela, na tarde da votação, Henrique Alves (PMDB) avisou Palocci que o PMDB votaria a favor da emenda da anistia aos desmatadores. O ministro comunicou à presidenta, que “mandou comunicar Temer que, se o partido insistisse no apoio à emenda, demitiria todos os ministros do PMDB”. Palocci ligou para o vice-presidente, transmitiu o recado e os dois discutiram asperamente. Temer teria respondido que, se fosse assim, o seu partido entregaria todos os cargos no governo. Fato é que o PMDB peitou o Planalto e votou em peso a favor da emenda¹⁶⁶.

A insatisfação do PMDB com o governo, aumentou. Nesta crise, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi (PMDB), apadrinhado de Michel Temer, é quem teve o cargo ameaçado. O Planalto creditava ao ministro, defensor radical dos ruralistas, a dificuldade para um entendimento sobre a votação do Código Florestal. No PMDB, porém, a avaliação foi outra: a presidenta Dilma “transformou a votação de uma lei em um ‘suicídio político desnecessário’. O PMDB ficou irritado com o ‘jeito de guerra de fim de mundo’ [...] dizem que Dilma errou no cálculo político”. Na avaliação de Dora Kramer, “não significa que haja rompimento na aliança. Mas quer dizer que o cristal ficou trincado”¹⁶⁷.

Mas nem a queda de Antônio Palocci acalmou os ânimos entre governo e base congressual. Ao contrário, permaneciam as cobranças por cargos e liberação de emendas parlamentares. O PMDB se reuniu com a ministra Ideli Salvatti e cobrou as dezenas de nomeações para o segundo e terceiro escalões da máquina pública. O *Estadão* informou que o partido foi atendido em algumas demandas, com destaque para Geddel Vieira Lima, na Diretoria da Caixa Econômica Federal, e Orlando Pessuti, para o conselho do BNDES. Também apadrinhados do PR e PSB tiveram suas nomeações efetivadas¹⁶⁸. O deputado Eduardo Cunha

¹⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2011, p. A4 e 29/05/2011, p. A8.

¹⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2011, p. A6 e 27/05/2011, p. A8.

¹⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2011, p. A8; 28/05/2011, p. A4

¹⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2011, p. A4 e 21/06/2011, p. A4.

(PMDB) era um dos articuladores do movimento que pressionava o governo. Caso não fossem atendidos, os insatisfeitos ameaçavam travar todas as votações na Casa¹⁶⁹.

Em editorial, o jornal comentou a contenda entre os dois consortes do governo e a chamou de “o jogo do PMDB”. Na visão do *OESP*, o PMDB tinha “motivo para amargura” pois era “tratado com desdém” pelo governo do qual considerasse considerava “condômino e não visitante eventual”, porém, afirmou que o partido aproveitou a crise Palocci para “transformar frustrações acumuladas nestes cinco meses de novo governo em pontiagudos instrumentos de pressão sobre a presidente. Simples assim”. O texto também elogiou a resistência de Dilma em não se render ao fisiologismo dos cargos e emendas, mas criticou a “miopia política [de Dilma] que a impedia de enxergar a obrigação de dialogar com o PMDB”¹⁷⁰.

O segundo semestre do ano de 2011 foi marcado por uma sequência incrível de denúncias e crises em diversos ministérios comandados por partidos da base aliada ao governo Dilma. Algumas tiveram desfecho rápido, outras se prolongaram por várias semanas. Todas resultaram, ou resultariam no ano seguinte, na demissão dos ministros. O resultado foi ainda maior insatisfação da base no Congresso, desgaste do Planalto com os partidos do centro político, mas, em contrapartida, enorme popularidade para a presidenta Dilma Rousseff que era vista como honesta e corajosa diante do campo político sempre ávido por benesses advindas de improbidades.

Desde 2003, o ministério dos Transportes era comandado pelo Partido da República (PR). O ministro Alfredo Nascimento, homem forte do partido, comandava a pasta desde 2004. Em julho de 2011, a revista *Veja* denunciou a suposta existência de um esquema de cobrança de propinas de 5% em obras de rodovias e ferrovias. O dinheiro arrecadado iria diretamente para a cúpula do PR. De imediato, a presidenta Dilma afastou o diretor do Dnit, o presidente da Valec, o chefe de gabinete e o assessor direto do ministro. Esta demissão sumária desagradou os parlamentares do partido, padrinhos dos demitidos. Quatro dias depois, abandonado por Dilma, o ministro pediu demissão¹⁷¹.

Nos dias seguintes, houve mais dezenas de demissões em outros escalões do ministério que gerenciava grande parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, por isso, era peça fundamental na política econômica e social do governo petista¹⁷². A ação

¹⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 18/06/2011, p. A7; 28/06/2011, p. A7; 29/06/2011, p. A8 e 30/06/2011, p. A4.

¹⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2011, p. A3.

¹⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 18/08/2011, p. A4 e A6.

¹⁷² *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A4; 12/08/2011, p. A7; 13/08/2011, p. A4; 16/08/2011, p. A4 e 19/08/2011, p. A9.

sumária de Dilma minou ainda mais a relação do governo com o Congresso. O PR reclamou das demissões e o deputado Luciano Castro declarou ao jornal: “Esta forma de fazer as mudanças expõe nosso partido e nos deixa numa situação desconfortável”¹⁷³. Líderes do partido ameaçaram deixar a base governista, mas a realidade que se impunha – perder todos os demais cargos em outros escalões do governo – logo os fez desistir da ideia¹⁷⁴.

Ministro da Defesa desde junho de 2007, Nelson Jobim era um misto de político e jurista. Na pasta, sempre atuou em defesa dos interesses das Forças Armadas e recebia deles grande respeito e simpatia. Com o avanço no Congresso da lei que criava a Comissão Nacional da Verdade, Jobim passou a fazer críticas ao governo. Ao mesmo tempo, reafirmava a posição do Exército de que inexistiam documentos sobre o período da Ditadura¹⁷⁵. Em julho, suas críticas se acentuaram e após a publicação de uma entrevista na revista *Piauí*, onde chamou as ministras Ideli e Gleisi de “trapalhadas” e “fraquinhas”, foi demitido por Dilma¹⁷⁶. Tanto o PMDB quanto as Forças Armadas, não gostaram do desfecho do caso.

O ministério da Agricultura era comandado pelo PMDB desde 2007. No arranjo político que alçou Michel Temer à condição de candidato à vice-presidente, o ministério foi assumido por Wagner Rossi, indicação pessoal de Temer. No começo de agosto, após Dilma mandar demitir o presidente da Conab, irmão do senador Romero Jucá (PMDB), o demitido procurou a revista *Veja* e denunciou a existência de um consórcio entre PMDB e PTB para lotear o ministério e arrecadar dinheiro para os dois partidos¹⁷⁷. A proximidade do ministro com o vice-presidente fez Dilma agir com cautela para não o melindrar. Nos dias seguintes, outras denúncias atingiram outros peemedebistas ligados ao ministério e Wagner Rossi foi pressionado a pedir demissão¹⁷⁸. Mais uma vez, PMDB e o vice-presidente Michel Temer ficaram irritados com outra demissão de peemedebista na Esplanada.

Em agosto, a Operação Voucher da Polícia Federal prendeu 35 pessoas, entre elas o secretário-executivo do ministério do Turismo, ligado ao PMDB e ao ministro Pedro Novais (PMDB), apadrinhado de José Sarney (PMDB). A denúncia era que ONGs inexistentes recebiam emendas parlamentares e firmavam contratos com o ministério. O dinheiro desviado

¹⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 16/10/2011, p.A8 e 17/10/2011, p. A4

¹⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 19/10/2011, p. A8 e A9 e 20/10/2011, p. A4, A6 e A8.

¹⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 22/10/2011, p. A4.

¹⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27/10/2011, p. A4 e A6.

¹⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/11/2011, p. A6; 08/11/2011, p. A4 e 09/11/2011, p. A4.

¹⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2011, p. A10, 16/11/2011, p. A4 e 17/11/2011, p. A4.

abastecia o caixa de políticos do partido¹⁷⁹. Em setembro, Novais foi demitido, ampliando a irritação do senador Sarney e dos peemedebistas para com o estilo política da presidenta Dilma.

Sob direção do PCdoB desde 2006, o ministério do Esporte, comandado por Orlando Silva, ganhou grande projeção no contexto de preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. O dono de duas ONGs denunciou a cobrança de propina em contratos do Programa Segundo Tempo, cujos recursos seriam repassados diretamente ao ministro¹⁸⁰. Doze dias depois, novas denúncias e um inquérito aberto no STF, Orlando Silva foi mais um a ser pressionado a se demitir¹⁸¹.

O Ministério do Trabalho era comandado por Carlos Lupi (PDT) desde 2007. Outra reportagem da *Veja* denunciou cobrança de propinas a ONGs conveniadas à pasta. Lupi negou participação e demitiu assessores¹⁸². Dilma deu tempo para o ministro se explicar e o PDT ameaçou deixar a base aliada caso seu ministro, que também presidia nacionalmente o partido, fosse demitido. Novas denúncias surgiram e 27 dias após a primeira, Carlos Lupi foi forçado a pedir demissão no início de dezembro¹⁸³. Desde Palocci, foi o sétimo ministro demitido do governo Dilma.

Na interpretação do cientista político Sérgio Abranches, a posição assumida por Dilma diante do fisiologismo peemedebista e a reação do campo político evidenciaram que “era no controle das políticas e recursos públicos que se dava a inconformidade dos objetivos da governante com os da coalizão”. Ou seja, segundo o autor, Dilma teve a percepção de que havia “uma diferença entre a garantia da governabilidade, e no limite do mandato presidencial, pela coalizão e a governança, a formulação e implementação das políticas de governo e manejo dos recursos orçamentário” (2018, p. 276). Dilma confrontou o campo político e sua histórica improbidade.

Ao longo de todo esse semestre de crise política por denúncias de improbidade nos ministérios, o *Estadão*, claro, deu grande destaque de capa e conteúdo para os casos. Embora o jornal tenha ficado sido rebocado por outros veículos de imprensa no estopim de cada um destes escândalos, repercutiu as denúncias e colocou seus repórteres para fazerem reportagens que complementassem ou abrissem outros flancos de crise no ministério da vez. Também nos editoriais, *OESP* sempre se posicionou exigindo a demissão dos ministros, criticava a

¹⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2011, p. A4;

¹⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2011, p. A4.

¹⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 01/07/2011, p. A4.

¹⁸² *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A11 e 12/08/2011, p. A8.

¹⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A6.

presidenta quando ela demorava para fazê-lo e elogiava quando as demissões ocorriam. Na crise do ministério do Esporte, foram seis editoriais. Logo no primeiro, o jornal foi direto: “O ministro tem de sair”. A demissão foi considerada “tardia”¹⁸⁴. No caso do ministério do Trabalho, outros oito editoriais. Além de exigir a demissão do ministro Lupi, o jornal acusou Dilma de “fraquejar” por muitos dias antes de fazê-lo¹⁸⁵.

Toda esta “faxina republicana” repercutiu entre a base aliada. No Congresso, líderes do PR, PMDB e PTB ameaçaram a criação de uma “CPI do PAC” que teria potencial para atingir a presidenta Dilma, uma vez que ela foi a coordenadora do programa no governo anterior. A reportagem do *Estadão* continha aspas dos deputados Paulinho da Força (PDT) e Eduardo Cunha (PMDB) que reclamou da “faxina” nos seguintes termos: “é preciso tomar cuidado para isso não se transformar em regra: sai nos jornais e revistas e vai direto [a demissão] para o Diário Oficial”. A articulista Dora Kramer comentou a insatisfação na base aliada: “o perigo de isolamento é real. [Dilma] terá a maioria do Congresso contra ela e poderá acabar em maus lençóis quando precisar de anteparo”, porém, “por hora os parceiros do consórcio blefam”, na esperança de que a faxina fosse passageira¹⁸⁶.

Em entrevista para jornalistas no Planalto, Dilma comentou os dias conturbados. A presidenta disse que “não se pode demonizar a política e a relação com os ministérios”, amenizou as pressões da base aliada, negou o uso do termo “faxina” que preferiu substituir por “reestruturação” e “ajuste”, mas garantiu que “sairão todos, independentemente de endereços partidários”. Dora Kramer noticiou que, nos bastidores, o PMDB via nas ações da presidenta uma tentativa do PT de promovê-la com “paladina da luta contra a corrupção”, em detrimento de todo o campo político, em especial, dos peemedebistas e de Michel Temer¹⁸⁷.

As demissões em todos os escalões do governo, a resistência do Planalto em promover novas nomeações políticas e os cortes no Orçamento da União que atingiram emendas parlamentares eram os causadores da insatisfação na fisiológica base aliada do governo Dilma Rousseff e, na avaliação do *OESP*, colocavam a presidenta “diante da alcateia” política¹⁸⁸. É constante a pressão nas páginas do *Estadão* para que Dilma transforme a “faxina” e demissões sumárias após a mínima denúncia de corrupção, em uma meta de seu governo¹⁸⁹. Os textos

¹⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 18, 19, 21, 26, 28 e 29/10/2011, p. A3.

¹⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 08, 11, 17, 18 e 30/11/2011, p. A3 e 02, 04 e 06/12/2011, p. A3.

¹⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 22/07/2011, p. A6 e A8.

¹⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 23/07/2011, p. A4; 24/07/2011, p. A4; 27/07/2011, p. A3 e 28/07/2011, p. A6.

¹⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 08/07/2011, p. A3.

¹⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A6.

opinativos de Dora Kramer são neste sentido¹⁹⁰. Para o jornal, os deputados promoviam a sua “costumeira chantagem” em votações de interesse do governo, como no caso da renovação da DRU, defendida também pelo jornal:

A hora é esta e o sistema é este – o modelo de perversão política que confronta, caso a caso, o governante não com a oposição, mas com a bancada de partidos que se coligaram para elegê-lo. Aos seus oportunistas integrantes, ávidos pela barganha, pouco se dá que a presidente Dilma Rousseff – ou quem quer que estivesse hoje no seu lugar – precisa da DRU como uma ferramenta adicional para limitar os danos ao Brasil da crise econômica internacional que não cessa de se agravar¹⁹¹.

A presidenta sentiu a pressão e procurou agir para repactuar a base aliada. Ela procurou o ex-presidente Lula que, segundo o jornal, a aconselhou a “não atíçar o PMDB” e a promover mais encontros com os parlamentares da base. Primeiro, Dilma se reuniu com o PMDB e o vice-presidente Temer, que negou desgaste e garantiu existir uma “relação muito sólida” entre seu partido e o Planalto. Depois, Dilma se reuniu com os líderes dos demais partidos aliados e prometeu liberar R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares¹⁹². Apesar dos esforços para repactuar a base, em novembro, o *Estadão* ainda reportou que cerca de 80 deputados pertencentes ao PR, PTB, PP e PSC seguiam insatisfeitos por não terem suas indicações atendidas para cargos de segundo e terceiro escalões no governo. Em algumas votações pontuais, eles atuaram e votaram com a oposição¹⁹³.

Em uma edição dominical, o *OESP* repercutiu bastante o que chamou de “bloco informal dos aliados” que “confronta Dilma”. Segundo uma matéria, os partidos aliados, em especial o PMDB, se escondiam atrás da insatisfação pública do PR para pressionar a presidenta. O jornal abriu amplo espaço para que especialistas comentassem o contexto político vivido. Em entrevista, o filósofo Marcos Nobre avaliou que este “bloco informal” era o embrião para o retorno do “Centrão” que, em outros governos, significou forte poder de chantagem e pressão sobre o Executivo. Segundo Nobre, Dilma teria de conviver com a derrota que Lula sofreu ao não conseguir impedir o nome de Michel Temer como vice-presidente e concluiu: “Todas as vezes em que se tentou isolar o Temer, ele deu a volta por cima e deu o troco. Neutralizá-lo não é uma opção”. Assim, diante da reorganização do “Centrão” pelo PMDB, a situação da presidenta Dilma, caso tentasse enfrentá-los, poderia se tornar “muito grave”.

¹⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2011, p. A6 e 26/08/2011, p. A6.

¹⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 13/10/2011, p. A3.

¹⁹² *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A7; 12/08/2011, p. A7; 16/08/2011, p. A7 e 18/08/2011, p. A12.

¹⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2011, p. A10.

Para a articulista Dora Kramer, a presidenta Dilma tentava mudar sua forma de relacionamento político com a base, passando a recebê-los e ouvi-los mais. Porém, considerou que, com ela na presidência, os parlamentares agiam de forma “mais voraz em suas demandas do que o normal” para o histórico presidencialismo de coalizão brasileiro. No contexto de discussão da prorrogação da DRU, um editorial chamou os parlamentares da base de “oportunistas ávidos por barganhas” que sacavam “a faca para encostar no pescoço da presidente”¹⁹⁴.

Esta esperada repercussão negativa na base aliada sobre o tema da “faxina republicana”, a insatisfação do PMDB e as interpretações publicadas pelo jornal reforçam as já indicadas teses de Marcos Nobre (2013) e André Singer (2018). Logo em seu primeiro ano de mandato, a presidenta Dilma agiu para ferir dificultar a manutenção das improbidades na máquina pública. Os atingidos partidos da base aliada começaram a urdir sua vingança política à presidenta. Porém, uma vez que o momento ainda era de bonança econômica e Dilma colhia popularidade, a retaliação do pemedebismo se daria em votações congressuais, mas nutrindo a esperança e os conchavos por uma oportunidade melhor para reaver seus postos perdidos.

O *Estadão* avaliou o presidencialismo de coalizão brasileiro. Na perspectiva do periódico, este arranjo político continha “efeitos intrinsecamente perversos” para a boa qualidade da governança, uma vez que os políticos profissionais “têm sensibilidade incomum para farejar a insegurança de seus interlocutores e tirar disso o proveito que conseguirem”. O jornal insistiu na ideia de que Dilma possuía “inexperiência ou inaptidão” para o diálogo com os congressistas e seu governo carecia de bons interlocutores capazes de suprir essa carência. Há, então, a comparação com o ex-presidente Lula o “encantador de serpentes” que com “tapinhas nas costas, abraços apertados, risos frouxos, conversas sobre futebol e piadas impublicáveis [...] lubrificava cuidadosamente o seu rentável relacionamento com os políticos”, coisas que Dilma se negava a fazer e por isso é elogiada pelo jornal¹⁹⁵.

O movimento ziguezagueante de Dilma com a base aliada, de aproximação e afastamento, foi ironizado pelo jornal. A presença da presidenta em um jantar com a bancada do PMDB no Palácio do Jaburu foi a “formatura de Dilma” com “louvor no curso intensivo de pragmatismo político” ministrado por Lula. Em seus editoriais, *OESP* reconheceu a necessidade de garantir a governabilidade, mas exigiu que Dilma fizesse mais para impedir que este arranjo comprometesse “tanto a moralidade quanto a eficácia de sua administração [...] escolhas

¹⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2011, p. A6 e 13/10/2011, p. A3.

¹⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2011, p. A3 e 13/08/2011, p. A3.

políticas, tudo bem. Mas por que não gente honesta e competente?”¹⁹⁶. Ou seja, na visão do jornal, o PMDB era o partido fisiológico por essência, e afastar os apadrinhados do partido era condição essencial para a moralização da coisa pública.

Ainda na interpretação do jornal, Dilma buscou essa aproximação para aprovar as “medidas que poupariam o País do contágio da crise externa”. Porém, esse movimento lhe deixava um dilema: de um lado os parlamentares da base exigindo a liberação de emendas ao Orçamento; de outro Dilma tentando seguir uma “política de prudência e responsabilidade ante o recrudescimento da crise da economia global”. O jornal então defendeu que a presidenta não afrouxasse a política fiscal, mas que enfrentasse as pressões dos parlamentares por mais “gastança eleitoreira”¹⁹⁷.

O assunto “faxina” demandava cautela por parte do Planalto e do PT. Era preciso reforçar a imagem de que Dilma e o governo não compactuavam com a corrupção e promoviam uma “faxina republicana”, mas, ao mesmo tempo, era preciso amenizar esta retórica sob pena de perder completamente a base parlamentar governista. O *Estadão* estampou em destaque a sua avaliação sobre a posição do PT: “petistas temem que ‘faxina’ de Dilma carimbe gestão Lula como ‘corrupta’”. Em reportagem recheada de frases de petistas não identificados, o jornal afirmou que a demissão de ministros herdados do governo Lula causaria “extremo desconforto no PT”, por conta da proximidade dos demitidos com o ex-presidente. Além disso, a reportagem afirmou que os petistas estariam preocupados, pois Dilma estaria “comprando brigas em todas as frentes”, em especial com o PMDB que, para estes petistas, “não é confiável e acabará dando o troco a qualquer momento”¹⁹⁸.

O fato de estes ministros envolvidos em denúncias de improbidade serem quase todos herdados por Dilma do governo anterior de Lula foi usado pelo jornal para tentar jogar a presidenta contra seu companheiro e mentor político. Em editorial, *OESP* insinuou que Lula deixava roubar, mas que com Dilma “roubar, não pode mais”:

O contraste fica cada vez mais evidente. De um lado, uma tradição de oito anos de pacífica e ostensiva convivência com a malversação de recursos públicos, escorada nos ombros largos da governabilidade. De outro, uma completa devassa no Ministério dos Transportes [...] o limite entre uma coisa e outra é estabelecido, sobretudo, pela lei. Ou seja: fazer políticas, pode. Roubar, não pode mais¹⁹⁹.

¹⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A3 e 21/09/2011, p. A3.

¹⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 18 e 22/08/2011, p. A3.

¹⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2011, p. A4.

¹⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 27/07/2011, p. A3.

Sempre que comentou o tema da “faxina”, o *Estadão* citou o ex-presidente Lula como responsável pela montagem de uma governabilidade sustentada pela vista grossa sobre a corrupção nos ministérios entregues aos partidos aliados. Também insistiu que o ex-presidente Lula e o PT estariam receosos ante as atitudes da presidenta Dilma. Por isso, o jornal cobrou: “a faxina não pode parar”²⁰⁰.

2.2.3 Oposição em frangalhos e a ameaça Lula

Como se vê, as principais dificuldades políticas do governo Dilma Rousseff foram com a sua base aliada no Congresso. A oposição pouco fez para dificultar as ações do governo no Parlamento. Em cada uma das crises ministeriais, o máximo que as oposições conseguiam era tentar, sem sucesso, colher assinaturas para uma CPI ou tentar, também com pouco sucesso, a convocação dos envolvidos para prestarem depoimentos em algumas das comissões congressuais.

Na eleição de 2010, os partidos de oposição tiveram considerável redução no número de representantes no Congresso Nacional. Dos principais partidos de oposição, o DEM perdeu 22 cadeiras na câmara e outras 7 no senado; o PSDB perdeu 13 na câmara e outras 5 no senado; o PPS perdeu 10 na câmara²⁰¹. Em editorial no começo do ano, o *Estadão* fez críticas ao que chamou de “vazio oposicionista” e afirmou que a eleição de 2010 mostrou sua perpétua “incapacidade de dizer qualquer coisa que o País deva ouvir”. O jornal não perdoava o fato de a oposição não ter conseguido capitalizar o escândalo do mensalão na eleição de 2006 e a “campanha errática” de José Serra em 2010, que se apoiou em fundamentalismo religioso e não na pauta neoliberal²⁰².

Concomitante a estes desacordos entre governo e base aliada, fato é que a continuidade de um governo bem avaliado por entregar números positivos na área econômica e social e que indicava a permanência/crescimento eleitoral dos políticos associados ao reformismo lulista resultou em movimentações nos bastidores da política nacional. Como observou Marcos Nobre, no começo do mandato da presidenta Dilma Rousseff, “praticamente todos os partidos queriam aderir” (2013, p. 139) ao governo e se capitalizar eleitoralmente com a proximidade ao governo

²⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 21/07/2011, p. A3.

²⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 04/10/2010, p. H11 e 05/10/2010, p. H11.

²⁰² *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011, p. A3.

bem avaliado, o que é comprovado pela grande quantidade de partidos que, oficialmente, compunham a base aliada.

O caso mais emblemático desta corrida pela adesão ao lulismo se deu na fundação de um novo partido político liderado por Gilberto Kassab (DEM), então prefeito de São Paulo e aliado político de José Serra (PSDB). Percebendo que a conjuntura política-eleitoral de aparente consolidação do lulismo dificultava os futuros planos eleitorais de políticos ligados aos partidos de oposição, Gilberto Kassab tratou de se distanciar de seu partido e liderar a criação de um novo partido que serviria para abrigar os oposicionistas interessados em se aproximar do governo, ou mesmo políticos de centro em busca de maior espaço em outra sigla. Nas declarações públicas, Kassab afirmou que seu partido “não será de direita, não será de esquerda, nem de centro. É um partido que terá um programa a favor do Brasil”²⁰³. Era uma evidente indicação de que o novo partido tinha o fisiologismo como seu principal objetivo.

Ao longo do ano, foram publicados três editoriais para criticar a criação do PSD liderado por Kassab e outros políticos do DEM, movidos “pelo que há de mais raso na política – a ambição pessoal nua e crua”. O jornal comparou o novo partido à Macunaíma, o herói “sem nenhum caráter”, que se prestaria apenas ao papel de servir de “janela” para burlar a infidelidade partidária e aderir ao governo em busca de benesses típicas do pemedebismo²⁰⁴.

Desde o fim da eleição de 2010, parte da oposição política e midiática ao lulismo passou a apostar no ex-governador de Minas e senador eleito, Aécio Neves (PSDB), como o nome a ser viabilizado para a eleição presidencial de 2014. Nesse sentido, a célebre capa da revista *Veja* em outubro de 2010 é sintomática (GUILHERME, 2013). Apenas em abril é que Aécio estreou na tribuna do Senado. O *Estadão* destacou em sua capa uma foto do senador sorridente, com olhar triunfal, tendo como plano de fundo o tucano José Serra, também sorridente. A chamada do jornal não escondeu o motivo para a empolgação do periódico: “Aécio faz defesa de FHC”²⁰⁵. A longa reportagem sobre o discurso destacou Aécio como um dos nomes mais cotados para a próxima eleição presidencial e publicou vários trechos da fala do senador oposicionista. Aécio fez críticas aos governos do presidente Lula, falou em “desarranjo fiscal” e “gastança descontrolada” nas contas públicas e defendeu as iniciativas dos governos do PSDB, em especial as privatizações.

²⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 23/03/2011, p. A4.

²⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 26/02, 23/03,01/10/2011, p. A3.

²⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2011, p. A1

A articulista Dora Kramer avaliou a fala do senador como “tépido na forma e repetitivo no conteúdo, passando ao largo de questões essenciais para o exercício da oposição”, sem conseguir “produzir impacto nem o despertar da oposição”, não fazendo o governo Dilma “perder um segundo de seu sereno sono”²⁰⁶. O editorial do jornal foi mais elogioso. Reconheceu que Aécio não fez um “chamamento à batalha”, mas justificou que a eleição ainda estava distante e não era mesmo momento para isso. O editorial elogiou a aparente disposição de Aécio Neves em defender o legado peessedebista neoliberal do governo FHC, algo que “precisava ser dito e que a campanha presidencial tucana de 2010 evitou dizer”²⁰⁷.

Internamente, o PSDB passava por problemas. Alguns de seus prefeitos e vereados eram assediados pelo PSD. Para viabilizar seu nome em 2014, Aécio Neves passou a buscar o controle do diretório nacional do partido, viajar pelo país, dar entrevistas e apresentar-se como pré-candidato. Sua movimentação incomodou os também pré-candidatos José Serra e Geraldo Alckmin. Uma convenção nacional do partido foi chamada e o grupo aecista saiu vitorioso²⁰⁸.

O *Estadão* lamentou o que chamou de “a demolição do PSDB”, cujo principal responsável seria o governador paulista Geraldo Alckmin que agia em busca de poder pessoal e fraturava o partido no estado de São Paulo. Tais disputas seriam “um entrave para soerguimento do partido, em sua dimensão nacional [...] assim os brasileiros não terão uma alternativa viável para o projeto de poder do PT”. Em novembro, em um seminário no Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB, as principais lideranças do partido afinaram o discurso: defesa do governo FHC; críticas à corrupção dos governos do PT; defesa da pauta neoliberal. Em editorial, o *OESP* se empolgou: “oposição afinal?”²⁰⁹.

Como mostrado no capítulo 01 deste trabalho, dos grandes diários brasileiros, o *Estadão* é dos mais intensos no combate à ideologia e partidos de esquerda, ações sindicais e dos movimentos sociais progressistas. Em 2011, foram vários os editoriais a espezinhar as movimentações políticas do ex-presidente Lula, criticar as ações de sindicatos e do MST, alarmar a existência de suposto plano do PT para censurar a imprensa, exigir que o julgamento do mensalão ocorresse em meados do ano seguinte e que Lula fosse condenado culpado.

Saído da presidência com grande aprovação e popularidade, o ex-presidente continuou na cena política. Cada movimento de Lula foi comentado e criticado pelo jornal, que queria vê-lo longe da política e do governo da presidenta Dilma. O grande temor do jornal era que Lula

²⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2011, p. A6.

²⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 08/04/2011, p. A3.

²⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/05/2011, p. A8 e 29/05/2011, p. A11.

²⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 28/04 e 09/11/2011, p. A3.

voltasse candidato em 2014 e, sempre que tocou neste tema, usou-o para ironizar a presidenta Dilma como mera coadjuvante política. Comumente, editoriais foram publicados para contraditar os discursos do ex-presidente e até para ironizar as palestras que ele proferia pelo mundo²¹⁰.

O avanço nas investigações do processo do mensalão foi comemorado pelo jornal como “um golpe contra Lula”. Na interpretação dos editorialistas, o relatório da Polícia Federal “trouxe Lula mais para perto do escândalo” e serviu para desmoralizar os argumentos do ex-presidente e das lideranças petistas, que negavam a compra de apoio parlamentar. O jornal sentenciou que tudo estaria comprovado e seria o “cala a boca” do “boquirroto” Lula²¹¹. Porém, o *OESP* se mostrou preocupado com a proximidade da prescrição do processo e passou a pressionar o STF para que o julgasse o quanto antes²¹².

Tema sempre presente na história do PT, a discussão sobre um marco regulatório dos meios de comunicação foi assunto de quatro editoriais. Entre os vários temas de seu 4º Congresso, o PT aprovou moção para recolocar em debate a “democratização” dos meios de comunicação que, segundo o partido, estaria concentrado nas mãos de poucos empresários que atuariam para censurar o debate livre e o acesso de movimentos sociais na discussão pública. O *Estadão* argumentou que não passou de um “floreio de linguagem” da “irreprimível vocação autoritária do PT, que na verdade não admite uma imprensa livre”. Em todos os textos, o jornal repisou o mesmo argumento e cobrou da presidenta Dilma para que cumprisse o compromisso de campanha em defesa da liberdade de imprensa²¹³.

Os movimentos sociais também seguiram sendo ideologicamente criticados pelo jornal. Nada do que o MST, os sindicatos ou a UNE fizessem foi motivo para considerações positivas. Ao contrário. O MST é sempre rotulado como radical e atrasado ideologicamente²¹⁴. Os sindicatos são mostrados como injustos beneficiários do imposto sindical²¹⁵. As greves são criticadas por causarem problemas no trânsito e atrapalharem a produção²¹⁶. E a UNE estaria degradada pelo adesismo governista²¹⁷.

2.3 O JORNAL COBRA ADOÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL

²¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13/02, 05/03, 05/08 e 21/08/2011, p. A3.

²¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 05/04, 09/07 e 13/09/2011, p. A3.

²¹² *O Estado de S. Paulo*, 13/09, 16/12 e 22/12/2011, p. A3.

²¹³ *O Estado de S. Paulo*, 06 e 07/09, 13/10 e 04/12/2011, p. A3.

²¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 17/01, 31/07, 19/06, 10/07 e 03/12/2011, p. A3.

²¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11 e 30/04, 31/07, 06/11 e 03/12/2011, p. A3.

²¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13/10/2011, p. A3.

²¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 06/11/2011, p. A3.

Embora não seja objeto de análise desta tese, o caderno de Economia e Negócios é o principal caderno publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Dentre todos, é o que possui o maior número de páginas diárias (entre 10 e 20), o maior número de artigos de opinião, entrevistas, gráficos, reportagens e propagandas. O *Estadão* é um jornal de economia e negócios e serve de porta-voz para o segmento debater e propagandear seus interesses econômicos e políticos. Todos os que assinam artigos no espaço ou tem suas entrevistas publicadas neste caderno, são ligados ao capital financeiro ou empresarial nacional e internacional, nunca trabalhadores ou pessoas ligadas ao movimento sindical. A narrativa encontrada é de louvação ao livre mercado, defesa irrestrita do neoliberalismo e críticas à atuação do Estado na economia. O “consenso forjado”, que Francisco Fonseca (2005) identificou na narrativa midiática dos anos 1980, permanece ativo nas páginas do *Estadão* no século XXI.

A pesquisadora Marialva Barbosa aponta que, a partir de meados dos anos 1970, se percebe “o avanço dos temas econômicos, tornando a editoria de Economia uma espécie de carro chefe de diversas publicações” (2007, p. 221). Segundo Barbosa, vários fatores contribuem para este novo cenário nos jornais brasileiros: a dificuldade de fazer jornalismo investigativo sobre a conjuntura política em tempos de Ditadura; o alinhamento da imprensa à narrativa política de sucesso econômico da Ditadura; a conjuntura histórica de adoção do paradigma neoliberal e a consolidação do processo de globalização. Assim:

Os meios de comunicação são fundamentais para a divulgação de cenários econômicos dominantes, desempenhando papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia liberal de mercado, fabricando o consenso sobre a superioridade das economias abertas e insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais [...] a tese da globalização legitima a ocupação de novos espaços pelo capital financeiro mundial, especialmente nos países periféricos, sob o argumento de que se trata de um desenvolvimento natural das forças produtivas (BARBOSA, 2007, p. 224).

O próprio *Estadão*, em autopropaganda, se apresenta como um jornal “do segmento de economia e negócios”. Por exemplo, em janeiro de 2016, duas propagandas de página inteira são direcionadas ao meio empresarial e financeiro: “Mostre para o mercado que você enxerga longe”; “Os resultados da sua empresa precisam ser transparentes e não invisíveis”. O jornal é direto: “garanta visibilidade na hora de publicar os atos societários e os resultados de sua empresa no jornal que vai muito além do papel: *Estadão*”. Segundo a propaganda, o *OESP* “oferece a melhor cobertura econômica em relação aos jornais do segmento de economia e negócios”. O jornal se dizia possuidor de mais leitores do que os jornais concorrentes no

segmento de economia e negócios: 1,4 milhões contra 244 mil do “concorrente A” e 24 mil do “concorrente B”. Estimava que só o seu caderno de Economia e Negócio possuía cerca de 498 mil leitores diários, contra 142 mil do “principal concorrente do segmento de economia e negócios”. Além disso, o jornal ainda oferecia na propaganda a divulgação dos balanços das empresas do serviço de Broadcast econômico que o jornal mantém online²¹⁸.

Vale salientar a ênfase na questão econômica para indicar que ela é acompanhada por grande quantidade de editoriais dedicados ao tema. Embora o foco desta pesquisa seja a questão política, é preciso apontar qual é a cosmovisão econômica do *Estadão* no período. A tese aqui é que a cobertura política serve para cobrar adesão à agenda neoliberal. Em geral, o jornal alarma o suposto perigo de uma inflação descontrolada para defender que o Estado reduza seus investimentos públicos, que o governo promova grandes cortes no Orçamento, faça um ajuste fiscal, encampe uma “reforma da previdência”, diminua a participação do BNDES na promoção da economia²¹⁹ e implemente uma agenda econômica neoliberal. A histórica cosmovisão do periódico de que não é o setor público quem deve puxar o crescimento econômico, mas sim o setor privado, é continuamente repisado nos editoriais aqui exemplificados. Ao mesmo tempo, cobra investimentos públicos na área da infraestrutura e medidas que promovam maior competitividade para as indústrias nacionais, em especial a “reforma trabalhista”.

Contextualizando, a economista Laura Carvalho (2018) apontou os pilares para o que ela chamou de “milagrinho” econômico do governo Lula: distribuição de renda; acesso ao crédito e investimentos públicos, aliados ao período de alta nos preços internacionais das commodities. Em resumo, foram os investimentos do Estado os responsáveis por estimular a demanda/consumo internos, que impulsionaram a produção industrial da iniciativa privada e resultaram no aumento da arrecadação de impostos pelo Estado. Um círculo virtuoso, mesmo no contexto de crise mundial de 2008 e 2009. Para a implementação destas políticas econômicas, em tese de Armando Boito Jr, se formou uma “frente neodesenvolvimentista” na qual a “grande burguesia interna” era dirigente e principal beneficiária, tendo apoio da “baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal” (2018, p. 103), que recebiam marginalmente os frutos econômicos desta frente. Politicamente, a frente era liderada pelo PT em contraposição à “frente neoliberal”, que era dirigida pela burguesia financeira e internacionalizada com apoio da classe média tradicional, grande imprensa e politicamente liderada pelo PSDB.

²¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 21/01/2016, p. B16 e 28/01/2016, p. B6.

²¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 29/06 e 07/11/2011, p. A3.

Segundo a tese de Carvalho, no governo da presidenta Dilma Rousseff, “houve um deslocamento nos objetivos, na amplitude e no volume de recursos” destinados pelo Estado ao estímulo econômico que “deu lugar a uma estratégia baseada nos incentivos ao setor privado”, via desonerações, política monetária, fiscal e creditícia (2018, p. 40). Quando Dilma assumiu, havia o debate sobre o esgotamento ou não dos pilares que possibilitaram o crescimento econômico sob os governos Lula. Segundo ela, eram evidentes os limites do modelo lulista que precisavam ser encarados pelo novo governo: baixa competitividade da indústria brasileira ante os produtos importados, em especial por conta do dólar baixo e da falha infraestrutura nacional, o que demandava uma nova política industrial; a inflação dos serviços resultante da rápida expansão salarial que possibilitou a ascensão econômica e social de milhares de brasileiros que passaram a consumir serviços que eram exclusivos da classe média tradicional; concentração de renda no topo da pirâmide econômica, em especial por conta da alta taxa de juros que fazia escoar a riqueza nacional para o setor financeiro.

Como aponta Boito Jr, o que mantinha a “grande burguesia interna” unificada na “frente neodesenvolvimentista” liderada pelo lulismo era a “reinvindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital internacional” (BOITO JR, 2018, p. 161). Assim, em maio de 2011, a FIESP e as centrais sindicais CUT e Força Sindical entregaram ao governo o documento “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”. Nele, reconheceram a importância dos pilares do “milagrinho” de Lula, mas pediram e apresentaram um conjunto de propostas que visava o desenvolvimento da indústria nacional, ameaçada pela concorrência da mundialização econômica, em especial dos produtos chineses. A partir de agosto de 2011, o governo começou a implementar a “Nova Matriz Econômica” que Laura Carvalho (2018) prefere chamar de “agenda FIESP”: redução dos juros Selic; desvalorização do real; contenção de investimentos do Estado; desonerações tributárias; expansão do crédito do BNDES; represamento das tarifas de energia. Em editorial, o *Estadão* chamou de “promiscuidade tripartite” a aproximação e as propostas de FIESP e centrais sindicais. O jornal reconheceu a necessidade de proceder desonerações tributárias, mas se insurgiu contra a proposta de reduzir a taxa de Juros Selic e reforçou aquilo que, para ele, era a questão central a permitir mais competitividade à indústria nacional: “o governo terá que rever seus gastos [...] ser austero”²²⁰.

²²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 25/05/2011, p. A3.

Ao longo do ano, o *OESP* criou grande expectativa por cortes orçamentários no governo federal e cobrou isso insistentemente. Em 28 de fevereiro, o governo anunciou o corte de R\$ 50,1 bilhões. Nos editoriais, o *Estadão* insinuou uma “herança maldita” deixada por Lula à Dilma: a alta nos gastos públicos. Os editoriais reclamavam que o ex-presidente Lula e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fizeram “populismo orçamentário”, resultando em inflação e “dívida bruta do setor público”. Assim, o jornal cobrou obstinadamente que Dilma usasse “uma enorme tesoura fiscal” para cortar o orçamento público e garantir o superávit²²¹.

O aquecimento do mercado interno cimentou o terreno para que a grande imprensa fizesse o tema da inflação tomar conta do noticiário econômico. Como apontou em trabalho recente a economista Christiane Laidler (2018), qualquer aumento mínimo na inflação se transformava “em justificativa para garantir a remuneração do capital” (2018, p. 158) via aumento da taxa de Juros Selic. A imprensa burguesa, então, abriu espaço para “o exército mercenário de comentadores dos panfletos publicitários do mercado entra em cena em nome do poder de compra do pobre” (2018, p. 246). A autora mostra que, desde os governos FHC, a alta na Taxa Selic foi justificada para segurar a inflação. Na teoria econômica ortodoxa, ao inibir o crédito e o consumo, a alta Selic reduziria a demanda e por consequência a inflação. É a Teoria Quantitativa da Moeda. Embora a economista argumente que tal teoria carece de comprovação empírica, a imprensa burguesa associada ao mercado financeiro, principal beneficiário da alta Selic, promove intensa histeria contra qualquer mínimo aumento na inflação.

É possível observar o enorme destaque dado pelos editoriais do *Estadão* ao tema. Foram dezenas de textos exclusivos para falar de uma suposta escalada inflacionária, enquanto em outra dezena deles o assunto era sempre resgatado para defender a pauta do ajuste fiscal. O tom do jornal era sempre apavorante: “a inflação avança no bolso dos brasileiros, cada vez mais alarmante” diante de “números assustadores”. Toda a discussão sobre inflação seguia a mesma lógica argumentativa: o Estado precisa fazer ajuste fiscal, cortar o orçamento, aumentar a Selic e reduzir o crédito. Na perspectiva econômica do jornal, agindo assim o governo estimularia a diminuição da demanda e por consequência, da inflação. Na narrativa econômica do *OESP*, o Estado deveria agir para frear a demanda, desacelerar a economia e assim salvar o bolso do consumidor²²².

Nos primeiros meses do governo, o Banco Central seguiu a Teoria Quantitativa da Moeda e o receituário neoliberal. Subiu a Taxa Selic para deleite do mercado financeiro. Os

²²¹ *O Estado de S. Paulo*, 04/01/2011, p. A3; 13/01/2011, p. A3; 27/01/2011, p. A3 e 10/03/2011, p. A3.

²²² *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011, p. A3; 05/03/2011, p. A3; 22/04/2011, p. A3 e 27/04/2011, p. A3.

aumentos na taxa de juros Selic foram considerados pelo jornal como “remédio amargo”, mas necessário. O editorial reconheceu que o Brasil possuía o maior juro real do planeta e que ele causava entraves à atividade econômica, afetando empresas e consumidores. Porém, defendeu as metas de inflação adotadas pelo governo FHC em 1999 que dependia “da calibragem do juro básico” e que, no momento, “o Brasil não tem condições estruturais para forçar a baixa”. A única alternativa à alta da Taxa Selic, segundo o *OESP*, é o governo “controlar as despesas públicas”²²³. Porém, já como parte da “Nova Matriz Econômica”, na expectativa de induzir o investimento industrial, o Banco Central iniciou um processo de redução da Taxa Selic a partir de agosto, que foi de 12,5% naquele mês para 7,25% em outubro de 2012. Seriam dez reduções seguidas. A evidente intervenção governamental foi criticada pelo *Estadão*. O jornal acusou Dilma de mandar em uma instituição que deveria ter autonomia, acabando assim com “uma das poucas heranças benditas da era Lula”²²⁴.

Outro tema insistentemente cobrado pelos editoriais é a suposta necessidade de uma reforma da previdência social. O tema foi discutido em ao menos sete editoriais exclusivos. O jornal qualificou a previdência como custosa e desigual. Devido ao envelhecimento da população, seria necessário promover mudanças na idade mínima para a concessão de aposentadorias. Os servidores públicos foram o alvo preferencial do *Estadão*, por supostamente receberem vultuosos benefícios que pressionariam as contas públicas²²⁵.

2.4 O ESTADÃO TENTA INFLAR MARCHAS CONTRA A CORRUPÇÃO, MAS DILMA SEGUE POPULAR

Internacionalmente, o ano de 2011 foi marcado por forte crise econômica na zona do Euro, em especial nos países da Grécia, Espanha e Portugal²²⁶; gigantescos protestos de rua que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe e resultaram em quedas de vários governantes em países árabes²²⁷; consideráveis protestos contra o sistema político e econômico capitalista na Espanha e na região de Wall Street, nos EUA²²⁸. Nestes protestos, as novas tecnologias, como os celulares e as redes sociais, foram importantes para convocar e mobilizar os manifestantes.

²²³ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2011, p. A3.

²²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 31/08, 02/09, 30/09 e 04/10/2011, p. A3.

²²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13/04, 01 e 11/04, 05/07, 22/08, 03 e 12/12/2011, p. A3.

²²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 25/03, 08/05, 05/08, 06/09 e 06/10/2011, p. A3.

²²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 29/01, 12/02, 30/03 e 23/11/2011, p. A3.

²²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 24/05 e 12/10/2011, p. A3.

No Brasil, a constante presença da “faxina” de Dilma nos noticiários impulsionou a indignação contra a “corrupção” na política. Pelas redes sociais, grupos de jovens de classe média organizaram uma manifestação para o dia 07 de setembro em Brasília. O *Estadão* noticiou em tom de convocação para o protesto e, no dia seguinte, deu capa com grande foto do ato e a chamada: “marcha contra a corrupção ofusca desfile em Brasília”. Em editorial, o jornal comemorou que “o brasileiro está começando a perder a paciência com a corrupção” e afirmou que atos como este em Brasília teriam potencial para se generalizar pelo país. O periódico também alertou a presidenta Dilma de que, se naquele momento as pesquisas de opinião lhe colocavam como a responsável pelo combate à improbidade, caso ela tentasse “negar a evidência de que a corrupção é endêmica na administração federal e colocar panos quentes no combate à corrupção”, a indignação popular poderia se agravar e se transformar em uma “bola de neve incontrollável”²²⁹.

No mês seguinte, novos atos foram realizados e receberam os mesmos destaques do periódico²³⁰. Apesar da expectativa, os atos foram pequenos e geraram comentários de lamento nas páginas do *OESP* ante as marchas que “decepcionaram os que torciam para que elas fossem mais concorridas”, como o próprio jornal torcia para que a “bandeira do combate à corrupção” fosse empunhada pelos “cidadãos minimamente informados”. O jornal comparou as marchas do Brasil com as realizadas nos EUA e Europa e explicou porquê, na sua visão, elas não cresceram no Brasil de 2011:

Em rigorosamente todos os países onde as ruas foram tomadas nos últimos tempos, a raiz – menos ou mais exposta – da ira popular é o empobrecimento, o desemprego, a escassez de oportunidade, a penúria [...] Hoje, porém [no Brasil], a melhora sem precedentes no padrão de vida de milhões de brasileiros e a sensação geral de otimismo que daí resulta não é que anestesiem as pessoas, mas, à parte quaisquer outras considerações, não as incentivam a protestar contra a corrupção que sabem que existe – e que poderia provocar uma contundente resposta popular se estivesse associada à privação econômica²³¹.

Ou seja, o jornal reconheceu que era boa a situação socioeconômica do Brasil e que grande parte da população via em Dilma a pessoa que estava agindo para limitar a corrupção política. Por isso, os protestos “contra a corrupção” não foram capazes de levar multidões às ruas. Para mudar o cenário, havia três alternativas: que Dilma perdesse o status de paladina da

²²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 07/09/2011, p. A8, 08/09/2011, p. A1 e 10/09/2011, p. A3.

²³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2011, p. A8 e 13/10/2011, p. A9.

²³¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2011, p. A3.

luta contra a corrupção; que a economia entrasse em crise ou que a população associasse os deficientes serviços públicos como consequência da corrupção.

Ao longo do semestre de faxina, pesquisas apontaram crescente aprovação e popularidade ao governo e à presidenta. Levantamento do Ibope em outubro mostrou o governo aprovado por 48%, regular para 36% e ruim ou péssimo para 12%. A avaliação pessoal de Dilma foi aprovada por 67%. Dois meses depois, o mesmo instituto indicou crescimento na aprovação do governo para 51%, queda no regular para 34% e no ruim ou péssimo para 11%. Também cresceu a aprovação de seu desempenho pessoal, chegando a 71%. A reportagem do *Estadão* sobre esta pesquisa associou os índices à “faxina” que marcou o noticiário no segundo semestre: “Dilma conseguiu capitanear para o governo as ações contra a corrupção”.

Quanto a esta última pesquisa, o jornal ainda enfatizou que a “faxina” foi responsável por aumentar sua aprovação nas regiões sul (57%) e sudeste (52%) do país, onde está a maior parte do eleitorado de classe média, mais sujeita a derrotar o PT nas urnas e a usarem a bandeira contra a “corrupção” como justificativa para suas escolhas políticas. Isso reforça a perspectiva de Marco Nobre quando afirma que a presidenta conseguiu projetar a imagem de “que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’” (2013, p. 139) do fisiologismo pemedebista, inclusive combatendo-o. A pesquisa mostrou ainda que foi a “faxina” de Dilma quem colocou o tema “corrupção” em voga. As duas pesquisas também mostram insatisfação da população com os serviços públicos e as taxas de impostos²³².

Internacionalmente, a repercussão também foi considerável. Em outubro, a revista *Forbes* colou Dilma Rousseff, “a primeira mulher a liderar a maior potência econômica da América Latina”, como a terceira mulher mais poderosa do mundo, atrás apenas da alemã Angela Merkel e da estadunidense Hillary Clinton. A edição de dezembro da revista *The New Yorker* dedicou 35 páginas para traçar um perfil elogioso de Dilma e do Brasil por conta do orçamento público equilibrado, quase pleno emprego, baixa inflação, liberdade política e redução da desigualdade. A revista ainda sentenciou que no país “ninguém acredita que Rousseff seja corrupta. Ela tem se mostrado muito mais intolerante com a corrupção do que presidentes brasileiros do passado”, como os citados Lula e FHC²³³.

Fato é que a última pesquisa Ibope do ano deu a Dilma o “recorde na série histórica” feita pelo instituto para um governante em primeiro ano de mandato. O governo foi aprovado

²³² *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A8 e 01/10/2011, p. A8.

²³³ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A7 e 29/11/2011, p. A7.

por 56%, regular para 32% e ruim para 9%²³⁴. Pessoalmente, Dilma estava aprovada por 72% ante 21% que a desaprovavam²³⁵. Apesar disso, a pesquisa reforçou a existência de desaprovação quanto à qualidade dos serviços públicos. O assunto “corrupção” permanecia na lembrança dos entrevistados, mas segundo o gerente da pesquisa: “Dilma conseguiu se blindar. Ela conseguiu se distanciar e as denúncias ficaram restritas aos ministros. As pessoas estão culpando mais os ministros do que a presidente”²³⁶.

Em dezembro, o noticiário apontou para uma iminente reforma ministerial para o início de 2012, aliando a conclusão da “faxina” às mudanças sempre necessárias aos que disputariam eleições municipais. Na previsão do *Estadão*, seriam 09 alterações na Esplanada. O jornal chegou a sentenciar que Dilma mostrou “jogo de cintura” e “driblou as insatisfações” na base aliada para aprovar a DRU, o Orçamento para 2012 e o valor do salário mínimo. Porém, também noticiou que a DRU foi aprovada após liberação de R\$ 1,5 bilhões em emendas parlamentares, sendo o PMDB o partido mais beneficiado, seguido por PSDB, DEM e PT²³⁷. Em seu pronunciamento de TV no final do ano, Dilma prometeu um 2012 de “forte crescimento econômico” e redução da desigualdade social. O destaque na manchete do *Estadão* ficou para sua promessa de “luta incessante contra a corrupção e qualquer tipo de desvio ou malfeito”²³⁸.

²³⁴ Segundo a reportagem, o máximo que Lula conseguiu ao final de um primeiro ano de mandato foi 51% em 2007, enquanto FHC teve o pico de aprovação com 43% em 1995

²³⁵ Na avaliação pessoal, o índice de Lula foi de 66% em 2003 e de FHC foi de 57% em 1995.

²³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 17/12/2011, p. A8.

²³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2001, p. A4 e 18/12/2011, p. A8.

²³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2011, p. A5.

3 OPOSIÇÃO À NOVA MATRIZ ECONÔMICA, PRESSÃO POR CONDENAÇÕES NO MENSALÃO E AÇÃO ANTIPETISTA NA ELEIÇÃO MUNICIPAL (2012-2013)

Este capítulo trata das posições do jornal *O Estado de S. Paulo* frente às questões políticas e econômicas do governo Dilma no ano de 2012 e no primeiro semestre de 2013.

Ao longo do ano de 2012, a presidenta Dilma seguiu tendo grandes embates políticos com a base congressional, resquício ainda da “faxina republicana” iniciada no primeiro ano de mandato. Além disso, foi ano de eleições municipais, o que colocaria partidos da base aliada para disputarem prefeituras contra outros partidos aliados, em especial o PT. Ao comentar as dificuldades de Dilma com o Congresso, o *Estadão* defendeu a tese de que o “fisiologismo” congressional é culpa do tipo de “presidencialismo de coalizão” inventado por Lula e herdado por Dilma. Na eleição municipal de São Paulo, como sempre fez em sua história recente, o jornal promoveu apoio ao candidato do PSDB e se opôs ao candidato petista.

Outro acontecimento extremamente relevante para o ano de 2012 foi a conclusão do julgamento da AP 470. Editorialmente, o jornal exerceu enorme pressão sobre o STF para que condenasse à prisão os petistas acusados. Sempre que tratou do assunto, deixou evidente que seu anseio era que futuros desdobramentos do caso chegassem ao ex-presidente Lula da Silva e resultassem em sua condenação. A expectativa do *OESP* era que o julgamento sepultasse, judicial e eleitoralmente, o PT e o ex-presidente.

Passadas as eleições municipais, o campo político começou a articular as alianças com vistas à eleição presidencial de 2014. A base congressional se tornou ainda mais arredia contra a presidenta Dilma. O *Estadão* emprestou apoio a pré-candidatura do senador Aécio Neves (PSDB), ao mesmo tempo em que investiu editorialmente contra todas as iniciativas administrativas da presidenta, considerada pelo jornal como incompetente. Foi o período mais oposicionista do periódico até então.

Por fim, no plano econômico, o governo Dilma implementou uma “Nova Matriz Econômica”, com embates ao setor financeiro, redução da Taxa de Juros e incentivos fiscais ao setor industrial. Editorialmente, o *Estadão* promoveu alarmismo, argumentando que a redução da Selic resultaria em alta da inflação e insistiu para que o governo adotasse uma agenda neoliberal, com corte de investimentos públicos.

3.1 OS EMBATES POLÍTICOS NO ANO ELEITORAL DE 2012

3.1.1 Os embates políticos no Congresso e a dificuldade de manter uma base coesa em ano eleitoral

O tema da “faxina republicana” promovida pela presidenta Dilma Rousseff nos altos escalões do governo federal seguiu rendendo notícias no jornal e grande insatisfação na base aliada ao governo nos primeiros meses de 2012. Segundo o *Estadão*, em 2011, a União “expulsou 564 funcionários” públicos por: “obtenção de alguma vantagem pessoal”; “pela prática de improbidade administrativa”; ou “flagrados pedindo propina”. Desde o início do governo Lula da Silva, o número de servidores expulsos dos quadros da União por estes motivos era de 3.533²³⁹.

No início de 2012, relatórios da CGU apontaram irregularidades em órgãos ligados ao ministério da Integração Nacional comandado por Fernando Bezerra (PSB). Dilma mandou demitir o chefe da diretoria financeira da Dnocs e insinuou o mesmo quanto ao diretor-geral do órgão, Elias Fernandes, apadrinhado pelo deputado e líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves. O deputado reagiu publicamente e ameaçou retaliar o governo e a presidenta em votações no Congresso. Desafiada, Dilma demitiu o apadrinhado de Henrique Alves. Ainda conforme reportagens do periódico, Dilma planejava outras demissões, como as de Sérgio Machado, presidente da Transpetro e apadrinhado pelo senador Renan Calheiros (PMDB) e do superintendente da Sudene, apadrinhado por Geddel Vieira Lima (PMDB)²⁴⁰. No Dnit, as demissões de diretores “por ineficiência” atingiram apadrinhados do PP, PTB, PMDB e PR²⁴¹.

As reportagens do *OESP* insistiram que tais demissões abalariam ainda mais a relação da presidenta com o PMDB. Renan estaria “aflito” com a possibilidade de demissão na Transpetro que, se concretizada, “abalaria a governabilidade no Senado”. Na interpretação dos peemedebistas, Dilma fazia um duplo movimento ensaiado com a cúpula do PT para, segundo aspas do deputado Eduardo Cunha (PMDB), “nos asfixiar para disputar as eleições [municipais] em melhores condições. Estão nos asfixiando nas bases, que é de onde vem a força do PMDB”,

²³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 07/01/2012, p. A10.

²⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A5 e 28/01/2012, p. A8.

²⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/02/2012, p. A9.

o que daria ao PT maiores chances de crescer sua bancada na eleição de 2014 e reduzir a influência do PMDB no Congresso Nacional. Ainda segundo reportagem, todas estas demissões serviram para aumentar a “mágoa dos aliados”, “engrossar a lista dos descontentes” e ia “dinamitando pontes, eliminando interlocutores e minando a relação entre o governo e sua base”²⁴².

Na avaliação da articulista Dora Kramer, o sentimento na base era de que a presidenta Dilma: se apoiava em sua alta popularidade para “tratar os parceiros com pragmático desdém”; estes parceiros da base e o PT eram atingidos com “pesos e medidas diferenciados”, pois os suspeitos de improbidade dos partidos aliados eram demitidos, mas os ministérios petistas seriam poupados; viam na presidenta e no PT um movimento político-eleitoral para dificultar a votação deles nas eleições municipais em favor dos candidatos petistas, por isso a candidatura de Fernando Haddad, com o apoio de Dilma, irritou os partidos da base, em especial o PMDB²⁴³.

Concomitante a estas demissões, a presidenta Dilma promovia uma pequena reforma ministerial em seu governo. A mais tranquila foi a troca no Ministério da Educação, uma vez que Fernando Haddad seria o candidato do PT à prefeitura de São Paulo. Em seu lugar, entrou Aloísio Mercadante (PT) que deixou o Ministério da Ciência e Tecnologia, assumido pelo cientista Marcos Raupp. Nas demais trocas ministeriais, Dilma tentou não melindrar os partidos da base aliada, mas nem sempre com sucesso²⁴⁴.

O Ministério das Cidades foi caracterizado pelo *Estadão* como “feudo do PP” desde quando o ex-presidente Lula da Silva precisou abrir espaço no governo para outros partidos políticos diante da crise do mensalão. Desde meados de 2011, quando surgiram denúncias de improbidade e uso político do ministério para beneficiar seu reduto eleitoral, o ministro Mário Negromonte já sofria grande desgaste e pressão, tanto do governo quanto do próprio partido, para renunciar ao cargo. Além disso, o ministério com o maior orçamento de obras do PAC sofria críticas pelo mau desempenho. Para o seu lugar, o PP indicou o deputado Aguinaldo Ribeiro, líder do partido na Câmara, mas também suspeito e processado pelas mesmas irregularidades²⁴⁵.

²⁴² *O Estado de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A5, 28/01/2012, p. A8 e 06/02/2012, p. A6.

²⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A6.

²⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2012, p. A7.

²⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 31/01/2012, p. A8; 01/02/2012, p. A9, 02/02/2012, p. A10, 03/02/2012, p. A7, 05/02/2012, p. A10, 07/02/2012, p. A4.

Em março, o *OESP* deu grande destaque para a entrada do PRB no ministério de Dilma. Segundo a interpretação que o jornal entregou aos seus leitores, a nomeação do bispo evangélico Marcelo Crivela no Ministério da Pesca, servia para “blindar Haddad de ataque evangélico” na eleição municipal de São Paulo. A escolha foi muito criticada e o próprio ministro admitiu: “nem sei colocar uma minhoca no anzol”. Em maio, Dilma fez uma escolha pessoal e nomeou o jovem deputado Brizola Neto (PDT) para o ministério do Trabalho. O jornal divulgou que a nomeação dividiu a bancada do partido, que preferia outro deputado²⁴⁶. Além dessas mudanças, o PR pressionava pela nomeação de uma liderança do partido para o ministério dos Transportes, ocupado há tempos por um técnico de carreira. Também o PSB se incomodava com as pressões em seu ministério, e o presidente do partido, governador Eduardo Campos, se movimentava para fazer a sigla crescer no interior do país, já planejando o desembarque da base e uma candidatura presidencial em 2014.

Concomitante a essas situações, os primeiros meses de 2012 já eram de intensas negociações para a formação dos palanques e coligações para as eleições municipais. No município de São Paulo, maior do país e com mais destaque e repercussão pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o PT manteve a tradição de disputar contra um candidato do PSDB e lançou candidato o ex-ministro Fernando Haddad. Este movimento contrariou as expectativas do PMDB e do vice-presidente Michel Temer, que patrocinavam e esperavam receber o apoio governista para o candidato Gabriel Chalita.

Todas estas insatisfações somadas repercutiram na base aliada do governo Dilma no Congresso. No PMDB, 45 congressistas assinaram um manifesto com críticas ao PT e a atuação do governo a favor de candidatos petistas. A reportagem do *Estadão* diz que os peemedebistas estariam em “pânico” diante da “movimentação do PT para ampliar suas prefeituras” e temiam que o PMDB acabasse “reduzido à metade” dos 1.177 municípios que administravam pelo país. O manifesto fala em “encruzilhada” para o partido que poderia perder o “protagonismo municipalista”. Os principais reclamantes dentro do partido eram seus líderes congressuais: Renan Calheiros, Henrique Alves, Eduardo Cunha e Darcísio Perondi²⁴⁷.

Os peemedebistas externavam ainda a insatisfação por: não participarem das decisões governamentais; não serem consultados ou informados da distribuição de cargos e escolha de ministros; não possuírem autonomia sobre os ministérios que comandam, tendo sempre que pedir autorizações ao Planalto; não disporem de verbas liberadas para obras em seus ministérios

²⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/03/2012, p. A4; 02/03/2012, p. A6 e 01/05/2012, p. A4.

²⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 02/03/2012, p. A4.

sem antes consultar a ministra Gleisi da Casa Civil; o contingenciamento das emendas parlamentares para suas bases políticas; a falta de diálogo e gestos de afago do governo aos parlamentares da sigla. Segundo os líderes do PMDB, o governo agia apenas para beneficiar os ministros e parlamentares do PT e se recusava a dividir com os peemedebistas os créditos e popularidade advindos dos bem-sucedidos programas sociais e econômicos. Os líderes do partido se reuniram com Michel Temer que, segundo *OESP*, “aderiu ao manifesto dos insatisfeitos do PMDB” aos quais declarou estarem “cobertos de razão” nas reclamações²⁴⁸.

Pressionada, Dilma aproveitou para visitar o ex-presidente Lula, que se recuperava de quimioterapia, e se aconselhar. Segundo o *Estadão*, Lula a recomendou dialogar, ouvir queixas e afagar a base para então “evitar que o pote de mágoas transborde”. Como sempre que seu governo tem dificuldades com os parlamentares supostamente governistas, Dilma recorreu ao vice Michel Temer para fazer a ponte com os congressistas e prometeu liberar emendas parlamentares que atendam às bases eleitorais dos políticos²⁴⁹.

Em evento no Planalto, Dilma discursou. Diante da voracidade política que motivou a rebelião na base parlamentar, sua fala foi até certo ponto ingênua, apelando para um republicanismo pouco existente no Congresso: “Nós precisamos de uma coalizão forte para promover mudanças [...] fazer aquilo que nós somos eleitos para fazer, aquilo que o povo brasileiro espera de nós”. Também lembrou que, no sistema presidencialista, cabia a ela a responsabilidade sobre as decisões e cairia somente sobre ela o fardo das críticas sobre o governo de coalizão²⁵⁰.

Este chamamento de Dilma ao republicanismo dos parlamentares, não encontrou eco no campo político. O motivo é que, conforme tese de Marcos Nobre, os deputados operavam na lógica do “condomínio pemedebista”, cuja principal preocupação é vetar as iniciativas prejudiciais à manutenção e reprodução de suas posições no campo e na sociedade: “a cultura política pemedebista se constitui em um complexo sistema de travas às mudanças, [ele] obstrui e bloqueia o pleno desenvolvimento” da sociedade e a democratização plena da política. Conviver e dirigir o pemedebismo, como bem fez o ex-presidente Lula, dependia da capacidade de Dilma não “enfrentar diretamente os vetos [do pemedebismo]”, mas sim, contorná-los (NOBRE, 2013, p. 15-24).

²⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 03/03/2012, p. A4; 07/03/2012, p. A7; 09/03/2012, p. A4; 08/03/2012, p. A4 e 11/03/2012, p. A10.

²⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2012, p. A4 e 09/03/2012, p. A4.

²⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03/02/2012, p. A4.

Acuada e derrotada em votações recentes²⁵¹, Dilma decidiu por um movimento político ousado: trocou os líderes do governo na Câmara e no Senado. Na manchete do *Estadão*: “troca de líderes no Congresso incendeia PMDB e deixa alas da base descontentes”²⁵². Na Câmara, Dilma trocou Cândido Vaccarezza (PT) por Alindo Chinaglia (PT). O PMDB interpretou a manobra como uma pretensão de Chinaglia em disputar a presidência da Casa no ano seguinte, cargo que o PMDB julgava seu por direito e que lhe foi prometido pelo governo. No Senado, Dilma tirou o “eterno líder”²⁵³ Romero Jucá (PMDB) e nomeou Eduardo Braga (PMDB). Tanto Vaccarezza quanto Jucá estavam na função desde o segundo governo de Lula. Na reportagem do jornal, Braga foi apontado como amigo pessoal do ex-presidente Lula e integrante de um grupo de senadores do PMDB que se opõe à liderança de Renan Calheiros no partido. A cúpula peemedebista não gostou da mudança que interpretou como “uma operação contra o partido”. No geral, os comentários no Congresso eram no sentido de ver as trocas como “estranhas e desastradas”²⁵⁴. Dora Kramer comentou que Dilma disputava “com profissionais de um ramo no qual ainda é aprendiz” e este seu movimento serviu para aumentar “o clube do ‘te pego na esquina’”, agora reforçados por Jucá, Renan e Sarney²⁵⁵.

Não tardou para que a base de Dilma se rebelasse. No PR, a escolha de Eduardo Braga (PMDB) para líder do governo no Senado foi a gota d’água. Braga era adversário estadual de Alfredo Nascimento, presidente nacional do PR e ex-ministro faxinado por Dilma no ano anterior. Além disso, o PR ainda estava insatisfeito com a não nomeação de um político da legenda para o ministério dos Transportes. Segundo reportou o *Estadão*, o senador Blairo Maggi, líder do partido na Casa, telefonou irritado para a ministra Ideli Salvatti, das relações institucionais: “Vocês resolvem a vida de todo mundo mas não resolvem a nossa [...] estamos há nove meses conversando [...] Chega. Ninguém aqui é moleque [...] Cansei. ‘PT Saudações’”. Como no ano anterior, três semanas depois, o PR dizia voltar à base governista, desta vez após formar bloco no senado com o PTB²⁵⁶.

Entre os políticos, a crise na base gerou debates e avaliações. O *OESP* publicou um “recado” do ex-presidente e então senador Fernando Collor (PTB), que se revelaria acertado:

²⁵¹ O Senado negou a recondução de Bernardo Figueiredo para diretor-geral da ANTT e na Câmara vários deputados do PDT, PSB e PT votaram contra a criação do Fundo de Previdência do Servidor Público (Funpresp).

²⁵² *O Estado de S. Paulo*, 14/03/2012, p. A4.

²⁵³ *O Estadão* fez questão de enfatizar o fato do senador Romero Jucá ter servido como líder no Senado aos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT).

²⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2012, p. A4 e 14/03/2012, p. A4.

²⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/2012, p. A6.

²⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2012, p. A4 e 04/04/2012, p. A5.

O diálogo precisa ser reaberto. É fundamental que o Planalto ouça esta Casa e ouça a Casa ao lado [Câmara]. Digo isso com a experiência de quem, exercendo a Presidência, desconheceu a importância fundamental do Senado e da Câmara para o processo democrático e de governabilidade. O resultado desse afastamento meu redundou no meu *impeachment*²⁵⁷.

O novo líder Eduardo Braga (PMDB) visitou o ex-presidente Lula no hospital. Seu objetivo era conseguir gestos e palavras de apoio. Uma grande foto foi estampada no jornal. Segundo Braga, Lula teria lhe dito que: “O momento é de transformação. O país vive uma nova realidade econômica e social, por isso é fundamental a renovação e a instituição de novos métodos e práticas políticas”²⁵⁸. Porém, o articulista João Domingos escreveu que, desde a saída de Antônio Palocci da Casa Civil, a ministra Ideli tinha desempenho insatisfatório e colecionava “vários desafetos por ter resolvido adotar uma linha dura nos contatos com os parlamentares”²⁵⁹.

Mesmo no PT havia críticas à “descoordenação política”, em especial à atuação da ministra Ideli Salvatti que seria mentora da queda de Vaccarezza, seu desafeto interno no partido. O *Estadão* insistiu que, em conversas reservadas, parlamentares petistas previam dias difíceis para Dilma no Congresso por conta da troca repentina dos líderes Jucá e Vaccarezza que dispunham de longa liderança e influência sobre dezenas de congressistas²⁶⁰.

O *OESP* elencou as próximas votações importantes nas quais o governo Dilma teria grandes dificuldades: a Lei Geral da Copa com prazo exíguo para aprovação e oposição da bancada evangélica (formada por 68 deputados e 2 senadores); o Orçamento da União que teria relatoria do PMDB; o novo Código Florestal ainda se arrastando no Congresso e com oposição da banda ruralista (formada por 85 deputados e 14 senadores); convocações de ministros para prestar esclarecimentos em comissões das duas Casas e a ANTT sem diretor-geral²⁶¹. O *Estadão* noticiou que Dilma pediu um “cessar fogo” com PMDB e acertou um “armistício” com o vice-presidente Michel Temer pela aprovação da Lei Geral da Copa, que foi conseguido semanas depois²⁶².

Em maio de 2012, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou uma ferramenta on-line capaz de medir o apoio ao governo nas votações de todos os deputados e senadores. Desde então, o Basômetro passou a ser referência constante em matérias e reportagens no jornal impresso. Em sua estreia, o jornal mostrou que a compilação dos dados referentes ao governo Dilma Rousseff

²⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2012, p. A4.

²⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 17/03/2012, p. A4.

²⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 18/03/2012, p. A4.

²⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2012, p. A4 e 16/03/2012, p. A6.

²⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2012, p. A4 e 18/03/2012, p. A4

²⁶² *O Estado de S. Paulo*, 20/03/2012, p. A7 e 30/03/2012, p. A8.

apontava para um encolhimento no apoio congressional aos interesses do Planalto nas votações nominais nas duas Casas.

No primeiro ano de governo, Dilma teve 306 deputados que votaram com o Planalto em ao menos 90% das vezes. Este “núcleo duro” da base governista se reduziu a 239 deputados nos primeiros cinco meses de 2012. Dos principais partidos da base, o PMDB foi quem liderou a dispersão: no primeiro ano, 67 parlamentares da sigla formavam o “núcleo duro”, mas, em 2012, apenas 4 seguiam votando 90% das vezes com o governo. Fenômeno também observável em parlamentares do PP, PR e PDT. Somados apenas os parlamentares dos 17 partidos da base dilmista, o governismo na Câmara caiu de 80% em 2011 para 74% nos primeiros meses de 2012²⁶³. No Senado, o governismo da base passou de 78% em 2011 para 84% no começo de 2012²⁶³. Esta crise na base de Dilma, em especial na Câmara dos Deputados, foi analisada pelo articulista Marcelo de Moraes. Para ele, havia uma conjunção de fatores a explicar a rebelião dos deputados e partidos: o descontentamento começou com a faxina de 2011; aumentou com o endurecimento na liberação de verbas das emendas parlamentares e se manteve por conta do impasse na nomeação para cargos da esfera federal²⁶⁴.

Ao longo destes meses, os articulistas do jornal publicaram seus comentários e interpretações. Na leitura conjunta deles, é possível encontrar a defesa de uma hipótese para a conjuntura política. Haveria um “defeito de fabricação” na coalização herdada por Dilma que gerou hipertrofia fisiológica e uma base ingovernável por natureza, uma vez que não existiriam compromissos programáticos, mas apenas um “bloco do ‘quero mais’”²⁶⁵. O PMDB, claro, era o mais insatisfeito da base porque, segundo Kramer, “cansou de ser periferia. Percebeu que estava melhor quando não submetido à obediência decorrente da ocupação da Vice e concluiu que fez um mau negócio”. O partido avaliava “o risco iminente à sobrevivência” e via o perigo de ser engolido pelo PT nas eleições seguintes²⁶⁶.

O “estilo ríspido” de Dilma, “sua maneira centralizadora, irritadiça, autossuficiente e impositiva”, em especial nos momentos de cobrar e demitir os aliados, também incomodava o Legislativo. Ainda segundo Kramer, esses movimentos serviam para desgastar e desnudar o Legislativo junto à sociedade civil, reforçando a popularidade e o poder da presidenta. Se Lula e FHC souberam afagar os congressistas, Dilma estaria usando o “remédio errado por não entender a origem da doença” de sua base que para Kramer era a própria “natureza da relação

²⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 13/05/2012, p. A10 e A11 e 20/05/2012, p. A11.

²⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 13/05/2012, p. A10.

²⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11/01/2012, p. A6, 13/03/2012, p. A6 e 25/03/2012, p. A8,

²⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 29/02/2012, p. A6 e 02/03/2012, p. A6.

entre a Presidência e a política e os políticos”. A articulista usa o exemplo do fim do governo Fernando Collor para fazer um alerta: “hoje, ela [Dilma] está bem nas pesquisas, forte. Amanhã pode não estar e aí verá como o real valor de afirmação de poder não é a força. É o jeito”²⁶⁷.

Ao comentar a constante crise de relacionamento do governo com sua base parlamentar, os editoriais do *Estadão* endossam esta interpretação dos seus articulistas. Em suma, a posição oficial do jornal é que o presidencialismo de coalizão “que o lulopetismo consagrou, caminha inexoravelmente para a exaustão”, pois se sustentaria no “mais puro fisiologismo como principal elemento de aglutinação”. Se Lula soube comandar os “arreganhos de uma tigrada ávida” por cargos e verbas, “a sovínice da sucessora” e sua inaptidão para a negociação com o campo político ou tentativas de substituí-lo por valores mais republicanos é que dificultam a relação entre Dilma e o Congresso²⁶⁸.

3.1.2 Ação antipetista na eleição municipal de São Paulo

O ano de 2012 foi de eleições municipais em todo o país. Como de praxe em seu histórico antipetista, o jornal O Estado de S. Paulo se colocou de forma crítica às movimentações petistas lideradas pelo ex-presidente Lula na formação de alianças por todo o país. A cobertura e os posicionamentos do *Estadão* na disputa eleitoral pela prefeitura da capital de São Paulo são ilustrativas de seu histórico posicionamento político anti-PT e pró-PSDB nas eleições.

O candidato do PT à prefeitura foi uma imposição pessoal do ex-presidente Lula ao partido. Embora houvesse pré-candidatos dispostos a concorrer em uma prévia, Lula conseguiu convencer a cúpula partidária a proclamar Fernando Haddad, ministro da Educação desde 2005, como candidato, sepultando as prévias, para desagrado da ex-prefeita e então senadora Marta Suplicy, que tentava ser, pela quarta vez seguida, o nome do PT na eleição paulistana (eleita em 2000, foi derrotada por José Serra em 2004 e por Gilberto Kassab em 2008)²⁶⁹. Posteriormente, o *OESP* avaliou que “Haddad é a aposta de Lula para o PT pós-mensalão. Para o ex-presidente, o ‘bonitinho, são-paulino e uspiano’ areja imagem do partido e pode conquistar a classe média”²⁷⁰.

²⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 09/03/2012, p. A6.

²⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 09/03/2012; 17/03/2012; 21/03/2012 e 02/04/2012, p. A3.

²⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2011, p. A4.

²⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/2012, p. H8.

Em editorial, o jornal mostrou preocupação com a entrada de Haddad na eleição paulistana, considerado o “herdeiro de Lula”. Alarmou que a possível vitória de Haddad era passo fundamental no “projeto de poder, com inegável competência idealizado e até agora executado” por Lula, que visava a “imposição da hegemonia do Partido dos Trabalhadores” no estado e no país. Apesar do desconhecimento de grande parte da população sobre o candidato e sua inexperiência nas urnas, nos argumentos do periódico, o exemplo da vitória de Dilma em 2010 era mais que suficiente para saber que Haddad se colocaria na campanha como o “escolhido pelo Grande Chefe” que gozava à época de “forte e revigorado carisma” e, por isso, com grande chance de vitória. Então, o jornal direcionou seus alertas para o PSDB que ainda tinha “enorme dificuldade para articular uma candidatura competitiva”, para ao final do editorial dobrar o tom alarmista: a vitória do PT na prefeitura paulistana significaria ameaça à alternância de poder no âmbito federal, o que, na cosmovisão do periódico, seria um golpe na democracia brasileira. Por isso, conclama: “se existe oposição no País, está na hora de seus líderes pensarem seriamente nisso. E agir”²⁷¹.

Recuperado de um câncer na laringe, o ex-presidente Lula dirigiu as negociações com outros partidos para compor chapa com o PT nas principais capitais do país. Lula tentou convencer Temer a indicar Gabriel Chalita como vice de Haddad, mas sem sucesso. Outros partidos da base aliada no plano federal foram cortejados. O PTB era rebelde desde o escândalo do mensalão e o PR estava irritado com a recente demissão de seu ministro dos Transportes por Dilma. Lula conseguiu um importante acordo com o PSB nacional, dirigido por Eduardo Campos: retirou candidatos petistas em algumas capitais onde aderiu aos socialistas em troca do apoio a Fernando Haddad em São Paulo²⁷².

A ex-prefeita petista e então deputada federal Luiz Erundina (PSB) foi anunciada como candidata a vice de Haddad. Os dois estiveram juntos no lançamento da chapa. A aposta era que a ex-prefeita aproximasse Haddad aos eleitores da periferia paulistana. Porém, no mesmo dia, o PT anunciou a adesão do PP de Paulo Maluf à chapa, o que daria a Haddad o maior tempo de propaganda eleitoral. Erundina se mostrou decepcionada, disse estar “desconfortável” com a presença do histórico adversário político no mesmo palanque²⁷³. Em 19 de junho, uma foto estampada na capa do *Estadão* gerou grande crise na chapa Haddad-Erundina. Para sacramentar a adesão do PP, o deputado Paulo Maluf recebeu a cúpula petista em sua mansão e fez questão

²⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 29/01/2012, p. A3

²⁷² *O Estado de S. Paulo*, 16/06/2012, p. A4.

²⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 16/06/2012, p. A4, 17/06/2012, p. A11 e 18/06/2012, p. A6.

de levá-los até o jardim, onde, com Lula e Haddad, foi fotografado aos sorrisos e apertos de mão²⁷⁴. A consequência imediata foi a desistência de Luiza Erundina de concorrer como vice. O PSB ainda tentou demovê-la, mas a vaga acabou com Nádia Campeão, presidente municipal do PCdoB.

Além de Lula, outro histórico desafeto político do *Estadão* é Paulo Maluf. O acordo político entre ambos a favor de Haddad mereceu dois editoriais críticos e irônicos. Chamou de “vingança maligna de Maluf” a “obscena confraternização” de abraços e fotos em seu jardim diante de um Lula risonho e Haddad “cara de tacho”. O jornal enfatizou o histórico corrupto de Maluf e as qualificações que Lula o dirigiu no passado: “ave de rapina” e “símbolo da pouca-vergonha nacional”. Também lamentou que tudo se deu com o único objetivo de acrescentar tempo de televisão ao candidato, assim como fez o PSDB ao se aliar com o mensaleiro Valdemar Costa Neto do PR, mas, neste caso, as críticas do jornal foram bem menos contundentes²⁷⁵.

Como indicado no capítulo anterior, o PSDB passava por séria disputa interna pelo comando da sigla e consequente escolha do candidato à presidência em 2014. José Serra parecia não ter digerido bem a derrota presidencial de 2010 para a estreante Dilma Rousseff. Ele se movia nos bastidores do PSDB para ser novamente o candidato do partido em 2014 ou mesmo flertava com outras siglas para viabilizar-se. Internamente, tais movimentos de Serra desagradaram a cúpula do PSDB. Tanto Aécio quanto Alckmin insistiram para que Serra fosse o candidato do partido à prefeitura. Enquanto os principais adversários pela prefeitura paulistana já faziam pré-campanha no começo de 2012, o PSDB ainda não tinha seu nome definido. No final de janeiro, Serra comunicou ao PSDB que não disputaria a prefeitura. Com isso, deixou claro que continuaria perseguindo o sonho de concorrer à presidência em 2014²⁷⁶.

O PSDB paulistano marcou prévias para 04 de março para escolher seu candidato. Insatisfeito, o governador fez reuniões diárias para convencer Serra. No final de fevereiro, a menos de uma semana para a prévia tucana, José Serra admitiu a realidade: seu nome estava descartado para a presidencial de 2014 e então aceitou disputar as prévias do partido²⁷⁷. Esta mudança rachou ainda mais o partido e as prévias foram adiadas para 25 de março, para irritação dos pré-candidatos. Em editorial, o *Estadão* comemorou a entrada de Serra, colunista quinzenal do periódico no *Espaço Aberto*, por ver nele “o único capaz de disputar o pleito municipal

²⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 19/06/2012, p. A1 e A4, 20/06/2012, p. A1 e A4, 21/06/2012, p. A6 e 29/06/2012, p. A12.

²⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19/06/2012, p. A3 e 20/06/2012, p. A3.

²⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2012, p. A4.

²⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 25/02/2012, p. A4 e 26/02/2012, p. A8.

contra Lula” e assim federalizar a eleição local ao reanimar a oposição “ao lulopetismo no comando dos destinos nacionais”. Para o jornal, o candidato do PSDB deveria explorar na campanha os “nove anos de uma experiência extremamente vulnerável” e sem “capacidade gerencial” que seriam, na cosmovisão do periódico, as marcas dos governos do PT no plano federal²⁷⁸.

A expectativa de vitória fácil de Serra nas prévias não se confirmou: obteve 52,1% dos votos, Aníbal ficou com 31,2% e Tripoli foi votado por 16,7%. O racha no partido era visível, mas os dirigentes a negaram em público e discursaram pela unidade e fortalecimento da candidatura²⁷⁹. Em editorial, o *Estadão* lamentou que o partido se saiu “duplamente mal” nas prévias: primeiro pelo processo tortuoso que começou com a disputa sobre quem tinha direito a voto e terminou com o adiamento da prévia para agradar os interesses de Serra; segundo pelo resultado em si que “foi a proverbial vitória de Pirro”²⁸⁰. A articulista Dora Kramer escreveu que a entrada de Serra era vista como a maior chance do PSDB impedir a vitória do PT na capital e reorganizar a oposição (DEM e PSD) em torno da sigla, mas a baixa votação dele nas prévias mostrou que internamente o partido esperava por renovação. Uma possível derrota na eleição municipal seria um “verdadeiro desastre” para o partido e a oposição nacional. Apenas um fato novo e inesperado poderia alterar a conjuntura política para a eleição presidencial²⁸¹.

Sem dúvida, o grande tema desta eleição foi a aproximação dos candidatos Celso Russomano (PRB e atual Republicanos), partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus do bispo Edir Macedo e de José Serra (PSDB) aos pastores de igrejas evangélicas em busca dos votos de seus rebanhos de fiéis. Os dois candidatos, mais Gabriel Chalita (PMDB) em menor escala, deflagraram o que o *Estadão* chamou de “busca por igrejas”²⁸². Praticamente todos os dias havia candidato em templos ou pastores dando declarações públicas com pedido de voto para seus preferidos. A desenvoltura das lideranças evangélicas e a constante liderança de Russomano nas pesquisas fez a Arquidiocese da Igreja Católica de São Paulo reagir e emitir nota contra o que chamou de “instrumentalizar a religião para angariar votos”²⁸³.

Em dois editoriais, o *Estadão* se posicionou sobre a mistura de religião com política. No primeiro, criticou as recentes ações da prefeitura e de Kassab para facilitar alvarás às igrejas, um “favorecimento com clara motivação eleitoral” e que “nada tem a ver com liberdade

²⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 29/02/2012, p. A3.

²⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 25/03/2012, p. A4 e 26/03/2012, p. A4 e A6.

²⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 27/03/2012, p. A3.

²⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2012, p. A8, 28/03/2012, p. A6 e 02/05/2012, p. A6.

²⁸² *O Estado de S. Paulo*, 04/05/2012, p. A9, 04/06/2012, p. A7 e 08/08/2012, p. A10.

²⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 14/09/2012, p. A6 e 15/09/2012, p. A4 e A6.

religiosa”. No segundo texto, foi mais incisivo. Reclamou da crescente “contaminação das campanhas eleitorais no País pela disputa religiosa”, o que “conspira contra o fundamento constitucional do Estado laico”. O alvo principal deste editorial foi o candidato Russomano e seu partido “comandado por uma igreja”. Interessante que, embora o candidato José Serra também tenha feito uso eleitoral da religião, em momento algum dos dois editoriais o jornal o citou ou criticou²⁸⁴.

Embora a campanha tenha transcorrido sob a inesperada liderança de um candidato ligado a uma ideia de terceira via, na prática, repetiu-se ao longo de toda a campanha a polarização PT x PSDB. Além da histórica rivalidade local recente entre os dois partidos, havia forte clima de “3º turno” da eleição presidencial de 2010. Ambos candidatos utilizaram de repetidos pacotes argumentativos bem definidos: José Serra (PSDB) se apoiou na aprovação do governador Alckmin, usou o prestígio do ex-presidente FHC, tentou defender o impopular prefeito Kassab, explorou o julgamento do mensalão que tomava as capas de todos os jornais desde agosto, apelou para o discurso antipetista e para o moralismo do “kit gay”; Fernando Haddad se apoiou na aprovação à presidenta Dilma, usou o prestígio do ex-presidente Lula, se colocou como oposição ao prefeito Kassab, e explorou a desaprovada renúncia de Serra à prefeitura da capital em 2006²⁸⁵.

No domingo da votação, o *Estadão* chegou aos leitores com a manchete: “São Paulo chega ao primeiro turno com empate triplo”. Segundo pesquisa Ibope, todos os três candidatos possuíam a mesma porcentagem nas intenções de voto. A leitura atenta dos gráficos, porém, indicava que Russomano estava em queda, enquanto Serra e Haddad cresciam. A disputa naquele dia seria voto a voto. Sabendo deste cenário, no sábado, o jornal publicou seu tradicional editorial pedindo voto aos seus leitores. No texto “a hora do voto consciente”, o jornal faz críticas aos candidatos do PRB e do PT e sequer citou Serra e o PSDB. Para o leitor com a interpretação de texto em dia, a mensagem foi bem compreendida: o “voto consciente” era em José Serra²⁸⁶.

Abertas as urnas, o resultado não surpreendeu: PSDB e PT fariam o segundo turno. José Serra obteve 30,75%; Fernando Haddad 28,98% e Celso Russomano 21,60%. Gabriel Chalita

²⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 02/09/2012, p. A3 e 19/09/2012, p. A3.

²⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 15/08/2012, p. A11, 17/08/2012, p. A9, 22/08/2012, p. A8, 23/08/2012, p. A12, 26/08/2012, p. A11, 31/08/2012, p. A10, 04/09/2012, p. A6, 05/09/2012, p. A5, 06/09/2012, p. A4, 08/09/2012, p. A5, 09/09/2012, p. A6, 11/09/2012, p. A9, 25/09/2012, p. A9, 29/09/2012, p. A8, 30/09/2012, p. A8, 01/10/2012, p. A4, 02/10/2012, p. A4.

²⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2012, p. A3 e 07/10/2012, p. A1.

creveu na reta final e recebeu 13,60% dos votos²⁸⁷. Os apoios de segundo turno logo foram definidos. O PT até tentou conseguir adesão do PRB, que acabara de ganhar um ministério no governo federal e o PSDB também procurou o partido que integra a base do governador Alckmin no estado para que ficassem neutros. Ainda ressentido do tratamento recebido por parte de ambos os adversários de campanha, o partido e Russomano declararam neutralidade e sugeriram que seus eleitores boicotassem o segundo turno. Chalita e o PMDB foram naturalmente engrossar a campanha de Haddad. Também com a mesma naturalidade, PTB, PPS e o PDT paulistano aderiram a Jose Serra²⁸⁸. Sem seu “candidato oficial”, os grupos evangélicos todos se bandearam em apoio a José Serra.

Fernando Haddad liderou com folga todas as pesquisas de segundo turno. José Serra passou as três semanas tentando encontrar o tema ideal para atacar Haddad, desconstruir sua imagem e reverter as intenções de voto. Apelou para o julgamento do mensalão que, naqueles dias, condenou o petista José Dirceu; insistiu no moralismo do “kit gay” que, segundo ele, foi criado por Haddad para “doutrinar em vez de educar” as crianças nas escolas; inventou que, se eleito, Haddad acabaria com a maioria dos programas sociais tocados pela prefeitura de São Paulo; tentou comparar a gestão de ambos quando foram ministros. Tudo sem sucesso. Haddad passou todo o segundo turno da defensiva. Na véspera da votação, em editorial, o *Estadão* conclamou seus leitores a “continuar resistindo a esse desatino” que seria, na perspectiva antipetista do periódico, “a desmedida ambição de poder” do PT e a capacidade do ex-presidente Lula na “invenção” de candidatos capazes de vencer o PSDB²⁸⁹.

Como se percebe, o *OESP* manteve sua histórica posição antipetista e a favor de candidatos do PSDB. Outros exemplos editoriais ilustram isso. Em três editoriais, a presença da presidenta Dilma nos palanques do correligionário Haddad foi criticada pelo periódico como sendo uma postura não republicana da chefe do poder Executivo²⁹⁰. Porém, o jornal não dedicou uma linha sequer para criticar o governador Geraldo Alckmin, chefe do poder Executivo estadual, por ser presença constante nos palanques do correligionário Serra. Na cosmovisão do periódico, para derrotar o PT, é natural o PSDB usar a máquina pública a favor do seu candidato.

O antipetismo editorial do jornal se revelou em análises políticas que mais se pareciam com torcidas pelo candidato preferido. Primeiro, previu que a entrada de Dilma nas campanhas

²⁸⁷ Os demais candidatos: Soninha Francine 2,65%; Carlos Gianazi 1,02%, Paulinho da Força 0,63%, Levy Fidelix 0,32%, Ana Luiza 0,21%, Miguel Manso 0,12%, José Eymael 0,09% e Anaf Caproni 0,02%. Brancos 5,43% e nulos 7,35%.

²⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 08/10/2012, p. H4, 09/10/2012, p. H1, 11/10/2012, p. A12 e 12/10/2012, p. A7.

²⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 27/10/2012, p. A3.

²⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03/03/2012, p. A3, 16/09/2012, p. A3 e 02/10/2012, p. A3.

petistas faria o partido levar “uma surra nas urnas”. Depois, vaticinou que Lula estaria “definhando” politicamente por conta do “esfarelamento petista nas eleições municipais”, que seriam resultado da “mão pesada de Lula” na definição dos candidatos e coligações do partido pelo país. Confrontado com a realidade das urnas, o *Estadão* apelou para a ironia, chamando Lula de “o levantador de ‘postes’” e afirmando que a vitória de Haddad em São Paulo fez prevalecer a “intuição de Lula” na definição do renovado perfil de candidatos para o partido²⁹¹.

A oposição apostou que a concomitância das eleições municipais com o julgamento da AP 470, traria prejuízo eleitoral ao PT e significaria o início da derrocada petista, a ser culminada com a retomada do governo federal pelo PSDB em 2014. A expectativa não se confirmou e a oposição precisaria de outra estratégia política e social para desgastar o PT. O PT elegeu 77 prefeitos a mais que em 2008, enquanto nos partidos opositores, o PSDB perdeu 89 prefeituras e o DEM perdeu 218 paços municipais. O PMDB caiu de 1.201 para 1.026, mas manteve-se, de longe, o maior partido do país. O novo PSD em sua primeira votação elegeu 497 prefeitos, se configurando como o 4º maior do país. Grande crescimento foi observado no PSB, que aumentou de 310 para 441 prefeituras e, a partir de então, passaria a se afastar do PT e do governo da presidenta Dilma e a lançar o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, como pré-candidato presidencial para 2014 (GUILHERME, 2020b)²⁹².

3.1.3 A CPI do Cachoeira mostrou a articulação política inadequada do governo

Como visto até aqui, desde a derrota eleitoral de 2010, a oposição à Dilma tinha grande dificuldade numérica e programática em se opor no Congresso. Quem mais atrapalhava o governo era a sua insatisfeita base parlamentar e a articulação política ruim que era promovida pelo próprio Planalto. Um importante acontecimento de 2012 foi emblemático e ilustrativo destes fatos. A chamada CPI do Cachoeira mostrou a oposição definhando e o governo em mais apuros políticos com sua base congressual.

No último dia de fevereiro, a Operação Monte Carlo da Polícia Federal prendeu 35 pessoas por esquemas de jogos ilegais em Goiás, Tocantins e Distrito Federal. Entre eles estavam policiais, servidores do Judiciário, delegados da própria PF e o conhecido contraventor

²⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 17/09/2012, p. A3, 30/09/2012, p. A3, 23/10/2012, p. A3 e 30/10/2012, p. A3.

²⁹² *O Estado de S. Paulo*, 29/10/2012, p. H12.

Carlos Augusto Ramos, o popular Carlinhos Cachoeira. Na investigação, a PF flagrou relações de Cachoeira com diversos políticos e por isso enviou as informações à PGR²⁹³.

Demorou alguns dias até que os vazamentos chegassem à imprensa. No final de março, o senador Demóstenes Torres, líder do DEM e então paladino congressional da “retórica ética”, como definiu o *Estadão*, teve publicadas suas promíscuas relações com Cachoeira. Escutas feitas pela PF revelaram que o senador recebeu grande parte do dinheiro arrecadado pelo esquema de Cachoeira, tanto diretamente como por caixa 2 de campanha eleitoral. Imediatamente, parlamentares do PT cobraram a PGR, que estava há semanas em posse dos documentos, pela demora na abertura de inquérito contra o senador. A cada dia, novas revelações complicavam ainda mais o senador do DEM²⁹⁴.

No senado, em tom de desforra, parlamentares petistas cobraram explicações de Demóstenes e insinuaram a abertura de uma CPI, enquanto senadores do PSDB e DEM pediam cautela. Após a PGR solicitar abertura de inquérito contra o senador e o STF determinar sua quebra de sigilo bancário, a queda de Demóstenes foi vertiginosa: renunciou à liderança do DEM; viu o partido abrir processo de expulsão contra ele; avaliou renunciar ao senado; pediu desfiliação do DEM e acabou cassado pelo plenário da Casa²⁹⁵.

Apesar de toda esta escalada de denúncias e reverses a um dos parlamentares mais elogiados pela imprensa oposicionista, o *Estadão* preferiu preservá-lo em seus editoriais e esperar o desfecho parcial da situação. Com a situação quase resolvida, foi fácil para o jornal falar do “desmascaramento do falso moralista Demóstenes” por “evidência irrefutável” de suas ligações com Cachoeira. Porém, ao elogiar o DEM por “cortar na raiz as ameaças a sua imagem pública”, o jornal alfinetou o PT que seguia defendendo seus correligionários envolvidos no processo do mensalão²⁹⁶.

O escândalo Cachoeira e seus desdobramentos, em especial a CPI logo criada, dominou a pauta política entre os meses de abril e julho, além de praticamente paralisar o Congresso. A cada dia, novas descobertas, vazamentos, políticos, empresários e até jornalistas eram incorporados à teia dos negócios ilícitos de Carlinhos Cachoeira. O segundo semestre também paralisaria o Congresso, mas por causa das eleições municipais e do julgamento do mensalão.

²⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 01/03/2012, p. A13.

²⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 24/03/2012, p. A6, 26/03/2012, p. A7 e 29/03/2012, p. A7.

²⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27/03/2012, p. A7, 28/03/2012, p. A8, 30/03/2012, p. A8, 31/03/2012, p. A6, 02/04/2012, p. A4, 03/04/2012, p. A4, 04/04/2012, p. A6 e 12/07/2012, p. A4.

²⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 04/04/2012, p. A3 e 06/04/2012, p. A3.

Além do senador Demóstenes Torres, o desenrolar dos primeiros dias do caso apontou a ligação de Cachoeira com os governadores Marconi Perillo (PSDB), de Goiás e Agnelo Queiroz (PT) do Distrito Federal. Mais quatro deputados federais por Goiás e um pelo Rio de Janeiro, também eram citados na investigação da PF. Mais adiante, o prefeito petista de Palmas teve suas relações reveladas²⁹⁷. Quando a construtora Delta e seu proprietário Fernando Cavendish apareceram na CPI, o governador Sérgio Cabral (PMDB) do Rio de Janeiro entrou na mira. Os governadores foram os primeiros atingidos. Perillo deu entrevista ao *Estadão*, na qual se defendeu argumentando que todos os políticos de seu estado tinham alguma ligação com Cachoeira por ele ser importante empresário do ramo de medicamentos na cidade de Anápolis. Agnelo negou qualquer ligação com o contraventor²⁹⁸.

O mês de abril foi de movimentações políticas pela abertura de uma CPI para investigar as relações do contraventor. Segundo as reportagens do *OESP*, foi o PT que deu início à movimentação. Seria a primeira CPI do governo Dilma Rousseff. O interessante é que, geralmente, as CPIs são instrumentos das minorias e criadas para desgastar os governos. Além disso, em geral, elas começam com um fato determinado a investigar, mas, no decurso dos depoimentos midiáticos, reviravoltas podem acontecer e atingir até mesmo os proponentes da investigação.

O PT decidiu arriscar a cartada da CPI do Cachoeira. Na interpretação do *Estadão*, o objetivo do partido era “criar um espetáculo de longa duração para não deixar que o julgamento do mensalão [...] monopolize as atenções da opinião pública” e também “vingar-se do governador tucano de Goiás, Marconi Perillo”²⁹⁹. Porém, reportagens do jornal apontavam que a questão política era mais complexa: “potencial de investigação vai além do calculado pelos partidos, assusta mundo político e ameaça as siglas”. O principal receio de todos era que a CPI escancarasse os negócios da Delta Construtora, que possuía contratos com todos os partidos políticos, em vários estados e principalmente no Executivo Federal, pois era a maior contratada para obras do PAC³⁰⁰.

O PMDB se mostrou bastante contrariado com a iniciativa dos petistas, e ambos logo entraram em mais uma “rota de colisão” e reclamações públicas diante da coleta de assinaturas no Congresso. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB), desabafou: “eu avisei... Esses

²⁹⁷ Os deputados federais Carlos Leréia (PSDB), Rubens Otoni (PT), Jovair Arantes (PTB) e Sandes Júnior (PP); o deputado federal Stepan Necessian (PPS); o prefeito Raul Filho (PT) que tinha, na vida política, passado por PDS, PFL, PSDB e PPS antes de ingressar no PT. 06/04/2012, p. A8.

²⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 09/04/2012, p. A4 e 15/04/2012, p. A4.

²⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 13/04/2012, p. A3.

³⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 12/04/2012, p. A4.

caras são irresponsáveis”. O senador Renan Calheiros admitiu que “agora não dá mais para segurar” a abertura da CPI. O *Estadão* deu aspas em *off* para “um dirigente do PT” também reclamar: “estamos numa enrascada que não tem fim”. Também na oposição, havia contrariedade. O senador Cássio Cunha Lima (PSDB) declarou: “o governo não acreditava que topássemos e nós não achávamos que ele levaria isso adiante”³⁰¹.

O *Estadão* então noticiou que Dilma procurou o ex-presidente Lula para “pedir que ele tenha cautela” nos incentivos que dava à criação da CPI. O jornal sempre noticiou que Lula era um dos principais entusiastas da possibilidade de a Comissão atingir setores da oposição e deslegitimar o mensalão. A reportagem afirma que Dilma não manifestou apreço ou falta de apreço pela CPI, mas estava “aborrecida com a forma como PT” agia e tinha receio de que os desdobramentos da CPI dificultassem ainda mais a sua relação com a base congressual. O jornal ainda abriu aspas para o senador Delcídio Amaral (PT): “o alcance dessa CPI é inimaginável [...] Eu já fiz vários alertas sobre isso. Estão brincando com fogo”³⁰².

Para o articulista João Rabello, o PT tinha “a ilusão de uma CPI a favor”. Segundo ele, a cúpula petista avaliou que a Comissão até poderia causar algum constrangimento ao petista Agnelo Queiroz, mas tinha mais potencial para causar estragos no PMDB, no PSDB, relativizar a gravidade do mensalão e até atingir membros do Judiciário como o ministro do STF Gilmar Mendes e o PRG Roberto Gurgel. A ministra Ideli Salvati, da Articulação Política, era uma das maiores entusiastas da CPI³⁰³. A Comissão foi criada e o senador petista Lindbergh Farias, apesar de favorável, reclamou da “ausência de articulação política”, pois a ministra “Ideli é muito frágil”. O receio era que a base já revoltosa aproveitasse a CPI para causar ainda mais problemas ao governo³⁰⁴.

Em editoriais, o jornal exigiu que a Investigação fosse iniciada e, depois, que o sigilo fiscal da construtora Delta fosse quebrado por conta de sua “evidente intimidade” com os políticos citados³⁰⁵. O jornal também se colocou na pressão pela cassação do mandato de Demóstenes Torres depois que a Comissão de Ética da Casa “demoliu os argumentos” do senador. Por fim, ainda aproveitou para criticar o sistema político como um todo, uma vez que o suplente Wilder Moraes também fora flagrado em íntimas conversas com Cachoeira³⁰⁶.

³⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 12/04/2012, p. A4.

³⁰² *O Estado de S. Paulo*, 14/04/2012, p. A4.

³⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 15/04/2012, p. A8.

³⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 20/04/2012, p. A4.

³⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13/04/2012, p. A3, 09/05/2012, p. A3 e 24/05/2012, p. A3.

³⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27/06/2012, p. A3 e 13/07/2012, p. A3.

Como este não é o espaço para detalhar a CPI do Cachoeira, mas sim apontar mais um difícil momento de articulação política do governo Dilma com a sua base, bem como a posição do *Estadão* sobre ela, importa dizer que a base governista tentou fazer a CPI focar nas relações da Delta com Cachoeira e o governo de Goiás. Não obteve sucesso. No final de abril, os jornais já estampavam a foto em que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), aparece com o empresário Fernando Cavendish e outros secretários estaduais, de guardanapos na cabeça, em festa feita em hotel de luxo em Paris, na França³⁰⁷.

Foi no âmbito da CPI que o governador Cabral passou a ter seu futuro político ameaçado e foram levantadas suspeitas de que ele renunciaria em favor de seu vice-governador Luiz Fernando Pezão (PMDB). A oposição viu em sua amizade com Cavendish e nos R\$ 1,5 bilhões em contratos da Delta com o governo carioca, além do fato de ser a maior contratada em obras do PAC, um flanco aberto para desgastar ambos governos e, por efeito, deteriorar a sempre complexa relação entre PT e PMDB. Foi neste contexto que o deputado Cândido Vaccarezza (PT) foi flagrado por câmeras indiscretas na CPI enviando uma mensagem de celular tranquilizadora ao governador Cabral: “A relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe você é nosso e nós somos teu (*sic*)”³⁰⁸. A Construtora Delta, por sua vez, teve contratos suspensos, viu seu sigilo fiscal ser quebrado e foi declarada inidônea.

Instalada em abril e paralisada no recesso parlamentar, a CPI pouco avançou. Seu presidente foi o senador Vital do Rêgo Filho (PMDB), o relator foi o deputado Odair Cunha (PT). Os principais nomes a serem ouvidos pela Comissão preferiram o silêncio. Apenas o ex-Dnit demitido por Dilma, Luiz Pagot é que causou certo alvoroço ao afirmar, sem apresentar provas, que no Dnit havia arrecadado propina para a campanha eleitoral da petista em 2010. Em acordo entre governistas e oposição, a CPI foi novamente paralisada entre setembro e outubro, oficialmente para não “sofrer com a contaminação eleitoral”. Retornada em novembro, não foi prorrogada e logo teve início a batalha pelo seu relatório final. Fato é que os partidos da base perceberam a enrascada em que se meteram, atuaram para esvaziar os trabalhos sem muita oposição. Ao fim, a CPI em nada contribuiu com as investigações da PF³⁰⁹.

Em seus editoriais, o *Estadão* manteve o tom de pressão midiática e denúncia à sociedade civil sobre o que considerou um “jogo político entre o PSDB e o PT, fadado a terminar empatado sem gols, com o PMDB no meio deles, concentrado em proteger o

³⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 20/04/2012, p. A4, 28/04/2012, p. A8 e 30/04/2012, p. A4.

³⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 02/05/2012, p. A6, 21/05/2012, p. A9 e 20/07/2012, p. A6.

³⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 08/08/2012, p. A7, 29/08/2012, p. A5, 05/09/2012, p. A7, 29/09/2012, p. A14 e 01/11/2012, p. A7.

governador fluminense Sérgio Cabral, amigo do peito de Fernando Cavendish”. O jornal enfatizou que a CPI dispunha de “farta travessa de informações”, mas que foi esvaziada por todos os partidos para evitar que “verdades inconvenientes” fossem reveladas³¹⁰. O jornal sempre destacou que, desde o início, a CPI era um “vexame anunciado”³¹¹. Porém, no final do ano, quando o desenrolar da CPI apontava para mais uma pizza política, o *Estadão* mudou um pouco a sua retórica. O PSDB e a oposição foram poupados de suas participações no preparo da massa e a culpa recaiu apenas no PT, no ex-presidente Lula, no PMDB e no governo Dilma³¹².

3.2 PRESSÃO MIDIÁTICA AO STF PARA CONDENAR OS PETISTAS E CHEGAR ATÉ LULA

O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Penal 470 (AP 470), midiaticamente chamada de “mensalão”, foi um dos momentos mais marcantes da história recente do Brasil. Ao longo de quatro meses, as 53 sessões de julgamento do plenário do STF foram transmitidas ao vivo pela televisão. À noite nos telejornais, no dia seguinte nos diários impressos, nos finais de semana nas revistas semanais e instantaneamente nas redes sociais e blogs, cada lance do julgamento foi novelizado, analisado, comemorado ou criticado. O ministro relator Joaquim Barbosa se tornou o “Batman” brasileiro³¹³ e logo foi o primeiro juiz alçado ao posto de herói nacional. A partir dele, o PT recebeu, de setores da sociedade, a pecha de “organização criminosa”, o que acelerou seu declínio político e eleitoral. O ex-presidente Lula da Silva se tornou, ainda mais, o alvo principal da imprensa e do judiciário. O governo da presidenta Dilma Rousseff, por óbvio, também passou a sofrer mais pressão midiática e oposicionista.

O processo remete a um caso de 2005, ainda no governo de Lula da Silva. Acuado após ter um correligionário flagrado em improbidade, o deputado federal e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, acusou o então ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT) de comandar um esquema de corrupção que comprava apoio de deputados de partidos como PTB, PP e PL (depois PR e atual PL) para votações de interesse do governo na Câmara dos Deputados.

³¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2012, p. A3.

³¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/2012, p. A3, 26/04/2012, p. A3, 24/05/2012, p. A3 e 01/06/2012, p. A3.

³¹² *O Estado de S. Paulo*, 09/09/2012, p. A3, 04/11/2012, p. A3, 22/11/2012, p. A3, 30/11/2012, p. A3 e 21/12/2012, p. A3.

³¹³ Referência ao personagem de quadrinhos/desenhos/cinema que usa uma capa preta e sai pela corrupta cidade combatendo e justificando os criminosos.

Haveria, segundo o acusador, uma espécie de “mensalão” pago com dinheiro público desviado. O PT negou e alegou que os repasses aos partidos aliados eram “caixa 2” de campanha eleitoral. À época, o escândalo tomou grandes proporções, criou-se uma midiática CPI para investigá-lo e especulou-se o *impeachment* do presidente Lula. De concreto, no plano político, José Dirceu foi trocado por Dilma Rousseff na Casa Civil e depois cassado pela Câmara, o PMDB conquistou mais cargos e Lula foi reeleito presidente. No plano jurídico, uma investigação foi aberta na PGR e a denúncia foi recebida pelo STF em 2007.

Em resumo, a denúncia não citava a compra mensal de apoio parlamentar para votações no Congresso, mas sim a “compra de apoio político” das cúpulas partidárias por meio de um esquema montado pelo publicitário Marcos Valério com auxílio do Banco Rural: empresas privadas e estatais contratavam as agências de Valério, que simulava contratos de propaganda. O dinheiro era então destinado à cúpula petista que, por sua vez, o repassava aos partidos aliados em troca de apoio congressual e eleitoral.

No núcleo político de acusados e posteriormente condenados, constavam nome da alta cúpula de partidos de centro-direita, como por exemplo³¹⁴: Pedro Corrêa (presidente do PP); Pedro Henry (líder do PP na Câmara); José Genu (tesoureiro do PP); Valdemar Costa Netto (presidente nacional do PL e líder do partido na Câmara); Bispo Carlos Rodrigues (deputado federal pelo PL); Roberto Jefferson (presidente nacional do PTB) e José Borba (líder do PMDB na Câmara). Do PT, a condenação chegaria para: José Genoíno (presidente nacional); Delúbio Soares (tesoureiro do partido); Silvío Pereira (secretário-geral do partido); João Paulo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados) e José Dirceu (ministro da Casa Civil), apontado como o chefe e mentor de todo o esquema. Além de outros políticos absolvidos no julgamento.

Faz-se necessário ainda apontar a composição do Supremo Tribunal Federal em 2012, quando do julgamento da AP 470. Dos 11 ministros da Corte, 8 foram indicados nos governos petistas. O ótimo trabalho dos jornalistas Felipe Recondo e Luiz Weber (2019) detalha o caminho de cada um deles até o STF. Tanto o relator Joaquim Barbosa, primeiro negro a compor a Suprema Corte, quando o revisor Ricardo Lewandowski foram indicados pelo ex-presidente Lula em 2003 e 2004, respectivamente. Alguns dos indicados, inclusive, possuíam histórico de filiações e/ou serviços advocatícios prestados ao PT. Os mentores das indicações petistas foram os juristas Sigmaringa Seixas e Márcio Thomaz Bastos que, posteriormente, admitiram decepções e erros nas indicações, pois como aponta os jornalistas:

³¹⁴ As qualificações são referentes a posição dos acusados quando da eclosão do escândalo, em 2005.

Uma indicação mal calculada pode levar o país para o lado oposto ao desejado. Escolher quem pode interpretar a Constituição de um ou outro modo é um privilégio e uma responsabilidade sobre os quais alguns presidentes não se detiveram muito. Não havia um projeto de tribunal constitucional na cabeça dos presidentes (2019, p. 134).

Ainda segundo os jornalistas especializados nos bastidores da Suprema Corte, o próprio ex-presidente Lula e a cúpula do PT admitiram, tempos depois, que negligenciaram a escolha de nomes para compor o STF. Isso se deu, provavelmente, pela percepção até aquele momento de que o Supremo não era um ator fundamental no jogo político. Foi o midiático julgamento da AP 470, suas consequências políticas e seus efeitos na popularidade dos ministros que mudaram radicalmente a posição do Poder Judiciário no embate com os demais Poderes. A partir de então, o STF atuou, por ação ou omissão, muito mais como mediador e ator dos conflitos no campo político do que como um mero intérprete jurídico da Constituição.

Como não podia deixar de ser, diante da importância do caso, toda a imprensa deu grande destaque a todos os dias do longo julgamento. Como diria depois o ministro Ricardo Lewandowski, “a imprensa acuou o Supremo” e “todo mundo votou com a faca no pescoço” (LEITE, 2013, p. 13). Como aponta o jornalista Janio de Freitas, em prefácio ao livro do também jornalista Paulo Moreira Leite, toda a grande imprensa agiu “com desprezo excessivo pela isenção” (LEITE, 2013, p. 7).

Antes mesmo do início do julgamento, a grande imprensa já tinha firmado convicção de culpabilidade dos acusados. Por isso, a cobertura foi no sentido de pressionar os ministros do STF pela condenação, em especial, do núcleo petista. Apesar das grandes controvérsias jurídicas do complexo caso, todas as decisões dos ministros no sentido da condenação foram aplaudidas e elogiadas, enquanto o mínimo levantar de dúvidas sobre a forma e a existência de provas contundentes foi criticado. Como escreveu Jânio de Freitas, salvo raras exceções, os comentaristas da grande imprensa “enveredaram por práticas que passaram do texto próprio de comentário jornalístico para o texto típico da finalidade política”, alguns até de “indisfarçável facciosismo” (LEITE, 2013, p. 7-8).

Editorialmente, o jornal *O Estado de S. Paulo* não teria posição diferente da adotada pelos demais grandes meios de comunicação. O periódico se portou como: fiscal do STF, pressionando pela condenação de todos os acusados, uma vez que este era, segundo o jornal, o desejo da “opinião pública”, tão cansada da corrupção na política; balizador dos ministros, que muitas vezes se exaltaram nas discussões em plenário; defensor dos votos dos ministros que condenaram os acusados, frete às críticas proferidas por seus advogados de defesa. Além disso,

o jornal não escondeu o regozijo com as condenações dos petistas e o desejo de que o ex-presidente Lula da Silva, se não fosse atingido pelas condenações da AP 470, fosse o próximo alvo do Judiciário.

Os autos da AP 470 somavam cerca de 11 mil páginas. Desde 2007, o relator Joaquim Barbosa se debruçava sobre o processo, mas suas constantes dores crônicas na coluna o forçavam a longos períodos ausente do Tribunal para tratamento médico, o que, somado à grande quantidade de outros processos, adiava ano após ano a conclusão de seu relatório final e voto. Havia a evidente preocupação da prescrição dos crimes, por isso a pressão da imprensa para que o julgamento acontecesse antes de 2013. Incomodado, o ministro presidente da Corte, Cezar Peluso, cobrou publicamente o relator, o que desencadeou um bate-boca público entre eles. Cinco dias depois, Barbosa apresentou seu relatório. A pressão então recaiu sobre o revisor Ricardo Lewandowski. Em dois editoriais no final de 2011, o *Estadão* cobrou a celeridade da Suprema Corte e o julgamento do caso para o começo do ano seguinte³¹⁵.

Embora estivesse também pressionando o STF, o jornal acusou apenas o PT, Lula, José Dirceu e a CUT de estarem coagindo a Corte³¹⁶. Em abril, um editorial chamou de “operação abafa lulopetista” a estratégia de desqualificar a acusação como um “caixa 2” comum no meio político, apontar vícios processuais e alegar a inexistência de prova efetiva. Por isso, o jornal exigia do novo presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, que o “maior escândalo de corrupção da história da República” fosse logo julgado, sob pena de prescrição, voltando ao tema no mês seguinte³¹⁷.

Às vésperas do início do julgamento, um editorial deixou evidente a posição do *Estadão* e como ele esperava que o STF julgasse o AP 470:

Este jornal compartilha da convicção da Procuradoria Geral da República [...]: no primeiro governo Lula, sob o comando do seu chefe da Casa Civil e ex-presidente do PT, José Dirceu, a cúpula do partido montou um esquema de uso de recursos públicos para a compra sistemática de apoio de deputados federais ao Planalto [...]. Nada, rigorosamente nada do que se passou desde a eclosão do escândalo [...] se contrapôs à certeza de que a enormidade existiu, para os fins que foram apontados [...]. Se algo substantivo ocorreu ao longo desse período, foi para consolidar o entendimento de que a denúncia [...] tem plena fundamentação³¹⁸.

³¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 16/12/2012, p. A3 e 22/12/2011, p. A3.

³¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 29/05/2012, p. A3, 13/06/2012, p. A3, 11/07/2012, p. A3.

³¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2012, p. A3 e 12/05/2012, p. A3.

³¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 31/07/2012, p. A3.

Logo no primeiro dia do julgamento, a defesa dos acusados pediu que o processo fosse desmembrado, isto é, que as acusações dos réus sem foro privilegiado fossem remetidas à primeira instância e o STF julgasse apenas os réus com foro, ou seja, aqueles com cargos eletivos no momento do julgamento. Meses antes, no caso do “mensalão do PSDB”³¹⁹, o mesmo STF havia decidido pelo desmembramento nestes mesmos termos. Mas desta vez, por 9 x 2, o STF decidiu de forma diferente, o que causou grande polêmica pelo tratamento diferenciado para processos análogos.

O *Estadão* defendeu a posição do STF por estar “de acordo com o roteiro” da opinião pública que “já tomou partido nesse assunto”. O jornal não se escusou de admitir que esperava que “seria bom que fosse levado em consideração pela maioria dos ministros do Supremo”. Ou seja, o jornal defendeu abertamente que o julgamento não precisava ser jurídico, com base nas provas dos autos, mas sim, que ele poderia ser político, como queria a “opinião pública” para o que considerava “o advento de uma onda de moralização das práticas políticas”³²⁰.

Como em todo julgamento, também na AP 470 o debate sobre a existência, confiabilidade e força das provas foi ponto central. A defesa alegou que as provas dos autos não eram robustas o suficiente e que, no máximo, os réus teriam cometido o crime de “caixa 2” de campanha eleitoral. Por exemplo, a defesa de José Dirceu argumentou que não havia uma única testemunha nos autos afirmando que ele articulou compra de votos, nem mesmo o delator Roberto Jefferson. A acusação, por sua vez, lançou mão da controversa teoria do “domínio do fato” para justificar a condenação por um fato que não está cabalmente demonstrado em documentos e provas. Chamou atenção ainda, nos primeiros dias de julgamento, o fato de o relator Joaquim Barbosa inquirir os advogados de defesa em meio a suas sustentações orais e posteriormente fatiar o processo para julgá-lo em partes. O jornalista Paulo Moreira Leite, que cobriu o julgamento, argumenta que esta estratégia de Barbosa servia para evitar “o debate principal, que envolve o conceito de mensalão” (2013, p. 102), abafando a discussão sobre a existência ou não de compra de parlamentares e partidos, o que favoreceria a acusação e prejudicava a defesa.

Editorialmente, o *Estadão* se portou ao lado da acusação e do relator: desqualificou as alegações da defesa; elogiou a atitude de Barbosa em inquirir os advogados; engrandeceu “a qualidade do voto” do relator ao fatiar o julgamento; e corroborou a “convergência no

³¹⁹ Esquema análogo ao do “mensalão petista” ocorrido em 1998 no governo de Eduardo Azeredo (PSDB) em Minas Gerais e com envolvimento do mesmo empresário Marcos Valério e suas agências de publicidade.

³²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 08/08/2012, p. A3.

Supremo” no sentido de considerar “uma certa elasticidade na prova acusatória”, ou seja, a teoria do “domínio do fato” para considerar José Dirceu o “chefe da quadrilha”. Assim, o jornal comemorou a consolidação do que considerou a única “interpretação possível para a história toda”, que seria o “mais atrevido e escandaloso esquema de corrupção” da história do Brasil³²¹.

Como mostram os jornalistas Felipe Recondo e Luiz Weber (2019), o ministro Joaquim Barbosa era conhecido nos bastidores do STF pela sua excessiva vaidade. Os holofotes do julgamento exacerbaram esta sua característica. Confrontado com os argumentos do revisor Ricardo Lewandowski, não foram poucas as vezes que Barbosa se mostrou impaciente, irritado e descortês, propiciando bate-bocas públicos no plenário. Barbosa sabia que tinha a imprensa ao seu lado. Paulo Moreira Leite aponta que sua postura fez observadores sustentarem “que ele atuou como um segundo procurador, e não como um juiz” (2013, p. 20). Preocupado com possíveis repercussões negativas que maculassem a credibilidade da condenação dos réus petistas, em dois editoriais, o *Estadão* pediu mais “serenidade” aos ministros, em especial a Barbosa, cuja atuação destoava “do que se espera de um membro da mais alta Corte”, brindando o público com “um espetáculo de nervos à flor da pele, intolerância e desqualificação dos colegas”³²².

Conforme o STF seguia “firme e forte” na condenação dos políticos petistas, o *OESP* exultava em seus editoriais. Resultados “acachapantes” e “lógica férrea” do relator eram contrapostos ao “desempenho constrangedor” do revisor Lewandowski, “pela fragilidade de suas posições”, agindo no “papel de defensor do principal réu”, o ex-ministro José Dirceu. Na cosmovisão do *Estadão*, haveria “provas para todos os gostos” contra o petista. O jornal destacou o robusto argumento da ministra Rosa Weber, assessorada pelo juiz Sérgio Moro, para condenar Dirceu: “não é possível acreditar” que Dirceu não sabia e não comandava tudo³²³.

A politização do julgamento esteve em debate a todo momento. O jornalista Paulo Moreira Leite mostrou que, em vários momentos, os ministros fizeram comentários irônicos, jocosos e mesmo acusadores à forma petista de governar e se articular no Congresso. Até mesmo a presidenta Dilma foi citada. As estocadas dos ministros eram repercutidas por toda a imprensa. Para o jornalista, “a criminalização da política tornou-se parte da estratégia para condenar o maior número possível de acusados” (2013, p. 157) e a citação à presidenta Dilma apontava politicamente para a eleição de 2014. Torcendo pela repercussão político-eleitoral do

³²¹ *O Estado de S. Paulo*, 08/08/2012, p. A3, 11/08/2012, p. A3, 22/08/2012, p. A3 e 29/08/2012, p. A3.

³²² *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2012, p. A3 e 09/11/2012, p. A3.

³²³ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2012, p. A3, 18/09/2012, p. A3, 07/10/2012, p. A3, 17/10/2012, p. A3.

juízo, o *Estadão* celebrou as falas dos ministros, apertando o cerco ao PT. Quando os petistas reclamaram da politização do julgamento, o jornal acusou o PT de estar atentando contra o Estado de Direito e defendeu os ministros que estariam tendo postura “estritamente jurídica” no julgamento³²⁴.

Terminado o julgamento com a condenação do núcleo petista e demais políticos, o *Estadão* foi só elogios. Na perspectiva do jornal, a punição do “esquema ambiciosos de corrupção política” que foi a “compra de votos de políticos”, e a condenação por formação de quadrilha “rejubila” a sociedade por abrir “a perspectiva de se transformar de forma substancial o combate à corrupção no País”, pois quebrou o “paradigma da impunidade dos poderosos” e se tornou o ponto de ápice na história da Suprema Corte. O resultado foi “um ato jurídico perfeito” e escorado em “impressionante mobilização da opinião pública”³²⁵.

Condenado, o publicitário Marcos Valério insinuou e procurou a PGR para acusar o ex-presidente Lula de saber e comandar todo o esquema. Foram dias de tensão e manchetes nos jornais. Com o tempo, percebeu-se que Valério não dispunha de provas e tudo acabou arquivado. Mas, para o *Estadão*, foi o regozijo esperado. Em seus editoriais, o jornal sempre qualificou Lula de “capitão do time” ou “grande chefe”, para insinuar culpa e estimular investigações criminais contra ele. Mesmo diante das frágeis acusações de Valério, o jornal insistiu que “o mensalão deve ser apurado até o fim” e que “essa história está apenas começando”, em óbvia alusão a suas esperanças para que chegassem a uma condenação que excluísse Lula do jogo político e fragilizasse ainda mais a imagem do PT para a próxima eleição presidencial³²⁶.

Na bibliografia, há menos bajulação ao STF no julgamento da AP 470. Além do que já foi pontuado acima, o jornalista Paulo Moreira Leite (2013) lembra que: a teoria do “domínio do fato” não foi aceita de forma hegemônica pela jurisprudência; os magistrados adotaram parâmetros do processo civil e desprezaram o princípio de, na dúvida, absolver o réu; não se encontrou enriquecimento ilícito dos condenados; nenhuma prova testemunhal ou documental apontou a participação de José Dirceu; embora tenha-se popularizado a versão de que o julgamento acabou com a impunidade dos poderosos, na verdade, empresas e grupos econômicos que, supostamente, teriam contribuído para o esquema foram deixados de lado; a tese de que Valério fraudava contratos de publicidade não se sustentou nos autos do processo,

³²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2012, p. A3, 01/09/2012, p. A3, 04/11/2012, p. A3, 06/09/2012, p. A3 e 11/11/2012, p. A3

³²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2012, p. A3, 24/10/2012, p. A3, 14/11/2012, p. A3, 19/12/2012, p. A3 e 20/12/2012, p. A3.

³²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2012, p. A3, 13/12/2012, p. A3, 20/12/2012, p. A3 e 09/04/2012, p. A3.

uma vez que as publicidades foram efetivadas, inclusive por grandes redes de comunicação; nenhuma auditoria apontou desvios na Visanet, ligada ao Banco Branco, mas apontou que os recursos foram gastos nas publicidades.

Para Leite, o argumento político central da condenação na AP 470 de que o governo “comprava votos” de partidos aliados ignoravam “a realidade política brasileira e universal” (2013, p. 26). A Reforma da Previdência, votada em 2003, fazia parte da agenda dos partidos de centro e direita aliados do governo e também da oposição, logo, não fazia sentido “comprar” votos para aprová-la. Entre as promessas de campanha e a realidade de governo, os governantes precisam se aproximar e se aliar a partidos do centro político. Assim, segundo Leite, as condenações deixaram implícitas a ideia de que o PT só conseguiu se eleger e governar através da “compra” de consciências e não por acordos políticos.

Além destas possíveis imperfeições jurídicas das sentenças, Leite ainda anotou, naquele momento, duas consequências potencialmente perigosas, para o seguimento do jogo político e institucional brasileiro: 01) houve uma criminalização da política. O que o PT fez com os partidos PTB, PR e PL, ao financiar parte de suas campanhas eleitorais em troca de apoio nacional, por meio de caixa 2, é prática comum na história política brasileira. Como escreveu Leite, os partidos de oposição aproveitaram para, seletivamente, conduzir o debate para o terreno ético: “os riscos de criminalizar os políticos e seus partidos são conhecidos no mundo inteiro e alimentam diversos movimentos autoritários e golpes de Estado das sociedades contemporâneas”. Em nome de um suposto combate à corrupção, “empregam-se valores morais como atalho para romper a ordem democrática” (2013, p. 23). 02) o Judiciário se impôs como um Poder acima dos demais. Não poucas vezes ao longo do julgamento, ouviu-se a frase “a Constituição é aquilo que o Supremo diz que ela é”. O ministro Celso de Mello, em embate com o Legislativo sobre a cassação automática ou não dos mandatos dos deputados condenados, insinuou que haveria uma hierarquia entre os poderes: “a insubordinação legislativa ou executiva a uma decisão judicial, não importa se do STF ou de um magistrado de 1º grau, revela-se comportamento intolerável, inaceitável e incompreensível”, declarou o magistrado (2013, p. 26-37). O STF se tornou, definitivamente, um protagonista político com propensão a ignorar a igualdade entre os Poderes.

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2017) corrobora muitos dos problemas aqui indicados. Para ele, o STF erradamente transformou o corriqueiro “repasso de recursos aos candidatos dos partidos da coalização eleitoral em compra de votos no Parlamento” (2017, p. 165). Ele lembra que, na realidade política brasileira, as frouxas coalizões eleitorais

se tornam também oscilantes coalizões parlamentares e que não há um padrão de votação, assim as votações estão sujeitas à volatilidade dos votos dos parlamentares. Às vezes, o governo forma maioria, outras vezes não. O que é natural do jogo político. Assim, a tese central das condenações da AP 470 “fraudou a lógica política e constitucional, lançando fundamentos para potenciais golpes parlamentares, com socorro sofisticado da Constituição” (2017, p. 168).

Para ele, o julgamento consolidou perigosas teses jurídicas: 01) o sequestro do poder constituinte do povo. Ao afirmar que a Constituição é o que o STF diz que ela é, os magistrados passaram da posição de intérpretes da Carta Magna para uma posição de hierarquia ante os demais poderes, inclusive o poder popular do voto; 02) confusão entre ser inocente e não ser culpado. Algumas sentenças não possuíam base probatória e se basearam na controversa tese de que “era impossível que o acusado não soubesse”, ou como declarou a ministra Rosa Weber, que condenaria porque a bibliografia a autorizava. A versão brasileira da teoria do “domínio do fato” serviu para condenar um réu cuja materialidade do crime não pôde ser comprovada. O ônus da prova passou da acusação para o acusado.

Por isso, Santos afirma que “a veemência dos argumentos, dos discursos e dos votos” dos ministros do STF, buscava ofuscar “o vazio de provas condenatórias” e seus *modus operandi* serviriam “de tutoria jurídica ao golpe parlamentar de 2016” (2017, p. 178-179). Para isso, foi fundamental o apoio midiático e retórico apelo classista. Em suma, o julgamento da AP 470: “estреou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política”; “inaugurou a atitude conservadora de interromper por via não eleitoral a liderança do Partido dos Trabalhadores”; e assim, se constituiu em um “julgamento de exceção” (2017, p. 159 e 178).

3.3 O ANO É 2013, MAS TODOS JÁ OLHAM PARA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2014

No final de 2012, Dilma Rousseff completou 2 anos à frente do Executivo. Após longo processo de desgaste por conta do julgamento do mensalão e o resultado das eleições municipais, abriu-se novo período político: todos os integrantes do campo político escancararam que buscavam melhores condições e oportunidades com vista à eleição nacional de 2014. Neste novo contexto, a base congressual dilmista, que nunca morreu de amores pela presidenta, se tornou mais arredia e pemedebizada no primeiro semestre de 2013.

3.3.1 A base congressional mais arredia e pemedebizada em 2013

Em novembro, o *Estadão* reportou a “taxa de governismo” da Câmara desde a posse de Dilma. A partir de sua ferramenta virtual “Basômetro”, o jornal afirmou que o “apoio ao governo federal teve redução entre todos os principais partidos que integram a base”, numa queda sequencial a cada semestre. Nas votações nominais de 2012, apenas 126 deputados, dos quais 85 eram do próprio PT, votaram mais de 90% das vezes seguindo a orientação do Planalto. Ou seja, apenas 41 parlamentares de partidos aliados seguiam votando com o governo. O dado impressionante é que, oficialmente, a base governista na Câmara contava com 366 deputados³²⁷. Entre os principais partidos: PP teve uma média de adesão de 60%; o PRB de 67% e o PMDB de 68%. O PSB, em vias de se afastar da base para lançar Eduardo Campos candidato presidencial, tinha 87% de votações com o governo³²⁸.

Na mesma edição, o jornal reportou ainda que a base “é só formal” e que as “chamadas ‘traições’ fazem parte da rotina de votações no Congresso”. Assim, o periódico argumentou que: “em vez de ser uma solução para os problemas do governo, a base gigantesca da presidente no Congresso [...] vive em brigas e disputas internas e cobra caro o apoio, sempre exigindo cargos em ministérios e estatais e liberação do dinheiro de emendas parlamentares”. Exemplos foram as votações do Código Florestal e da partilha dos *royalties* do petróleo, nas quais o encaminhamento dado pelo Planalto não foi seguido pela base aliada. Esta constante indisposição da base fez Dilma evitar o envio de emendas constitucionais importantes, pois dificilmente contaria com o voto de 308 deputados³²⁹.

Tanto a liberação de emendas era a prioridade dos congressistas que a votação do Orçamento da União para 2013 foi atrasada até que o governo promettesse empenhar R\$ 5 a 6 milhões em emendas para cada parlamentar e assim garantir a aprovação. Deputados da base e da oposição sequer se vexaram em admitir que “o acordo é esse: se o governo empenhar tudo, nós votamos”, declarou um deputado do DEM, o que foi reforçado pelo senador Romero Jucá (PMDB). Porém, havia justificável ceticismo no Congresso, uma vez que o governo prometera a mesma liberação meses antes e não cumprira. Fato é que o Orçamento não foi votado até o

³²⁷ Segundo a mesma reportagem, integravam a base aliada: PT, PMDB, PP, PSB, PDT, PCdoB, PRB, PEN, PR, PTB, PSC, PTdoB, PRP, PHS, PTC, PSL, PRTB e PMN. Eram independentes o PSD e PV. Opositores eram apenas o PSDB, DEM, PPS e PSOL.

³²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2012, p. A4.

³²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2012, p. A6.

recesso parlamentar, e o governo precisou manobrar créditos extraordinários de R\$ 42,5 bilhões para garantir a manutenção dos gastos federais nos primeiros meses de 2013³³⁰.

Em editoriais, naqueles dias, o *Estadão* criticou a “barganha das emendas” e a pouca produção congressual. Na visão do periódico, a relação do Executivo com o Legislativo “assim será enquanto os congressistas puderem tratar as finanças federais como fontes de recursos para políticas de interesse paroquial e clientelístico” e lamentou o país entrar o ano de 2013 sem um Orçamento aprovado. Com base em uma pesquisa do Diap, o jornal também fez fortes críticas aos parlamentares que, no ano de 2012, tiveram a mais baixa produtividade desde o início da série histórica em 2007, além de ironizar o fato de que 30% das 155 leis ordinárias aprovadas “nada alteram a vida do cidadão”, pois tratavam de datas comemorativas e homenagens³³¹.

Em janeiro, mais dois editoriais repisaram as críticas ao “Congresso que temos” cujos integrantes “há muito deixaram de ser os formuladores da agenda nacional” para se tornarem meros desfrutadores das mordomias salariais, recessos parlamentares, cotas de passagens e outros. O jornal lamentou que os parlamentares não se dedicavam mais a legislar e fiscalizar o governo, mas se preocupavam apenas em aproveitar os “monumentais aparatos de multimídia de comunicação”, criados recentemente pelo Congresso, para se aparecerem às suas bases. Às vésperas da eleição dos novos presidentes das Casas, o *OESP* vaticinou que “não há perigo de melhorar” a produtividade congressual, pelo contrário, os novos dirigentes seriam piores e fariam Dilma sentir saudades de José Sarney e Marco Maia, que deixavam as presidências das Mesas³³².

Na segunda metade de governo, Dilma teve que lidar com novos presidentes da Câmara e do Senado a serem eleitos em fevereiro de 2013. Na prática, o acordo prévio costurado entre PT e PMDB previa que a presidência das duas casas caberia aos peemedebistas. Os indicados pelo partido já eram de conhecimento público há meses e o *Estadão* reportou e repisou suas pendências jurídicas. Na Câmara, Henrique Eduardo Alves era acusado por enriquecimento ilícito e improbidade administrativa. No Senado, Renan Calheiros, que já havia renunciado à presidência da Casa em 2007 para evitar cassação, ainda era investigado pelo STF³³³.

Em dez dias, o *OESP* escreveu três editoriais contra a candidatura e eleição de Renan Calheiros no Senado. A contrariedade ao nome de Renan se deve pela sua longa ficha política e judicial. De início, o jornal argumentou que Dilma tentou resistir ao “assédio” do PMDB,

³³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 08/12/2012, p. A12, 27/12/2012, p. A4 e 28/12/2012, p. A4.

³³¹ *O Estado de S. Paulo*, 23/11/2012, p. A3, 16/12/2012, p. A3 e 28/12/2012, p. A3.

³³² *O Estado de S. Paulo*, 14/01/2013, p. A3 e 15/01/2013, p. A3.

³³³ *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2013, p. A9.

liderado por Temer e Sarney, na indicação do senador. Depois, passou a repisar a narrativa de que a eleição de Renan serviria aos propósitos de “hegemonia política” do PT, uma vez “tratar-se de exímio operador, habilitado como poucos no toma lá dá cá”³³⁴.

Diante da repercussão negativa na escolha de Renan Calheiros, o PMDB, com Temer e Sarney à frente, deu declarações públicas em defesa do correligionário. Segundo as matérias do jornal, publicamente o Planalto dizia-se sem preferência, uma vez que esta caberia ao PMDB e ao Poder Legislativo. Na prática, o PT endossou a candidatura de Renan e mesmo o PSDB evitou confrontá-lo para manter seus cargos na mesa diretora da Casa. No dia da votação, vazou na imprensa o teor da denúncia da PGR no STF contra Renan Calheiros por peculato, falsidade ideológica e uso de documentos falsos. O peemedebista foi eleito com 56 votos contra 18 de Pedro Taques (PDT), 2 brancos e 2 nulos³³⁵. A partir de então o *Estadão* noticiou vários protestos nas ruas e redes sociais contra Renan e o Senado Federal.

Paralelo a isso, a bancada do PMDB na Câmara votou para escolher o novo líder do partido na Casa. Segundo o noticiário, o deputado Eduardo Cunha lançou-se ao posto contra o deputado Sandro Mabel, apesar da contrariedade de Michel Temer e de Henrique Eduardo Alves. Os peemedebistas temiam a divisão da bancada e a presidenta Dilma não tinha “nenhuma simpatia” por ele, em especial após seus apadrinhados em Furnas terem sido flagrados em suspeitas de irregularidades. A animosidade entre Cunha e Dilma existia desde os tempos em que a petista ministra da Casa Civil barrou apadrinhados do peemedebista em estatais. Fato é que Cunha venceu Mabel por 46 a 32 votos entre os parlamentares da sigla e, em sua primeira fala, “deu o tom do que será sua gestão: pediu mais cargos para o PMDB”. O curioso é que Cunha se colocou como representante dos peemedebistas insatisfeitos com a presidenta Dilma. Mabel ainda ingressou no STF contra as manobras regimentais promovidas por Cunha na disputa³³⁶.

O nome oficial do PMDB para a presidência da Câmara foi o então líder do partido na Casa, Henrique Eduardo Alves. Herdeiro de longa oligarquia política potiguar, com 41 anos ininterruptos na Casa, Alves tinha fama de bom articulador de bastidores e seus projetos de lei versavam sobre benefícios ao campo político, como o que aumentou a fatia do fundo eleitoral para os partidos. Alves foi eleito em primeiro turno com 271 votos contra 165 de Júlio Delgado

³³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 26/01/2013, p. A3, 31/01/2013, p. A3 e 02/02/2013, p. A3.

³³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 24/01/2013, p. A6, 27/01/2013, p. A8, 30/01/2013, p. A5 e 02/02/2013, p. A4 e A6.

³³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2013, p. A6, 04/02/2013, p. A4 e 06/02/2013, p. A4.

(PSB), 47 de Rose de Freitas (PMDB), representando os insatisfeitos do partido com o Planalto e 11 para Chico Alencar (PSOL), e mais 3 brancos e 16 abstenções³³⁷.

Fato é que, com esta movimentação, o PMDB tomou conta de toda a linha sucessória da presidenta Dilma Rousseff, o que não passou despercebido pelo *Estadão* que comparou o poder do partido ao que ele teve entre 1987-88 no processo da Assembleia Constituinte. O jornal publicou várias matérias analisando o novo cenário político à frente da presidenta, no qual o aliado rival comandaria toda a agenda legislativa capaz de facilitar ou dificultar qualquer iniciativa do Planalto. Segundo o *Estadão*, Dilma sabia que “com o PMDB há sempre um preço a ser pago”, no caso, mais cabeças-de-chapa para eleições de governador, a manutenção de Michel Temer como vice-presidente em 2014 e mais ministérios e cargos de 2º escalão na máquina federal. Assim, “Dilma está ciente [...] que o PMDB está no comando de um jogo em que ela não terá tantas fichas a perder”³³⁸. A mesma avaliação teve André Singer ao argumentar que “com dois homens de Temer [Alves e Cunha] em posições-chave, torna-se mais sólida a frente antirrepublicana que se montava em reação ao ensaio de Dilma” (SINGER, 2018, p. 190);

Muitas opiniões foram publicadas no periódico. O articulista João Rabello escreveu que o PMDB “marca território” na condição de “força capital”, que resultou na “capitulação da presidente e do PT” diante do aliado rival. O politólogo Leonardo Avritzer enfatizou os problemas do presidencialismo de coalizão brasileiro em que o governante fica refém de partidos sem “projeto nacional claro”. O deputado Julio Delgado (PSB) lembrou que esta hegemonia do PMDB no Legislativo é prejudicial e perigosa para o país e para a presidenta. Por isso, o politólogo Antonio Queiroz sugeriu que Dilma mudasse “radicalmente sua forma de conviver com o Congresso” para evitar “ser derrotada seguidamente” em votações no Legislativo³³⁹.

Percebendo que as movimentações eleitorais para 2014 já estavam em pleno andamento, em especial o gradativo afastamento do PSB e de Eduardo Campos do campo petista (GUILHERME, 2020b), o PMDB tratou de aparar as arestas internas e tentar se cacifar ainda mais. Em reunião na casa de Michel Temer, foi acertada a união interna do partido, que já passou a cobrar do PT a efetivação de Michel Temer novamente como nome à vice-presidente na eleição de 2014 ao mesmo tempo em que não escondia a pretensão de ter candidato próprio em 2018³⁴⁰.

³³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 20/01/2013, p. A6 e 05/02/2013, p. A4.

³³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 20/01/2013, p. A6 e 03/02/2013, p. A8.

³³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 20/01/2013, p. A6 e A8, 03/02/2013, p. A9 e 04/02/2013, p. A4

³⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/02/2013, p. A6 e 23/02/2013, p. A4.

Dilma Rousseff fez gestos de aproximação ao partido para, segundo o *Estadão*, “sinalizar que o PMDB é o aliado preferencial para a sucessão de 2014”. A presidenta esteve na Convenção Nacional em que o PMDB ratificou Michel Temer como presidente de honra. No aplaudido discurso, fez rasgados elogios ao vice-presidente, “um grande parceiro que divide a responsabilidade de governar o País” e pediu “longa vida” à parceria. Diante dos boatos de bastidores apontando articulação de Lula para indicar Eduardo Campos (PSB) como vice de Dilma em 2014, os peemedebistas pressionaram para que Dilma fizesse declaração explícita sobre a repetição da chapa Dilma-Temer em 2014, o que a presidenta evitou. Também os peemedebistas rechaçavam qualquer insinuação para que Temer disputasse o Senado ou o Governo de São Paulo em 2014³⁴¹.

A aborrecimento do PMDB não era disfarçado. O deputado Leonardo Picciani liderava as críticas à pré-candidatura do senador Lindbergh Farias (PT) ao governo estadual do Rio de Janeiro contra o peemedebista Luiz Fernando Pezão. Era tempo de reforma ministerial e o PMDB seguia insatisfeito com a sua cota na Esplanada, os cinco ministérios “nenhum deles de grande expressão”, nas queixas peemedebistas. Interessante foi a abordagem do *Estadão* sobre a Secretaria de Assuntos Estratégicos, comandada por Moreira Franco (PMDB), ligado a Michel Temer. Os peemedebistas sempre reclamaram que não eram consultados pelo Planalto sobre os rumos do governo, seus programas econômicos e sociais. Porém, a função desta secretaria era justamente produzir “estudos sobre temas diversos e propostas de políticas públicas”³⁴². Na reportagem, o líder Eduardo Cunha desdenhou da secretaria e, em entrevista, Moreira Franco reclamou que ela “não elege um vereador”, admissão de que esta era a real insatisfação do PMDB. O partido queria ministérios com muitos recursos públicos a serem administrados³⁴³.

Dilma também buscou refazer diálogos com outros partidos da base aliada e promoveu uma pequena reforma ministerial. Desde a “faxina” de 2011, PDT e PR estavam muito insatisfeitos e os pedetistas inclusive flertavam com adesão ao projeto presidencial do PSB. O *Estadão* afirmou que esta reaproximação foi uma orientação do ex-presidente Lula³⁴⁴. De fato, o grupo do PDT ligado ao “faxinado” presidente da sigla, Carlos Lupi, retomou o controle do Ministério do Trabalho com Manoel Dias, secretário-geral do partido. Com o PR, foi mais

³⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 27/02/2013, p. A4, 02/03/2013, p. A8, 03/03/2013, p. A8 e 09/02/2013, p. A6.

³⁴² Segundo a mesma reportagem, o Ipea era ligado à secretaria que contava com profissionais altamente experientes e capacitados que produziam estudos sobre para programas destinados ao desenvolvimento psicossocial de crianças e ao desenvolvimento sustentável.

³⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 03/03/2013, p. A8 e 04/03/2013, p. A6.

³⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 09/02/2013, p. A6.

complicado, pois Dilma insistiu em nomear Cesar Borges, nome que desagradou a bancada de deputados federais do partido, mas diante da liberdade para renomear os cargos no Dnit, a bancada do partido engoliu a contrariedade e, oficialmente, retornou à base dilmista³⁴⁵. O PTB do histórico Roberto Jefferson seguia fora da Esplanada dos Ministérios e Dilma queria mantê-los assim, afastados. O partido com histórico adesista apoiou o PSDB na eleição de 2010, mas com a vitória de Dilma se dizia integrante da base aliada. Ganhou a presidência da Conab no início do governo e agora cobiçava algum ministério. Dilma sinalizou com uma vaga no TCU para o líder Gim Argello, mas ele a recusou³⁴⁶. Em editoriais, o *OESP* não deixou de ironizar o fim do “surto faxineiro” de Dilma e a volta dos “faxinados” do PR e PDT ao governo. O jornal avaliou que as pressões na base fizeram Dilma capitular diante do PR e seus 34 votos na Câmara e 4 no Senado, mantendo “o uso da Esplanada dos Ministérios como moeda de troca no mercado eleitoral”. A crítica do jornal é moralizadora³⁴⁷.

O *Estadão* reportou ainda que, a pedido de Michel Temer, Dilma transferiu³⁴⁸ Moreira Franco (PMDB) para a Secretaria de Aviação Civil, “ministério poderoso em tempos de concessão de aeroportos e obras para a Copa de 2014” e Olimpíadas de 2016 com orçamento de R\$ 2,6 bilhões para 2013, além do controle da Infraero, com orçamento de mais R\$ 1,8 bilhões. No ministério da Agricultura, saiu o peemedebista Mendes Ribeiro, ligado à ala próxima a Dilma no partido e assumiu Antonio Andrade, presidente do PMDB de Minas Gerais. A manobra visou afastar o partido em Minas da esfera do presidenciável Aécio Neves (PSDB). A avaliação da reportagem foi de que o “peso político” do PMDB aumentou³⁴⁹.

Mas o grande tema da reforma ministerial foi a entrada do PSD na Esplanada. Desde a criação do partido, Gilberto Kassab flertou com Dilma e o PSDB, sempre se dizendo independente, nem à direita nem à esquerda. Kassab mostrou seu poder de articulador ao fechar um “inusitado arranjo que serve ao PSDB e ao PT”: a nomeação de Guilherme Afif Domingos para o recém-criado Ministério da Micro e Pequena empresa. O detalhe é que Afif era vice-governador do estado de São Paulo, não renunciou ao posto, acumulando a dupla função, o que gerou grande polêmica jurídica. O novo ministro, em entrevista ao jornal, relativizou suas históricas críticas ao PT como mera “retórica de campanha” e justificou a adesão do PSD ao governo do PT por conta da “afinidade temática” em uma “sociedade pragmática”. O PT

³⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2013, p. A4, 21/03/2013, p. A8, 29/03/2013, p. A4, 02/04/2013, p. A5 e 04/04/2013, p. A7.

³⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 29/03/2013, p. A4 e 17/04/2013, p. A8.

³⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 10/02/2013, p. A3 e 03/04/2013, p. A3.

³⁴⁸ Para o seu lugar na Secretaria de Assuntos Estratégicos assumiu o renomado economista e pesquisador Marcelo Neri.

³⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2013, p. A4.

comemorou a aparente entrada do PSD na base dilmista³⁵⁰. Em editorial, o *OESP* apontou a falta de pudor de Afif em acumular funções para governos do PSDB e PT ao mesmo tempo³⁵¹.

Assim que assumiu a liderança do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha passou a ser ator político de destaque no noticiário. Seu nome estava sempre associado a polêmicas e dificuldades causadas ao governo Dilma pela base parlamentar. No começo de 2013, o então desconhecido deputado Pastor Marco Feliciano (PSC) assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, causou polêmicas e foi alvo de vários protestos. Eduardo Cunha, também evangélico, foi quem articulou a chegada do PSC ao comando da Comissão, defendeu o deputado Feliciano e articulou a bancada ruralista e evangélica para barrar a tramitação de propostas de lei em prol de indígenas e quilombolas³⁵².

Em maio, Cunha liderou “uma rebelião na base aliada”, durante a votação da MP dos Portos, ao propor emendas que desfiguravam radicalmente o texto então acordado entre o Planalto e a Câmara. Seu texto beneficiava grupos econômicos diretamente ligados ao vice-presidente Michel Temer. A sessão foi tumultuada e durou quase 40 horas até a aprovação da MP com menos desconfigurações. Cunha entrou definitivamente no radar do *Estadão*. Em duas longas matérias em dias seguidos, o jornal o chamou de: “aliado inimigo”; “peemedebista problema” que já preocupava o governo e, principalmente, “o aliado que incomoda o Planalto e agrada a base”. Segundo o jornal, “em pouco mais de três meses à frente da liderança, aglutina em sua órbita um contingente numeroso de aliados no ‘baixo clero’”, em especial os deputados do PSC, PR, PSD e PTB. O seu sucesso era creditado ao vasto conhecimento regimental e disposição para dialogar com os parlamentares. Após o imbróglio da MP dos Portos, Cunha prometia outra dor de cabeça ao governo, ao assumir a relatoria da lei de reforma do ICMS³⁵³.

Nos mesmos dias, os peemedebistas presidentes da Câmara e Senado dificultaram a votação de 8 Medidas Provisórias prestes a caducar. A mais importante era a que reduzia o valor das contas de energia elétrica para os usuários. Mesmo os demais partidos da base aliada não se esforçaram em pressionar os presidentes das Casas para votar as MPs. Em entrevista, o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB) garantia que não havia oposição ao governo, e que Cunha prometia agir pela aprovação das MPs. Na prática, o governo acusou o golpe que o *Estadão* chamou de “vexame” da articulação política comandada pelas ministras Ideli e Gleisi, que

³⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2013, p. A4 e 09/04/2013, p. A4.

³⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 08/05/2013, p. A3.

³⁵² *O Estado de S. Paulo*, 09/03/2013, p. A6.

³⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2013, p. B1, 18/05/2013, p. A6 e 19/05/2013, p. A8.

teriam sido avisadas por Henrique Alves (PMDB) sobre a necessidade de “mudar o jeito de se relacionar com o Congresso, se não quiser ter mais surpresas”³⁵⁴.

E as surpresas seguiam acontecendo. O deputado Leonardo Quintão (PMDB) recolheu 199 assinaturas e protocolou o pedido de abertura de uma CPI para investigar irregularidades na Petrobrás. Entre os que a referendaram, havia 120 deputados da base aliada, 52 deles do PMDB. Isso ocorreu apenas dois dias após uma reunião da cúpula do PMDB com Michel Temer no Palácio do Jaburu. Eduardo Cunha negou que tivesse ligação com a tentativa de criar esta Comissão, mas o *Estadão* deu aspas para um deputado peemedebista não identificado: “É mais uma demonstração de insatisfação da base”. Ou seja, por mais que a CPI não fosse criada naquele momento, o recado ao governo foi claro e direto³⁵⁵. O cientista político Sérgio Abranches enfatiza que havia, naquele momento, visível descontentamento do PMDB para com a presidenta e “formou-se no partido uma facção mais hostil ao governo” (2018, p. 290).

Diante destas recentes dificuldades de governo com a base parlamentar, os editoriais do *OESP* comentaram a “deplorável realidade”, na qual o PMDB colocou “mais um cravo na coroa de espinhos de Dilma”, uma presidenta que “mais uma vez saiu humilhada de um embate no Congresso”. Na cosmovisão do periódico, tudo era culpa da forma com que Lula dirigiu o presidencialismo de coalizão nos anos anteriores, sustentada apenas no “terreno cediço das conveniências do varejo político”, forma herdada por Dilma e da qual ela não conseguia se livrar, seja pela indisposição ou pela incapacidade para negociar com os interesses fisiológicos do parlamento. O *Estadão* vaticinou que: “não pode dar certo”³⁵⁶.

3.3.2 A eleição de 2014 já começou e o Estadão escolheu o seu candidato: Aécio Neves

A presidenta Dilma encerrou seu segundo ano de mandato em alta popularidade. Para decepção do *OESP* a aprovação de Dilma “passa ao largo do mensalão”. Segundo pesquisa Ibope, 62% da população considerava o governo ótimo ou bom, e outros 29% o consideravam regular. A avaliação pessoal da presidenta era aprovada por 78% dos brasileiros, contra 17% que a desaprovam. Uma vez aberta a corrida presidencial, o Ibope também levantou as intenções de voto: na pesquisa espontânea, Dilma foi lembrada por 26%, seguida por Lula com 19% e Serra com 4%; na pesquisa estimulada, se a eleição fosse naquele momento, a presidenta seria

³⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2013, p. A4, 29/05/2013, p. A4 e 30/05/2013, p. A4.

³⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 24/05/2013, p. A7 e 25/05/2013, p. A10.

³⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2013, p. A3 e 30/05/2013, p. A3.

reeleita no primeiro turno com 58%, ante 11% para Marina, 9% para Aécio e 3% para Campos. Dias depois, o Datafolha confirmou este cenário. Internacionalmente, o jornal espanhol El País considerou Dilma uma das principais lideranças políticas do mundo no ano de 2012³⁵⁷.

Passada a disputa municipal, a questão que ficou é: como ela impactaria na disputa presidencial de 2014? O PT cresceu, venceu na principal cidade e Dilma era extremamente popular, aprovada e favorita; o PMDB manteve-se como o maior partido do país; o PSB cresceu e aumentou a pretensão para lançar candidato próprio; o PSD se consolidou como o fiel da balança na polarização; o PSDB diminuiu a quantidade de cidades, manteve algumas importantes capitais, mas perdeu a principal, São Paulo e precisava logo definir um nome para polarizar com Dilma pelos dois anos seguintes até a eleição. A corrida presidencial para 2014 começou em novembro de 2012.

Na mesma semana do segundo turno das municipais, o *Estadão* procurou seu oráculo político para saber que direção a oposição deveria tomar. O ex-presidente FHC foi entrevistado pelo jornal e apontou o caminho: além da renovação geracional, o PSDB precisava de um novo discurso convincente, novas ideias para fazer frente à conjuntura atual. Segundo o periódico, FHC já liderava o movimento oposicionista que “pretende resgatar suas bandeiras históricas” com vistas à eleição presidencial: o desafio da oposição era mostrar que o “nosso programa de privatizações” foi vitorioso. Por isso, o pré-candidato Aécio Neves já mantinha contatos com economistas ligados ao partido, como Armínio Fraga, André Lara Rezende e Edmar Bacha, para reverter o erro dos presidenciáveis anteriores do partido, que não defenderam o legado das privatizações. Ao mesmo tempo, o PSDB apontava para outra frente de campanha: a saudação ao Poder Judiciário, em especial o STF, que recém condenara petistas no caso mensalão. O *OESP* noticiou que era FHC quem daria o tom do discurso tucano [...] principalmente nas questões morais e éticas”³⁵⁸.

Poucos dias depois, em tom comemorativo, o *Estadão* deu manchete de capa “FHC lança candidatura de Aécio para presidente”. Em evento com prefeitos eleitos pelo partido, o ex-presidente foi explícito: “A hora é já. É agora. O nome do PSDB, hoje, é do Aécio [...] ele tem de assumir suas responsabilidades de líder do partido, para ele poder começar a percorrer o Brasil imediatamente”. Com este movimento, foi FHC e o PSDB que deram início à corrida presidencial dois anos antes da disputa. Internamente, Aécio já se movimentava há meses nos

³⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 25/11/2012, p. A9, 15/12/2012, p. A10, 17/12/2012, p. A10 e 24/12/2012, p. A6.

³⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 01/11/2012, p. A11, 04/11/2012, p. A6, 11/11/2012, p. A8, 16/11/2012, p. A6 e 04/12/2012, p. A4.

bastidores do partido para ser ungido candidato pela sigla. O pronunciamento de FHC reavivou os ciúmes em José Serra e Geraldo Alckmin que ainda acalentavam a mesma expectativa³⁵⁹.

Interessante que o *Estadão* não publicou editoriais para comentar o lançamento de Aécio candidato, mas seus articulistas falaram pelo periódico. Dora Kramer comemorou o fato de Aécio caminhar “para reinar absoluto no PSDB” e que a antecedência de seu lançamento servia para “dar rumo ao partido”. José Roberto de Toledo, por sua vez, mandou indireta para José Serra, derrotado à prefeitura de São Paulo, para que ouvisse a voz das urnas, reconhecesse a derrota para “sair da frente, dar lugar” à nova geração de opositoristas ao PT. O *OESP* também entrevistou o cientista político Bolívar Lamounier, qualificado pelo próprio jornal como “filiado ao PSDB e próximo ao ex-presidente” FHC. Ele, claro, corroborou as posições de Fernando Henrique Cardoso³⁶⁰.

Após as municipais, o PSB e Eduardo Campos cresceram politicamente. Segundo o *Estadão*, as vitórias pessebistas nas municipais “deram a Campos a possibilidade de transitar entre a base governista e a oposição”, uma vez que operava politicamente com o PSDB em Minas, Paraná e São Paulo, ao mesmo tempo que integrava a base governista de Dilma no plano federal³⁶¹. O crescimento e as movimentações do PSB incomodaram o PMDB. O governador cearense Cid Gomes (PSB) defendeu que, uma vez os peemedebistas comandando as duas Casas do Congresso, seria mais eficiente o partido abrir mão da vaga de vice e cedê-la a Eduardo Campos em 2014. Segundo Dora Kramer, os bastidores da política discutiam até mesmo uma chapa Lula-Campos para 2014³⁶².

Aos poucos, Eduardo Campos passou a ensaiar uma plataforma de governo. Aderiu à proposta de Aécio Neves por um novo pacto federativo e criticou a política de desoneração tributária do IPI promovida pela presidenta Dilma. O governador pernambucano também se aproximou da elite empresarial e financeira do país. Manteve encontros com donos, presidentes ou CEOs do Grupo Gerdau, Grupo Odebrecht, Fiat do Brasil, além dos bancos Bradesco, Itaú, JP Morgan e BTG Pactual³⁶³. Era um novo e cacifado ator político nacional. A ministra Ideli chegou a alertar o PT sobre o surgimento de candidatura presidencial dentro da base governista³⁶⁴.

³⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04/12/2012, p. A1 e A4 e 05/12/2012, p. A8.

³⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 05/11/2012, p. A8, 05/12/2012, p. A8 e 09/12/2012, p. A11

³⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2012, p. A6.

³⁶² *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2012, p. A6, 09/11/2012, p. A8 e 10/12/2012, p. A9.

³⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 03/11/2012, p. A8, 25/11/2012, p. A8 e 01/12/2012, p. A14.

³⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 08/12/2012, p. A11.

No final do ano, Campos deu mais uma longa entrevista ao *Estadão*. Em tom de candidato, apresentou sua plataforma econômica: defendeu um “Estado necessário” e “que funcione”; acenou aos empresários ao criticar a “sensação de que existe controle excessivo do lucro” empresarial por parte do governo petista; prometeu investimentos em infraestrutura, mais PPPs e garantias de “regras para a iniciativa privada”; repreendeu a falta de diálogo do governo com o empresariado e parlamentares, o que causaria insegurança para investimentos no país; avaliou que o Ministério da Fazenda repetia fórmulas antigas para estimular o crescimento. Politicamente, Campos se colocou como um moderado, uma vez que era descendente de um avô usineiro e conservador e outro socialista, além de se dizer experiente por ter atuado tanto no Legislativo quanto no Executivo. Sobre 2014, disse que tudo dependeria do que ocorresse no ano de 2013³⁶⁵.

Outro partido que se posicionou bem após a eleição municipal foi o PSD de Gilberto Kassab. O *Estadão* o considerou “partido estratégico para 2014”, cortejado por Dilma, Aécio e Campos. Em novembro, Kassab foi recebido por Dilma e depois declarou que o partido ingressaria na base do governo e apoiaria a reeleição da presidenta em 2014. Houve manifestações de desagravo por parte dos ex-aliados de Kassab no PSDB, em especial o governador Geraldo Alckmin e no DEM³⁶⁶.

Logo no início de 2013, Aécio Neves seguiu os conselhos de FHC e passou a se colocar mais como candidato. O *Estadão* noticiou que Aécio era ciceroneado pelo ex-presidente na aproximação com empresários e economistas para formatar seu discurso econômico e propagandear o “choque de gestão” como principal bandeira eleitoral. O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT), em processo de criação de um novo partido político, no que era ajudado pelo governador Alckmin, já prometia apoio a Aécio presidente. Aos poucos, a cúpula tucana confirmaria a escolha do candidato presidencial³⁶⁷.

A ex-ministra e candidata Marina Silva, brigada há tempos com seu ex-partido, o PV, finalmente lançou a REDE, mais um partido político com o nítido objetivo de servir-lhe como legenda para a presidencial de 2014. Seu lançamento contou com políticos do PSOL, PT e PSDB que flertavam com a nova sigla. Marina negou que o objetivo fosse criar um partido para lançá-la candidata e disse que a REDE não seria “nem oposição nem situação” ao governo. O *Estadão* noticiou que empresários e artistas é que financiavam a coleta de assinaturas para o

³⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 17/12/2012, p. D2.

³⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2012, p. A8, 11/11/2012, p. A10, 10/12/2012, p. A9 e 30/12/2012, p. A9.

³⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 06/01/2013, p. A6, 13/01/2013, p. A10, 15/01/2013, p. A4 e 21/01/2013, p. A4.

partido. Em entrevista ao jornal, Marina se colocou como a única candidata fora do “sistema político atual”³⁶⁸.

Além da oposição, o PT e Dilma também se movimentaram politicamente. Dilma passaria o ano de 2013, sem sucesso, tentando não melindrar o PSB na esperança que Campos desistisse de deixar a base do governo e se lançasse candidato. Como visto no tópico anterior, a presidenta buscou reconstruir relações com os demais partidos da base aliada, tanto para manter a governabilidade, quanto para amarra-los à disputa presidencial seguinte. No PT, Rui Falcão era o preferido da militância para permanecer na condução do partido, muito por conta de sua aguerrida defesa dos petistas julgados no mensalão. Porém, segundo o *Estadão*, os partidos aliados o viam muito “sectário” nas articulações políticas³⁶⁹.

A presidenta Dilma apostava sua reeleição na consolidação de uma imagem de boa gestora, herdada desde os tempos de ministra da Casa Civil do ex-presidente Lula, e na popularidade conseguida com a “faxina republicana”. No plano econômico, prometia que as políticas implantadas até então resultariam em crescimento do PIB nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, também intensificou contatos com o empresariado. No plano social, o discurso enfatizava a redução da pobreza, miséria e desemprego. Em cadeia de rádio e tv, Dilma anunciou a redução no preço da energia elétrica. O favoritismo e aprovação de Dilma levou o ex-presidente Lula a negar que tivesse intenção de se candidatar em seu lugar e reforçou que, para ele e o PT, Dilma seria candidata à reeleição³⁷⁰.

Embora todos os partidos estivessem em plena campanha eleitoral, foi apenas após o pronunciamento de Dilma na tv que o *Estadão* comentou em editorial que “começou a campanha” e que a culpa pela precipitação foi da presidenta. Além disso, em outro editorial, dois dias antes, o jornal criticou a atuação do ex-presidente Lula nos bastidores da política, ao orientar Dilma em seus movimentos. Ao que parece, os editorialistas do *OESP* não leem o próprio jornal ou então, simplesmente, não se incomodam com as orientações de FHC a Aécio Neves e o lançamento do tucano candidato dois meses antes destes editoriais. Os editoriais silenciam sobre as movimentações políticas da oposição e criticam quando Dilma, Lula e o PT o fazem. Em outro texto de fevereiro, o jornal faz sutil crítica à oposição que estaria “obsequiosa

³⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 17/02/2013, p. A6, 19/02/2013, p. A6, 24/02/2013, p. A6 e 30/03/2013, p. A6.

³⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2013, p. A10.

³⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2012, p. A4, 02/01/2013, p. A8, 22/01/2013, p. A4, 24/01/2013, p. A8 e B1 e 26/01/2013, p. A4.

e muda”, em especial Aécio Neves, que apenas fazia súbitas aparições no Senado, mas não liderava os opositoristas³⁷¹.

Em campanha, PT e PSDB trocaram diversas provocações públicas. Para evitar o desgaste antecipado aos candidatos Dilma e Aécio, os partidos escalaram seus ex-presidentes Lula e FHC para a rinha pré-eleitoral. Ficou evidente que um dos motes da campanha presidencial de 2014 seria a manutenção da comparação entre os estilos de governo petista e tucano. Em evento que comemorou os 10 anos do PT à frente do Poder Executivo, Lula desafiou o PSDB a comparar as gestões. Dias depois, FHC respondeu chamando Dilma de “ingrata” por, na visão dele, não reconhecer que a alegada boa gestão econômica que o PSDB teria dado ao país nos anos 1990. Lula então ironizou esta interpretação do adversário. O *Estadão*, como de praxe, abriu grande espaço em entrevista simpática para FHC demonstrar seu incômodo com as comparações e elogiar a defesa que Aécio faz de seu legado³⁷².

Nas reportagens que publicou sobre a presidenta Dilma, o *Estadão* sempre insistia que tudo que ela fazia seria seguindo “os conselhos do antecessor e padrinho político” Lula, mas, em momento algum, chega perto da mesma contundência diante dos conselhos de FHC a Aécio Neves. Na cosmovisão do periódico, Dilma não tem personalidade, sendo mero joguete político nas mãos de Lula. Assim, a presidenta teria deixado de lado “o perfil mais técnico” e adotado um “estilo parecido com o de Lula”, distribuindo mais abraços e sorrisos em reuniões e aparições públicas. O PT teria a estratégia central de “popularização da imagem de Dilma”. O jornal inclusive enfatizou que Dilma havia triplicado suas aparições públicas e aumentado o tempo de seus discursos em eventos de inaugurações de obras pelo país³⁷³.

O jornal também especulou que o PT prepararia um “tripé de apelo popular” para impulsionar a campanha pela reeleição da presidenta. As propagandas do partido enfatizavam as bandeiras da redução dos juros, do preço da energia e a desoneração de alimentos da cesta básica. Além disso, o partido estudava como mostrar à classe média que os programas do governo também a beneficiava. Em discurso para petistas, Lula reforçou que a principal bandeira do partido era a “aliança com o povo”³⁷⁴.

O *Estadão* aproveitou a participação de Dilma nos eventos de entrega dos 9.283 ônibus escolares do Programa Caminhos da Escola, número 5 vezes maior que do ano anterior, para reforçar a narrativa de que a presidenta estava “em campanha antecipada pela reeleição” e que

³⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2013, p. A3, 25/01/2013, p. A3 e 15/02/2013, p. A3.

³⁷² *O Estado de S. Paulo*, 21/02/2013, p. A4, 26/02/2013, p. A4, 27/02/2013, p. A4 e 11/03/2013, p. A6.

³⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 12/02/2013, p. A6, 06/03/2013, p. A4 e 14/04/2013, p. A7.

³⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 30/03/2013, p. A4 e 15/05/2013, p. A4;

o programa tinha “forte apelo eleitoral”. A presidenta negou estar “em campanha”, reclamou da insistência da imprensa em querer antecipar em dois anos o debate eleitoral e justificou suas aparições como naturais para o cargo. A forma como o governo federal entregou os ônibus diretamente para as prefeituras, sem a intermediação de parlamentares, irritou parte do Legislativo, acostumada a capitalizar eleitoralmente os programas de Estado, em especial nos rincões do país³⁷⁵.

No PSDB, os governadores cobraram que Aécio antecipasse a campanha para logo se tornar conhecido do grande eleitorado do país. O *Estadão* fez outra de suas cordiais entrevistas com políticos do partido. Aécio Neves, em foto sorridente com a bandeira do Brasil ao fundo, se apresentou como o único pré-candidato verdadeiramente de oposição, pois Marina e Campos eram “costelas do projeto petista”. A primeira pergunta foi a cobrança sobre quando ele se lançaria candidato: “estamos prontos para o embate”, respondeu Aécio que ainda afirmou que o PT queria apenas “administrar a pobreza”, enquanto o PSDB teria o nobre objetivo de “superação da pobreza”. O jornal ainda cobrou o resgate do legado de FHC, ao que Aécio consentiu³⁷⁶. Estava lançada a sua candidatura. FHC cobrou que o partido tomasse um “banho de povo” e Aécio passou a acenar com políticas contra a seca e a pobreza no Nordeste³⁷⁷.

Mas internamente, o PSDB ainda seguia dividido entre os paulistas partidários de Serra e os mineiros partidários de Aécio Neves. Porém, como visto acima, FHC embarcou no projeto aecista e aos poucos, Alckmin e mesmo o senador serrista Aloysio Nunes – já cotado como candidato a vice-presidente – também fizeram manifestações públicas em favor do mineiro³⁷⁸. Em maio, o PSDB finalmente se pacificou. Aécio negociou postos na cúpula partidária e o *Estadão* comemorou em primeira página: “Aécio é eleito presidente do PSDB e exalta legado de FHC”³⁷⁹. O partido então passou a preparar uma “superexposição de Aécio” na imprensa e em caravanas pelo país. De início, passou a explorar uma suposta alta da inflação, mirando a “nova classe média” como eleitor preferencial a ser atingido pela propaganda Tucana³⁸⁰.

Em março, outra rodada de pesquisa Ibope manteve Dilma “com favoritismo inédito” e a fez “criar imagem independente da de Lula”, segundo as próprias manchetes do *Estadão*. Os índices de aprovação eram praticamente os mesmos em relação à pesquisa de dezembro: 63% consideram o governo ótimo/bom, enquanto 79% aprovavam a atuação pessoal de Dilma. Em

³⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 21/04/2013, p. A4 e 24/04/2013, p. A5.

³⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 22/02/2013, p. A6 e 03/03/2013, p. A7.

³⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 26/03/2013, p. A5 e 14/04/2013, p. A6.

³⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 19/03/2013, p. A4, 26/03/2013, p. A5 e 28/04/2013, p. A10.

³⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 17/05/2013, p. A4 e 19/05/2013, p. A1.

³⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 18/05/2013, p. A4 e 22/05/2013, p. A6.

todos os cenários eleitorais, Dilma venceria no primeiro turno: 58% para Dilma, 12% para Marina, 9% para Aécio e 3% para Campos. Aécio ainda era menos lembrado que Serra, Campos era praticamente desconhecido fora do nordeste e Marina Silva mantinha o recall da eleição anterior. Os adversários, primeiro minimizaram os números, mas depois os consideraram ótimos diante da pouca visibilidade que a oposição costuma ter nos noticiários³⁸¹.

Com a campanha nas ruas e sendo porta-voz dos interesses políticos e econômicos do setor financeiro, o *Estadão* foi ouvi-los sobre os pré-candidatos: Dilma, em luta contra o *spread* bancário e reduzindo a Taxa Selic, não era bem quista pelo setor, que a via com “viés intervencionista” e indisposta ao diálogo; Aécio era o “preferido do setor” por resgatar a “era FHC”, mas sua vida particular e a fraca atuação como senador eram empecilhos; Campos era a incógnita e apesar de não ser a primeira opção de ninguém no setor, ainda assim, era visto como uma alternativa viável; Marina tinha uma agenda “muito genérica”³⁸².

Em evento para entrega de um conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida na Paraíba, Dilma discursou pregando a civilidade entre os políticos e partidos. Talvez por inexperiência em eventos assim e precisando incorporar uma linguagem mais popular, foi infeliz em um momento de sua fala direcionada ao presidenciável Campos, presente no evento: “nós podemos disputar eleição. Nós podemos brigar na eleição, nós podemos fazer o diabo quando é hora da eleição. Agora, quando a gente está no exercício do mandato, nós temos que respeitar o povo”³⁸³. A partir de então, o jornal O Estado de S. Paulo repisaria a interpretação enviesada desta fala de Dilma, resumida na manchete de capa do jornal: “Dilma fala em fazer o diabo na eleição”.

No dia seguinte a esta manchete, um editorial do jornal deu o norte sobre qual seria a narrativa político-eleitoral que o periódico faria fixar-se na presidenta e no PT: não haveria escrúpulos republicanos no “vale-tudo” eleitoral, até mesmo “invocar o tinoso”, desde que o objetivo de reeleger Dilma fosse atingido. Agregava-se à narrativa a atuação de Lula, verdadeiro “presidente adjunto” que acintosamente já havia lançado Dilma candidata “a um ano e sete meses do pleito”. Dias depois, em outro editorial, o jornal acusou Dilma de dormir e acordar “pensando na reeleição”, uma vez que “não para em Brasília” e apenas viaja o Brasil para inaugurar obras e entregar equipamentos³⁸⁴. Como se vê, o jornal não considerou acintoso

³⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 20/03/2013, p. A4, 23/03/2013, p. A4 e A6 e 24/03/2013, p. A4.

³⁸² *O Estado de S. Paulo*, 22/04/2013, p. A4.

³⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2013, p. A1 e A4.

³⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 06/03/2013, p. A3 e 18/03/2013, p. A3.

o lançamento por FHC do candidato Aécio Neves, muito menos desabonou as articulações do senador que também só falava e articulava sobre a eleição.

Ao contrário. Quando, em maio, Aécio pacificou o PSDB e defendeu o legado de FHC, o *Estadão* exaltou-se em comemoração e elogios. Primeiro, repisou a crítica que sempre fez e faz às campanhas tucanas de 2002, 2006 e 2010, quando os candidatos “se recusaram a assumir o legado de oito anos de notáveis transformações na vida brasileira”, operadas pelo neoliberalismo de FHC. Depois, reproduziu as partes das falas em que Aécio defendia “a grande obra realizada pelo PSDB”, em especial as privatizações que “tão bem fizeram ao Brasil”³⁸⁵. Este é modo ideológico do *OESP* comentar a política.

3.3.3 A presidenta Dilma e seu governo são incompetentes

Como jornal de oposição que é, os editoriais do *Estadão* sempre foram críticos aos programas do governo federal. Raramente há elogios, e quando há, eles são minimizados e confrontados com críticas. O jornal sempre ressalta os aspectos negativos dos programas governamentais e relativiza, esconde ou contesta a existência de aspectos positivos em tais programas. Em franca atitude oposicionista, o jornal se esforça em desconstruir a imagem criada pelo marketing petista para a presidenta Dilma, como sendo boa gestora e administradora de obras públicas.

Dos programas petistas, dois são importantes para a política econômica e social que, segundo Singer, fizeram o Estado “despertar da letargia que remontava aos anos 1980” (2018, p. 48) e foram amplamente comentados nos editoriais. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi lançado em 2007, ainda no governo Lula da Silva, consistia em uma série de investimentos em infraestrutura econômica e social, em especial nos setores de energia e transportes. A partir do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), também o setor habitacional passou a receber investimentos maciços. Ambos setores, como apontam Alfredo Saad Filho e Lécio Moraes, “sofriam de escassez de investimentos” (2018, p. 155) há anos.

Quando o governo apresentou e celebrou o balanço do primeiro ano do PAC 2, referente a 2011, o *Estadão* o considerou de “execução medíocre” e cujos investimentos apresentados

³⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 21/03/2013, p. A3.

estariam “inflados”. O argumento do governo de serem obras e investimentos importantes para proteger o país dos impactos da crise econômica internacional eram, na cosmovisão do jornal, um “evidente exagero”³⁸⁶. Em outros editoriais, o jornal apontou falhas no planejamento das obras, que causariam prejuízos milionários, considerou a transposição do Rio São Francisco um “elefante branco”, cobrou sobre os atrasos nas obras da Copa do Mundo e definiu o Programa de Compras Governamentais, chamado de “PAC dos Equipamentos”, como mero produtor de “resultados temporários” para a indústria nacional³⁸⁷. Quando o governo apresentou novo balanço do PAC em 2013, mais uma vez o *Estadão* o chamou de “inflado” e foi chafurdar em “alguns detalhes”, mas também reconheceu que o Programa era importante por seu valor social na habitação, na geração de empregos e na ativação da indústria de equipamentos e construção civil³⁸⁸.

Em sua estratégia de deslegitimar a narrativa governista, o *Estadão* se apegaria aos relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas da União. Mesmo sendo o TCU um órgão político por natureza, o jornal usaria seus relatórios como se fossem técnicos, jurídicos e imparciais. Uma recomendação do TCU para que o governo foque em obras prioritárias e com recomendação ao Congresso para aprovação com ressalvas das contas governamentais foi lido pelo jornal como a exposição de “deficiências administrativas do governo” por conta de 25 ressalvas apresentadas pelo Tribunal³⁸⁹.

Em outro parecer, desta vez assinado pelo ministro e ex-deputado José Múcio Monteiro (PTB), o jornal apontou o atraso em 46% das obras contratadas pelo governo, em especial no PAC. O periódico repisou a narrativa deste relatório ser uma “radiografia da ineficiência” que valeu como “um atestado de incompetência gerencial” da presidenta Dilma que, ironicamente, “assumiu o governo prometendo elevar a qualidade do gasto público e a eficiência da administração federal”³⁹⁰.

Nas críticas do jornal, havia sempre implícito o argumento de incompetência da presidenta. Em algumas ocasiões, porém, há editoriais exclusivamente publicados para repisar esta cosmovisão do periódico. Uma parte da explicação é a incapacidade de Dilma escolher bons quadros na base aliada para compor os ministérios, como no caso do Ministério das Cidades, responsável por grande parte das obras do PAC, entregue ao PP e sempre criticado

³⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2012, p. A3.

³⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2012, p. A3, 28/06/2012, p. A3, 25/10/2012, p. A3 e 21/11/2012, p. A3.

³⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2013, p. A3.

³⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2012, p. A3.

³⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 23/06/2012, p. A3.

nos relatórios do TCU. O *Estadão* chamou Dilma de “a gerente do loteamento” político, responsável pela “baixa qualidade da administração” federal, quando o deputado Jovair Arantes conseguiu emplacar apadrinhados no governo. Por isso, o tempo à frente do governo estaria desconstruindo a imagem de competente e incorruptível que Dilma buscou propagar ao longo da campanha eleitoral³⁹¹.

No início de 2013, a presidenta reuniu os ministros e cobrou deles o cumprimento das metas governamentais. O jornal viu nisso o reconhecimento da ineficiência do governo, cujo loteamento de cargos nem a faxina foi capaz de resolver. Mais uma vez, o *Estadão* repisou que Dilma se elegeu com “vagas promessas de tornar mais eficiente a administração federal”, mas que a palavra “nunca foi cumprida e provavelmente jamais será”. Assim, na avaliação do periódico, “o balanço geral é um fiasco [...] Dilma tenta inventar as metas sem plano”³⁹².

3.4 ALARMISMO ECONÔMICO E OPOSIÇÃO À NOVA MATRIZ ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA

Após um primeiro ano de governo com tímidas iniciativas no plano econômico, é em 2012, segundo ano de governo, que a presidenta Dilma implementa políticas econômicas mais ousadas. André Singer chama de “plano Dilma” a ofensiva desenvolvimentista cujo objetivo central foi a “desobstrução de caminhos para a retomada industrial” (2018, p. 41). Segundo o autor, o plano é “desenvolvimentista” por ser centrado na ideia de que o Estado tem papel indispensável no investimento em infraestrutura e na retomada industrial. Ou seja, sua marca deste período foi o “ativismo estatal” (2018, p. 42).

A economista Laura Carvalho (2018) concorda que o governo tomou medidas visando recuperar a competitividade da indústria brasileira, porém, pondera que, na prática, o governo substituiu a política fiscal expansionista nos gastos e investimentos públicos, por uma política fiscal contracionista, com cortes nos investimentos públicos. Ao mesmo tempo, substituiu a política monetária de juros altos por uma que reduziu os juros no objetivo de estimular a indústria e aumentar a competitividade frente aos importados e no mercado externo. Ou seja, em vez de apostar no mercado interno, que sustentou o crescimento econômico no período Lula, apostou-se no incentivo às exportações em um contexto de contração internacional.

³⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 01/02/2012, p. A3, 20/02/2012, p. A3 e 02/07/2012, p. A3.

³⁹² *O Estado de S. Paulo*, 26/01/2013, p. A3.

Controvérsia à parte, o que ambos autores concordam é acerca das principais medidas acentuadas e implementadas pelo governo Dilma em 2012 e no primeiro semestre de 2013: manutenção da queda da taxa de juros Selic; pressão contra os *spreads* bancários; desonerações fiscais para a indústria e redução das tarifas de energia elétrica. Todas presentes na “agenda FIESP”, como apontado no capítulo anterior.

Iniciada no final de 2011, a redução da taxa de juros Selic pelo Banco Central continuou ao longo de todo o ano de 2012 e início de 2013. Em agosto de 2012, a taxa chegou a 7,25% ao mês e se manteve neste patamar até abril do ano seguinte. Na prática, esta redução fez o juro real, isto é, descontado a inflação, chegar a 1% ao mês. O menor valor da história até então. O *Estadão* manteve a postura de referendar a posição do mercado financeiro de ver “esgotado ou muito perto do fim” o espaço para redução da Selic. Em fevereiro, o jornal recomendou que a Selic não chegasse a menos de 9,5% no final de 2012. Como sua pretensão financista não foi atendida, passou então a acusar o Banco Central de andar de “mãos dadas” com o ministério da Fazenda, servindo de mero “instrumento do Palácio do Planalto”. O presidente Alexandre Tombini foi acusado de ter se convertido em mero “propagandista” do governo e sepultado a “autonomia operacional” que o BC desfrutou até então nos governos anteriores³⁹³.

Em suas críticas à redução da Selic, o *Estadão* embutia um argumento nobre, supostamente em benefício da população em geral, especialmente dos trabalhadores assalariados, para disfarçar sua contrariedade com a política que prejudicava os interesses rentistas e financeiros que têm tanto espaço em seu caderno de economia: o perigo da inflação. Sempre que trata da Selic, os editoriais falam da inflação.

Além disso, o jornal seguiu publicando dezenas de editoriais alarmistas sobre um suposto descontrole inflacionário no país. Socorreu-se de ex-presidentes do BC do governo do PSDB para criticar o que chamou de “descaso com a inflação” no governo Dilma Rousseff que tanto propagaria metas de redução da Selic, mas nada fazia para conter a “festa da inflação”. Na propaganda do jornal, “o governo fez uma perigosa opção pela meta de juros, em detrimento da meta da inflação”³⁹⁴. Na verdade, os índices de inflação no governo Dilma ficaram todas dentro da meta estipulada pelo governo/BC. Em 2011, a inflação foi de 6,50%. Em 2012, caiu para 5,84% e, em 2013, fecharia em 5,91%, índices compatíveis com os resultados dos anos

³⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 25/02/2012, p. A3, 09/03/2012, p. A3, 26/05/2012, p. A3 e 27/07/2012, p. A3.

³⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 07/01/2012, p. A3, 08/10/2012, p. A3, 22/10/2012, p. A3 e 25/10/2012, p. A3.

anteriores³⁹⁵ e compreensível em um cenário próximo ao pleno emprego, como o vivido pelo Brasil naquele começo de década.

Sempre que comentou sobre a Selic e a inflação, o *Estadão* cobrou o BC. No começo de 2013, em uma entrevista à jornalista Miriam Leitão, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pressionado, declarou que a inflação mostrava “uma resiliência forte” e que o governo e o BC não estavam confortáveis com a situação. Segundo André Singer, este deslize foi “o suficiente para que os investidores passassem a apostar na alta dos juros” (2018, p. 52), tudo potencializado pela imprensa. A fala de Tombini causou reação no governo. O ministro Mantega garantiu que não havia motivo para alarde e a presidenta Dilma endossou a fala dele. De fato, o BC aumentou a Selic em 0,25% em abril de 2013, tendência que se manteria pelos anos seguintes. Em editorial triunfante em que comemorou a vitória da imprensa e dos rentistas no cerco à redução da Selic, o *Estadão* chamou de “tímido aumento” e exigiu mais altas nas reuniões seguintes do Copom³⁹⁶. A vitória dilmista sobre o rentismo da taxa Selic foi considerável, mas mostrou-se efêmera e revelou “que correntes invisíveis tinham reordenado forças submersas, e que o ensaio [desenvolvimentista] começava a naufragar” (SINGER, 2018, p.53).

Como argumenta Laura Carvalho, para que a redução da taxa Selic resultasse em crédito a custos menores para o consumidor e o empresariado, o governo se concentrou em atacar o *spread* bancário, que é a diferença entre a taxa de juros cobrada pelos bancos aos tomadores de crédito, e a taxa de juros paga pelo banco aos que depositam dinheiro na instituição. Segundo fala de Mantega à época, “Estão [os bancos] captando [dinheiro] a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica” (SINGER, 2016: 35). Ou seja, quanto maior o *spread* bancário, maior a taxa de lucro do banco. Forçar a redução do *spread* significa diminuir o lucro do banqueiro.

André Singer aponta para uma característica importante do modo de Dilma fazer política: enquanto Lula operou evitando o confronto, Dilma não apenas “rompeu a *détente* com o rentismo” (2018, p. 48), como também decidiu publicizar o embate com o setor bancário. Foram várias as declarações de Dilma, Mantega, Tombini neste sentido. Em abril de 2012, a presidenta acionou que os bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) que reduziram seus *spreads* bancários, provocando irritação no mercado financeiro. Emparedados, os bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander) tentaram fazer cobranças públicas ao governo.

³⁹⁵ Nos anos anteriores a inflação foi de: 5,91% em 2010; 4,31% em 2009; 5,90% em 2008 e 4,46% em 2007.

³⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/2013, p. A3.

Sem sucesso e com risco de perderem clientes, logo tiveram que também reduzir seus *spreads* bancários, suas taxas de juros e margem de lucro nos empréstimos.

A batalha dos *spreads* foi vencida por Dilma, mas no mercado financeiro, a reação foi de descontentamento. Laura Carvalho escreveu que este gesto de enfrentamento foi recebido “com enorme má vontade por analistas e representantes do mercado financeiro” (2018, p. 75). André Singer avaliou que este movimento do governo deixou a impressão de que “o Estado se arrogava o direito de intervir no motor da atividade capitalista, a saber, o lucro” e, por isso, desde então, é compreensível que “derrubar Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro” (2018, p. 49-50) assim como derrotar Dilma nas urnas em 2014, apoiando o candidato opositor do PSDB.

Naquele mês, o *OESP* publicou três editoriais comentando a batalha dos *spreads*. Reconheceu que os juros dos empréstimos bancários no Brasil “beiram a insanidade” e que Dilma foi a primeira presidenta a enfrentar “o poderio dos bancos privados” na era democrática, mas levantou dúvidas sobre a legalidade de se usar bancos públicos neste movimento. O jornal elogiou o recuo dos bancos privados. Porém, deixou um alerta à presidenta que “obteve sua primeira vitória” ao enfrentar os bancos: “nada garante, por enquanto, que ela será duradoura ou que terá eficácia”³⁹⁷.

A força e participação do setor industrial na economia brasileira era um dos grandes temas do debate econômico no período. Falava-se em desindustrialização do país devido à concorrência dos produtos importados e dos alegados altos custos para o setor produtivo com mão de obra, tributos, real valorizado e infraestrutura precária. Como apontado até aqui, o “Plano Brasil Maior” ou “Agenda Fiesp” do governo Dilma Rousseff servia às reivindicações desta fração burguesa no objetivo de reindustrializar o país. Assim, além da redução dos juros, o governo acentuou outras medidas ao longo de 2012 e do primeiro semestre de 2013.

Entre 2011 e 2012, dentro do “Plano Brasil Maior”, o governo editou cerca de 280 medidas que abrangeram: constante e crescente redução de IPI; ampliação do programa de Microempreendedor Individual (MEI); desonerações fiscais sobre a folha de pagamento para os setores industrial, serviços e construção civil; desonerações de PIS/Cofins sobre investimentos; redução de impostos sobre os produtos da cesta básica. Laura Carvalho chama atenção para as desonerações tributárias que, iniciadas no governo Lula, ganharam centralidade

³⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2012, p. A3, 15/04/2012, p. A3 e 20/04/2012, p. A3.

na política econômica de Dilma e tinha por objetivo “manter empregos e elevar a competitividade nos setores industriais” (CARVALHO, 2018, p. 70).

É constante nos editoriais do jornal o argumento de que a indústria brasileira sofreria com o que chama de “custo Brasil”: as dificuldades tributárias e trabalhistas do setor e a precária infraestrutura do país. Por isso, são vários textos repisando o sofrimento dos industriais diante dos produtos importados e apontado que o setor está à beira da convalescença e do desastre³⁹⁸. A cada novo pacote governamental de desonerações fiscais, um editorial do *Estadão* o julgava ineficiente ou limitado para a indústria brasileira. Em suma, o periódico avaliava que tais medidas até estimulariam o consumo, agradariam consumidores e frações burguesas, mas seriam insustentáveis no longo prazo. Segundo o jornal, o governo apostava, equivocadamente, em um “protecionismo mal disfarçado” e anacrônico, quando deveria centrar esforços em planos de infraestrutura e na reforma tributária. Nem mesmo a redução de tributos sobre a cesta básica foi poupada de críticas³⁹⁹.

Como parte de sua política econômica pró-industrialização, mas também no combate à inflação, o governo apostou no controle e represamento de preços administrados pelo Estado, como os combustíveis, Correios, pedágios, transporte público e energia elétrica. A FIESP liderou uma campanha pela redução no preço da energia elétrica, que foi encampada pelo *Estadão* como necessária para reduzir o “custo Brasil”⁴⁰⁰. Entre 2012 e 2013, o governo extinguiu tributos, renovou as concessões, cobriu o prejuízo das concessionárias e reduziu a tarifa em 18% para consumidores residenciais e 32% para a indústria e comércio.

Ainda como parte de sua histórica agenda neoliberal, agora adaptada ao argumento de combater o “custo Brasil”, o *OESP* seguiu publicando editoriais exigindo uma reforma trabalhista, supostamente “não para suprimir direitos”, mas para se “modernizar” e expandir os direitos “a milhões de trabalhadores”. A “livre negociação” entre patrões e empregados e o fim do imposto sindical foram as principais reivindicações do jornal quando a CLT completou 70 anos⁴⁰¹.

O fato é que a economia brasileira pouco cresceu em 2011 (3,97%) e 2012 (1,92%). Publicamente, o governo minimizava os números e garantia que o país passava por um momento de transição e que o crescimento seria maior e mais sustentável nos anos seguintes.

³⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2012, p. A3, 21/03/2012, p. A3, 08/08/2012, p. A3

³⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04/04/2012, p. A3, 23/05/2012, p. A3, 14/06/2012, p. A3, 23/07/2012, p. A3, 13/08/2012, p. A3, 13/03/2013, p. A3 e 14/03/2013, p. A3.

⁴⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 28/05/2012, p. A3 e 29/07/2012, p. A3.

⁴⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 05/05/2012, p. A3, 23/07/2012, p. A3 e 01/05/2013, p. A3.

Na prática, como aponta Laura Carvalho, enquanto Dilma “esperava que as renúncias fiscais estimulassem as empresas a realizar investimentos e gerar empregos”, o que aconteceu foi que, por variados motivos, a fração burguesa industrial acabou utilizando as políticas econômicas para “aumentar suas margens de lucro [...] servindo como política de transferência de renda para os mais ricos” (2018, p. 74). Em seus editoriais, o *Estadão* culpou exclusivamente o governo Dilma pelo que qualificou de “fiasco” diante da “ineficiência” das políticas econômicas implementadas pelo governo: “os problemas são internos, todos fabricados no Brasil por uma política há muito tempo defeituosa e piorada pela teimosia do atual governo”⁴⁰².

Por “teimosia”, entenda-se a insistência de Dilma em não aderir à agenda neoliberal. Por exemplo: o jornal criticou o uso da Petrobrás no represamento dos preços dos combustíveis; reclamou do que considera o exagerado número de funcionários públicos; seguiu defendendo cortes no Orçamento, ao mesmo tempo em que clamava por investimentos em infraestrutura e privatizações⁴⁰³.

No início de 2013, o *Estadão* partiu para uma ofensiva editorial alarmante sobre uma propalada deterioração e maquiagem das contas públicas. É fato que as desonerações fiscais, os investimentos no PAC e os programas sociais impactaram negativamente nas contas do governo federal. O governo Dilma então respondeu com várias medidas fiscais e contábeis: atacou um dos pilares do “tripé neoliberal” ao reduzir o superávit primário, a parte da arrecadação de impostos destinados ao pagamento da dívida pública com bancos e financistas nacionais e internacionais; promoveu operações financeiras com os bancos públicos; e usou dividendos de empresas estatais para fechar as contas públicas. O *Estadão* publicou dezenas de editoriais qualificando tudo como: “botox nas contas”; “promiscuidade”; “nova herança maldita”; “enrolação e maquiagem”; “remendos”; “superávit distorcido”; “gandaia fiscal”, dentre outros⁴⁰⁴.

Como se sabe, o tema da suposta deterioração e maquiagem das contas públicas, depois chamadas de “pedaladas fiscais”, será a justificativa oficial para o golpe parlamentar travestido de *impeachment* em 2016 contra Dilma Rousseff. Este será um dos temas preferenciais dos editoriais do *OESP* a partir do segundo semestre de 2013, afinal, “do jeito como o governo vem conduzindo a política fiscal, não há expectativa de melhora antes da próxima eleição

⁴⁰² *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2012, p. A3, 30/12/2012, p. A3 e 03/03/2013, p. A3.

⁴⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 15/02/2012, p. A3, 16/08/2012, p. A3, 12/09/2012, p. A3, 06/01/2013, p. A3, 27/03/2013, p. A3,

⁴⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 04/10/2012, p. A3, 04/01/2013, p. A3, 06/01/2013, p. A3, 11/02/2013, p. A3, 08/04/2013, p. A3 e 30/04/2013, p. A3.

presidencial”⁴⁰⁵, ou seja, o jornal já apontava, em abril de 2013, um dos temas fundamentais para a campanha presidencial com objetivo de evitar a reeleição de Dilma.

A partir de junho de 2013, o Brasil entraria em um novo contexto político e econômico. No plano econômico, o cerco rentista seria intensificado, as frações burguesas industriais, que se beneficiaram das desonerações e demais medidas, abandonaria o governo que ficaria atônito e sem um plano econômico para reagir. Os motivos e consequências, serão o tema do próximo capítulo. Em 2013, o PIB ainda conseguiu reagir e ter um expressivo crescimento de 3%, porém, como aponta André Singer:

Com o contínuo aumento dos juros, as perspectivas de manter o ritmo em 2014 estavam praticamente anuladas. A nova matriz tinha perdido momentum, e a estridência dos ataques ao ativismo estatal por parte de bancos estrangeiros, de agências de risco, de instituições internacionais de controle econômico, de corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa brasileiros criavam o clima necessários para forçar um ajuste recessivo. Incontáveis artigos e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a repisar que era preciso cortar os gastos ineficientes e ‘descontrolados’ do governo, cessar o intervencionismo e deixar o mercado funcionar para ‘reordenar o país’ (2018, p. 54).

Ou seja, a partir do segundo semestre de 2013, o governo pouco pôde fazer para direcionar a agenda econômica e ficou mais a reboque e na defensiva.

⁴⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 08/04/2013, p. A3.

4 A NOVA CONJUNTURA POLÍTICA PÓS-JUNHO 2013, CUNHA LIDERA O PMDB OPOSICIONISTA, A LAVA JATO CERCA O GOVERNO, A ELEIÇÃO RADICALIZADA E O ALARMISMO ECONÔMICO (2013-2014)

Este capítulo trata das posições assumidas pelo jornal O Estado de S. Paulo a partir do mês de junho de 2013 até o resultado final da eleição presidencial de 2014.

As manifestações de rua em junho de 2013 por todo o país mudaram radicalmente a conjuntura política brasileira para os anos seguintes. Quando as manifestações eram apenas do Movimento Passe Livre, o jornal exigiu repressão policial. Quando as manifestações cresceram por todo o país, o *Estadão* se juntou à toda grande imprensa que agiu para direcionar a pauta de reivindicações com críticas aos serviços públicos, ao campo político, à corrupção e ao governo Dilma e o PT.

O campo político se viu acuado pelo fervor das ruas. Com medo, a base congressual se tornou ainda mais arredia à presidenta Dilma, de quem cobrava proteção. Foi neste contexto que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) ascendeu como o líder da oposição governista na Câmara. Em vários momentos, o partido do vice-presidente esteve à beira do rompimento com o governo e com o PT para a eleição presidencial. Editorialmente, o *Estadão* acompanhou a crise política com expectativa de que ela resultasse em derrota do PT nas urnas.

O recorte deste capítulo também foi marcado pela prisão dos condenados na AP 470, para regozijo do periódico e posterior revisão da condenação por formação de quadrilha, decisão fortemente criticada pelo jornal. Ao mesmo tempo, teve início a Operação Lava Jato, que desde o início contou com a simpatia do jornal, que sempre forçou associar as denúncias de corrupção na Petrobrás às investigadas na AP 470. Com a Lava Jato, o jornal renovou as esperanças de ver o ex-presidente Lula diretamente envolvido e, quiçá, preso.

Neste contexto, os bons índices de empregabilidade camuflavam os sinais de estagnação econômica. A “Nova Matriz” dilmista se rendeu ao cerco do mercado financeiro e voltou a aumentar a taxa Selic, sob aplausos do *OESP*, ao mesmo tempo em que seguiu no alarmismo de um suposto descontrole inflacionário. Um novo elemento passou a povoar os editoriais econômicos do jornal: as contas públicas estariam em frangalhos por conta do “populismo” petista.

Por fim, em mais uma eleição presidencial, o *Estadão* deu declarado apoio editorial ao candidato do PSDB e se empolgou com a real chance de vitória no segundo turno. Após a quarta

derrota seguida para o petismo, o *OESP* se tornou ainda mais opositor e virulento em suas críticas ao governo. Em vários momentos, o jornal insinuou e estimulou qualquer alternativa política ou judicial que resultasse na saída de Dilma da presidência da república.

4.1 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 ABREM NOVA CONJUNTURA POLÍTICA

O mês de junho de 2013 sacudiu a sociedade e a política brasileira. De repente, as ruas das grandes cidades foram tomadas por manifestações com pautas difusas, que abalaram o campo político e dividiram o governo Dilma Rousseff em antes e depois. O jogo político do governo com a base congressional se tornou ainda mais tenso, os políticos de oposição, até então irrelevantes, ocuparam o espaço aberto, o PMDB acentuou seu afastamento do petismo, a presidenta Dilma perdeu popularidade e seu governo não soube responder aos anseios dos protestos e ao cerco rentista, neoliberal, midiático e opositor, intensificados diante da fragilidade do governo.

Em 02 de junho foi decretado o aumento no preço das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo, que passaram de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Este aumento era previsto para o mês de janeiro, mas, a pedido do ministério da Fazenda, para evitar o repique inflacionário, a prefeitura paulistana do recém empossado Fernando Haddad (PT) o adiou para o mês de junho. Conforme reportagens do *Estadão*, o reajuste foi “bem abaixo da inflação acumulada” porque a presidenta Dilma prometeu editar uma Medida Provisória para zerar os tributos cobrados sobre as empresas de transporte coletivo. Em editorial, o jornal criticou o que chamou de “uso político das tarifas” e pediu um aumento maior⁴⁰⁶.

O último aumento da tarifa na capital paulista foi em janeiro de 2011, quando passou de R\$ 2,70 para R\$ 3,00. O *Estadão* reportou que cerca de 200 estudantes ligados ao Movimento Passe Livre (MPL) protestaram na Praça da República. A tentativa de caminhada pelas ruas do centro após as 19:00 não durou nem 15 minutos, pois a Polícia Militar logo interveio com bombas de gás lacrimogêneo, gás de pimenta e balas de borracha. O saldo foi de dezenas de estudantes detidos e relatos de feridos⁴⁰⁷. Desde 2003 o MPL organiza atos contra os aumentos

⁴⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/01/2013, p. B3, 23/05/2013, p. A18 e 25/05/2013, p. A3.

⁴⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 14/01/2011, p. C11.

de tarifas nos transportes públicos e em defesa do passe livre em diversas capitais. Em muitos deles, foi recorrente a repressão policial e consequentes confrontos e quebra-quebras.

A socióloga Maria da Glória Gohn (2014), especialista em movimentos sociais, fez importante reconstituição cronológica dos protestos de 2013 e os divide em três momentos: no primeiro (até 12 de junho), houve desqualificação e descaso ante os protestos, vistos como atos de estudantes e vândalos, sendo possível observar a criminalização e reprovação midiática; o segundo (até 18 de junho), é quando a violência policial causou revolta popular, aumenta a adesão aos atos, o movimento se torna de massa e se espalha por outras capitais, quando a marquise do Congresso Nacional é ocupada e a prefeitura paulistana é depredada, assustando o campo político e a imprensa; o terceiro (a partir de 19 de junho) marca a vitória do movimento com o cancelamento do aumento da tarifa em São Paulo e o MPL se retira dos atos a partir de 21 de junho e, desde então, passam a ter pautas variadas.

André Singer (2018) também avalia estas fases das manifestações. Segundo ele, a primeira etapa é caracterizada por haver um objetivo específico, isto é, a redução no preço das tarifas do transporte em São Paulo. No ato de 11 de junho, as cenas de confronto com a PM e depredação de patrimônio foram seguidas por editoriais raivosos na imprensa, pedindo o recrudescimento da repressão policial, o que foi atendido no ato do dia 13. A segunda etapa foi aberta pela atenção do grande público para a violência policial, fazendo com que os atos seguintes ganhassem enorme volume de participantes para além dos militantes do MPL, incluindo setores de classe média e profissionais liberais, se espalhando por outras cidades do país.

Nesta segunda etapa, houve uma importante mudança de abordagem na imprensa, incitando os manifestantes a ocuparem as ruas contra os partidos, o campo político e principalmente contra o governo federal de Dilma Rousseff. As ruas se encheram de cartazes contra a corrupção, os gastos com as obras da Copa do Mundo e Olimpíadas e pedidos por mais investimentos em saúde e educação. Além deles, Singer (2018) chama atenção para a inclusão de temas distantes do cotidiano da população, com críticas à PEC 37⁴⁰⁸. No ato que pretensamente comemoraria a redução do valor das tarifas, manifestantes e bandeiras de partidos de esquerda foram expulsos à força por grupos de pessoas vestidas de verde-amarelo reforçados por *skinheads*. Na terceira etapa, a partir do dia 21 de junho, o MPL se retirou, a

⁴⁰⁸ Que impunha limites para o Ministério Público nas investigações criminais.

pauta dos atos se fragmentou ainda mais, se espalhou por cidades do interior e grupos de direita, conservadores e/ou liberais, passaram a ocupar as ruas.

Os editoriais do *Estadão* podem ser encaixados nas etapas/fases descritas acima. De início, o jornal qualificou os manifestantes do MPL como meros “bando de vândalos”, formados por estudantes “das alas radicais dos partidos PSOL e PSTU” que atacaram a PM, cuja resposta teria sido em legítima defesa e para conter a destruição do centro da cidade. No dia da maior repressão promovida pela PM, o jornal chegou às bancas com editorial exigindo do governador paulista um “maior rigor” por parte da polícia para “endurecer o jogo” contra os “grupos radicais”⁴⁰⁹. Ante o crescimento dos atos, o jornal mudou o foco. Passou a tentar “entender as manifestações” e enfatizar que a maioria dos participantes era composta por jovens pacíficos com “vontade de falar” contra os políticos, cuja reivindicação essencial era a urgência na melhoria dos serviços públicos⁴¹⁰.

São variadas as motivações que levaram multidões às ruas em junho. Maria Gohn (2014) mostra que, nos meses anteriores, havia movimentações de profissionais da educação e da saúde, de quilombolas e indígenas e os contínuos atos de sem-terras e sem-tetos. Singer (2018) aponta que: no início de 2013, havia alta inflacionária nos serviços mais consumidos pela classe média (escolas, restaurantes, salões de beleza); o empresariado estava insatisfeito com a alta salarial para os trabalhadores; o midiático julgamento da AP 470 ainda ressoava; a imprensa acusava o governo de intervencionismo econômico e maquiagem nas contas públicas; a nova classe trabalhadora percebia que a ascensão dos anos anteriores havia estancado.

Por isso, Singer (2018) defende uma “hipótese composta” que nos permite pensar a existência de “dois junhos” simultâneos. Havia tanto a classe média tradicional com boa renda, alta escolaridade e meia idade, quanto a nova classe trabalhadora ou o subproletariado com baixa renda, média escolaridade e jovem. Assim, uma ideologia mais à direita, liberal, conservadora e com certa pulsão fascista se encontrou nas ruas com uma ideologia mais à esquerda, anticapitalista, que demandava mais serviços e proteção do Estado.

Singer (2018) acredita que o governo Dilma perdeu a oportunidade para conectar os anseios das ruas ao ensaio neodesenvolvimentista, mostrando que a “saúde e educação padrão FIFA” poderiam vir com a reindustrialização esperada a partir das medidas econômicas do governo. Por isso, ele avalia que, na ausência de uma resposta “à esquerda”, o espaço foi ocupado pela oposição de centro-direita que difundiu a hostilidade ao lulismo, aos impostos, ao

⁴⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2013, p. A3 e 13/06/2013, p. A3.

⁴¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2013, p. A3, 19/06/2013, p. A3 e 21/06/2013, p. A3.

Estado; abusou da imagética verde-amarela patriótica e fincou a bandeira da anticorrupção como a solução para as carências sociais, bandeira esta que seria posteriormente apropriada pela Lava Jato.

O que interessa para este trabalho é a repercussão das revoltas de junho no campo político, no jogo partidário e congressual. Na tese de Marcos Nobre, as manifestações serviram para “abrir um enorme rombo na blindagem pemedebista” (2013, p. 142), uma vez que confrontou o sistema político e exigiu dele uma reforma radical. O mote “não me representa” significava a busca por novos caminhos de participação política, aprofundar a democracia, o que assustou o campo político. Na visão de Nobre, a revolta explodiu porque grande parcela da população não encontrava formas de expressão política em um sistema altamente blindado e imobilizado pelo “pemedebismo”.

De fato, os meses de junho e julho foram de grande agitação no meio político. A primeira consequência mais imediata das revoltas foi a queda nos índices de aprovação e popularidade da presidenta Dilma Rousseff. É evidente que todo o campo político em geral, governadores e congresso especialmente, também sofreram, mas destes a aprovação já era pequena e a repercussão midiática concentrou-se mais na imagem da presidenta.

Na verdade, uma pesquisa Datafolha feita antes das manifestações, mostrou que o índice de ótimo/bom do governo caiu de 65% para 57%, com reduções mais expressivas entre os brasileiros da região Sul e com renda superior a 10 salários mínimos. O mesmo cenário foi confirmado por uma pesquisa Ibope realizada antes do pico mais tenso das manifestações⁴¹¹. Ou seja, já havia um viés de baixa e o editorial do *Estadão* foi irônico em sua avaliação comemorativa: a população passava a ter “uma avaliação mais realista do seu preparo para conduzir o país”⁴¹². O marqueteiro João Santana, por sua vez, garantia que até o final do ano a presidenta recuperaria sua popularidade⁴¹³. Pesquisa Ibope realizada no começo de julho, após o fim do maior ciclo de protestos nas ruas do país, confirmou a queda na popularidade do governo Dilma, chegando a 31% de ótimo/bom, ficando empatado com o conceito de ruim/péssimo que subiu de 13% para 31%. A pesquisa verificou ainda os índices de ótimo/bom dos governadores: Sérgio Cabral (PMDB-RJ) 12%, Tarso Genro (PT-RS), 25% e Geraldo Alckmin (PSDB-SP), 26%⁴¹⁴.

⁴¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2013, p. A6 e 20/06/2013, p. A4.

⁴¹² *O Estado de S. Paulo*, 11/06/2013, p. A3.

⁴¹³ *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2013, p. A7.

⁴¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 26/07/2013, p. A4.

Em julho, o *Estadão* também publicou com destaque uma pesquisa feita pelo Ibope ainda em março, cujo tema central era a percepção da população sobre a corrupção nas Instituições. 81% consideraram os partidos políticos “corruptos ou muito corruptos”; 72% responderam o mesmo sobre o Congresso e 70% sobre a polícia, o que mostra um grande descrédito para com o campo político em geral. Pior que isso, a percepção de 83% era que a corrupção havia aumentado nos últimos dois anos. O mesmo desalento é observado sobre o Poder Judiciário, considerado “corrupto ou muito corrupto” por 50%, outros 56% viam o combate à corrupção como não eficiente. Mais que isso, havia grande expectativa de participação na política, uma vez que 81% acreditavam poder “fazer diferença na luta contra a corrupção”⁴¹⁵.

A queda na popularidade da presidenta animou os pré-candidatos de oposição. Segundo o *Estadão*, Aécio Neves e Eduardo Campos comemoram a chance de ter segundo turno na eleição presidencial do ano seguinte e juntos com Marina Silva, passaram a se falar com frequência, adotaram estratégias comuns e até “firmaram pacto contra o PT”, para, em público, insistir nas críticas ao governo⁴¹⁶. O PSDB, que acabara de comemorar 25 anos de fundação, tentava afinar o discurso que mais agradaria as ruas naquele momento. Falava em combate à inflação, um “choque de gestão”, redução de ministérios e cargos, uma agenda liberal nos costumes, mais “eficiência” no serviço público e reformas neoliberais. O PSB definiu seu mote de campanha como “O Brasil pode mais” e até chegou a prometer empunhar a bandeira da tarifa zero no transporte coletivo. Marina Silva, por sua vez, ainda batalhava pela construção de seu no partido⁴¹⁷.

Uma pesquisa presidencial Ibope publicada no começo de julho, justificou a animação da oposição. Nela, a presidenta Dilma piorou em todos os cenários possíveis. Na pesquisa espontânea, a presidenta caiu de 35% para 16% das intenções de voto, mas aqui os nomes de oposição seguiam estagnados, sendo Aécio, com meros 5%, o mais lembrado, e o ex-presidente Lula foi citado por 12%. A rejeição ao nome de Dilma mais que dobrou, passando de 20% para 43%. Nas pesquisas estimuladas para o primeiro turno, Dilma caiu de 58% para 30% e viu Marina Silva se aproximar, passando de 12% para 22%, Aécio subindo de 9% para 13% e Campos de 3% para 5%⁴¹⁸. Nos cenários estimulados em segundo turno, havia embate técnico

⁴¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 09/07/2013, p. A3.

⁴¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 12/06/2013, p. A5 e 20/06/2013, p. A4.

⁴¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/06/2013, p. A6, 23/06/2013, p. A8 e 25/06/2013, p. A8

⁴¹⁸ Este mesmo cenário, mas com o ex-presidente Lula ocupando a vaga do PT, ele tinha 41% das intenções de voto, ante 18% de Marina, 12% de Aécio e 3% de Campos.

entre Dilma e Marina, e a petista seguia vencendo com tranquilidade os pré-candidatos Aécio e Campos⁴¹⁹.

Pressionada pela oposição, a presidenta reagiu. Em eventos de lançamento de programas voltados às classes populares, como a compra de móveis e eletrônicos no MCMV e o PAC 2 das favelas, Dilma lembrou que a oposição “não fazia obra para as comunidades mais pobres” e garantiu haver controle da inflação e das contas públicas. Segundo ela, a imprensa fazia “terrorismo informativo” sobre a economia e a oposição apostava no “quanto pior melhor”, fazendo “leviandade política grave” há mais de um ano antes das eleições⁴²⁰. Em editoriais, o *Estadão* rotulou tais iniciativas como “populista”, mera “demagogia eleitoreira” e “areia nos olhos dos descontentes”⁴²¹.

Pressionada pelas ruas, Dilma afirmou querer “disputar a voz das ruas” e, para isso, o governo passou a buscar diálogo com os movimentos sociais, inclusive o MPL e a apresentação de uma agenda de medidas que respondessem aos anseios dos manifestantes. Nos transportes, prometeu investir o volumoso montante de R\$ 50 bilhões em transportes e mobilidade urbana. Na saúde, acenou com a contratação de médicos estrangeiros e a criação do programa Mais Médicos. Na educação, reforçou a proposta de destinar 100% dos royalties do pré-sal. Também prometeu apresentar um “pacote anticorrupção”, contendo decretos e projetos de lei que endureceriam a punição para servidores corruptos e empresas corruptoras⁴²². Sobre o programa Mais Médicos, o *Estadão* o considerou demagógico, irresponsável e se perfilou ao lado dos Conselhos de Medicina críticos à proposta⁴²³.

Pressionada pelo campo político e pela base congressual, assustados com as críticas das ruas, Dilma deu sua resposta mais atabalhoada para o momento: propôs uma Constituinte exclusiva, com plebiscito, para promover a sempre debatida e adiada reforma política. A proposta foi mal recebida por governadores, pelo Congresso, pelo STF e pelo vice-presidente Michel Temer e seu PMDB, afinal, tudo o que o campo político pemebelizado não queria, era uma mudança desfavorável a eles nas regras do jogo político. Em compensação, movimentos sociais e OAB se mostraram simpáticos. Diante das reações, já no dia seguinte, a presidenta desistiu da proposta de Constituinte, mas insistia em querer debater o plebiscito com os parlamentares⁴²⁴. Também aqui, o *Estadão* se posicionou contra o que chamou de “uma ilegal

⁴¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/2013, p. A4.

⁴²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2013, p. A4 e 15/06/2013, p. A4.

⁴²¹ *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2013, p. A3 e 14/06/2013, p. A3.

⁴²² *O Estado de S. Paulo*, 24/06/2013, p. A4, 25/06/2013, p. A6, 26/06/2013, p. A6 e 27/06/2013, p. A9.

⁴²³ *O Estado de S. Paulo*, 10/07/2013, p. A3.

⁴²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 25/06/2013, p. A4 e A5, 26/06/2013, p. A4 e 27/06/2013, p. A4.

Constituinte exclusiva”, fruto da desorientação da presidenta que insiste no “delírio político e jurídico” do plebiscito⁴²⁵.

Embora o Congresso estivesse em ritmo frenético de votações para responder as críticas das ruas, estas propostas políticas de Dilma foram engavetadas, com grande participação da base aliada, em especial do PMDB e seu líder Eduardo Cunha. Mesmo antes das manifestações, líderes estaduais do aliado rival, ameaçavam apoiar o presidenciável Eduardo Campos e se aliar regionalmente ao PSB. Os peemedebistas reclamavam da “articulação política” de Dilma, enquanto o *OESP* falava em “divórcio iminente” em vários estados e uma reunião entre Dilma e Temer para “discutirem a relação”⁴²⁶. Como de praxe, o governo acenou com cargos e a liberação de emendas no orçamento, para tentar aplacar a rebelião na base. Os líderes do PMDB desdenharam das propostas e prometeram manter a tramitação da PEC que criava o Orçamento Impositivo. Eduardo Cunha até fez elogios públicos a Eduardo Campos. A ministra Ideli Salvatti admitiu que “de vez em quando acontece” da base fazer chantagens. O presidenciável Aécio Neves já cortejava os partidos da base aliada com vistas à eleição do ano seguinte, em especial os fisiológicos PP, PTB e PSD, mas também o esquerdista PDT e o descontente PMDB⁴²⁷.

Segundo as reportagens do *Estadão*, havia dois motivos principais para o endurecimento das relações da base e do Congresso para com o governo e a presidenta após as manifestações de junho: a já comentada queda de popularidade do governo Dilma e a percepção entre os congressistas, tanto da base quanto da oposição, que as sugestões apresentadas pela presidenta como respostas políticas às manifestações (Constituinte e plebiscito) jogou a culpa da crise política para o Legislativo. Assim, para os jornalistas do *Estadão*, o Congresso prepararia uma “desforra”, uma “retaliação contra o governo” ao discutirem aberturas de CPIs e fim da reeleição para o Executivo já na próxima eleição⁴²⁸.

A base pressionou ainda por mudanças na equipe econômica e, principalmente, na articulação política. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira, sugeriu um interlocutor “nos moldes” de José Dirceu e Antonio Palocci. O *OESP* abriu aspas para um senador não identificado pela reportagem: “acabou a brincadeira” e que a presidenta Dilma teria que “realmente ter um governo de coalizão”, se quisesse governar e ser reeleita em 2014. Dilma se

⁴²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 20/06/2013, p. A3, 28/06/2013, p. A3 e 04/07/2013, p. A3.

⁴²⁶ Principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí e Distrito Federal onde os partidos tinham pré-candidatos rivais, enquanto nos estados de Pernambuco, Rondônia, Ceará e Paraná, os partidos não concordavam na formação de coligações.

⁴²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2013, p. A4, 05/06/2013, p. A6, 09/06/2013, p. A6, 14/06/2013, p. A6 e 16/06/2013, p. A6.

⁴²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 30/06/2013, p. A4 e 01/07/2013, p. A4.

reuniu com parlamentares para debelar a “crise que abala a coalizão” com o PMDB. O aliado pediu mais ministérios, a liberdade para nomear todos os escalões e mais diretorias da Petrobrás, Furnas e Eletrobrás. Dilma negou e reagiu à investida peemedebista: “se forem essas as concessões, não vou fazer. Podem tirar o cavalinho da chuva”, teria declarado segundo reportou o jornal⁴²⁹.

Em julho, Dilma travou uma batalha com o Congresso pelo plebiscito da reforma política e perdeu. Partidos da base ameaçaram retaliar com questões sobre reeleição e tempo de mandato. Quem liderou a rebelião foi o PMDB e seu líder Eduardo Cunha. O vice-presidente Michel Temer se reuniu com líderes da base e declarou não haver tempo hábil para um plebiscito, descartando-o. Dilma o repreendeu e o vice recuou na afirmação. O deputado Paulinho da Força (PDT) declarou que se o governo insistisse no plebiscito, os parlamentares puxariam um “fora Dilma”⁴³⁰. Uma reunião de líderes partidários na Câmara isolou o PT, enterrou de vez a proposta de plebiscito e criou, mais uma comissão para elaborar proposta de reforma política. Dilma ainda insistiu argumentando que o plebiscito, ao consultar a população, era “imprescindível como resposta efetiva ao desejo profundo que emanou das manifestações”, mas os parlamentares não pensavam assim e ela foi ignorada⁴³¹.

O *Estadão* reportou uma reunião a portas fechadas da bancada do PMDB na Câmara. Segundo o jornal, liderados por Eduardo Cunha, além de fechar questão contra o plebiscito, a reunião foi cheia de críticas à presidenta Dilma e ao PT, os deputados chegaram a propor uma “reavaliação da aliança com o PT” para a eleição presidencial. Nas aspas publicadas anonimamente pelo periódico, os deputados falaram em “evitar o abraço dos afogados”, e afirmaram que a aliança estava “em xeque sim” e que os cinco ministérios do partido “não valem um”. Dias depois, outra matéria afirmou que a cúpula do PMDB havia criado uma espécie de “banda de popularidade” para decidir se permaneceria ou não no governo e na aliança eleitoral: Dilma teria três meses para recuperar a popularidade e manter índices de 33% nas intenções de voto. Nas palavras do jornal, o governo já estava informado de que existia “uma ala dentro do PMDB, liderada pelo deputado federal Eduardo Cunha (RJ), que trabalha para o esgarçamento irreversível da aliança” e com isso permitir maior autonomia para as alianças estaduais e eleições parlamentares⁴³².

⁴²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 01/07/2013, p. A4, 07/07/2013, p. A4 e 08/07/2013, p. A4.

⁴³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 28/06/2013, p. A4, 03/07/2013, p. A4, 05/07/2013, p. A4 e 08/07/2013, p. A4.

⁴³¹ *O Estado de S. Paulo*, 10/07/2013, p. A4 e 18/07/2013, p. A4.

⁴³² *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2013, p. A5 e 14/07/2013, p. A10.

Os articulistas do *Estadão*, especialistas nos bastidores da política congressual, repercutiram a insatisfação do PMDB. Dora Kramer discute falas do baiano Geddel Vieira Lima, então vice-presidente da Caixa, incitando os correligionários a tomar uma decisão definitiva sobre o futuro da aliança. O partido se via alijado do centro do governo, atuando como mero coadjuvante da governabilidade, o que causaria dificuldades para eleger governadores e resultar em possível diminuição da bancada de deputados federais. João Rabello garantiu que havia, no PMDB, “ares de desembarque da base” após a queda de popularidade da presidenta⁴³³.

Contra isso, Dilma esperava contar com o “apoio incondicional de seu vice-presidente Michel Temer”. Internamente, o PT se reunia para entender as Revoltas de Junho e debater a articulação política do governo Dilma. Diante dos problemas, ressurgiu com mais força o coro de “volta Lula”, animando parte da militância petista, mas, ao menos publicamente, abafado pela cúpula partidária, rechaçado pelo ex-presidente e negado por Dilma. Lula inclusive defendeu a sucessora, que seria alvo de preconceito sexista por parte dos opositores⁴³⁴. Sobre a relação com o aliado peemedebista, o PT mostrava arrependimento pelo acordo de rodízio na presidência da Câmara que, neste momento de crise de popularidade e sucessão eleitoral, dava ao PMDB o controle total do Congresso, onde o “espetáculo é comandado” por Henrique Alves e Eduardo Cunha, sob olhares complacentes de Michel Temer. Kramer dá aspas para um petista não identificado: “os caras [peemedebistas] são profissionais. Querem sugar o governo ao máximo e se a reeleição estiver ameaçada, nos jogar fora”. Fato é que todos os partidos da base estavam em compasso de espera, a observar as próximas pesquisas⁴³⁵.

4.2 AS OPOSIÇÕES SE ARTICULAM E TEM DOIS NOMES COMPETITIVOS PARA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Como visto no tópico anterior, a crise política aberta pelas Jornadas de Junho de 2013, escancarou a corrida eleitoral do ano seguinte. As articulações de bastidores se tornaram mais intensas. Aécio Neves se consolidou como o nome do PSDB na tentativa de polarizar mais uma vez com o PT. Eduardo Campos e o PSB, históricos aliados do lulismo, se afastavam da órbita

⁴³³ *O Estado de S. Paulo*, 04/06/2012, p. A6 e 07/07/2013, p. A11.

⁴³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 05/07/2013, p. A5, 14/07/2013, p. A10, 18/07/2013, p. A4, 21/07/2013, p. A5, 24/07/2013, p. A5, 28/07/2013, p. A6.

⁴³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 21/07/2013, p. A6 e 31/07/2013, p. A6.

petista e tentavam se afirmar como a terceira via para a disputa. A grande incógnita era se a ex-ministra Marina Silva, terceira colocada na presidencial de 2010, da qual saiu com grande capital político e eleitoral, conseguiria ou não viabilizar a formação de seu novo partido, a Rede Sustentabilidade, a tempo de disputar a eleição do ano seguinte. O prazo era o final de setembro.

Sem partido desde quando deixou o PV em 2011, Marina Silva liderou o suprapartidário Movimento Social Nova Política, que contava com empresários, artistas, militantes e políticos do PSOL, PT, PSDB e PDT, insatisfeitos em suas legendas. Cobiçada por várias legendas, em especial o PPS de Roberto Freire, no começo de 2013 Marina Silva anunciou o início das coletas de assinaturas para a criação da Rede Sustentabilidade. No evento de lançamento, a pré-candidata presidencial prometeu um partido diferente, transparente, questionador, ambientalista, fechado para políticos ficha-suja e para doações de empresas, não voltado apenas para períodos eleitorais e “nem de esquerda, nem de direita”, nas palavras da própria Marina⁴³⁶.

A empreitada para criação da Rede não era tarefa fácil. Marina teria que recolher e validar cerca de 500 mil assinaturas de eleitores do país todo. O *Estadão* noticiou que alguns partidos levaram anos⁴³⁷ e gastaram muito dinheiro para consegui-las e fez duas longas reportagens questionando os financiadores da Rede⁴³⁸. Embora oficialmente a Rede dissesse que as doações eram pulverizadas em milhares de militantes anônimos, o *OESP* apontou Neca Setúbal, a herdeira do Itaú, Guilherme Leal, dono da Natura, e o empresário Roberto Klabin como seus principais financiadores⁴³⁹.

Mesmo com uma grande rede de colaboradores, em agosto era evidente que o prazo exíguo para a coleta e validação cartorial de tantas assinaturas, era o grande entrave para a criação do novo partido. Ainda sem conseguir esta validação, Marina se encontrou com a ministra Carmem Lúcia do TSE e buscou estratégias jurídicas para acelerar o processo junto ao Tribunal. O grupo marinista reclamou da burocracia e demora dos cartórios. Próximo ao prazo final, ainda faltavam cerca de 52 mil validações. A avaliação de especialistas ouvidos pelo jornal era de que Marina havia demorado a lançar o partido e começar a recolher as assinaturas⁴⁴⁰. Editorialmente, o jornal criticou a insinuação feita pelos advogados da Rede para o TSE “relevar” excepcionalmente a falta de assinaturas no prazo estabelecido e autorizar a criação do partido⁴⁴¹.

⁴³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2013, p. A6, 16/02/2013, p. A6 e 17/02/2013, p. A6.

⁴³⁷ A exceção foi a criação do PSD de Gilberto Kassab, criado em apenas seis meses

⁴³⁸ Na estimativa do jornal, o gasto seria de cerca de R\$ 1 milhão.

⁴³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2013, p. A6 e 19/08/2013, p. A6.

⁴⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2013, p. A6 e 23/09/2013, p. A5

⁴⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 29/10/2013, p. A3.

De fato, o TSE rejeitou a criação da Rede por faltar cerca de 50 mil assinaturas. Marina mais uma vez culpou a burocracia cartorial. O campo político passou a especular o futuro da presidenciável. Os empresários financiadores da Rede pressionaram Marina a manter seu projeto eleitoral. Apesar das divergências internas, integrantes da Rede passaram a negociar o ingresso temporário no PPS. Segundo o Ibope, a ausência de Marina nas urnas seria benéfica para a reeleição da presidenta Dilma Rousseff⁴⁴².

No prazo final para filiações partidárias com vista à eleição de 2014, Marina Silva, ao lado de Eduardo Campos, anunciou seu ingresso no PSB, juntamente com os políticos ligados à formação da Rede. Em sua fala, Marina garantiu que a aliança era programática e não eleitoral e aderiu integralmente ao projeto presidencial de Campos e do PSB. Obviamente, o anúncio repercutiu no campo político e Marina já era apontada como a candidata a vice⁴⁴³. De imediato, o preterido PPS de Roberto Freire negou ter ficado frustrado e prometeu associar-se à candidatura Campos-Marina que, apesar da força eleitoral, disporia de pouco tempo no horário eleitoral na televisão, o que seria um grande desafio para alavancá-los nacionalmente⁴⁴⁴. Nos dias seguintes, a repercussão dominou as páginas do *Estadão*.

O articulista João Rabello avaliou que a surpreendente aliança Campos-Marina teria grande “eficácia política e eleitoral” por ter a seu favor o trunfo da novidade, garantiria o segundo turno presidencial e já significava duro revés para os que pretendiam reviver a polarização PT-PSDB. Dora Kramer encheu de adjetivos o movimento: “inesperado, surpreendente, competente, pragmático” que deu “um sacode geral nos preparativos”, alterando o quadro de acordos eleitorais e causando dificuldades tanto ao PSDB quanto ao PT⁴⁴⁵. Editorialmente, o *Estadão* reconheceu que a dupla Campos-Marina se tornou a “voz de maior alcance da oposição”, ressonância esta que Aécio Neves “só pode invejar”, em evidente provocação do jornal ao seu candidato preferido, que ainda se mostrava tímido pré-candidato⁴⁴⁶.

O súbito acordo gerou problemas internos tanto para a Rede quanto para o PSB. O discurso de “nova política” promovido por Marina e os militantes da Rede sofreu abalo público. Segundo o *OESP*, havia “perplexidade” entre a militância jovem da Rede. Imediatamente, Marina publicou um vídeo na internet em que admitiu ser “muito polêmico” seu ingresso no

⁴⁴² *O Estado de S. Paulo*, 04/10/2013, p. A4, A5 e A6, 05/10/2013, p. A4 e A5.

⁴⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2013, p. A4.

⁴⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2013, p. A8.

⁴⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2013, p. A12 e 08/10/2013, p. A6.

⁴⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/10/2013, p. A3.

PSB, mas defendeu-o como o mais acertado para aquele momento. Em entrevista ao jornal, ele reforçou que “o sonho não pode parar” e, por isso, decidiu não se ausentar da disputa de 2014⁴⁴⁷.

Mas o que mais indispunha PSB e Rede era que ambos já tinham acordos previamente encaminhados com outras lideranças políticas para alianças estaduais e a nova conjuntura desarranjou as movimentações. Em suas articulações, Eduardo Campos filiou políticos de tradição direitista ao PSB, como Heráclito Fortes e Paulo Bornhausen, mantinha próximas conversas com setores do DEM para alianças regionais e com o PSDB para aliança a favor de Alckmin em São Paulo. Publicamente, a Rede dizia ignorar o currículo do que o *Estadão* chamou de “aliados incômodos”, cabendo apenas à cúpula do PSB decidir sobre isso. A posição do PSB a favor do novo Código Florestal e as conversas com setores do agronegócio liderados pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM) também incomodavam a Rede. O resultado é que Caiado foi o primeiro a ser rifado das negociações e disparou fortes críticas ao que chamou de “intolerância” “preconceito” e “sectarismo” de Marina para com o setor agropecuário. Campos se movimentou rápido e buscou aproximação com o ex-ministro Roberto Rodrigues, também ligado ao agronegócio, mas mais palatável aos militantes da Rede⁴⁴⁸.

Evidentemente, o anúncio da união entre os presidenciáveis Marina e Campos gerou repercussões tanto no governo Dilma, quanto no PSDB. Para o governo, a união dos ex-ministros não agradou, mas pouco alterava, naquele momento, a posição da líder Dilma em busca da reeleição. Foi no PSDB ainda fracionado entre aecistas e serristas, que a nova conjuntura mais reverberou internamente. Publicamente, Aécio dizia que a chapa Campos-Marina indicaria o “fim do PT” no governo. Internamente, sabia-se que a exposição da nova chapa de oposição ofuscou a presença do PSDB e de Aécio no noticiário e tinha potencial para roubar-lhe o protagonismo na oposição⁴⁴⁹.

As primeiras pesquisas eleitorais⁴⁵⁰ após o ingresso de Marina no PSB confirmaram esta impressão do campo político. Segundo Ibope divulgado pelo *Estadão*, a presidenta Dilma (41%) seguia vencendo Aécio (14%) e Campos (10%) ainda no primeiro turno, mas o pessebista quase empatava com o tucano. Em um cenário com Marina (21%) e Serra (16%), a presidenta Dilma (39%) teria mais dificuldades. Nas simulações de segundo turno, Dilma venceria todos

⁴⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/2013, p. A4, 08/10/2013, p. A5 e 09/10/2013, p. A4.

⁴⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2013, p. A4, 09/10/2013, p. A7, 10/10/2013, p. A6, 28/10/2013, p. A4.

⁴⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2013, p. A6, 07/10/2013, p. A5, 08/10/2013, p. A6.

⁴⁵⁰ No Datafolha: Dilma (42%), Aécio (21%) e Campos (15%). Neste instituto de pesquisa, Campos dobrou sua porcentagem de intenções de voto. 13/10/2013, p. A6.

os adversários⁴⁵¹. As pesquisas foram comemoradas pelo PSB, que passou a divulgar a dupla Campos-Marina como os adversários mais viáveis contra Dilma e o PT⁴⁵².

Quem também se animou com os resultados foi José Serra, que percorria o Brasil em busca de exposição, ainda na esperança de ser o candidato do PSDB à presidência. Em evento na Bahia, desdenhou da possibilidade de ser o candidato a vice de Aécio Neves. Diante da juventude tucana, fez duras críticas ao partido que, segundo ele, era: excessivamente preocupado em satisfazer o mercado financeiro; faz política por meio de colunas de jornais; prima pelo excesso de regionalismo de seus líderes; e sofre de “bovarismo” ao tentar ser aceito pelo PT. No dia seguinte, o mesmo *Estadão* trouxe as respostas de Aécio: “vamos deixar o Serra falar. Cada um contribui para o fortalecimento do partido da forma que acha mais adequada. Eu, por exemplo, estou falando bem do PSDB e mal do desgoverno do PT”⁴⁵³.

As falas e movimentações de José Serra causaram desconforto e irritação entre os tucanos. A indefinição no partido favorecia o nome de Campos-Marina como principal alternativa de oposição para a eleição presidencial. O partido, que pretendia oficialmente lançar Aécio Neves apenas em março de 2014, precisou se antecipar. O senador mineiro se reuniu com Alckmin, FHC e a bancada do partido na Câmara. Todos deram declarações públicas em favor do senador. Segundo o *Estadão*, “Aécio busca acerto para antecipar campanha” e nas reuniões propôs uma “solução ‘café com leite’”, na definição do jornal: Aécio presidente e Serra, ou um paulista ligado a ele⁴⁵⁴, como vice. A expectativa era conquistar o máximo de votos nos dois maiores colégios eleitorais do país e assim compensar a esperada baixa votação no PSDB nas regiões norte e nordeste do país⁴⁵⁵.

Resolvido o imbróglio interno com José Serra, o PSDB passou às negociações para a montagem dos palanques estaduais. Segundo reportagem do *OESP*, o partido planejava 13 candidaturas próprias, enquanto em outros 9 estados, ensaiava aproximação com partidos que estavam na base dilmista no plano federal. O PSDB sabia que as insatisfações públicas, em especial do PMDB, seriam brechas para atrair apoios regionais. Aécio deu declarações no sentido de estimular a insatisfação: “O PMDB está sendo vítima dessa obsessão do PT por espaço”, disse o senador. Na Bahia, o peemedebista Geddel Vieira Lima liderava a oposição do

⁴⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 25/10/2013, p. A4.

⁴⁵² *O Estado de S. Paulo*, 13/10/2013, p. A6.

⁴⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 18/10/2013, p. A4, 03/11/2013, p. A8, 09/11/2013, p. A12, 10/11/2013, p. A8.

⁴⁵⁴ Diante das indefinições, o novo partido Solidariedade, então o único a indicar apoio a Aécio Neves, reivindicava o posto de candidato a vice com os nomes do deputado Fernando Fancischini ou o sindicalista Miguel Torres. No PSDB, o nome especulado já era o do senador serrista Aloysio Nunes Ferreira.

⁴⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 18/10/2013, p. A4, 29/10/2013, p. A5, 03/11/2013, p. A8, 05/11/2013, p. A6 e 06/11/2013, p. A6.

partido à Dilma; no Rio Grande do Norte, o peemedebista presidente da Câmara, Henrique Alves, admitia não ter o PT em seu palanque estadual; havia ainda dissidências do PMDB regional nos estados do Piauí e Ceará. Também o PP do Rio Grande Sul, liderado por Ana Amélia, estaria regionalmente fora da reeleição de Dilma⁴⁵⁶.

Enquanto isso, a aliança eleitoral entre Rede e PSB mostrava seus inconvenientes regionais. Os marineiros queriam a revisão dos acordos já encaminhados pelo PSB em alguns estados da federação, em especial com o PSDB. No início de 2014 o PSDB ganhou cargos no governo de Pernambuco e, em São Paulo, havia o acordo para o pessebista Márcio França ser o vice na chapa do tucano Geraldo Alckmin. Grupos de marineiros chegaram a emitir nota de repúdio às coligações do PSB, mas logo Marina Silva os desautorizou, Eduardo Campos reafirmou que o partido estaria aberto a todos os partidos e políticos que quisessem aderir ao seu projeto eleitoral e impôs a liderança do PSB na condução dos palanques regionais. Campos teve mais um encontro com Aécio para “afinarem o discurso de oposição” e defenderem “um novo ciclo político no País”. Dias depois, elogiou o governo FHC e o Plano Real. Este “discurso casado” e parcerias com o PSDB contava com objeções dos militantes da Rede⁴⁵⁷. A partir março, Campos adotou postura mais oposicionista e subiu o tom nas críticas à presidenta Dilma, a chamando de “autoritária” e que o Brasil “não aguenta mais quatro anos” dela à frente do Estado⁴⁵⁸.

Tanto os articulistas como os editoriais do *Estadão* cobraram unidade da oposição contra Dilma. Nas palavras de Rabello, o “mais importante é encerrar o ciclo petista de poder”. Dora Kramer se animou com a possibilidade de, pela primeira vez, a oposição não ser tímida, mas sim, estar “disposta a bater forte” em Dilma e no PT⁴⁵⁹. As críticas políticas ao governo e os ataques pessoais à Dilma foram comemorados em editoriais do *Estadão*, para quem a oposição finalmente estaria deixando o “berço esplêndido” e assumindo “postura mais contundente diante do desgoverno que aí está”⁴⁶⁰. Dirigindo-se ao PSDB, o jornal reclamou da incompetência do partido em se conectar aos anseios de mudança da população, mas elogiou quando Aécio Neves se aproximou do ex-presidente FHC e sua agenda neoliberal e privatizante⁴⁶¹.

⁴⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 21/01/2014, p. A6 e 18/03/2014, p. A4.

⁴⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 16/12/2013, p. A7, 03/01/2014, p. A4, 24/01/2014, p. A8, 08/02/2014, p. A10, 13/02/2014, p. A12, 22/02/2014, p. A6 e 27/02/2014, p. A10.

⁴⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/03/2014, p. A6, 12/03/2014, p. A5.

⁴⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 10/11/2013, p. A9, 12/12/2013, p. A6 e 05/02/2014, p. A6.

⁴⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2013, p. A3, 08/02/2014, p. A3 e 12/03/2014, p. A3.

⁴⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 20/11/2013, p. A3 e 02/03/2014, p. A3.

4.3 CUNHA LIDERA O PMDB E LEVA A BASE OPOSICIONISTA À BEIRA DO ROMPIMENTO COM O GOVERNO

Como visto nos capítulos anteriores, a relação do governo da presidenta Dilma com sua base aliada congressional estava, desde o início de 2011, em contínuo conflito e gradual fragmentação. Após as Jornadas de Junho de 2013, que atingiram a popularidade da presidenta e do Congresso, somadas a crescente proximidade das eleições gerais de 2014, devido à qual partidos e políticos já buscavam melhores posições para se reelegerem, a base congressional dilmista chegou a números impraticáveis para o governo. A relação com o PMDB, o aliado adversário liderado por Eduardo Cunha, Henrique Alves e Renan Calheiros, em constantes reuniões com o vice Michel Temer, esteve à beira do rompimento formal. Na prática, entre os meses de julho de 2013 e a eleição de 2014, não havia uma coalizão governista.

Pressionado pelas Jornadas de Junho, o Congresso mais uma vez passou a discutir uma reforma política. Porém, PT e PMDB discordaram dos rumos da reforma. Segundo o *Estadão*, havia uma “flagrante rebelião da cúpula do PMDB” contra a proposta governista. Os peemedebistas acenavam com o fim da reeleição e a criação das doações financeiras apenas para os partidos, o que legalizaria as “doações ocultas”, de forma que não seria mais possível saber para qual candidato foi direcionada a doação de uma empresa. Além disso, os peemedebistas já haviam enterrado a proposta de Dilma para um plebiscito sobre a reforma política, cuja tendência era, mais uma vez, morrer de inanição pelos corredores do Congresso⁴⁶².

Durante o recesso parlamentar de julho, o “clima de conflagração da base” permaneceu intenso. O presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) recusou-se a apreciar duas Medidas Provisórias, causando mais atrito com o governo. O presidente da Câmara Henrique Alves (PMDB) e líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha, conduziram um processo de alteração na resolução interna da Casa sobre a apreciação dos vetos presidenciais às leis aprovadas. Agora, o Congresso deveria apreciá-los em até 30 dias. Cunha e Alves foram às redes sociais para defender que “os parlamentares devem impor sua vontade perante a ‘caneta’ da presidente e derrubar o veto” de Dilma ao artigo da lei que obrigava a União a arcar sozinha com as desonerações do IPI. Prefeitos e governadores pressionaram os parlamentares a derrubarem o veto. Além disso, outros vetos de Dilma na mira dos parlamentares eram sobre o fim da multa

⁴⁶² *O Estado de S. Paulo*, 17/07/2013, p. A4.

do FGTS sobre demissões sem justa causa e o fim do fator previdenciário, ambos já admitidos publicamente por Eduardo Cunha como alvos dos congressistas⁴⁶³.

O líder do PT na Câmara, José Guimarães, cobrou fidelidade da base aliada, em especial do PSB, PDT e PSD, além de admitir que o partido pensava em uma aliança eleitoral e governista menor, mas “mais programática, com mais nitidez política”. O vice-presidente Temer comentou ser favorável à iniciativa de Eduardo Cunha para aprovar uma PEC para reduzir o número de ministérios e minimizou os desentendimentos na base. Porém, o *basômetro* do *Estadão* indicou que, na prática, Dilma contava com apoio fiel de apenas 101 deputados⁴⁶⁴ que votaram 90% das vezes com o governo. Este número começou em 306 deputados em 2011 e já foi reduzido para 134 em 2012. Sinais da proximidade eleitoral, das Jornadas de Junho e do histórico de desavenças entre Executivo e Legislativo⁴⁶⁵.

Como de praxe, o governo acenou com a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento, mas, na base, permanecia a desconfiança quanto à efetivação de mais esta promessa. Parlamentares ouvidos pelo *OESP* avaliaram que isso não seria suficiente para evitar novas derrotas do governo. Eduardo Cunha classificou a articulação política como “deficitária”; Valdir Raupp, presidente em exercício do PMDB, disse que o governo estava “desgovernado” e a base “descontrolada”. Dilma pediu uma trégua à base aliada, mas os líderes petistas no Congresso admitiram a dificuldade. Para contornar as derrotas, a estratégia era adiar ao máximo as votações mais importantes e polêmicas⁴⁶⁶.

Logo na primeira semana de trabalhos na Câmara, a manchete do *Estadão* resumiu o clima no Congresso: “Base aliada ignora trégua e desafia Dilma”. Com empenho pessoal de Henrique Alves (PMDB), presidente da Câmara e auxílio do líder Eduardo Cunha, o Orçamento Impositivo para 2014 foi aprovado na Comissão Especial da Casa. O governo ameaçou recorrer ao STF pela inconstitucionalidade da proposta. Porém, em Plenário, o texto foi aprovado com 378 votos a favor, 48 contrários e 13 abstenções. No dia seguinte, o governo sofreu nova derrota, desta vez na Lei dos Royalties do pré-sal. No final de agosto, o Orçamento Impositivo para 2014 foi aprovado em nova votação na Câmara e, em meados de setembro foi também aprovado no Senado⁴⁶⁷.

⁴⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/2013, p. A7 e 22/07/2013, p. A5.

⁴⁶⁴ 86 do PT, 4 do PMDB, 4 do PCdoB, 2 do PP, 2 do PDT, 1 do PTB, 1 do PSC e 1 do PV.

⁴⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/2013, p. A10, 21/07/2013, p. A9 e 04/08/2013, p. A4.

⁴⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/08/2013, p. A5, 02/08/2013, p. A6 e 06/08/2013, p. A4.

⁴⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/08/2013, p. A6, 08/08/2013, p. A6, 14/08/2013, p. A8, 15/08/2013, p. A8 e 28/08/2013, p. A7 e 13/11/2013, p. A7.

No *Estadão*, a articulista dos bastidores, Dora Kramer, comentou mais estas derrotas do governo. Segundo ela, Dilma até tentou diálogo com os líderes da base, mas havia insatisfação generalizada nas bancadas aliadas a ponto de os líderes serem ignorados pelos seus correligionários. As derrotas sofridas pelo governo não eram obras da oposição, mas dos partidos da base, liderados por Eduardo Cunha. O governo cogitou cobrar do PMDB o seu afastamento da função de liderança. Para Kramer, estava em marcha uma “rebelião dos reservas [...] aliados que já não se conformam com o papel de coadjuvantes”. O motivo era a proximidade eleitoral de 2014 e o medo de um “aniquilamento” perante o PT nas eleições proporcionais. Por isso, o articulista João Rabello apontou que o “PMDB aumenta a pressão” sobre o governo e o PT, com o objetivo de quebrar o acordo sobre o rodízio na presidência da Câmara a partir de 2015. Kramer completa que os dois partidos, embora tendessem a manter a aliança nacional, seguiam fazendo um “jogo individual” nos estados onde o PMDB não se empenharia em favor da chapa presidencial⁴⁶⁸.

Após mudar as regras sobre a apreciação dos vetos presidenciais, concomitante ao caminhar do Orçamento Impositivo, uma reportagem do *Estadão* indicou que os “parlamentares tentam aumentar poder de barganha com o Executivo”. Liderados por Eduardo Cunha e Ronaldo Caiado (DEM), com apoio de partidos da base como PP e PR, os deputados ameaçaram desengavetar a prestação de contas dos presidentes da República desde FHC. Se rejeitada alguma delas, o então presidente ficaria inelegível. Segundo o jornal, este seria “mais um ponto de tensão entre o Executivo e o Legislativo”, este, sempre descontente com o tratamento recebido da presidenta Dilma e preocupado com a proximidade para renovar seus mandatos eleitorais⁴⁶⁹.

O cenário pós-Junho de 2013, as constantes crises na base e as articulações com vista às eleições de 2014 desembocaram em mais uma discussão sobre reforma ministerial. Segundo o *Estadão*, haveria cerca de 12 ministérios a vagarem no começo do próximo ano, pois seus titulares disputariam as eleições. Assim, Dilma aproveitaria a oportunidade para “fortalecer apoios de partidos ao projeto da reeleição”, além claro de aplacar a crise na base congressual. Os principais alvos eram o PP e o PSD que eram cortejados pelo presidenciável Aécio Neves: o ex-presidente nacional do PP era parente de Aécio e os integrantes do PSD de Gilberto Kassab possuíam histórica ligação com o PSDB⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/08/2013, p. A6, 14/08/2013, p. A6, 15/08/2013, p. A6, 27/10/2013, p. A6, 08/09/2013, p. A8 e 01/12/2013, p. A6.

⁴⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 7/09/2013, p. A9.

⁴⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2013, p. A7 e 12/11/2013, p. A8.

Oficialmente, Dilma preferia efetivar no comando dos ministérios os já secretários executivos de carreira das pastas, mas, segundo o *OESP*, o ex-presidente Lula agia para convencê-la a fazer nomeações políticas⁴⁷¹. Assim, o governo prometeu manter o PP à frente do Ministério das Cidades, pasta de grande orçamento e já comandada pelo partido⁴⁷². Em entrevista ao *Estadão*, Kassab se ofereceu à reeleição de Dilma e a ampliação de sua participação no governo, no qual já ocupava a pasta do Micro e Pequena Empresa com Afif Domingos. Dias depois, em novembro, em evento com a presença da presidenta, o PSD se tornou o primeiro partido a, oficialmente, apoiar a reeleição. Na avaliação do *Estadão*, a estratégia de Kassab visava “conseguir prestígio da presidente para obter condições favoráveis” em uma possível reeleição, ampliando sua participação no governo⁴⁷³.

A informação publicada pelo *OESP* foi que, após a confirmação de duas fortes candidaturas presidenciais na oposição, o PT, capitaneado pelo ex-presidente Lula, mudou sua estratégia de alianças partidárias, em especial nos estados. O partido passou a ceder vagas em candidaturas ao Senado ou ao governo estadual aos aliados, pois, segundo o jornal, o “foco é isolar o PSB e o PSDB”, ou seja, evitar que os partidos da base aliada no plano federal se alinhassem aos partidos de oposição nas eleições estaduais, o que dificultaria a campanha pela reeleição de Dilma. O *Estadão* listou 12 estados da federação em que o PT estaria negociando nestes termos com os partidos aliados⁴⁷⁴.

Com o PMDB, esta negociação era mais difícil. Liderando as duas Casas do Congresso, os peemedebistas impunham pautas que desagradavam o governo para então “obter mais espaço na máquina, além de apoios a candidaturas estaduais”. De acordo com a publicação, em pelo menos 11 estados, o PMDB e o PT estariam em lados opostos. Renan Calheiros usava a pauta do Senado para pressionar pelo apoio ao seu filho na disputa pelo governo de Alagoas e pela nomeação do aliado senador Vital do Rego no ministério da Integração. O líder do partido no Senado, Eunício Oliveira, desejava concorrer ao governo do Ceará com apoio petista. No Rio de Janeiro, o PT se afastava do governo de Sérgio Cabral. Além disso, o PMDB exigia do PT o “direito” de usar a imagem de Lula e Dilma, mesmo nos estados em que os partidos seriam adversários eleitorais⁴⁷⁵.

⁴⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2013, p. A8 e 02/12/2013, p. A8.

⁴⁷² *O Estado de S. Paulo*, 27/10/2013, p. A10.

⁴⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 10/10/2013, p. A8 e 21/11/2013, p. A11.

⁴⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 23/10/2013, p. A6.

⁴⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2013, p. A5, 08/11/2013, p. A6, 30/11/2013, p. A4 e 03/12/2013, p. A6.

O final de 2013 ainda reservou mais um embate entre Dilma/PT x PMDB/Cunha. Primeiro, o parlamentar foi reeleito por unanimidade à liderança do partido na Câmara, o que para o *Estadão* era um “claro recado” ao governo, pois Cunha “tem sido uma das vozes mais críticas da forma como o governo se relaciona com a base aliada” e se notabilizou, ao longo do ano, “pela contraposição ao governo” e inclusive estava defendendo o rompimento do PMDB com o governo petista. Dilma decidiu vetar o Orçamento Impositivo para 2014, o que gerou retaliação dos peemedebistas na Câmara. O presidente Henrique Alves desengavetou temas contrários ao governo, as chamadas “pautas bomba”, que aumentariam as despesas do governo. Além disso, ameaçaram não votar o Orçamento geral para o próximo ano⁴⁷⁶.

Para não piorar a crise com o principal aliado em ano eleitoral, Dilma recuou e não vetou o Orçamento Impositivo para 2014. Em sua reportagem, o *Estadão* explicou ao leitor porquê o PMDB tinha tanto interesse em aprovar o Orçamento Impositivo para as emendas parlamentares em 2014: “o problema é que o PMDB considera que, sem as emendas que abastecem suas bases eleitorais municipais, ficará em desvantagem em relação ao PT na eleição para a Câmara dos Deputados no ano que vem”, o que, segundo Lúcio Vieira Lima, vice-líder do partido na Câmara, faria o PMDB “levar um banho na eleição”. O ano só não foi de mais derrotas para o governo por conta do sucesso governista na estratégia de trancar a pauta de votações na Câmara⁴⁷⁷.

No segundo semestre de 2013, os editoriais do *OESP* nada comentaram sobre a articulação política entre governo e Congresso, mas se dedicaram a avaliar o desprestígio popular dos parlamentares. Uma das bandeiras das Jornadas de Junho foi o mote “não me representa” direcionado à classe política em geral e ao Congresso em particular. Em agosto, pesquisa apontou que 45% da população achava ruim ou péssima a atuação dos parlamentares, muitos deles “réus que fazem leis”. O *Estadão* se mostrou preocupado com a “incapacidade dos políticos” para perceber os motivos da reprovação⁴⁷⁸, pois, na histórica visão parlamentarista do jornal, tal depreciação da “instituição que encarna a soberania popular pode enfraquecer o regime de liberdades”⁴⁷⁹.

Em ano eleitoral e de Copa do Mundo de futebol no Brasil, a produtividade do Congresso diminuiu consideravelmente. Os parlamentares dedicam mais tempo de suas agendas

⁴⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2013, p. A8, 11/12/2013, p. A8

⁴⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 12/12/2013, p. A6 e 22/12/2013, p. A7.

⁴⁷⁸ Exemplificados pelo editorial nos projetos de “cura gay”, na ação do deputado pastor Marco Feliciano, na “ética subjetiva” do novo Regimento Interno do Senado, na minirreforma eleitoral, na primeira absolvição do deputado Natan Donadon (PMDB).

⁴⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/08/2013, p. A3, 14/08/2013, p. A3, 05/09/2013, p. A3, 17/11/2013, p. A3 e 02/12/2013, p. A3.

para revisitar suas bases eleitorais em busca de votos pela reeleição. Para a presidenta Dilma, havia uma dupla perspectiva: de um lado, os parlamentares menos concentrados nas votações da Casa; de outro, os mesmos parlamentares mais exigentes quanto à liberação das emendas ao Orçamento e a tensão pela busca da reeleição. O *Estadão* destacou as ameaças de deputados da base: o líder do PR, Antony Garotinho, disse que os prováveis cortes de emendas seriam como “jogar gasolina” na já incendiada base; Eduardo Cunha referendou que “se fizerem corte nas emendas é óbvio que vai ter reação”. Mesmo antes de tomar posse na Casa Civil, o petista Aloísio Mercadante já era o responsável pela nova articulação política que o governo pretendia implementar⁴⁸⁰.

Em quantidade, foram poucos os momentos em que a base pressionou o governo no primeiro semestre de 2014. Porém, a intensa articulação dos descontentes mostraria que a coalizão governista não existia de fato, o que lançou as bases para a formação do “centrão” que, no ano seguinte, permitiria ao Legislativo comandar a iniciativa legislativa e colocar o governo nas cordas. O primeiro ataque veio do Senado, onde os peemedebistas preteridos na reforma ministerial usaram a CCJ para pautar projetos polêmicos com o objetivo de “peitar a presidente Dilma” em ano eleitoral, enquanto na Câmara, a base ameaçava derrubar o veto presidencial à criação de novos municípios⁴⁸¹.

Fevereiro de 2014 os peemedebistas Eduardo Cunha e Henrique Alves, lideraram na Câmara a formação de um “bloco parlamentar” entre os “aliados descontentes com o governo”. Em sua reportagem, o *Estadão* comparou esta articulação ao “centrão” formado durante a Constituinte de 1988 que “defendia posições de centro-direita”, formava maioria parlamentar e visava “controlar a pauta legislativa”. O “novo centrão” entoava o coro de “volta Lula” e agia para “isolar o PT” no Congresso. Eduardo Cunha até ironizou que o bloco “é como se fosse a base, sem PT e PCdoB”. Oficialmente, os dois peemedebistas vendiam o “centrão” como sendo uma valorização positiva da Câmara, fortalecimento do Legislativo e dos partidos políticos. Aparentemente desconecta do perigo da articulação, a presidenta Dilma minimizou a formação deste bloco parlamentar⁴⁸².

De fato, no final de fevereiro, uma reunião na residência do deputado Eduardo Cunha formalizou o que o ficou sendo chamado à época de “blocão”. Faziam parte dele, além do PMDB, os partidos da base: PSC, PP, PROS, PDT, PTB, PSD, PR, PTdoB, PRP e o

⁴⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2014, p. A5 e 29/01/2014, p. A4.

⁴⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 15/02/2014, p. A8 e 19/02/2014, p. A6.

⁴⁸² *O Estado de S. Paulo*, 21/02/2014, p. A6 e 22/02/2014, p. A6.

oposicionista Solidariedade. Eram 285 deputados que, somados aos partidos de oposição, teriam maioria absoluta na Câmara. O jornal noticiou que a presidenta Dilma agiu sobre os partidos da base para esvaziar o “bloco”: prometeu emendas, cargos e ministérios. Na expectativa governista, o grupo liderado por Cunha passaria a ter somente PMDB, PSC, PTB e Solidariedade, com 129 deputados, o que não era pouca coisa. Na prática, porém, o governo viu que o “bloco” dos insatisfeitos era muito maior, bem organizado e capaz de causar diversas derrotas ao Planalto⁴⁸³.

A estreia do “bloco”, em março, foi com dois dias seguidos de derrotas para o governo na Câmara. Primeiro, aprovaram requerimento do PSDB para investigar a Petrobrás⁴⁸⁴. Depois, no “segundo dia de rebelião na base aliada”, as Comissões da Câmara aprovaram a convocação/convite de dez ministros, um secretário e da presidenta da Petrobrás para irem à Casa prestar esclarecimentos aos parlamentares. Em ambos os casos, o *Estadão* destacou que “o grande vitorioso” foi Eduardo Cunha que há semanas criticava a aliança PMDB-PT e recebeu nota de apoio dos parlamentares peemedebistas⁴⁸⁵.

Nos dias seguintes, reportagens do *Estadão* buscaram explicar ao leitor os motivos para mais estas derrotas do governo na Câmara. Primeiro, o jornal lembrou que historicamente o PMDB, “um partido grande, mas sem projeto presidencial e cobrando um alto preço para dar apoio e garantir a governabilidade”, era o padrão do presidencialismo brasileiro desde o governo José Sarney. Segundo, que os partidos aliados e o PMDB em especial, acusavam o PT de tentar “impor projeto de hegemonia” do partido sobre os demais na Câmara: enquanto os peemedebistas temiam uma “derrocada” em sua bancada nos moldes vividos pelo PFL/DEM, as demais siglas responsabilizaram o PT de promover uma fragmentação partidária ao apoiar a criação de novos partidos “de centro” como o PSD e o PROS⁴⁸⁶.

Concomitante a estas escaramuças, PT e PMDB discutiam a coalização eleitoral. Em janeiro, uma série de reuniões de Dilma, Rui Falcão (presidente do PT) com Michel Temer e a cúpula peemedebista, tentou aparar as arestas. Além das insatisfações já mencionadas neste tópico, o PMDB se mostrou insatisfeito com a negativa de Dilma em ceder-lhes os ministérios da Integração e das Cidades. Por indicação da senadora Kátia Abreu, neo-peemedebista e presidente da CNA, Dilma flertou com a indicação do secretário executivo Enio Marques, para o ministério da Agricultura. Eduardo Cunha reagiu imediatamente, considerando “uma

⁴⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2014, p. A4 e 15/03/2014, p. A4.

⁴⁸⁴ Por 276 votos a favor e 158 votos contrários.

⁴⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2014, p. A4 e 13/03/2014, p. A4.

⁴⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2014, p. A4 e 17/03/2014, p. A6.

agressão ao meu partido”, pois “não representa a vontade do PMDB. Se for ele, então haverá um rompimento”⁴⁸⁷.

O PMDB fez reunião de emergência no Palácio do Jaburu, pois conforme afirmação do presidente da Câmara Henrique Alves, “está tudo muito tenso” no partido, onde crescia a pressão pelo rompimento com o governo e o desembarque da reeleição. O *Estadão*, porém, publicou que, na prática, o PMDB tentava forçar o PT a apoiar candidatos peemedebistas na maioria dos estados, em especial no Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte. Da reunião recheada de lamúrias dos líderes estaduais, o PMDB decidiu manter, por hora, o apoio à reeleição de Dilma, mas conforme avaliação do jornal, “exigirá [do PT] a contrapartida para eleger o máximo possível de governadores e aumentar a bancada de deputados”, além de cobrar a ação do ex-presidente Lula nas articulações estaduais⁴⁸⁸.

Líderes petistas deram declarações críticas à atuação do deputado Eduardo Cunha (PMDB) e a presidenta Dilma avisou que não aceitaria apadrinhados dele para cargos no governo. Cunha então reagiu em sua rede social com ameaças ao PT: “a cada dia que passa me convenço mais de que temos de repensar esta aliança, porque não somos respeitados pelo PT”, escreveu o deputado, que também anunciou que discutiria com sua bancada da Câmara a antecipação da convenção nacional do partido para “repensar” a aliança nacional com o PT. O presidente da sigla, senador Valdir Raupp, avaliou que “agora está insustentável e a crise já está chegando ao Senado”, onde 1/3 dos senadores, somando-se ao também 1/3 dos deputados peemedebistas, admitiam “abandonar a dobradinha com o PT”. O motivo alegado para o descontentamento era o de sempre: “desprestígio na reforma ministerial e pelas alianças regionais”⁴⁸⁹.

O presidente do PT, Rui Falcão, dobrou a aposta, declarando que o aliado precisava logo definir “se é oposição ou situação” e que não aceitaria “ultimatos” do PMDB. O líder petista na Câmara, deputado Vicentinho, cobrou que “partido de base não pode ter duas caras”. Mas, segundo os bastidores publicados pelo *OESP*, o ex-presidente Lula foi mais pragmático, aconselhando a presidenta Dilma a não entrar em confronto com a ala peemedebista comandada por Eduardo Cunha. O governo acionou o vice Michel Temer, na expectativa de apagar o incêndio no partido e isolar Cunha⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/2014, p. A4 e 20/02/2014, p. A9.

⁴⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/2014, p. A4 e 17/01/2014, p. A6.

⁴⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2014, p. A6 e 07/03/2014, p. A4.

⁴⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 06/03/2014, p. A4 e 07/03/2014, p. A4.

Nos editoriais, o *Estadão* seguiu em sua tese de que as dificuldades de Dilma com “o apetite insaciável” da base é uma característica do presidencialismo de coalizão brasileiro, mas que foi “aperfeiçoado” no governo Lula, o “metalúrgico de Garanhuns” que não só se recusou a combater, como aderiu prazerosamente ao “toma lá dá cá” já tradicional. Quanto à formação do “bloco” de Eduardo Cunha, o jornal escreveu com todas as letras que ele não passava de um “condão dos chantagistas”, formado por políticos “de média e de baixa patente de partidos idem”, criado para levar a cabo “os malignos planos de vingança dos seus irados criadores”, insatisfeitos com as negativas de Dilma em lhes oferecer emendas e cargos aos quais “entendem ter o direito natural” deles dispor. Cunha então já “preparava o bote”, pois na visão dos congressistas, Dilma devia “ser punida” por tratá-los como meros coadjuvantes do poder. As primeiras vitórias do “bloco” de Cunha foram classificadas como “uma derrota humilhante” à presidenta⁴⁹¹.

Segundo o *OESP*, houve outra série de reuniões entre as lideranças dos dois partidos, incluindo Dilma e Temer. O jornal garantiu que, em reunião dos peemedebistas no Palácio do Jaburu, o vice-presidente desautorizou Eduardo Cunha, porque a avaliação era que o bate-boca público era prejudicial ao partido que ficaria com a pecha de “fisiológico” perante a opinião pública. Dilma ofereceu o ministério do Turismo, já ocupado pelo PMDB, ao senador Vital do Rêgo, insatisfeito por não conseguir o ministério da Integração, mas a presidenta rechaçou a hipótese de ampliar a participação do PMDB na Esplanada. Das reuniões entre petistas e peemedebistas, o PT teria acenado com apoios ao PMDB nos estados em troca do compromisso de Temer em “resolver este problema da Câmara”, pois, nas palavras de Dilma, Cunha colocava a “faca no pescoço” do governo. Apesar das expectativas, a bancada do PMDB na Câmara emitiu nota de apoio a Cunha e, no dia seguinte, o deputado liderou o “novo centrão” nas derrotas ao governo apontadas acima e, em entrevista ao jornal, se colocou como vítima de ataques dos petistas e “fiel ao meu partido”⁴⁹².

Os articulistas de bastidores do jornal comentaram cada lance dos embates entre PT e PMDB que chegaram ao “ponto de fervura” nos primeiros dias de 2014. Para Dora Kramer, havia um “casamento de fachada”, uma vez que os aliados “nunca se deram bem” porque “nada têm em comum” e por isso a insatisfação sempre foi mútua e pública. A insatisfação peemedebista resultava da avaliação de que a sua exclusão dos ministérios que possuíam grande orçamento e instrumentos para liberação recursos às prefeituras (excelentes cabos eleitorais em

⁴⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2014, p. A3, 20/02/2014, p. A3, 13/03/2014, p. A3 e 15/03/2014, p. A3.

⁴⁹² *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2014, p. A4, 10/03/2014, p. A4, 11/03/2014, p. A4 e 15/03/2014, p. A4.

eleições legislativas), e firmar contratos com construtoras (excelentes financiadores de campanhas) resultaria em um lento e gradual processo de perda de espaço do partido no Congresso. Kramer repercutiu falas do líder Eduardo Cunha, para quem havia “uma tentativa deliberada [por parte do PT] de reduzir a bancada [do PMDB] na Câmara”. Assim, ao longo de outras duas ou três eleições, o PT se tornaria hegemônico no Congresso, podendo dispensar uma reduzida bancada de peemedebistas. Ainda na avaliação de Kramer, enquanto o PMDB “não tem condições objetivas para romper” com o governo, pois Michel Temer não queria perder o posto de vice-presidente e José Sarney e Renan Calheiros não queriam perder a influência no Senado, também o PT e Dilma tampouco poderiam prescindir dos minutos televisivos do aliado, bem como seria eleitoralmente desastroso deixá-los livres em 2014. Por isso, àquela altura do calendário político, os peemedebistas descontentes cavaram uma “trincheira da defesa” na qual perfilariam o “exército de dissidentes nos palanques estaduais” na eleição⁴⁹³.

Assim, para Kramer, a raiz da desavença estava na partilha do poder. O PMDB era um partido “sem projeto” nacional e que vivia “de eleger bancadas para o Congresso”. Conforme José Roberto de Toledo, “percebendo que o risco de não se reelegeram aumentou consideravelmente”, a bancada peemedebista encontrou em Eduardo Cunha a vocalização deste medo, ou seja, ele não era a causa das derrotas do governo na Câmara, mas sim a consequência da insatisfação da base e do PMDB em particular. Dilma, ao comprar briga com Cunha gerou “imenso mal-estar entre os congressistas” e “provocou como reação um movimento de solidariedade a ele na Casa”. O resultado, na visão de Kramer, foi uma “derrota humilhante”, pois a chefe do Executivo perder uma batalha para um deputado, foi “algo realmente inédito”, culpa da “articulação tabajara” do governo e do marketing dilmista que, em ano eleitoral, buscava consolidar a imagem da presidenta como “mais uma vez inflexível às demandas fisiológicas dos políticos”⁴⁹⁴.

A rebelião peemedebista não passava de um esperneio para continuar como sempre esteve desde a redemocratização: “ceder ao poder sempre. E sempre por um bom preço”. Kramer foi certa ao apontar que o PMDB não brigava pelos ministérios da Cultura ou Previdência, não discutia o aprimoramento das políticas públicas, mas reclamava ministérios da Integração ou Cidades, com grandes recursos e capacidade para se aproximar dos prefeitos

⁴⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 16/01/2014, p. A6, 17/01/2014, p. A6 e 09/02/2014, p. A6.

⁴⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 09/02/2014, p. A6, 09/03/2014, p. A6, 13/03/2014, p. A6, 16/03/2014, p. A8 e 17/03/2014, p. A6.

interioranos⁴⁹⁵. Essa interpretação reforça a tese de Marcos Nobre seu o pemedebismo brasileiro.

Apesar de toda esta escalada de desavenças entre os aliados, em público o vice-presidente Michel Temer disse que a aliança estava “garantidíssima”. Porém, o *Estadão* publicou que, em reunião fechada com a bancada peemedebista, Temer foi criticado e pressionado pelos colegas de sigla. Ele ainda tentou argumentar que a manutenção da aliança era benéfica ao PMDB, mas teve que admitir que acataria a decisão dos peemedebistas, se esta fosse pelo rompimento que parecia iminente⁴⁹⁶.

Para os editorialistas do jornal, embora reconhecessem que a “dupla eduardiana” do PMDB da Câmara mostrou ao PT que havia “algo escuso no reino aliado”, a contenda entre os partidos não passava de uma “guerra fisiológica pelo poder, à revelia da população” e da “opinião pública”. O jornal especula que os petistas estariam fazendo as seguintes avaliações: que Temer até tem parte na insatisfação dos peemedebistas, mas nenhuma intenção de alimentar um conflito que o substitua no posto de vice e que os peemedebistas, sabedores da reeleição quase certa, estavam apenas em busca de mais alguns cargos na esfera federal. Assim, “ao fim e ao cabo, pode ser isso mesmo. Mas pode também ser um autoengano, fruto da incurável soberba petista”⁴⁹⁷.

4.4 DILMA PRESIDENTA E CANDIDATA

Emparedada entre as Jornadas de Junho de 2013 e a eleição presidencial de 2014, a presidenta Dilma precisou se equilibrar entre responder às demandas das ruas, defender as ações do governo, buscar a recuperação de sua popularidade recentemente perdida, acenar aos setores produtivos e articular a formação dos palanques eleitorais. Foram 12 meses intensos para a presidenta e candidata.

Na avaliação do governo e do PT, as Jornadas de Junho tiveram como principais bandeiras de reivindicação a melhoria e o aumento dos serviços prestados pelo Estado à população. Assim, segundo o *Estadão*, os governistas apostaram em uma plataforma eleitoral

⁴⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 14/01/2014, p. A6

⁴⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2014, p. A5.

⁴⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2014, p. A3, 07/03/2014, p. A3 e 19/03/2014, p. A3.

de reeleição baseada no “novo papel do Estado e dos serviços públicos”, no qual o programa Mais Médicos teria papel de destaque para alavancar a popularidade de Dilma⁴⁹⁸.

Houve forte oposição do Conselho Federal de Medicina (CFM) ao programa. Foram vários os protestos de médicos e estudantes de medicina nas ruas de diversas capitais e no desembarque de médicos cubanos nos aeroportos, ações na Justiça Federal, protelação na validação dos registros dos médicos estrangeiros e notas qualificando o programa como “famigerado”⁴⁹⁹. A Advocacia Geral da União atuou pela validação dos diplomas dos médicos cubanos, apesar da resistência do CFM. O ainda presidente José Serra (PSDB) se reuniu com representantes da categoria médica e repercutiu as críticas ao programa. Dias depois, médicos cearenses se filiaram ao PSDB⁵⁰⁰.

O *Estadão* publicou dados do Ministério da Saúde. Entre 2008 e 2013, o número de equipamentos hospitalares cresceu 72%, o de hospitais cresceu 44% e o de leitos hospitalares cresceu 17%, enquanto o número de médicos cresceu apenas 13%. Os mesmos dados indicaram que estados do norte e nordeste e municípios pequenos de interior, eram os que mais sofriam com a falta de profissionais. Dos médicos brasileiros inscritos na fase inicial do Mais Médicos apenas 1/3 confirmou interesse no programa⁵⁰¹. O governo logo percebeu que havia boa receptividade por parte dos prefeitos e da população mais necessitada de atendimento básico. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT) foi quem comandou o debate por parte do governo, denunciando a resistência do CFM como xenófoba, racista e corporativista, além de contestar a conotação ideológica do debate⁵⁰².

Editorialmente, o *Estadão* se colocou contra o programa Mais Médicos. É importante frisar que o jornal tem histórico posicionamento editorial crítico ao regime cubano, as páginas de seu caderno internacional dedicam grande espaço às questões políticas e econômicas da ilha e, naquele ano de 2013, a dissidente cubana Yoani Sanches⁵⁰³ possuía uma coluna semanal no jornal para criticar o regime castrista⁵⁰⁴. Ao todo, foram seis editoriais contrários ao Mais Médicos em que o jornal referendou toda a resistência promovida pelo CFM, reforçou a alegação de suposta ilegalidade do programa e contestou a forma de pagamento aos médicos.

⁴⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 03/11/2013, p. A6.

⁴⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 22/07/2013, p. A20, 01/08/2013, p. A16

⁵⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 01/08/2013, p. A8 e 05/10/2013, p. A26.

⁵⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 19/05/2013, p. A26, 14/07/2013, p. A18 e 14/09/2013, p. A17.

⁵⁰² *O Estado de S. Paulo*, 26/08/2013, p. A14, 28/08/2013, p. A18, 01/09/2013, p. A24 e 18/09/2013, p. A18.

⁵⁰³ Também em 2013, Yoani Sanches esteve no Brasil. O *Estadão* promoveu grande cobertura de sua passagem pelo país e repercutiu todas as críticas feitas por ela aos regimes cubano e brasileiro. No Brasil, o PSDB convidou Yoani para visitar o Congresso. 20/02/2013, p. A3 e A10, 22/02/2013, p. A1.

⁵⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2013, p. A12, 05/08/2013, p. A3, 22/09/2013, p. A22 e 23/10/2013, p. A12.

Na cosmovisão ideologizada do jornal, Dilma fazia uma irresponsável demagogia eleitoreira que produziria efeitos desastrosos, uma vez que o *OESP* levantou dúvidas sobre a “real capacidade” dos médicos cubanos. O jornal silenciou sobre a alegada xenofobia contra os cubanos e o desinteresse de médicos brasileiros em atuarem nos rincões do país⁵⁰⁵. Também o Espaço Aberto do jornal foi ocupado com artigos contrários ao Mais Médicos e a chegada dos cubanos⁵⁰⁶. Esta posição do jornal permaneceu ao longo de 2014 e foi um dos principais motes do jornal e do opositor Aécio Neves (PSDB) na campanha contra a reeleição da presidenta Dilma.

Outro programa fundamental do governo, o MCMV, foi ampliado para expandir a faixa de renda para os beneficiários e o valor do imóvel a ser financiado. O objetivo era atingir mais a classe média. Até então, o programa já havia entregue cerca de 1 milhão de unidades em mais de 4.500 municípios. Na área da Saúde, dados do Ministério indicavam a construção de 1.400 unidades básicas de atendimento, reformas e ampliação de outras 3.000 delas, beneficiando cerca de 5 mil municípios. Mas uma das iniciativas de maior repercussão política foi o PAC Equipamentos, que já havia entregado 5 mil máquinas, entre motoniveladoras, caminhões e pás carregadeiras para quase 5 mil municípios do país, a previsão de 2014 era entregar outras 5 mil máquinas, atingindo quase a totalidade dos municípios brasileiros. Importante salientar que o *Estadão* repercutiu estas iniciativas, em especial o PAC Equipamentos, como uma “estratégia” da presidenta para abrir uma “linha direta com prefeitos”, aumentar a “rede de apoio” eleitoral e, principalmente, “se livrar de chantagens e pressões de parlamentares” tão acostumados a capitalizar eleitoralmente a entrega de equipamentos aos municípios⁵⁰⁷.

A presidenta Dilma também adaptou sua estratégia de governo e de comunicação. Passou a cobrar mais os ministros em busca de melhores resultados para os programas e obras do governo. Apontou machismo da imprensa por seu estilo de governança: “nunca ouvi alguém falar que um presidente homem era duro, determinado, forte, exigente e bravo [...] eu sou a mulher brava”. O *Estadão* ainda destacou que Dilma foi a chefe de Executivo que mais utilizou pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão para anunciar medidas do governo. Por fim, Dilma reativou sua conta no Twitter para melhorar a comunicação pela internet que, após as Jornadas de Junho de 2013, se provaram o veículo fundamental para as disputas políticas⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 10/05/2013, p. A3, 10/07/2013, p. A3, 06/08/2013, p. A3, 25/08/2013, p. A3, 01/09/2013, p. A3 e 21/09/2013, p. A3.

⁵⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 03/08/2013, p. A2, 20/08/2013, p. A2, 28/08/2013, p. A2, 29/08/2013, p. A2, 02/09/2013, p. A2 e 15/10/2013, p. A2.

⁵⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 25/11/2013, p. A6 e 29/12/2013, p. A7.

⁵⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/09/2013, p. A4, 23/10/2013, p. A8, 03/11/2013, p. A6, 07/11/2013, p. A8.

Todas estas medidas fizeram Dilma recuperar grande parte da popularidade perdida após as manifestações de rua. Na pesquisa feita em setembro em comparação à de final de julho, a avaliação positiva do governo saltou de 31,3% para 38,1% e a negativa caiu de 29,5% para 21,9%. Em dezembro, outra pesquisa mostrou que a avaliação positiva do governo atingiu 43%, ainda longe da marca de 55% pré-Junho, mas em viés de alta desde a primeira queda, enquanto a avaliação negativa, embora maior que a de 12% pré-Junho, estava em 20%, com viés de queda. Como destacou o *OESP*, a presidenta Dilma recuperou a popularidade perdida, enquanto a maioria dos governadores continuaram contestados. Na explicação das reportagens do jornal, foram os pactos propostos por Dilma, os novos programas do governo, sua reação enérgica à espionagem dos EUA, que em editorial *Estadão* considerou “exagerada” e “mera bravata eleitoreira”⁵⁰⁹ e a maior aparição em cadeia nacional, que explicam este resultado⁵¹⁰.

No final de 2013, o *Estadão* procurou as lideranças do agronegócio, setor responsável por 23% do PIB, 1/3 dos empregos e 37% das exportações, como o jornal fez questão de enfatizar. A reportagem apontou que a tendência era que seus líderes protagonizassem uma “campanha contrária à reeleição” de Dilma. Entre as opções na oposição, a aliança de Campos com Marina empurrou o setor do agronegócio para Aécio Neves. Havia descontentamento entre os pecuaristas e usineiros e relativo apoio entre os produtores de soja. O que os unia era a reclamação sobre a manutenção do modelo de demarcação de terras indígenas centrado no Poder Executivo, os ruralistas pressionavam pela tramitação de uma PEC que passasse para o Poder Legislativo a palavra final em demarcações. Dilma fez promessas ao setor, apostando na interlocução da neoliada senadora Kátia Abreu (ex-DEM e novata no PMDB), presidenta da CNA, para amenizar a resistência do agronegócio à sua reeleição. Mas em meados de 2014, já candidata, Dilma foi vaiada três vezes em evento agropecuário no interior de Minas Gerais⁵¹¹.

No setor industrial, o cenário era parecido. Em evento do Lide presidido por João Dória, com 320 empresários em um resort de luxo no liberal baiano, o pré-candidato Aécio Neves foi “ovacionado pela plateia” por seu discurso neoliberal, enquanto o também pré-candidato Eduardo Campos teve “recepção bem menos calorosa” do empresariado, por conta de sua aliança com Marina Silva. Segundo o *Estadão*, havia um “isolamento de Dilma do empresariado” que admitia votar e trabalhar pela eleição de Aécio. O ex-presidente Lula se

⁵⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04/09/2013, p. A3 e 19/09/2013, p. A3.

⁵¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 11/09/2013, p. A9, 03/11/2013, p. A4 e 14/12/2013, p. A8.

⁵¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 08/12/2013, p. A8, 04/05/2014, p. A4 e 19/05/2014, p. A4.

tornou o principal articulador de Dilma com o empresariado e a candidata acenou com uma nova “carta compromisso” ao setor⁵¹².

Posição convergente foi observada pelo *OESP* ao ouvir, sob a condição de anonimato, “dez influentes integrantes do mercado” financeiro. A presidenta Dilma era “alvo de críticas do setor” e sua imagem estaria em “processo de deterioração galopante no mercado”, muito devido à sua política de redução da Taxa Selic, o que estremeceu a relação de “lua de mel” que o setor manteve com o ex-presidente Lula. Por isso, os ouvidos pelo jornal admitiram que “Aécio desperta a confiança do setor” por sua defesa da agenda neoliberal do governo FHC. Quanto à dupla Campos/Marina, eram vistos como incógnitas, mas com possibilidades de apoio caso chegassem ao segundo turno⁵¹³.

Ano de eleição é sinônimo de mudança de ministros no governo federal. É necessário substituir os que serão candidatos a governador, senador ou deputado, bem como acomodar os partidos aliados ou neoaliados para a consolidação da aliança eleitoral pela reeleição do governo. Em ano de eleição federal é comum que os novos ministros não sejam políticos, mas sim nomes técnicos dos próprios ministérios, uma vez que estes não serão candidatos. Esta reforma ministerial de Dilma possui duas características principais: foi feita em clima de constante desavença com o PMDB, em especial a ala da Câmara; buscou-se consolidar o apoio do PDS, PP e PROS à reeleição, bem como uma busca pelo apoio do PTB.

O ministério da Integração Nacional era o mais cobiçado. Vago desde que o PSB deixou o governo, era ocupado interinamente por Francisco Teixeira, nome técnico indicado pelo governador do Ceará, Cid Gomes. Desde o final de 2013, o PMDB reivindicava o posto para o senador paraibano Vital do Rego e o vice-presidente Temer chegou a informar a presidenta Dilma de que o partido não abriria mão da indicação e que reagiria “com vigor” se o indicado fosse o ex-ministro Cid Gomes (PROS). O PP, dono do ministério das Cidades desde os tempos do governo Lula, queria manter seu posto e conquistar a Integração. Em resposta, o PMDB passou a reivindicar também o ministério das Cidades e acusou o PP de não liberar verbas do ministério para obras em municípios governados por peemedebistas. Dilma fez várias reuniões com líderes do PMDB em busca de uma solução de consenso. O presidente do partido, senador Valdir Raupp negou que o PMDB estivesse “colocando a faca no pescoço da presidente”⁵¹⁴.

⁵¹² *O Estado de S. Paulo*, 16/02/2014, p. A4, 10/03/2014, p. A5 e 04/05/2014, p. A4.

⁵¹³ *O Estado de S. Paulo*, 22/04/2013, p. A4.

⁵¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2014, p. A8, 14/01/2014, p. A5, 16/01/2014, p. A9.

Uma primeira e mais tranquila etapa da reforma ministerial foi feita em postos ocupados por petistas. Na Casa Civil, assumiu Aloísio Mercadante que, segundo o *Estadão*, acumularia as funções de gerenciar o governo e articulá-lo politicamente com o Congresso, esvaziando as funções de Ideli Salvatti, então responsável pela articulação política e muito criticada por parlamentares da base. Mercadante era tido como de bom trânsito com a base e o elo entre o governo e a equipe de campanha petista pela reeleição de Dilma. Na educação, assumiu José Henrique Paim, técnico do ministério. Na saúde, assumiu Arthur Chioro (PT), que já esteve à frente de secretarias municipais petistas. No Desenvolvimento Agrário, assumiu o petista Miguel Rossetto⁵¹⁵.

O PP era presidido pelo senador Ciro Nogueira (PI). O partido era o terceiro maior da Câmara, com 44 deputados e assediado por PT e PSDB para a eleição presidencial. Em 2010, o partido havia ficado neutro da disputa federal. Para 2014, o PP preparava uma agenda conservadora de olho neste eleitor que, na avaliação do partido, votava no PSDB por falta de opções ou em nânicos ligados a grupos religiosos. Assim, o partido prometia defender em 2014 e depois de 2018 temas polêmicos como a redução da maioria penal, a proibição do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, além da defesa irrestrita do agronegócio. Dilma manteve o partido à frente das Cidades com Gilberto Occhi, nome técnico indicado pelo partido⁵¹⁶.

A presidenta buscou amarrar o PTB à sua reeleição, mas, desde a “faxina ministerial” de 2011, o partido era oficialmente independente e não aceitou indicar um nome para o ministério do Turismo⁵¹⁷. Dilma também tentou aumentar a participação do PSD na Esplanada, mas o partido de Gilberto Kassab preferiu esperar pela possível reeleição⁵¹⁸. O PRB manteve a pasta da Pesca com o senador Eduardo Lopes (RJ), suplente do antecessor bispo Marcelo Crivella e também ligado à Igreja Universal⁵¹⁹. O PROS manteve seu nome técnico à frente do Ministério da Integração.

Preterido na Integração, o senador Vital do Rêgo recusou o ministério do Turismo. Dilma então indicou que nomearia nomes técnicos para as vagas de peemedebistas na Esplanada. Insatisfeita, a bancada do PMDB abriu mão de indicar nomes e emitiu nota criticando “essa política de fisiologismo, essa disputa pública por cargos” e reforçou que o

⁵¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2014, p. A4, 21/01/2014, p. A4, 23/01/2014, p. A8, 31/01/2014, p. A4, 04/02/2014, p. A4 e 14/03/2014, p. A8.

⁵¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2014, p. A8, 14/01/2014, p. A5 e 14/03/2014, p. A8.

⁵¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/02/2014, p. A7.

⁵¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/02/2014, p. A7.

⁵¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/2014, p. A8.

partido se sente “sub-representado na atual gestão”. Após muitos vetos da bancada do partido na Câmara e reuniões com a bancada de senadores, para desagrado dos deputados, Dilma nomeou Vinícius Lages no Turismo e Neri Gueller na Agricultura. A posse deles foi deliberadamente boicotada por Eduardo Cunha e Henrique Alves, líderes do partido na Câmara⁵²⁰.

Nos meses seguintes, Dilma, o PT e o ex-presidente Lula tiveram que se esforçar ainda mais para manter o apoio formal dos partidos da base e evitar deserções a favor de Aécio Neves ou Eduardo Campos. Dilma chegou a nomear o tesoureiro do PTB para uma diretoria da Caixa, a cúpula do partido declarou apoio à reeleição, mas, dias depois, mudou de lado em favor de Aécio⁵²¹. Nos demais partidos de centro (PP, PSD e PR), havia indicação de apoio à reeleição, mas também resistências internas. Na narrativa publicada pelo *Estadão*, às vésperas das convenções partidárias, os “aliados ameaçam o governo” para “obter melhores condições”: apoio político e financeiro do PT, a participação de Lula e Dilma nas campanhas estaduais e a ampliação de espaços no futuro governo. Lula e Dilma mantiveram intensas reuniões com os líderes destes partidos para “evitar novas defecções”⁵²².

No PP, a ala gaúcha liderada pela senadora Ana Amélia defendia adesão à candidatura do PSDB. No PROS, uma pequena parcela preferia apoiar Eduardo Campos. No PRB e no PSD, este muito cortejado por Aécio Neves que ofereceu a presidência do Banco Central a Henrique Meirelles, o apoio à reeleição de Dilma era, ao menos publicamente, mais certo. A situação mais delicada era no PR, muito insatisfeito desde a “faxina republicana” que atingiu seu presidente nacional, o senador Alfredo Nascimento no ministério dos Transportes. Ao *Estadão*, ele admitiu que “o partido está totalmente indefinido. Tem uma dissidência muito forte” contra a reeleição de Dilma e o senador Magno Malta flertou com uma candidatura presidencial. O partido então pressionou Dilma pela troca de seu ministro nos Transportes, porque o titular César Borges “não ajudava o PR”. A presidenta cedeu e recolocou Paulo Sérgio Passos no comando da pasta, deslocando Borges para a Secretaria dos Portos⁵²³.

Neste primeiro semestre de 2014, o ex-presidente Lula teve papel importante nas articulações políticas de bastidores, na montagem das alianças e palanques estaduais e federal. Porém, ao mesmo tempo, ressurgiu entre os partidos aliados o coro de “volta Lula”. O burburinho sempre presente nas rodas de conversas em Brasília foi mais uma vez escancarado

⁵²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2014, p. A8, 13/03/2014, p. A4, 14/03/2014, p. A8 e 18/03/2014, p. A4.

⁵²¹ *O Estado de S. Paulo*, 06/05/2014, p. A4, 22/05/2014, p. A7 e 24/06/2014, p. A7.

⁵²² *O Estado de S. Paulo*, 20/05/2014, p. A6, 24/06/2014, p. A7 e 25/06/2014, p. A4.

⁵²³ *O Estado de S. Paulo*, 29/04/2014, p. A7, 20/05/2014, p. A6, 25/05/2014, p. A4, 25/06/2014, p. A4 e 26/05/2014, p. A4.

pelo PR, que lançou manifesto público pela troca de Dilma por Lula na chapa petista. Os motivos, além da insatisfação da base com o trato recebido da presidenta, era a aparente incerteza sobre sua reeleição, conforme apontavam as pesquisas de opinião naqueles meses. Dilma logo reagiu declarando que “ninguém vai me separar do Lula nem ele vai se separar de mim. Sei da lealdade dele a mim e ele da minha lealdade a ele”. Dias depois, o PT promoveu seu 14º Encontro Nacional, onde Dilma e Lula discursaram lado a lado e houve unânime apoio dos militantes petistas à reeleição. Neste evento, Dilma foi oficialmente lançada candidata pelo PT⁵²⁴.

Presidenta e pré-candidata à reeleição, Dilma passou a antecipar medidas de governo e promessas de campanha. Cobrou de ministros e auxiliares que divulgassem os programas sociais do governo, como o Mais Médicos, Pronatec, Prouni, Brasil Sem Miséria e o MCMV. Segundo o *Estadão*, uma estratégia necessária para manter a popularidade em época pré-eleitoral. Nos dias seguintes, o jornal noticiou várias promessas e iniciativas divulgadas pela própria presidenta: prometeu ampliar o Pronatec que já havia atendido 6,8 milhões de pessoas; corrigiu a tabela do Imposto de Renda em 4,5%; reajustou em 10% o Bolsa Família; reduziu a parcela do MCMV para famílias de baixa renda; prorrogou o Bolsa Estiagem para os agricultores nordestinos atingidos pela seca; prometeu ampliar ações de saneamento básico no PAC2, ampliou o número de municípios no programa de financiamento da mobilidade urbana. O ministro Ricardo Berzoini, das Relações Institucionais e coordenador da campanha da reeleição, já antecipava o mote da campanha petista: “é uma eleição para fazer um debate profundo do que foi o Brasil no passado e do que é hoje”⁵²⁵.

Em junho, às vésperas do início da campanha eleitoral, um decreto publicado pela presidenta Dilma gerou enorme polêmica e desgaste para o governo e para o PT nos meses seguintes. O decreto instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, regulamentando a relação entre governo e sociedade civil, ou seja, antes de implementar alguma política pública, todos os órgãos da administração federal deveriam consultar a sociedade civil através de “conselhos populares”. Os integrantes destes “conselhos populares” não seriam remunerados e suas recomendações não necessariamente deveriam ser seguidas pelo poder público. Segundo o decreto, ao “promover a participação no processo

⁵²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 29/04/2014, p. A7, 30/04/2014, p. A4, 02/05/2014, p. A5 e 03/05/2014, p. A4.

⁵²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/2014, p. A4, 25/04/2014, p. A9, 01/05/2014, p. A7, 07/05/2014, p. A6 e 02/06/2014, p. A4.

decisório e na gestão de políticas públicas”, o governo atendia uma das bandeiras das Manifestações de Junho de 2013 por maior participação popular nas decisões de Estado⁵²⁶.

A primeira reação negativa aos Conselhos Populares partiu do campo político. O líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), protocolou na Câmara pedido de urgência para apreciação do decreto presidencial. Ele contou com apoio do PSDB, PPS, PR, PRB, Solidariedade, PV, PSB, PSD e PROS. O argumento era que, na prática, o decreto servia para “burlar a democracia representativa e permitir o ‘aparelhamento’ desses conselhos por aliados do governo”. Por isso, os deputados se diziam em “defesa da independência do Poder Legislativo”. Sem conseguirem votar a urgência, os partidos de oposição obstruíram as votações na Câmara. O presidente da Casa, Henrique Alves, tentou negociar com o governo a revogação do decreto e o envio à Câmara do mesmo texto em forma de um projeto de lei, como sugeriu o vice-presidente Michel Temer⁵²⁷. Como já mostrado em ocasiões anteriores, o pemedebismo se sentiu ameaçado com a perspectiva de ampliação dos canais democráticos presentes no decreto e exerceu publicamente seu poder de veto.

O governo e o PT reagiram em defesa do decreto e da importância dos Conselhos Populares. Dilma chamou de “atrasado” ser contra a atuação de conselhos populares, um “preconceito” que era “herança da ditadura” e de políticos que tentam “impedir novas formas de participação política”. O ministro Mercadante negou que a criação de conselhos consultivos servisse para usurpar prerrogativas do Legislativo e que tivesse conotação autoritária: “o que estamos fazendo é mais democracia. O Brasil precisa de mais democracia”. Deputados petistas reforçaram os argumentos. Henrique Fontana (RS) disse que os conselhos serviriam para “fortalecer os canais de representação da sociedade”. Alessandro Molon (RJ) lembrou que “os partidos de direita [tem] medo de ter o povo participando” da política. O presidente do partido, Rui Falcão, rebateu as comparações de “bolivarianismo” e “chavismo” no decreto⁵²⁸.

O *Estadão* fez uma reportagem debatendo o “risco de poder paralelo” supostamente aberto pelo decreto dos Conselhos Populares. Dos juristas ouvidos pelo jornal, Carlos Sundfeld da FGV chamou o decreto de “autoritário”, no que foi acompanhado por Gilmar Mendes, do STF; Miguel Reale Jr especulou que ele “cria um Estado paralelo”; Carlos Velloso, ex-STF o qualificou de “uma coisa bolivariana”; apenas Marco Aurélio Mello, do STF, apontou não ver o decreto em desacordo com a Constituição. Intelectuais fizeram o contraponto: o professor

⁵²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 04/06/2014, p. A7 e 08/06/2014, p. A4.

⁵²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 04/06/2014, p. A7, 05/06/2014, p. A9, 07/06/2014, p. A12, 11/06/2014, p. A9.

⁵²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 05/06/2014, p. A9, 07/06/2014, p. A12, 08/06/2014, p. A4, 11/06/2014, p. A9 e 12/06/2014, p. A7.

Luiz Dulci acusou os opositores do governo de fazerem “tempestade em copo d’água”; o cientista político Rudá Ricci classificou as críticas como sendo de “má-fé ou ignorância”⁵²⁹.

Em quatro editoriais, o *Estadão* se colocou contra os Conselhos Populares. Elogiou e apoiou a pronta reação da parcela do Legislativo ainda “não enfeitadas pelo lulismo”. Classificou de “sofismas” os argumentos do governo em favor do decreto, que traria a mesma retórica chavista e um fundo de “segundas intenções”. Na cosmovisão do jornal, Dilma e o PT usaram do “mais puro oportunismo” em contexto das Jornadas de Junho de 2013, para tentar “mudar a ordem constitucional” por decreto, criando “canais paralelos de poder, não legitimados pelas urnas”, que seriam aparelhados pelos movimentos sociais ligados ao partido que conseguiria, assim, atingir um objetivo que estaria na origem do PT: “impor a sua vontade sobre os outros Poderes”. O jornal reforçou sua posição parlamentarista, argumentando que na democracia representativa brasileira, o Congresso é a única instância legítima de representação popular⁵³⁰. O decreto foi derrubado pelo Congresso em votação ocorrida no final de outubro, dois dias após a reeleição da presidenta Dilma.

No final de julho, Dilma foi oficialmente lançada candidata à reeleição. Em sua cobertura, o *Estadão* destacou o que chamou de “discurso radicalizado”, uma “aposta na polarização” do “nós contra eles”, carimbando no PSDB a pecha de “partido das elites” que o PT pretendia adotar na campanha em que se colocaria como o legítimo representante “do povo” brasileiro ante o candidato preferido pelo “mercado”. Segundo o jornal, a campanha de Dilma proporia uma reforma política e a regulamentação da imprensa⁵³¹.

Em meio a estas definições político-eleitorais, teve início no Brasil a disputa da Copa do Mundo de Futebol masculino. Antes do jogo de abertura entre Brasil e Croácia na cidade de São Paulo, um acontecimento deu ideia do clima político do momento e do nível para o qual se desenrolaria a disputa eleitoral: a presidenta Dilma foi vaiada e hostilizada três vezes sob o coro de “ei, Dilma, vai tomar no cú”, uma delas logo após a execução do Hino Nacional. Como era de se esperar, o acontecimento que rodou todo o Planeta, tomou conta das páginas do *Estadão* nos dias seguintes. Em junho de 2013, em meio aos protestos, a presidenta já havia sido vaiada na abertura da Copa das Confederações de futebol masculino. Nos protestos de rua, era comum ver cartazes questionando os investimentos em obras de estádios de futebol para a competição,

⁵²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 08/06/2014, p. A4.

⁵³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 29/05/2014, p. A3, 06/06/2014, p. A3, 20/06/2014, p. A3 e 21/07/2014, p. A3.

⁵³¹ *O Estado de S. Paulo*, 21/06/2014, p. A5, 22/06/2014, p. A4, 23/06/2014, p. A4, 27/06/2014, p. A6 e 28/06/2014, p. A7.

o que era reverberado pela imprensa. Havia um difuso sentimento de insatisfação e o governo passou a fazer defesa sobre os investimentos em obras para a Copa e para os Jogos Olímpicos.

A presidenta Dilma reagiu lembrando seu passado de torturada política pela Ditadura e por isso, não seriam alguns xingamentos que iriam “intimidar”, “atemorizar” ou “abater” a presidenta. Ela observou ainda que tais xingamentos não condiziam com o “caráter do povo brasileiro”. Foi a deixa para o PT divulgar a narrativa de que os impropérios partiram de uma parcela da elite brasileira, que pagou R\$ 990,00 nos ingressos para a abertura da Copa. O ex-presidente Lula lembrou que “parte da imprensa incentivou o tempo inteiro essa reação”⁵³².

Aécio Neves tripudiou sobre os xingamentos. Primeiro disse que Dilma estava “sitiada”, depois que ela “colhe o que plantou”. Percebendo que seus comentários pegaram mal, o tucano recuou, admitindo que os desacetos ultrapassaram “os limites do respeito pessoal”. Seu aliado, deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade) comemorou que “o povo mandou ela para o lugar que tinha que mandar”. Diante destas reações, o ex-presidente Lula voltou à cena afirmando que Dilma teria de fazer “uma campanha para a esperança vencer o medo”. Pesquisas internas da coordenação de campanha petistas apontavam que os enxovalhos deram à Dilma um “efeito positivo para sua imagem” como vítima da “má educação da elite endinheirada”⁵³³.

A posição editorial do *Estadão* neste episódio é interessante. Em dois editoriais, apenas cinco linhas foram dedicadas para repreender a “grosseria” contra Dilma. No restante dos textos, o jornal contesta todas as falas dos líderes petistas e endossa os comentários dos líderes da oposição. Assim, Dilma e o PT estariam “no desespero”, se fazendo de “vítimas”, apelando para a “baixaria”. Na histórica cosmovisão antipetista do periódico, a argumentação era de que Lula “subiu na vida com um punhal entre os dentes”, “disseminando a divisão social” e a “luta de classes”, sempre se esmerando em “atacar e ofender adversários” e, por isso, não pode agora tentar posar de vítima do inexistente preconceito das elites contra ele e o PT. Para o jornal, a campanha de Dilma enveredava pelo “caminho da retórica belicosa” e seria necessário “tirar o ódio [petista] do caminho”, ou seja, é preciso não reeleger Dilma Rousseff⁵³⁴.

4.5 PRISÕES NO MENSALÃO, A LAVA JATO AUMENTO O CERCO JUDICIAL AO GOVERNO E A CPI DA PETROBRÁS AMPLIFICA O FATO POLÍTICO

⁵³² *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2014, p. A4 e 14/06/2014, p. A4.

⁵³³ *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2014, p. A5, 15/06/2014, p. A6, 16/06/2014, p. A4 e 17/06/2014, p. A4.

⁵³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 17/06/2014, p. A3 e 21/06/2014, p. A3.

Ao longo de 2013, o STF debatia os embargos apresentados pelos condenados no julgamento da AP 470. Em agosto, os ministros analisaram os embargos de declaração, que pediam esclarecimentos sobre pontos possivelmente contraditórios ou incompreensíveis nas sentenças. Mas foi na análise dos embargos infringentes que aconteceram os principais embates entre os ministros da Corte e maior pressão midiática pela rejeição deles. Este tipo de recurso é cabível quando uma corte colegiada decide de forma apertada um determinado julgamento, como no caso da condenação por formação de quadrilha na AP 470, confirmada por 6 x 5 entre os ministros do STF.

Como mostram Felipe Recondo e Luiz Weber, também nesta fase do julgamento repetiu-se a estratégia de “pressão via imprensa” (2019, p. 201) para que os condenados não tivessem novo julgamento sobre esta parte da sentença. Os embargos infringentes estavam previstos no Regimento Interno da Suprema Corte, mas o ministro Gilmar Mendes liderou uma estratégia midiática argumentando contra a existência do recurso. Houve bate-boca público no plenário do STF. O então presidente da Corte, ministro Joaquim Barbosa, acusou o revisor Ricardo Lewandowski de promover “chicana” em seus argumentos a favor dos recursos, não quis se retratar, foi censurado pelos colegas de Corte e os ironizou⁵³⁵.

Após três sessões para analisar o cabimento dos embargos infringentes, a Corte estava dividida e caberia ao decano Celso de Mello o voto de desempate. Ao final de uma sessão na quinta-feira, o presidente Joaquim Barbosa encerrou-a sem que Celso de Mello tivesse tempo para proferir seu voto, sabidamente a favor do acolhimento dos embargos. Era uma perversa estratégia para que Mello ficasse “exposto à pressão da opinião pública, figurando na capa de todas as [revistas] semanais” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 202) e dos grandes jornais do país até a sessão seguinte, dali a 5 dias.

Em editorial, o *Estadão* reclamou que “a opinião pública” já estaria “perdendo a paciência com este processo infundável” e, por isso, pediu que o julgamento terminasse logo, sem a aceitação dos embargos que, na cosmovisão jurídica do jornal, não existiria no ordenamento jurídico. O medo do *Estadão* era que um novo julgamento resultasse na anulação do “atestado judicial” de que o PT formou “uma quadrilha para comprar apoio parlamentar”⁵³⁶. No dia da nova sessão, o jornal chegou aos leitores com mais um editorial pressionando o ministro Celso de Mello. Nos argumentos do periódico, a aceitação do recurso resultaria em

⁵³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 20/08/2013, p. A5 e 22/08/2013, p. A4.

⁵³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 14/09/2013, p. A3.

“profundo descrédito” do STF perante os “brasileiros de bem” e consequente “enfraquecimento institucional da democracia”⁵³⁷.

Em seu voto, que acolheu os embargos, o ministro Celso de Mello reforçou que todo réu tem direito a um duplo grau de jurisdição e criticou os magistrados que pautaram suas decisões pelo “clamor popular”⁵³⁸. Em editorial, o *Estadão* se contrapôs ao magistrado. Para o jornal, em casos onde “a controvérsia é séria”, os juízes que atendem à “opinião pública” estão “certíssimos em fazê-lo, porque o poder que detêm emana dos cidadãos”, sendo “essa interação” o que “dá sentido e substância a uma sociedade genuinamente democrática”⁵³⁹.

O jornal repercutiu a decisão sob todos os lados: enfatizou que os recursos poderiam reduzir as penas do núcleo político e levar à prescrição dos crimes; apontou a decisão como a primeira derrota de Joaquim Barbosa no caso; colheu opinião favorável do filósofo Renato Janine Ribeiro e contrária do historiador Boris Fausto; o governo Dilma se preocupou com o fato de que os recursos seriam julgados em plena época de campanha presidencial; a oposição acusou o STF de promover a impunidade, enquanto o PT viu a decisão como justa; nas ruas: apatia, mas nas redes sociais: muita agitação⁵⁴⁰.

Para aplacar a indignação da imprensa e da “opinião pública”, os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio iniciaram uma “manobra” para antecipar a execução das penas sobre os crimes que não seriam objeto dos embargos infringentes e assim fazer prisões imediatas no núcleo político da AP 470. O desmembramento do trânsito em julgado, medida de exceção, foi criticada pelos advogados. Assim, o ex-ministro José Dirceu, principal alvo da pressão midiática, poderia ser preso ainda em 2013⁵⁴¹. A “manobra” foi referendada pelo plenário do STF e o presidente Joaquim Barbosa acelerou seu cumprimento para que, no simbólico feriado da Proclamação da República, os petistas José Dirceu e José Genoíno se entregassem à Polícia Federal⁵⁴².

O *Estadão* comemorou as prisões como um alento “aos cidadãos que já começavam a se sentir afrontados pela desfaçatez e a empáfia” dos condenados que desqualificavam o Judiciário brasileiro. Assim, o STF saiu “revigorado”, pois permitiu um “sentimento de alívio e esperança” na “consciência cívica brasileira”. O jornal também rechaçou as reações críticas

⁵³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 18/09/2013, p. A3.

⁵³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 19/09/2013, p. A4.

⁵³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2013, p. A3.

⁵⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 19/09/2013, p. A6-A13.

⁵⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 19/09/2013, p. A6.

⁵⁴² *O Estado de S. Paulo*, 14/11/2013, p. A4, A6 e A8 e 16/11/2013, p. A4, A5 e A10.

por parte dos petistas e insinuou que o partido estaria tramando contra o Estado de Direito no país, nos moldes do bolivarianismo da Venezuela e de Cuba⁵⁴³.

De fato, em fevereiro de 2014, no julgamento dos embargos infringentes, o STF absolveu os petistas José Dirceu e José Genoíno e mais seis pessoas pelo crime de formação de quadrilha na AP 470. O presidente da Corte, mais uma vez, mostrou irritação com o resultado e, se portando como paladino da moralidade, quis “alertar a Nação brasileira” de que o governo petista teria agido politicamente nas nomeações dos novos ministros do Supremo, Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso, formando assim uma “maioria de circunstância” para mudar a decisão anterior. A decisão derrubou a principal tese da acusação, ou seja, que José Dirceu foi o “chefe de quadrilha” quando atuou como ministro da Casa Civil do governo Lula. O PT comemorou que “caiu a farsa” das acusações contra os líderes do partido e que, mesmo tardiamente, o STF teria feito justiça ao caso⁵⁴⁴.

Editorialmente, o *Estadão* corroborou as suspeitas sobre os novos ministros do STF que “se contaminou por interesses político-partidários” e que o PT, enfim, teria encontrado “composição ideal da maior corte de Justiça do país” para conseguir interferir nas decisões da Suprema Corte. O jornal insiste que haveria “carradas de provas” contra os petistas, mas que, após uma “feroz campanha de intimidação” do partido ao STF e a “mudança desse colegiado”, foi a entrada de Teori e Barroso que levou às absolvições por formação de quadrilha. O jornal lamenta mesmo é que esta decisão judicial serviria à narrativa petista em ano eleitoral⁵⁴⁵.

A Petrobrás, maior estatal brasileira e uma das maiores empresas petroquímicas do mundo, sempre esteve cercada de polêmicas políticas e judiciais, especialmente em ano eleitoral. Seu gigantesco orçamento e quantidade de funcionários, somada à importância estratégica para a economia e a geopolítica nacional, fez da empresa alvo de dezenas de investigações, CPIs, tentativas de privatização e cobertura midiática desde a sua fundação. Desde a descoberta do pré-sal, em 2006, a Petrobrás expandiu seus investimentos, orçamento, produção e lucro. Ao mesmo tempo, cresceram sobre ela os olhares da política, do judiciário, da imprensa e da geopolítica internacional. Em 2014, a oposição, a imprensa e o judiciário emparedaram o governo por conta de negócios feitos pela Petrobrás nos anos anteriores: havia suspeitas sobre a compra da refinaria de Pasadena (EUA), investigadas pelo TCU, denúncias

⁵⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 15/11/2013, p. A3, 17/11/2013, p. A3 e 21/11/2013, p. A3.

⁵⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 28/02/2014, p. A4 e A8.

⁵⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 28/02/2014, p. A3 e 16/03/2014, p. A3.

de propina em aluguéis de plataformas com uma empresa holandesa, abertura de uma CPI sobre a estatal e o começo da Operação Lava Jato.

Ainda em julho de 2012, uma reportagem do *Estadão* denunciou prejuízo da Petrobrás na possível revenda da refinaria de Pasadena. No começo de 2013, o TCU abriu investigação sobre o caso. O jornal comemorou em editorial alegando que a compra da refinaria em 2006 seria “tecnicamente injustificável”. Diante das repercussões, a Petrobrás desistiu de revender a refinaria e, em audiência no Senado, o ex-presidente da empresa, Sérgio Gabrielli defendeu a compra da refinaria para expandir a capacidade de refino da Petrobrás no exterior, essencial para ampliar a internacionalização da companhia. Em março de 2014, foi a vez da Polícia Federal abrir investigação sobre a compra da refinaria⁵⁴⁶.

Quando da compra da refinaria em 2006, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, era presidenta do Conselho de Administração da Petrobrás que, por unanimidade, aprovou a aquisição. O jornal teve acesso à ata da reunião e ao parecer emitido pela Diretoria Internacional da companhia, comanda por Nestor Cerveró, defendendo a compra. Questionada pelo *Estadão*, Dilma respondeu que soube apenas posteriormente que o parecer era “técnica e juridicamente falho”, pois omitia cláusulas contratuais. Ou seja, Dilma reforçou as suspeitas sobre a Petrobrás e colocou a crise dentro do Planalto. Para piorar, no dia seguinte, a segunda fase da Operação Lava Jato prendeu Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobrás, homem forte da estatal e um dos responsáveis pelo parecer sobre Pasadena. No dia seguinte, a Petrobrás demitiu Nestor Cerveró⁵⁴⁷. Dali em diante, o meio político foi dia a dia sendo emparedado pelas ameaças de prisões, delações e vazamento advindos da Lava Jato.

Entre o dia 18 de março de 2014 e o dia 26 de outubro, em 28% dos dias, a manchete de capa do *Estadão* repercutia negativamente ao governo e a presidenta Dilma, notícias relacionadas à Pasadena, CPI, Petrobrás ou Lava Jato. O número é expressivo se considerarmos o contexto de acirrada eleição presidencial, crise geopolítica na Criméia e Copa do Mundo de futebol disputada no Brasil. Neste mesmo período, em 19% dos dias ou em 43 vezes, foi publicado um editorial do jornal comentando os temas, também sempre repercutindo as denúncias e criticando o governo e a presidenta Dilma.

O primeiro tema que o jornal usou para desgastar a presidenta Dilma foi sobre Pasadena. A resposta da presidenta ao jornal foi qualificada como uma “confissão estarrecedora” de sua omissão em não se informar melhor sobre a compra e de mentirosa ao dizer que não sabia os

⁵⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/2012, p. B6, 28/02/2013, p. A4, 07/08/2013, p. B3 e 14/03/2014, p. A7.

⁵⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/03/2014, p. A4, 21/03/2014, p. A4 e 22/03/2014, p. A4.

termos contratuais que apoiou⁵⁴⁸. Mas logo o assunto Pasadena se tornou menor diante das revelações da Lava Jato e secundário no pedido de abertura de CPI para investigar os contratos da estatal. Em julho, o TCU isentou Dilma de responsabilidades no caso e, em agosto, uma reportagem do jornal mostrou que, no primeiro semestre, a refinaria deu lucro de US\$ 130 milhões, enterrando a polêmica sobre sua compra⁵⁴⁹.

A primeira fase da Operação Lava Jato aconteceu em março de 2014, exatos 18 dias após o resultado final do julgamento da AP 470. A reportagem do *Estadão* foi curta e enfatizou a prisão do doleiro Alberto Yousseff, antigo conhecido do meio político. Três dias depois, a segunda fase da operação prendeu o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa a quem o *Estadão* destacou como um dos responsáveis pela compra de Pasadena, seu livre trânsito no Congresso e o apadrinhamento político dos senadores Renan Calheiros e José Sarney, ambos do PMDB⁵⁵⁰. Até o segundo turno da eleição presidencial, a Lava Jato totalizou seis operações. Suas ações engrossaram o coro pela criação de uma CPI para investigar a estatal e as ameaças de delações premiadas de seus presos assustaram o campo político. Tanto a estatal quanto o governo se viam cada vez mais pressionados pela oposição, pelo Judiciário e pela imprensa.

Com o passar dos dias, os vazamentos de informações da Lava Jato indicaram relações dos doleiros e ex-diretores presos, com partidos e políticos. Primeiro, atingiu o deputado André Vargas (PT), depois foram aparecendo ligações com o PP e o PMDB. Logo, o nome de Sérgio Machado, presidente da Transpetro e ligado ao PMDB, também foi citado. Yousseff delatou o tesoureiro do PT, João Vacari, como operador do esquema investigado. Costa afirmou que o PT ficava com 3% de todos os contratos e, em delação, teria citado o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá do PMDB, e Ciro Nogueira do PP, o ministro Edison Lobão (PMDB) e o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB), além de outros nomes do PMDB, PP e PT⁵⁵¹.

Mas logo também surgiram os questionamentos jurídicos sobre as prisões temporárias e preventivas, conduções coercitivas e a legitimidade do foro da Justiça Federal de Curitiba para comandar as investigações. Em maio, o ministro Teori Zavascki do STF suspendeu a Operação, determinou o envio dos autos contra políticos com foro privilegiado para o Supremo

⁵⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 20/03/2014, p. A3 e 21/03/2014, p. A3.

⁵⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 23/07/2014, p. A6 e 16/08/2014, p. A24.

⁵⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 18/03/2014, p. A5 e 21/03/2014, p. A4.

⁵⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2014, p. A4, 14/04/2014, p. A6, 10/08/2014, p. A11, 22/08/2014, p. A9, 06/09/2014, p. A6, 09/09/2014, p. A4, 09/10/2014, p. A13, 10/10/2014, p. A4,

e mandou soltar 12 presos, entre eles Costa e Yousseff. Criticado pelo juiz Sérgio Moro e pressionado pela imprensa, no dia seguinte, Teori reviu sua decisão e cancelou os mandados de soltura. Em agosto, Paulo Roberto Costa fez delação premiada e foi beneficiado por prisão domiciliar. Alberto Yousseff logo fez o mesmo⁵⁵². Em tom comemorativo, uma matéria do *Estadão* publicada no dia da votação do primeiro turno, repercutiu que as delações indicavam que a Lava Jato teria mais repercussão política e judicial do que o julgamento da AP 470 e abriu espaço para que o juiz Moro negasse o vazamento proposital dos depoimentos colhidos nos processos⁵⁵³. Editorialmente, o *Estadão* se absteve de comentar as polêmicas jurídicas sobre a Lava Jato. O jornal preferiu ironizar o “surto de tremedeira” que fazia o campo político perder o sono por medo das delações de Costa e Yousseff⁵⁵⁴.

Desde o início do ano, a oposição e parlamentares rebeldes da base articulavam a instalação de um CPI para investigar contratos da Petrobrás. O governo tentou demover alguns congressistas da ideia, mas sem sucesso, então buscou ampliar o foco da Comissão para contratos do metrô paulista e obras em Pernambuco, com nítido objetivo de atingir os adversários eleitorais de 2014. O STF deu ganho de causa à oposição e mandou o Legislativo abrir uma Investigação exclusiva sobre a estatal⁵⁵⁵. O presidente do Senado, Renan Calheiro, agiu para protelar a instalação da Comissão, que foi efetivada apenas em meados de maio. A presidência coube ao senador Vital do Rêgo (PMDB) e a relatoria a José Pimentel (PT). Insatisfeita com o pouco espaço que lhe coube, a oposição agiu na Câmara com ajuda de Eduardo Cunha para instalar uma outra Comissão, agora mista, para investigar exatamente os mesmos fatos. Também na CPMI, a presidência ficou com o senador Vital do Rêgo e a relatoria com o deputado Marco Maia (PT). Na prática, as duas Comissões funcionaram em conjunto, mas o período eleitoral a manteve esvaziada. Seu único grande ato foi a ida de Paulo Roberto Costa, que permaneceu em silêncio por quase três horas de sessão⁵⁵⁶.

Editorialmente, o jornal pressionou, desde março, pela criação da CPI que investigasse, principalmente, a compra da refinaria de Pasadena. Havia nos comentários do jornal, grande expectativa de que o caso pudesse atingir politicamente a presidenta Dilma. Cada lance político do governo para barrar ou ampliar o foco da investigação foi criticado como atos de “desespero” da presidenta. A decisão do STF foi considerada um “duro revés” para Dilma. Instalada a

⁵⁵² *O Estado de S. Paulo*, 20/05/2014, p. A4, 21/05/2014, p. A4, 23/08/2014, p. A4, 24/09/2014, p. A12 e 01/10/2014, p. A13.

⁵⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 05/10/2014, p. A4 e 11/10/2014, p. A4.

⁵⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 26/09/2014, p. A3 e 03/10/2014, p. A3.

⁵⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27/03/2014, p. A5, 28/03/2014, p. A4, 01/04/2014, p. A5 e 24/04/2014, p. A4.

⁵⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 07/05/2014, p. A4, 15/05/2014, p. A4, 28/05/2014, p. A4, 15/06/2014, p. A10, 03/08/2014, p. A8 e 18/09/2014, p. A4.

Comissão, o jornal passou a tratá-la como uma trapaça governista, embora a presença de Cunha entre os membros da CPMI deixasse uma certa esperança de que a investigação atingisse mais fortemente o governo⁵⁵⁷.

É comum em tempos eleitorais, que a Petrobrás, maior empresa do país e hoje de capital misto, seja tema de debate entre os candidatos: os pesedebistas negam que tenham intenção de privatizá-la por completo, enquanto os petistas insistem que, sob sua gestão, a empresa aumentou os lucros, descobriu o pré-sal e se internacionalizou. No contexto de 2014, o opositor Aécio Neves explorou em sua campanha as denúncias e investigações sobre improbidades na Petrobrás. A presidenta Dilma reagiu criticando os vazamentos de informações da Operação Lava Jato durante a campanha eleitoral como “seletivos” e “levianos”: “agora, na véspera da eleição, querem dar um golpe, estão dando um golpe”, declarou em um comício⁵⁵⁸. O *Estadão* contraditou a presidenta e defendeu o tema Petrobrás em campanha como uma forma para que “os sempre prejudicados acionistas minoritários” da empresa tenham a “chance de conseguir outros gestores”⁵⁵⁹. Entre agosto e outubro, o jornal escreveu 10 editoriais tendo a Petrobrás como tema principal, sempre com críticas ao governo.

4.6 O ANO ELEITORAL DE 2014

4.6.1 Precedentes da eleição

Em 2013, grupos políticos buscaram junto ao TSE a criação de novos partidos a tempo de disputar os votos no ano seguinte. O prazo era até o final do mês de setembro. Um destes partidos foi o NOVO, que, segundo uma matéria do *Estadão*, era liderado por liberais e executivos ligados à Casa das Garças, um instituto de estudos que reunia ex-colaboradores do governo FHC. A criação do partido foi liderada por João Amoêdo, conselheiro do banco Itaú e tinha como base ideológica a redução do Estado e privatização de todas as empresas estatais. Por isso, o partido já tinha o apelido de “a direita do PSDB”. Em fala ao jornal⁵⁶⁰, Amoêdo

⁵⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 23/03/2014, p. A3, 01/04/2014, p. A3, 11/04/2014, p. A3, 25/04/2014, p. A3 e 10/05/2014, p. A3.

⁵⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 08/04/2014, p. A7, 12/08/2014, p. A4 e 11/10/2014, p. A4.

⁵⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 29/08/2014, p. A3.

⁵⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 02/09/2013, p. A6.

reconheceu que o foco do NOVO era mesmo as eleições municipais de 2016, uma vez que o prazo para regularizá-lo em 2013 era inviável⁵⁶¹.

Mas ainda naquele ano, outros dois partidos políticos foram criados a tempo de disputar a eleição geral de 2014. Na narrativa do *OESP*, ambos serviram mesmo para burlar a “fidelidade partidária” e permitir a troca de partido por políticos insatisfeitos em suas legendas. Cada um a seu modo serviria de “linha auxiliar” de outros partidos, um do governo e outro da oposição. Segundo o jornal, no complexo processo de validação, o PROS recebeu auxílio de ministros do governo e políticos do PT, PMDB e PR, interessados em ter o novo partido em seus palanques estaduais. Desde seu nascimento, o PROS esteve atrelado ao governo e ganhou impulso com a adesão dos irmãos Ciro e Cid Gomes. O presidente nacional do PROS, um desconhecido ex-vereador do interior de Goiás, colocou seu partido como sendo de centro, com tendência de governista e em defesa da redução dos impostos. O Solidariedade (SDD) foi criado pelo deputado Paulo Pereira da Silva, então no PDT e líder da Força Sindical. Em entrevista ao jornal, ele admitiu que o partido seria de oposição à Dilma, apoiaria Aécio Neves candidato e seria formado por políticos de todos os vieses ideológicos⁵⁶².

Conforme levantamento do *Estadão*, no limite para troca partidária, 59 parlamentares mudaram de sigla. O SDD conquistou 21 deputados e 1 senador, enquanto o PROS filiou 14 deputados. Os partidos que mais perderam deputados foram o PSD (10), o PDT (8), o PMDB (6), o PSDB (4) e o PPS (3)⁵⁶³. O Brasil passou a contar com 32 partidos políticos em funcionamento, sendo 21 deles com representação no Parlamento. Em dois editoriais, o *Estadão* destacou que a “multiplicação dos partidos” no Brasil tinha objetivo pouco republicano, mas visava “atender os interesses particulares de seus dirigentes”, em especial, na formação de palanques estaduais, controles de diretórios, fundos partidários e poder de barganha na negociação do tempo de horário eleitoral da sigla⁵⁶⁴.

Em reportagens, o *OESP* repercutiu algumas expectativas para a eleição de 2014. Na Frente Parlamentar Evangélica, havia a projeção de crescimento de 30% da atual bancada de 73 deputados. O jornal destacou que o segmento, que abrangia cerca de 22% da população brasileira, “nunca teve tanta força” política porque o “voto [dos fiéis evangélicos] é marcado pela fidelidade aos seus líderes religiosos”. Além de pautas como a oposição ao aborto e a união

⁵⁶¹ De fato, o Partido NOVO recebeu registro junto ao TSE apenas em setembro de 2015 e estreou nas urnas nas eleições municipais de 2016.

⁵⁶² *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2013, p. A9, 25/09/2013, p. A10, 26/09/2013, p. A4, 27/09/2013, p. A6 e 29/09/2013, p. A8.

⁵⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 08/10/2013, p. A8.

⁵⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 13/09/2013, p. A3 e 27/09/2013, p. A3.

civil de pessoas do mesmo sexo, o jornal apontou que os líderes evangélicos possuíam também interesses na área de concessão de rádio e tv. Por fim, o periódico lembrou que o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC) obteve grande destaque em 2013, quando presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara⁵⁶⁵.

O *Estadão* repercutiu a primeira edição da revista britânica *The Economist* em 2014. Nela, um artigo afirmou que o resulta da eleição brasileira era “imprevisível”, pois o eleitorado buscava mudança e os ecos dos protestos de junho de 2013 permaneciam vivos. Em ano de Copa do Mundo, atrasos e protestos poderiam dificultar a reeleição de Dilma, mas reconhecia que a presidenta havia recuperado sua popularidade. O periódico brasileiro destacou que, segundo a neoliberal revista britânica, “a economia oferece uma linha de ataque para os concorrentes” da presidenta por conta do: “crescimento anêmico”; “empregos e aumento de renda [que] agora estão esfriando”; “os preços continuam subindo”; “as finanças públicas se deterioraram”⁵⁶⁶.

Por fim, outra perspectiva era o intenso uso da internet para “sabotagens e trapagens” na eleição. O jornal reconheceu que o uso de perfis e falsos e robôs para turbinarem uma determinada demanda política já era prática usual nos anos anteriores, não só em época eleitoral, mas também para pressionar o STF a condenar os petistas no mensalão. A expectativa para a eleição presidencial de 2014 era de aumento exponencial na compra de likes, seguidores, comentários e robôs falsos para disseminar ataques aos adversários políticos⁵⁶⁷.

Como de praxe, o período pré-eleitoral foi contemplado com uma série mensal de pesquisas eleitorais realizadas pelos mais diversos institutos de pesquisa. O *Estadão* teve parceria com o Ibope⁵⁶⁸ para divulgação dos resultados de suas pesquisas. Os movimentos mais observáveis à medida que se aproxima o período eleitoral são: a consolidação da presidenta Dilma no patamar dos 40%; o tucano Aécio Neves com dificuldade de crescer para além da casa dos 20%; após a confirmação de Marina Silva como vice, o pessebista Eduardo Campos duplicou suas intenções de voto, possuía tendência de crescimento e colocou pressão sobre o candidato tucano.

	25/10/13	21/03/14	18/04/14	23/05/14	11/06/14
Dilma	41%	43%	37%	40%	38%

⁵⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 26/12/2013, p. A4.

⁵⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 04/01/2014, p. A4.

⁵⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 30/03/2014, p. A10.

⁵⁶⁸ O jornal também sempre divulgou as pesquisas realizadas pelo Datafolha, mas aqui trabalho, optamos por trabalhar apenas as pesquisas feitas pelo Ibope em parceria com o jornal.

Aécio	14%	15%	14%	20%	22%
Campos	10%	7%	6%	11%	13%
Outros	-	-	5%	5%	7%
Branco/Nulo	-	-	24%	14%	13%
Indeciso	-	-	14%	10%	8%

A grande questão que o *Estadão* se angustia em responder ao publicar cada pesquisa⁵⁶⁹ de intenções se voto é a possibilidade/necessidade de haver segundo turno na eleição. Na última destas pesquisas, a manchete comemorou que “aprovação ao governo cai, rejeição a Dilma sobe e 2º turno fica mais provável”. Foi a primeira vez⁵⁷⁰, desde sua posse, que o governo teve índices de avaliação ruim/péssimo (35%) maior que os de ótimo/bom (31%). Nos índices de rejeição, Dilma subiu de 33% para 38%, enquanto a rejeição dos candidatos de oposição permaneceu em baixos patamares, Aécio caiu de 20% para 18% enquanto a rejeição à Campos permaneceu em 13%⁵⁷¹.

Nas simulações de 2 turno⁵⁷², a presidenta Dilma seguia vencendo com folga todos os adversários, mas a tendência apontada nas pesquisas era de crescimento da oposição sobre a parcela indecisa do eleitorado.

	25/10/13	21/03/14	18/04/14	23/05/14	11/06/14
Dilma	47%	47%	43%	43%	42%
Aécio	19%	20%	22%	24%	33%
Branco/Nulo e Indecisos	34%	33%	35%	33%	25%

	25/10/13	21/03/14	18/04/14	23/05/14	11/06/14
Dilma	45%	47%	44%	42%	41%
Campos	18%	16%	17%	22%	30%
Branco/Nulo e Indecisos	37%	37%	39%	36%	29%

Naturalmente, com a aproximação do período eleitoral, os candidatos de oposição aproveitaram cada aparição pública para aumentar a quantidade e a intensidade das críticas ao governo Dilma, o que foi amplamente divulgado pelo *Estadão* e repercutiu nas intenções de voto do eleitorado. Ainda precisando encontrar um nicho eleitoral, Eduardo Campos fez promessas e acenos, às vezes contraditórios, mas sempre acenando ao eleitor “de centro”:

⁵⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 25/10/2013, p. A4, 21/03/2014, p. A10, 18/04/2014, p. A4, 23/05/2014, p. A4 e 11/06/2014, p. A4.

⁵⁷⁰ No contexto das Jornadas de Junho, os índices ficaram empatados em 31%.

⁵⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 11/06/2014, p. A4.

⁵⁷² *O Estado de S. Paulo*, 25/10/2013, p. A4, 21/03/2014, p. A10, 18/04/2014, p. A4, 23/05/2014, p. A4 e 11/06/2014, p. A4.

prometeu “unir o Brasil”; se aproximou de economistas neoliberais, mas também propôs um “novo desenvolvimentismo” econômico; defendeu autonomia do Banco Central; se colocou contra a redução da maioria penal; prometeu manter o programa Mais Médicos; criticou a gestão de Dilma no setor elétrico; acusou a presidenta de não ter “faxinado” o governo, não ter sido boa gestora pública e de recorrer à retórica do medo em sua propaganda eleitoral⁵⁷³. Aécio Neves, além de se reaproximar dos economistas neoliberais: explorou as suspeitas de irregularidades na Petrobrás; acusou Dilma de não agir para conter uma suposta escalada da inflação; criticou o governo por abusar do “aparelhamento e compadrio” nos cargos federais; prometeu a “flexibilização da CLT” e a correção anual do Imposto de Renda; se apresentou como o candidato da esperança e da “mudança segura”⁵⁷⁴.

A partir de abril de 2014, intensificaram-se os encontros e articulações para a definição dos palanques e alianças nacional e estaduais. A grande novela foi saber qual seria a posição do PMDB nacional e se ela seria seguida pelos diretórios estaduais do partido. Importante lembrar que, desde o ano anterior, os peemedebistas flertavam com a não reedição da aliança nacional com o PT e muitos diretórios estaduais já anunciaram que preferiam a independência ou o apoio ao candidato de oposição. O *Estadão* registrou duas adesões regionais do PMDB a Aécio Neves. Na Bahia, liderados pelos irmãos Geddel e Lúcio Vieira Lima. No Rio de Janeiro, liderados por Jorge Picciani, presidente da Alerj e do diretório estadual do partido, firmou-se o “Aezão”, mistura de Aécio com Pezão, candidato do PMDB ao governo estadual. Segundo o baiano Geddel, o vice-presidente Temer “entende as circunstâncias” e não se incomodou tanto com as dissidências⁵⁷⁵.

Às vésperas da convenção nacional do PMDB, o *OESP* noticiou que uma ala do partido “aumenta pressão por neutralidade” na eleição federal. O motivo seria a queda de Dilma nas pesquisas de intenção de votos, os ressentimentos da relação dos últimos anos e as divergências entre PT e PMDB nas eleições estaduais. Um dos porta-vozes dos insatisfeitos eram os deputados cariocas Leonardo Picciani e Eduardo Cunha, para quem o PMDB “pode manter a aliança, mas vai se esfacelar nos estados. Vai meio a meio”⁵⁷⁶.

Ainda conforme o jornal, embora “uma surpresa não está descartada”, a tendência era que a Convenção peemedebista aprovasse a reedição da chapa, mas esperava-se uma pequena

⁵⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 05/04/2014, p. A4, 06/04/2014, p. A8, 08/04/2014, p. A7, 18/04/2014, p. A5, 22/04/2014, p. A6, 23/04/2014, p. A8, 25/04/2014, p. A9, 27/04/2014, p. A7, 07/05/2014, p. A7 e 27/05/2014, p. A8.

⁵⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 06/04/2014, p. A8, 08/04/2014, p. A7, 18/04/2014, p. A5, 22/04/2014, p. A6, 01/05/2014, p. A8, 06/05/2014, p. A6, 10/05/2014, p. A6 e 25/05/2014, p. A4.

⁵⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11/04/2014, p. A6, 15/04/2014, p. A8 e 16/04/2014, p. A8.

⁵⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 15/05/2014, p. A12 e 08/06/2018, p. A6.

margem de votos. Temer e Lula foram a campo para “acalmar os dissidentes”, em especial o deputado Cunha. Para manter a aliança, os peemedebistas exigiam em uma eventual reeleição, mais ministérios para o partido, poder de decisão sobre as políticas públicas, a entrega de um programa de governo alternativo, a manutenção da presidência do Senado e da Câmara, esta com Eduardo Cunha, mais nomeações de segundo escalão para o partido e maior presença na Transpetro, Conab e Petrobrás⁵⁷⁷.

A expectativa mais positiva de Michel Temer é que a reedição da aliança fosse aprovada por 75% dos convencionais, e na expectativa mais pessimista projetava uma aprovação de 55%. A Convenção foi tensa. A ala dissidente, liderada pelos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, fez circular um documento com fortes críticas ao tratamento que recebeu do governo petista nos últimos anos e clamando pela neutralidade na eleição federal. O que movia os peemedebistas era a certeza de que, independentemente do vencedor da eleição presidencial, o PMDB permaneceria forte no Legislativo, e, portanto, apto a aderir a qualquer governante que fosse eleito, ou seja, se não havia certeza que o PT voltaria a ser governo em 2015, era quase certo que o PMDB faria parte de qualquer nova base governista, fosse com PSDB ou o PSB.

Após a convenção o jornal destacou: “PMDB rachado confirma apoio a Dilma”. Em seu discurso, o vice Michel Temer prometeu aos correligionários que: “teremos uma parcela muito ativa no governo. Não seremos apenas aliados; seremos o próprio governo”. Mas nem isso demoveu a ala dissidente. A reedição da aliança foi aprovada por apenas 59,1% dos convencionais. Em 2010, o apoio havia sido de 84,8% dos peemedebistas. Dilma compareceu ao evento apenas após a definição do resultado e conclamou os peemedebistas a serem “irmãos nessa luta” pela reeleição. Temer minimizou a pequena margem de apoio dos colegas de partido. Todos sabiam que eram grandes as chances de diretórios estaduais do PMDB não se engajarem na campanha pela reeleição⁵⁷⁸.

A articulista dos bastidores de Brasília, Dora Kramer, comentou em detalhes esta novela. A um mês da convenção, Kramer escreveu que a derrota da aliança era “dada como certa” devido a um “clima de conspiração” na maioria dos diretórios do PMDB. Caso contrário, a manutenção da aliança seria apenas formal, porque, na prática, cada estado “agiria como bem entendesse”, ou seja, aliando-se explicitamente com a oposição. Segundo ela, as traições que eram comumente acertadas “por baixo dos panos”, desta vez foram firmadas sem “quaisquer

⁵⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 08/06/2014, p. A6 e 10/06/2014, p. A4.

⁵⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2014, p. A4, 10/06/2014, p. A4, 11/06/2014, p. A4 e 12/06/2014, p. A9.

cerimônias”, como no caso do “Aezão” no diretório carioca do partido. Da convenção peemedebista que manteve a aliança, ficou evidente que a maioria peemedebista “não dará o suor da camisa por Dilma”⁵⁷⁹.

Enquanto isso, na oposição, Eduardo Campos (PSB) tentava se descolar de Aécio Neves, com quem manteve reuniões e proximidade nos meses anteriores, e se firmar como a terceira via eleitoral. Em abril, protagonizou com Marina Silva o fato político da confirmação dela como candidata a vice, apostando na transferência de votos da ex-ministra e ex-candidata⁵⁸⁰. Campos aumentou o tom de críticas ao governo e garantiu que seu projeto era distinto do apresentado pelo colega opositor. De olho no eleitor de Lula, o ex-governador tentou se firmar como o candidato nordestino na eleição⁵⁸¹. O PSB admitiu possuir pouca capilaridade nos estados, dificultando os palanques para Campos. Por isso, o partido se aliou ao PSDB em São Paulo e ao PT no Rio de Janeiro, para desagrado de Marina Silva e sua retórica de “nova política”⁵⁸². No lançamento da candidatura, Marina classificou o PSDB como “atraso” e o PT como “estagnação”⁵⁸³.

Tentando romper a barreira dos 20% nas pesquisas de intenção de voto e evitar ser ultrapassado pela dupla Campos-Marina, Aécio Neves passou a acenar em várias direções: em palestra para empresários, garantiu ser o “candidato da confiança”, capaz de criar um ambiente propício para reformas neoliberais; ao mesmo tempo, recuou de flexibilizar as leis trabalhistas, prometeu ampliar os programas sociais do governo federal, buscou inserções na região nordeste e fez acenos às classes C e D⁵⁸⁴. Na Convenção em que foi lançado candidato pelo PSDB, Aécio fez enfática defesa do legado neoliberal de FHC e prometeu “varrer” o PT do Planalto. Dias depois, recebeu o apoio do PTB, mas ainda faltava a escolha de um nome para vice na chapa. Sem novas adesões partidárias e receoso com o pouco acréscimo de votos que nomes do DEM deram às candidaturas tucanas nas eleições anteriores, a expectativa era pela divulgação de um nome do próprio PSDB. Especulou-se o nordestino Tasso Jereissati e a ex-ministra do STF, Ellen Gracie. Por fim, de olho em garantir boa votação no maior colégio eleitoral do país e a adesão do grupo serrista do partido, a escolha recaiu no senador paulista Aloysio Nunes Ferreira⁵⁸⁵.

⁵⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 11/05/2014, p. A6, 06/06/2014, p. A6 e 11/06/2014, p. A6.

⁵⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/04/2014, p. A4, 05/05/2014, p. A4 e 05/06/2014, p. A4.

⁵⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 15/04/2014, p. A8, 02/06/2014, p. A5 e 05/06/2014, p. A4.

⁵⁸² *O Estado de S. Paulo*, 21/06/2014, p. A4, 22/06/2014, p. A8 e 27/06/2014, p. A4.

⁵⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 29/06/2014, p. A4.

⁵⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 03/06/2014, p. A8, 04/06/2014, p. A8, 08/06/2014, p. A10, 14/06/2014, p. A6 e 04/07/2014, p. A5.

⁵⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2014, p. A4, 22/06/2014, p. A6, 29/06/2014, p. A6 e 01/07/2014, p. A4.

Ao fim das articulações, foram inscritas 11 chapas para a eleição presidencial de 2014. As três com mais capilaridade partidária e com chances de vitória eram: a coligação “Com a força do povo” de Dilma Rousseff e Michel Temer⁵⁸⁶; a coligação “Muda Brasil” de Aécio Neves e Aloysio Nunes⁵⁸⁷; a coligação “Unidos pelo Brasil” de Eduardo Campos e Marina Silva⁵⁸⁸. O *Estadão* fez um levantamento preliminar sobre os palanques regionais dos três principais candidatos. Dilma/Temer teriam apoio de 40 candidatos a governador; Aécio/Aloysio o apoio de 27 candidatos a governadores (10 deles de partidos da base dilmista) e Campos/Marina o apoio de 17 candidatos a governador (4 deles da base dilmista)⁵⁸⁹.

Além destes, havia outras candidaturas apelidadas de “nanicas” que reunia chapas puras de partidos pequenos, mas com importante e definido posicionamento ideológico. Em sua cobertura, o *Estadão* destacou o antagonismo entre o conservador e evangélico Pastor Everaldo (PSC) e a socialistas Luciana Genro (PSOL), que prometiam acalorados debates sobre privatizações e costumes⁵⁹⁰. Além deles, se destacariam ao longo da campanha as candidaturas de Eduardo Jorge (PV) e Levi Fidelix (PRTB). Por fim, os “nanicos” candidatos com pouco tempo de tv e pequena estrutura partidária: José Maria Eymael (PSDC); Zé Maria de Almeida (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO).

Como grande parte da insatisfação do PMDB com o PT teve relação com a formação dos palanques estaduais, é necessária uma análise sobre eles. Ao todo, o PMDB lançou 18 candidatos a governador e foi vice em outros 7. O PT lançou 17 nomes próprios, mas não compôs como vice em nenhuma chapa. Em 10 estados, os partidos foram adversários diretos, ou seja, ambos tinham candidatura própria para governador, sendo que em outros 4 estados o PMDB compunha na vice ou na coligação adversária do candidato petista, enquanto o PT apoiou 3 adversários dos peemedebistas. Somando tudo, os partidos aliados no âmbito federal concorreram como adversários em 18 estados da federação. Merece destaque o fato de que, nos estados mais populosos e de maior desenvolvimento econômico, foram adversários: Bahia, Goiás, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

⁵⁸⁶ Que reuniu 9 partidos políticos (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS e PCdoB) e somou 10 minutos e 24 segundos de tempo diários de propaganda eleitoral na tv.

⁵⁸⁷ Que também reuniu 9 partidos políticos (PSDB, DEM, SDD, PTB, PMN, PEN, PTN, PTC e PTdoB) e somou 4 minutos e 35 segundos no horário eleitoral diário.

⁵⁸⁸ Que reuniu 6 partidos políticos (PSB, PPS, PSL, PHS, PPL e PRP) e somou 2 minutos e 3 segundos diários no horário eleitoral.

⁵⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 06/07/2014, p. A4.

⁵⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 06/07/2014, p. A11.

4.6.2 Eleições 2014: mais uma vez, o Estadão em campanha pelo PSDB e sua política econômica

Como costumou fazer em todas as campanhas eleitorais desde a redemocratização, o *Estadão* fez escancarada campanha editorial contra a candidata petista e em defesa do candidato peessedebista. Ainda em junho, o jornal publicou um editorial visivelmente ideológico. Nele, além de elogios à postura política de Aécio Neves, o periódico acusa Lula e o PT de serem pregadores da “luta de classes” que “desvirtua um dos fundamentos da sociedade democrática, o de que para se conquistar o bem comum é preciso somar e não dividir”. Por isso, diz recear que o PT desvirtue a campanha eleitoral para o “descaminho da retórica belicosa” que o partido governista “em desespero”, pretenderia usar para “aprofundar entre os brasileiros a divisão alimentada pelo ódio”. Ou seja, na peculiar cosmovisão do jornal, é o PT quem incita o ódio classista do “nós contra eles”. Assim, a família Mesquita já dá o mote de sua cobertura editorial para as eleições: “é preciso tirar o ódio do caminho e estimular a cidadania, valorizar a unidade na diversidade e lutar, com genuíno espírito democrático, por uma Brasil de todos”⁵⁹¹.

	23/07	08/08	04/09	13/09	17/09	01/10	03/10	05/10
Dilma	38%	38%	37%	39%	36%	39%	40%	40%
Aécio	22%	23%	15%	15%	19%	19%	19%	24%
Campos/Marina	8%	9%	33%	31%	30%	25%	24%	21%
Outros	7%	6%	3%	2%	2%	3%	3%	0%
Branco/Nulo	16%	13%	7%	8%	7%	7%	8%	7%
Indeciso	9%	11%	5%	5%	6%	7%	7%	5%

Como se percebe pelas pesquisas Ibope realizadas em parceria com o *Estadão*⁵⁹², a corrida presidencial de 2014 teve, ao menos, três grandes momentos: até a trágica morte em acidente aéreo do candidato Eduardo Campos (PSB), em 13 de agosto, o cenário indicava a manutenção da polaridade entre PT e PSDB; a comoção causada pela morte de Campos e sua substituição por Marina Silva como a cabeça de chapa do PSB, alterou radicalmente as intenções de voto, fazendo Marina figurar em segundo lugar, ameaçando deixar o candidato do PSDB de fora do segundo turno; escrutinada por todos os candidatos e pela imprensa, na reta

⁵⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 21/06/2014, p. A3.

⁵⁹² *O Estado de S. Paulo*, 23/07/2014, p. A4, 08/08/2014, p. A6, 04/09/2014, p. A4, 13/09/2014, p. A4, 17/09/2014, p. 4, 01/10/2014, p. A4, 03/10/2014, p. A4 e 05/10/2014, p. H3.

final, Marina perdeu intenções de voto e chegou ao dia da votação em empate técnico com Aécio Neves.

Em seu editorial, para lamentar a morte do candidato, o *Estadão* mais falou de seus defeitos políticos: Campos não foi “nova política”; não conseguiu ser “terceira via”; tinha um pé na direita e outro na esquerda; fez parte dos governos petistas; fez raso cálculo político ao filiar Marina no PSB. Assim, o jornal se preocupou mais em avaliar a posição que Marina teria no partido, em que atuava como a líder de uma “sublegenda” que até então havia criado “antipatias e problemas”, ao propor quase uma “agenda provocadora” a serviço do PT. Ainda assim, ironiza o fato de que, sem Campos, o PSB se via “condenado a promovê-la a candidata”, muito por conta de sua “figura aureolada” que carregava consigo grande espólio eleitoral da votação de 2010⁵⁹³.

Nas entrelinhas, o *Estadão* parece torcer para que o PSB não escolha Marina como substituta do falecido Eduardo Campos. O jornal até mesmo indicou motivos para que o partido não embarque na “solução dita ‘natural’”: os votos de Marina não serviriam para colocar o PSB como terceira força partidária e projetar o partido para a disputa de 2018, como pretendia Campos, afinal, após a votação, Marina perseguiria seu plano de fundar seu partido próprio. O jornal destacou a escolha feita pelo PSB do novo candidato à vice na chapa com Marina: o nome do deputado Beto Albuquerque, que “definitivamente não é o sonho” de Marina. O deputado possuía histórico de estreita ligação e financiamento com o setor ruralista, agronegócio, agrotóxicos, celulose, armas e alimentos transgênicos, ou seja, tudo o que era contrário das posições dos marineiros. Porém, Beto era um dos principais líderes nacionais do PSB e na “vida real”, Marina “tem que lhe dar o braço”, ironiza o jornal⁵⁹⁴.

Mas como mostraram as pesquisas eleitorais, Marina Silva logo se colocou como segunda colocada, com chances não apenas de chegar ao segundo turno, como também de desbancar a favorita Dilma Rousseff. Segundo o jornal, então, Marina passou a ser a candidata que “impõe medo” nos adversários, fazendo o PT ascender a “luz amarela” e no PSDB a “luz vermelha”. As propostas de Marina começaram a ser escrutinadas pelos adversários políticos e pelos adversários midiáticos, como o *Estadão*⁵⁹⁵.

O programa de governo de Marina causou desgastes à candidata. O *OESP* destacou que Marina queria reeditar o plano de Dilma para criar “Conselhos Populares”, o que considerava

⁵⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 15/08/2014, p. A3.

⁵⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2014, p. A3.

⁵⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 23/08/2014, p. A3.

“instrumentos de pressão política” sobre o Congresso, com o intuito de se perpetuar no poder. O jornal então usou todo um editorial para igualar Marina à Dilma em suposto perigo autoritário representado pelas candidatas. Dias depois, a polêmica errata de Marina ao tópico de seu Programa sobre direitos LGBTs, após “quatro tuítes do pastor Malafaia”, teria comprovado, segundo o *Estadão*, o amadorismo da candidata, que não possuiria capacidade para administrar um país tão complexo como o Brasil. Para concluir, o jornal endossou as ironias de Aécio Neves sobre a candidata: o Brasil “não é para amadores”. Ou seja, no início de setembro o jornal se esforça para colar em Marina a pecha de amadora em contraste a Aécio Neves que seria o profissional mais adequado para administrar o Brasil⁵⁹⁶.

A meteórica ascensão de Marina nas pesquisas e sua resiliência de permanecer em segundo lugar até a véspera da votação, fez o *Estadão*, ainda no final de agosto, reconhecer editorialmente que a “situação ficou muito difícil para Aécio”, o candidato preferido pelo jornal⁵⁹⁷. Por isso, Marina foi mais intensamente confrontada pelos editoriais da família Mesquita, que contribuiu com pesadas críticas à candidata, sempre na tentativa de induzir seu leitor a desacreditar dela e migrar/retornar para o candidato do PSDB.

Primeiro, o jornal contestou a retórica de Marina ser capaz de mudar a política e o país: colocou-a como incapaz de governar o presidencialismo de coalizão e a sanha fisiológica do Congresso; contestou a existência de competentes quadros técnicos tanto no PSB como no grupo mais próximo à candidata; avaliou que “o exercício da conciliação” era sua maior vulnerabilidade. Em outro editorial, dias depois, seguiu contraditando o discurso da candidata. Para o jornal, as propostas de Marina careciam de concretude, sua retórica de “nova política” era impossível e ela só se sustentava à frente das pesquisas porque o carente eleitor projetava nela toda e qualquer aspiração, mesmo que contraditórias. Por isso, o jornal insistiu que o eleitor precisaria “votar em algo mais concreto do que vagos desejos de mudanças”, isto é, o eleitor descontente com o PT deveria votar no PSDB que, na perspectiva do periódico, teria propostas mais concretas e exequíveis⁵⁹⁸.

Conforme as campanhas eleitorais avançaram para os debates e propostas por parte dos candidatos, o *Estadão* escreveu seus editoriais para marcar sua posição ideológica. O jornal apontou o que considerou a principal diferença entre as candidaturas do PT e do PSDB:

uma diferença essencial entre a visão de mundo inerente ao discurso e à prática lulopetistas de que a sociedade precisar ser tutelada por um Estado todo-poderoso e

⁵⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 26/08/2014, p. A3 e 02/09/2014, p. A3.

⁵⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 28/08/2014, p. A3.

⁵⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2014, p. A3 e 06/09/2014, p. A3.

onipresente, e a convicção oposta, escorada nos fundamentos da sociedade democrática, de que o poder deve ser exercido em nome dos interesses da cidadania e não ser monopolizado por autointitulados benfeitores da Humanidade incapazes de enxergar além do umbigo⁵⁹⁹.

Na cosmovisão neoliberal do jornal, a diminuição do Estado é positiva e sinônimo de uma sociedade democrática e cidadã, enquanto a forte presença estatal é encarada como perniciososa.

O *Estadão* considerou como “falso” o debate promovido pelos candidatos em torno dos direitos trabalhistas contidos na CLT, aproveitando a oportunidade para novamente se posicionar pela reforma da legislação trabalhista para, supostamente, gerar mais emprego, renda e promover o desenvolvimento econômico. As críticas da CNI sobre Dilma foram elogiadas, bem como o “comportamento” do mercado financeiro cuja queda vertiginosa da Bovespa e alta do dólar às vésperas da votação do primeiro turno, soaram como um “enfático voto de protesto da comunidade econômica” à presidenta/candidata Dilma. Quando Dilma e Marina trocaram críticas sobre seus planos para o Banco Central, o jornal reafirmou a necessidade de autonomia total para o BC⁶⁰⁰.

Em meados de setembro, quando as pesquisas colocaram o tucano Aécio Neves fora da briga por uma vaga no segundo turno, o *Estadão* escreveu forte editorial criticando as candidatas Dilma e Marina e já pedindo ao seu leitor, que votasse e conseguisse mais votos para Aécio. Na visão do periódico, enquanto Dilma apelava para a “baixaria”, para o “atacar e iludir” e Marina exagerava na “empáfia” e no discurso do “bom-mocismo e à manipulação de obviedades”, o candidato Aécio fazia o “contraponto”, introduzindo “um sopro de racionalidade no debate eleitoral”. Este “sopro de racionalidade” vinha de seus acenos à reedição de um plano econômico neoliberal como o implementado por FHC nos anos 1990, o que o *Estadão* considerava “uma competente ação de estabilização e desenvolvimento econômica” que precisaria ser novamente posta em prática no Brasil.

Diante desta suposta necessidade defendida com afinco pelo periódico, uma espécie de Plano Real 2.0 com “metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário”, Dilma era ideologicamente incapaz de promovê-lo, enquanto à Marina faltaria disposição para isso. Assim, caberia ao leitor/eleitor votar em Aécio Neves por conta do “comprometimento histórico dos tucanos com a estabilidade e o desenvolvimento econômico do País”, além da

⁵⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 24/10/2014, p. A3.

⁶⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 01/08/2014, p. A3, 11/09/2014, p. A3, 21/09/2014, p. A3 e 01/10/2014, p. A3.

disponibilidade de “quadros técnicos comprovadamente competentes” no partido e em apoio ao candidato tucano⁶⁰¹.

Há um mês da votação no primeiro turno, um editorial do *Estadão* sacramentou que Dilma seria derrotada, perspectiva esta que era “cada vez menor o número dos que duvidam”. Porém, preocupado com a possível derrota de seu candidato preferencial, o jornal especulou que a probabilidade de vitória de Marina Silva “poderá resultar em enorme decepção” para os que viam nela “o melhor caminho para livrar o País do lulopetismo”. Então, o texto elencou uma série de motivos para demover o leitor/eleitor a dar seu voto de oposição à Marina. Em resumo, ela não era preparada para a função presidencial, seu programa carecia de concretude, repetiria uma série de programas petistas e governaria com o PT. Por isso, o jornal concluiu que votar em Marina “com a intenção de cravar uma bala de prata no coração do lulopetismo seria comprar gato por lebre”. Embora Aécio Neves não seja citado em nenhum momento do editorial, é evidente que o objetivo do texto era transferir votos de Marina para o candidato do PSDB⁶⁰².

Na reta final da campanha, as pesquisas indicaram crescimento de Aécio e queda de Marina. Os editorialistas do *Estadão* logo se empolgaram com o início do que chamaram de “onda de razão” capaz de “restabelecer o quadro” anterior à morte de Campos, ou seja, o cenário em que Aécio Neves era o principal nome da oposição. Na avaliação do jornal, esta onda se nutria do esforço do candidato tucano em se mostrar como a “mudança segura”, bem como de uma suposta percepção do eleitorado de que Marina seria uma “petista de roupa nova” e de suas posições dúbias sobre o programa de governo⁶⁰³.

Como de costume em domingos de votação presidencial, o *OESP* chegou aos seus leitores com um editorial explicitamente pedindo votos contra o PT e a favor do PSDB, o que novamente chamou de “a hora da razão”. Na avaliação do periódico, após quatro anos de governo Dilma, “o Brasil está pior, em todos os aspectos”, mas o dia de votação “nos dá a oportunidade de corrigir os rumos da gestão da coisa pública”. Porém, não bataria “apear o PT et caterva do poder”. O eleitor/leitor deveria “saber preencher o enorme vazio” político, ou seja, não votar em Marina Silva, pois ela representaria a uma “incerteza” política. Assim, o jornal dedica várias linhas em loas ao PSDB, a Aécio Neves e explicações do porquê votar nele:

Aécio Neves, por sua vez, representa um grupo político que, com a idealização e execução do Plano Real, 20 anos atrás, demonstrou capacidade e competência para

⁶⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/09/2014, p. A3.

⁶⁰² *O Estado de S. Paulo*, 07/09/2014, p. A3.

⁶⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 18/09/2014, p. A3 e 02/10/2014, p. A3.

resgatar a economia brasileira do fundo do poço e assentar as bases para o desenvolvimento que permitiu os avanços sociais e econômicos do governo Lula. E os muito bem-sucedidos governos do PSDB nos dois maiores estados da federação, São Paulo e Minas Gerais, neste com o próprio Aécio Neves, são respeitável aval à candidatura tucana.

Eleito, Aécio Neves estará aglutinando um bloco de parlamentares, técnicos e homens de pensamento e ação, capazes de remover da administração pública e da política os vícios neles implantados pelo lulopetismo – e capazes, também, de colocar o Brasil novamente no rumo do crescimento sustentado e responsável.

Para que isso aconteça – para que o Brasil possa de novo ser um país onde as esperanças de um presente estável e de um futuro promisso de fato se realizem –, cada brasileiro que deseja o retorno à administração pública dos valores da honestidade, da correção, do compromisso com a coisa pública e com a eficiência, deverá votar bem. Será uma escolha entre o atraso escandaloso dos ‘coronéis’ e a modernidade⁶⁰⁴.

Como se percebe, além de ver em Aécio Neves um administrador competente e político não afeito à fisiologismos e corrupção, o *Estadão* decide seu voto pelo fator ideológico: a volta da política econômica neoliberal representada pelo Plano Real original.

Abertas as urnas e definida a ida de Aécio Neves para o segundo turno, o *Estadão* exultou em comemoração: “ufa!”. Foi o “sentimento de alívio” com a ida de “um candidato de oposição com reais possibilidades de ser eleito”, escreveu em editorial. O jornal avaliou que o resultado mostrou “sem a menor sombra de dúvidas” que o “povo brasileiro considera esgotado o prazo de validade da permanência do PT no poder”. A ascensão de Aécio na reta final teria sido fruto de “extraordinária força de vontade e competência política” do candidato. O texto ainda cobra que Marina Silva faça contundente demonstração de apoio a Aécio Neves no segundo turno. Empolgado, o jornal esperava que nas semanas seguintes, o candidato tucano saberia:

demonstrar, com seu programa de governo e o apoio de uma equipe idônea e comprovadamente competente, que os tucanos e seus aliados estão prontos para resgatar o Brasil de uma sequência de maus governos. Prontos para resgatar o Brasil do populismo irresponsável que ameaça a todos, especialmente os pobres, com recessão econômica e inflação. E prontos para resgatar a moralidade, que foi levada ao fundo do poço pela corrupção que contamina o aparelho estatal⁶⁰⁵.

Ou seja, Aécio Neves era o candidato honesto e neoliberal que o *Estadão* tanto sonhou ser capaz de derrotar o PT nas últimas quatro eleições.

	10/10	16/10	24/10
--	-------	-------	-------

⁶⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 05/10/2014, p. A3.

⁶⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/2014, p. A3.

Dilma	44%	43%	49%
Aécio	46%	45%	41%
Branco/Nulo	6%	7%	7%
Indeciso	4%	5%	3%

Como se percebe nas pesquisas Ibope realizadas em parceria com o *OESP*⁶⁰⁶, o rescaldo do primeiro turno e a pronta adesão de Marina Silva ao candidato Aécio Neves, o fez largar na dianteira nas intenções de voto. Esta perspectiva de vitória oposicionista animou os editorialistas do *Estadão* que passaram a contar como certo o triunfo nas urnas.

O jornal cobrou do eleitor de Marina Silva o apoio a Aécio Neves, que seria uma “perspectiva alvissareira para a concretização do desejo de mudança”. Pediu ao eleitor de Marina para que se atenha “agora à opção que lhe resta: votar em Aécio”. Comemorou a efetivação do apoio da candidata ao tucano como “coerente com sua proposta eleitoral de promover uma ‘nova política’ no País”, capaz de “promover a elevação do padrão ético da política” e cujo resultado tendia para a “ampliação de Aécio Neves sobre Dilma Rousseff” nas pesquisas⁶⁰⁷.

Ao festejar o resultado das primeiras pesquisas Ibope como sendo efeito de um suposto desejo de mudança no eleitorado, o *Estadão* alarmou que “o lulopetismo não terá escrúpulos de apelar a qualquer recurso que estiver a seu alcance” para se manter no poder, promovendo um “circo de horrores” e mentiras contra Aécio Neves e sua política neoliberal. Em editorial, foi repisada a cosmovisão de que o PT, “inspirado na lógica da luta de classes que ruiu com o Muro de Berlim”, promove a divisão entre os brasileiros, “ricos e pobres”. Para o *OESP*, Lula “sempre se esmerou em disseminar o ódio” e que a “semente do ódio tem campo fértil para vicejar”. Por isso, clama aos seus leitores ser preciso “que a esperança vença o ódio”, esperança representada pela volta do PSDB com a esperada vitória de Aécio Neves⁶⁰⁸.

Analisando os termos utilizados pelo *Estadão* para rotular o PT como um partido radical e com base na pesquisa de Fernando Azevedo, pode-se observar que o jornal resgata uma tradicional retórica midiática contra os partidos/candidatos de esquerda em contextos eleitorais de acirrada disputa e polarização. É evidente que, após tantas décadas de submissão ao jogo eleitoral, o PT não possui pretensões autoritárias. Porém, desesperado com a perspectiva da quarta derrota eleitoral seguida, o *Estadão* apela para o pacote do “radical, populista ou

⁶⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10/10/2014, p. A8, 16/10/2014, p. A4 e 24/10/2014, p. A4.

⁶⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 08/10/2014, p. A3, 11/10/2014, p. A3 e 14/10/2014, p. A3.

⁶⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2014, p. A3 e 18/10/2014, p. A3.

politicamente irresponsável” (AZEVEDO, 2017, p. 178) que serviu para caracterizar o petismo até 2002, mas que, desde então, estava suavizado na grande imprensa. A polarização de 2014 ressuscitou esta retórica dos tempos da Guerra Fria.

No dia da votação do segundo turno, com as pesquisas já indicando a volta do favoritismo para a petista Dilma Rousseff, o *OESP* chegou aos seus leitores com mais um editorial alarmista, apontando que a manutenção do PT por mais quatro anos no poder federal poderia levar o país a “um conflito social escancarado cuja primeira vítima será a democracia”. Na previsão da família Mesquita, o PT no poder levaria o país a uma guerra civil seguida por uma ditadura. Assim, conclui: “hoje, cada brasileiro tem a oportunidade de conter essa ameaça, votando no candidato que propõe – e está credenciado para a tarefa – a reconciliar o Brasil consigo mesmo: Aécio Neves”⁶⁰⁹.

4.7 INTENSIFICAÇÃO DA OPOSIÇÃO À AGENDA ECONÔMICA DO GOVERNO: ALARMISMO INFLACIONÁRIO E DAS CONTAS PÚBLICAS

O cerco rentista à presidenta Dilma foi facilitado pela conjuntura política vista acima. No plano econômico, o governo federal manteve-se na defensiva durante todo o segundo semestre de 2013 e o ano de 2014. O ministro Mantega, o presidente do BC e a presidenta Dilma Rousseff em suas falas tiveram que negar a iminência de uma alta inflacionária, defender as políticas fiscais e contas públicas da União e acusou os opositores de promover “terrorismo econômico”. Além disso, o governo apostou que as medidas e planos adotados nos anos anteriores, seriam suficientes para manter o crescimento do PIB e os empregos. Editorialmente, o *Estadão* continuou alarmando uma suposta alta inflacionária, repisou a desindustrialização do país e acusou o governo de maquiagem das contas públicas. Com a proximidade da eleição presidencial, o jornal se tornou ainda mais opositor das medidas econômicas do governo petista.

Segundo a bibliografia aqui debatida, desde 2013, e principalmente a partir de junho, a fração burguesa rentista passou a receber constante apoio e adesão da fração burguesa interna, principal beneficiária das políticas neodesenvolvimentistas do lulismo. André Singer elenca em fatos este afastamento: a CNI lançou documento com propostas para uma reforma trabalhista; a Fiesp lançou documento com os benefícios para as indústrias brasileiras migrarem para o Paraguai; o presidente da Fiesp, Paulo Skaf (PMDB) disse ter ouvido um “grito por renovação”.

⁶⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 26/10/2014, p. A3.

Em resposta, as centrais sindicais recolocaram nas ruas as pautas trabalhistas. Resultado: “a coalizão produtivista estava desfeita” (SINGER, 2018, p. 60). Segundo o autor, o pressionado governo Dilma ainda tentou fazer concessões à burguesia industrial, mas sem sucesso.

Como visto no capítulo anterior, a partir de abril o Banco Central voltou a aumentar a Taxa Selic de juros, sob aplausos do *Estadão*. Entre julho de 2013 e abril de 2014 haveria altas contínuas fazendo a Taxa passar de 7,50% para 11,00% ao ano com altas médias 0,50% a cada reunião do Copom. No entanto, entre abril e outubro de 2014 a Taxa foi mantida e só voltou à curva ascendente em outubro de 2014, após a eleição presidencial, fato criticado pelo jornal.

Sempre que comenta a alta da Selic, o *Estadão* faz elogios ao Copom do BC, que seria o único órgão governamental a levar à sério o risco de inflação e tomar a atitude correta para deter a alta inflacionária, em contraste com a presidenta Dilma e o ministro Guido Mantega que, segundo o jornal, “insistem em dizer que a inflação está sob controle e dentro da meta oficial” e, por isso, manteriam uma política de “gastança e desperdício” de dinheiro público, responsáveis pela suposta inflação descontrolada. Ao agir assim, o BC teria deixado de ser influenciado politicamente pelo governo, passando a basear suas decisões apenas em “considerações técnicas”, recuperando sua imagem perante o mercado financeiro⁶¹⁰.

Quando o BC interrompeu a série de altas na Selic, o *Estadão* insinuou que o Copom estaria atendendo ao “interesse eleitoral da presidente Dilma”, que insistia no argumento de que a alta Taxa serviria ao rentismo em prejuízo aos trabalhadores. Passada a eleição, o BC voltou a elevar a Selic e o jornal fez duro editorial acusando-o de ser mero cumpridor de ordens da presidenta. Por isso, sempre que toca no assunto Banco Central o jornal reforça sua perspectiva ideológica em defesa da autonomia total do BC⁶¹¹.

Entre os meses de recorte deste capítulo o *Estadão* publicou, ao todo, 30 editoriais tendo o suposto descontrole inflacionário como tema principal. Isso equivale a um editorial a cada quinze dias. Em todos eles, o jornal insistiu que a inflação estaria descontrolada, criticou a gastança do governo, falou em “descuido”, “desastre”, “fiasco”, “ameaça”, alarmou que o país teria “muita inflação pela frente”, o que seria uma “herança maldita” para o próximo governo. As explicações e minimizações governistas sobre a inflação foram sempre contraditadas pelo jornal⁶¹². Apesar de todo este alarmismo, a inflação de 2013 e 2014 manteve-se dentro do teto da meta que era de 6,5% ao ano. Em 2013, a inflação fechou em 5,91% e em 2014 em 6,41%.

⁶¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2013, p. A3, 12/07/2013, p. A3, 11/10/2013, p. A3, 01/12, 2013, p. A3 e 18/01/2014, p. A3.

⁶¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2013, p. A3, 19/05/2014, p. A3, 30/05/2014, p. A3, 25/07/2014 p. A3 e 31/10/2014, p. A3.

⁶¹² *O Estado de S. Paulo*, 02/07/2013, p. A3, 08/09/2013, p. A3, 09/11/2013, p. A3, 28/12/2013, p. A3, 12/01/2014, p. A3, 05/03;2014, p. A3, 24/04/2013, p. A3, 20/06/2014, p. A3, 11/07/2014, p. A3 e 12/09/2014, p. A3.

O Produto Interno Bruto brasileiro teve crescimento de 3% no ano de 2013. Em seus editoriais, o *Estadão* o chamou de “pibinho”, “anêmico” e de “fracasso”. As explicações, justificativas e avaliações do ministro Mantega, que contestava as análises catastróficas, foram sempre ironizadas pelo jornal, para quem o ministro viveria “no país das maravilhas”⁶¹³. Embora reconheça que o consumo cresceu mais uma vez, o periódico insiste que o “pibinho” confirmaria o “fracasso econômico da política baseada no estímulo ao consumo e nas desonerações fiscais a setores selecionados” uma vez que a oferta industrial continuaria “emperrada e insuficiente”⁶¹⁴.

Ao longo de 2014, a cada nova prévia parcial do PIB do ano, o jornal aumentou sua pressão sobre a política econômica do governo Dilma. Haveria uma “indústria em ritmo de tartaruga, inflação elevada, contas externas em mau estado e muita desconfiança entre empresários, investidores e consumidores”, tudo fruto de uma política governista “sem preocupação com produtividade”, uma “inegável tolerância à inflação” e suposta “política comercial mais ideológica do que pragmática”. Tudo isto somado levaria o país para um cenário de recessão econômica, fruto de um governo “trapalhão” e “criativo na incompetência”, o único responsável pela “fantasia” de apostar no mercado interno enquanto o mercado internacional “voltou a crescer”⁶¹⁵.

Desde o seu anúncio em 2012, o Planalto tinha dificuldades de implementar o Programa de Investimento em Logística (PIL). O governo exigiu baixas taxas de lucratividade para as empresas que adquirissem as rodovias, ferrovias e portos. Este fato afugentou o capital privado, atrasou os leilões e, em alguns casos, sequer houve lances. O *Estadão* se colocou ao lado do capital privado, criticando a “privatização à moda do PT” que estaria afugentando os investidores, em contraposição às privatizações feitas pelo PSDB no estado de São Paulo, modelo defendido pelo jornal como o ideal. Por isso, o periódico cobrava que o governo revisasse os editais de leilões e oferecesse mais lucratividade aos interessados⁶¹⁶.

O *Estadão* seguiu contestando à centralidade do BNDES para a política econômica do governo Dilma. O jornal se opôs tanto aos repasses do Tesouro Nacional ao banco estatal, quanto aos empréstimos comuns feitos pelo banco e principalmente o BNDESPar que adquiria ações de empresas privadas como forma de financiar a produção industrial. O *OESP* classificou

⁶¹³ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2013, p. A3, 01/03/2014, p. A3, 29/03/2014, p. A3 e 31/05/2014, p. A3.

⁶¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 20/01/2014, p. A3 e 01/03/2014, p. A3.

⁶¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 18/05/2014, p. A3, 16/08/2014, p. A3 e 30/08/2014, p. A3.

⁶¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 06/08/2013, p. A3, 07/09/2013, p. A3, 17/09/2013, p. A3, 21/09/2013, p. A3, 02/01/2014, p. A3, 10/02/2014, p. A3, 13/06/2014, p. A3 e 08/10/2013, p. A3.

a relação entre o Tesouro e o BNDES como “promiscuidade” e, por isso, defendia ser “indispensável” que o governo repensasse a estratégia de crescimento do banco⁶¹⁷.

No recorte deste capítulo, o *OESP* dedicou 24 editoriais para comentar a situação do setor industrial brasileiro. Em todos eles repercutiu a crise no setor causada pelo “aumento de custos”, carência de investimentos em maquinário e tecnologia, perda de espaço no cenário internacional e sofrendo com a concorrência dos produtos importados. Para contornar isso, o governo deveria investir mais em infraestrutura e privilegiar uma política externa focada em acordos bilaterais, em especial com os Estados Unidos e não no “erro político” das negociações inter-regionais que envolveram a Argentina, por exemplo⁶¹⁸.

O jornal ironizou que o Plano Brasil Maior fez a indústria brasileira perder mercado e criticou a prorrogação do IPI para o setor automotivo. A queda do setor industrial seria então responsabilidade “das fantasias do governo” que apostou no mercado interno para superar a crise global, do “sistema tributário oneroso”, do “alto custo dos financiamentos” e da “desconfiança” empresarial sobre a política econômica petista⁶¹⁹.

O indicador da taxa de emprego era o grande dado utilizado pelo governo para rebater as críticas da oposição à sua política econômica. A Taxa de Desocupação nas Regiões Metropolitanas (PME) caiu de 5,3% em dezembro de 2010 para 4,3% em dezembro de 2014. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) instituída em março de 2012, passou de 7,9% naquele mês para 6,5% em dezembro de 2014. Apesar destes números, o *Estadão* escreveu sete editoriais em 2014 para alarmar que “a crise chega ao emprego”, segundo o periódico, dados de estabilidade estariam indicando a “desaceleração da economia”, em especial no setor industrial, frutos da política econômica de “desonerações parciais” promovidas pelo governo. Assim, na cosmovisão do periódico, a manutenção dos bons índices de emprego se devia a duas explicações: o governo federal emprega muitos servidores e parte da população deixou de procurar empregos⁶²⁰.

Uma vez que na sociedade capitalista é impossível governar sem apoio dos empresários, a questão que se impõe são os motivos que levaram a fração da burguesia interna, tão beneficiada pelas políticas lulista, a abandonar a frente neodesenvolvimentista e aderir ao campo neoliberal. Na perspectiva de André Singer, as disputas entre as frações da burguesia,

⁶¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 22/07/2013, p. A3, 17/08/2013, p. A3, 26/08/2013, p. A3, 11/12/2013, p. A3, 23/03/2014, p. A3, 06/10/2014, p. A3 e 15/10/2014, p. A3.

⁶¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 22/06/2013, p. A3, 25/06/2013, p. A3, 31/12/2013, p. A3, 09/01/2014, p. A3 e 03/07/2014, p. A3.

⁶¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 22/02/2014, p. A3, 02/07/2014, p. A3 e 17/08/2014, p. A3.

⁶²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/02/2014, p. A3, 19/07/2014, p. A3, 28/07/2014, p. A3 e 26/10/2014, p. A3.

“não apagam os acordos burgueses gerais” (2018, p. 65), ou seja, no contexto de crise econômica que exacerbou o conflito distributivista entre a fração burguesa interna e os trabalhadores, os detentores do capital se uniram em torno da defesa de sua pauta comum, como a redução dos direitos sociais, mudanças na legislação trabalhista e desindexação salarial.

Assim, Singer (2018, p.66-69) indica ao menos três fatores internos a serem considerados para responder esta questão: haveria uma imbricação entre a burguesia industrial e a financeira, construída após anos de lucro fácil e seguro extraído das altas taxas de juros Selic, o que “restringia o grau de empenho” da fração produtivista na frente neodesenvolvimentista; fatos ideológico e o histórico de desconfiança da burguesia brasileira para com o Partido dos Trabalhadores; em contexto de crise econômica, há a exacerbção do conflito distributivo/luta de classes em cenário de quase pleno emprego, aumentos salariais e inúmeras greves, fazendo a perspectiva neoliberal ser mais atrativa para os industriais.

Enquanto isso, no *Estadão*, o setor do agronegócio seguiu recebendo todas as loas dos editoriais do *OESP*. Seu peso na balança comercial brasileira era sempre registrado pelo jornal como “salvador” para compensar o déficit no setor de manufaturas, mas que deixaria a economia brasileira na “dependência” de apenas um setor que, reconhece o periódico, emprega pouca mão de obra direta. O aumento da área cultivável foi comemorada, a falta de infraestrutura nos portos para o escoamento rápido da safra de soja foi criticado por impedir que o país se torne o maior produtor mundial deste grão. Nenhuma linha sobre a repercussão ambiental ou tóxica do agro foi escrita pelos editoriais⁶²¹.

Por fim, é possível observar que os editoriais do *Estadão* aumentaram as críticas às contas públicas do governo federal. O jornal usou termos como “truque”, “irresponsabilidade”, “maquiagem” e “contabilidade criativa”, que seriam posteriormente base para o pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma⁶²². Para o jornal, o governo usou da “criatividade” para esconder o que considera “populismo fiscal” com “o chapéu alheio”, as desonerações promovidas pelo governo e o “baixo nível de comprometimento” de Dilma com a Lei de Responsabilidade Fiscal que o *OESP* chamou de “um dos maiores avanços da história da administração pública brasileira”⁶²³. Por isso, o jornal seguia insistindo para que o governo promovesse maiores cortes no Orçamento, se opôs às vinculações orçamentárias existentes na Constituição Federal e fez rasgados elogios ao Plano Real que promoveu “uma revolução sem

⁶²¹ *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2014, p. A3, 13/05/2014, p. A3, 15/07/2014, p. A3 e 17/09/2014, p. A3.

⁶²² *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2013, p. A3, 27/06/2013, p. A3, 08/08/2013, p. A3 e 16/08/2013, p. A3.

⁶²³ *O Estado de S. Paulo*, 05/08/2013, p. A3.

armas e sem passeatas” 20 anos atrás, mas que estaria ameaçado pela “tolerância à inflação, a irresponsabilidade fiscal e o populismo” dos governos petistas⁶²⁴.

⁶²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 24/07/2013, p. A3, 26/11/2013, p. A3, 27/02/2014, p. A3 e 11/08/2014, p. A3.

5 UM JORNAL ANTIPETISTA NA LEGITIMAÇÃO DO IMPEACHMENT E DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL (2015-2016)

Este último capítulo trata das posições assumidas pelo jornal O Estado de S. Paulo ao longo do ano de 2015 até o mês de maio de 2016, quando o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência da república após o golpe parlamentar travestido de *impeachment*.

O governo Dilma teve uma “vitória de pirro” na reeleição. Desde o início, foi grande a dificuldade para montar o governo e se relacionar com a base aliada que pouco se mostrava disposta a contribuir com o governo. Na Câmara, Eduardo Cunha (PMDB) liderou a base oposicionista. Havia, contra Dilma, várias frentes golpistas: as manifestações verde-amarelas nas ruas foram estimuladas pelo jornal; o processo no TSE foi a grande esperança de apear Dilma do poder; a decisão do TCU sobre as “pedaladas fiscais” animou os adeptos do *impeachment* parlamentar. O *Estadão* queria ver Dilma e o PT fora do governo, não importava o método.

Na economia, Dilma anunciou um ministro alinhado ao mercado financeiro e prometeu promover ajuste fiscal. O jornal apoiou estas iniciativas e cobrou a efetivação por parte do governo e do Congresso. Vendo o ministro Levy criticado pelos petistas, o *Estadão* saiu em irrestrita defesa do ministro e do ajuste fiscal. Ao mesmo tempo, seguia seu alarmismo inflacionário e oposição à recriação da CPMF.

Sem dúvida, Eduardo Cunha foi o grande personagem político de 2015. Derrotou o governo na eleição da Câmara e comandou o PMDB rumo ao desembarque do governo. Porém, logo apareceram denúncias de improbidade contra ele. O *OESP* queria vê-lo fora da presidência da Câmara, uma vez que sua presença poderia deslegitimar o processo de *impeachment* contra Dilma.

A Operação Lava Jato ganhou vulto ao longo do ano. O *Estadão* se colocou como linha auxiliar de defesa da Operação, dos métodos do Ministério Público e das controvertidas decisões do juiz Sérgio Moro. Os casos foram sempre interpretados como consequência do “presidencialismo de coalizão” inaugurado pelo “lulopetismo”. Era, na visão do jornal, o maior escândalo de corrupção da história do país. Havia por parte do periódico, grande expectativa de

que o desenrolar da Operação resultasse na prisão de figurões petistas, desgaste do governo e a condenação do ex-presidente Lula.

O jornal admitiu que o processo de *impeachment* aberto por Cunha contra Dilma se tratou de mera vingança política do peemedebista, abandonado que foi pelo PT ante a cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Câmara. Porém, desde o lançamento do “Uma Ponte para o Futuro”, o programa econômico do PMDB para o caso hipotético de assumir o governo, o jornal aderiu ao *impeachment* de Dilma, passou a elogiar o vice-presidente Michel Temer e a planejar o Brasil “sem PT” e com volta irrestrita do neoliberalismo.

5.1 O GOVERNO QUE NÃO TEM BASE CONGRESSUAL: O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

Como analisa André Singer (2018), a reeleição de Dilma em 2014 se deu em condições políticas, sociais e econômicas bem diferente das existentes quando da primeira vitória em 2010: a euforia em torno do lulismo foi substituída por acirrada polarização nas ruas, na imprensa e no parlamento; a diminuição do crescimento econômico favoreceu a retórica oposicionista; o PT diminuiu sua bancada na Câmara, enquanto o PSDB cresceu; a Lava Jato avançava sobre a base aliada e os vazamentos seletivos à imprensa emparedavam o governo; e apareceram questionamentos de todos os lados sobre a legitimidade da vitória petista. Neste contexto, os parlamentares dos partidos integrantes dos ministérios, agora sob a liderança inequívoca de Eduardo Cunha, se tornaram ainda mais arredios à presidenta. Como bem reconstrói o jornalista Rodrigo de Almeida, então assessor de imprensa no Planalto, desde o início do novo mandato, o “fantasma do *impeachment* aprisionou o governo” (2016, p. 10) e sua agenda econômica, deixando Dilma sempre na defensiva e sem conseguir governar de fato.

Ainda na tese do autor, a presidenta Dilma cometeu o erro político de brigar ao mesmo tempo com a esquerda, ao fazer o ajuste fiscal que prometera não fazer, e com a direita, ao manter a indisposição em negociar com o fisiologismo congressual. O ex-presidente Lula até a aconselhou a reatar laços com os peemedebistas, mas Dilma recusou a ideia. Bem ao seu estilo, montou um ministério com escolhas pessoais e pouca composição partidária. Ela acreditou que poderia ao mesmo tempo fazer um choque recessivo na economia e enfrentar o PMDB. Mas logo o cerco da Lava Jato adicionou um novo elemento a pesar contra ela nesta balança. Os “erros políticos” da presidenta facilitaram o trabalho dos conspiracionistas, que faziam fila no gabinete do vice-presidente Michel Temer. Some-se a tudo isso a rápida perda de popularidade

da presidenta e, como assevera Singer, quando o chefe do Executivo perde apoio popular, “o Congresso não pode ser desafiado” (2018, p. 198).

5.1.1 Vitória contestada nas ruas, nos tribunais, a formação do governo e os primeiros embates com Eduardo Cunha

A presidenta Dilma Rousseff foi reeleita por 54,5 milhões de brasileiros, o que equivalia a 51,64% dos votos válidos. Mas o resultado foi o mais apertado da Nova República. O opositor Aécio Neves recebeu 51 milhões de votos, o equivalente a 48,36% dos votos válidos. Mais 37,2 milhões de brasileiros não compareceram ou votaram branco/nulo. Este resultado aumentou a pressão sobre o governo e acirrou ainda mais os ânimos entre petistas e antipetistas, o que vinha em grande ascensão desde junho de 2013 e principalmente, no segundo turno eleitoral. A reeleita Dilma Rousseff não teria mais na sociedade, Congresso ou imprensa, a costumeira “lua de mel” de cem dias para assentar as bases do novo governo.

Em uma atitude inédita e controversa, pela primeira vez na história da Nova República, o derrotado das urnas não aceitou a derrota e passou a questioná-la publicamente e nos tribunais. De imediato, o PSDB ingressou com ação no Tribunal Superior Eleitoral solicitando uma auditoria nos dados referentes à totalização dos votos. No pedido, que foi endossado pelo derrotado Aécio Neves, o partido alegou “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica”. O *Estadão* destacou em sua reportagem que o partido não apresentou qualquer caso concreto que sustentasse seu pedido que foi feito meramente “com base em comentários de redes sociais”⁶²⁵.

O pedido do PSDB recebeu críticas tanto do TSE quanto do Procurador-Geral da República, que viram na ação a possibilidade de gerar futuro descrédito ao sistema eleitoral. De fato, o TSE indeferiu o pedido tucano, mas entregou ao partido todos os dados referentes à eleição para que este promovesse uma auditoria própria⁶²⁶. A principal consequência desta contestação sobre o resultado eleitoral foi o de promover o impulso inicial para o movimento antipetista que ensaiava as primeiras manifestações com pedidos de *impeachment* contra a recém presidenta reeleita. O interessante é que o *Estadão* não dedicou nenhum editorial para comentar esta contestação do PSDB às urnas. Apenas o articulista Cláudio Couto é que viu

⁶²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2014, p. A4.

⁶²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/11/2014, p. A4, 04/11/2014, p. A8 e 05/11/2014, p. A4.

gravidade no fato de o PSDB levar à sério os “bochichos conspiratórios” que inundam as redes sociais⁶²⁷.

O PT e o governo logo rechaçaram o questionamento proposto pelo PSDB como uma inacreditável, lamentável e desrespeitosa tentativa de promover uma espécie de “3º turno eleitoral”. Não seriam poucas as vezes em que a presidenta Dilma e outras lideranças governistas insistiriam para que o PSDB desarmasse “o palanque eleitoral”, desestimulasse os movimentos golpistas, assimilasse a derrota nas urnas e promovesse uma oposição sem deslealdade⁶²⁸. No entanto, o que se viu foi o PSDB estimular os movimentos de rua contra Dilma, buscar alternativas jurídicas no TSE e articular nos bastidores do Congresso um caminho para apelar a presidenta do poder. Na perspectiva de André Singer, no “envenenado clima pós-eleitoral” da quarta derrota eleitoral seguida para o petismo, os tucanos se convenceram da “dificuldade de superá-lo por meios democráticos [pois] é difícil ganhar do partido popular uma vez que se fixe [no poder] como o ‘partido dos pobres’” (2018, p. 168-169).

Os meses de novembro e dezembro de 2014 foram cheios de manifestações de rua por *impeachment*, intervenção militar e também contrários a tais iniciativas. Se não foram números em adesão, seguramente serviram de aquecimento para as gigantescas manifestações que tomariam as ruas de todo o país ao longo do ano seguinte, sendo os maiores e a maioria deles, exigindo o *impeachment* da presidenta Dilma. Além disso, é nestes atos do final de ano que aparecem as jovens lideranças da chamada “nova direita” brasileira, em especial os movimentos Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL), os Revoltados On-Line e os grupos flertando com uma intervenção militar, dos quais a família Bolsonaro se aproximaria.

Logo no primeiro final de semana após a votação, cerca de 2,5 mil pessoas compareceram ao ato na avenida Paulista, em São Paulo. O tom destacado pelo *Estadão*, inclusive com grande fotografia, foi dos pedidos de intervenção militar e de alegadas fraudes nas urnas eletrônicas. Os destaques foram o armado deputado Eduardo Bolsonaro e o cantor Lobão. Este primeiro ato causou grande repercussão no meio político. O PSDB deu apoio logístico ao ato e o senador Álvaro Dias (PSDB) chegou a acusar o PT de infiltrar pessoas no ato para pedir intervenção militar. Líderes tucanos repreenderam os intervencionistas e foram hostilizados por eles nas redes sociais⁶²⁹.

⁶²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/11/2014, p. A6.

⁶²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2014, p. A4, 01/11/2014, p. A4 e 06/11/2014, p. A4.

⁶²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2014, p. A6, 03/11/2014, p. A5 e 05/11/2014, p. A6.

A cúpula do PSDB se reuniu para debater como se posicionar diante de tais movimentos. O ex-presidente FHC defendeu que o partido se juntasse aos movimentos de rua que mostravam insatisfação com o petismo, mas o assunto *impeachment* ainda carecia de um fato para ser encampado pelos tucanos. Aécio Neves apostava suas fichas no descumprimento da meta fiscal, supostamente capaz de ensejar crime de responsabilidade pela presidenta. Já o senador Aloysio Nunes defendeu que o partido incorpore os radicais intervencionistas em seus quadros, na esperança de liderá-los. Não houve nenhum repúdio ao militarismo nascente, além de palavras protocolares⁶³⁰.

No dia 17 de novembro, cerca de 20 mil pessoas se reuniram novamente na avenida Paulista. O *Estadão* reportou que houve forte divisão entre os grupos presentes a respeito dos pedidos de intervenção militar e por *impeachment* da presidenta recém-eleita. No final do mês, nova manifestação reuniu 500 pessoas pedindo o *impeachment*, e outros a intervenção militar⁶³¹. Em dezembro, mais um ato na capital paulista, desta vez convocado pelo PSDB em parceria com os movimentos Vem Pra Rua e MBL. Neste ato estiveram presentes e discursaram diversas lideranças do partido. Cerca de 5 mil pessoas compareceram. Também havia grupos defensores da intervenção militar⁶³².

É importante pontuar que, desde o início do governo Dilma, houve uma crescente insatisfação nos círculos militares da ativa e da reserva. Além da personificação de uma expressa e torturada política da Ditadura estar na presidência da República e ser a chefe das Forças Armadas, foi sob o governo Dilma Rousseff que funcionou a Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório final, apontando diversos crimes contra os direitos humanos, foi apresentado em dezembro de 2014⁶³³.

Ao mesmo tempo, movimentos sociais como o MTST, MST e a CUT foram às ruas para fazer o contraponto aos pedidos de *impeachment*, intervenção militar e lembrar a oposição que a eleição já havia terminado. Porém, ao mesmo tempo, cobraram a presidenta Dilma a manutenção e ampliação dos programas sociais dos governos petistas. O PT lançou uma nota na qual chamou os manifestantes da direita de “representantes do atraso, verdadeiros fantasmas do passado” que “tentam criar um terceiro turno da disputa eleitoral”. Ao mesmo tempo, o partido pediu que sua militância se mantivesse atenta e forte para os dias que se seguiriam⁶³⁴.

⁶³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/11/2014, p. A24.

⁶³¹ *O Estado de S. Paulo*, 16/11/2014, p. A13 e 30/11/2014, p. A6.

⁶³² *O Estado de S. Paulo*, 07/12/2014, p. A6.

⁶³³ *O Estado de S. Paulo*, 11/12/2014, p. A4.

⁶³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 05/11/2014, p. A6 e 14/11/2014, p. A5.

Em outra frente, a reeleita Dilma Rousseff não teria descanso desde o primeiro dia após a votação. O *Estadão* repercutiu avaliação do DIAP apontando que o Congresso eleito em 2014 era o mais conservador desde 1964. O número de empresários cresceu de 220 para 280 parlamentares, o de ruralistas aumentou de 130 para 160, a bancada ligada ao setor evangélico também cresceu em quantidade e com nomes de maior peso nas hierarquias das Igrejas, enquanto o número de deputados ligados ao sindicalismo caiu de 83 para 46. A reportagem do periódico destacava que, embora as mobilizações de junho de 2013 reivindicassem uma pauta progressista, a votação para o Legislativo resultou no aumento de representantes conservadores e de direita⁶³⁵.

Em números absolutos, o PT permaneceu como detentor da maior bancada na Câmara, porém, houve significativa queda de 88 para 70 deputados. O PMDB manteve a segunda maior bancada, mas caindo de 71 para 66 representantes. O PSDB se manteve como o maior partido da oposição, crescendo de 44 para 54 parlamentares, assumindo o terceiro posto de maior bancada⁶³⁶. A questão que dominava as conversas de bastidores em Brasília foi repercutida sem máscaras pelo *Estadão*: “base governista de Dilma cresce, mas pode aderir a Aécio”. Ou seja, embora os partidos que formalmente apoiaram a candidatura de Dilma tenham feito maioria expressiva de 304 deputados contra 138 das siglas que apoiaram o candidato de oposição, líderes de partidos como o PP, PSD e PR, ouvidos e nominados pela reportagem, admitiram que se manteriam governistas independente do vencedor do segundo turno⁶³⁷.

Publicamente, o PT admitia futura dificuldade na relação com o Congresso. Os motivos eram diversos: houve saída de parte expressiva de parlamentares tidos como bons mediadores entre as bancadas; aumentou a fragmentação partidária, com 28 partidos representados no Congresso; a oposição elegeu caciques renomados para o Senado, como José Serra (PSDB), Ronaldo Caiado (DEM) e Tasso Jereissati (PSDB); havia expectativa e apreensão no meio político acerca dos desdobramentos futuros da Operação Lava Jato e das delações de doleiros, empresários e tesoureiros; e talvez o fator mais importante: os partidos de progressistas que apoiaram a reeleição (PT, PDT, PCdoB) mais o independente PSOL, supostamente mais fiéis às bandeiras sociais governistas, somados reuniam apenas 104 parlamentares, enquanto partidos tradicionalmente do centro fisiológico (PP, PR, PSD, PRB e PTB) somaram 153

⁶³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/2014, p. H10.

⁶³⁶ Os resultados dos demais partidos foram: PSD (37), PP (36), PR (34), PSB (34), PTB (25), DEM (22), PRB (21), PDT (19), Solidariedade (15), PSC (12), PROS (11), PCdoB (10), PPS (10), PV (8), PHS (5), PSOL (5), PTN (4), PMN (3), PRP (3), PEN (2), PSDC (2), PTC (2), PRTB (1), PSL (1) e PTdoB (1).

⁶³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/2014, p. H10.

parlamentares que, acrescidos do não menos fisiológico PMDB, teriam expressivos 219 votos. Por isso, líderes petistas admitiram que seria necessário muito diálogo com o peemedebismo e para refazer as pontes com o historicamente progressista PSB, agora na oposição⁶³⁸.

Diante de tantas dificuldades com os partidos da base aliada ao longo dos anos de governo e agora pressionada pelas ruas, a montagem do novo ministério seria fundamental para buscar fidelidade da base e ter um início mais calmo no novo período de governo. Apesar da pressão do diretório nacional do PT, a presidenta reduziu o espaço do partido na Esplanada. Dos ministérios considerados mais importantes, o PT ficou apenas com o da Saúde e o da Previdência Social. No mais, ao partido coube os ministérios ligados à área social, dos direitos humanos e do núcleo mais próximo à presidente, como da Justiça, Casa Civil e das Relações Institucionais. Na Casa Civil, Aloísio Mercadante permaneceu como o homem forte da presidenta na relação com o Congresso. Em várias reportagens, o *Estadão* destacou que esta formação significava a redução no poder de influência do ex-presidente Lula sobre o governo⁶³⁹.

Após quatro anos de conturbada convivência, o PMDB cobrou mais espaço no segundo governo. O vice-presidente Michel Temer tornou pública a insatisfação: “Não somos aliados. Somos governo. O governo elegeu o presidente e o vice-presidente. Nós somos governo”. Além de cobrar mais ministérios, o partido os queria de “porteira fechada”, ou seja, com liberdade total para nomear todos os escalões. Pressionou por cargos para caciques partidários que perderam eleições, como Henrique Alves. A bancada no Senado também cobrou mais espaço na Esplanada e nas decisões internas do partido. Além disso, o deputado e líder do partido na Câmara, Eduardo Cunha, já articulava sua candidatura à presidência da Casa⁶⁴⁰.

Ao fim, Dilma anunciou cinco ministérios para o PMDB: Kátia Abreu na Agricultura não agradou a cúpula peemedebista e foi considerada escolha pessoal da presidenta; na Pesca, Hélder Barbalho agradou a bancada do Senado; em Minas e Energia, Eduardo Braga era mais uma escolha pessoal da presidenta; nos Portos, Edinho Araújo foi indicação de Michel Temer; na Aviação Civil, Eliseu Padilha foi mais um do grupo ligado ao vice-presidente. Como se vê, a bancada da Câmara, liderada por Eduardo Cunha, não foi contemplada. A baixa densidade política e econômica dos ministérios desagradou os peemedebistas, justamente ressentidos com a grande consistência das pastas entregues a outros partidos da base⁶⁴¹.

⁶³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 19/10/2014, p. A12.

⁶³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2014, p. A6, 30/11/2014, p. A6, 27/12/2014, p. A4 e 30/12/2014, p. A4.

⁶⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 05/11/2014, p. A7, 06/12/2014, p. A6 e 12/12/2014, p. A10.

⁶⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2014, p. A4 e 28/12/2014, p. A4.

O *Estadão* reportou que, em seu segundo mandato, Dilma estaria “mais dependente do PMDB” do que no anterior. O motivo, além do histórico de desavenças, era a conjuntura econômica desfavorável e a pressão das ruas/oposição pela deposição da presidenta. Por isso, o governo estaria desde o início necessitando de “operadores políticos ‘especialistas’ no Congresso, inclusive para segurar um eventual pedido de *impeachment*”. Como a fatura a ser cobrada pelos peemedebistas seria mais alta, Dilma buscou se aproximar de dois políticos experientes e supostamente, capazes de ajudar na articulação congressual a favor do governo: Cid Gomes e Gilberto Kassab⁶⁴².

Cid Gomes (PROS) assumiu o ministério da Educação, o de maior orçamento da Esplanada. Gilberto Kassab (PSD) ficou com o cobiçado ministério das Cidades, também de gigantesco orçamento e dos grandes responsáveis pelas obras do PAC e do MCMV. Além dele, seu aliado Guilherme Afif foi mantido no ministério da Micro e Pequena Empresa. Na avaliação do *Estadão*, ao fazer isso, Dilma buscou “criar novas linhas de articulação política” e reduzir o poder do PMDB e do PT no Congresso. Diz o jornal que a presidenta apoiava a ideia de Kassab de criar mais um partido político ao centro, que reuniria dissidentes diversos dos demais partidos da base aliada ou mesmo da oposição. Certamente que este movimento desagradou os tradicionais partidos do centro fisiológico⁶⁴³.

Completando a Esplanada, o PDT ficou com dois ministérios: Comunicações e Trabalho; o PTB com o da Indústria; o PRB com o do Esporte; o PR com o dos Transportes; o PP com o da Integração; o PCdoB com o da Ciência e Tecnologia. Destaque para um movimento de Dilma para acabar com os feudos que alguns partidos mantinham em certos ministérios desde os tempos do governo Lula: o PCdoB saiu do ministério do Esporte; o PRB saiu do ministério da Pesca; o PP, partido mais fustigado pela Operação Lava Jato até então, deixou o ministério das Cidades. Dos três, o PP foi o que publicamente demonstrou mais insatisfação, indicando um nome técnico do partido para o seu ministério da Integração, o que, na prática, significou que a cúpula partidária não se sentia representada pelo nomeado⁶⁴⁴.

Em forte editorial, o *Estadão* considerou o novo ministério como “mediocre”, uma vez que seguia formado pelas pessoas e partidos que, na avaliação do periódico, “produziram os males que nos afligem”. Em sua avaliação, o jornal viu duas tendências na nova composição da Esplanada: Dilma tentou equilibrar mais a presença dos partidos aliados, mas lembrou que isso

⁶⁴² *O Estado de S. Paulo*, 21/12/2014, p. A6 e 28/12/2014, p. A4.

⁶⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 28/12/2014, p. A4.

⁶⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 25/12/2014, p. A6 e 28/12/2014, p. A4.

resultaria apenas em estimular ainda mais o “apetite fisiológico” dos políticos e partidos que “não têm compromissos programáticos”; diminuiu a influência do PT e do ex-presidente Lula no núcleo político do Planalto⁶⁴⁵.

A articulista Dora Kramer escreveu diversos artigos mostrando a grande insatisfação nos partidos da base aliada, em especial no PMDB. A cota peemedebista na Esplanada dos Ministérios desagradou o partido, que se sentiu escanteado para a “periferia ministerial”, enquanto Dilma estimulava movimentos de Kassab e Cid Gomes, para desidratar a influência do PMDB no Congresso. André Singer avalia que Dilma foi levada a acreditar em um “plano irrealista” (2018, p. 203) dos irmãos Gomes mais Kassab para criar um novo partido político de centro. Assim, os experientes líderes do PMDB logo perceberam que seu grande trunfo deixou de ser os escassos cargos na máquina federal, mas passou a ser a concentração de influência que exercia sobre o Congresso Nacional⁶⁴⁶.

Ainda em dezembro de 2014, o governo já teve um teste importante no Congresso. A votação de um projeto de Lei que permitia ao governo abater na meta fiscal os gastos com o PAC, evitando assim que descumprisse a meta fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A oposição fez de tudo para obstruir a votação que se arrastou por uma semana. Em três ocasiões, houve tumulto com manifestantes ligados ao grupo Revoltados On-Line e MBL que foram ao Parlamento protestar contra a votação e que, segundo o *Estadão*, hostilizaram parlamentares de esquerda e trataram o deputado Jair Bolsonaro (PSC) como líder. Após se ausentarem do Plenário, em evidente movimento para pressionar o governo, a bancada do PMDB, em especial a do Senado liderada por Renan Calheiros, foi quem garantiu ao governo o quórum e os votos para aprovar a lei⁶⁴⁷. Em editorial, o *OESP* chamou a aprovação da lei de “desmoralização final do regime de metas fiscais” após “quatro anos de farra e de irresponsabilidade” de Dilma na condução das contas públicas⁶⁴⁸.

Tema sempre importante a cada nova Legislatura é a definição de quem presidirá a Câmara dos Deputados. Dois dias após a votação do primeiro turno, o *Estadão* já estampou longo perfil de Eduardo Cunha, considerado “o favorito”. Ligado ao eleitorado evangélico e defensor de pautas contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização

⁶⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27/12/2014, p. A3.

⁶⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2014, p. A6, 06/01/2015, p. A6, 08/01/2015, p. A6, 13/01/2015, p. A6 e 15/01/2015, p. A6.

⁶⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 03/12/2014, p. A9, 04/12/2014, p. A12, 05/12/2014, p. A5 e 10/12/2014, p. A8.

⁶⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13/11/2014, p. A3.

das drogas, Cunha não estampou referências à Dilma em seu material de campanha. No segundo turno, apoiaria Aécio Neves⁶⁴⁹.

Embora o PT tenha feito a maior bancada da Câmara, e pelo acordo entre petistas e peemedebistas, caberia ao primeiro dirigir a Casa em forma de rodízio com o aliado, fato é que logo após a votação do segundo turno, a bancada do PMDB já lançou Cunha à presidência da Câmara, qualificado pelo jornal como “desafeto do PT” e “líder do PMDB opositorista”. Esta atitude foi propagada pelo periódico como um evidente desafio aos petistas. Logo, Cunha costurou alianças com os partidos do chamado “centrão”, como o PR, PTB, PRB, PSC e Solidariedade, que imediatamente declaram apoio à sua candidatura e também com partidos “nânicos” que somados reuniam 24 deputados⁶⁵⁰.

Na narrativa publicada pelo *Estadão*, o vice-presidente Michel Temer, também presidente nacional do PMDB, não gostou do movimento do correligionário Eduardo Cunha. Temer defenderia o rodízio entre PT e PMDB na presidência da Câmara. O jornal até publicou um caloroso bate-boca entre os dois. Temer estaria irritado por não ter sido consultado sobre a candidatura de Cunha e declarou que a via como uma afronta ao governo do qual ele era o vice-presidente⁶⁵¹.

No lançamento de sua candidatura, Cunha prometeu aumento salarial aos deputados, independência legislativa, a construção de novo bloco de gabinetes parlamentares, votar o Orçamento Impositivo e principalmente, prestigiar os deputados do chamado “baixo clero”. O governo tentou responder lançando candidato Arlindo Chinaglia ex-presidente e então vice-presidente da Câmara, anunciando apoio de partidos da base PDT, PROS e PCdoB, mas apenas parte dos deputados do PDS e PR. Estava colocada uma situação inédita: os dois principais partidos da coalizão governista seriam adversários na disputa pela presidência da Câmara⁶⁵².

O governo passou todo o mês de janeiro tentando desidratar o apoio parlamentar ao favorito Eduardo Cunha. Ofereceu cargos em escalões da máquina federal e cobrou de seus ministros atuação firme em nome da lealdade dos partidos da base ministerial. A cúpula do PMDB, insatisfeita com a aproximação de Dilma com Kassab (PSD) e Cid Gomes (PROS), reagiu e oficializou apoio partidário, com Temer e tudo, ao seu correligionário candidato, que já era citado em delações premiadas de doleiros na Lava Jato acusando-o de enviar dinheiro

⁶⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 07/10/2014, p. H11.

⁶⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 30/10/2014, p. A9 e 03/11/2014, p. A4.

⁶⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2014, p. A7 e 08/11/2014, p. A10.

⁶⁵² *O Estado de S. Paulo*, 03/11/2014, p. A4, 03/08/2014, p. A8 e 18/12/2014, p. A9.

ilegalmente para o exterior⁶⁵³. Mesmo com estas acusações, Cunha conquistou novas adesões. Ele viajou o país em um jatinho particular bancado por ruralistas e levando consigo parlamentares/pastores evangélicos, para visitar os parlamentares em férias. Estas duas bancadas também oficializaram apoio a Cunha. Também o PSDB, com objetivo primordial de impor derrota ao PT, se aproximou do candidato, mas, oficialmente, manteve apoio ao também candidato Júlio Delgado (PSB)⁶⁵⁴.

Nem mesmo o loteamento da Esplanada aos partidos, deu ao governo tranquilidade no primeiro teste da base aliada na Câmara. Foi nítido o favoritismo de Eduardo Cunha ao longo de todo o mês de janeiro. Na votação, ele foi eleito em primeiro turno com 267 votos, contra 126 de Chinaglia, 100 de Delgado e 8 para Chico Alencar (PSOL). Importante frisar que a soma de votos em Cunha e Delgado (367 parlamentares) seria exatamente a mesma da votação do *impeachment* de Dilma pouco mais de um ano depois. As manchetes do *Estadão* foram bem eloquentes: “Cunha impõe derrota a Dilma e ao PT” e “expõe fragilidade da base aliada”. No Senado, o PT apoiou a reeleição de Renan Calheiros (PMDB), mas ela aconteceu por apertada margem contra o dissidente peemedebista Luiz Henrique (49 x 31). A oposição comemorou os resultados⁶⁵⁵.

Mais que perder a presidência da Câmara, a atrapalhada articulação governista conseguiu ficar sem nenhum cargo na Mesa Diretora da Casa e sem a presidência das principais comissões. Segundo o *OESP*, internamente, o governo admitiu o desastre, mas manteve Edinho Silva (PT) à frente das Relações Institucionais. O projeto de novo partido da “armata Brancaleone” (SINGER, 2018, p. 203) de Kassab e irmãos Gomes, acabou. Dilma não conseguiria se livrar da influência do PMDB sobre a base. Na avaliação do cientista político André Singer, ao longo do ano, a presidenta Dilma “parecia preferir a cassação a se compor com o homem forte da Câmara” (2018, p. 205).

O *Estadão* narrou que mesmo esta indisposição de Dilma para compor com Eduardo Cunha não impediu que o governo ao menos buscasse construir pontes com o presidente da Câmara, que já prometia cumprir a promessa de pautar a votação do Orçamento Impositivo. O grande temor do governo eram as votações de “pautas bomba” que acrescentariam despesas ao Orçamento e as dificuldades para aprovar o plano de ajuste fiscal prometido por Dilma e pelo

⁶⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2015, p. A4, 11/01/2015, p. A4 e 14/01/2015, p. A4

⁶⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16/01/2015, p. A4, 18/01/2015, p. A8, 27/01/2015, p. A4 e 31/01/2015, p. A4.

⁶⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 01/02/2015, p. A4 e 02/02/2015, p. A4, A6 e A7.

ministro da Fazenda Joaquim Levy. Para tentar acalmar a base revoltosa, o ministro Mercadante prometeu iniciar a distribuição dos cargos de segundo escalão⁶⁵⁶.

Antes de iniciar o novo mandato de Dilma, o *Estadão* previa três grandes dificuldades para a presidenta reeleita: corrigir os rumos da economia; administrar as repercussões políticas da Operação Lava Jato sob seu governo e saciar o “crescente apetite da chamada base aliada” por mais espaço e cargos na administração federal. Formado o ministério, o jornal garantiu em editorial que o clima em Brasília é “lamentável e preocupante” diante das “queixas estridentes” dos políticos da base sobre o naco de poder que lhes coube no novo governo, em especial do PMDB, que seguia sentindo-se desprestigiado. O jornal seguiu culpando o presidencialismo de coalizão ao “modo petista” pelos reveses sofridos pelo governo no Congresso, ironizou que bastaram poucas semanas de governo para Dilma sofrer a primeira “derrota acachapante” na anunciada eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, o que a deixou “ainda mais vulnerável politicamente”⁶⁵⁷.

Assim, nos bastidores narrados por Kramer, os peemedebistas se uniram em torno dos candidatos à presidência das duas Casas, sem qualquer chance para acordo com os petistas. Em janeiro de 2015, Kramer culpou os “gestos atabalhoados” dos articuladores do governo que transformou o ambiente entre os partidos em “beligerância” e que era a “hora de discutir a sério a relação”. A vitória de Cunha na Câmara era mais que anunciada, apesar das tentativas desesperadas do governo e do ex-presidente Lula em buscar um acordo às vésperas da votação. A conclusão de Kramer é que, embora o governo tenha atuado nos meses anteriores para minar a força do PMDB, o resultado foi justamente o contrário: os peemedebistas saíram mais fortes e a articulação governista estava no fundo do poço⁶⁵⁸.

5.1.2 Dilma nas mãos do PMDB, Cunha e Temer

A derrota na disputa da presidência da Câmara foi a primeira de muitas que o Planalto sofreria pelos meses seguintes. Dilma não governou em 2015. Esteve constantemente nas mãos dos interesses e pressões da base aliada fisiológica, sempre liderada por Eduardo Cunha, a maior parte do PMDB e, nos bastidores, pelo vice-presidente Michel Temer. No ano de 2015, foi o

⁶⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2015, p. A4, A5 e 03/02/2015, p. A4.

⁶⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 27/12/2014, p. A3, 08/01/2015, p. A3, 19/01/2015, p. A3, 24/01/2015, p. A3, 03/02/2015, p. A3 e 04/02/2015, p. A3.

⁶⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/2015, p. A6, 01/02/2015, p. A6, 02/02/2015, p. A5 e 03/02/2015, p. A6.

Congresso quem “governou” o Brasil. Dilma e o PT foram sistematicamente derrotados. Havia uma espécie de parlamentarismo pouco disfarçado.

Logo na primeira semana, a oposição, com ajuda de parlamentares da base, em especial do PDT, PSD, PMDB, PR e PP, apresentou pedido de abertura para mais uma CPI da Petrobrás. Cheio de confiança, Cunha, declarou que era hora de passar a limpo a estatal e autorizou, no mesmo dia, a instalação da Comissão. Nos dias seguintes, mais derrotas ao governo: foi aberta comissão para discutir uma reforma política a partir das propostas peemedebistas; Cunha pautou e a Câmara aprovou PEC do Orçamento Impositivo com 427 votos a favor; foi aprovado requerimento para que todos os ministros comparecessem à Câmara para prestar esclarecimentos sobre suas pastas; o *Estadão* apontou uma série do que chamou de “agenda negativa” conduzida por Cunha⁶⁵⁹.

O PMDB avaliou que o governo e o PT agiam para destruir o partido, especialmente por patrocinar a criação de outro partido em benefício de Gilberto Kassab. O Senador Romero Jucá expressou ao *OESP* o descontentamento dos correligionários, prometendo mais autonomia do partido no Congresso, patrocinando uma “pauta peemedebista” com temas políticos e econômicos. A escolha para liderança na Câmara confirmou esta hipótese. O deputado federal carioca Leonardo Picciani, que, como seu pai, deputado estadual e presidente da Alerj Jorge Picciani, apoiou Aécio Neves em 2014, foi apontado pelo *Estadão* como mais uma vitória da ala pró-rompimento dentro do partido⁶⁶⁰.

O PT e o governo tentaram reconstruir pontes com o PMDB e a base aliada. Trocou o criticado líder do governo na Câmara, o deputado Henrique Fontana pelo ex-líder José Guimarães. O ministro Pepe Vargas seguia cada vez mais pressionado. O governo acenou à base com a tradicional promessa de distribuição de cargos. Dilma se reuniu com Cunha e Renan para dialogar sobre o trâmite e aprovação do pacote de ajuste fiscal. Até mesmo o ex-presidente Lula se reuniu com a cúpula peemedebista para tentar aparar as arestas da crise. O vice Michel Temer prometeu se empenhar na articulação pelo ajuste fiscal⁶⁶¹.

O que aparentava ser o início de uma possível convivência republicana entre petistas e peemedebistas foi logo perdida nos primeiros dias de março. Desde o fim do mês anterior, circulava pelos bastidores de Brasília a informação de que o PRG Rodrigo Janot encaminharia ao STF pedido de abertura de inquérito contra políticos citados pelos delatores no âmbito da

⁶⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 05/02/2015, p. A8, 06/02/2015, p. A8, 11/02/2015, p. A4, 18/02/2015, p. A4 e 23/02/2015, p. A4.

⁶⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 04/02/2015, p. A9, 11/02/2015, p. A4 e 24/02/2015, p. A4.

⁶⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 04/02/2015, p. A9, 06/02/2015, p. A8, 23/02/2015, p. A4, 24/02/2015, p. A4 e 27/02/2015, p. A6.

Operação Lava Jato, que investigava desvios de dinheiro em contratos da Petrobrás. Durante dias, o clima foi de tensão no Congresso, em especial no PMDB, uma vez que os presidentes das duas Casas, Renan e Cunha, eram dados como certos na “lista de Janot”⁶⁶². De fato, o STF abriu inquérito contra 50 políticos, 34 deles com mandato. Do PT, havia nomes como os senadores Lindibergh, Gleisi, Humberto Costa e do ex-ministro Palocci; do PMDB quase toda a sua cúpula: Cunha, Renan, os senadores Lobão, Jucá e o presidente interino da sigla, Valdir Raupp; o senador Collor do PTB; já sobre o PP recaíram acusações sobre 3 dos seus 5 senadores e 18 de seus 40 deputados federais⁶⁶³.

A reação na base foi imediata. Eduardo Cunha acusou Janot de “agir politicamente em conjunto com o governo” para minar sua importância à frente da Câmara, chamou a petição do PGR de “piada” e prometeu ir à CPI da Petrobrás se defender. Na cadeira de presidente da Câmara, Cunha aprovou convocação para o ministro da Educação Cid Gomes se explicar por críticas ao Congresso; estimulou candidatura avulsa para tirar do PT a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Casa; colocou em votação a PEC da Bengala, para impedir que Dilma nomeasse mais ministros ao STF durante seu mandato e ouviu pedidos de *impeachment* contra a presidenta. No Senado, Renan também retaliou o governo, devolvendo Medida Provisória referente ao ajuste fiscal⁶⁶⁴.

Em editorial, o *Estadão* pediu que tanto Renan quanto Cunha se afastassem da presidência das Casas enquanto durassem as investigações. O jornal repercutiu falas deles a outros veículos, nos quais acusaram Janot de atuar para o Governo: Cunha teria afirmado que iria “baixar o cacete” no governo e que a partir dali seria um “independente babando de ódio”. Renan também declarou que “não vai deixar barato” para o governo a inclusão de seu nome na lista. O jornal reprimiu estas ilações contra a PGR⁶⁶⁵.

O governo, evidentemente, temia que este cerco jurídico à base deteriorasse ainda mais as relações entre Executivo e Legislativo. E elas chegaram ao ponto da quase ruptura total entre governo e base, o PMDB em especial. Em reunião com reitores das Federais do Pará, Cid Gomes declarou: “Tem lá [na Câmara] uns 400 deputados, 300 deputados que quanto pior melhor para eles. Eles querem é que o governo esteja frágil porque é a forma de eles acharem mais, tomarem mais, tirarem mais dele, aprovarem as emendas impositivas”. A sinceridade do

⁶⁶² *O Estado de S. Paulo*, 01/03/2015, p. A4.

⁶⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2015, p. A4.

⁶⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 04/03/2015, p. A5, 05/03/2015, p. A4 e 08/03/2015, p. A8.

⁶⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2015, p. A3.

ministro revoltou Cunha e seus deputados aliados. Ele foi convocado para explicar-se ao Plenário⁶⁶⁶.

Cunha armou o ringue em um Plenário apinhado de deputados, como raramente se via. O ministro foi até a tribuna, reafirmou suas críticas aos deputados da base que, mesmo estando no governo e tendo cargos nele, “têm uma postura de oportunismo” e exigiu que votassem com o governo, ou então que “larguem o osso. Saiam do governo”. Cid ainda apontou o dedo para Cunha, acusando-o de ataque ao governo. Foi o estopim para um enorme bate-boca no Plenário. Deputados do PP e PSC saíram em defesa do presidente da Câmara. Cunha desligou o microfone de Cid, que saiu da tribuna e do Plenário escoltado por apoiadores. A reportagem do *Estadão* apontou que o caso resultou de imediato no auge da crise entre governo e Congresso. O PMDB ameaçou deixar o governo caso Cid permanecesse ministro. Ele foi demitido por Dilma naquela mesma tarde e Cunha, dando a notícia ao Plenário da Câmara, comemorou⁶⁶⁷.

Em editorial de tom incrédulo, o *Estadão* comentou o episódio que, em sua avaliação, desencadeou uma “crise política fora do controle”, piorou a relação de Dilma com o Congresso e fortaleceu Eduardo Cunha como o “herói do baixo clero” da Câmara. Sempre que toca no assunto da articulação política, o jornal repisa atese de que o presidencialismo de coalizão ao modo petista funcionou enquanto tinha à frente o carismático, pragmático e afeito às negociações com políticos, como ex-presidente Lula, atributos inexistentes na presidenta Dilma e em seu círculo mais próximo de assessores, em especial o ministro Mercadante, responsáveis pela constante debandada em sua base congressional que a tornou refém dos presidentes das duas Casas. O articulista José Roberto de Toledo avaliou que o episódio reforçou a fama de Cunha, o fez ganhar mais pontos com os parlamentares e mostrou que a principal fonte de oposição do governo estava em sua própria base aliada⁶⁶⁸.

A insatisfação da Câmara com o Planalto pode ser percebida pelos números de uma pesquisa publicada pelo *OESP*: 50% dos parlamentares consideraram a relação do governo com o Congresso ruim/péssima, enquanto outros 32% a viam apenas como regular; 51% avaliaram que esta relação iria se manter ruim ou até mesmo piorar; 64% desaprovaram a forma de Dilma governar. Os deputados também foram instigados a dar uma nota à presidenta: sua média entre os congressistas foi de insuficientes 3,8⁶⁶⁹.

⁶⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2015, p. A4.

⁶⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/03/2015, p. A4.

⁶⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2015, p. A3, 20/03/2015, p. A3, 21/03/2015, p. A6, 27/03/2015, p. A3, 07/04/2015, p. A3 e 27/04/2015, p. A3.

⁶⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2015, p. A6.

Em sua coluna no *Estadão*, a articulista Eliane Cantanhêde comparou o PMDB de março de 2015 com o PTB às vésperas do escândalo do mensalão no governo Lula, mas com muitas diferenças, para pior, elencadas por ela: o partido preside as duas Casas do Legislativo; tem o vice-presidente da República; possui o maior número de governos estaduais e prefeituras; o ex-presidente Lula tinha experiência no trato com parlamentares, enquanto Dilma “nunca foi parlamentar, não conhece o Congresso, não gosta de política, despreza os próprios aliados”. Em resumo, caso o partido decidisse “se bandear de vez para o outro lado [da oposição]”, Dilma não conseguiria repactuar a base e se manter na presidência⁶⁷⁰.

Dilma então precisou, mais uma vez, mudar sua articulação política. O ministro da Casa Civil, Aloísio Mercadante (PT) era o mais criticado pela base por sua postura supostamente arrogante e apontado como o fiador da estratégia de enfrentamento ao PMDB. Lula pressionou e Dilma o tirou da articulação. A presidenta pediu reforço aos ministros Kassab (PSD), Rabelo (PCdoB), Levy, Cardoso (PT) e Padilha (PMDB), para o trato com o Congresso. Também acenou com a nomeação do peemedebista Henrique Alves no ministério do Turismo. Apesar disso, a presidenta seguiu sendo derrotada em votações do Senado e da Câmara, em especial com projetos que contrariavam a tentativa de promover um ajuste fiscal nas contas públicas, sempre liderados pelos seus presidentes peemedebistas. Cunha, em especial, impunha pauta de interesse das bancadas da bala, do boi e da bíblia⁶⁷¹.

Para resolver o problema de articulação com a base, e com o PMDB em especial, Dilma então fez um movimento arriscado e contestado: ofereceu ao ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha (PMDB), o cargo da Secretaria de Relações Institucionais. O objetivo era acalmar o PMDB que tanto reclamava de ser excluído do núcleo político e das articulações do governo com o Congresso. Na mesma noite, a cúpula do PMDB se reuniu no Palácio do Jaburu para discutir o convite. Em atitude combinada com os peemedebistas, Padilha recusou o convite. Dilma ficou em posição ainda mais fragilizada diante do PMDB e da base. Não podia mais voltar atrás no convite feito ao partido e acabou compelida a nomear o vice-presidente Michel Temer para o posto⁶⁷².

Nas reportagens publicadas pelo *Estadão*, há indicativo de desconfiança tanto em parte do PMDB como no PT sobre a nova função de Temer. No PMDB porque Cunha e Renan teriam que moderar o ímpeto de suas pautas no Congresso. Tanto os presidentes das Casas

⁶⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 06/03/2015, p. A7.

⁶⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 12/04/2015, p. A4, 23/03/2015, p. A4, 25/03/2015, p. A4, 27/03/2015, p. A4 e 26/04/2015, p. A6.

⁶⁷² *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2015, p. A4 e 08/04/2015, p. A4.

Legislativas, quanto o líder do partido na Câmara reafirmaram postura de “independência”. No PT por ter perdido o posto, mas principalmente, por não confiar em Michel Temer, conhecido por sua habilidade de negociação nos bastidores de Brasília. O tucano Aécio Neves ironizou: “Dilma introduziu a renúncia branca. Delegou a coordenação política ao vice que desprezou”⁶⁷³.

Em público, Temer, o PT e partidos da base assumiram compromisso pela aprovação dos pacotes de lei do ajuste fiscal, tão defendido pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy e prometido pela presidenta Dilma. Oficialmente, Temer teria autonomia para negociar cargos com políticos da base sem que o ministro Mercadante, da Casa Civil, pudesse se opor. O *Estadão* repercutiu que, pela primeira vez, o PMDB comandava um andar inteiro do Palácio do Planalto, no centro do poder. Ao completar 100 dias do novo governo, o jornal destacou que Dilma estava “nas mãos do PMDB”⁶⁷⁴.

Em seus editoriais, alguns deles escrito por um dos amigos do círculo íntimo do vice-presidente Michel Temer, o editorialista Gaudêncio Torquato, o jornal sempre comentou a insistência de Dilma em afastar Temer das principais discussões políticas do governo. Também reconheceu que o PMDB é o principal responsável pelas derrotas políticas do governo no Congresso e um partido mais interessado em fisiologismos particularistas de seus líderes, do que nos interesses da nação. Por isso, a ida de Temer para a coordenação da articulação política foi registrada em editorial pelo jornal como uma “nova enrascada” para Dilma⁶⁷⁵.

Eliane Cantanhêde comentou que Dilma foi humilhada pelo PMDB e sofreu mais um vexame político ao ser forçada a entregar a articulação política ao vice-presidente Michel Temer. Ela defendeu a tese de que Dilma não comandava mais as duas áreas mais importantes do governo: na economia, Joaquim Levy fazia o ajuste fiscal; na política, Temer comandava o jogo congressual. Também lembrou que Temer devia mais fidelidade ao seu PMDB do que ao governo Dilma, logo, colocá-lo na articulação política do governo em momento de grande atrito entre PMDB e PT, seria, no mínimo, “temerário” e se a relação se deteriorasse ainda mais, o “tão leal Temer” seria o beneficiário direto de uma queda da presidenta⁶⁷⁶.

A missão principal de Temer na articulação política, além de tentar acalmar e recompor a base, era aprovar o pacote de ajuste fiscal. De fato, as Medidas Provisórias integrantes do pacote de ajuste fiscal nas contas pública, foram aos poucos sendo aprovadas na Câmara e depois no Senado. Porém, sempre com votações apertadas, deserções na base e humilhações

⁶⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 08/04/2015, p. A4.

⁶⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 09/04/2015, p. A4, 10/04/2015, p. A6 e 30/04/2015, p. A8.

⁶⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2015, p. A3, 27/03/2015, p. A3, 09/04/2015, p. A3 e 27/04/2015, p. A3.

⁶⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 08/04/2015, p. A5, 10/04/2015, p. A8 e 22/04/2015, p. A6.

políticas promovidas pelos peemedebistas aos deputados petistas. A votação da MP que restringia acesso do trabalhador ao seguro-desemprego e abono salarial foi a mais emblemática. O PMDB exigiu que o PT fizesse declaração pública em favor do texto, uma vez que o partido mantinha a retórica de defesa dos interesses dos trabalhadores. Na votação, o texto foi aprovado por 252 a 227. Do PT, apenas um voto foi contrário ao texto; enquanto no PMDB, houve 13 traições, no PP foram 18, no PRB 8, no PTB 11 e no PDT toda a bancada de 19 deputados votou contra. Dias depois, na votação de mudanças na pensão por morte e no auxílio-doença, as deserções foram menores, mas ainda assim significativas para a aprovação de 277 contra 178 votos. O governo prometeu retaliar os infiéis e ceder seus cargos aos parlamentares que votaram conforme indicação do Planalto⁶⁷⁷.

Os articulistas do *Estadão* pintaram um cenário bem ruim para a presidenta Dilma. Toledo apontou que, nas votações do Congresso, o governo ainda dependia dos votos peemedebistas e de sua influência sobre os partidos do centrão, para vencer as votações, por isso, a presidenta e o PT ouviam “calados as provocações” dos líderes do PMDB. Cantanhêde, por sua vez, já em abril de 2015, indicou que o PMDB, por todo este poder e influência e a despeito de estar dividido internamente, parecia rumar ao poder, por isso a articulista já projetava um Brasil governado por Temer e assessorado por Cunha e Renan⁶⁷⁸.

Embora Dilma cobrasse publicamente mais fidelidade da base aliada, o fato é que, mesmo com Temer no comando da articulação política, o governo seguia sendo derrotado no Congresso em votações lideradas pelos peemedebistas Renan e Cunha. Até o mês de maio, Cunha conduziu 121 votações no Plenário, número recorde. Sob a bandeira de “independência” do Legislativo, ele pautou temas incômodos ao fragilizado governo Dilma: ampliação da terceirização em empresas; aumento do limite de idade para aposentadoria compulsória no STF; cerca de 77 bilhões em novas despesas para o Executivo e polêmicas propostas de reforma política⁶⁷⁹.

Na divisão de tarefas governistas, Temer articulou no Congresso e prometia aos parlamentares a liberação de emendas e a nomeação de apadrinhados na máquina federal. Porém, cabia ao ministro da Casa Civil Aloísio Mercadante, efetivar estas promessas. Na prática, os parlamentares reclamaram que os pactos não foram cumpridos, ou quando muito,

⁶⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/05/2015, p. A4, 08/05/2015, p. A4, 12/05/2015, p. A5 e 14/05/2015, p. A6.

⁶⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2015, p. A7, 26/04/2015, p. A13 e 16/05/2015, p. A8.

⁶⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 30/05/2015, p. A6, 07/06/2015, p. A4 e 11/07/2015, p. A4.

eram cumpridos com grande atraso. Mercadante se defendeu sugerindo que houvesse um titular exclusivo na Secretaria de Relações Institucionais, para resolver este problema⁶⁸⁰.

A sugestão de Mercadante desagradou ao PMDB, que viu nela uma tentativa de o ministro recuperar o poder e influência perdidos com a nomeação de Temer para a função. Moreira Franco, um dos principais aliados de Temer, qualificou a proposta de “ciumeira e hostilidade” e disse que, caso confirmada, resultaria em imediato rompimento do PMDB com o governo. Naqueles dias, o PT realizava seu 5º Congresso Nacional, no qual uma das tendências internas mais à esquerda no partido tentou passar resolução defendendo o “fora Cunha” e o rompimento com os peemedebistas. Apesar da boa repercussão entre a militância, a Executiva Nacional petista conseguiu contornar a situação e não aprovou a resolução.

No mesmo dia, o *Estadão* chegou ao leitor com uma entrevista exclusiva do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e destacou em manchete de capa: “‘PMDB não repetirá aliança com PT’, afirma Cunha”. Na entrevista, ele elogiou Temer, garantiu-lhe fidelidade, acusou o PT de tentar boicotar o trabalho do vice e apontou o quanto isso estaria levando o PMDB a se afastar do PT cada dia mais e encaminhar uma ruptura para a eleição presidencial de 2018, ou mesmo antes, caso Temer fosse alijado da função de articulador político do governo. No dia seguinte, Cunha ainda provocou o PT pelo seu Congresso, insinuando que no Congresso do PMDB haveria mais chance de a coalizão ser rompida. O governo, por sua vez, preferiu não comentar as declarações de Eduardo Cunha⁶⁸¹.

A partir de então, cresceu ainda mais no PMDB a quantidade de declarações públicas ameaçando rompimento com o governo. Cunha liderava a ala peemedebista favorável ao rompimento e declarou que a coalizão estava convalescendo. Moreira Franco admitiu que, no segundo semestre de 2015, o PMDB reavaliaria o cargo de Temer na articulação política. O momento político para o governo era mesmo delicado. O *Estadão* escreveu que Cunha e Renan agiam para “manter Dilma fragilizada”, objetivando que o PMDB ocupasse espaço de “terceira via” política de olho na presidência em 2018, no qual Cunha era o nome presidenciável ou mesmo o tucano José Serra⁶⁸².

Outro plano, porém, era urdido publicamente pelo PMDB: avaliando que a crise político-econômica do país era personificada em Dilma, o partido abriu um canal de comunicação com a oposição para o caso de um provável *impeachment* da presidenta. Não era

⁶⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 11/06/2015, p. A4, 12/06/2015, p. A8, 14/06/2015, p. A5.

⁶⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/06/2015, p. A1 e A4 e 15/06/2015, p. A6.

⁶⁸² *O Estado de S. Paulo*, 27/06/2015, p. A10, 30/06/2015, p. A7, 03/07/2015, p. A7 e 14/07/2015, p. A6.

segredo e, em julho, o *Estadão* estampou: “PMDB sonda tucanos sobre gestão Temer”. Emissários peemedebistas se reuniram com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Aécio Neves. A avaliação era que Dilma dificilmente escaparia de uma derrota no TCU por conta das chamadas pedaladas fiscais e um processo de *impeachment* seria inevitável no segundo semestre do ano⁶⁸³.

5.2 ECONOMIA: SELIC, DÓLAR, INFLAÇÃO, RECESSÃO, DESEMPREGO E O AJUSTE FISCAL SEM CPMF

No plano econômico, o ano de 2015 foi todo dominado pela discussão sobre a necessidade e consequência de um ajuste fiscal nas contas públicas. Os defensores da necessidade argumentavam que o Estado cresceu demais, gastou demais, estava endividado e, por isso, precisava fazer grandes cortes orçamentários para reequilibrar as contas públicas. Os contrários enfatizavam as consequências desta política contracionista, pois uma vez que na economia brasileira o Estado ainda é o grande indutor da produção e do consumo, reduzir sua atuação econômica resultaria também em menor circulação de dinheiro pelo país, logo, em mais desemprego, recessão e menor arrecadação de tributos pelo Estado já com problemas orçamentários. Ao longo de todo o ano, os editoriais do *Estadão* cerraram fileiras com o primeiro grupo de defensores do ajuste fiscal contracionista e do ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Como mostra Laura Carvalho, 2014 foi o primeiro ano de déficit primário nas contas públicas, causados pelas desonerações fiscais que pouco aumentaram a produção e acabaram embolsadas como mais lucro para a fração burguesa interna. A autora mostra ainda que este déficit não foi causado, como argumenta os setores rentistas, pelo aumento da máquina pública estatal. Na defensiva, diante do cerco rentista e já sem apoio da burguesia interna, Dilma surpreendeu na escolha do ministro da Fazenda e na opção pela implementação do ajuste fiscal, cortes em investimentos públicos e reajuste dos preços administrados pela União. Para Carvalho, esta “panaceia fiscal” foi um verdadeiro “passo atrás” (CARVALHO, 2018, p. 97-104), resultou em desaceleração econômica, inflação, aumentos da Taxa Selic e mais crise econômica.

⁶⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 04/07/2015, p. A5 e 06/07/2015, p. A5.

A escolha do novo ministro da Fazenda foi bastante controversa e rendeu à Dilma críticas dos setores da esquerda e acusações de “estelionato eleitoral” vindas dos adversários e também de parte dos aliados. Após uma campanha eleitoral prometendo manter as políticas econômicas e sociais do lulismo, Dilma passou a admitir a necessidade de ajuste nas contas federais e cortes orçamentários. Primeiro, ela convidou Luiz Trabuco, presidente do Bradesco, que recusou o convite e indicou um de seus subordinados, o economista Joaquim Levy, para o ministério. Levy, todos sabiam, tinha perfil ortodoxo e neoliberal, oposto do então ministro Guido Mantega e da política econômica implementada pelo lulismo. A esquerda e setores do PT não gostaram e passariam o restante do ano fustigando o ministro Levy.

O *Estadão* elogiou as primeiras declarações de Levy e provocou o petismo, uma vez que o novo ministro acenou com uma política econômica oposta a aplicada no primeiro mandato de Dilma. Havia esperança no jornal de que ele conseguiria “consertar os fundamentos da economia, recompor a credibilidade do governo e conduzir o País a uma nova etapa de crescimento, depois de quatro anos de estagnação, inflação longe da meta e muito estrago nas finanças federais”. Mas além disso, o jornal cobrou que Dilma precisaria “reconhecer os erros e abandonar a desastrosa política do primeiro mandato” e não ficar culpando a conjuntura econômica internacional pela crise econômica que se avizinhava, afinal, na cosmovisão do jornal “qualquer pessoa razoavelmente informada” saberia apontar Dilma e a política econômica lulista como as responsáveis por isso⁶⁸⁴.

Como de praxe, o jornal ouviu economistas ideologicamente neoliberais e ortodoxos para legitimar uma narrativa apresentada como única possível: que fazer para a economia voltar a crescer? “a resposta – unânime, entre os economistas e pesquisadores presentes [em um Fórum de debates promovido pelo jornal] é a implantação de um sério e imediato ajuste fiscal”. Este ajuste, segundo o *Estadão*, deveria “incluir contenção de gastos, revisão de tarifas, menos transferência do Tesouro aos bancos federais e algum aumento de tributos”⁶⁸⁵.

O jornal foi mais além em sua pressão à presidenta pelo abandono da política econômica lulista e a adoção de uma agenda radicalmente oposta. O editorial publicado no primeiro dia do ano afirmou que a “primeira e mais importante missão” de Dilma seria a de “reparar os danos que causou ao Brasil” no primeiro mandato, o que, para o jornal, foi “um dos períodos mais desastrosos da história republicana”. Para cumprir esta sua “missão”, o jornal exigiu que Dilma seguisse “o roteiro em grande parte proposto pela oposição na campanha eleitoral”,

⁶⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2014, p. A3 e 28/11/2014, p. A3.

⁶⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19/12/2014, p. A3 e 20/12/2014, p. A3.

abandonando as políticas de desoneração fiscal, créditos do Tesouro e voluntarismo no represamento das tarifas estatais, em suma, Dilma “deverá abandonar o populismo”, a começar pela redução dos benefícios sociais e trabalhistas⁶⁸⁶.

O tão alarmado descontrole inflacionário que o *Estadão* previu, mas não se realizou nos anos anteriores, finalmente aconteceu em 2015. O ano fechou com inflação de 10,67%, bem acima do teto da meta estipulada pelo governo, que foi de 6,5%. Ainda assim, desde 2004, foi a única vez que houve estouro da meta. O jornal seguia culpando os supostos “populismos” no represamento de tarifas estatais e a uma “gastança” pública, como os responsáveis únicos pelo índice inflacionário⁶⁸⁷. Para combater a inflação e como parte do plano de ajuste fiscal, o Banco Central promoveu altas seguidas na Taxa Selic, que passou de 11% ao ano em setembro de 2014 e chegou a 14,25% ao ano em julho de 2015, permanecendo neste patamar elevado até setembro do ano seguinte.

Editorialmente, o *Estadão* se colocou em apoio à elevação da Selic pelo BC. A cada novo aumento, o BC era criticado por setores empresariais e sindicais. Porém, o jornal julga como estritamente necessários os aumentos como a única alternativa para conter a inflação. A cada nova reunião do Copom, foi publicado um editorial elogioso ao BC e rebatendo seus críticos. Diz o jornal que esta posição do BC mostraria “credibilidade”, “firmeza na crise”, pois, ao “cumprir sua missão mais importante – proteger o poder de compra da moeda” o BC “oferece ao mercado uma notável exibição de confiança”⁶⁸⁸.

A soma de ajuste fiscal contracionista e alta na nos juros Selic foi comemorada pelo *Estadão* como sendo “enfim, a lição de casa”. O jornal admitiu que esta soma resultaria em imediato “cenário de uma economia travada por alguns meses”, mas argumentou que “depois de tantos erros e desmandos na política econômica [promovidos pelo lulismo], um ajuste indolor seria um milagre”. O jornal então cobrou e previu que, se “mantida com firmeza”, no longo prazo, esta soma de ajuste com Selic alta, seria capaz de reparar os fundamentos da economia e resultar em “melhores condições para voltar ao crescimento”. Caso contrário, o Brasil “voltaria a condição de pária no mercado global”, jogando fora o “enorme esforço de reabilitação iniciado há duas décadas” nos governos do PSDB. Este forte editorial repele as críticas à ortodoxia e a defende como a necessária “reconciliação com o bom senso”⁶⁸⁹.

⁶⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2015, p. A3 e 29/01/2015, p. A3.

⁶⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 09/03/2015, p. A3.

⁶⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2014, p. A3, 06/12/2014, p. A3, 01/02/2015, p. A305/06/2015, p. A3, 31/07/2015, p. A3 e 07/08/2015, p. A3.

⁶⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2015, p. A3.

Entre março e maio, quando o pacote de ajuste fiscal era debatido e votado no Congresso Nacional, o *Estadão* concentrou seus editoriais sobre o tema para convencer e pressionar os parlamentares a aprovarem as medidas. O jornal lamentou que a presidenta estava enfraquecida na relação com o Congresso, o que “ameaça frustrar o ajuste [...] condição indispensável para a retomada do crescimento econômico”, como sempre reforçava em seus textos. *OESP* destacou o empenho do ministro Levy em ir ao Congresso para “explicar seu plano, mostrar o alcance das medidas” aos parlamentares, para “superar o jogo habitual das barganhas e do fisiologismo” nas votações legislativas, porém, no mesmo editorial, havia desesperança com a constatação de que a maioria dos parlamentares simplesmente “desprezou esses critérios” técnico-econômicos⁶⁹⁰.

Percebendo o impasse nas votações e a constante alteração nos pacotes de lei promovida pelos parlamentos, que tornaram o ajuste ainda mais brando que o proposto pelo governo, o jornal reforçou a urgência do ajuste e ameaçou os parlamentares: caso a votação se arrastasse por mais tempo, isso poderia “resultar na necessidade de o governo aplicar uma dose cavalariça de aumento de impostos para compensar a impossibilidade de equilibrar as contas”, resultando inclusive em cortes nas despesas orçamentárias que os parlamentares tanto prezam para agraciar suas bases eleitorais⁶⁹¹.

Em outros três editoriais, *OESP* foi bem direto e forte nas críticas ao Legislativo. Aos deputados da base ou oposição que “tentam dificultar o ajuste fiscal movidos pela má-fé e pelo oportunismo”, acusou-os de não estarem “preocupados com a eficácia” das medidas, mas sim, tão somente interessados em “tirar proveito político, derrotando o governo quando lhes parece útil ou vendendo caro o apoio quando lhes é conveniente”. Tal atitude, revelaria a “predominância do fisiologismo” no meio político. O jornal ainda apontou as incoerências dos parlamentares do PT e do PSDB: os petistas por serem governo e votarem contra o governo; os tucanos por serem ideologicamente a favor do ajuste, mas mesmo assim, votarem contra ele⁶⁹².

Outros temas econômicos também estiveram no radar editorial do *Estadão*. O resultado do PIB em 2014 foi de 0,50%, o que indicava estagnação e desaceleração econômica. O jornal apontou que o resultado era culpa exclusiva dos “erros” da política econômica lulista e os números parciais do PIB de 2015 já indicavam recessão econômica. O jornal alarmou também que, apesar do esforço de Levy e da retórica pública de Dilma, o governo continuava

⁶⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 01/04/2015, p. A3.

⁶⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 22/05/2015, p. A3.

⁶⁹² *O Estado de S. Paulo*, 26/03/2015, p. A3, 06/05/2015, p. A3 e 08/05/2015, p. A3.

promovendo “irresponsabilidade reiterada” nas contas públicas, o que foi determinante para o rebaixamento da nota de crédito brasileira por agências internacionais. Em vários momentos do ano, o governo também flertou com a recriação da CPMF, ao qual o jornal se opôs⁶⁹³.

Neste cenário de crise econômica e com o ajuste fiscal capenga, o *Estadão* aproveitou uma fala do senador Renan Calheiros para repisar sua postura ideológica de que “o governo não cabe no PIB”. O jornal acusou Dilma de não se empenhar pelo ajuste, promover novas despesas enquanto “frita Joaquim Levy nos bastidores” da política. Para a publicação, Dilma deveria “fazer uma autocrítica”, defender as propostas de seu ministro e se concentrar em “um mandato de arrumação” das contas públicas, “arrasadas nos últimos quatro anos”⁶⁹⁴.

Uma vez que o resultado imediato de uma política econômica contracionista é a piora econômica e estando a presidenta Dilma impopular e pressionada pelo Congresso, o PT que nunca aceitou a nomeação de Joaquim Levy para o ministério, aumentou mês a mês as críticas ao ministro e ao ajuste fiscal. O *OESP* os chamou de “irresponsáveis” por “fulanizar a crise” no ministro e em sua agenda neoliberal, conceito este que o jornal coloca entre aspas em seu editorial. O periódico contesta a proposta de setores do PT para retomar a política econômica desenvolvimentista que qualifica de “agenda populista de ganância desenfreada” responsável por levar o Brasil para o “abismo econômico”⁶⁹⁵.

No final de outubro, com a piora econômica, o *Estadão* escreveu mais um forte editorial evidentemente direcionado ao ministro Levy em cujo título perguntava: “por que Levy continua?”. O jornal reconheceu que “a economia afunda”, que a “recuperação é muito incerta, as possibilidades de piora são consideráveis” e que o “impasse político se prolonga”. O jornal parecia preocupado com o fato de que o desastre econômico de 2015 seja carimbado à imagem de Levy, cujo “prestígio se esvai” e, por isso, o aconselha a se demitir. Ao que parece, *OESP* esperava com isso garantir a narrativa de que toda a crise econômica de 2015 nada tinha a ver com o ajuste fiscal, mas sim, com o boicote do petismo à Levy que “incompreensivelmente insiste em ficar”, atrapalhando a narrativa neoliberal do periódico⁶⁹⁶.

Nos dias seguintes, Dilma até deu declarações públicas em favor de Levy, contrariando declarações do PT e do ex-presidente Lula que pressionavam pela mudança de rumo na economia. O *Estadão* chamou a presidenta de “liliputiana”, mas comemorou o “sinal de vida”

⁶⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 16/02/2015, p. A3, 17/04/2015, p. A3, 30/05/2015, p. A3, 15/06/2015, p. A3, 24/07/2015, p. A3, 28/08/2015, p. A3, 02/09/2015, p. A3, 11/09/2015, p. A3 e 13/09/2015, p. A3.

⁶⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 31/03/2015, p. A3, 21/04/2015, p. A3, 13/07/2015, p. A3 e 07/09/2015, p. A3.

⁶⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2015, p. A3.

⁶⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 17/10/2015, p. A3

dado por ela. Em meados de novembro, Levy ameaçou se demitir do cargo, o jornal o apoiou e pressionou em editorial: “será muito estranho se desta vez mudar de ideia”. O jornal lamentou que Levy estava perdendo espaço no governo para as visões econômicas do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa⁶⁹⁷.

Em meados de dezembro, já com o processo de *impeachment* aberto na Câmara, o Brasil teve mais um rebaixamento por agência de risco, que o *OESP* explicou com “a senha para grandes fundos estrangeiros fugirem dos papéis brasileiros, tornando mais difícil o financiamento do Tesouro”, culpa, segundo o jornal, da “nova matriz econômica” dilmista implementada no mandato anterior. Mais uma vez, o jornal cobrou que Levy se demitisse do ministério, uma vez que estaria em posição “subalterna e humilhante” diante do ministro Barbosa. De fato, ainda em dezembro, Dilma demitiu Levy e o substituiu por Barbosa no ministério da Fazenda. O *Estadão* desqualificou o novo comandante da economia como “mero executor de uma política ordenada pela presidente” para continuar a “desastrosa Nova Matriz Econômica”. Dias depois, o jornal voltou às críticas ao novo ministro, apontando sua “folha corrida” nos governos petistas⁶⁹⁸.

Sempre que possível, os editoriais do *Estadão* são irônicos à presidenta, apontando sua “grande obra”: “o pior desempenho da economia desde 1990”. O jornal decretou o “fim do ‘milagre petista’” que aconteceu “muito mais por uma conjuntura externa favorável do que dos méritos da administração petista”. Em dezembro, mais uma vez asseverou que “terminou em catástrofe” a política econômica petista. Os editoriais têm ar triunfal em favor do neoliberalismo vencendo o desenvolvimentismo estatal⁶⁹⁹.

5.3 O CERCO CONTÍNUO DA LAVA JATO SOBRE O GOVERNO E O CAMPO POLÍTICO EM 2015

A Operação Lava Jato foi um dos assuntos mais comentados durante a eleição presidencial de 2014. Poucos dias depois do resultado final da votação, em 14 de novembro, sob ordens do juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal deflagrou a sétima fase da Operação, chamada de “Juízo Final”, que cumpriu 49 mandados de busca, 6 de prisão preventiva, 21 de prisão temporária e 9 de condução coercitiva. Nela, foram presos presidente e diretores das maiores

⁶⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/11/2015, p. A3 e 14/12/2015, p. A3.

⁶⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 17/12/2015, p. A3, 19/12/2015, p. A3 e 23/12/2015, p. A3.

⁶⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 01/10/2015, p. A3, 10/12/2015, p. A3 e 30/12/2015, p. A3.

empresas construtoras do país, como a OAS, Camargo Corrêa, Engevix, UTC e Queiroz Galvão, além do ex-diretor de Serviços da Petrobrás, Renato Duque a quem o *OESP* rotulou em manchete como “ligado ao PT”, em especial ao ex-ministro José Dirceu. Segundo o jornal, esta fase da operação teria deixado “atônito” o governo Dilma diante a “extensão do escândalo”⁷⁰⁰.

Entre novembro de 2014 e novembro de 2015, a junção dos interligados assuntos da Petrobrás, Lava Jato e delações premiadas tomaram conta do noticiário em geral e do *Estadão* em particular. Dos 394 dias deste recorte, estes temas estiveram como manchete de capa do *OESP* em 138 oportunidades, ou seja, em 35% dos dias. O campo político em geral e o governo Dilma e o PT em especial, estiveram o tempo todo sob cerco da Operação Lava Jato, das investigações da Política Federal, das ameaças de delações premiadas e das manchetes de jornal.

Em seus editoriais, o *Estadão* incessantemente elogiava o juiz Moro, a Operação e tentava ligá-la ao recentemente julgado caso do “mensalão”. Assim, o juiz, a PF, e o MPF foram aclamados por “resgatar momentaneamente a confiança dos brasileiros na consolidação da grande conquista democrática que significou, há pouco mais de dois anos, o julgamento do mensalão: o fim da impunidade dos poderosos”. Para o jornal, os casos da Lava Jato teriam total conexão com o “mais puro fisiologismo” que o PT implementou no Congresso Nacional desde 2003⁷⁰¹.

O periódico comentou que estes últimos acontecimentos revelariam “a ponta do iceberg” de um “escândalo sem precedentes” o “maior esquema de corrupção da história da república”. O tom dos editoriais era de comemoração: “a hora de a onça beber água”; e de cobrança: “vem aí a vez dos políticos”. O jornal não escondia a expectativa acerca das delações premiadas dos presos e a divulgação dos nomes dos parlamentares possivelmente envolvidos no caso. Mas para o *OESP*, era a esperança de que tudo atingisse em cheio o ex-presidente Lula e a reeleita presidenta Dilma, que mais os animava na expectativa das próximas fases da operação em 2015⁷⁰².

Em março, este momento chegou. O PGR Rodrigo Janot encaminhou ao STF a esperada “lista de Janot” com os processos relativos aos políticos com foro privilegiado e, obviamente, atingiu em cheio o Parlamento e parte do Executivo. Em editorial, o *Estadão* elogiou a tática

⁷⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/11/2014, p. A4 e A16.

⁷⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 13/12/2014, p. A3.

⁷⁰² *O Estado de S. Paulo*, 16/11/2014, p. A3, 27/11/2014, p. A3 e 30/11/2014, p. A3

jurídica de fracionar os processos (ao contrário do que passou no julgamento da AP470) e, assim, acelerar os julgamentos. Para o jornal, a abertura de tantos processos contra políticos de alto calibre, era “mais uma demonstração do amadurecimento das instituições democráticas”⁷⁰³.

Como era de se esperar, os políticos na “lista de Janot” espernearam serem alvos de perseguição judicial, se disseram indignados com a inclusão de seus nomes e alegaram inocência. As consequências imediatas foram acusações de setores da base aliada dilmista, em especial do PMDB, de que Janot agia a serviço de Dilma. Esta reação da base, não passou despercebida pelo editorial do dia seguinte no *OESP*: “o envolvimento de figurões da República no escândalo da Petrobrás destampa a panela de pressão da crise política” e leva a uma “perigosa senda da instabilidade institucional”, uma vez que exacerbou o “confronto entre o Executivo e o Legislativo”⁷⁰⁴.

Em abril, a 12ª fase da Operação Lava Jato prendeu João Vaccari Neto, tesoureiro do PT e colocou definitivamente “a polícia mais perto do PT”, como destacou o título do editorial do jornal que viu esta medida como atrasada, pois Vaccari seria o responsável pelo “abastecimento do caixa do partido com os recursos provenientes do propinoduto montado na Petrobrás”. O PT passou então a amplificar as críticas à atuação do juiz Sérgio Moro. O *Estadão*, como faria pelos meses seguintes, saiu em defesa do juiz ante o que chamou de “máquina petista de destruir reputações”. Para o jornal, Moro mostrava “equilíbrio”, “serenidade” suficientes para desmentir “cabalmente aqueles que o acusam de presidir um tribunal de exceção”. E cobrou que o magistrado mantivesse a “justa firmeza” nas decisões posteriores⁷⁰⁵.

Os editoriais do *Estadão*, entretanto, não foram apenas elogios à Lava Jato. Em momentos pontuais, o jornal manteve postura crítica. Se portou radicalmente contra os acordos de leniência para as empreiteiras envolvidas, vistos pelo jornal como “acordo da impunidade” e “vista grossa” para a corrupção⁷⁰⁶. As controversas “10 medidas contra a corrupção” apresentadas como projeto de Lei pelos procurados da Lava Jato foram classificadas pelo jornal como uma “proposta indecente”, uma vez que tornava legítimo o uso de provas obtidas de forma ilícita⁷⁰⁷. Ainda, quando o STF validou o uso das delações premiadas, a decisão foi comemorada

⁷⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 04/03/2015, p. A3.

⁷⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2015, p. A3.

⁷⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 16/04/2015, p. A3 e 26/04/2015, p. A3.

⁷⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2015, p. A3, 20/01/2015, p. A3 e 24/02/2015, p. A3.

⁷⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 31/03/2015, p. A3.

pelo jornal e quando parlamentares se movimentaram para alterar a lei das delações, o jornal os criticou⁷⁰⁸.

Em maio, o STF esteve no centro dos editoriais do *OESP*. Uma decisão da Corte em transformar as prisões preventivas da Lava Jato em prisão domiciliar de nove altos executivos das empreiteiras, fez o periódico propagar uma suspeita de que a Suprema Corte poderia ser usada para “aliviar a pressão sobre os investigados” e assim “proteger Lula e Dilma de delações premiadas que a PF estaria na iminência de obter”. O jornal reconheceu que a Lava Jato usava as “prisões preventivas prolongadas” como um “poderoso instrumento de pressão sobre os investigados” para a obtenção de delações premiadas. A iminência de perder este instrumento de coação, causou insatisfação na Lava Jato e no *Estadão*⁷⁰⁹. Meses depois, conclamou aos “brasileiros mais atentos e vigilantes” para que mantivessem a vigilância sobre o Supremo⁷¹⁰.

Naqueles mesmos dias, a presidenta Dilma finalmente indicou o nome para assumir a vaga deixada no STF por Joaquim Barbosa, quando se aposentou em julho do ano anterior. A presidenta indicou o jurista Luiz Edson Fachin, professor da UFPR. Uma suposta proximidade de Fachin com o MST, o PT e a ideologia de esquerda fez com que setores da direita brasileira, o *Estadão* incluído, promovessem grande campanha contra a nomeação de Fachin ao STF. Foram, ao todo, inéditos cinco editoriais neste sentido.

O jornal se esforçou em negar que sua oposição a Fachin se devia a ele ser “notoriamente de esquerda” e próximo a movimentos que “defendem abertamente a destruição da democracia, como o MST”. Também escreveu que seria enaltecido o STF ser composto por um colegiado que representasse “a ampla gama de pensamento político de uma sociedade pluralista”. Porém, linhas depois, admitiu sua cosmovisão conservadora ao asseverar que um “magistrado não deve ser ‘progressista’ ao julgar”. Tão pouco o notório saber jurídico de Fachin, é contestado pelo jornal⁷¹¹.

Para disfarçar sua oposição ideológica à nomeação de Fachin e um infundado temor de que Dilma transformasse o STF em uma “corte bolivariana”, o *Estadão* se agarrou a um fato menor, ocorrido trinta anos antes, na carreira jurídica de Fachin: durante um curto período nos anos 1990, ele acumulou a advocacia com o trabalho de procurador do estado do Paraná. Em sua defesa, Fachin argumentou e apresentou pareceres jurídicos no sentido de que, por um curto espaço de tempo, a Constituição estadual permitiu esta atuação simultânea. Para o *OESP*, este

⁷⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 30/08/2015, p. A3 e 08/09/2015, p. A3.

⁷⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/05/2015, p. A3.

⁷¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 25/09/2015, p. A3.

⁷¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 03/05/2015, p. A3, 06/05/2015, p. A3, 09/05/2015, p. A3, 14/05/2015, p. A3 e 21/05/2015, p. A3.

fato era determinante para então “o Senado ter a obrigação de vetar a indicação” de Fachin ao STF⁷¹².

Posição contrária teve o jornal no processo de recondução de Rodrigo Janot à frente da PGR. Segundo notícias na imprensa, os parlamentares alvos da “lista de Janot” estariam articulando para impedir a sua recondução ao posto, o que foi negado pelo senador Renan Calheiros e o *Estadão* cobrou-o neste sentido. Após a sabatina de Janot no Senado, um editorial a chamou de “espetáculo deprimente” por parte dos congressistas pelas “dez horas de enfado e insultos a que o País foi obrigado a assistir”. Em geral, os editoriais são sempre elogiosos à atuação de Janot na persecução penal aos “maus políticos”⁷¹³.

Quando a Lava Jato completou um ano, os promotores envolvidos fizeram uma apresentação autoelogiosa em que aterrorizaram, afirmando que a Operação estava “apenas no começo” e muitas práticas ilícitas ainda seria reveladas. O *Estadão* comemorou que o escândalo ficaria “a pairar, por muito tempo ainda sobre o mundo político [...] a ameaçar de decapitação” vários deles. Este cenário, então, tornaria “inútil todo o esforço da presidente Dilma Rousseff e de seus (poucos) fiéis defensores para superar a crise política”, pois a sequência da Operação tenderia a “tragar tudo o que encontrar pela frente”.

Quando o mensalão completou dez anos, outro editorial se esforçou para emplacar a narrativa de que aquela fora apenas “uma parte” de um suposto “plano de assalto ao Estado protagonizado pelo condomínio que o lulopetismo instalou no poder em 2003”, um “ambiente favorável à corrupção”, graças ao “peculiar modelo de ‘presidencialismo de coalizão’, implementado pelo lulopetismo” do qual o “petrolão” seria seu ápice⁷¹⁴. Também outro editorial repercutiu entrevista de Leandro Daiello, diretor da PF, ao jornal, na qual ele defendeu a autonomia e negou qualquer viés político nela. Para o *Estadão*, o Brasil estava finalmente sob o “império da lei”, comprovado pela condenação de altos executivos das empreiteiras, uma “resposta positiva, aparentemente irreversível, ao clamor nacional pela moralização da gestão pública”⁷¹⁵.

No segundo semestre, a Lava Jato finalmente chegou aos “maus políticos” e o *Estadão* comemorou. Os parlamentares alvos das operações criticaram a Lava Jato e negaram as acusações levantadas contra eles. O jornal ironizou-os por se sentirem “atingidos em seu

⁷¹² *O Estado de S. Paulo*, 03/05/2015, p. A3, 06/05/2015, p. A3, 09/05/2015, p. A3, 14/05/2015, p. A3 e 21/05/2015, p. A3.

⁷¹³ *O Estado de S. Paulo*, 26/07/2015, p. A3 e 28/08/2015, p. A3.

⁷¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 08/06/2015, p. A3 e 03/08/2015, p. A3.

⁷¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13/04/2015, p. A3, 11/07/2015, p. A3 e 22/07/2015, p. A3.

sagrado direito à impunidade”⁷¹⁶. Foi a prisão do ex-ministro José Dirceu, porém, na 17ª fase da Lava Jato que mais empolgou o *OESP*. Para o periódico, o decreto de prisão emitido por Moro foi “devastador” para o petismo, devido ao “farto conjunto de provas” que sustentaram a decisão do juiz. O resultado seria então o agravamento do “processo de esvaziamento político do PT”. Em outros editoriais nos dias seguintes, comemorou que “o petrolão chega ao Planalto” e deixou nas entrelinhas que “os fatos se impõem”: o ex-presidente Lula seria o próximo grande alvo da Lava Jato, afinal, como divulgou um dos procuradores do caso, o que eles investigavam era “a compra de apoio político-partidário pelo governo federal, por meio de propina institucionalizada nos órgãos públicos”⁷¹⁷.

Nono final de novembro, é que a Lava Jato dá suas maiores cartadas políticas até então. No dia 24, a prisão do pecuarista e “primeiro-amigo do ex-presidente Lula”, na definição do *OESP*, José Carlos Bumbai. No dia 25, a inédita prisão de um senador no exercício do mandato, o líder do governo Delcídio do Amaral. O jornal comemorou a “prisão dos intocáveis” e “zombeteiros”. Ao final de um dos vários editoriais seguidos naqueles dias, há um alerta importante ao ex-presidente Lula: o jornal repercutiu fala do juiz Moro de que não existia evidência da participação de Lula nos casos, mas finalizou o editorial dizendo que: “a investigação ainda está em curso”. Por isso, cobra que, em 2016, o STF dê os encaminhamentos devidos aos processos contra o campo político⁷¹⁸.

5.4 AS VÁRIAS FRENTES DO GOLPISMO CONTRA DILMA: AS MANIFESTAÇÕES DE RUA, A AMEAÇA DE *IMPEACHMENT* NO CONGRESSO, AÇÃO ELEITORAL NO TSE E AS PEDALADAS NO TCU

Desde a sua reeleição, a presidenta Dilma Rousseff passou todo o seu tempo de novo governo sem conseguir governar. Como já visto nos tópicos anteriores, no Congresso, sua base liderada pelo PMDB, era quase oposicionista; na economia, havia crise e intensificação do cerco financista. Mas para além disso, em várias frentes discutia-se como apelar a presidenta do Planalto: nas ruas, eleitores do candidato derrotado alegavam fraudes eleitorais e exigiam sua deposição; no Congresso, a possibilidade de um processo de *impeachment* ainda procurava um fato grave e determinado para justifica-lo; no TSE, o ministro Gilmar Mendes tentava levar

⁷¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/07/2015, p. A3 e 31/07/2015, p. A3.

⁷¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 05/08/2015, p. A3, 06/08/2015, p. A3, 09/09/2015, p. A3 e 23/09/2015, p. A3.

⁷¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 26/11/2015, p. A3, 27/11/2015, p. A3, 28/11/2015, p. A3, 29/11/2015, p. A3 e 30/11/2015, p. A3.

adiante uma contestação das contas da chapa Dilma-Temer; no TCU, as “pedaladas fiscais” eram debatidas e as contas do governo seriam reprovadas. Nas palavras de Eliane Cantanhêde, articulista do *Estadão*, havia uma “rebelião institucional” contra Dilma, que não eram “movimentos isolados. Estão profundamente interlaçados”⁷¹⁹.

5.4.1 Atos da direita pró-impeachment nas ruas

Já no primeiro sábado pós eleição do segundo turno, cerca de 2,5 pessoas se reuniram em ato contra Dilma. Houve bandeiras do candidato Aécio Neves, pedidos de *impeachment*, acusações de fraude eleitoral, mas foram os pedidos de intervenção militar que chamaram atenção do *Estadão*, em especial uma frase do deputado eleito Eduardo Bolsonaro (PSC), dizendo que seu pai, o deputado Jair Bolsonaro, teria “fuzilado Dilma Rousseff se fosse candidato”. Líderes do PSDB logo se apressaram em tentar se desvincular dos intervencionistas e legitimar o “sentimento de indignação” contra a presidenta⁷²⁰.

O Diretório Nacional do PT reagiu em nota. Convocou sua militância a reagir nas redes e nas ruas ao que chamou de “desespero de setores que insistem em ignorar a vontade da população demonstrada nas urnas” e que “tentam criar um terceiro turno”. Sobre os saudos da Ditadura Militar, o PT os qualificou como “representantes do atraso, verdadeiros fantasmas do passado”. Mesmo sob chuva, movimentos sociais e sindicatos reuniram 7 mil pessoas em São Paulo para rechaçar os pedidos de intervenção militar, denunciar o “terceiro turno” insinuado pelo PSDB e cobrar a presidenta Dilma a efetivar as “reformas populares” prometidas por ela durante a campanha⁷²¹.

No feriado de 15 de novembro, novos atos convocados pela internet reuniram 10 mil pessoas na capital paulista e outras centenas em algumas capitais. Em São Paulo havia diversos grupos diferentes, com carros de som e pautas próprias. Mais uma vez, o tema “intervenção militar” dividiu os manifestantes e a família Bolsonaro foi destaque. O senador Aloysio Nunes (PSDB) e candidato a vice do derrotado Aécio Neves se fez presente e criticou os intervencionistas. No início de dezembro, novo ato, desta vez com o senador eleito José Serra (PSDB) discursando no carro de som⁷²². O *Estadão* reportou o “perfil” de três dos líderes destes movimentos nascentes. O empresário Rogério Chequer, que era “o moderado” e fundador do

⁷¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 09/10/2015, p. A6.

⁷²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2014, p. A6, 03/11/2014, p. A5 e 04/11/2014, p. A7.

⁷²¹ *O Estado de S. Paulo*, 05/11/2014, p. A6 e 14/11/2014, p. A5.

⁷²² *O Estado de S. Paulo*, 16/11/2014, p. A13, 30/11/2014, p. A6 e 07/12/2014, p. A6.

Vem Pra Rua, o movimento mais próximo ao PSDB até então, se negou a relevar seus financiadores. O dono da página de Facebook Revoltados OnLine, Marcello Reis, era “o radical”. O oficial da reserva da Marinha, Sérgio Zorowich é “o interventor” que defendia abertamente uma intervenção militar sobre “os Três Poderes”⁷²³. O interessante é que o jornal não dedicou editorial para comentar tais atos.

No começo de março, a presidenta Dilma fez um pronunciamento na tv para defender as medidas do ajuste fiscal. Estimulados por páginas antipetistas nas redes sociais, que se proliferavam em alta velocidade, pannels em bairros de classe média e alta foram ouvidos em várias capitais do país⁷²⁴. O campo político vivia a expectativa para o ato contra Dilma convocado para o dia 15 de março. Em resposta, movimentos sociais e sindicais adiantaram o contraponto e foram às ruas no dia 13, mais uma vez em rechaço às articulações pelo *impeachment* e cobrando Dilma contra o ajuste fiscal. O *Estadão* deu apenas duas páginas de repercussão e, na manchete de capa, enfatizou que “CUT, UNE e MST” fizeram “atos pró-Dilma”⁷²⁵.

Os partidos de oposição aderiram abertamente aos protestos do dia 15. O PSDB oficializou apoio aos movimentos, convocou seus filiados e militantes, mas se dizia contra a pauta pelo *impeachment* porque, segundo o senador Aloysio Nunes, o partido não queria “ser governado pelo Michel Temer”. Coube então aos partidos menores da oposição, linhas auxiliares do tucanato nos anos anteriores, DEM e principalmente o PPS e o Solidariedade aderirem explicitamente à pauta pelo *impeachment* e até mesmo financiá-los. No dia do ato, o *Estadão* chegou ao seu leitor paulistano com uma manchete de capa que tentava relacionar o ato ao “pessimismo econômico” e publicou uma matéria em tom convidativo para “fazer ‘sumir chão da Paulista’”⁷²⁶.

De fato, no domingo de 15 de março, aconteceram grandes atos contra a presidenta em várias capitais do país. Em São Paulo, o chão da avenida Paulista “sumiu” no mar de gente vestida de verde-amarelo. A estimativa foi de 1 milhão de pessoas na capital paulista e 2 milhões em todo o país. No grande destaque de capa, o *Estadão* publicou enorme foto da Paulista tomada, crianças tirando fotos com policiais fortemente armados e a manchete: “Manifestação

⁷²³ *O Estado de S. Paulo*, 14/12/2015, p. A7.

⁷²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 09/03/2015, p. A4 e 10/03/2015, p. A5.

⁷²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2015, p. A8 e 14/03/2015, p. A1, A4 e A5.

⁷²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10/03/2015, p. A6, 12/03/2015, p. A5 e 15/03/2015, p. A1, A4 e A5.

contra Dilma é a maior desde as ‘Diretas Já’”. Internamente, oito páginas com a cobertura e muitas fotos dos atos por todo o país⁷²⁷.

Na matéria principal sobre o ato paulistano, o *OESP* reconheceu que a maioria dos presentes eram brancos, de classe média-alta e eleitores de Aécio Neves. O discurso unificador foi “contra a corrupção” e pelo “Fora Dilma”, mas houve também inúmeros críticos aos programas sociais do lulismo, acusações de fraudes eleitorais, defensores da intervenção militar, skinheads, separatistas, integralistas, monarquistas, membros da maçonaria, da TFP, e hostilidades a qualquer transeunte que vestisse uma peça da cor vermelha⁷²⁸. Nos dias seguintes, a oposição buscou se aproximar ainda mais dos grupos MBL e Vem Pra Rua, que já haviam agendado novo ato para o mês seguinte, com adesão total à pauta pelo *impeachment*⁷²⁹.

O *Estadão* publicou dois editoriais sobre os atos. No de domingo, o jornal externou preocupação que petistas e black blocs infiltrados poderiam causar tumulto no ato anti-Dilma para “desqualificá-los politicamente”, mas seu tema central era discutir a pauta pelo *impeachment*, pois, apesar da insatisfação com o governo e os desdobramentos da Lava Jato, ainda não havia um ilícito da presidenta que o justificasse, embora o jornal previsse que a descoberta deste fato estivesse perto de acontecer. Depois do ato, o periódico considerou que “os brasileiros falaram”, “o povo” em oposição às “organizações sindicais” que haviam falado dias antes. No editorial, há uma evidente tentativa de reinterpretar os atos como sendo em defesa do ajuste fiscal e contra a corrupção petista, e somente deste partido⁷³⁰.

Para o ato de abril, o MBL até tentou na Justiça proibir que o grupo “SOS Forças Armadas” apareça com um carro de som próximo a eles na Paulista. Na véspera, a perspectiva já era de adesão menor aos atos pelo país, mas os movimentos esperavam atingir o dobro de cidades que no mês anterior. Em 12 de abril, a adesão foi realmente menor, cerca de 660 mil pessoas pelo país em 152 cidades, contra 212 no mês anterior. Ao menos a pauta do *impeachment* foi unificada. Mais uma vez, o *Estadão* deu amplo destaque em suas páginas, com muitas fotos e mapas dos atos. Assim, segundo o *OESP*, “divididos e com poder de mobilização em queda”, os movimentos decidiram mudar a estratégia: menos ações de rua e mais pressão sobre os parlamentares⁷³¹.

⁷²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2015, p. A1-A11.

⁷²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2015, p. A6.

⁷²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 17/03/2015, p. A7, 22/03/2015, p. A6, 25/03/2015, p. A8 e 30/03/2015, p. A4.

⁷³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2015, p. A3 e 17/03/2015, p. A3.

⁷³¹ *O Estado de S. Paulo*, 09/04/2015, p. A6, 12/04/2015, p. A4, 13/04/2015, p. A4-A9.

Os movimentos tentaram se unificar em torno de uma “Aliança dos Movimentos Democráticos”, mas logo no primeiro documento apresentado, o “tom ameno” resultou em racha e dissidências. O PSDB ainda se movimentou para articular uma pauta em comum, mas o partido ainda tentava manter distância pública dos movimentos, para desagrado destes. O jornal republicou um artigo do *The Economist* intitulado “Tea Party tropical quer derrubar Dilma”, em que o neoliberal periódico britânico traçava paralelos entre os movimentos brasileiros e o grupo mais “governo mínimo” dentro do Partido Republicano dos EUA⁷³².

O MBL arriscou uma “Marcha da Liberdade” de São Paulo até Brasília para ao final, protocolar um pedido de *impeachment* da presidenta. O grupo espertava arregimentar adeptos ao longo do percurso, promover atos em cada cidade do caminho e ao chegar à capital, se juntar a caravanas de ônibus de todo o país para “uma entrada triunfal no Congresso”. Segundo o *OESP*, a estrutura da caminhada era formada por ônibus e carros de apoio pagos pelos partidos de oposição, em especial o PPS e o Solidariedade. Apesar da expectativa, a marcha não engordou no caminho e os atos e saraus realizados nas cidades eram patrocinados por políticos, empresário e maçons locais, ao som de músicas de Bob Dylan, Raul Seixas e leituras de livros de John Locke e Eric Voegelin. Tudo devidamente filmado e postado em suas redes sociais, onde vendiam produtos para ajudar a bancar as despesas⁷³³.

Porém, como reportou o jornal, ao longo da caminhada o MBL viu a “investida anti-Dilma murchar” e se diziam “traídos” pelo PSDB, em especial o senador Aécio Neves, pois o partido ainda relutava em apoiar o grupo que considerava formado por jovens intransigentes e sem “informação e cultura política”. Na chegada em Brasília, não havia as esperadas caravanas para apoiá-los e a entrada no Congresso não foi triunfal. Os 30 caminhantes foram ciceroneados pelos deputados Jair Bolsonaro (PSC), Alberto Fraga (DEM) e Ronaldo Caiado (DEM) na entrega do pedido de *impeachment* de Dilma ao presidente da Câmara, em foto que ficou para a posteridade⁷³⁴.

Em meados do ano, a presidenta Dilma Rousseff parecia ganhar fôlego ante as várias investidas contra seu mandato. Embora a Lava Jato seguisse atingindo membros do PT e do governo, ela também chegava a outros políticos adversários da presidenta, em especial o presidente da Câmara Eduardo Cunha. Além disso, o presidente do Senado, Renan Calheiros,

⁷³² *O Estado de S. Paulo*, 14/04/2015, p. A5, 16/04/2015, p. A6 e 17/04/2015, p. A5.

⁷³³ *O Estado de S. Paulo*, 13/04/2015, p. A8, 25/04/2015, p. A8 e 17/05/2015, p. A8.

⁷³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 22/05/2015, p. A8, 26/05/2015, p. A6 e 28/05/2015, p. A8.

articulava uma pauta de votações menos desfavorável ao governo e pedia ao TCU mais prazo para que a presidenta defendesse suas contas.

Vendo a investida arrefecer, os movimentos anti-Dilma agendaram novos atos de rua para o mês de agosto. Segundo noticiou o *Estadão*, os grupos definiram como pauta os motes “Fora Corruptos”, em defesa da Operação Lava Jato e do juiz Sérgio Moro, “Fora Dilma” e “Lula nunca mais”. Porém, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, enrascado na Lava Jato e politicamente pressionado, seria deliberadamente poupado pelos manifestantes, que preferiram não melindrar o sujeito que tinha o poder de abrir o pedido de *impeachment* contra a presidenta. Nas aspas de Carla Zambelli, “porta-voz da Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos”, Cunha só seria pressionado “pela admissibilidade dos pedidos de *impeachment*”. O presidente do Senado, Renan Calheiros, também enrascado na Lava Jato, mas tentando uma aproximação com a presidenta, não foi poupado pelos manifestantes⁷³⁵. Mais uma vez, no domingo dos atos, o *Estadão* chegou ao seu leitor manchitando a expectativa positiva pelos atos que “testam novo fôlego político da presidenta”. Desta vez, o PSDB deu apoio explícito aos atos, mas como confessou Sérgio Fausto, cientista político ligado ao iFHC, o fez por medo de “ser punido eleitoralmente”⁷³⁶.

Mais uma vez, o *Estadão* emprestou grande cobertura, muitas páginas e fotos dos atos pelo país. Três destaques importantes para este dia de atos que reuniu cerca de 790 mil pessoas: a participação de líderes da oposição, como Aécio Neves, José Serra, Aloísio Nunes e Jair Bolsonaro que discursaram; um “apoio total à Lava Jato” e ao juiz Moro tratado como “herói nacional”; o ex-presidente Lula apontado como “chefe de quadrilha”, acusado de ter quebrado o país e pedidos pela sua prisão imediata⁷³⁷. Após os atos, o MBL anunciou que iria novamente à Brasília, agora para acampar no gramado do Congresso e pressionar os parlamentares e o TCU⁷³⁸.

Um editorial do *Estadão* comentou “o dia seguinte” destes atos. O tema central foi o PSDB, elogiado por finalmente “descer do muro” e apoiar a saída da presidenta Dilma, seja pelo caminho que fosse. Porém, o tom do texto era de cobranças ao principal partido de oposição que: “carece de unidade” e de “propostas concretas” está em constante “disputa interna” e sua única liderança seria o ex-presidente FHC. O jornal cobrou que o partido demonstrasse que estaria apto a “assumir o ônus das mudanças necessárias para que o Brasil

⁷³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 09/08/2015, p. A6, 13/08/2015, p. A8 e 14/08/2015, p. A5.

⁷³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/08/2015, p. A4 e A6.

⁷³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 17/08/2015, p. A1, A4-A11.

⁷³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18/08/2015, p. A7.

supere essa grave crise” econômica, política, social e moral. Na cosmovisão do jornal, Aécio Neves deveria ser o grande líder da recuperação brasileira⁷³⁹.

Os movimentos sociais populares reagiram aos atos da direita e ocuparam as ruas. Apesar do falatório da CUT convocando a classe trabalhadora à resistência, os atos foram evidentemente menores em tamanho e o *Estadão* lhes dedicou pouca atenção, no que chamou de “ato pró-Dilma”. Porém, quando observado mais atentamente, percebe-se que tais atos foram críticos às políticas econômicas capitaneadas por Joaquim Levy, cobraram de Dilma uma agenda social mais forte, levantaram o mote “Fora Cunha” e sim, se colocaram contra o *impeachment* da presidenta⁷⁴⁰.

Apesar de expressamente proibido, Eduardo Cunha autorizou que integrantes do MBL, Revoltados OnLine e do movimento SOS Forças Armadas acampassem no gramado da Esplanada desde o final de outubro. Em meados de novembro, quando um grupo ligado à UNE, Ubes e CUT promoveu uma passeada contra o *impeachment* e o ajuste fiscal, houve confusão. Dias depois, um ato dos acampados, reforçado por um grupo de caminhoneiros, tentou furar o bloqueio policial em frente ao Congresso e houve muita confusão e spray de pimenta. Um policial civil que estava no acampamento chegou a disparar uma arma de fogo e foi preso. O clima era de grande polarização e tensão em frente ao Congresso em 19 de novembro⁷⁴¹.

5.4.2 Queda de popularidade

Vimos que desde os movimentos de junho, o campo político e os partidos em geral, mas a presidenta Dilma e o PT em especial, tiveram queda vertiginosa na popularidade. Após a apertada vitória nas urnas em 2014, o cerco da Lava Jato, a persistência da crise econômica e os atos de rua dos setores pró-*impeachment*, acentuaram esta tendência. Em ano de várias frentes golpistas, os institutos de pesquisa e a imprensa inundaram o noticiário com pesquisas avaliando a popularidade da presidenta, de seu governo e opiniões favoráveis ao *impeachment*.

Já em fevereiro, o *Estadão* deu manchete de capa: “em meio à crise, avaliação de Dilma despenca”: a avaliação ruim/péssimo saltou de 24% para 44% e o ótimo/bom caiu de 42% para 23% ante os números da pesquisa de dezembro. Ou seja, com apenas dois meses de governo, seu capital eleitoral já havia desaparecido e a colocou em situação bastante delicada para o

⁷³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2015, p. A3.

⁷⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/08/2015, p. A5, 20/08/2015, p. A6 e 21/08/2015, p. A10.

⁷⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/11/2015, p. A5, 15/11/2015, p. A7, 16/11/2015, p. A6 e 19/11/2015, p. A4.

restante do ano. Em março, dois dias após os maiores atos de ruas dos eleitores de Aécio Neves contra Dilma, o Datafolha foi pesquisar seus impactos. O resultado óbvio foi que a reprovação subiu exponencialmente de 44% para 62% e a aprovação despencou para 13%. O *OESP* destacou que o índice era o pior desde quando o ex-presidente Collor atingiu 68% de reprovação. Dias depois, foi a vez do Ibope aproveitar a onda direitista e apresentar resultados semelhantes, ao que o *Estadão* mancheteou em capa: “reprovação de Dilma se iguala a recorde de Sarney”⁷⁴². Após cada publicação destas pesquisas, o governo e o PT acenavam pelo resgate de bandeiras populares e sociais, promessas de campanha de 2014, mas, na prática, a política econômica seguia sendo a de ajuste fiscal⁷⁴³.

Para os protestos de agosto, o Datafolha preferiu fazer sua pesquisa antes deles e o resultado, ajudou a estimulá-los. O índice de ruim/péssimo saltou para 71%, o maior da série histórica e o *Estadão* fez questão de enfatizar que este patamar era pior que o de Collor às vésperas do *impeachment*. Também o jornal destacou que mesmo entre eleitores que se diziam simpáticos ao PT, a presidenta viu seu índice de ruim/péssimo saltar de 25% para 40%. Além disso, a pesquisa afirmou que 66% dos brasileiros eram, naquele momento, a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, ante 28% contrários⁷⁴⁴.

Mas a crise de popularidade não era exclusividade da presidenta. Outras pesquisas apontaram que todo o campo político sofria do mesmo descrédito: o sistema eleitoral era confiável apenas para 30%; o Congresso Nacional gozava da confiança de apenas 22%; os partidos políticos eram confiáveis para apenas 17%. Depois de uma década de poder, o PT foi apontado por 38% como o partido menos querido. Apenas 20% tinham opinião favorável ao partido⁷⁴⁵.

Em ao menos quatro oportunidades, o jornal dedicou editoriais ao tema. Em comum, há o tom de “eu avisei” e que os números refletem o “estelionato eleitoral” da presidenta, sua própria herança econômica e os escândalos da Petrobrás. O jornal comemorou que “a maioria dos brasileiros finalmente se deu conta do tamanho do embuste que lhe venderam os magos da marquetagem petista”. *OESP* asseverou, entretanto, que “Dilma parece que não está realmente entendendo” que é “tarde demais” para pensar em diálogo e reconciliação social ou com a base

⁷⁴² *O Estado de S. Paulo*, 08/02/2015, p. A1 e A4, 19/03/2015, p. A6 e 02/04/2015, p. A1 e A4.

⁷⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 09/02/2015, p. A4 e 04/05/2015, p. A4.

⁷⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 07/08/2015, p. A6.

⁷⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 31/07/2015, p. A8 e 08/11/2015, p. A6.

aliada. Com a base porque o preço do fisiologismo político se tornou muito grande. Com a sociedade porque ela perdeu a credibilidade com 7 em cada dez brasileiros⁷⁴⁶.

5.4.3 Processo no TSE

O “plano A” da Executiva do PSDB e do candidato derrotado Aécio Neves, era apear Dilma Rousseff do poder via uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Além do infrutífero pedido de auditoria dos votos feito logo após o resultado das eleições, o partido também ingressou entre dezembro e janeiro, com mais quatro ações que pediam a impugnação da chapa Dilma-Temer, em geral, alegando abuso de poder econômico da campanha. O presidente do TSE, ministro Dias Toffoli criticou os inéditos pedidos do partido derrotado, acusando-o de tentar um “terceiro turno na Justiça”⁷⁴⁷. Enquanto isso, o partido articulou, junto aos movimentos de direita, o apoio deles à sua tese de cassação de Dilma via o TSE⁷⁴⁸.

No TSE, o PSDB tinha um grande aliado: o ministro Gilmar Mendes, do STF. Foi ele quem em agosto, percebendo que o enfraquecimento político de Eduardo Cunha dificultava o andamento dos pedidos de *impeachment* na Câmara, liderou o Tribunal uma manobra a dar seguimento a um dos pedidos de impugnação contra a chapa Dilma-Temer. A ação já havia sido arquivada pela relatora Maria Thereza de Assis Moura, mas Mendes e o juiz João Otávio Noronha, que relatava outro caso, votaram pelo desarquivamento da ação. Ao final, em outubro, o TSE concluiu por 5x2 que a ação que poderia resultar na cassação da chapa Dilma-Temer deveria continuar e ascendeu a “luz amarela” no governo, que pensava já ter enterrado todas as pretensões golpistas tucanas na Justiça Eleitoral. Apenas em dezembro é que a decisão foi publicada e o governo, que já enfrentava o pedido de *impeachment* na Câmara, teria mais uma preocupação, enquanto Michel Temer e o PMDB alegavam que suas prestações de conta eram separadas das de Dilma e do PT⁷⁴⁹.

Ainda em agosto, Gilmar Mendes, vice-presidente do TSE, surpreendeu o meio político e jurídico ao emitir um despacho monocrático em que solicitou à PGR e à PF apuração sobre doações recebidas pela chapa Dilma-Temer ligadas às investigações da Lava Jato. O objetivo era conseguir provas que sustentassem a ação acima e levassem à cassação da chapa. O *Estadão*

⁷⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 11/02/2015, p. A3, 21/04/2015, p. A3 e 11/08/2015, p. A3.

⁷⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/2015, p. A4.

⁷⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/06/2015, p. A4, 08/07/2015, p. A5 e 07/08/2015, p. A4.

⁷⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 14/08/2015, p. A4, 26/08/2015, p. A6, 27/08/2015, p. A7, 07/10/2015, p. A4, 18/11/2015, p. A4 e 05/12/2015, p. A4.

admitiu em reportagem que este pedido “dá fôlego para a oposição”. O PGR Rodrigo Janot qualificou o despacho de Mendes como “inconveniente”, arquivou a solicitação, criticou o “protagonismo exagerado” do TSE e provocou que “os derrotados devem se preparar para o próximo pleito”⁷⁵⁰.

Contrariado, Mendes qualificou de “ridícula” a decisão de Janot, insinuou que a PGR agia politicamente a favor de Dilma, disse que antes o TSE “fazia de conta” que analisava as contas das campanhas eleitorais e decidiu, mais uma vez monocraticamente, reavaliar a prestação de contas da chapa Dilma-Temer que já havia sido aprovada por unanimidade pelo plenário do TSE em dezembro, após parecer do próprio Mendes, relator das contas petistas. Era mais um flanco aberto na busca por um motivo para apelar a presidenta do Planalto. O PT chamou o ato de Mendes de “evidente abuso” e “desvio de finalidade”. O PSDB, como de praxe, elogiou mais esta decisão de Gilmar Mendes⁷⁵¹. Em editorial, o jornal defendeu as posturas de Gilmar Mendes como sendo “muito pertinentes” e rebateu os argumentos dos petistas⁷⁵².

5.4.4 TCU e as pedaladas fiscais

Como visto nos capítulos anteriores, o tema da “irresponsabilidade fiscal do governo Dilma”, sempre esteve presente nos editoriais econômicos do *Estadão*. Porém, até então, os números ruins das contas governistas davam subsídios apenas para críticas político-ideológicas por parte de seus adversários. A Lei de Responsabilidade Fiscal era invocada, mas a oposição ao petismo ainda carecia de um fato concreto, por menor que fosse, para conseguir enquadrá-lo em alguma interpretação extensiva da LRF e assim, causar maiores danos políticos e jurídicos ao governo Dilma, dentre os quais, a abertura de um processo de *impeachment*. O alvo era uma possível rejeição das contas de 2014 da União.

Em janeiro de 2015, o *Estadão* teve acesso a documentos internos do TCU em que o setor técnico do Tribunal responsabilizava o governo federal por “pedaladas fiscais”. A reportagem explicou ao leitor que o Tesouro “realmente atrasou repasse de recursos federais para os bancos” federais responsáveis por pagamentos previdenciários, despesas sociais trabalhistas e do Bolsa Família nos anos de 2013 e 2014, agindo assim para “melhorar

⁷⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 22/08/2015, p. A4, 23/08/2015, p. A9, 26/08/2015, p. A6, 30/09/2015, p. A4.

⁷⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 01/09/2015, p. A6, 11/09/2015, p. A8, 02/09/2015, p. A6, 08/10/2015, p. A6 e 10/10/2015, p. A7.

⁷⁵² *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2015, p. A3.

artificialmente o resultado das contas públicas”. O relatório seguiria para o ministro José Múcio, a quem caberia relatar o julgamento em plenário das “pedaladas fiscais”. Em abril, o caso teve maiores desdobramentos: o relator afirmou “não haver dúvidas” de que o governo Dilma incorreu em “crime de responsabilidade fiscal” e abriu prazo para que integrantes do governo se pronunciassem. O plenário do TCU aprovou o relatório por unanimidade⁷⁵³. A etapa seguinte seria a votação das contas da União relativas ao ano de 2014, agora sob relatoria de Augusto Nardes.

Em reportagem, o jornal noticiou que esta decisão do TCU “abre novo flanco na crise política” e que o ex-presidenciável Aécio Neves, presidente nacional do PSDB, já vislumbrava a possibilidade de pedir abertura de processo de *impeachment* da presidenta por conta das “pedaladas fiscais”. Em editorial, o jornal destacou que o “TCU põe governo contra a parede” uma vez que “oferece argumentos para eventualmente embasar um pedido de *impeachment*” e elogiou a postura de Aécio Neves, que estaria “certíssimo” em especular o *impeachment* de Dilma⁷⁵⁴. O TCU deu às oposições, a motivação jurídica para apelar Dilma do Planalto.

Apesar do nome de Tribunal, o TCU não é um tribunal de decisão e vinculado ao Poder Judiciário. É, na verdade, um órgão de assessoramento e auxílio do Poder Legislativo em sua função de fiscalizar as contas do Poder Executivo. Os pareceres e relatórios do TCU não tem caráter sentencial e podem, simplesmente, serem ignorados pelos congressistas quando eles assim o decidirem por conveniências políticas. O TCU é composto por 9 ministros, sendo três indicados pelo presidente da República e seis pelo Congresso Nacional⁷⁵⁵. Da cota do Legislativo, a CF não estipula grandes critérios, o que permite nomeações de políticos ou ex-políticos dos grandes partidos. Da cota do Executivo, dois nomes devem ser técnicos e apenas um está disponível para livre nomeação. Em 2015, o TCU tinha a seguinte composição⁷⁵⁶: presidente Aroldo Cedraz, nomeado em 2007 na cota do Legislativo, sendo da mesma cota os nomes de Ana Arraes, Bruno Dantas, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Vital do Rego Filho e da cota do Executivo os nomes técnicos Walton Rodrigues, Benjamin Zymler e o nome político de José Múcio Monteiro⁷⁵⁷.

⁷⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 11/01/2015, p. B1, 13/01/2015, p. B3, 16/01/2015, p. B3, 07/04/2015, p. B9 e 16/04/2015, p. B5.

⁷⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2015, p. B3 e 19/04/2015, p. A3.

⁷⁵⁵ Conforme consta da Seção IX artigos 70 ao 75 da Constituição Federal de 1988.

⁷⁵⁶ Bruno Dantas chegou ao TCU com apoio do PMDB, em especial de Renan Calheiros; Vital do Rêgo é ex-senador pelo PMDB e teve apoio do partido para a vaga; Ana Arraes é ex-deputada pelo PSB e mãe do ex-governador Eduardo Campos; Raimundo Carreiro foi indicado pelo PMDB e era ligado a José Sarney; Aroldo Cedraz foi deputado federal pelo PRN, PFL e PMDB, vencendo a votação na Câmara sobre o petista Paulo Delgado.

⁷⁵⁷ Cabe destacar o histórico ampliado dos principais personagens envolvidos neste caso das contas da presidenta Dilma: Augusto Nardes iniciou carreira política na ARENA, em sustentação à Ditadura Militar, passou para o PDS e era deputado federal pelo PP do então presidente da Câmara Severino Cavalcanti, quando em 2005 venceu o petista José Pimentel e o

A votação das contas estava marcada para meados de junho. O governo temia e o meio político e midiático previa, que após a condenação por “pedaladas fiscais”, o TCU iria, de maneira inédita, rejeitar as contas do governo federal, o que, segundo a reportagem do periódico “poderia abrir uma nova crise política e dar ainda mais fôlego para a oposição” em sua busca de um fato para justificar o *impeachment*. O relator do caso, Augusto Nardes, deu declarações públicas antecipando seu voto pela rejeição das contas. Nos anos anteriores, quando encontrou alguma irregularidade nas contas da União, o TCU as aprovou com ressalvas. Mas Nardes antecipou, desta vez ele não faria “como se faz todos os anos aqui no TCU. Não aprovarei com ressalvas”, divulgou. O caso gerou impasse entre os demais integrantes do Tribunal que, diante da situação inédita, articularam adiar a votação e abrir prazo para o governo se justificar⁷⁵⁸.

De fato, o TCU abriu prazo de 30 dias para o governo Dilma apresentar seu contraditório. Na leitura de seu voto, Nardes fez fortes críticas ao governo e evocou a LRF, mais uma vez, antecipando seu voto futuro. Segundo o *Estadão*, a avaliação no meio político era que este prazo serviria mais para aumentar a pressão sobre o governo, uma vez que manteria o assunto em pauta por mais um longo mês. Deputados da oposição comemoraram o fato de Dilma estar ainda mais “encurralada”. No governo, a avaliação era que o flanco do TCU era mais preocupante que o do TSE⁷⁵⁹.

Antes mesmo do adiamento, o editorial do *Estadão* exigiu que o TCU rejeitasse as contas de Dilma. O jornal defendeu que a rejeição se baseava em critérios técnicos e não políticos. Uma vez adiado o julgamento, outro editorial compartilhou a interpretação de que, agindo assim, o TCU eliminaria qualquer possibilidade de recurso do governo ao STF alegando cerceamento de defesa e ao citar nominalmente a presidenta Dilma para responder aos questionamentos, deixava evidente a sua responsabilização direta no caso, o que serviria para aumentar sua culpabilidade no descumprimento da LRF e consequente abertura de *impeachment*⁷⁶⁰.

Em sua defesa, o governo argumentou que as “pedaladas” eram prática rotineira na administração pública federal desde o ano de 2000, ainda no governo FHC do PSDB e que foi repetida nos anos seguintes sem que o TCU apresentasse qualquer objeção a elas e mostrou que

peemedebista Osmar Serraglio na votação que o levou ao TCU; José Múcio Monteiro ingressou na política como deputado federal pelo PFL, passou pelo PSDB e, em 2003, se filiou ao PTB, quando então ingressou na base de apoio do presidente Lula. Na crise do mensalão, se notabilizou como defensor de Roberto Jefferson. Depois, foi líder do governo Lula na Câmara e ministro das Relações Institucionais. Em 2009 foi indicado pelo presidente Lula à vaga do TCU.

⁷⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 04/06/2015, p. B5, 13/06/2015, p. B1 e 17/06/2015, p. B1.

⁷⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 18/06/2015, p. B1 e 17/04/2015, p. A4.

⁷⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 17/06/2015, p. A3 e 21/06/2015, p. A3.

ao menos outros 17 governos estaduais também a praticaram rotineiramente. Percebendo a insistência de Augusto Nardes em antecipar seu voto pela rejeição das contas de 2014, o governo já admitia a derrota no TCU e escalou ministros e aliados para trabalharem no convencimento de congressistas e governadores sobre seus argumentos⁷⁶¹. Um editorial do *Estadão* foi dedicado a contraditar, um a um, os argumentos apresentados pelo governo⁷⁶².

O rito estipulava que, após julgamento no TCU, as contas federais seguiriam para o Congresso, onde o parecer do Tribunal seria votado. Na prática, os congressistas sempre aprovaram as contas dos presidentes, apesar de algumas ressalvas apresentadas do TCU. Porém, as contas dos últimos 12 anos ainda aguardavam apreciação do Legislativo. Diante da iminência de uma reprovação das contas de Dilma e envio de seu relatório ao Congresso, o oposicionista Eduardo Cunha prometeu votar com rapidez as contas anteriores, para então, poder receber as contas reprovadas de Dilma e ter mais um fato político para constranger a adversária. Menos de 24 horas após Dilma apresentar sua defesa no TCU, Nardes foi até a casa de Renan Calheiros e Eduardo Cunha, pedir “uma votação mais expressa” das contas anteriores⁷⁶³.

Uma articulação do governo com o presidente do Senado, fez o TCU conceder mais 15 dias de prazo para a defesa de Dilma, depois prorrogados por igual período. A estratégia governista era empurrar o caso para além de setembro, quando julgava ter as crises política e econômica mais estancadas, para assim permitir um desfecho favorável à presidenta⁷⁶⁴. Porém, na oposição, o entendimento era que a extensão dos prazos ajudava a manter o assunto em pauta, desgastava ainda mais o governo e permitia à oposição mais tempo na busca pelo timing do *impeachment*. Em entrevista ao *Estadão*, o líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio, admitia que a decisão contra Dilma no TCU era dada como certa e seria “a nossa bala de prata”⁷⁶⁵.

Enquanto isso, Augusto Nardes aproveitou os holofotes. Deu entrevistas e palestras em que criticou a política fiscal do governo e adiantou seu voto pela rejeição das contas de 2014 por causa das “pedaladas fiscais”. A exposição também lhe rendeu notícias negativas. O *Estadão* reconheceu que, em anos anteriores, Nardes aprovou “pedaladas fiscais”, como quando relatou as contas de Lula referentes a 2008. Em setembro, seu nome apareceu como investigado na Operação Zelotes da Polícia Federal, ele estaria supostamente envolvido em tráfico de

⁷⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 08/07/2015, p. A6, 14/07/2015, p. A4, 21/07/2015, p. A7 e 27/07/2015, p. A4.

⁷⁶² *O Estado de S. Paulo*, 15/07/2015, p. A3.

⁷⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 18/06/2015, p. B1 e 24/07/2015, p. A6.

⁷⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 12/08/2015, p. A6, 13/08/2015, p. A4, 25/08/2015, p. A6 e 27/08/2015, p. A7.

⁷⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 03/08/2015, p. A4.

influência junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ainda, o presidente e o vice do Tribunal, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro, eram citados na Operação Lava Jato⁷⁶⁶.

O julgamento do TCU estava marcado para início de outubro, mas, desde o final de setembro, o *Estadão* publicou dezenas de reportagens adiantando que Nardes iria rejeitar as contas de 2014 e que o governo já articulava recursos, em especial, um que tentava afastar Nardes do caso justamente por antecipação de voto. O jornal *OESP* publicou editorial negando que Nardes estivesse antecipando sua decisão e qualificou a crítica petista como “uma afronta às instituições”. Um dia antes da votação no plenário do TCU, uma comitiva de políticos da oposição liderados por Aécio Neves foi até o Tribunal pressionar pela aprovação do relatório de Nardes⁷⁶⁷.

Confirmando as expectativas e projeções, em 07 de outubro, o TCU rejeitou as contas de Dilma referentes a 2014. A decisão foi por unanimidade, para preocupação do governo e comemoração das oposições e dos setores rebelados na base governista. Em capa, o *Estadão* destacou que esta decisão “abre caminho para processo de *impeachment*”. Nardes foi o grande destaque e, em seu voto, reforçou a narrativa de que as “pedaladas” eram as responsáveis pela crise fiscal do governo e da crise econômica no país. O governo recorreu no TCU, mas, em dezembro, o recurso foi rejeitado⁷⁶⁸. O *Estadão* comemorou a decisão e asseverou que o resultado serviria para aumentar a crise política e serviria de base para abertura de *impeachment* contra Dilma⁷⁶⁹. O parecer do TCU seguiu para o Senado, onde o governo esperava conseguir convencer os senadores a aprovarem as contas.

5.4.5 O *impeachment* especulado no Congresso

Como visto até este capítulo, desde a derrota de Aécio Neves nas urnas, a ameaça de *impeachment* contra Dilma sempre esteve presente nos burburinhos políticos, nas ruas ou nos tribunais. No Congresso, embora o tema também se mantivesse em pauta como uma ameaça velada à presidenta, fato é que o campo político tinha consciência das implicações políticas para um movimento tão radical e doloroso para o próprio campo. Os políticos de oposição e os da

⁷⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 02/08/2015, p. A5, 01/09/2015, p. A5, 10/09/2015, p. B9 e 03/12/2015, p. A9.

⁷⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 24/09/2015, p. A6, 25/09/2015, p. A7, 01/10/2015, p. A9, 03/10/2015, p. A10, 05/10/2015, p. A4, 06/10/2015, p. A4, 07/10/2015, p. A5 e 08/10/2015, p. A3.

⁷⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 08/10/2015, p. A1, A4 e A5 e 10/12/2015, p. A10.

⁷⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 09/10/2015, p. A3.

base rebelada, buscavam um fato forte o suficiente ao mesmo tempo em que atuavam pelo desgaste contínuo da presidenta no Congresso, para então para justificar uma abertura de processo. O *impeachment* era debatido internamente, mas, cientes das implicações negativas junto à opinião pública, tratavam o assunto com cautela quando incitados a comentá-lo publicamente. Líderes petistas e governistas apontaram essas especulações como “golpistas” e promovidas pelos inconformados com a derrota na eleição presidencial.

O PSDB arregimentou uma claque de simpatizantes para promover uma volta triunfal do senador Aécio Neves ao Congresso em sua primeira aparição pública pós-derrota nas urnas. Aécio prometeu liderar a oposição, rejeitou a tese de *impeachment* da presidenta e rechaçou a pecha de “golpista” por ter questionado a lisura das urnas junto ao TSE. Em fevereiro, o senador tucano Cássio Cunha Lima usou a tribuna da Casa para dizer que especular o *impeachment* da presidenta recém eleita não significava “golpismo”, mas negou que seu partido estivesse liderando qualquer movimento neste sentido⁷⁷⁰.

Porém, o fato é que o PSDB buscava um fato para justificar o pedido contra Dilma. FHC pediu parecer ao jurista Ives Gandra Martins sobre o envolvimento da presidenta nos casos de corrupção na Petrobrás. O jurista disse não haver fundamento porque faltaria a comprovação de dolo. FHC, oráculo maior do *Estadão*, deu entrevistas ao jornal sobre o assunto. Na primeira, em que comemorou o fato de o PMDB estar próximo à oposição, comparou o *impeachment* a uma bomba atômica, que seria “para dissuadir, não para usar”, mas, dias depois, reconheceu que o impedimento é um rito político e que um governante sem base parlamentar pode sofrê-lo, mas que para isso, é preciso haver uma mínima base jurídica⁷⁷¹.

O *Estadão* noticiou que, internamente, o PSDB estava dividido. A bancada da Câmara, liderada pelos deputados Bruno Araújo e Carlos Sampaio, era unânime pela adesão ao *impeachment*. No Senado, a avaliação era pela falta de um fato concreto para justificá-lo. O partido encomendou ao jurista e ex-ministro do governo FHC, Miguel Reale Jr, um parecer sobre a viabilidade de *impeachment* caso o TCU rejeitasse as contas de Dilma por conta das “pedaladas fiscais”. Em abril, após a prisão do tesoureiro do PT pela Operação Lava Jato, os partidos de oposição, PSDB, PPS, DEM, PSB, SD e PV se reuniram com os movimentos de rua e decidiram, publicamente, articular em favor do *impeachment*⁷⁷².

⁷⁷⁰ O Estado de S. Paulo, 05/11/2014, p. A4 e 22/02/2015, p. A6.

⁷⁷¹ O Estado de S. Paulo, 05/02/2015, p. A10, 10/03/2015, p. A7 e 19/03/2015, p. A5.

⁷⁷² O Estado de S. Paulo, 15/04/2015, p. A6 e 16/05/2015, p. A6.

O governo reagiu às articulações golpistas pelo *impeachment*: além de denunciar o “golpismo” das oposições, esperava conseguir mais aproximação com a base congressual. De início, o vice-presidente e ministro das Relações Institucionais, Michel Temer, deu declarações públicas criticando as movimentações da oposição, classificou o *impeachment* como “impensável” por afetar a “tranquilidade institucional” e garantiu que o papel do PMDB seria o de garantir esta tranquilidade. Eduardo Cunha, presidente da Câmara a quem caberia apreciar o pedido, rejeitou a tese de responsabilizar Dilma por “pedaladas fiscais” cometidas no mandato anterior, afirmou que arquivaria um pedido com este fundamento jurídico, mas deixou no ar a dica para as oposições: construir o apoio parlamentar ao *impeachment*⁷⁷³.

Após muitas reuniões e expectativas, os juristas contratados pelo PSDB, entre eles Reale Júnior, chegaram à conclusão de que não havia clima político para ingressar, no primeiro semestre de 2015, com o pedido de *impeachment*. A avaliação era que, apesar dos tropeços do governo nas votações do Congresso, a presidenta ainda conseguiria mobilizar pelo menos 1/3 dos deputados a seu favor e apostavam que o vice/ministro Michel Temer e Eduardo Cunha, ainda eram refratários à ideia. O jurista Ives Gandra, reforçou a ideia de que o impedimento “trata-se de um processo eminentemente político. O elemento jurídico vai contar pouco na decisão”. Por isso, a decisão no PSDB foi de esperar mais o desenrolar da crise política na base, as manifestações de rua e, principalmente, as novas fases da Operação Lava Jato. Por fim, em maio, o PSDB decidiu abandonar temporariamente a estratégia de *impeachment* parlamentar e usar o parecer de Reale Júnior sobre as “pedaladas” de 2014 para ingressar com ação penal contra Dilma no MPF⁷⁷⁴.

Entre os meses de junho e julho, o tema *impeachment* ficou sumido das páginas do *Estadão*. O governo venceu momentaneamente esta batalha, mas os novos acontecimentos políticos do segundo semestre, após a volta do recesso parlamentar, mudariam radicalmente o cenário (ver item abaixo). Primeiro, Eduardo Cunha rompeu definitivamente com o governo, depois, Michel Temer abandonou a articulação política e passou a conspirar com as lideranças da oposição. A Lava Jato aumentou o cerco ao campo político, a economia seguia estagnada, as manifestações de rua continuavam grandes e nas páginas do *OESP*, a adesão ao *impeachment* era explícita.

O *Estadão* noticiou que, após de romper com a presidenta, Eduardo Cunha decidiu tirar da gaveta os pedidos de *impeachment* e pedir que seus autores os ajustassem. O jornal foi direto

⁷⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/2015, p. A8, 19/04/2015, p. A4, 20/04/2015, p. A4, 21/04/2015, p. A4 e 28/04/2015, p. A4.

⁷⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/2015, p. A6, 29/04/2015, p. A6, 07/05/2015, p. A5, 21/05/2015, p. A6 e 29/06/2015, p. A7.

na explicação: “o procedimento é incomum [...] A iniciativa foi a senha para que os grupos de oposição selassem um pacto informal de não agressão com o presidente da Câmara”. O jornal também reconheceu que a maioria dos pedidos tinha argumentação frágil e, por isso, a dificuldade em abrir imediatamente o pedido de impedimento da presidenta. Dias depois, antes mesmo da primeira sessão da Câmara pós-recesso, Cunha deixou claro que transformaria “em ação prática seu rompimento com o Planalto”: excluiu o PT do comando de todas as CPIs e, ainda na definição da reportagem do jornal, “iniciou diálogo com a oposição em torno de um pedido de impedimento da presidente e fez manobras nessa mesma direção”, como o acordo para votar em regime de urgência as prestações de contas pendentes dos presidentes anteriores e assim, poder pautar as contas de Dilma referentes a 2014 que seriam desaprovadas em breve pelo TCU⁷⁷⁵.

O governo reagiu exigindo que os ministros dos partidos aliados e o vice-presidente Temer mobilizassem suas bancadas para impedir que as articulações no Legislativo pelo impedimento prosperassem. Dilma costumava evocar a legitimidade de seus 54 milhões de votos para afastar a ameaça e criticar o insistente “vale-tudo” das oposições, que já durava dez meses. Em meados de agosto, a denúncia apresentada pela PGR ao STF contra Eduardo Cunha gerou duas avaliações: a otimista era que isso diminuiria o poder político de Cunha para abrir o *impeachment*; a realista era que o acuado peemedebista reagisse aceitando qualquer pedido. O PT ainda avaliava se engrossaria o coro dos que pediam o afastamento do presidente da Câmara. Havia o receio de atiçá-lo ainda mais⁷⁷⁶.

As movimentações do vice-presidente Michel Temer, preocupavam o Planalto. Ele intensificou os encontros, palestras e reuniões com o campo político e empresarial. Era evidente que qualquer solução para a crise, passaria por ele e pelo PMDB liderado por ele. Em um destes eventos com empresários, declarou que o país precisava de alguém para reunificá-lo. Em outro, disse que dificilmente Dilma resistiria no cargo com o baixo índice de popularidade que possuía. Diante das críticas, ele negou agir de maneira oportunista, bem como rechaçou a tese que estaria conspirando nos bastidores em favor da queda de Dilma, o que o levaria à presidência da República⁷⁷⁷.

Um tuíte do ex-presidente FHC jogou mais lenha na crise: ele insinuou que a renúncia de Dilma seria um “gesto de grandeza” da presidenta. Os partidos de oposição, DEM, PPS e

⁷⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27/07/2015, p. A5 e 05/08/2015, p. A4.

⁷⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 28/07/2015, p. A4, 08/08/2015, p. A4, 11/08/2015, p. A8, 21/08/2015, p. A8.

⁷⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 09/08/2015, p. A4, 04/09/2015, p. A5 e 07/09/2015, p. A5.

SDD já completamente adeptos ao *impeachment*, exigiram que o PSDB, ainda relutante, liderasse o processo. Em 10 de setembro, cansados de esperar uma definição de Aécio Neves, deputados de oposição, reforçados por alguns parlamentares da base governista filiados ao PMDB, PP e PSD, lançaram o Movimento Parlamentar Pró-*Impeachment*⁷⁷⁸. De imediato, anunciaram que reforçariam o pedido já protocolado pelo jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT nos anos 1980, com o parecer do jurista Miguel Reale Júnior. Os pedidos citavam as “pedaladas fiscais” do ano anterior e a atuação de Dilma no caso da compra da refinaria da Petrobrás em Pasadena, EUA. A expectativa era que Eduardo Cunha se pronunciasse sobre eles na semana seguinte⁷⁷⁹.

A partir daqui, não seria mais uma questão de “se”, mas sim de “quando” o pedido de *impeachment* de Dilma seria iniciado na Câmara. Eduardo Cunha tinha sobre a sua mesa, a cartada para um jogo duplo com governo e oposição de olho em sua salvação política. Rompido com o governo, sua proximidade maior era com a oposição. Flertando com os dois lados, Cunha adiaría constantemente o parecer sobre o pedido, enquanto aguardava o desenrolar da crise política e econômica, as pressões das ruas, as novas fases da Lava Jato e, principalmente, o andamento do processo contra ele no Conselho de Ética da Câmara e no STF.

Enquanto isso, o governo já mapeava votos na Câmara e no Senado capazes de barrar a abertura do pedido. Nas contas do Planalto, haveria na Câmara apenas 150 a 200 deputados fiéis, número muito apertado, pois o governo precisaria de ao menos 172 votos para impedir o início do processo de *impeachment*. No Senado, o governo apostava em uma suposta lealdade do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB), para engavetar o pedido. Outra estratégia governista era impedir que o processo fosse aberto ainda em 2015, na esperança de uma melhora política e econômica para o início do ano seguinte. Enquanto isso, o PSDB já debatía internamente qual o grau de sua participação no eventual governo de Michel Temer⁷⁸⁰.

É comum encontrar nas páginas do *Estadão* reportagens enfatizando que Eduardo Cunha “adiou” ou “prometeu” analisar os pedidos para a semana seguinte. Enquanto isso, o encurralado peemedebista ganhava tempo para se defender das acusações, aumentava a aflição governista e mantinha indefinidamente o assunto na pauta política e midiática. No final de setembro, ele deu um passo importante na direção da oposição, ao definir um rito para a eventual aceitação do processo. No dia seguinte, aceitou questão de ordem de deputados

⁷⁷⁸ Seus líderes eram os deputados: Bruno Araújo e Carlos Sampaio, do PSDB; Mendonça Filho, Ronaldo Caiado e Rodrigo Maia, do DEM; Rubens Bueno do PPS; Cristiane Brasil do PTB e Darcísio Perondi e Lúcio Vieira Lima do PMDB.

⁷⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 23/08/2015, p. A9, 02/09/2015, p. A6, 11/09/2015, p. A8 e 13/09/2015, p. A8.

⁷⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 15/09/2015, p. A6, 20/09/2015, p. A4, 04/10/2015, p. A9, 09/10/2015, p. A4 e 11/10/2015, p. A4.

petistas, adiando mais a decisão. Ainda em setembro, disse ter começado a analisar as dezenas de pedidos protocolados na Câmara. Como a maioria carecia de fundamentação, Cunha foi arquivando os pedidos, mas, em atitude inusual, pediu que o jurista Hélio Bicudo refizesse seu pedido, juntando mais documentação e argumentos⁷⁸¹.

Pressionado, Cunha negou que renunciaria à presidência da Câmara e prometeu uma decisão final sobre o *impeachment* para o mês de novembro. A oposição e seus juristas contratados refizeram o pedido anterior e nele acrescentaram supostas “pedaladas fiscais” cometidas por Dilma em 2015. Este adendo serviu para dar mais fôlego à Cunha. A abertura do processo era iminente. A presidenta Dilma negou qualquer tipo de acordo com o peemedebista. No final de outubro, a área jurídica da Câmara elaborou um parecer favorável à abertura do processo com base neste argumento de repetição das “pedaladas” no atual mandato da presidenta⁷⁸².

Editorialmente, o *Estadão* demorou para escancarar seu apoio ao *impeachment*. Como visto até aqui, nos editoriais ao longo de todo o ano, o jornal se manteve na oposição política e econômica ao governo, incitou o TCU e o TSE a incriminarem a presidenta e cobrou da oposição mais firmeza nas ações. Embora o grande desejo do jornal fosse se ver livre de Dilma, Lula e do PT o quanto antes, manteve posição reticente sobre a abertura de *impeachment* no Congresso. Em março, um editorial comentou que abrir o processo naquele contexto significaria “conduzir o jogo” para o terreno da “confusão e da anarquia”, que supunha ser favorável ao petismo e sua “militância paga e profissional, pronta para a truculência” e capaz de taxar de “golpistas” seus opositores. O periódico pedia mais paciência aos movimentos de rua, em busca de uma conjuntura político-econômica-social mais propícia⁷⁸³.

Em outubro, no contexto de grande expectativa pela abertura do *impeachment*, dois editoriais do jornal resumem sua posição sobre o assunto: querem o *impeachment*, mas com Eduardo Cunha na condução ele ficaria manchado e faltava uma alternativa evidente de poder. Transcrevo o trecho:

“Uma coisa é certa, absolutamente factual: 90% da população brasileira não confia na presidente Dilma Rousseff, subtraindo-lhe assim, se não a legitimidade, com certeza a credibilidade como governante. Está em questão o futuro do país, paralisado pelo impasse político, pela crise econômica e pela degringolada moral que o petrolão expôs. Há salvação? Certamente ela existe, mas para descobri-la é preciso um ato de grandeza que derrote a mediocridade

⁷⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/09/2015, p. A6, 15/09/2015, p. A6, 22/09/2015, p. A6, 24/09/2015, p. A6, 25/09/2015, p. A7, 29/09/2015, p. A5, 01/10/2015, p. A9, 10/10/2015, p. A7.

⁷⁸² *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2015, p. A4, 12/10/2015, p. A4, 13/10/2015, p. A4, 19/10/2015, p. A5, 22/10/2015, p. A4, 28/10/2015, p. A4 e 30/10/2015, p. A6.

⁷⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2015, p. A3.

reinante. É indispensável que, acima de interesses pessoais ou de grupos, as forças vivas da Nação se unam para recuperar o País, pois não é isso, infelizmente, o que a chamada classe política está fazendo. No momento estão todos concentradíssimos no vale-tudo para salvar a própria pele ou levar vantagem com a situação. [...] Dessa perspectiva, o *impeachment* de Dilma não pode ser um fim em si mesmo, mas apenas um primeiro passo para o consenso mínimo que reúna lideranças capazes de traçar um roteiro seguro para novos tempos”⁷⁸⁴.

Naquele contexto de cerco judicial a Cunha, o *Estadão* estava em forte oposição à sua permanência à frente da presidência da Câmara. A ação do parlamentar de “manter a espada do *impeachment* pendendo sobre a cabeça” da presidenta mostrava todo o seu “oportunismo político”. Seus acenos para a oposição significariam mero “jogo de cena”, uma vez que, para o jornal, Cunha apenas usava seu poder para “salvar a própria pele”, deixando o “futuro político do País à mercê do jogo rasteiro” de suas “conveniências pessoais”⁷⁸⁵.

5.5 A HISTÓRIA POLÍTICA SE ACELERA: CERCO A CUNHA, AFASTAMENTO DO PMDB, PRISÃO DE DELCÍDIO E A ABERTURA DO *IMPEACHMENT*

Politicamente, o segundo semestre de 2015 foi intenso. O todo-poderoso Eduardo Cunha, presidente da Câmara e assumidamente adversário número 1 da presidenta Dilma, se viu cercado de denúncias de corrupção, foi alvo de operações da Polícia Federal e inquéritos no STF. Enquanto isso, o PMDB e o vice-presidente Michel Temer se afastaram ainda mais da presidenta Dilma e do Planalto, passando a apresentar-se nos meios empresariais e políticos como alternativa de poder. Em novembro, a prisão na Lava Jato do senador e líder do governo Delcídio Amaral (PT) deixou o campo político ainda temeroso sobre os próximos alvos da Operação. Nos mesmos dias, o cerco a Cunha se intensificou ainda mais, com uma eminente cassação no Conselho de Ética da Câmara. Sem apoio do PT e do governo para defendê-lo da cassação e acreditando que o governo agia juridicamente contra ele, Cunha finalmente cumpriu as ameaças dos meses anteriores e acatou o pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff por conta das “pedaladas fiscais”.

⁷⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2015, p. A3.

⁷⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2015, p. A3 e 29/10/2015, p. A3.

5.5.1 O cerco da Lava Jato sobre Eduardo Cunha

O campo político bem conhecia a figura sorrateira de Eduardo Cunha. Como mostram os jornalistas Aloy Jupiara e Chico Otávio (2019), nos anos 1990, ele esteve continuamente nos bastidores da política carioca, sempre envolvido em malfeitas arrecadações de recursos para políticos e campanhas, bem como na articulação política da Alerj, seja em favor de PC Farias ou da família Garotinho. Cunha era inegavelmente “hábil, articulado, rápido [e] logo iria se sobressair” (2019, p. 150). Em 2003, estreando na Câmara Federal, ele se filiou ao PMDB, partido no qual buscou aproximação com então deputados Michel Temer e Henrique Eduardo Alves. Costurando acordos nos bastidores, logo conseguiu indicar aliados para cargos no governo, em Furnas, na Petrobrás e atuar “na manipulação de medidas provisórias [e] em acordos com lobistas e empresários” (2019, p. 151).

Em 2015, líder do PMDB, em constante conflito com a presidenta Dilma por esta ter demitido alguns de seus indicados em esferas federais, candidato e eleito presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha passou a ter sua vida pregressa mais escrutinada pela imprensa, adversários e a polícia. Em janeiro, vazou na imprensa que o doleiro Alberto Yousseff, primeiro preso da Operação Lava Jato, teria delatado que Cunha recebeu propina no esquema de desvios na Petrobrás. O procurador Janot pediu investigação. Cunha disse desacreditar que o vazamento fosse verdadeiro e argumentou que tudo não passaria de “alopragem” dos petistas para desmoralizar a sua candidatura à Câmara, mas que a estratégia não estava dando resultado, pois segundo aspas publicadas pelo *Estadão*, “eu só encontro solidariedade e revolta. Ganhei muitos votos com esta denúncia vazia”⁷⁸⁶.

Mas em março, a “lista de Janot” com os políticos citados em delações da Lava Jato finalmente chegou ao STF para abertura de inquéritos. Entre os 54 políticos, estava Eduardo Cunha, cuja foto estampou a capa do *OESP* naquela quarta-feira. Segundo informou o jornal, Cunha foi informado ainda no final de semana de que seu nome apareceria na lista, após reunião de Rodrigo Janot com o vice-presidente Michel Temer na residência do Jaburu. Como sempre faria desde então, Cunha acusou Janot de agir politicamente a serviço da presidenta Dilma e qualificou como “absurda” a petição do PGR. Nas aspas de Cunha publicadas pelo jornal: “A PGR agiu politicamente em conjunto com o governo visando a imputação política de indícios como se todos fossem partícipes da mesma lama”⁷⁸⁷. O *Estadão* logo se posicionou

⁷⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 08/01/2015, p. A4 e 14/01/2015, p. A4.

⁷⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 04/03/2015, p. A1 e A4, 08/03/2015, p. A8.

editorialmente: exigiu o afastamento de Cunha e Renan da presidência das Casas do Legislativo; repreendeu Cunha pelas ilações a Janot; alertou que, a partir de então, todas as suas ações à frente da Câmara deveriam ser encaradas como tendo “a intenção de dar o troco em Dilma”⁷⁸⁸.

Confiante em seu poder de persuasão, Cunha se ofereceu para depor à CPI da Petrobrás. Na manchete no *Estadão*: “Cunha vai a CPI e é alvo de elogios dos colegas”. Cunha fez uma fala corporativa em defesa do fustigado Legislativo contra o que chamou de “forma irresponsável e leviana” com a qual Janot teria incluído parlamentares em sua “lista” de investigados. Deputados do centrão, da oposição e mesmo petistas, todos eles com correligionários também incluídos na “lista de Janot”, rasgaram elogiosos à atuação de Cunha como parlamentar e à frente da Câmara, levantaram suspeitas sobre as ações do PGR e insinuaram acreditar na inocência do deputado. Apenas deputados do PSOL e a deputada Clarissa Garotinho (PR) é que confrontaram Cunha. Embora não tenha sido noticiado pelo *Estadão*, foi neste dia que Cunha, ao responder uma pergunta do deputado Delegado Waldir (PSDB), negou possuir contas bancárias na Suíça⁷⁸⁹.

Apesar deste espetáculo do campo político, a situação judicial de Cunha se complicou em maio. O STF autorizou uma diligência de busca e apreensão de documentos nos gabinetes de Cunha na Câmara. Mais uma vez, o parlamentar confrontou a Procuradoria Geral da República, acusando Rodrigo Janot de estar “desesperado” em busca de alguma prova que pudesse incriminá-lo e “justificar algo que não aconteceu”. Janot, por sua vez, afirmou que as provas obtidas até então, aumentavam as suspeitas de corrupção sobre o presidente da Câmara⁷⁹⁰.

Mas foi em julho que o deputado Eduardo Cunha viu sua situação se complicar de vez e, como reação, ele definitivamente rompeu com o Planalto, se colocou como opositor, pressionou o PMDB a fazer o mesmo (ver item abaixo) e acentuou suas articulações com a oposição em flertes pelo *impeachment*. No dia 14, a PF fez buscas e apreensões em endereços ligados ao parlamentar, que ironizou estares as portas de sua casa abertas à PF. No dia 16, o empresário e lobista Júlio Camargo, em depoimento à Lava Jato, afirmou que Cunha exigiu e recebeu propina de R\$ 5 milhões em contratos da Petrobrás⁷⁹¹.

⁷⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2015, p. A3.

⁷⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2015, p. A6.

⁷⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 06/05/2015, p. A6, 07/05/2015, p. A7 e 09/05/2015, p. A6.

⁷⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 16/07/2015, p. A4 e 17/07/2015, p. A4.

A reação de Eduardo Cunha foi aumentar o tom das acusações contra o procurador Rodrigo Janot. Aspas para ele: “O delator foi obrigado a mentir. Há um objetivo claro de constranger o Poder Legislativo e que pode ter o Poder Executivo [a presidenta Dilma] por trás em articulação com o procurador-geral da República”. No dia 17, Cunha anunciou seu rompimento definitivo com o governo Dilma, autorizou a abertura das CPIs do BNDES e dos Fundos de Pensão, mandou seu aliado Arthur Lira (PP), presidente da CCJ, avaliar o rito para um processo de *impeachment* contra a presidenta. Para aquela mesma noite estava programado um pronunciado do presidente da Câmara em cadeia de rádio e tv durante o qual ele foi alvo de protestos e painéis⁷⁹². Mais uma vez, as ilações de Cunha a Janot renderam forte crítica editorial do *Estadão*, que escreveu que o deputado “perdeu totalmente a compostura e ultrapassou os limites éticos e protocolares” do cargo que ocupava à frente da Câmara⁷⁹³.

O noticiário desmentia Eduardo Cunha. Com ajuda de autoridades suíças, a Lava Jato rastreava as contas bancárias ligadas a Cunha e ao PMDB, que os delatores indicaram existir no exterior. O deputado reagiu em outras frentes. Buscou tirar de Moro a investigação. Articulou na Câmara uma tentativa de alterar a lei de delação premiada. Acionou sua tropa de choque na CPI da Petrobrás para acharcar seus delatores. Usou o jurídico da Câmara para tentar invalidar as provas obtidas nas buscas em seus gabinetes. O deputado ainda foi alvo de protestos por parte dos movimentos sociais de esquerda⁷⁹⁴.

No final de agosto, as complicações judiciais de Cunha subiram de patamar. O MPF protocolou denúncia contra ele no STF por crime de corrupção e lavagem de dinheiro. O STF deu prazo dobrado para ele se defender, e a decisão sobre o recebimento da denúncia ocorreria apenas em março do ano seguinte. Como fazia desde o início, o deputado voltou a proclamar inocência e acusou a existência de um suposto complô entre a PRG e o governo Dilma⁷⁹⁵. Como apontou André Singer (2018), a luta entre Cunha e Dilma empatou e abriu uma oportunidade para que os dois lados Dilma/PT e Cunha/PMDB pudessem negociar um pacto, trégua ou acordo.

De imediato, Cunha negou qualquer possibilidade de renunciar à presidência da Câmara. Deputados do PSOL, reforçados por alguns de outros partidos da centro-esquerda, lançaram manifesto neste sentido. Segundo o *Estadão*, neste cenário adverso, Cunha planejava radicalizar

⁷⁹² *O Estado de S. Paulo*, 17/07/2015, p. A4 e A6 e 18/07/2015, p. A4 e A6.

⁷⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 18/07/2015, p. A3.

⁷⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/2015, p. A4, 20/07/2015, p. A5, 21/05/2015, p. A5, 28/07/2015, p. A9, 30/07/2015, p. A4, 05/08/2015, p. A5, 10/08/2015, p. A4 e 14/08/2015, p. A6.

⁷⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 20/08/2015, p. A1 e A4, 21/08/2015, p. A1 e A4 e 04/09/2015, p. A7.

sua retórica antipetista e apostaria no “sentimento de corporativismo entre os parlamentares”, muitos deles também fustigados pelo Judiciário, para barrar qualquer movimento pela sua saída do comando da Casa. Ele sabia que manter-se presidente da Câmara era fundamental para sua estratégia de defender atacando o governo⁷⁹⁶.

No Congresso, enquanto alguns poucos parlamentares insistiram na renúncia, a maioria declarou apoio incondicional a Cunha e os petistas se posicionou com cautela. O jornal destaca o apoio do deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade) que armou evento da Força Sindical em que Cunha foi apresentado como líder trabalhista. O PMDB fez um churrasco em apoio a Cunha e negou que pensasse em expulsar seu correligionário porque o partido não teria “histórico de agir dessa forma”. A oposição, trabalhando para convencer Cunha a acatar um dos pedidos de *impeachment*, preferiu não “fazer prejulgamento”, nas palavras de Mendonça Filho (DEM). Entre os petistas, a questão era mais controversa. Havia alguns que exigiam a saída de Cunha, outros que, publicamente, davam a ele o benefício da presunção de inocência e outros ainda que, segundo o *Estadão* a pedido do ex-presidente Lula, tratavam o caso com cautela, por anteverem que, acuado, Cunha poderia pressionar ainda mais o governo e, em ato desesperado, acatar a abertura de *impeachment*⁷⁹⁷.

No final de setembro, mais uma leva de denúncias contra Cunha. Um delator garantiu que era do deputado a “palavra final” na área Internacional da Petrobrás. Um empresário e lobista delatou ter depositado dinheiro fruto de propina em contas de Cunha na Suíça. Dias depois, a Justiça suíça confirmou a existência destas contas e anunciou ter bloqueado seus valores. O deputado seguia negando possuí-las e afirmou ser vítima de “divulgação seletiva” patrocinada pelo PT e seu governo com o objetivo de atingi-lo politicamente. Porém, mais uma semana e se descobriu que Cunha não apenas mantinha tais contas, como elas foram usadas para pagas despesas familiares no exterior, que seus depósitos chegaram a, no mínimo, R\$ 23 milhões e que o deputado mantinha um patrimônio oculto de mais de R\$ 61 milhões⁷⁹⁸.

Uma vez a PGR em posse de documentação comprovando as contas de Cunha na Suíça, parlamentares opositores do deputado lembraram de sua fala na CPI da Petrobrás em março, quando afirmou não ter contas no exterior. Comprovada a mentira, ficou evidenciada a quebra de decoro parlamentar. No começo de outubro, o PSOL e a REDE, apoiados por alguns parlamentares do PT, PSB e outros, apresentou a devida representação no Conselho de Ética da

⁷⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2015, p. A4 e 23/08/2015, p. A5.

⁷⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2015, p. A4, 22/08/2015, p. A4, 23/08/2015, p. A5, 24/08/2015, p. A5 e 10/09/2015, p. A5.

⁷⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 24/09/2015, p. A5, 26/09/2015, p. A6, 29/09/2015, p. A4, 01/10/2015, p. A6, 02/10/2015, p. A4, 03/10/2015, p. A7, 10/10/2015, p. A4 e 17/10/2015, p. A4.

Câmara. Em atitude corajosa, o presidente do Conselho, deputado José Carlos Araújo (PSD) prometeu não protelar o andamento do processo e julgá-lo ainda naquele ano de 2015⁷⁹⁹.

A PGR pediu ao STF abertura de mais um inquérito contra Cunha. Até então, o deputado apostava na fidelidade de seus aliados no Conselho de Ética, o que lhe daria a maioria para barrar o processo, mas a pressão midiática e as evidências contra ele, logo o deixaram e minoria no Conselho. A articulista Dora Kramer escreveu em duas oportunidades que Cunha, por dois motivos, não temia uma reação muito severa dos parlamentares contra ele: primeiro, porque ele possuía a “sua própria ‘bancada’” de deputados, um “grupo de fiéis seguidores, cujas campanhas eleitorais ele ajudou a financiar”; segundo, porque havia na Câmara outros 166 investigados e 36 réus⁸⁰⁰. Em reportagem, o *Estadão* foi explícito ao divulgar qual seria a estratégia do parlamentar: “profundo conhecedor das regras da Casa, Cunha ainda tem a seu favor a possibilidade de adotar manobras protelatórias e suscitar discussões que podem alongar o processo” e, assim, manter seu mandato e seu foro privilegiado⁸⁰¹.

Mas o fato é que, além de ter que se defender juridicamente, Cunha passou a ter que responder politicamente. A avaliação era que o então “todo-poderoso” presidente da Câmara teria sérias dificuldades para vencer algumas destas investidas, quiçá as duas. As páginas do *Estadão* noticiaram dia a dia que o poder de abrir um processo de *impeachment* contra Dilma era a única “tábua de salvação” de Cunha, que a usaria “quando se sentir acuado pelo andamento dos trabalhos” no Conselho. Para isso, ele fez duplo flerte com governo e oposição. Diante deste cenário, a oposição evitou críticas públicas a Cunha para, nas palavras do *OESP*: “estimular o peemedebista. Cálculo [da oposição] é fazer com que presidente da Câmara agilize pedido” de *impeachment* para afastar Dilma Rousseff. O jornal noticiou que o ex-presidente Lula sugeriu que o PT tentasse um acordo político com Cunha, o que era rechaçado pela presidenta Dilma, que apostava no curso natural do processo no Conselho que resultaria na queda do adversário antes que ele tivesse chance de abrir o processo de *impeachment*. Como última cartada, Cunha conseguiu no final do mês um parecer favorável a abertura do processo, prometeu que decidiria sobre ele no mês seguinte, enquanto assistia ao desenrolar das posições governistas e oposicionistas sobre o caso dele no Conselho⁸⁰².

⁷⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/10/2015, p. A4, 08/10/2015, p. A13, 09/10/2015, p. A8 e 15/10/2015, p. A4.

⁸⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 02/08/2015, p. A6 e 19/08/2015, p. A6.

⁸⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 16/10/2015, p. A6, 18/10/2015, p. A4 e 20/10/2015, p. A4.

⁸⁰² *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2015, p. A6, 12/10/2015, p. A4, 13/10/2015, p. A4, 15/10/2015, p. A4, 18/10/2015, p. A4, 19/10/2015, p. A5, 22/10/2015, p. A4, 26/10/2015, p. A4, 28/10/2018, p. A4 e 30/10/2018, p. A6.

A grande questão no campo político era acompanhar o desdobramento desta crise ao longo do mês de novembro. Para a articulista Eliane Cantanhêde, Eduardo Cunha estava “politicamente morto”, mas ele ainda era muito capaz de “fazer estragos gigantescos antes de virar réu no Supremo”. Suas ações, segundo ela, fariam desnortear tanto o Planalto, acreditando que ele não teria mais força política para abrir o processo de *impeachment*, quanto à oposição, que preferiu não o melindrar na expectativa pela abertura do processo contra a presidenta. Uma coisa, era certa, para um lado ou para o outro, “certamente, ele não cairá sozinho”⁸⁰³. A julgar pela contundência com que se colocou como inimigo público de Dilma, inclusive acusando-a de manipular a PGR contra ele, era presumível que o presidente da Câmara escolheu Dilma para morrer abraçado a ele.

A posição editorial do *Estadão* é pelo afastamento imediato de Cunha da presidência da Câmara dos Deputados. O jornal reconhece que ele usou “despudoradamente a ameaça de abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma” e suas atitudes à frente da Câmara ao longo do ano, serviram como “obstáculo intransponível à busca de soluções” para as crises econômica e política que o país atravessava. O jornal assevera que o parlamentar cometeu quebra de decoro ao mentir à CPI, que haveria “sólidas evidências” dos crimes a ele imputados e que, portanto, era hora de “um punhado de parlamentares, num assomo de hombridade e decência, tome a decisão de destituí-lo do cargo que tem usado quase que unicamente para defender interesses pessoais e seus cúmplices”. O jornal parecia preocupado com o fato de caber a ele, potencial réu por corrupção, a iniciativa e a condução do *impeachment* da presidenta. Assim, concluiu: “Eduardo Cunha tem prioridade. Seu problema é bem mais fácil de resolver [...] Indo Eduardo Cunha, Dilma Rousseff logo o seguirá”, afinal, ambos são “farinha do mesmo saco”⁸⁰⁴.

5.5.2 O PMDB e Michel Temer se afastam da presidenta e articulam pelo impeachment

Como visto anteriormente neste capítulo, no primeiro semestre de 2015, a presidenta Dilma seguiu tendo problemas com uma ala considerável do PMDB. Liderados pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha, integrantes do partido impuseram derrotas ao Planalto, expuseram críticas e ameaçaram abandonar a coalizão. Dilma precisou dar ao vice-presidente Michel Temer, também presidente nacional do PMDB, o posto de articulador político do governo, em

⁸⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2015, p. A6 e 11/10/2015, p. A8.

⁸⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 22/08/2015, p. A3, 03/10/2015, p. A3, 22/10/2015, p. A3 e 24/10/2015, p. A3.

tentativa de acalmar o partido e conseguir aprovar o pacote de leis do ajuste fiscal econômico. No final de semestre, com o aperto do cerco judicial a Cunha e a integrantes da base aliada, uma presidenta sem aprovação popular, a economia estagnada e a base parlamentar em frangalhos, o PMDB já não mais discutia se sairia da coalizão, mas sim quando iria para a oposição e escancararia seu projeto presidencial.

O clima pré-recesso parlamentar de julho dava sinais evidentes de que o rompimento se aproximava. Ainda em junho, dois textos da articulista Dora Kramer repercutiram o “esgotamento da união instável” entre PT e PMDB, este já pensando em seu futuro sem os petistas. Ela argumenta que a relação política entre os partidos, feita sem “o menor traço de identidade” e baseada apenas pela “conveniência” mútua, se sustentou bem apenas no governo Lula, por conta sua capacidade para serenar os ânimos. Após quatro anos e meio de atritos com a presidenta Dilma, o PMDB já movia suas peças políticas e punha em prática “o ritual do desembarque” do governo. Para isso, intensificava conversas com o PSDB de olho na eleição de 2018 ou até mesmo em um governo de transição, caso houvesse o *impeachment* de Dilma⁸⁰⁵.

A cúpula do PMDB pressionava Temer a abandonar a articulação política do governo. Diziam que seu trabalho estava sendo “claramente sabotado por parte do PT”, uma vez que seus acordos com parlamentares não eram efetivados pela Casa Civil. O ex-ministro Moreira Franco, um dos principais aliados de Temer e o presidente da peemedebista Fundação Ulysses Guimarães, admitiu publicamente que após aprovação do pacote de ajuste fiscal no Legislativo, o partido iria fazer “uma avaliação” sobre a permanência de Temer como articulador do governo. Em reportagem, o *Estadão* foi direto ao avaliar as consequências desta possível saída: “iria precipitar o rompimento do PMDB com o governo”⁸⁰⁶.

Em outra reportagem, o jornal afirmou que, enquanto trabalhavam “para manter Dilma fragilizada” com sucessivas derrotas no Legislativo, os líderes peemedebistas articulavam para que, em 2018, o partido tivesse um nome forte como candidato à presidência da República. Ou seja, passados apenas sete meses de governo, o partido que possuía a cadeira de vice-presidente, vários ministérios, a direção das duas Casas legislativas, já pensava no cenário de três anos e meio à frente, no qual se apresentaria ao eleitorado como de oposição ao governo que fazia parte. O *OESP* divulgou que o partido buscava firmar diante da população e do empresariado a imagem de “pragmático” e “realizador”⁸⁰⁷.

⁸⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 17/06/2015, p. A6 e 28/06/2015, p. A6.

⁸⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 30/06/2015, p. A7 e 03/07/2015, p. A7

⁸⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, 06/07/2015, p. A5.

Ao longo do segundo semestre, nas palavras do *Estadão*, Temer passou a ser um político que “aproveita os holofotes de uma turbulência, como descontração e vaidade”. O vice-presidente refutou a tese de que a oposição tentava um golpe contra a presidenta e junto ao seu partido intensificaram a aproximação ao PSDB para articular apoio a um eventual governo liderado por ele em caso de queda de Dilma. Após a Operação Politéia da PF, Temer admitiu haver certo “abalo” no Congresso com a avaliação de que o Planalto estaria por trás das operações para atingir os parlamentares. Segundo o deputado Arthur Lira (PP), presidente da CCJ e aliado de Eduardo Cunha, “o clima de *impeachment* cresce no Congresso”⁸⁰⁸.

Após reunião de Temer com Renan, Cunha e Sarney, o vice-presidente declarou: “temos que buscar uma tranquilidade institucional porque essas coisas [operações da Lava Jato] estão abalando essa natural tranquilidade”. Foi em 15 de julho de 2015 que Temer e a cúpula do PMDB iniciaram a “operação estanca sangria”. O vice anunciou ali a ruptura com o PT para a eleição de 2018 e se disse aberto a “todas as alianças com todos os partidos”⁸⁰⁹. A colunista Eliane Cantanhêde interpretou que tal anúncio, feito com apenas seis meses de governo e diante de toda a peemedebista linha sucessória da presidenta, significava, na prática, que o PMDB não esperaria a eleição de 2018 para romper com o governo Dilma, mas sim, que o rompimento foi sacramentado neste dia. Segundo Cantanhêde, internamente o PMDB debatia com o PSDB o dia seguinte a queda de Dilma, que os peemedebistas apostavam acontecer após a decisão do TCU de rejeitar as contas do governo. Dora Kramer foi no mesmo sentido, ao enfatizar que a “posição pessoal” de Cunha em se colocar na oposição contrasta com a foto de toda a cúpula peemedebista no anúncio. Para ela: “isso tem nome: [o PMDB já] é oposição”⁸¹⁰.

Pelos dias seguintes, Temer deu uma série de declarações públicas neste sentido: primeiro, em evento com investidores em Nova York, argumentou que havia uma “crisezinha” com o Planalto; no dia seguinte, ainda nos EUA, admitiu que o PMDB estudava deixar o governo e ir em definitivo para a oposição; depois defendeu o correligionário Cunha das acusações de corrupção; mais alguns dias e defendeu que o PMDB era “o centro da governabilidade” e precisaria de unir por isso. Por fim, em reunião com líderes partidários, concluiu: “é preciso que alguém tenha a capacidade de reunificar a todos”. Cantanhêde ironizou no *Estadão* que, agindo assim, só falta a Temer “pôr a faixa presidencial”⁸¹¹.

⁸⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 09/07/2015, p. A4, 10/07/2015, p. A5 e 16/07/2015, p. A4.

⁸⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 16/07/2015, p. A4.

⁸¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/2015, p. A8, 17/07/2015, p. A7 e 19/07/2015, p. A6.

⁸¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 21/07/2015, p. A6, 22/07/2015, p. A6, 01/08/2015, p. A10, 06/08/2015, p. A7 e 07/08/2015, p. A6.

Evidente que toda esta escalada de declarações causou enorme mal-estar no governo. Temer promoveu uma cartada interessante, ao colocar o cargo de articulador a disposição. Pressionada pela crise política, Dilma sabia que a saída do vice significaria mais um passo para o rompimento definitivo e agravamento da crise. A interpretação era que Temer se colocava como o “reunificador” do país e da política e que sua autopromoção como o “fiador da política” preocupava a cúpula petista. O *OESP* publicou que, no mês de agosto, Temer já discutia com empresários e políticos de centro-direita um “plano de concertação” capaz de preservar o ajuste fiscal e pacificar o campo político⁸¹².

Segundo o *Estadão*, amigos do vice presidente difundiam nos bastidores que ele tinha um “pote de mágoas” em relação à presidenta e o PT. Temer se sentia desprestigiado ao não ser convidado para reuniões políticas do núcleo principal do Planalto, além das costumeiras queixas de que seu trabalho na articulação era sabotado pela Casa Civil. Segundo o jornal, esta insatisfação de Temer abriu “uma janela de oportunidades para a oposição” que o incentivava a se afastar de Dilma e “construir um diálogo que tenha como horizonte um pedido de *impeachment* da presidente”. No final de agosto, Temer pediu demissão da função de articulador político do governo e saiu dizendo que iria se dedicar a “macropolítica” e ao debate dos “grandes temas”. Junto com ele, saiu o ministro Elizeu Padilha, da Aviação Civil. Ficou evidente para o governo, oposição e imprensa, que Temer e o PMDB aderiram à pauta do *impeachment* parlamentar de Dilma Rousseff e o rompimento definitivo era uma questão de aguardar o melhor momento político para isso⁸¹³.

Nos dias seguinte, o vice-presidente continuou aproveitando os holofotes da crise política e manteve intensos encontros com empresários, em especial da FIESP, comandada pelo peemedebista Paulo Skaf. Neles, criticou a política econômica de Dilma, defendeu o não aumento de impostos e, no que reportou o *Estadão*, Temer assumiu o “compromisso com empresários de trabalhar por mudanças na economia”, mas como enfatizou o jornal, o vice costumava lamentar que Dilma não recebia seus pleitos. O PMDB ainda cobrou corte de gastos públicos por parte do governo como forma de equalizar as contas da União. Era evidente que Temer e o PMDB se apresentavam ao setor produtivo como uma alternativa de poder e de governo, acenando com adesão à agenda mais agradável a este setor⁸¹⁴.

⁸¹² *O Estado de S. Paulo*, 08/08/2015, p. A4 e 09/08/2015, p. A4.

⁸¹³ *O Estado de S. Paulo*, 22/08/2015, p. A5, 24/08/2015, p. A6 e 25/08/2015, p. A6.

⁸¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 28/08/2015, p. A12, 29/08/2015, p. A4, 01/09/2015, p. A4 e 10/09/2015, p. A4.

Bem à vontade com a atenção que lhe era dedicada, em outro evento que reuniu, segundo o *Estadão*, “empresários e ativistas de oposição”, Temer respondeu perguntas e suscitou polêmicas. Disse que seria difícil Dilma “resistir três anos e meio com esse índice [de popularidade]” que estava em parcos 7% de aprovação, mas avisou aos opositoristas presentes, que Dilma “não é de renunciar”. O vice-presidente também negou que estivesse movendo “uma palha” para assumir a presidência, porque, nas palavras dele, se o fizesse “aí sim eu seria oportunista”. Para Kramer, em toda esta sequência de frases proferidas em encontros e reuniões com empresários e políticos, Temer “mostrou-se em pleno exercício do poder de fato”⁸¹⁵.

A repercussão foi bem resumida pela manchete do *Estadão*: “Declaração de Temer eleva desconfiança no Planalto e anima PMDB anti-Dilma”. Assessores do Planalto ouvidos em anonimato pela reportagem do jornal classificaram as palavras de Temer como “surpreendentes”, “assustadoras”, “desastrosas” e fortaleciam a impressão de que “o vice conspira contra a presidente”. Temer divulgou nota repudiando a tese de que era um conspirador, alegando que “não se move pelos subterrâneos, pelas sombras, pela escuridão” ou por “debaixo dos panos”. Acusou seus detratores de inventarem “intriga”, acusando-o de só pensar em defender a “estabilidade das instituições”. Por fim, ainda prometeu fidelidade à presidenta por ser um “legalista por convicção”⁸¹⁶.

Esta incansável escalada de reuniões e declarações de Michel Temer, animaram a ala peemedebista pró-rompimento imediato com o governo. O *Estadão* publicou aspas elogiosas do senador Romero Jucá, para quem o “PMDB marcou posição” e do deputado Lucio Vieira Lima, que admitiu que as frases de Temer animaram os correligionários. No opositorista PSDB, as declarações de Temer foram entendidas como a marca da ruptura dele com a presidenta. O governador Geraldo Alckmin declarou concordar com a frase do vice-presidente sobre a necessidade de alguém “capaz de unir o País” e que o próprio Temer “tem todas as qualificações” para liderar a formação de um “novo bloco de poder”. O *Estadão* ainda publicou uma longa entrevista com o senador José Serra (PSDB), apontado pelo periódico como “um dos líderes no Congresso que podem ajudá-lo [ao Temer] na tarefa [organizar um novo governo]. Serra foi só elogios a Temer e afirmou não o via “conspirando”⁸¹⁷.

⁸¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 04/09/2015, p. A5 e 16/09/2015, p. A6.

⁸¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 05/09/2015, p. A4 e 07/09/2015, p. A5.

⁸¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/08/2015, p. A4, 05/09/2015, p. A4, 08/09/2015, p. A6 e 20/09/2015, p. A8.

Naqueles dias de agosto e setembro, quase que diariamente, o *OESP* noticiou reuniões da cúpula do PMDB no Palácio do Jaburu, residência oficial da vice-presidência. Eram presença assídua nos jantares e almoços com Temer, todos os governadores peemedebistas, os presidentes das duas Casas Legislativas, e a ala peemedebista pró-rompimento. Foi nestes convescotes que fizeram análises de conjuntura, traçaram estratégias políticas e afinaram o discurso⁸¹⁸. No final de setembro, o programa do PMDB no horário eleitoral ampliou ainda mais as desconfianças sobre os reais interesses dos peemedebistas. Na peça levada ao ar enquanto a presidenta Dilma viajava aos EUA para evento da ONU, em meio a críticas à política econômica dilmista, Temer foi a figura central, adotando uma “linha de estadista” e se apresentando como “uma alternativa de poder”, na avaliação da reportagem do *Estadão*⁸¹⁹.

Como de praxe em períodos de crise política no governo, Dilma acenou com uma reforma ministerial, na esperança de acalmar o PMDB e criar uma base capaz de impedir a abertura de um processo de *impeachment*. Dilma ofereceu melhores posições na Esplanada, mas a cúpula do PMDB se recusou a indicar nomes de ministeriáveis. Na reforma, Dilma diminuiu de 39 para 30 o número de ministérios. O PMDB se manteve à frente de sete pastas, mas cresceu em importância ao comandar o da Ciência e Tecnologia e o da Saúde, dono do maior orçamento. Porém, o *OESP* enfatizou que a reforma ministerial serviu mesmo para ampliar a distância entre Temer e Dilma, uma vez que o vice teria perdido espaço na Esplanada em detrimento da aproximação do jovem parlamentar Leonardo Picciani que então passou a se portar como o líder dilmista dentro do PMDB da Câmara, o que aumentou a insatisfação na cúpula peemedebista. As articulistas do *Estadão* mostraram reticências a eficácia da reforma ministerial: lembraram que Picciani fez campanha por Aécio Neves em 2014; que era um jovem parlamentar sem influência sobre a bancada; o governo se entregou ao “baixo clero” do PMDB; o que somado resultaria em maior radicalização anti-Dilma por parte da cúpula do partido⁸²⁰.

Embora já estivesse debatendo saídas econômicas com o empresariado brasileiro desde o mês de agosto, foi em 29 de outubro que o a Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB, lançou o documento “Uma Ponte Para o Futuro”, com detalhes de seu projeto de política econômica. Oficialmente, o partido dizia que era um documento apenas para debate perante a sociedade e com vista à eleição presidencial de 2018. Porém, entre os observadores políticos, ficou evidente que se tratava de mais um passo do partido no rumo da ruptura imediata com o

⁸¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 08/08/2015, p. A6 e 09/09/2015, p. A4.

⁸¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 26/09/2015, p. A8.

⁸²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 22/09/2015, p. A6, 23/09/2015, p. A4, 27/09/2015, p. A4 e A6, 03/10/2015, p. A4 e 07/10/2015, p. A7 e A8.

governo Dilma, adesão ao *impeachment* e promoção de Temer como alternativa imediata de poder. Cantanhêde foi direta no comentário: “não é um programa de governo para a campanha de 2018, mas sim um programa de governo já: uma proposta de transição até 2018, sem Dilma Rousseff e com Michel Temer na presidência”⁸²¹.

Ao longo destes meses, em seus editoriais, o *Estadão* entendeu como certo o iminente desembarque do PMDB do governo e acenou positivamente à perspectiva de Temer substituir Dilma na presidência da República. O jornal deu razão às críticas e avaliações feitas pelo vice-presidente sobre a economia, a popularidade de Dilma e a necessidade de “alguém” reunificar o país. Elogiou seu “estilo cauteloso e elegante” e a experiência política. Quando o PMDB divulgou o seu “Uma Ponte Para o Futuro”, o *OESP* elogiou a “carta de intenções para o caso de [Temer e o PMDB] assumir o poder se a presidente for afastada”. O que animou o jornal foi que as “raposas peemedebistas” prometiam uma política econômica e social completamente diferente da lulista, tão criticada pelo *Estadão*. Por isso, o jornal elogiou a postura do PMDB de afastar a “fantasia nacional-desenvolvimentista do PT”, abraçar medidas de forte caráter liberal”, como promover privatizações, se aproximar dos EUA, fazer reforma da previdência, mudar a exploração do Pré-Sal, fazer com que os acordos entre patrões e empregados se sobrepusessem à Legislação Trabalhista. Em especial, foi elogiado o “compromisso com o bom senso administrativo e a responsabilidade fiscal” prometido pelo documento. A partir daqui, o *OESP* aderiu editorialmente à alternativa Temer de transição político-econômica até 2018⁸²².

5.5.3 O turbulento mês de novembro e a abertura do processo de impeachment

Embora a cúpula do PMDB continuasse especulando pelo *impeachment* de Dilma, fato é que a turbulência política arrefeceu no mês de outubro por dois motivos: a reforma ministerial que redistribuiu cargos na Esplanada; o enfraquecimento político do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a cada dia mais confrontado com denúncias de corrupção. A perspectiva de um impedimento da presidenta em um futuro próximo, parecia ter perdido força, o que não significa que o campo político tenha deixado de fazer suas reuniões, jantares e conchavos para discutir o cenário presente e futuro.

⁸²¹ *O Estado de S. Paulo*, 30/10/2015, p. A5 e 01/11/2015, p. A8.

⁸²² *O Estado de S. Paulo*, 17/07/2015, p. A3, 26/08/2015, p. A3, 05/09/2015, p. A3, 06/09/2015, p. A3, 24/09/2015, p. A3, 29/09/2015, p. A3, 01/20/2015, p. A3 e 02/11/2015, p. A3.

Em sua edição de 1 de novembro, o *Estadão* reportou que, cada um por seus motivos e à sua maneira, tanto o governo quanto Eduardo Cunha tentavam “esticar a crise até o próximo ano”, na esperança de que o recesso parlamentar de janeiro pudesse alterar a conjuntura⁸²³. Porém, os acontecimentos de novembro mudaram radicalmente o cenário: o processo contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara andou rápido; a Lava Jato prendeu o senador Delcídio do Amaral (PT), líder do governo; o PT não aceitou votar a favor de Cunha no Conselho da Câmara. A prisão de Delcídio assustou o campo político, que percebeu não contar mais com as proteções inerentes ao foro privilegiado. Com a cassação iminente, no mesmo dia que o PT negou seus votos a Cunha no Conselho de Ética, o presidente da Câmara se vingou do PT ao repentinamente acatar um dos pedidos de *impeachment* contra a presidenta Dilma.

Antes mesmo de os acontecimentos se encadearem aqui, as articulistas do *Estadão*, Dora Kramer e Eliane Cantanhêde, já antecipavam a estratégia de Eduardo Cunha para se manter vivo politicamente, atrasar a conclusão do processo contra ele e, em caso de insucesso, qual seria seu “plano B”. Na avaliação de Kramer, apesar de “politicamente baleado”, Cunha agiria para “arrastar ao máximo” o processo contra ele no Conselho de Ética e, para isso, usaria suas prerrogativas de presidente da Câmara e a influência que tinha sobre, pelo menos, uma centena de parlamentares aliados. Cantanhêde antecipou o que se comentava nos bastidores de Brasília: “se cair, Cunha não quer cair sozinho”, pois, para ele, “perdido por um, perdido por mil” e se derrotado, ele “antes de ser cassado” abrirá o “processo de *impeachment* contra a presidente Dilma”⁸²⁴. As cartas estavam na mesma e o jogo seria intenso ao longo do mês.

O *Estadão* deu grande destaque para explicar ao leitor o passo a passo do processo no Conselho de Ética da Câmara. A relatoria do caso coube ao deputado Fausto Pinato (PRB), que em entrevistas para a imprensa dizia ver evidências contra Cunha nos documentos. Sempre que trata do assunto, o jornal indica que Cunha e a sua “tropa de choque” de deputados aliados, liderados pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade), planejavam uma série de recursos protelatórios para que o processo se arrastasse por meses a fio⁸²⁵.

O deputado Eduardo Cunha adotou uma contestável estratégia: passou a antecipar na imprensa o que seriam seus argumentados de defesa perante o Conselho de Ética, garantindo que provaria não ter faltado com a verdade na CPI da Petrobrás. O deputado entrou em várias contradições: disse que o dinheiro no exterior seria proveniente da venda de carne enlatada nos

⁸²³ *O Estado de S. Paulo*, 01/11/2015, p. A8.

⁸²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2015, p. A6 e 06/11/2015, p. A6.

⁸²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 03/22/2015, p. A4, 04/11/2015, p. A4, 05/11/2015, p. A9, 06/11/2015, p. A7, 08/11/2015, p. A7 e 14/11/2015, p. A6.

anos 1980, reconhecendo que não os havia declarado antes perante a Receita e a Justiça Eleitoral; que parte do dinheiro era, provavelmente, o pagamento de um empréstimo feito ao falecido deputado Fernando Diniz (PMDB), o que foi desmentido pelo filho deste no dia seguinte; disse não reconhecer como seu os recursos depositados em 2011 pelo lobista “ligado ao PMDB”; por fim, apelou para o argumento de que a conta em questão na Suíça não lhe pertencia, mas sim a um “truste” da qual ele era apenas o beneficiário⁸²⁶.

Seus argumentos foram contestados pelo Ministério Público da Suíça e veio à tona a informação de que a senha por ele usada na conta era o nome de sua mãe, o que provava ser ele não só o dono da conta como o responsável por suas movimentações. Este movimento de Cunha, antecipando publicamente seus argumentos de defesa, foram avaliados por deputados ouvidos pelo *Estadão* como “um tiro do pé” dado pelo deputado, uma vez que suas alegações foram avaliadas como “inconsistentes” e “absolutamente frágeis”⁸²⁷.

O polêmico deputado Eduardo Cunha foi alvo de protestos. No salão verde da Câmara, enquanto dava entrevista, um manifestante do Levante Popular da Juventude jogou notas falsas de dólares sobre ele, o que proporcionou uma foto icônica. Movimentos sociais à esquerda promoveram manifestações em diversas capitais do país, sendo a maior delas em São Paulo, quando reuniram cerca de 30 mil pessoas pedindo o “fora Cunha”. Dora Kramer qualificou as justificativas apresentadas como “mirabolante” e “inverossímil” e as comparou com a “operação Uruguai” tentada pelo ex-presidente Collor quando seu esquema com PC Farias foi descoberto⁸²⁸.

Interessante neste cenário foi a posição tomada pelo PSDB e demais partidos de oposição. Como apontado acima, eles agiam pressionando Cunha a acatar o pedido de *impeachment* de Dilma e, por isso, evitavam críticas públicas ao parlamentar. Em 10 de novembro, os líderes Carlos Sampaio e Bruno Araújo (PSDB) e Mendonça Filho e Rodrigo Maia (DEM) se reuniram com Cunha e, mais uma vez, cobraram dele uma posição sobre o *impeachment*. Cunha prometeu decidir até o final do mês, porque como percebeu o *Estadão*, “a data coincide com a votação do caso de Cunha pelo Conselho de Ética” e o deputado usava a decisão de abrir o *impeachment* como moeda de troca, tanto com a oposição quanto com o governo, por votos a favor dele no Conselho⁸²⁹.

⁸²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2015, p. A6, 06/11/2015, p. A6, 07/11/2015, p. A4 e A5.

⁸²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2015, p. A4 e 12/11/2015, p. A5.

⁸²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 05/11/2015, p. A6 e A9 e 09/11/2015, p. A6.

⁸²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2015, p. A5.

Mas o PSDB seguia pressionado pelos apoiadores e eleitores de Aécio Neves, que reclamavam da demora do partido em se posicionar sobre as denúncias contra Cunha e exigiam postura mais enfática “contra a corrupção”. Diante das provas contra o presidente da Câmara, o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, classificou como “frágil” a situação do peemedebista. O “frágil” se referia tanto à sua situação no Conselho de Ética, quanto ao poder político para deflagrar o *impeachment* de Dilma. Após uma reunião de três horas da bancada tucana da Câmara, decidiu-se apoiar a cassação de Cunha, posição que seria encaminhada para a Executiva Nacional. Porém, como escreveu a reportagem do *Estadão*, havia a “chance de os tucanos mudarem de opinião se ele [Cunha] decidir abrir um processo de *impeachment* da presidente Dilma”⁸³⁰.

A posição do PSDB repercutiu em outros partidos políticos. O deputado Paulinho da Força (Solidariedade), aliado de Cunha, reclamou que a posição do PSDB serviria para “jogar Cunha no colo do PT” e inviabilizar a abertura do *impeachment*. No dia seguinte à decisão do PSDB, os líderes na Câmara de 13 partidos (PMDB, PR, PSC, PP, PSD, PTB, Solidariedade, PEN, PMN, PRP, PHS, PTN e PTdoB) distribuíram uma nota em defesa do presidente da Câmara, na qual criticaram o que consideraram uma “politização” do caso e a “condenação antecipada” do parlamentar. A situação de Cunha era tão delicada que cinco ministros do STF, ouvidos “em conversas reservadas” com jornalistas do *Estadão*, avaliaram que ele não tinha mais condições de permanecer na presidência da Câmara e estaria provocando “uma espécie de ‘nó político’ sem solução à vista”⁸³¹.

Após dois adiamentos, se aproximava a data marcada pela cúpula do PMDB para a realização do seu Congresso Nacional. Lideranças do partido admitiam publicamente que o evento serviria para o partido se lançar candidato em 2018 e apresentar o plano econômico “Uma Ponte Para o Futuro”. A expectativa era se o partido romperia ali com a presidenta Dilma e se colocaria de vez na oposição. Nas reportagens pré-congresso, o *Estadão* mostra um partido dividido. Eduardo Cunha enciumava que o carioca e líder do partido Leonardo Picciani já estivesse articulando substituí-lo no comando da Casa. Os líderes pró-rompimento, os irmãos Lúcio e Geddel Vieira Lima, reclamavam dos peemedebistas neoministros que estariam atuando para “esvaziar o movimento que pede afastamento [do PMDB] da presidente Dilma”. Ainda assim, a expectativa era que o evento do dia 17 servisse para “constranger o governo”⁸³².

⁸³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 07/11/2015, p. A4, 11/11/2015, p. A5 e 12/11/2015, p. A4.

⁸³¹ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2015, p. A4 e 15/11/2015, p. A4.

⁸³² *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2015, p. A5, 06/11/2015, p. A7 e 09/11/2015, p. A5.

Na cobertura do evento, o *OESP* reportou que, quando, em setembro, o Congresso foi agendado, o PMDB tinha a expectativa de “fustigar Dilma e acenar para o PSDB e o mercado”. Porém, este ímpeto “perdeu força” com a reforma ministerial e principalmente “com a ameaça de *impeachment* refluindo e Cunha na berlinda”. Apesar do medo de que o PSDB tentasse “ganhar protagonismo na crise” e o PMDB permanecesse com a “pecha de fisiologismo”, o partido acabou “obrigado a recolher as armas na política e se concentrar nas críticas ao modelo econômico” petista. Mas, mesmo na questão do plano econômico peemedebista, o *Estadão* destacou não haver consenso entre os correligionários. A proposta, que “abriga teses opostas às defendidas pelo PT”, previa o fim das despesas obrigatórias com saúde e educação, o fim da indexação do salário mínimo e atribuía aos “gastos excessivos” do governo federal a culpa pela crise econômica⁸³³.

O Congresso acabou bastante esvaziado. Embora a cúpula peemedebista tenha ido junta ao evento, em nítido esforço para mostrar unidade, nenhum dos seis governadores, apenas metade dos ministros e a ampla maioria da bancada da Câmara, a mais beneficiada pela reforma ministerial, compareceu ao local. Oficial e formalmente, o PMDB não rompeu com o governo petista. Porém, os discursos suscitaram interpretações neste sentido. O mais virulento, evidente, foi o de Eduardo Cunha, clamando para que o PMDB “não se cale”. A maior expectativa, porém, estava na fala do vice-presidente Michel Temer⁸³⁴.

Temer fez elogios à plataforma econômica lançada pelo partido. Garantiu que o PMDB teria candidatura própria em PMDB. Pregou união no campo político e disse estar “procurando soluções para o País”. Em sua reportagem, o *Estadão* destacou a presença no Congresso de integrantes do MBL que sequer eram filiados ao partido. Diante de um Congresso esvaziado de peemedebistas, a agitação do evento coube aos jovens que acampavam em frente ao Congresso pedindo o *impeachment* de Dilma. Dentre as faixas e gritos promovidos pelo grupo, o jornal destacou: “rompe PMDB”; “Temer, vista a faixa já” e “Brasil pra frente, Temer presidente”. Sempre interrompido por estes gritos, o vice-presidente cometeu o que o *OESP* chamou de “ato falho” ao declarar que “por enquanto não” vestiria a faixa e romperia com o governo. Animado, o peemedebista Moreira Franco admitiu que “a partir de agora, vamos chamar nossa plataforma de ‘Plano Temer’”. No governo, a interpretação foi óbvia: Temer e o PMDB usaram o

⁸³³ *O Estado de S. Paulo*, 16/11/2015, p. A4.

⁸³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2015, p. A4

Congresso para acenar ao mercado e à oposição e o partido já se preparava para assumir o poder em caso de *impeachment*. A relação entre Temer e Dilma ficou ainda mais distante⁸³⁵.

As entrelinhas do editorial do *Estadão* comentando o Congresso do PMDB foi em tom de lamento pelo partido não ter rompido definitivamente com a presidenta Dilma. Para o jornal, “nada é mais tristemente representativo da realidade política brasileira” do que o PMDB e seu presidente Michel Temer é “a figura emblemática” da lógica de “estar no poder”, independentemente de quem o comande. O jornal lamentou que o partido saiu de seu Congresso “exatamente como entrou: confortavelmente instalado no governo e à espera da melhor oportunidade para assumir o papel político a que se considera destinado”, ou seja, assumir o poder após a queda de Dilma, que, na previsão do jornal, poderia ocorrer no semestre seguinte, por conta do “agravamento da crise econômica”, do “enfraquecimento político de Dilma e do PT” e da Convenção Nacional do PMDB marcada para março, quando, mais uma vez, se esperava o rompimento definitivo com o PT⁸³⁶.

A articulista Dora Kramer usou de ironia para comentar o Congresso peemedebista. Escreveu ela que o partido estava dando “nó em pingo d’água” e que seu evento mostrou a “contradição” dos peemedebistas. Uma vez querendo, mas sem poder romper com o governo naquele momento, o partido fez críticas ao Planalto, mas oficialmente continuou governista. O motivo para este recuo dos peemedebista era que, naquele contexto de meados de novembro, havia um “cenário favorável” politicamente à presidenta Dilma que, apesar de continuar balançando no cargo e ameaçada de ter seu pedido de *impeachment* acatado, tinha seu maior rival, o deputado Eduardo Cunha, definhando politicamente. A mesma Kramer salientou que, naquele momento, os problemas de Dilma eram a crise econômica e, principalmente, as futuras operações da Lava Lato⁸³⁷.

Ao mesmo tempo, no Conselho de Ética, o relator Fausto Pinato (PRB) deu entrevistas à imprensa afirmando que anteciparia seu relatório e ele seria favorável ao seguimento da representação contra Eduardo Cunha. Por se tratar de um “parecer inicial” que serviria apenas para abrir a investigação, é que Cunha seria notificado para apresentar defesa por escrito e então haveria o parecer final do caso no Conselho. Porém, a antecipação de Pinato abriu brecha para que a defesa de Cunha alegasse cerceamento de defesa, “prejulgamento” e pedisse a substituição do relator. Na sessão do Conselho para leitura do relatório, a “tropa de choque” de

⁸³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2015, p. A4.

⁸³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/11/2015, p. A3.

⁸³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2015, p. A6 e 22/11/2015, p. A6.

Cunha promoveu uma série de manobras regimentais, tanto no Conselho quanto no Plenário da Câmara, para esvaziar a sessão do Conselho, atrasá-la ou mesmo adiá-la. Houve intenso bate-boca entre os parlamentares e objetivo foi atingido: os aliados de Cunha impediram a leitura do relatório de Pinato, que foi adiada para a última semana de novembro. Lido o relatório no dia 24, deputados aliados a Cunha pediram vista e a votação foi adiada para o início de dezembro⁸³⁸.

As controversas manobras regimentais de Eduardo Cunha e sua “tropa de choque” para atrasar o prosseguimento do processo no Conselho de Ética, geraram reações. Era evidente que Cunha usou e usaria seu poder de presidente da Câmara para fins pessoais. O ministro Marco Aurélio Mello do STF sugeriu que Cunha renunciasse à presidência da Casa, o que, evidentemente, estava fora dos planos. Assim, partidos como PPS, Rede e PSOL lideraram o acionamento à PGR e ao STF, pedindo o afastamento de Cunha da presidência da Câmara. Mesmo a cúpula do PMDB, “começou a demonstrar certo constrangimento” em defender o correligionário⁸³⁹.

O *Estadão* insistiu que o Planalto pediu aos três deputados do PT integrante do Conselho de Ética, que não fustigassem ainda mais o peemedebista, havendo inclusive um acordo entre Cunha e o governo: os petistas votariam contra o parecer e Cunha arquivaria os pedidos de *impeachment*. De público, tanto Cunha quanto o Planalto negavam qualquer acordo neste sentido. Rodrigo de Almeida afirma que a presidenta sempre foi contrária a qualquer composição com Cunha. Na visão dela, o peemedebista deflagraria o *impeachment* mais cedo ou mais tarde e, aspas para Dilma: “quem cede a chantagista uma vez tem que ceder sempre” (ALMEIDA, 2016, p. 105) Àquela altura do embate político, Cunha parecia fragilizado para iniciar o *impeachment* de Dilma. Mas bastaram dois dias de Operação Lava Jato para que o governo e o PT voltassem a ficar tão ou mais fragilizados quanto seu adversário da Câmara. Em meio a confusão, o caso no Conselho de Ética foi adiado mais uma vez para o início de dezembro⁸⁴⁰.

Editorialmente, o *Estadão* considerou que Cunha estava “pilhado na mentira”, que seus argumentos eram uma “fantástica história” que “apelam para o sobrenatural”, sendo necessário “doses cavalares de boa-fé” para acreditar nelas. Ante as manobras regimentais de Cunha e sua tropa, o jornal escreveu que eram esperadas, por conta do histórico do deputado que “chegou ao topo como representante da ralé política” e cujo poder foi “construído e mantido

⁸³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 17/11/2015, p. A4, 18/11/2015, p. A5, 19/11/2015, p. A4 e 20/11/2015, p. A4.

⁸³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 20/11/2015, p. A4, 21/11/2015, p. A4, 22/11/2015, p. 6 e 25/11/2015, p. A8.

⁸⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 20/11/2015, p. A4, 24/11/2015, p. A6 e 25/11/2015, p. A8.

exclusivamente à base de chantagem e fisiologismo”. O notório fato de Cunha ameaçar Dilma com abertura do processo de *impeachment* em troca de seu salvamento no Conselho de Ética, foi considerado pelo jornal como a “parte mais rastaquera da baixa política” desempenhada pelo deputado até então. Por fim, o jornal ainda tentou fazer uma associação entre Cunha e Lula, supostamente unidos em um “pacto degradante”. Em nenhum momento o periódico pede o “fora Cunha”, mas sim, endossa o argumento opositor de que ele está “prevaricando” ao não acatar o pedido de impedimento da presidenta⁸⁴¹.

Em novembro, a Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro investiram contra o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores. A Polícia Federal acusou Lula de ter recebido milhões de reais de empreiteiras a partir do Instituto Lula. O ex-presidente declarou não temer ser preso porque não comentou ilícitos. Moro decretou a quebra do sigilo telefônico do PT e, segundo o *Estadão*, a Operação planejava investir contra as Executivas do PT, PMDB e PP. O presidente nacional do PT, Rui Falcão, distribuiu nota acusando a Lava Jato, em conluio com o ministro Gilmar Mendes do STF e a imprensa, de tentar “eliminar o partido da vida política brasileira”⁸⁴².

No dia 24 de novembro, a Operação Lava Jato prendeu o pecuarista José Carlos Bumbai, que o *Estadão* destacou como “amigo de Lula”. No dia seguinte, prendeu o banqueiro André Esteves e o senador Delcídio do Amaral (PT), líder do governo no Senado. O procurador Deltan aproveitou os holofotes para dizer a corrupção era “sistêmica” no Brasil e o juiz Moro negou houvesse indícios contra o ex-presidente Lula. Delcídio foi preso sob acusação de obstrução do Judiciário, tentando prometer benefícios à família do preso Nestor Cerveró caso ele não fizesse delação premiada. Delcídio e Cerveró tentaram envolver a presidenta Dilma no caso. Dilma negou envolvimento nas tratativas de Delcídio. Como mancheteu o *Estadão*, estas prisões fizeram a Lava Jato “avançar na direção do Planalto”⁸⁴³. As prisões caíram como uma bomba, tornando o embate político mais nebuloso: agora, tanto Cunha quanto o Planalto, estavam igualmente enfraquecidos. Na avaliação da colunista Eliane Cantanhêde, “quando o *impeachment* parecia esfriar [...] eis que a semana esquentou e acaba com a presidente Dilma Rousseff na linha de fogo”. Editorialmente, o *OESP* exultou com “o PT nas cordas” e afirmou que a prisão de Bumlai faria o ex-presidente Lula “passar as próximas noites em claro”, com

⁸⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 07/11/2015, p. A3, 14/11/2015, p. A3 e 20/11/2015, p. A3.

⁸⁴² *O Estado de S. Paulo*, 06/11/2015, p. A4, 07/11/2015, p. A6, 08/11/2015, p. A4, 11/11/2015, p. A6 e 13/11/2015, p. A4.

⁸⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 25/11/2015, p. A4 e A5, 26/11/2015, p. A4 e A9 27/11/2015, p. A4, 28/11/2015, p. A4, e 29/11/2015, p. A4.

medo de ter que “dar explicações mais convincentes a respeito dos volumosos escândalos de corrupção em seu governo”⁸⁴⁴.

No início de dezembro, chegaria o momento de votação do parecer do relator Fausto Pinato no Conselho de Ética. Nas contas de Eduardo Cunha, ele tinha garantidos 9 dos 11 votos necessários para barrar o seguimento de seu processo de cassação. Assim, os votos dos três petistas integrantes do Conselho seriam decisivos para o destino do peemedebista que passou os últimos anos fustigando o PT e o governo de Dilma. O *Estadão* publicou que Cunha almoçou com o vice-presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu, onde o informou de sua decisão de acatar o *impeachment* caso os petistas votassem contra ele no Conselho. Era público que, nas palavras do jornal, “Cunha vincula *impeachment* a voto de petistas” e “ameaça retaliar” o governo. O peemedebista seguia argumentando que seus infortúnios judiciais eram uma armação do Planalto junto à PGR⁸⁴⁵.

A sessão para votar o relatório estava marcada para o dia 01 de dezembro. Os deputados petistas do Conselho se reuniram com a cúpula do Planalto. Após as ameaças públicas de Cunha, o *Estadão* insistiu que havia pressão do governo para que eles votassem pelo salvamento do peemedebista. No entanto, o presidente do PT, Rui Falcão, em reunião com os ministros Jacques Wagner e Ricardo Berzoini, os informou que a posição do partido era pela cassação de Cunha. O deputado petista Zé Geraldo, chegou a declarar que Cunha estava com “uma metralhadora” nas mãos e que o presidente da Câmara não era confiável. Em um tuíte, Rui Falcão deixou claro que a posição dos petistas seria contra Cunha. A sessão do Conselho de Ética foi, mais uma vez, tumultuada. Aliados de Cunha promoveram seis horas de intensos bate-bocas até que a reunião foi suspensa porque o presidente Cunha abriu os trabalhos no Plenário na Casa, o que obrigou todas as Comissões a encerrarem seus trabalhos. O relatório preliminar de Pinato, mais uma vez, não foi lido. No dia 02, mais uma vez a cena se repetiria, sem que o relatório fosse novamente apreciado⁸⁴⁶.

Porém, minutos antes da abertura da sessão, o deputado Sibá Machado, líder do PT na Câmara, anunciou que o partido fechou questão para votar pela admissibilidade do processo contra Eduardo Cunha. Na cronologia dos eventos daquela tarde publicadas pelo *Estadão*, um “irritado” Cunha se trancou em seu gabinete, acompanhado por uma romaria de líderes da oposição e deputados a ele aliados. Às 18:20, ele sai do gabinete e anuncia que acolheu o pedido

⁸⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 25/11/2015, p. A3, 27/11/2015, p. A6 e 28/11/2015, p. A3.

⁸⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2015, p. A6.

⁸⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 02/12/2015, p. A4.

de *impeachment* dos advogados Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, que acusavam a presidenta Dilma de crime de responsabilidade pelas “pedaladas fiscais” e que sua decisão foi meramente “técnica” e não “política”⁸⁴⁷.

Na perspectiva do Estadão, a luta política entre Dilma e Cunha se assemelhou a um “duelo na porta do saloon”, típicos do faroeste de tempos atrás. A culpa, mais uma vez recaiu sobre o “presidencialismo de cooptação” inventado pelo PT, que transformou as disputas políticas em “um jogo de soma zero, aquele em que o triunfo de um se dá pelo aniquilamento do outro”, resultando no “colapso moral da política brasileira”. Aberto o processo, que o Estadão reconheceu ter Eduardo Cunha lançado mão do “valioso trunfo com que vinha hipocritamente chantageando o governo”, ainda comemorou que, mesmo os petistas sabiam que uma vez instaurado, ele resultaria no “bilhete azul” para a presidenta, mas que também resultaria, mais cedo ou mais tarde, no ocaso do presidente da Câmara⁸⁴⁸.

O processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética ainda se arrastaria por meses. O deputado e sua “tropa de choque” de parlamentares aliados seguiram abusando de medidas regimentais protelatórias. O relator foi trocado em meados de dezembro. Houve sessões com mais bate-bocas e deputados quase chegando às vias de fato. O relatório preliminar pedindo o prosseguimento da representação foi aprovado apenas no início de março. Mesmo réu no STF, Cunha conduziu o processo de *impeachment* de Dilma no mês de abril. No mês seguinte, o STF finalmente deliberou para que ele deixasse a presidência da Casa. O Conselho aprovou a cassação de Cunha apenas em junho, já com Michel Temer presidente interino. Apenas em setembro o Plenário da Câmara aprovou a sua cassação por 450 votos contra 10 e 9 abstenções⁸⁴⁹.

5.6 O ESTADÃO EM CAMPANHA EDITORIAL PERMANENTE PELO IMPEACHMENT, A DESTRUIÇÃO POLÍTICA DE LULA E DO PT E A ADESÃO DO GOVERNO TEMER À AGENDA NEOLIBERAL

Imediatamente após o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) acatar a abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, os primeiros dias foram de

⁸⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 03/12/2015, p. A4 e A5.

⁸⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 03/12/2015, p. A3, 04/12/2015, p. A3 e 05/12/2015, p. A3.

⁸⁴⁹ Destaque para os fiéis apoiadores de Cunha, espalhados por vários partidos políticos: Arthur Lira (PP), Carlos Marum (PMDB), João Carlos Bacelar Filho (PR), Marco Feliciano (PSC) e Paulinho da Força (Solidariedade).

intensos movimentos políticos do vice-presidente Michel Temer junto aos políticos de oposição e parte do empresariado. Sua carta lamuriosa foi entendida como o sinal público de que iria articular pelo *impeachment*. Com apoio total do jornal *O Estado de S. Paulo*, a impressão no campo político e na sociedade era que a queda de Dilma era inevitável e aconteceria em pouco tempo. Cunha se apressou com os trâmites na Câmara e após tumultuada sessão, criou a Comissão Especial para iniciar os trabalhos. Porém, uma reclamação do PCdoB junto ao STF paralisou a Comissão até que o Supremo definisse o rito a ser seguido no caso.

Durante o recesso parlamentar de janeiro, o jogo político pareceu pender se não para um empate, ao menos para um impasse no qual nenhum dos contendores possuía maioria suficientemente capaz de lhe garantir uma folgada vitória. O campo político estava em compasso de espera. Dilma e o Planalto redistribuíram cargos na base aliada, na esperança de conquistar votos. Temer, o PMDB e a oposição, seguiram se articulando e também prometendo cargos para conquistar os mesmos votos. Em janeiro, Temer teve seu nome envolvido em denúncias de improbidade junto ao Grupo Libra, Eduardo Cunha teve quebrado o sigilo fiscal de toda a sua família e o PMDB da Câmara estava rachado sobre que posição tomar. O clima político seguia tenso. A claque aliada a Eduardo Cunha se somou à oposição em uma sonora vaia à presidenta Dilma Rousseff quando ela foi até o Congresso discursar na abertura do ano legislativo, onde pediu pacificação no campo político e defendeu o aumento de impostos. Fato é que, como comentou Eliane Cantanhêde, naquele momento, “o *impeachment* subiu no telhado”, mas como ela mesma avaliou, alguns fatores poderiam “gerar reviravoltas”⁸⁵⁰, e foi o que aconteceu.

Seria preciso uma grande sequência de acontecimentos relevantes, capazes de gerar esta reviravolta no campo político e destravar a luta entre governo/PT e PMDB/oposição. E a sequência foi precipitada pelo juiz Sérgio Moro na Operação Lava Jato. O cerco às lideranças petistas, iniciado no final de 2015, se intensificou nos primeiros meses de 2016. O ex-presidente Lula se tornou, definitivamente, o principal alvo da Operação, com investigação sobre um apartamento e um sítio atribuídos a ele e que, supostamente, seriam resultado de propina paga por empreiteiras em esquemas de corrupção na Petrobrás. No final de fevereiro, Moro prendeu o marqueteiro João Santana, responsável pelas campanhas petistas. Mas foi em março que a Lava Jato deu suas principais cartadas sobre o petismo e causou reviravoltas nas disputas do campo político.

⁸⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2016, p. A8.

Para os adeptos da causa do *impeachment*, era evidente a necessidade de neutralizar/eliminar o ex-presidente Lula do jogo político. Além de ainda gozar de grande popularidade em alguns extratos da população, desde meados de 2015, o ex-presidente mantinha intensa agenda de reuniões com políticos de todos os partidos, na tentativa de impedir que o *impeachment* prosperasse. Assim, em 04 de março, a mando do juiz Sérgio Moro, a PF conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula para depor. Uma ação espetaculosa, que recebeu enorme cobertura ao vivo da imprensa e muita controvérsia jurídica sobre sua necessidade. Fato é que essa coercitiva aumentou a tensão nas ruas e reanimou os políticos pró-*impeachment*, fazendo PMDB e PSDB se unirem. Dias depois, o Ministério Público denunciou e pediu a prisão de Lula.

Em 13 de março, os atos de rua pró-*impeachment* foram enormes em todo o Brasil, para grande exultação do *Estadão*. Tentando salvar politicamente seu governo, Dilma nomeou Lula ministro da Casa Civil, mas o fato foi propagado pelos adversários como uma tentativa de dar ao ex-presidente o foro privilegiado e livrá-lo da alçada do juiz Moro, então já apontado pela imprensa antipetista como um grande herói justiceiro. O juiz, no mesmo dia, divulgou uma conversa de Dilma com Lula obtida de forma ilegal pela Operação. O caso gerou grande crítica no meio jurídico, mas serviu para atiçar mais os ânimos das ruas. O ministro Gilmar Mendes do STF suspendeu a posse de Lula. Nas páginas do *Estadão*, houve intensa campanha editorial para destruir a imagem do ex-presidente.

A Comissão Especial do *impeachment* na Câmara teve início em meados de março. No final do mês, o PMDB anunciou oficialmente o seu desembarque do governo. Michel Temer finalmente admitiu trabalhar para se tornar presidente e a distribuição ministerial já era discutida entre os adeptos do *impeachment*, bem como uma agenda econômica neoliberal. Ao entrar do mês de abril, com a aproximação da decisão da Comissão Especial e consequente votação pelo Plenário da Câmara, as projeções apontavam para a aprovação do *impeachment*, o que se deu de fato no dia 17 daquele mês. A presidenta Dilma ainda lutou e relutou, mas não havia mais o que fazer politicamente. No começo de maio, o STF enfim afastou Eduardo Cunha da presidência da Câmara. Dias depois, o Senado recebeu o pedido de *impeachment*, afastou Dilma da presidência e Michel Temer assumiu a presidência de forma interina, até o desfecho completo do processo no Senado. Mas, naquele momento, a derrota de Dilma já estava consumada.

5.6.1 Todo apoio editorial ao impeachment, legitimação das “pedaladas fiscais” e dos atos de rua

Desde o início, o *Estadão* prestou explícito apoio ao *impeachment*. O jornal agiu como um advogado midiático de acusação. Em seus editoriais, se esforçou para rebater argumentos da presidenta Dilma e confrontá-los com o que chamou repetidamente de “a verdade do *impeachment*”, ante o que seriam, em sua cosmovisão, as mentiras propagadas pela presidenta, por Lula e os petistas.

Ainda em dezembro, se insurgiu, contra o argumento petista de que não havia crime para justificar, a abertura do processo e que tudo não passou de uma vingança pessoal de Eduardo Cunha contra a presidenta. O jornal então afirmou que haveria “carradas evidências contra Dilma” que estaria sendo julgada “pela irresponsabilidade fiscal de seu governo”. Os argumentos petistas serviriam apenas para tumultuar o ambiente político e social, fugir de debater “os fatos” e desviar o foco do que realmente, na cosmovisão do periódico, interessava: Dilma violou a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que as “pedaladas fiscais são um claro desrespeito à legislação”, sendo esta uma “irrefutável constatação”, como teria mostrado a petição inicial e, portanto, a presidenta deveria ser julgada politicamente por eles. Além disso, o jornal sempre reforçou que a população queria a saída da presidenta⁸⁵¹.

No segundo dia de 2016, um editorial inteiro foi dedicado a rebater os argumentos de defesa do Planalto a argumentar que as pedaladas fiscais eram sim suficientes para justificar o afastamento da presidenta. O *Estadão* partiu da decisão do TCU, afirmando que “não há margem de dúvida” de serem as pedaladas um “crime de responsabilidade fiscal”. O jornal insistiu que o *impeachment* por este fato seria justo, legal, constitucional e necessário, e que não traria instabilidade política para os anos seguintes. Repisou que a “política fiscal irresponsável” de Dilma levou o país à crise econômica e que, agindo assim, a presidenta conduziu uma “gestão antidemocrática do dinheiro público”⁸⁵².

Depois, apenas em abril, quando a Comissão Especial se encaminhava para o final, é que o jornal voltou seus editoriais na pressão pelo *impeachment*. Entre os meses de janeiro a março, o espaço foi usado para criticar o governo, a presidenta, elogiar a Lava Jato e humilhar o ex-presidente Lula, sendo que em tais editoriais, o tema *impeachment* sempre foi recuperado em segundo plano, como única salvação do país. Agindo como auxiliar de acusação, o *Estadão*

⁸⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 06/12/2016, p. A3 e 18/01/2016, p. A3.

⁸⁵² *O Estado de S. Paulo*, 02/01/2016, p. A3.

contraditou a defesa de Dilma na Comissão. Chamou-a de “uma singela peça de retórica” que não tratou do mérito da questão: “as ilicitudes representadas pelas pedaladas fiscais”. Em contrapartida, o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB), que votou pela admissibilidade do processo de *impeachment*, foi elogiado por enfatizar que as pedaladas seriam “delitos” jurídicos e políticos, e que serviram para “maquiar as contas públicas e esconder do País a verdadeira situação fiscal”. A grande conclusão do jornal é que, naquele momento, Dilma “já perdeu”⁸⁵³.

Para defender o *impeachment*, o *Estadão* aderiu à tese de que o afastamento da presidenta também seria justificado pelo “conjunto da obra”. O jornal fala de uma crise “política, econômica e moral” de graves consequências sociais para o país. A presidenta Dilma, por ser “inábil e inepta”, seria a grande culpada e, por isso, o jornal asseverou: “do jeito que está não pode continuar”. O *OESP* reconheceu que, naquele momento, haveria outros meios legais em andamento para o “afastamento da presidente Dilma”, como por exemplo no TSE, mas que o *impeachment* era o mais adiantado e, por isso, “o melhor caminho” para “permitir que se dê início à reconstrução nacional”⁸⁵⁴.

No domingo da votação em Plenário da Câmara, o editorial do *Estadão* republicou parte do editorial anterior e elencou os motivos para aprovar o *impeachment*. Além dos “fundamentos jurídicos em abundância”, a eles se somariam as “razões de natureza política”. Na cosmovisão do jornal, o PT no poder traiu os interesses do país por um “projeto de perpetuação no poder com a prática de um populismo irresponsável”. O impedimento de Dilma também se justificaria porque “a maioria dos brasileiros está revoltada com a corrupção endêmica” supostamente estimulada por Lula, numa tentativa de “impor na marra a hegemonia lulopetista ao Parlamento”. Por fim, ainda haveria os motivos de ordem pessoal à presidenta Dilma, uma pessoa “arrogante e inepta”, cujo governo resultou em inflação e desemprego. Aprovado na Câmara, o jornal logo cobrou celeridade ao Senado na condução do processo, pedindo inclusive que o rito processual fosse “substancialmente abreviado”. A expectativa do periódico era que até junho a questão estivesse toda resolvida. Para o pós-Dilma, o jornal cobrou “o dever patriótico” de todos os cidadãos para que então “a esperança floresça novamente”⁸⁵⁵.

Para ter legitimidade, o golpe parlamentar travestido de *impeachment* precisou ter mínimo respaldo da sociedade civil nas ruas. Assim, os dois lados políticos desta batalha movimentaram seus aliados. O *Estadão* escreveu vários editoriais comentando e intervindo

⁸⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 06/04/2016, p. A3 e 08/04/2016, p. A3.

⁸⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2016, p. A3.

⁸⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2016, p. A3 e 19/04/2016, p. A3.

também neste campo de batalha. Na cosmovisão do periódico, de um lado estava o “povo brasileiro” a favor do *impeachment* e de outro estava a “militância profissional” de esquerda, defendendo o lulismo e ameaçando a democracia.

Ainda em dezembro, movimentos sociais foram às ruas de várias cidades do país denunciar o *impeachment* como sendo um golpe parlamentar que tinha por objetivo principal cortar direitos trabalhistas e sociais. O *Estadão* contraditou-os em editorial que escancarou sua histórica posição alarmista, anticomunista e de desprezo às pautas trabalhistas. Logo no começo do texto, disse que os “ditos” movimentos sociais seriam na verdade “organizações fora da lei que servem como massa de manobra do PT”, que foram às ruas em “ônibus fretados e com sanduíches de mortadela garantidos”, uma “militância paga”, “movida a caraminguás”, “manifestantes profissionais” treinados para entoar gritos de guerra desde que ao final “recebem seu sanduíche” como cachê. O jornal se refere a eles como “povo”, sempre entre aspas⁸⁵⁶.

Em março, a presidenta Dilma buscava reconstruir as pontes perdidas pelo lulismo com os movimentos sociais à esquerda. A expectativa era que a enorme militância destes movimentos servisse de contraponto nas ruas e nas redes à “nova direita” que apoiava o *impeachment*. O *Estadão* publicou três editoriais em tom de alarmismo, típicos da guerra fria anticomunista, na qual o jornal atuou tão bem em tempos passados. Na semana do ato pró-*impeachment*, em duas oportunidades, o *Estadão* denunciou editorialmente um suposto plano petista para infiltrar “um bando de baderneiros” nos atos, causando assim “confrontos nas ruas com os opositores do governo”. Evidente que isso não aconteceu, mas na pitoresca cosmovisão do *OESP*, o ex-presidente Lula era o artífice de uma “escalada irresponsável” que poderia resultar em convulsão sociais. Tudo, segundo o jornal, porque o PT não podia negar a corrupção do governo e não teria argumentos para se livrar do *impeachment*. Por isso, os petistas decidiram “apelar para a melhor defesa que conhecem: o ataque”⁸⁵⁷.

Mais próximo à conclusão do processo na Comissão Especial, outro editorial no mesmo tom alarmista parecia ser escrito nos idos de 1964. Ante as promessas retóricas feitas por líderes do MST e do MTST, de que fariam resistência e oposição ao *impeachment* e ao governo Temer, o jornal não poupou chavões anticomunistas. Na perspectiva do *Estadão*, estes movimentos sociais, sob os quais “abundam incontáveis provas de que atuam fora da lei” teriam planos para “incendiar o Brasil”. Seus líderes Guilherme Boulos e João Pedro Stédile, este uma espécie de “decano da arruaça nacional”, teriam como “objetivo subverter a ordem e derrubar o regime

⁸⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 18/12/2016, p. A3.

⁸⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2016, p. A3 e 10/03/2016, p. A3.

democrático” instalando no lugar “um Estado totalmente aparelhado pela companheira”, substituindo a “política pela violência”, acuando a sociedade brasileira. Contra eles, o jornal contrapôs “a maioria absoluta dos brasileiros” que querem “apenas voltar a trabalhar em paz, com um governo que recoloque o País na trilha do desenvolvimento”⁸⁵⁸.

No domingo de 13 de março, dia marcado para as manifestações a favor do *impeachment*, o *Estadão* chegou às bancas com o seu editorial manifesto pela saída da presidenta. Sob o título de “chegou a hora de dizer: basta!”, o jornal fez evidente alusão ao editorial publicado pelo jornal *Correio da Manhã*, em 31 de março de 1964. Pela importância do documento, pelos vários motivos que o jornal elenca para justificar a queda de Dilma e pela linguagem belicista típica de seu anticomunismo atualizado para o antipetismo, transcrevo-o na íntegra:

A maioria dos brasileiros, conforme atestam há tempos as pesquisas de opinião, exige que a petista Dilma Rousseff deixe a Presidência da República. A oportunidade de expressar concretamente essa demanda e, assim, impulsionar a máquina institucional responsável por destituí-la, conforme prevê a Constituição, será oferecida hoje, nas manifestações populares programadas Brasil afora. Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo que ocupa e que hoje é o principal entrave para a recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta!

Que as famílias indignadas com a crise moral representada por esse desgoverno não se deixem intimidar pelo rosnar da matilha de petistas e agregados, cujo único interesse na manutenção de Dilma na Presidência é preservar a boquinha à qual se habituaram desde que o PT chegou ao poder. Essa turma é hoje minoritária, quase marginal, totalmente destituída da força que um dia teve, quando seduzia a parte ingênua da opinião pública nacional com a promessa de um governo de vestais, empenhado apenas em promover a justiça social. Como essa farsa foi desmascarada pelos fatos – o Brasil se viu mergulhado em escândalos inéditos em sua história e o desastre do governo Dilma transformou o sonho do fim da pobreza no pesadelo da década perdida –, restou aos petistas insinuarem que os cidadãos comuns, aqueles que não se organizam em sindicatos ou “movimentos sociais” destinados, por incrível que pareça, a defender privilégios, correm algum risco se forem às ruas. Já faz tempo que, ao farejar o fim dessa era de privilégios, a tigrada lançou no ar suas ameaças, com a pretensão de se impor pela força, já que pela razão não era mais possível. Em fevereiro de 2015, o chefe petista, Luiz Inácio Lula da Silva, se disse pronto para a “briga” e invocou o “exército do Stédile”, em referência ao raivoso líder do MST. Depois, em agosto, em pleno Palácio do Planalto, sob o olhar cúmplice de Dilma, o presidente da CUT, Vagner Freitas, pediu a seus colegas sindicalistas e assemelhados – essa turma de boas-vidas alimentados pelo trabalho alheio – que saíssem às ruas “entrancheirados, com armas na mão, se tentarem derrubar a presidente”. Agora, encurralado pela Justiça, Lula tornou a arrotar suas ameaças, que encontram eco nos ouvidos

⁸⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/03/2016, p. A3.

de um número cada vez mais reduzido de seguidores, desesperados para ter algo em que se agarrar diante do esboroamento do poder petista.

Já ficou claro, no entanto, que esse punhado de irresponsáveis nada pode contra a maioria dos brasileiros honestos. Suas bravatas destemperadas nada são diante da resolução do povo, agora mais do que nunca convencido de que o País não suporta mais tanta corrupção e tanta incompetência. Já em seu primeiro mandato Dilma havia revelado, para quem quisesse ver, toda a sua incapacidade de governar. Mesmo assim, graças a uma campanha eleitoral baseada no medo e em mentiras de todo tipo, Dilma conseguiu se reeleger – para levar o País a um dos mais calamitosos períodos recessivos de sua história e a uma aguda crise política e moral.

Sem nenhuma vocação nem para a política nem para a administração, Dilma não teve forças para resistir ao sequestro de seu governo por oportunistas de variados naipes. É a eles que o País está entregue hoje e é contra eles todos – Dilma, Lula e os demais condôminos desse indecente edifício construído à base de corrupção e de mentiras nos últimos 13 anos – que os brasileiros erguerão hoje sua voz nas ruas.

Tudo isso poderia ter sido evitado se Dilma tivesse tido a grandeza de renunciar ao cargo. Na undécima hora, ela enfim revelaria algum traço da estadista que Lula prometeu para o País. Esse gesto serviria para evitar o sempre traumático *impeachment*, agora praticamente inevitável, e aceleraria a urgentíssima transição para um governo munido da legitimidade indispensável para reunificar o País e conduzi-lo para longe da tormenta. Mas já ficou reiteradamente claro que Dilma, Lula e os petistas são incapazes de pensar senão em salvar seus mesquinhos interesses, além da própria pele. Diante disso, resta aos cidadãos brasileiros mostrarem seu poder, proclamando, inequivocamente, que não admitem mais que o lulopetismo, desonesto e incompetente, continue encastelado no governo⁸⁵⁹.

No dia seguinte, o jornal chegou ao leitor com uma capa que se tornaria histórica: sem qualquer manchete ou chamada, apenas uma grande e colorida foto da avenida Paulista completamente lotada, onde se destacam uma faixa escrita “*impeachment* já”, um boneco inflável do ex-presidente Lula vestido de presidiário e um pato amarelo também inflável defronte o prédio da Fiesp. Internamente, dez páginas de muita cobertura, fotos e exultação da “maior manifestação da história do País” que serviu para aumentar a “pressão por saída de Dilma”⁸⁶⁰. Editorialmente, houve comemoração pela fala das ruas: de “uma clareza absolutamente inquestionável” disse “basta” ao “famigerado ciclo de poder lulopetista” que se apoiou “no populismo rasteiro”. Ainda esperançou que as ruas fizessem Dilma renunciar, assim haveria, o rápido “destravamento da economia e a limpeza dos costumes políticos” pelo novo governo. O jornal então cobrou dos parlamentares mais celeridade no processo de *impeachment*⁸⁶¹.

⁸⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2016, p. A3.

⁸⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/2016, p. A1, A4-A14.

⁸⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2016, p. A3.

Desde dezembro, a Fiesp, maior entidade empresarial do país e dirigida por Paulo Skaf (PMDB), aderiu ao *impeachment* de Dilma e lançou a campanha “Eu não vou pagar o pato”, contra o aumento de impostos sugeridos pela presidenta. O “pato amarelo”, permanentemente inflado em frente à sede da Federação na Avenida Paulista, se tornaria um dos símbolos do movimento. Em março, a Fiesp publicou vários anúncios pagos contra Dilma no jornal. Em um deles, de página inteira em um fundo amarelo, exigiu “Renuncia Já” da presidenta. Em outro, que tomava quase a metade de treze páginas seguidas, sendo todo o caderno “Nacional” e parte do caderno “Internacional” do *Estadão*. Na publicidade paga, exigiu “*impeachment* já”, lembrou que representava “milhões de empregos e bilhões de reais em impostos”, cobrou mudança na política econômica, defendeu a constitucionalidade da troca na presidência e foi referendado por 306 entidades, a maioria representantes patronais de todo o país⁸⁶².

Um editorial foi publicado para comemorar a pressão empresarial pela “destituição constitucional” de Dilma. O jornal enfatizou que as publicidades pagas pelo setor significavam que “a paciência com a incompetência da petista acabou” e que a crise econômica só seria superada com outro governo e outra política econômica. O *Estadão* aproveitou para alfinetar a fração empresarial que se aproveitou dos subsídios dados pela “Nova Matriz Econômica” dilmista, que, na perspectiva do jornal, foram responsáveis por parte desta crise⁸⁶³.

5.6.2 Ações do STF na crise e todo apoio à Lava Jato

A atuação do Poder Judiciário nesta crise política foi intensa. O STF definiu o rito processual do *impeachment*, prevaricou sobre o afastamento de Cunha, impediu a posse de Lula como ministro, mandou abrir *impeachment* contra o vice-presidente Temer e teve que se posicionar diversas vezes por conta de ações movidas pela defesa de Dilma. Concomitante a isso, a Operação Lava Jato seguiu fustigando o campo político, promoveu uma controversa condução coercitiva de Lula, divulgou ilegalmente grampos telefônicos feitos também ilegalmente sobre conversas de Dilma com Lula e, por isso, foi alvo de muitas críticas no meio jurídico e de petistas. O *Estadão*, como de praxe, comentou editorialmente cada um destes movimentos.

O *Estadão* não gostou do fato de o STF ter sido instigado e aceitado definir o rito processual para o *impeachment* na Câmara do Deputados. Primeiro, porque decisões do

⁸⁶² *O Estado de S. Paulo*, 15/12/2015, p. A8, 17/03/2016, p. A13 e 29/03/2016, p. A4-A16.

⁸⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 04/04/2016, p. A3.

Supremo costumam ser demoradas, ainda mais se tratando de um caso desta envergadura. Mas, principalmente, o jornal considerou ser uma ingerência indevida de um Poder sobre outro. Em quatro editoriais, *OESP* repisou este argumento, lembrando que o *impeachment* é um “processo eminentemente político”, tramita no Legislativo e somente este Poder teria legitimidade para definir o rito. Dada a decisão em meados de dezembro, o jornal lamentou que, pelo rito, Dilma ainda ganharia, ao menos, dois meses no poder. No mês seguinte, ainda persistia a dúvida sobre como formar a Comissão Especial processante, atrasando o início do processo e o jornal novamente criticou o Tribunal⁸⁶⁴.

Pouco antes da votação em Plenário do *impeachment* de Dilma, mais uma vez o STF foi alvo de críticas do *Estadão*. Primeiro, em decisão monocrática, o ministro Marco Aurélio Mello determinou que a Câmara abrisse um processo de *impeachment* também contra o vice-presidente Michel Temer, uma vez que, quando no exercício da presidência por motivos de viagens de Dilma, ele assinou decretos de crédito suplementar, as famosas “pedaladas fiscais”. Ou seja, no entender do ministro, se Dilma estava sendo impedida por autorizar “pedaladas fiscais”, o vice-presidente que também as assinou, deveria sofrer o mesmo processo. O jornal concordou com as ironias lançadas por Temer sobre a decisão do ministro, que se parecia com a de um estudante no primeiro ano do curso de Direito. Fato é que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, simplesmente ignorou a decisão do STF e tudo logo caiu no esquecimento⁸⁶⁵.

Naqueles mesmos dias, tanto o ministro Marco Aurélio como o então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, deram declarações públicas admitindo que Dilma poderia recorrer à Suprema Corte para reexame da tipificação jurídica a ela imputada no processo de *impeachment*. Isto é, Dilma poderia recorrer para que o Supremo decidisse se pedalada fiscal é crime passível de *impeachment*. O *Estadão* se arvorou contra estas declarações, dizendo que a decisão do Congresso seria soberana e insinuou que os ministros pareciam “ávidos pelos holofotes” em busca de “inapropriado protagonismo”, que em nada contribuía para a “solução da presente tormenta”. O jornal sugeriu que os membros do STF realizassem “um profundo exame de consciência”, pois o Tribunal não era um Poder Moderador todo-poderoso. Logo após a votação no Plenário da Câmara, o governo ainda tentou recursos ao STF, que os negou seguimento. Como a decisão foi contra Dilma, o jornal mudou o tom para com a Alta Corte, que estaria então “atuando com independência, num ambiente carregado de paixões”⁸⁶⁶.

⁸⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 11/12/2015, p. A3, 15/12/2015, p. A3, 22/12/2015, p. A3 e 16/01/2016, p. A3.

⁸⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 10/04/2016, p. A3.

⁸⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10/04/2016, p. A3, 16/04/2016, p. A3 e 20/04/2016, p. A3.

Em contrapartida, a Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro e a Polícia Federal foram inquestionavelmente elogiados pelo jornal. O trio que “investiga o mar de lama” da política lulista, seria motivo de “alento aos cidadãos honestos” e renovação nas “esperanças em relação ao futuro do País”. Na projeção otimista do jornal, a Operação poderia resultar no fim do “nível endêmico de corrupção na vida pública brasileira”. Por isso, a Lava Jato e o juiz Moro seriam tão respeitados e admirados pela população, na mesma proporção que causava ódio entre os políticos, em especial, os petistas⁸⁶⁷.

Em janeiro, o PT criticou o que chamou de vazamentos seletivos de documentos da Lava Jato. Advogados criminalistas de todo o país publicaram manifesto apontando ilegalidades na Operação, como o excesso de prisões preventivas, conduções coercitivas, a parcialidade do juiz Moro e a cobertura acrítica feita pela imprensa sobre estas ilegalidades. O *Estadão* então agiu como advogado da Lava Jato e de Moro em quatro editoriais. Primeiro, disse que não havia seletividade nos vazamentos de informações e que o PT tentava politizar as críticas a Operação. Depois, contraditou cada um dos argumentos expostos pelos renomados advogados criminalistas, qualificando o texto de “manifesto irrefletido”, argumentando que Moro e a Lava Jato estavam “plenamente inseridos nos caminhos institucionais” da legalidade jurídica e do Estado de Direito⁸⁶⁸.

Em março, quando Moro conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula e, dias depois, grampeou o divulgou ilegalmente uma conversa dele com a presidenta Dilma, fato que acirrou ainda mais os ânimos nas ruas, o jornal mais uma vez saiu em defesa da Lava Jato e do juiz Moro ante as críticas petistas. Em evidente afronta à verdade, como mostrou decisão futura do STF, o jornal sustentou que as escutas de Moro foram feitas “de acordo com a lei” e que a tentativa petista de criminalizá-la era “coisa de aloprados”⁸⁶⁹.

5.6.3 Comentários sobre a luta política

Evidente que o jogo político ficou ainda mais intenso a partir de dezembro. Tanto o Planalto/PT quando o PMDB/oposição aumentaram o ritmo e a quantidade das articulações políticas em busca de votos no parlamento, a favor ou contra o *impeachment*. O PMDB era o fiel da balança e suas frações internas e as conjecturas com o PSDB foram as que renderam

⁸⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/01/2016, p. A3 e 26/03/2016, p. A3

⁸⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2016, p. A3, 17/01/2016, p. A3, 20/01/2016, p. A3 e 28/01/2016, p. A3.

⁸⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 21/03/2016, p. A3.

mais editoriais do *Estadão*. Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara Eduardo Cunha agia para se safar do processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara.

Aberto o *impeachment*, o vice-presidente Michel Temer, principal beneficiário político da queda de Dilma, acelerou o seu afastamento público da presidenta. Mandou-lhe uma controvertida carta com lamúrias sobre ter sido desprezado por ela ao longo dos anos de governo. Segundo o jornal, a carta de Temer e seus argumentos comprovaram mais uma vez que Dilma e o PT eram incapazes “de manter com aliados políticos relações de genuína parceria”, pois os petistas eram sectários e “se consideram monopolistas da virtude ungidos com a exclusividade da missão de redimir os fracos e oprimidos”. Em contraposição, argumentou que a carta continha “as cautelas políticas que caracterizam seu [de Temer] temperamento conciliado”, mas que significaram que relações entre Temer e Dilma estariam “num ponto praticamente sem retorno”, enquanto o vice-presidente estaria “averiguando” com os correligionários peemedebistas os próximos passos políticos⁸⁷⁰.

Dias depois, o jornal acusou Dilma de tentar interferir em questões internas do PMDB, que, desde a última, reforma ministerial, tinha sua bancada dividida entre os governistas e os adeptos ao plano Temer/Cunha. O jornal comemorou a “sova dos peemedebistas” sobre Dilma, quando uma rebelião da ala pró-*impeachment* conseguiu mudar o líder do partido, tirando Leonardo Picciani, que naquele momento se dizia dilmista, substituído por Leonardo Quintão, mais próximo de Temer e Cunha. O *Estadão* destacou a “crescente hostilidade do PMDB” para com Dilma que, na visão do jornal, agia com “imprudência” e falta de “inteligência política” ao confrontar o partido, o que a deixou em posição de “a qualquer momento levar um nocaute” dos peemedebistas⁸⁷¹.

Poucos dias após o aceite de Cunha sobre o pedido de *impeachment* impetrado por advogados contratados pelo PSDB, como se fosse uma grande novidade política, o partido quatro vezes derrotado na eleição presidencial, anunciou adesão total à saída de Dilma. O *Estadão*, evidentemente, comemorou a posição do partido como “um passo à frente” na destituição da presidenta. Dias depois, mais elogios ao partido, quando este rebateu a narrativa petista de que se tratava de um golpe parlamentar contra Dilma. Os tucanos refutaram sob argumento de que a base do impedimento não estava no parlamento, mas sim, na “voz de milhões de brasileiros”⁸⁷².

⁸⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 09/12/2015, p. A3.

⁸⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 13/12/2015, p. A3.

⁸⁷² *O Estado de S. Paulo*, 12/12/2015, p. A3 e 17/12/2015, p. A3.

O primeiro editorial do ano de 2016 foi dedicado a comentar a sempre delicada relação da presidenta Dilma com o Congresso. O jornal lembrou que, em 2011, ela herdou uma Câmara que, a princípio, dispunha de 85% a seu favor, mas que, desde então, o governismo congressional só fez cair, fazendo a presidenta sobreviver nos últimos anos apenas à base de “chicanas e conchavos”, “praticamente compra o apoio de que necessita”, distribui “benesses, cargos e verbas” e ainda formava “maioria frágil” em votações pontuais. O *Estadão* reforçou que Dilma era, naquele momento, a presidenta com a menor sustentação na Câmara dos últimos anos, o que levava a previsão de que não venceria a batalha do *impeachment*. No argumento do jornal, a crise de Dilma com o Congresso não se deu pelo histórico apetite fisiológico dos congressistas, mas sim pela “relação imperial” que ela manteve com o campo político⁸⁷³.

Após a parada do recesso parlamentar de janeiro, o jogo político voltou à carga em fevereiro. O Planalto comemorou a reconquista da liderança do PMDB para o deputado Leonardo Picciani, mas, no comentário do *Estadão*, isto representaria um “altíssimo preço político” para a presidenta, ao ter que entregar cargos ao “baixo clero” peemedebista, mas sem grandes garantias de que fidelizaria votos a seu favor. Teoricamente, manter o racha interno no PMDB parecia uma boa estratégia para o Planalto, mas na prática, serviu para radicalizar ainda mais a ala Temer/Cunha no partido. O jornal ainda avaliou que o caminhar do processo de cassação da chapa Dilma/Temer no TSE faria o PMDB se unir em torno de Temer, na esperança de concretizar o *impeachment*, criar um fato consumado e alterar os rumos do processo no Tribunal Eleitoral⁸⁷⁴.

Em março, o PMDB oposicionista firmou posição pelo *impeachment*. Em uma Convenção Nacional na véspera das manifestações de rua pelo “Fora Dilma”, o partido definiu um protocolar prazo de 30 dias para desembarcar do governo. Na prática, o *Estadão* afirmou: “a legenda já não é mais governo”, Dilma “perdeu seu principal aliado e já não tem qualquer controle sobre o Congresso”. A vitória do *impeachment* estaria sacramentada. Em outro editorial, o jornal elogiou o “espírito público e coragem” dos peemedebistas em ouvir a voz das ruas, trabalhar pelo *impeachment* e assumir o poder “imbuído de genuíno espírito público” com um programa econômico que brevemente possibilitaria a “retomada do crescimento” e alavancaria “o verdadeiro desenvolvimento social”⁸⁷⁵.

⁸⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2016, p. A3.

⁸⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 12/02/2016, p. A3 e 19/02/2016, p. A3

⁸⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2016, p. A3 e 29/03/2016, p. A3.

O fato político mais comemorado pelo *Estadão* naqueles dias de março foi a crescente aproximação entre PMDB e PSDB, partido este que o jornal afirmou possuir grande credibilidade perante a população. Os jantares quase que diários entre os caciques dos dois partidos, seriam “motivo de otimismo” para “tirar o Brasil da crise”. O jornal reconheceu as diferenças entre os dois, mas ponderou que suas grandezas seriam suficientes para levar a cabo o *impeachment*, e assumir “a responsabilidade institucional que lhes compete”, ou seja, aprovar o *impeachment* e formar uma coalizão governista que mudasse e acabasse com a política econômica lulista⁸⁷⁶.

Desde que se elegeram para as presidências da Câmara e do Senado, Eduardo Cunha e Renan Calheiros recebiam oposição crítica por parte do *Estadão*. Sempre que possível, o jornal lembrou a lista de processos que os comandantes do Legislativo respondiam e como isso era prejudicial para a reputação do Parlamento, “símbolo por excelência da democracia”. Porém, sempre que pôde, o jornal insistiu que suas posições de comando eram resultado do presidencialismo de coalizão do “lulopetismo”⁸⁷⁷.

Concomitante ao processo contra a presidenta Dilma, o peemedebista Eduardo Cunha e sua tropa de choque na Câmara seguiram promovendo chicanas e manobras para protelar o desfecho de seu caso no Conselho de Ética. O *Estadão* reconheceu que ele era “insuperável” nessa arte de “montar alianças duvidosas” e de “trilhar os atalhos da impunidade” na Casa, sendo “o maior exemplo do despudor que impera” no campo político. O jornal enfatizou que Cunha e sua claque promoviam um “curso completo de desfaçatez” e de falta de decoro e, por isso, precisaria ser cassado pelos colegas de parlamento. O que irritou o jornal, porém, foi o resultado destas ações: deu a Dilma Rousseff o “seu inimigo ideal – aquele que serve de contraponto perfeito à alardeada honestidade da presidente”, dificultando que o *impeachment* de Dilma fosse aceito “como expressão genuína da vontade do povo” manifestada por seus representantes no Congresso⁸⁷⁸.

Eduardo Cunha conduziu tranquilamente a conturbada sessão que aprovou o *impeachment* de Dilma Rousseff. Alguns parlamentares dilmistas até aproveitaram a oportunidade para lembrar que o presidente da Câmara abriu o processo por vingança na tentativa de se safar da cassação no Conselho de Ética, era réu no STF, o que tornaria o processo

⁸⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2016, p. A3.

⁸⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 04/01/2016, p. A3 e 29/03/2016, p. A3.

⁸⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/12/2015, p. A3, 28/12/2015, p. A3, 04/02/2015, p. A3 e 01/04/2015, p. A3.

ilegítimo e imoral. Cunha não se importou e conduziu a longa sessão sempre com um irônico sorriso de canto de boca.

Passado o *impeachment* na Câmara, o presidente Eduardo Cunha já tinha pouca serventia política. O *Estadão* então subiu o tom nas críticas a ele. Chamou de “inexplicável sobrevivência” a manutenção do deputado no Conselho de Ética. Cobrou ser então “a hora de dar um basta a desmoralização da Câmara” e pressionou o STF para que se pronunciasse sobre o pedido de afastamento dele à frente da Casa. A decisão do Supremo saiu apenas em maio, evidentemente elogiada pelo *Estadão* que, dias depois, cobrou de senadores e do próprio Supremo, um desfecho parecido para Renan Calheiros, presidente do Senado⁸⁷⁹.

5.6.4 Não basta o impeachment: é preciso destruir Dilma, Lula e o PT

Oposicionista que é, o *Estadão* seguiu publicando editoriais com críticas ao governo da presidenta Dilma. Os diferenciais são a maior virulência dos textos, com pesados adjetivos depreciativos à petista, bem como sua publicação quase que diária, muitas vezes repetindo os assuntos e os argumentos. Ao mesmo tempo, o jornal promoveu um editorialismo de guerra contra o ex-presidente Lula, sempre incentivando as ações da Operação Lava Jato contra ele e torcendo pela sua prisão e a completa destruição de sua popularidade. Fica evidente, pelos textos do jornal, que o *impeachment* só teria sentido se coincidissem com a quase eliminação do PT e de Lula da política. Os números dão uma dimensão da importância do tema para os editorialistas do jornal. Nos 164 dias entre primeiro de dezembro treze de maio, foram publicados 86 editoriais tendo Dilma, Lula ou o PT como assunto principal, isto é dia sim dia não, um editorial fustigando o petismo.

Como pontuado a cada capítulo deste trabalho, a grande oposição do *Estadão* à Dilma e ao lulismo acontecia na política econômica. Ainda em dezembro, o jornal defendeu o afastamento de Dilma como a única chance para combater a “crise grave” da economia que, em sua cosmovisão, exigiria “adotar o remédio amargo de medidas impopulares”, fazendo o oposto do que o petismo fazia até então em seus anos de governo. Em outro editorial, em fevereiro, o jornal elencou o que Dilma, ou seu substituto, deveria fazer na economia: criar um teto de gastos público; diminuir os programas sociais; fazer a reforma da previdência; ampliar o ajuste fiscal,

⁸⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 21/04/2016, p. A3, 05/05/2016, p. A3 e 09/05/2016, p. A3.

uma vez que argumentar ser o Estado o principal causador da inflação. Ao mesmo tempo, a direção do PT pressionava Dilma para uma guinada à esquerda na economia. Evidentemente, o *Estadão* publicou um editorial inteiro para se opor a ideia⁸⁸⁰.

Diante do cerco do *impeachment*, a presidenta Dilma acenou com proposta de diálogo ao setor empresarial e ao campo político. O *Estadão* ironizou que a presidenta nada tinha a oferecer ao setor produtivo e que o aceno aos congressistas era “para boi dormir” e “tão autêntico quanto uma nota de três reais”, uma vez que, em seu mandato, ela teria menosprezado o diálogo e o PT se caracterizaria por, historicamente, desprezar o contraditório e se julgar detentor do “monopólio da verdade”. Dilma foi pessoalmente discursar na abertura do ano legislativo no Congresso. Vaiada pelos parlamentares, mais uma vez acenou ao diálogo e insistiu na recriação da CPMF. O jornal avaliou sua fala como “vazio” no qual predominou sua “irremediável incompetência”⁸⁸¹.

Em seus discursos naqueles dias, Dilma sempre enfatizava que o *impeachment* sem crime era na verdade um golpe parlamentar e que, agindo assim, seus opositores estariam deslegitimando a votação de 54 milhões de brasileiros que a reelegeram. Evidente que o *Estadão* também contestou estes argumentos. Quando Dilma recebeu apoio de um grupo de renomados juristas, o jornal os desqualificou como sendo meros militantes político-ideológicos do petismo. Ironizou a insistência de Dilma em se dizer vítima de um complô oposicionista e sempre lembrar dos votos recebidos. No começo de 2016, a presidenta escreveu um artigo no jornal Folha de S. Paulo fazendo um balanço do ano anterior e projetando o novo ano e se defendendo do *impeachment*⁸⁸². O *Estadão* fez troça, dizendo que Dilma vivia um “alheamento da realidade” e que precisaria fazer autocrítica. Em outro editorial, o jornal foi mais descortês: pediu que Dilma parasse de falar em público para, assim, evitar os “embaraços” com “as ideias e a Língua Portuguesa”⁸⁸³.

No início de março, a debandada de partidos da base aliada deixou a impressão de que Dilma não venceria a batalha do *impeachment* e sua deposição era uma questão de tempo, até que os trâmites todos fossem cumpridos. O *Estadão* reforçou esta impressão, afirmando que Dilma era “apenas formalmente” a mandatária e que havia, na verdade, “um vácuo no Executivo, a tal ponto que, hoje, se pode dizer que falta um presidente”. O jornal seguiu dizendo

⁸⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2015, p. A3, 03/01/2016, p. A3, 05/02/2016, p. A3, 13/02/2016, p. A3 e 20/02/2016, p. A3

⁸⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 08/12/2015, p. A3, 06/01/2016, p. A3, 28/01/2016, p. A3 e 04/02/2016, p. A3.

⁸⁸² *Folha de S. Paulo*, 01/01/2016, p. A3.

⁸⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 14/12/2015, p. A3, 21/12/2015, p. A3, 25/12/2015, p. A3, 05/01/2016, p. A3 e 09/03/2016, p. A3.

que, na política, os espaços logo são ocupados e, naquele momento, o vazio presidencial estaria “sendo ocupado pelo Congresso, que assume cada vez mais ares de governo, como se no parlamentarismo estivéssemos”. Quem liderava este “parlamentarismo” eram os presidentes das duas Casas Legislativas, Eduardo Cunha e Renan Calheiros, ambos do PMDB e aliados do vice-presidente Michel Temer, o futuro substituto de Dilma na presidência⁸⁸⁴.

Dilma ainda tentou uma cartada política que, se bem-sucedida, poderia resultar nos votos mínimos para barrar a abertura do processo de *impeachment*: a tentativa, fracassada, de nomear o ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil. O movimento causou furos no campo político. No Judicial, Sérgio Moro deu publicidade ao grampo telefônico contra a presidenta e o ministro Gilmar Mendes do STF, suspendeu a nomeação alegando que ela visava apenas dar ao ex-presidente o foro privilegiado. Na imprensa, houve forte oposição à entrada de Lula no governo e apoio irrestrito aos atos de Moro e Mendes.

Por três dias seguidos, o *Estadão* direcionou seus editoriais ao tema. O jornal aderiu ao argumento de que Lula queria apenas obter foro privilegiado e, por isso, sua nomeação para o ministério era uma “nova afronta aos brasileiros”. O periódico também admitiu que, uma vez na Casa Civil, Lula teria peso e influência para barrar o *impeachment*, e que, por isso, sua nomeação “não é outra coisa senão um golpe de Estado” que o petismo dava na democracia, uma verdadeira “declaração de guerra aos brasileiros honestos e às instituições da República”. Sobre o grampo telefônico na presidenta e sua divulgação, o jornal elogiou Moro por mostrar “de maneira indesmentível” as intenções pouco republicanas de Dilma e Lula⁸⁸⁵.

No final de março, a debandada de partidos da base foi completada. Parecia impossível para Dilma reverter a votação do *impeachment* no Plenário da Câmara. Publicamente, vozes governistas ainda falavam em “repactuar a base”, redistribuindo os cargos e ministérios entre políticos que prometiam fidelidade. O *Estadão* dedicou palavras fortes para comentar esta derradeira tentativa dos “vendilhões do Planalto” em conquistar votos de “parlamentares venais”. Para o jornal, estas tratativas políticas se assemelhavam a um “deplorável fim de feira” em que Dilma decidira “vender o governo a granel” para evitar seu impedimento⁸⁸⁶.

Mesmo após a votação no Plenário da Câmara, o *Estadão* seguiu fustigando a presidenta Dilma. Mais uma vez ironizou seus argumentos de que o processo se tratava de um golpe político contra ela, bem como seus acenos de diálogo. Afirmou que a presidenta foi aconselhada

⁸⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2016, p. A3.

⁸⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2016, p. A3, 17/03/2016, p. A3 e 18/03/2016, p. A3.

⁸⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 30/03/2016, p. A3, 31/03/2016, p. A3 e 01/04/2016, p. A3.

por Lula a mentir em entrevista para a imprensa estrangeira. Alarmou que o PT deixaria “terra arrasada” para seu sucessor reconstruir o país. Qualificou suas últimas medidas como presidenta como uma estratégia “irresponsável” para dificultar ao máximo o governo Temer. Por fim, presumiu que Dilma entraria para a história como a pior presidenta da história do país⁸⁸⁷.

Fundamental para viabilizar a deposição de Dilma, foi a necessidade para neutralizar política e socialmente o ex-presidente Lula. Embora já possuísse a enorme popularidade de quando deixou a presidência, em especial entre os setores da classe média, Lula ainda gozava de grande prestígio político e popular em parcela considerável da população. Como visto aqui, desde que deixou a presidência, Lula manteve ativa participação nos bastidores da política, apresentando-se como fiador da presidenta em períodos mais tensos de sua relação com a base congressual, em especial, a partir do segundo semestre de 2015, com boa perspectiva política para salvar o mandato de Dilma.

Mas então, como aponta André Singer, “a Lava Jato avançava sobre o ex-presidente, acoessando o comandante político do governo” e, a partir de novembro daquele ano e pelos meses iniciais do seguinte, a Operação “fustigou sem parar a principal liderança lulista. Sempre com ampla cobertura da mídia. A fornalha da Lava Jato transforma o antilulismo ‘em sentimento coletivo que daria velocidade ao *impeachment*’, como observou uma fervorosa admiradora de Moro, empurrando a tragédia para a conclusão” (SINGER, 2016, p. 227-228). Ou seja, a Operação Lava Jato apoiada pela imprensa e, no caso pelo *Estadão*, o jornal mais “desabrido” (SINGER, 2016, p. 247) neste trabalho, foram decisivos para neutralizar Lula, radicalizar a classe média e formar maioria parlamentar pelo impedimento.

Desde o estouro do “escândalo do mensalão” em 2005, o *Estadão* sonhava com a aniquilação política de Lula. O transcorrer do processo e seu julgamento, acentuou a expectativa para que tudo atingisse política e judicialmente o ex-presidente. Sem sucesso naquele caso, a Operação Lava Jato renovou as esperanças do periódico, que passou a apoiá-la indistintamente. Seus editoriais comentam quase que diariamente o cerco da Operação sobre Lula e torce e cobra sua prisão. O objetivo do jornal é excluir o PT e o lulismo da política, como fez contra Getúlio e o trabalhismo nos anos 1950-60. O OESP repete o mesmo argumento básico dos tempos de julgamento da AP 470: o petismo embora não tenha inventado a corrupção, a aprimorou, tornando-a “método político” de pleno conhecimento de seus líderes. Além disso, contesta as críticas petistas de que a Operação tinha por objetivo perseguir politicamente Lula e o partido.

⁸⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 15/04/2016, p. A3, 20/04/2016, p. A3, 21/04/2016, p. A3, 26/04/2016, p. A3, 27/04/2016, p. A3, 28/04/2016, p. A3, 30/04/2016, p. A3, 01/05/2016, p. A3, 12/05/2016, p. A3 e 13/05/2016, p. A3.

O jornal alterna ironias com a “absoluta integridade moral do asceta de Garanhuns” com afirmações mais diretas de que Lula “sempre foi conhecido pela liberalidade e indulgência com que trata questões éticas”⁸⁸⁸.

No final de janeiro, o *Estadão* asseverou que a Lava Jato começava a demonstrar a verdadeira face de Lula: a “promiscuidade com empresários corruptos”. O caso do apartamento tríplice no Guarujá atribuído a Lula como suposto pagamento de propina ganhava as manchetes e o foco da Operação⁸⁸⁹. No mês de fevereiro, o *Estadão* publicou 13 editoriais achincalhando o ex-presidente Lula e atribuindo-lhe uma série de adjetivos pejorativos ou mesmo possíveis crimes: tinha mania de perseguição; petistas se apegavam à “boquinha” pública, desprezam a ética e se rendem ao “patriarcado”; atacam a imprensa que só cumpre seu papel de publicizar os fatos; montou um sistema político corrupto para se perpetuar no poder; Lula caiu do pedestal e teria medo de seu futuro; o grande legado do lulismo é a corrupção estatal; apenas a “tigrada petista” ainda defendia Lula; petistas não gostam da “verdade” e sua militância reage com truculência, etc⁸⁹⁰.

Todo este editorialismo de guerra preparou o terreno para os acontecimentos do mês seguinte. No dia 03, a revista *IstoÉ* publicou o vazamento de uma suposta deleção premiada do senador Delcídio Amaral (ex-PT), na qual ele insinuou que Lula e Dilma eram cientes da corrupção na Petrobrás. No seguinte dia 04, uma espetacular, midiática e juridicamente desnecessária operação da Polícia Federal com cerca de duzentos agentes fortemente armados, acompanhados por helicópteros, levaram coercitivamente Lula até o aeroporto Santos Dumont em São Paulo, para prestar depoimento. Criticado por ministros do STF, Moro emitiu nota se justificando e não sofreu nenhuma reprimenda. Após ser liberado, Lula fez forte pronunciamento com acusações de parcialidade e perseguição política de Moro e da Lava Jato contra ele, o PT e o governo Dilma.

Editorialmente, o *Estadão* não viu qualquer irregularidade jurídica na condução coercitiva de um sujeito que sequer havia sido intimado para depor. Ao contrário. O jornal viu nela a “prova definitiva de que o edifício constitucional e democrático do Brasil” funcionava, resistia e não se deixava intimidar pela corrupção e pela “salivação da matilha lulopetista”. Mais ainda, afirmou que as evidências contra Lula eram tantas, que não fazer a coercitiva era

⁸⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2016, p. A3, 14/01/2016, p. A3, 21/01/2016, p. A3 e 29/01/2016, p. A3.

⁸⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 29/01/2016, p. A3, 31/01/2016, p. A3 e 02/02/2016, p. A3.

⁸⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03/02/2016, p. A3, 06/02/2016, p. A3, 08/02/2016, p. A3, 10/02/2016, p. A3, 12/02/2016, p. A3, 16/02/2016, p. A3, 17/02/2016, p. A3, 18/02/2016, p. A3, 19/02/2016, p. A3, 21/02/2016, p. A3, 29/02/2016, p. A3 e 01/03/2016, p. A3.

prevaricação por parte da PF contra o “chefão petista”. Inclusive, reclamou que a ação demorou a ser realizada⁸⁹¹.

O editorialismo de guerra do *Estadão* contra Lula e o PT, seguiu ativo e intenso por todo o mês de março. Ao longo dos trinta e um dias do mês, foram 15 editoriais fustigando Lula, incitando o ódio ao petismo sobre seus leitores, empoderando a Moro e a Lava Jato e preparando o terreno para a deposição de Dilma no Congresso. Em vários momentos, o jornal acusou Lula de fazer um chamamento público à desordem nas ruas, o comparou a um Nero incendiário, radical, autoritário e venal que faz do palanque um picadeiro circense; acusou Dilma de ser mera vassala do ex-presidente; repisou que o PT e Lula aperfeiçoaram a corrupção política com objetivo de se perpetuarem no poder; reforçou que Lula era um “populista irresponsável”; equiparou Lula a Eduardo Cunha; rebateu todas as críticas petistas a Moro e a Lava Jato; acusou os intelectuais adeptos do petismo de não serem intelectuais, etc. Em algum momento, cobrou e torceu pela prisão imediata do ex-presidente⁸⁹².

Passada a votação do *impeachment* no Plenário da Câmara, quatro editoriais do *Estadão* provaram que a luta oposicionista não se limitava a simples troca de presidentes, mas buscava o aniquilamento político e popular de Lula e da política econômica lulista. Houve comemoração de que Lula foi o “grande derrotado” do *impeachment*; seu “populismo irresponsável” teria sido “desmoralizado pelos especialistas em contas públicas” indicados pela oposição; e ele entraria, a partir dali, no “banco dos réus” da opinião pública brasileira. Para o jornal, o “rei” Lula, “chefe da organização criminosa”, que desde 2003 “tomou de assalto” o país com objetivo de se “perpetuar no poder”, estaria nu e prestes a ser preso e, na expectativa do jornal, ser definitivamente banido da política brasileira⁸⁹³.

5.6.5 Temer competente

Como exhaustivamente visto até aqui, o *Estadão* promoveu oposição política, econômica e ideológica aos governos petistas, em especial, à presidenta Dilma Rousseff. A cada eleição presidencial, o jornal renovava suas esperanças de retomar o controle político do Executivo e reimplementar na íntegra a agenda econômica neoliberal. Quatro dias após Cunha acatar o

⁸⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2016, p. A3.

⁸⁹² *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2016, p. A3, 08/03/2016, p. A3, 11/03/2016, p. A3, 14/03/2016, p. A3, 16/03/2016, p. A3, 20/03/2016, p. A3, 22/03/2016, p. A3, 23/03/2016, p. A3, 24/03/2016, p. A3, 25/03/2016, p. A3, 27/03/2016 p. A3, 30/03/2016, p. A3, 08/04/2016, p. A3, 12/04/2016, p. A3 e 18/04/2016, p. A3.

⁸⁹³ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/2016, p. A3, 05/05/2016, p. A3, 06/05/2016, p. A3 e 07/05/2016, p. A3.

pedido de abertura do processo contra Dilma, um editorial do *Estadão* já quis debater “a busca de consenso” para “tirar o País do buraco”: acabar com o fisiologismo congressional; desarmar a “perigosa situação fiscal”, única forma de gerar “desenvolvimento econômico e social”; reduzir o tamanho do Estado extremamente ampliado pelo “lulopetismo nos últimos 13 anos”; retomar as “reformas estruturantes” que estavam paralisadas nos governos petistas; abandonar completamente a política econômica lulista; promover um governo “fruto de uma união nacional” que sustente estas “dificílimas batalhas”. A expectativa do periódico era que do *impeachment* emergisse “um governo forte, capaz de congregar as melhores forças da sociedade brasileira”⁸⁹⁴.

Após a votação em Plenário, o *Estadão* publicou um editorial prevendo que Michel Temer e seu PMDB fariam um governo com “decência e competência”, sem “cair na armadilha de ceder ao puro fisiologismo” para compor uma base de apoio parlamentar. O jornal esperançou que o então vice-presidente rapidamente comporia um ministério “à altura dos desafios” e sem nomes de investigados ou futuramente investigáveis por corrupção no âmbito da Operação Lava Jato. Agindo assim, Temer logo conquistaria a confiança dos brasileiros, seria aplaudido por orientar um governo baseado em “rígidos critérios éticos e morais”, com “competência técnica” e honestidade de seus auxiliares⁸⁹⁵.

Porém, dias depois, o jornal percebeu que a realidade política do governo Temer seria bem menos auspiciosa. Os primeiros movimentos de romaria de políticos fisiológicos até a residência de Temer em Brasília escancarou “as cenas de divisão de butim” e as perspectivas “não são auspiciosas, para dizer o mínimo”. O jornal não gostou da “cara do novo governo”, lamentou que o futuro presidente tenha capitulado “à turma dos que se empenharam em procrastinar o processo contra Eduardo Cunha, dos “encalacrados em escândalos presentes e pretéritos”, com os políticos do PP, PR, PRB e alguns de seu próprio PMDB. O editorial então cobrou compostura de Temer, que teria o “dever” de fazer um governo diferente do anterior, “não abrir as portas” do Planalto para “essa gente”, mas escolher seus ministros e auxiliares políticos com base em “ideias e competências” e não no “toma lá dá cá”, tão característico do campo político⁸⁹⁶.

Ao longo do futuro governo Temer, o *Estadão* será linha de apoio a todas as suas iniciativas econômicas e defensor do futuro presidente ante o envolvimento de seu nome em

⁸⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 07/12/2015, p. A3.

⁸⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/2016, p. A3.

⁸⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/2016, p. A3, 05/05/2016, p. A3 e 08/05/2016, p. A3.

improbidades que quase resultaram em abertura de processo de *impeachment* (GUILHERME, 2018c). Governista desde antes do Temer assumir, o jornal teve postura crítica ante as posições ambíguas do PSDB, de quem cobrava adesão total ao novo presidente. Na leitura do periódico, os tucanos pareciam mais interessando em “cálculos eleitorais” do que em participar da “salvação nacional”, que seria seu dever enquanto maior partido de oposição ao petismo⁸⁹⁷.

Michel Temer tomou posse interinamente em 12 de maio. No dia seguinte, o *Estadão* publicou o editorial em que elencou “a missão” do “substituto constitucional” para superar a “intrincada crise em que o lulopetismo jogou o País”: trabalhar com seriedade e competência na promoção dos “genuínos interesses nacionais”; enterrar o “populismo irresponsável” promovido pelo lulismo; promover uma “faxina na administração federal”, afastando os fisiologistas; inaugurar “de fato uma nova fase da política brasileira”; adotar urgentemente as medidas “impopulares” para sanear as contas públicas; não se corromper. O jornal lamentou que Temer “não teve condições” de formar um ministério de notáveis e acabou fazendo concessões fisiológicas. Mas, ao final do texto, se mostrou bastante animado com o novo governo: “restaurada a moralidade e devolvida alguma eficácia ao governo, a Nação brasileira fará o que sempre soube fazer: crescerá em paz e prosperará em abundância”⁸⁹⁸.

⁸⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 04/05/2016, p. A3.

⁸⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13/05/2016, p. A3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado na introdução, este trabalho se propôs a um duplo objetivo: 01) perceber como o jornal *O Estado de S. Paulo* se posicionou editorialmente diante do governo da presidenta Dilma Rousseff nos embates políticos e na pauta econômica; 02) a partir das reportagens publicadas pelo periódico em seu caderno “Nacional”, narrar a conturbada relação da presidenta Dilma com o Congresso e partidos políticos, em especial, o PMDB do vice-presidente Michel Temer. Quando ao primeiro objetivo, a busca foi por responder se o jornal manteve suas históricas posições editoriais em oposição às políticas econômicas que dão ao Estado um papel importante e em oposição político-eleitoral a governos que possam ser inseridos no amplo campo da esquerda. Sobre o segundo objetivo, interessou confrontar os fatos narrados pelo *OESP* com as hipóteses levantadas em parte da bibliografia que explicam o *impeachment* como o resultado de um jogo de interesses interno ao campo político, do qual Dilma, Lula e o PT saíram derrotados por uma ampla aliança de partidos da centro-direita.

O ESTADÃO NA OPOSIÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA A DILMA ROUSSEFF, LULA DA SILVA, AO LULISMO E AO PT

Como visto no capítulo 01 deste trabalho, o centenário jornal *O Estado de S. Paulo* tem sua trajetória ideológica muito bem construída e definida até os dias de hoje: é liberal ou neoliberal na economia; é positivista no campo social; é de centro-direita nas disputas político-eleitorais. Em seus editoriais, o periódico propagou e ainda propaga uma retórica maniqueísta para comentar os atos e posições de seus adversários político-ideológicos; abusa da adjetivação moralista “anticorrupção” dos agentes estatais adversários enquanto silencia a participação empresarial nas negociatas; e, principalmente, possui grande ojeriza às posições associadas ao campo da esquerda, como o comunismo internacional, o trabalhismo varguista e atualmente do petismo/lulismo a quem acusa de possuir pretensões antidemocráticas e, por isso, justificar golpes, deposições ou *impeachment* quando seus adversários políticos estão no poder. O jornal que nasceu político no final do século XIX, atravessou o século XX tendo atuação política destacada e permanece agindo politicamente no século XXI.

Todo este histórico posicionamento do *Estadão* foi reproduzido e atualizado durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Nas eleições presidenciais de 2010 e 2014, o jornal promoveu explícito apoio editorial aos candidatos antipetistas. Ao longo dos pouco mais de cinco anos de governo Dilma, foi um jornal de indisfarçável oposição. Diante das manifestações de junho de 2013, exigiu repressão policial e depois tentou reinterpretá-las como sendo atos contra a presidenta e seu partido. Cobrou do Poder Judiciário a criminalização de lideranças petistas acusadas de corrupção, mas não teve a mesma ênfase quando os acusados eram de partidos de centro-direita. Com a Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro, manteve apoio irrestrito às controversas atuações do magistrado e procuradores na persecução a Lula. Pressionou para que Dilma aderisse à agenda econômica neoliberal e ao ajuste fiscal das contas públicas, opondo-se radicalmente às tentativas neodesenvolvimentistas do governo. Quanto ao campo político, o jornal alarmou que o PT possuía pretensões antidemocráticas. Defendeu a tese de crime de responsabilidade pelas “pedaladas fiscais” e o *impeachment*. Todo este rol de posições, serviram para potencializar a desestabilização do governo, forjando o consenso social, político e econômico contra o lulismo.

Assim, os resultados desta pesquisa, mostrados nos capítulos anteriores, vão ao encontro dos principais trabalhos que têm a imprensa como objeto de análise e o *Estadão* em particular. Ou seja, as posições político-econômicas expressadas em seus editoriais ao longo do governo de Dilma Rousseff não diferem das que o periódico adotou ao longo de sua centenária história. Muito disso se deve à manutenção do controle editorial por parte da família Mesquita. Conforme Sandro Vaia, ex-diretor de redação do jornal entre 2000 e 2006, o “sagrado espaço dos editoriais – referência histórica da imprensa, altar do pensamento liberal-conservador” (VAIA, 2007, s/p), são escritos sempre sob orientação da família e, posteriormente, e corrigidos pelo Mesquita de plantão na direção do jornal, antes de ser publicado no dia seguinte.

Esta pesquisa corrobora as conclusões de Fernando Azevedo (2017) sobre a histórica e inequívoca ação da grande imprensa brasileira na formação do antipetismo eleitoral no período da Nova República. Nos pleitos disputados por Dilma Rousseff, o *Estadão* manteve a posição de destaque editorial à eleição, sempre com valorações negativas à candidata petista e apoio explícito ao candidato peessedebista. A análise das fontes permitiu ainda reforçar o argumento do Azevedo (2017) e de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2017) de que a imprensa brasileira e o *Estadão* em particular, são importantes atores políticos, agindo para orientar e direcionar as classes médias e altas e também o campo político de centro-direita. O *Estadão* abusou da adjetivação negativa ao campo político-ideológico de esquerda e agiu como radical opositor

dos governos petistas. Aqui, foi possível comprovar que o jornal sempre deu viés negativo a todas as ações e programas econômicos e sociais do governo Dilma, como por exemplo o PAC, o MCMV e o Mais Médicos, sempre criticados editorialmente. Quando havia dados negativos sobre o governo, eles eram repisados diariamente, enquanto os dados positivos sobre alguma ação, foram ligeiramente comentados ou suprimidos de suas páginas editoriais. O jornal foi indisfarçadamente oposição ao governo Dilma, a Lula, ao PT e a tudo o que o lulismo representou no poder.

Embora arvore-se como porta-voz da “opinião pública”, na prática, o jornal publica um monólogo ideológico sem a mínima pretensão de se mostrar imparcial, promover debates ou abrir espaço para pluralismos, como aponta os trabalhos de Venício A de Lima (2012). Sobre os grandes temas ideológicos, em diálogo com o clássico estudo de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Padro (1980), é possível afirmar que o direito à propriedade privada continua sagrado ao jornal, sendo que a principal função do Estado é defendê-la. Por isso, os movimentos sociais, urbanos ou rurais, seguem invariavelmente criticados pelos editorialistas, que aproveitam a proximidade destes movimentos com o Partido dos Trabalhadores para alamar uma possível desordem social patrocinada pelo partido. O jornal também mantém a postura positivista de “ordem”, que o levou a exigir repressão aos manifestantes de rua em 2013 e a todos os grevistas, apontados como perigosos, radicais e autoritários.

O trabalho de Ariel Goldstein (2017) mostra que o *Estadão* abusou dos mesmos pacotes interpretativos de “populismo”, “radicalismo” e “corrupção”, para rotular, desmerecer e se opor aos governos de Getúlio Vargas e Lula da Silva. Contra Dilma Rousseff, estes mesmos temas interpretativos também estiveram presentes. Na cosmovisão do periódico, o termo “populismo” é utilizado em sua vertente liberal, ou seja, um líder inescrupuloso que engana a ingênua massa popular, longe das concepções weberiana (liderança carismática) e marxista (liderança apoiada em base popular). Assim, as iniciativas sociais do lulismo são negativamente rotuladas como “populistas” e responsabilizadas pelo desajuste nas contas públicas e por manter o eleitorado cativo e enganado. Ao mesmo tempo, o assunto “corrupção”, apoiado em adjetivações agressivas e na narrativa de que o PT saqueou o país e os brasileiros, é diariamente estampado de forma moralista, como um incorrigível desvio de caráter dos “populistas” e esquerdistas. Importante enfatizar ainda que apenas as denúncias de corrupção na administração federal, em especial quando agentes petistas estão envolvidos, são mais focadas pelo jornal, que deu pouca atenção, por exemplo, às denúncias contra o governo estadual de São Paulo, administrado pelo PSDB ou mesmo para membros de outros partidos de centro-direita na esfera federal. Por fim,

em diversos momentos, o jornal seguiu alarmando uma retórica maniqueísta, na qual o PT era um partido radical, maléfico, que pregava o conflito de classes, extremista e com pretensões políticas autoritárias.

O jornal se apresenta em suas autopropagandas como voltado mais ao setor econômico. Seu caderno exclusivo sobre o assunto, o “Economia & Negócios” é o que possui mais páginas a cada edição. Em épocas de relativa calma política, a maioria dos editoriais do *Estadão* trata de assuntos econômicos, sendo que alguns tratam de assuntos de difícil compreensão ou materialidade para o leitor médio. Por isso, são evidentemente voltados para o público especializado do setor industrial e do mercado financeiro. Importante frisar ainda que, desde os anos 2000, o Grupo Estado passa por considerável crise financeira, tendo que abrir seu negócio familiar a credores de suas milionárias dívidas no mercado financeiro, que se tornaram acionistas minoritários e em alguns momentos, organizaram demissões e reestruturações no jornal (VAIA, 2007).

Se nos anos 1980 e início dos anos 1990, como mostrou Francisco Fonseca, o *Estadão* agiu editorialmente para forjar o consenso em torno das promessas neoliberais para a economia e seguiu agindo assim ao logo dos governos Fernando Henrique e Lula da Silva, o período Dilma Rousseff não foi diferente. Foi indisfarçável a oposição que o jornal promoveu à Nova Matriz Econômica dilmista, em especial à redução na Taxa Selic, que atingiu e irritou o mercado financeiro, credor do jornal. Seus editoriais formaram uma verdadeira trincheira ideológica na cobrança pelo tripé macroeconômico neoliberal, que diziam, estava sendo solapado pela equipe econômica. O jornal insistiu diariamente na necessidade de cortes orçamentários, redução do Estado, privatizações e uma ação do Banco Central sem influência do governo. A principal oposição do *Estadão* ao lulismo foi na agenda econômica. A oposição política é consequência natural da ojeriza que o jornal nutre pelas políticas desenvolvimentistas em contraposição à paixão demonstrada pelo neoliberalismo.

Na permanente crise política que caracterizou a relação do governo com o Congresso, os editoriais do *Estadão* serviram para amplificar a crise institucional: ao mesmo tempo em que enfatizou a falta de atributos de Dilma para as negociações com o Congresso, incitou-a a faxinar seus ministérios, o que aumentou a ira parlamentar contra a presidenta. Na cosmovisão do periódico, o PT no poder inventou o “presidencialismo de cooptação”, utilizando-se da corrupção nas estatais para conquistar apoio congressional. Porém, este mesmo Congresso diuturnamente criticado, em especial a figura de Eduardo Cunha, foi poupado quando da condução do processo de *impeachment* e na formação do novo governo Temer. Tanto a

deposição de Dilma quanto o governo Temer receberam apoio incondicional do jornal, por dois motivos: apelar o lulismo do Executivo via *impeachment*, uma vez que o jornal não conseguiu pela via eleitoral, foi uma oportunidade para desqualificar o petismo e principalmente o ex-presidente Lula perante a sociedade e pelos pleitos eleitorais seguintes; mas principalmente a perspectiva a partir dos acenos de Michel Temer por uma política econômica neoliberal, reformas trabalhista, previdenciária e ajuste fiscal.

O CAMPO POLÍTICO CONTRA DILMA OU O GOLPE PARLAMENTAR TRAVESTIDO DE *IMPEACHMENT*

No contexto de votação e consumação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, voltou à tona⁸⁹⁹ um texto de 2009 – momento em que o PMDB impunha o nome do então deputado federal Michel Temer como vice na chapa petista – escrito pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro e publicado no espaço de debates do jornal *Folha de S. Paulo*. Nele, Alencastro relembra que, se a escolha em separado do vice nas eleições de 1955 e 1960 resultou em instabilidade política, parte da estabilidade dos governos FHC e Lula se deveu à escolha de vices discretos e fiéis. Porém, na perspectiva do historiador, a correlação de forças na formação da chapa governista que uniria PT e PMDB para 2010, poderia resultar em riscos de “vice-presidencialismo” para a presidenta:

Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista. Deputado federal há 22 anos seguidos, constituinte, presidente da Câmara por duas vezes (1997-2000 e 2009-2010), presidente do PMDB há oito anos, Michel Temer vivenciou os episódios que marcaram as grandezas e as misérias da política brasileira.

O partido sob sua direção registra uma curiosidade histórica. Sendo há mais de duas décadas o maior partido político brasileiro, jamais logrou eleger o presidente da República. Daí a sede com que vai ao pote ditando regras ao PT e a sua candidata à Presidência. Já preveniu que quer participar da organização da campanha presidencial, disso e daquilo.

Levado adiante, o impasse poderá transformar a ocupante do Alvorada em refém do morador do Palácio do Jaburu. Talvez, então, Temer tire do colete uma proposta que avançou alguns anos atrás. O voto, num Congresso aos seus pés, de uma emenda constitucional instaurando o parlamentarismo. Em outras palavras, complicada no governo Lula, a aliança PT-PMDB pode se tornar

⁸⁹⁹ Naquele 2016 o texto foi republicado em formato de capítulo de livro em: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os riscos do vice-presidencialismo. In: MATTOS, Hebe et al (org.). Historiadores pela democracia. São Paulo: Alameda, 2016.

desastrosa num governo Dilma em que Michel Temer venha a ocupar o cargo de vice-presidente⁹⁰⁰.

De fato, a leitura das fontes desta pesquisa, corrobora as hipóteses que veem no jogo político resultante da delicada relação entre a presidenta Dilma e parte do PT com os partidos da base aliada, em especial o PMDB e seus líderes Michel Temer e Eduardo Cunha, o fator determinante para a sua deposição via *impeachment*. Evidentemente houve interesses e atuações importantes de fora do campo político, como as ações da Operação Lava Jato, a oposição empresarial e financista à política econômica e a narrativa midiática antipetista e pró-*impeachment*. Esta tese não deixou de apontá-los. Porém, como defendido pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, “o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais” (2017, p. 132).

Conforme a bibliografia trabalhada nesta tese (SINGER, 2018 e NOBRE, 2013), a face política do lulismo estava baseada em não enfrentar o poder congressual pemedebizado, mas se acomodar nele, buscar dirigi-lo pela centro-esquerda. Para isso, o lulismo aproveitou a favorável conjuntura econômica e o carisma e experiência de Lula da Silva para contornar os vetos do pemedebismo às pautas de ampliação da democracia política e social, e, principalmente, os antagonismos naturais de uma coalizão presidencial que reunia partidos de variadas ideologias. Porém, na perspectiva de André Singer (2018), a presidenta Dilma “cutucou onças” políticas e econômicas, mas sem a mesma conjuntura econômica favorável, bem como com inegável falta de carisma e experiência para lidar com a base congressual pemedebizada.

Como se viu nesta tese, em vários momentos a presidenta Dilma manteve relação ambígua com o pemedebismo, ora fustigando-o publicamente, ora buscando compor acordos. Se com o presidente Lula os antagonismos da base com o governo foram canalizados para os bastidores da política, são vários os exemplos mostrados aqui, de insatisfação e ameaças públicas de parlamentares da base governista, em especial do PMDB, ante a condução política do governo Dilma, sua relação com o Congresso, distribuição de cargos, negociações ministeriais e liberação de emendas.

Como explica Marcos Nobre (2013), uma das características da política pemedebizada é a autoblindagem do campo político parlamentar ante a sociedade e os demais poderes. Porém, dois acontecimentos abriram enorme rombo nesta blindagem, levando o pemedebismo já

⁹⁰⁰ Folha de S. Paulo, 25/10/2009, p. A3.

indisposto com a presidenta a radicalizar sua oposição ao governo: as Jornadas de Junho de 2013 e a Operação Lava Jato com atuação forte da PGR sobre políticos com foro privilegiado, em especial, o deputado Eduardo Cunha.

Na interpretação de Nobre, corroborada por esta tese, as manifestações de 2013 foram essencialmente contra este blindado sistema político pemedebista que não permitia à geração pós-88 o acesso e a democratização da política que, apesar das promessas constitucionais, permanecia restrito a clãs oligárquicos. O mote “não me representa” assustou o campo político. Dilma respondeu com uma proposta de Assembleia Constituinte exclusiva para promover a reforma política exigida pelas ruas e indesejada pelo pemedebismo. A Operação Lava Jato e as investigações promovidas a partir da PGR atingiram políticos do PT, mas também líderes dos partidos mais pemedebizados, como o PP, PMDB e o PTB. Percebendo que o governo federal e o Ministério da Justiça não tinham poder de barrar as investigações, os parlamentares reagiram se dizendo vítimas de uma perseguição política promovida pelo governo contra o Legislativo. O resultado destes acontecimentos foi mais insatisfação congressual com a presidenta.

O PMDB merece uma reflexão a parte. O partido que sintetiza e lidera o pemedebismo congressual desde a sua origem no pós-Collor, que em síntese se baseia na adesão ao governo da vez em troca de emendas no Orçamento e cargos na máquina pública, pela primeira vez desde 1994, não era apenas mais um partido da base aliada, mas possuidor da cadeira de vice-presidente, ocupada por um dos mentores históricos e, portanto, o primeiro nome na linha sucessória presidencial. Os experientes líderes partidários imaginaram se aproveitar da inexperiência política de Dilma para ocupar mais espaços na máquina do Executivo. Uma vez que Dilma negou o quinhão por eles desejado, como mostrado neste trabalho, o partido progressivamente se tornou o líder das insatisfações da base no Legislativo, o que resultou em inúmeras derrotas governistas nas votações congressuais e na articulação de sua deposição.

Recentemente, o pemedebista Eduardo Cunha (2021) lançou em livro a sua versão para os acontecimentos políticos do governo Dilma⁹⁰¹. Além de tentar impor uma narrativa na qual ele seria vítima de um conluio odioso e sem razão, formado por Dilma, Janot e o PT, e que, por isso, teria sido injustamente condenado sem provas, o ex-presidente da Câmara detalha uma centena de encontros e telefonemas de madrugada, em hangares de aeroportos, cafés, almoços e jantares políticos entre pemedebistas e líderes do PSDB, DEM e dos demais partidos da base governista. A deposição de Dilma foi longamente combinada ao longo de meses.

⁹⁰¹ O livro chegou ao público no segundo trimestre de 2021, por isso, sem tempo viável para melhor análise e debate neste trabalho.

Cunha (2021) admite que havia na base governista uma grande insatisfação com a condução política promovida por Dilma por conta das demissões de ministros, tentativa de impor uma “pauta ideológica” petista sobre o Legislativo, demora na liberação emendas e nas nomeações de cargos. Também admite que o PMDB queria maior poder de decisão no governo, mas se sentiu preterido e ameaçado de esvaziamento por um “apetite hegemônico” do PT. Sobre o *impeachment*, que nega ter aberto por retaliação, conta que, desde 2014, todos os líderes dos partidos de centro-direta na base governista já conversavam com ele a respeito do tema. Por isso, diz que o impedimento era praticamente inevitável, diante do clima de conflagração entre governo e base. Assim, o vice-presidente Michel Temer, percebendo a insatisfação congressional com a presidenta, passou, desde meados de 2015, a liderar as articulações e a prometer a distribuição do butim para cada partícipe de sua eleição indireta⁹⁰².

Como se sabe, a decisão por um *impeachment* é sempre política e pouco jurídica. No caso de impedimento de Dilma Rousseff pelas “pedaladas fiscais”, a fragilidade jurídica salta aos olhos. Assim, diante da revolta do pemedebismo para com a presidenta, mostrada nesta pesquisa, é possível afirmar que o *impeachment* de 2016 se tratou de um golpe parlamentar liderado pelo PMDB em acordo com os partidos do “centrão” governista e estimulados pelos partidos de oposição, continuamente derrotados nas urnas. A expectativa era que o governo de Michel Temer, um dos arquitetos históricos do pemedebismo, servisse para reacomodar o pemedebismo e lhe dar os cargos e acessos à máquina federal que lhes foi negado por Dilma Rousseff.

Evidente que, por se tratar de um acontecimento complexo, para viabilizá-lo foi necessário aglutinar variadas forças com interesses diversos: as frações burguesas queriam mudança na política econômica e diminuição dos direitos trabalhistas; a classe média estava irritada com as políticas sociais do petismo; interesses imperialistas pressionaram para alterar a exploração do petróleo; a Operação Lava Jato desmoralizou o governo e o PT; a imprensa de antipetismo histórico, como no caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, fez o trabalho essencial de legitimar a narrativa *pró-impeachment*. Ao longo desta tese, esta associação também fica evidenciada.

⁹⁰² Também em livro memorialista recém-lançado, Michel Temer (2020) tenta passar uma versão de que não atuou politicamente para assumir o lugar da presidenta Dilma. Por se tratar que em nada agrega nesta discussão, optei por sequer discuti-lo aqui.

CONCLUSÃO

Assim, para os dois objetivos aqui levantados, é possível concluir que:

01) esta pesquisa reforça os trabalhos acadêmicos que apontam a indispensável ação da imprensa como uma trincheira ideológica, diariamente publicando ideias com objetivo de forjar o consenso em torno de uma ação política questionável. O *Estadão* agiu como partido político, deu voz e referendou a oposição ao lulismo, sendo fundamental na formação/reforço da preferência política de seu leitor de classe média/alta, bem como na pressão sobre o campo político. O visceral antipetismo do jornal ajudou a consolidar a narrativa de que o PT “saqueou o país” e só a deposição de Dilma Rousseff é que recolocaria o Brasil “nos trilhos”.

02) a essência do *impeachment* foi política, motivada por insatisfações, disputas, poder e influência no campo político. Houve uma reacomodação do pemedebismo que, por via indireta, tomou o Poder Executivo. A perspectiva que se abriu com a posse de Michel Temer (PMDB) foi de completa ocupação da máquina estatal, agora sem o “cordão sanitário” que os governos Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff utilizaram para limitar o apetite do pemedebismo sobre a máquina federal. Some-se a isso a esperança vã de que o novo governo conseguisse evitar que a Polícia Federal e o Judiciário seguissem avançando sobre o campo político. Por fim, esta demonstração de força do pemedebismo os cacifou ainda mais para exigir que o presidente eleito em 2018, independentemente da retórica, dos acordos e coligações, mantivesse esta velha política em pleno funcionamento.

EPÍLOGO: O *ESTADÃO* NO PÓS-DILMA EM APOIO IRRESTRITO AO GOVERNO MICHEL TEMER

Conforme se aproximou a deposição da presidenta Dilma Rousseff pelo Congresso, o jornal comemorou o afastamento do PMDB do governo e escreveu qual deveria ser a missão de Michel Temer na presidência para “superar a crise que o lulopetismo jogou o País”: trabalhar com “seriedade e competência na promoção dos genuínos interesses nacionais”; ter um “grupo de ‘notáveis’ para compor o primeiro escalão de seu governo”; promover uma “faxina na administração federal” que afastasse o fisiologismo; demonstrar que estaria “inequivocamente determinado a inaugurar de fato uma nova fase da política brasileira” e “adotar medidas de emergência impopulares sem as quais será impossível o saneamento das contas públicas”. Na empolgação do *Estadão*, Temer restauraria a moralidade pública no país. O jornal também publicou de que maneira o novo governo deveria atuar para a “reconstrução do Brasil”: “arrumação das contas federais” e “conquista da confiança de investidores”, mesmo “com medidas severas e impopulares” para a população em geral⁹⁰³.

O *Estadão* fez rasgados elogios ao primeiro discurso de Michel Temer como presidente interino, no qual teria se mostrado determinado a “rapidamente debelar a enorme crise legada pela presidente afastada”. Também repercutiu positivamente as nomeações e promessas da equipe econômica de “realismo, austeridade e eficiência no uso do dinheiro público”. No divulgados pelos editoriais do jornal, Temer e sua equipe teriam uma clara pauta de “modernização da economia” capaz de “colocar sua autoridade a serviço da recuperação política, econômica e moral do País”, pois estaria “cercado de uma competente equipe econômica”. O jornal afirmou ainda que a reversão da crise econômica dependeria de: ajuste fiscal; limite para os investimentos públicos; reformas trabalhista e previdenciária⁹⁰⁴.

Para ajudar o governo a defender a suposta necessidade de tais medidas rigorosas e amenizar a impopularidade delas, entre os meses de setembro de 2016 e janeiro de 2017, o jornal publicou a série de reportagens “*A reconstrução do Brasil*” (FUCS, 2017). Em perfeita sintonia com o “Uma Ponte para o Futuro” e as teses neoliberais derrotadas nas urnas, a série defendeu que, até o fim dos governos do PSDB em 2002, o Brasil estava no “rumo certo”: redução do Estado, abertura econômica ao capital estrangeiro e diminuição das garantias sociais

⁹⁰³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 13/05/2016, p. A3.

⁹⁰⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 14/05/2016, p. A3, 15/05/2016, p. A3 e 06/09/2016, p. A3.

constitucionais. Porém, a partir dos governos petistas, teria acontecido um retrocesso, ao ampliar a atuação do Estado, promover políticas protecionistas à indústria brasileira e reforçar as garantias sociais constitucionais. Em geral, todas as dezessete reportagens trataram de defender: o desmonte do Estado via revisão constitucional; a necessidade de assegurar uma economia neoliberal com ajuste fiscal e incentivo ao capital internacional; ataques ao funcionalismo público e sindicatos; ênfase na necessidade de mudar as regras da previdência e diminuir os direitos trabalhistas.

A leitura dos editoriais do *Estadão* no segundo semestre de 2016 deixa a dúvida se tratava-se de trabalho jornalístico ou peça de propaganda do governo Temer: o jornal comemorou cada avanço do ajuste fiscal e das reformas trabalhista, previdenciária e da PEC que limitou os investimentos do Estado; cobrou urgência do Congresso em aprová-las; elogiou o que considerou a firmeza do presidente e sua equipe de governo por – na cosmovisão do jornal – colocarem o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico. Condizente com seu histórico neoliberal, resumiu porquê apoiava o governo Temer:

Ao fracasso do modelo estatista predominante na era lulopetista, o governo Temer responde com um programa de concessões e privatizações que, isento de preconceitos ideológicos que marcaram as administrações anteriores do PT, procura reduzir o aparelho do Estado, aumentar sua eficiência e abrir espaço para os investimentos privados em áreas cruciais para o crescimento da economia. Não se trata mais e um debate ideológico sobre o papel do Estado, mas de uma questão real: a crise fiscal exige que o setor público seja reduzido⁹⁰⁵.

O evidente compromisso de Temer em implementar a agenda empresarial neoliberal de desmonte total do Estado brasileiro, fez o *Estadão* escancarar sua empolgação com o governo na publicação de editoriais propagandísticos no primeiro semestre de 2017: “o Brasil tem rumo, o governo tem uma agenda”; “a inflação cai, mas falta o principal”, o ajuste fiscal mais forte; “boas-novas em dias de tensão”, no qual comemorou a geração de 35 mil empregos no mês de fevereiro; saindo do atoleiro”, texto que reproduziu a propaganda governista de que a recessão econômica teria acabado⁹⁰⁶. Tanta empolgação culminou em um caloroso editorial de comemoração do aniversário de 1 ano de governo Temer “marcado ela determinação de realizar as reformas necessárias”, que deixou “plantadas algumas importantes bases para que o próximo presidente da República tenha condições mínimas de governabilidade”:

Conforme prometeu há um ano, o presidente tem apostado no diálogo com o Congresso para fazer avançar essas medidas, sem as quais a recuperação da economia é simplesmente impossível. Diante do fato de que não será mesmo popular durante o seu mandato e de que as reformas são naturalmente amargas, Temer parece

⁹⁰⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2016, p. A3.

⁹⁰⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 07/02/2017, p. A3, 11/03/2017, p. A3, 18/03/2017, p. A3 e 28/04/2017, p. A

convencido de que seu papel é colocar a casa minimamente em ordem – o que, diante das circunstâncias, já lhe garantirá um lugar de destaque na história⁹⁰⁷.

Além da assessoria na propaganda econômica, o jornal *O Estado de S. Paulo* também prestou auxílio a Temer na articulação política com o Congresso, no trato com ministros envolvidos em escândalos de improbidades e principalmente na relação com o PSDB. Entre os meses de abril e maio de 2016, quando era certo que o *impeachment* de Dilma seria aprovado na Câmara, o jornal publicou vários editoriais cobrando que o PSDB apoiasse o futuro governo, demonstrando assim seu verdadeiro “espírito público” de não se portar pelo cálculo eleitoral de 2018. Quando o partido anunciou sua adesão ao governo, o jornal comemorou: “felizmente, o bom senso parecer ter prevalecido entre os tucanos”⁹⁰⁸.

Porém, quando o partido ameaçou romper com o já desgastado governo por conta das investigações de corrupção atribuídas a Temer pela PGR, o jornal sabia que isso significaria não apenas a inviabilização das reformas, mas principalmente a possibilidade do afastamento de Temer da presidência e consequente fortalecimento das narrativas petistas. Fato é que o PSDB permaneceu no governo e um editorial do *Estadão* o repreendeu pelos “meses de titubeios e ameaças de desembarque”, como se os tucanos tivessem “perdido a capacidade de enxergar o que é melhor para o País”⁹⁰⁹.

Embora o *Estadão* demonstrasse esperança na formação de um governo de notáveis quadros de competência técnica e passado ilibado, o que se viu após o *impeachment* foi a tradicional distribuição de ministérios para partidos fisiológicos e políticos envolvidos em delações e investigações por corrupção, muitos deles inclusive pessoalmente próximos a Temer. Quando os áudios de Sérgio Machado mostraram que o ministro Romero Jucá queria “estancar a sangria”, o jornal se apressou em interpretar a fala de Temer que afirmou saber “tratar com bandidos”: na cosmovisão do periódico, não foi certamente se referindo a “membros de sua equipe” que o presidente falou, mas sim, uma “boa notícia” de sua intenção de moralizar a política. O jornal reclamou da “hesitação” de Temer em “livrar-se dos auxiliares sobre os quais pairam suspeitas de corrupção”, porque isso enfraqueceria o governo. Pede então que o presidente se livre de José Yunes, Moreira Franco e Eliseu Padilha, pelo bem das reformas⁹¹⁰. Porém, tais críticas são bem amenas e raras. Quando se comprovou a corrupção dos auxiliares de Temer, o jornal foi da autocensura à tentativa de isentar o presidente, ao contrário do que

⁹⁰⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 12/05/2017, p. A3.

⁹⁰⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 24/04/2016, p. A3 e 29/04/2016, p. A3.

⁹⁰⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 28/08/2017, p. A3.

⁹¹⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2016, p. A3 e 15/12/2016, p. A3.

fazia nos governos petistas quando a mínima suspeita sobre qualquer auxiliar subalterno era motivo para editoriais atacarem Lula e Dilma.

O jornal propagou a narrativa de que o presidente Temer teria a real intenção de “conter as inclinações fisiológicas de seu próprio partido”. É constante a retórica do *Estadão* em tentar convencer o leitor de que Michel Temer é um habilidoso negociador político e não atua no tradicional fisiologismo de negociatas pemedebistas. Na cosmovisão do jornal, Dilma e o PT precisavam comprar a base aliada com cargos no governo, verbas públicas, caixa 2 ou corrupção, enquanto Temer negocia e dialoga, de forma paciente e republicana, os termos de cada projeto de lei, sem precisar se render ao fisiologismo do Congresso⁹¹¹.

Feito esse perfil fabuloso do presidente, o jornal então cobra que o Congresso dê a Temer uma sólida base de apoio na aprovação das “reformas”. Diante da resistência parlamentar à aprovação de novas regras para a Previdência, o jornal insurgiu-se contra o que considerou “sintomas mais preocupantes da má política”, dos quais muitos parlamentares se aproveitam para “chantagear o governo, cobrando vantagens às vezes inconfessáveis em troca de uma fidelidade que deveria se basear em identidade programática e compromisso com a governabilidade”⁹¹².

Embora reconheça que Temer teve que “conviver, desde o primeiro minuto de seu governo, com o desconforto de ver ministros e assessores acusados de corrupção”, os editoriais do jornal foram de eloquente silêncio militante sobre o tema. A vigilância, a cruzada moral republicana e a associação direta entre a corrupção dos assessores e ministros com o presidente não foi vista nos editoriais do período, ao contrário do que ocorreu nos governos do PT, quando o jornal escreveu centenas de editoriais diários neste sentido. Logo nos primeiros dias do governo ainda interino, os áudios e denúncias do pemedebista Sérgio Machado levaram o *Estadão* a mostrar como seria sua atuação de causídico pelos anos seguintes: “torcer contra só piora”, porque ruim com Temer, pior com o PT; a denúncia contra Temer deveria levá-lo “a julgamento quando não estiver mais exercendo o mandato presidencial”, porque o ajuste fiscal e as “reformas” são mais importantes agora⁹¹³.

Uma semana após comemorar o primeiro aniversário do governo Temer e avaliar positivamente seu suposto legado econômico que estaria tirando o Brasil do atoleiro econômico, vieram as bombas que deixaram Brasília em polvorosa por vários dias: o vazamento do áudio

⁹¹¹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/06/2016, p. A3 e 23/07/2016, p. A3.

⁹¹² Jornal *O Estado de S. Paulo*, 10/04/2017, p. A3.

⁹¹³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 12/05/2017, p. A3, 02/06/2016, p. A3 e 17/06/2016, p. A3.

no qual o empresário Joesley Batista e o presidente Temer conversam no porão do Palácio do Jaburu para “manter isso aí” e procurar o Rodrigo; o vídeo de Rodrigo Rocha Loures (PMDB), assessor direto de Temer, correndo com mala de propina; o áudio em que Aécio Neves pede dinheiro a Joesley; o vazamento da delação dos diretores do grupo J&F que atingiu centenas de políticos; a denúncia da PGR contra Temer por corrupção passiva; a votação na Câmara que não autorizou a abertura do processo. De imediato, houve pressão pela renúncia e articulações políticas para rifar o presidente. O *Estadão* logo entrou em campo na defesa irrestrita de Temer, ataques ao Ministério Público, ao empresário delator e à oposição.

O jornal, que sempre repercutiu positivamente todos os vazamentos das investigações e delações que atingiram os governos petistas, desta vez, mudou de posição. Logo no primeiro editorial sobre o tema, *OESP* considerou o vazamento um “execrável método” usado por “gente que julga ter a missão messiânica de purificar a política nacional”. Em evidente crítica à outrora elogiada atuação de Moro e do Ministério Público, escreveu: “ao longo de toda a Operação Lava Jato, tornou-se corriqueira a divulgação de trechos de depoimentos de delatores, usados como armas políticas por procuradores”. Dias depois, voltou ao tema do vazamento, reclamou que ele tenha sido feita sem que o delator apresentasse qualquer prova pelas “consequências da divulgação nos campos político, econômico e financeiro”⁹¹⁴. O vazamento da delação de Alberto Youssef, às vésperas da eleição presidencial de 2014, não recebeu o mesmo senso crítico do jornal.

Apresentada a denúncia por corrupção passiva, o jornal a considerou “inepta” por ser “baseada somente na palavra do delator e em diálogos que deveriam ser interpretados com bem menos ligeireza”, pois: o “simples fato de que Rocha Loures era próximo a Temer” não é prova; a frase “tem que manter isso aí” não configura a compra do silêncio de Eduardo Cunha; e o favorecimento a uma empresa portuária por meio de decreto precisaria ser melhor investigada. Como se percebe, o jornal fez questão de refutar cada item da denúncia contra Temer. Deveria então o STF arquivar a denúncia de imediato e assim, deixar o país “seguir em frente com as reformas”⁹¹⁵.

Uma vez que o STF não acatou as razões apresentadas pelo juriconsulto jornal, a denúncia não foi arquivada e seguiu para que a Câmara autorizasse ou não abertura do processo por corrupção passiva contra o presidente. Uma vez na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o jornal pediu serenidade aos políticos para “desmistificar o conteúdo da

⁹¹⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/05/2017, p. A3 e 23/05/2017, p. A3.

⁹¹⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 28/06/2017, p. A3.

denúncia, dando-lhe sua real dimensão”, afinal, “seja qual for o grau de fragilidade do governo, nada justifica a manipulação da causa da moralidade e do combate à impunidade para barganhas políticas. [...] É hora de ser fiel aos princípios fundadores do Estado Democrático de Direito”. Quando o relator do caso apresentou parecer favorável à abertura do processo, o *Estadão* fez fortes críticas ao que considerou “um parecer eminentemente político” e indigente. Caberia ao Plenário rejeitar o parecer porque, embora o julgamento fosse político, seria preciso ter “um mínimo de fundamento” jurídico. Como se vê, uma posição radicalmente diferente da adotada ante os fundamentos jurídicos das “pedaladas fiscais” de Dilma Rousseff. A rejeição da denúncia pelo Plenário foi comemorada como a “vitória da responsabilidade” que “abriu uma nova oportunidade de estabilidade para o País” e fortaleceu o presidente Temer por sua “capacidade de articulação no Congresso”⁹¹⁶.

A PGR apresentou segunda denúncia, agora por Temer liderar uma organização criminosa. Para o jornal, era mais uma “denúncia inepta”, sem provas e baseada apenas em delações que “transforma toda negociação política” para indicação de ministérios e cargos públicos em “intenção de colocar na administração bandidos dispostos a roubar para o partido”. O jornal então argumenta que nos governos do PT foi assim, mas agora com Temer as negociações política são estritamente republicanas. Rejeitada mais esta denúncia pelo Plenário da Câmara, o *Estadão* se dedicou a rebater os argumentos da oposição, os quais apontavam que Temer só se livrou da abertura dos processos porque teria destinado vultuosos recursos públicos para obras de interesse dos parlamentares em seus estados. Para o jornal, “o problema dessa versão é que ela é falsa”, porque Temer “governa com o Congresso, e não comprando o Congresso” como fazia o PT⁹¹⁷.

Durante todo este processo de defesa jurídica do presidente Temer, outro argumento sempre presente nos editoriais era da necessidade de “não desperdiçar a recuperação” da economia – que supostamente estaria acontecendo. O *OESP* insiste que haveria evidentes sinais de melhora econômica até maio, quando surgiu o escândalo. O jornal lamentou que as crises políticas tornariam a mudança na Previdência inviável politicamente, embora ainda houvesse muitas “reformas” por fazer e Temer se mostrasse disposto a encarar o ônus da impopularidade para aprová-las⁹¹⁸.

⁹¹⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 06/07/2017, p. A3, 27/06/2017, p. A3, 12/07/2017, p. A3 e 04/08/2017, p. A3.

⁹¹⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 16/09/2017, p. A3 e 31/10/2017, p. A3.

⁹¹⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 07/06/2017, p. A3, 28/06/2017, p. A3, 21/05/2017, p. A3 e 22/05/2017, p. A3.

Além do auxílio jurídico e na articulação política parlamentar, o jornal *O Estado de S. Paulo* também teve destacada atuação na assessoria de comunicação, propaganda e marketing do governo e do presidente Temer. O jornal sempre tratou de refutar a narrativa da oposição de que Temer seria “ilegítimo” e “usurpador”, acusando-as de serem meras manifestações de “indisfarçável rancor de petistas”, pois “foi o povo que elegeu Michel Temer em 2014”. As ações de Temer e suas viagens internacionais serviriam para mostrar ao mundo que “o Brasil volta a trilhar o caminho da normalidade política e, sobretudo, começa a colocar a economia em ordem”⁹¹⁹.

Porém, logo o jornal percebeu que precisaria mostrar a Temer o caminho a seguir. Nas “circunstâncias excepcionais, embora legítimas” é “indispensável uma adequada estratégia de comunicação que ajude a projetar uma imagem positiva do presidente interino e de sua equipe”, escreveu em um editorial. Diante do “fato de que o slogan ‘fora Temer’ vem ganhando ares de movimento”, o jornal reclamou dos “erros cometidos por Temer e sua equipe no terreno da comunicação”. O jornal então aventou a narrativa de que o grito de “fora Temer” nas ruas do Brasil seria “vazio, irresponsável e antidemocrático”, promovido por incautos que teriam se deixado levar pelos que “perderam a boquinha de que desfrutavam no governo federal” como os movimentos sociais, centrais sindicais e petistas que teriam “só a mentira como arma” na “guerra que trava contra o governo” de Temer⁹²⁰.

Confrontado com a realidade das pesquisas de opinião que apontaram a enorme desaprovação ao governo e impopularidade do presidente, o *Estadão* respondeu com dois argumentos: os que desaprovam o governo são desinformados e as piores econômicas são culpa, ainda, dos governos petistas.

Parece evidente que Temer está sendo responsabilizado pela piora de alguns indicadores econômicos [...]. Sem dispor de uma comunicação eficiente, o governo Temer não consegue demonstrar ao cidadão comum que as medidas tomadas [...] funcionam de maneira gradual e que não é possível, num passe de mágica, recolocar o País nos trilhos. Assim, Temer paga em popularidade – que nunca foi grande – por seus acertos, já que os erros, como todos os brasileiros minimamente informados sabem, foram cometidos, em escala jamais vista, pela presidente Dilma Rousseff⁹²¹.

E seguiu no mesmo argumento após a crise política. Diante de uma pesquisa que mostrou a avaliação negativa de 77% da população, positiva de apenas 3% e apontou que 59% consideravam Temer pior que Dilma, o editorial do jornal rebateu com vários índices que

⁹¹⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 14/05/2016, p. A3, 14/08/2017, p. A3 e 13/10/2016, p. A3.

⁹²⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 17/05/2016, p. A3, 11/09/2016, p. A3, 19/09/2016, p. A3 e 18/03/2017, p. A3.

⁹²¹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/02/2017, p. A3.

comprovariam a “recuperação econômica” e concluiu que a impopularidade do presidente não encontraria a mínima “correspondência com a realidade, sob nenhum aspecto, e só podem ser resultado da desinformação que campeia nestes tempos de *fake news*”. Ou seja, os que desaprovam o governo provavelmente não são leitores assíduos do jornal *O Estado de S. Paulo* e, por isso, desconhecem “a forma célere e responsável” que o governo atuava para “debelar a crise legada por Dilma”⁹²².

Esta indisfarçada atuação governista nas áreas jurídica, parlamentar e da propaganda a favor de Michel Temer renderam gorda fatia de dinheiro público ao jornal. Conforme dados do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão⁹²³, quando Temer assumiu, em maio de 2016, o jornal foi devidamente recompensado pela sua atuação. Só nos meses de maio a dezembro, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República (Secom) repassou ao jornal o total de R\$ 681.848,48 e, ao longo de todo o ano de 2017, o valor total foi de pomposos R\$ 1.317.805,58. Ou seja, se durante o primeiro governo Dilma a média mensal de repasses foi de R\$ 54.909,93 e reduzido fortemente para R\$ 19.395,73 enquanto Dilma reeleita tentava se livrar da ofensiva golpista, Temer recompensou o apoio do *Estadão* e a média de repasses mensais saltou para R\$ 105.244,95, o dobro do que o jornal costumava receber no primeiro governo Dilma e cinco vezes mais que vinha recebendo nos meses anteriores ao golpe.

Assim como atuou na crise política que levou ao *impeachment* de Fernando Collor (FONSECA, 2005), é possível notar a marcante tentativa do *Estadão* em separar a crise política da agenda de reformas neoliberais. Esta agenda empresarial é o que realmente importa e fica implícito o argumento de que Temer deve usar sua impopularidade para aprová-las e não pensar em fazer agrados “populistas” ao povo trabalhador.

A defesa da pauta econômica neoliberal e de desmonte das garantias sociais constitucionais que direcionaram o editorialismo do *Estadão* durante o governo Michel Temer. Na cosmovisão do periódico, tudo ia bem até a “atuação descuidada do sr. Rodrigo Janot” que “atrapalhou a vida de todos os brasileiros, ao comprometer o processo de recuperação da economia, no ritmo que havia adquirido, à época, e ao prejudicar o andamento das reformas no Congresso”, em especial a reforma da Previdência. Em suma, Temer e seu governo poderiam ser ruins e impopulares, mas “reformam” as leis trabalhistas e constitucionais, isso é o que

⁹²² Jornal *O Estado de S. Paulo*, 02/10/2017, p. A3.

⁹²³ Os dados aqui utilizados são os valores líquidos recebidos pelo jornal, via Secom, para publicidade na edição impressa e/ou no site do jornal na internet. Disponíveis para consulta pública através de solicitação em: www.esic.cgu.gov.br

importa. Às vésperas de 2018, o jornal acreditava que as reformas serviriam de grande trunfo eleitoral para o candidato governista, pois seriam um “bom legado para 2019”⁹²⁴.

⁹²⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 10/09/2017, p. A3, 06/12/2017, p. A3 e 22/12/2017, p. A3.

FONTE

Jornal *O Estado de S. Paulo*. Edição 42.808 de 01/01/2011 até a edição 44.743 de 18/04/2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os riscos do vice-presidencialismo. In: MATTOS, Hebe, et al (org.). **Historiadores pela democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.
- ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder**. São Paulo: Leya, 2016.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Edufscar, 2017.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Diários Nacionais. In: GONÇALVES, Mirian (org.). **Enciclopédia do golpe (vol.2)**. Bauru: Canal 6, 2018.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- BERTONHA, João Fábio. **Problemas e questões da história do tempo presente**. Cadernos de História, v.7, n°1, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n°5, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A rede da democracia**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais (1970-1985)**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969)**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque (1808-1964): a história contada pelos jornais e jornalistas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CHAUVEAU, Agnes e TÁTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: (orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Udesc, 1999.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CUNHA, Eduardo. **Tchau, querida: o diário do impeachment**. São Paulo: Matriz, 2021.
- DEL ROIO, José Luiz. **A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena**. São Paulo: Alameda, 2017.
- DIAS, Luiz Antonio e SOUZA, Rafael Lopes. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, Luiz Antonio e SEGURADO, Rosemary. **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios, 2018.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil**. Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.
- GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do golpe: o papel da mídia**. Bauru: canal 6, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (vl.2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo**. Revista Cadernos de História, v.18, n. 29, 2º sem. 2017.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **1989: história da primeira eleição presidencial pós-Ditadura**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo**. Revista Dimensões, v. 40, jan-jun, 2018a.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010**. Revista Transversos, n. 18, abr. 2020a.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **Cronologia do afastamento de Eduardo Campos (PSB) da esfera política do petismo (2011-2013)**. Revista Espaço Acadêmico, n. 225, nov/dez. 2020b.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016)**. Revista Espaço Acadêmico, n. 197, out de 2017.

- GUILHERME, Cássio Augusto. **Revista Veja: o indispensável militante tucano**. Revista Intelléctus, ano XII, n. 02, dez. 2013.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **Rouba mas reforma: o *Estado* como advogado de defesa de Michel Temer**. Anais do XXIV Encontro Regional de História da Anpuh-SP. Guarulhos, 2018c.
- HERNANDEZ, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2012.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques *et al.* **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LAIDLER, Christiane Vieira. **Retórica e farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial, 2018.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o Corvo e o Besarabiano**. São Paulo: Senac, 1998.
- LIMA, Venínio A. de. **Liberdade de expressão e liberdade da imprensa**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.
- SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdipucRS, 2011.

STACCHINI, José. **Março 64**: mobilização da audácia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

TEMER, Michel. **A escolha**: como um presidente conseguiu superar grava crise e apresentar uma agenda para o Brasil. São Paulo: Noeses, 2020.

VAIA, Sandro. Detrás das dunas do *Estadão*: a luta interna para modernizar um jornal imerso em tradição centenária, dívidas milionárias e desavenças familiares infindáveis. **Revista Piauí**. Edição 12, set/2007.

WEINSTEIN, Bárbara. Interpretações da elite sobre os movimentos da classe operária: a cobertura da greve em O Estado de S. Paulo 1902-1907 *sic*. CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia**: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.